



.....

INVASÃO PARAGUAIA NA FRONTEIRA BRASILEIRA DO URUGUAI

*Cônego
João Pedro Gay*

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 177

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

R*ecordações da campanha do Paraguai.*

A historiografia sobre a Guerra do Paraguai ainda é escassa entre nós. Nada mais oportuna a publicação deste livro, que retrata o maior e mais sangrento conflito armado ocorrido na América Latina. Na guerra envolvendo a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai, houve grandes perdas humanas para as partes envolvidas, e pesou drasticamente sobre os destinos do país vizinho. O interesse maior é que a obra foi escrita por um general brasileiro que participou do conflito.

VOLUME 72

R*ecordações de guerra e de viagem.*

Autor de *Inocência*, um dos mais importantes romances da literatura brasileira, o visconde de Taunay (1843-1899), com o mesmo estilo simples e encantatório, recolhe nestas páginas impressões da Guerra do Paraguai e das viagens que fez mundo afora. As reminiscências da campanha da Cordilheira (1869-1870) representam uma parte pequena na composição geral do livro. Predominam as impressões de viagem.

Aqui estão suas anotações sobre Paris e a vida cultural (Louvre, Exposição Universal, o Salão de 1878, Versalhes), Estrasburgo e sua catedral, o museu de Dresden, Veneza e a escola veneziana, os pintores Rafael e Urbino, Florença e o Renascimento e muitos outros temas. Ao final, anseia pela volta à pátria e escreve o “Futuro que ao Brasil se antolha”. Esta é uma compilação de artigos publicados na imprensa na época de Taunay.

Outras narrativas são inéditas, recolhidas por Afonso Taunay para a feitura da primeira edição. Este volume é uma especial curiosidade para aqueles que se interessam por conhecer melhor quem foi um dos nossos homens públicos mais influentes e que nos legou uma obra imortal.

VOLUME 99

R*eminiscências da Guerra do Paraguai*. O autor, Artur Jaceguai, nesta obra traz um depoimento dos mais fiéis e incontestáveis que permite, um século e meio depois, acompanhar o desenrolar do confronto bélico mais cruel e devastador no qual o Brasil se engajou ao lado da Argentina e do Uruguai: a Guerra do Paraguai. O livro traz um longo estudo biográfico do almirante Raul Tavares que serve para dar a verdadeira dimensão do barão de Jaceguai.

Nestas *Reminiscências*, o autor faz o registro da guerra desde o desembarque no Passo da Pátria até o fim das batalhas em que esteve à frente. Analista meticoloso e grande estrategista, Jaceguai expõe ainda em pormenores as agruras da guerra na passagem do Paraná, no rio Paraguai, nos embates de Curuzu e Curupaiti, além de considerações político-estratégicas sobre Solano López, o general Osório e tantos outros depoimentos sobre pessoas e fatos.

É o almirante Raul Tavares que observa: “Este livro é uma das melhores produções de Jaceguai. [Nele estão] as reflexões críticas sobre as operações combinadas da esquadra e exército aliados, onde Jaceguai, com mestria e o calor próprio do seu temperamento, traçou, pela primeira vez entre nós, a crítica técnico-histórica da Guerra do Paraguai.”

VOLUME 152



Batalha do Riachuelo, óleo sobre tela de
Vítor Meireles (*18/8/1832 – †22/2/1903).

.....

INVASÃO PARAGUAIA
NA FRONTEIRA BRASILEIRA
DO URUGUAI



Mesa Diretora

Biênio 2013/2014

Senador Renan Calheiros

Presidente

Senador Jorge Viana

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá

2º Vice-Presidente

Senador Flexa Ribeiro

1º Secretário

Senadora Ângela Portela

2ª Secretária

Senador Ciro Nogueira

3º Secretário

Senador João Vicente Claudino

4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Magno Malta

Senador Jayme Campos

Senador João Durval

Senador Casildo Maldaner

Conselho Editorial

Senador José Sarney

Presidente

Joaquim Campelo Marques

Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 177

INVASÃO PARAGUAIA
NA FRONTEIRA BRASILEIRA
DO URUGUAI

Comentada e aditada pelo
major Sousa Docca

Cônego João Pedro Gay



Brasília – 2014

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 177

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2014

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho](http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho)

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-440-5

.....

Gay, João Pedro.

Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai / João Pedro Gay ; comentada e editada pelo Major Sousa Docca. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2014.

484 p. : il. – (Edições do Senado Federal ; v. 177)

1. Guerra do Paraguai (1864-1870). I. Docca, Sousa, coord. II. Título. III. Série.

CDD 989.205

.....

.....

Sumário

EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

Sousa Docca
pág. 11

JOÃO PEDRO GAY
pág. 13

PRIMEIRA PARTE CÔNEGO JOÃO PEDRO GAY

PREFÁCIO
pág. 25

CAPÍTULO I
Introdução
pág. 27

CAPÍTULO II
Passagem do rio Uruguai
pág. 55

CAPÍTULO III
Entrada do inimigo em São Borja a 12 de junho – Saque da mesma vila
– Retirada dos paraguaios de São Borja
pág. 87

CAPÍTULO IV
Encontro da vanguarda paraguaia pelo Corpo Provisório nº 28,
a 25 de junho – Combate do dia 26
pág. 115

CAPÍTULO V
Desordens nas vilas e na campanha de Missões
pág. 124

CAPÍTULO VI

*Aproximação do inimigo em Itaqui – Saque da mesma vila
– Retirada dos paraguaios de Itaqui e sua passagem do
rio Ibicuí no Passo de Santa Maria
pág. 131*

CAPÍTULO VII

*Aproximação do inimigo em Uruguaiana –
Entrada na mesma vila, seu saque e deterioração
pág. 143*

CAPÍTULO VIII

*Estado de nossas forças – Batalha de 17 de agosto na Restauração –
Chegada do general barão de Porto Alegre e do visconde de Tamandaré –
Passagem das forças aliadas para este lado do rio Uruguai –
Diligência para conseguir a rendição do inimigo – Vários acontecimentos
– Chegada do ministro da Guerra e do presidente Mitre
pág. 150*

CAPÍTULO IX

*Chegada de Sua Majestade o imperador ao Exército Aliado – Seu feito
– Rendição do exército inimigo a 18 de setembro de 1865 –
Proclamação de Sua Majestade o imperador –
Ordens do dia dos exmos srs. ministro da Guerra e general em chefe
– Decreto de 20 de setembro de 1865 – Recepção do ministro inglês
em audiência imperial em 23 de setembro de 1865
pág. 160*

CAPÍTULO X

*Passagem das tropas aliadas ao outro lado do rio Uruguai –
Sua Majestade o imperador em Uruguaiana – Viagem de Sua Majestade o
imperador a Itaqui e São Borja – Regresso das famílias para as vilas
de Uruguaiana, Itaqui e São Borja – Conclusão
pág. 186*

SEGUNDA PARTE

E. F. SOUSA DOCCA

CAPÍTULO I

Informações sobre os aprestos para a invasão do Rio Grande do Sul
pág. 201

CAPÍTULO II

Plano de campanha
pág. 221

CAPÍTULO III

Atuação do Governo Central e de seus delegados
pág. 241

CAPÍTULO IV

Combinações entre Osório, Mitre, Tamandaré,
Flores e Canabarro
pág. 267

CAPÍTULO V

Interferência do general Mitre
pág. 299

CAPÍTULO VI

Atuação de Canabarro
pág. 322

CAPÍTULO VII

Oscilações – Ordens e contraordens
pág. 361

CAPÍTULO VIII

Passagem do Ibicuí
pág. 376

CAPÍTULO IX

Tratamento e destino dos prisioneiros paraguaios
pág. 390

CAPÍTULO X

Personagens de grande destaque na invasão
pág. 400

CAPÍTULO XI

Monumento aos heróis de São Borja
pág. 438

CAPÍTULO XII

Município de São Borja: resumo histórico
pág. 454

ÍNDICE ONOMÁSTICO

pág. 469

.....

Explicação necessária

SOUSA DOCCA

DECORRIDOS APENAS quarenta e três dias da rendição dos paraguaios em Uruguai, o ilustre cónego João Pedro Gay, então vigário de São Borja, terminava a narrativa da Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai, que foi publicada inicialmente no *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*, em 1867, e ainda neste ano impressa na *Tipografia Imperial e Constitucional de J. Ville-neuve & Cia.*

Essa narrativa tem sido utilizada por todos os estudiosos e historiadores da Guerra do Paraguai, nacionais e estrangeiros. A ela exclusivamente se têm reportado. É fonte única e fonte preciosa.

O grande mestre de nossa história militar, que foi o egrégio barão do Rio Branco, assim se refere a essa narrativa: “O leitor que quiser informar-se desses acontecimentos deve ler, além dos documentos oficiais e da discussão que houve no Parlamento e na imprensa sobre a invasão do Rio Grande, a minuciosa Memória do cónego Gay.”

Há muito está esgotada essa Memória e, por isso, é de difícil consulta, na íntegra.

Considerando essa dificuldade e tendo em vista o valor e a utilidade dessa obra, o editor Zélio Valverde, com o objetivo de prestar grande serviço aos estudiosos de nosso passado, resolveu reeditar a narrativa do cônego e convidou-me para anotá-la.

A fim de realizar esse trabalho, aceitando o conselho de Rio Branco, li, além da Memória do ilustre sacerdote, “os documentos oficiais e a discussão que houve no Parlamento e na imprensa”, e mais ainda: a documentação existente no Arquivo do Rio Grande do Sul, em grande parte inédita e não utilizada.

Com esse material precioso, era fácil anotar longamente, máxime nos pontos que necessitavam esclarecimentos amplos.

A extensão das notas, sabemos todos, prejudica a leitura do texto.

Decorre daí a orientação que tomamos de anotar o menos possível e escrever capítulos adicionais, com os assuntos que estavam a exigir longas explicações.

Eis como e por que adicionamos a esta obra do cônego Gay os 12 capítulos que constituem a Segunda Parte deste livro.

As notas da Primeira Parte com algarismos romanos são do autor. As nossas vão com números arábicos.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1844.

.....

João Pedro Gay

PARECEU-NOS conveniente dar aqui uma notícia sobre a vida do cónego Gay e isso passamos a fazer utilizando os estudos biográficos do ilustre sacerdote, sendo um da autoria do conselheiro José Lins Alves e o outro do Dr. Rodolfo Garcia, publicados, respectivamente, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 86 na 2ª edição da História da República Jesuítica do Paraguai, e, também, o Relatório dos autos de serviços prestados pelo reverendo opositor Padre João Pedro Gay, em 1849, existente no Arquivo Nacional e de que possuímos cópia, graças à gentileza do ilustre diretor dessa repartição e provector historiador Dr. Vilhena de Moraes.

Nasceu o cónego João Pedro Gay na cidade de Grenoble, na França, aos 20 de novembro de 1815.

Era filho do agricultor Jean Pierre e de sua esposa Marie Magdelaine Gay.

Adotou o sobrenome materno, conforme se vê da certidão de batismo.

Assinaram o registro os padrinhos Paul Michel e Marie Gay, sua tia, e as testemunhas Mathiene Marc e o padre Luís Gay, seu tio.

Existindo sacerdotes na família, quiseram seus genitores continuar essa tradição e matricularam-no no seminário de Gap, onde terminou o curso de Ciências Eclesiásticas ainda muito jovem e, por isso, somente mais tarde, a 6 de junho de 1836, recebeu as ordens menores, e as maiores em junho de 1838.

Foi ordenado presbítero em julho de 1840, na diocese de Gap, e um ano depois foi nomeado vigário encomendado, sendo-lhe concedida em agosto faculdade para Confissiones fidelium: Bendiciendi in propria parochia; Indulgentiam plenarium in articulo mortis. (Documentos no Arquivo Nacional.)

Em julho de 1842 teve licença para se transportar à América.

Por decreto do governo uruguaio, datado de Cerrito de Montevideo, em 23 de novembro de 1842, foi-lhe concedida permanência e exercício de suas funções sacerdotais, por três anos.

Permaneceu aí, entretanto, pouco tempo.

Em princípios de 1843 veio para o Rio de Janeiro, seguindo daqui para Santa Catarina e, nessa província, exerceu as funções de pároco encomendado da freguesia de Santa Ana, na Câmara da Laguna, de 15 de junho de 1843 a 24 de julho de 1844, com “estima de seus paroquianos, pelo grande zelo com que se tem empregado na direção das almas”, conforme atestado passado pelo padre João Jacinto de São Joaquim, vigário da vara da Comarca de Laguna.

Retornou ao Rio de Janeiro, onde passou a exercer suas funções sacerdotais, consagrando-se, ao mesmo tempo, ao magistério particular e ao estudo da medicina no Instituto Homeopático do

Brasil, que lhe conferiu a “faculdade de exercer livremente a medicina de Hahnemann no país”.

Em 1847 foi nomeado vigário encomendado da vara da comarca de Alegrete, no Rio Grande do Sul, por três anos.

Exerceu essas funções até dezembro de 1848, conforme se vê do atestado passado pela Câmara Municipal daquela vila, nestes termos:

“Atesta que o muito digno reverendo João Pedro Gay, vigário da vara desta vila e comarca eclesiástica, no desempenho das funções de seu ministério, tem até hoje digna e satisfatoriamente, com o mais importante zelo, atividade e desinteresse, preenchido as mais tocantes faltas de que se ressentia o povo cristão desta importante parte do Império, em consequência do que tem merecido a verdadeira estima e veneração dos habitantes desta vila e município, visto que com todo o esmero e dedicação muito contribuiu para restabelecer o culto divino com toda sua majestade e se tem empenhado no melhoramento das obras públicas dedicadas ao culto. Finalmente, que a continuação de tão digno pároco no exercício das funções que ora ocupa deixa crer um futuro de prosperidade dos fiéis que o habitam. Paço da Câmara Municipal da vila de Alegrete, 21 de dezembro de 1848.”

Era então presidente da Câmara Zeferino Coelho Neto e secretário José Evaristo dos Anjos.

Por carta imperial de 6 de julho de 1849 foi naturalizado brasileiro, visto preencher as disposições da Carta de Lei de 23 de dezembro de 1832.

No concurso a que se submeteu no Rio de Janeiro, a 17 de setembro de 1849, para vigário colado na igreja de São Borja, foi aprovado em 1º lugar, com 41 pontos.

Em vista desse resultado, foi proposto pelo bispo D. Manuel Monte Rodrigues de Araújo, Conde de Irajá, para aquela igreja em 13 de outubro e foi apresentado, por carta imperial de 22 ainda desse mês e ano, referendada por Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara, então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça.

Concorreu, ainda em 1849, ao concurso para preenchimento da vaga de Cura da matriz do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé.

Fez brilhante prova que obteve classificação em primeiro lugar. Deixou, entretanto, de ser nomeado, mas, em atenção aos notáveis conhecimentos que revelou, foi distinguido com a murça de cônego da capela imperial.

Seguiu para o Rio Grande do Sul e a 24 de fevereiro de 1850 foi empossado, em São Borja, em suas funções de vigário colado.

Aproveitando seus conhecimentos de medicina e visando a benefícios para a população pobre de sua paróquia, solicitou e obteve permissão do governo provincial para a abertura “de um laboratório homeopático”.

Atendia aí os doentes pobres gratuitamente, dando-lhes, muitas vezes, medicamentos.

Esses benefícios granjearam-lhe grande estima da população em geral.

Em atenção aos serviços prestados foi, por decreto de 17 de março de 1851, nomeado Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Estudioso, culto e inteligente, foi-lhe fácil penetrar no conhecimento da Região Missioneira, sob o aspecto histórico, geográfico, econômico, botânico, etnológico e linguístico e, daí, seus apreciáveis estudos a esse respeito.

No decurso do decênio de 1850 conviveu intimamente, em São Borja, com o sábio botânico Frances Aimé Bompland que aí, há muito, havia fixado residência.

Bompland era formado em medicina e na velha cidade missioneira abria uma farmácia e clinicava.

Nessa época, ali também residia, na qualidade de comandante daquela região, o então coronel Manuel Luís Osório, que mantinha relações íntimas com o sábio e com o sacerdote.

Ainda nos últimos anos desse decênio, ali chega, vindo da vila de Taquari, o benemérito professor Felisberto Batista da Costa Júnior, que havia de ser, por longos anos, prestante secretário da Câmara Municipal e tronco de uma geração ilustre em que figuram os drs. Álvaro e Homero Batista, com notáveis serviços ao Brasil.

Entre os filhos de São Borja desse tempo salientava-se o capitão Joaquim da Silva Lago, que fora educado na Europa e fizera parte de missões diplomáticas nossas nas repúblicas do Uruguai e do Paraguai.

Dessa plêiade de homens ilustres era íntimo o cônego Gay e com eles se reunia constantemente, em magnífica troca de ideias em proveito do Brasil.

Em 1862 apresentou o cônego Gay ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a História da República Jesuítica do Paraguai, que lhe valeu a eleição para sócio dessa benemérita instituição cultural.

Foi também eleito para o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Rio Grande do Sul, de que foi um dos fundadores e seu primeiro presidente o ilustre general Conde de Porto Alegre.

Desde 1864 vinha a invasão paraguaia preocupando seriamente o cônego Gay, que, dando expansão a esses temores, escrevia às autoridades militares, ao presidente da província e aos jornais.

Tocou-lhe a parte amarga de verificar o fundamento de suas apreensões, como testemunha, da invasão e dos males que temia e apontava.

É, pois, de alto valor o seu depoimento, que é, sem dúvida, relato fiel e minucioso dos acontecimentos, conforme o leitor terá oportunidade de verificar.

O cônego Gay seguiu com as nossas tropas para Uruguaiana e aí assistiu, incorporado à comitiva imperial, à rendição dos paraguaios.

No momento em que o energúmeno padre Duarte se apresentava implorando a proteção do imperador, o cônego Gay, que o sabia alma danada junto aos paraguaios, exasperou-se e o ameaçou violentamente de chicote em punho.

“Essa cena”, diz o Conde d’Eu, que a presenciou, “acabou devida ao favor que, por sua erudição, gozava junto ao imperador o padre Gay.”

Não se cansava o ilustre pároco de São Borja em proclamar que havia, em tempo, prevenido e até mesmo dado alarmes sobre a invasão paraguaia e que não o fizeram ouvir.

O Conde d’Eu, que não mostra simpatia pelo ilustre clérigo, assim se refere a esse assunto: “O pároco de São Borja é francês; é o padre Gay, nascido no Departamento dos Altos Alpes. É homem inteligente; mas, se devo dizer o que me parece, um pouco parlador. Sabe igualmente bem o português e o espanhol e envia artigos em-

polados tanto aos jornais da Província do Rio Grande do Sul como aos do Estado Oriental e das províncias argentinas. Parece que a ocupação de São Borja foi o mais belo dia de sua vida. A quem o ouve, parece que só ele tinha, de há muito, adivinhado o plano dos paraguaios e avisado, mas inutilmente, as autoridades.”

Ao cônego Gay foi conferida a medalha comemorativa da rendição de Uruguaiana.

Fazendo parte da comitiva imperial, embarcou a 25 de setembro no vapor 11 de Junho, com destino às vilas de Itaqui e São Borja, que o imperador quis visitar para ver in loco os prejuízos sofridos com a invasão paraguaia.

Chegaram os visitantes a Itaqui no mesmo dia e a 27 rumaram para São Borja, onde o imperador foi saudado pelo cônego Gay e que depois lhe serviu de cicerone, percorrendo diversos pontos da velha cidade missioneira, entre eles o local em que existira o “rancho de Bompland”. (Vide nota 90.)

Em 1874 foi conferido ao cônego Gay o oficialato da Imperial Ordem da Rosa.

A 20 de julho desse ano foi empossado na vigararia da cidade de Uruguaiana, que obtivera por concurso e foi assim que transferiu sua residência de São Borja, onde permanecera durante 24 anos.

Em 1880 fez uma viagem à França, levando uma carta de recomendação de D. Pedro II a Ferdinand Denis, autor de uma História do Brasil.

Essa carta, recentemente divulgada pelo projecto historiador Rodolfo Garcia, foi encontrada no arquivo daquele ilustre francês, em Paris, pelo nosso patricio Afonso Arinos de Melo Franco, também consagrado historiador.

A magnífica campanha abolicionista no Rio Grande do Sul, iniciada praticamente em Porto Alegre, a 29 de agosto de 1869, com a fundação da Sociedade Libertadora, sob a presidência do Conde de Porto Alegre – Manuel Marques de Sousa, o terceiro glorioso general desse nome –, foi intensificada no decênio de 1880.

Como fruto dessa intensificação foi fundado na cidade de Uruguaiana o Clube 20 de Abril, que tinha como finalidade a libertação de escravos.

Faziam parte dessa filantrópica associação o brigadeiro Francisco Rodrigues Lima, avô da Exma. Sra. Darci Vargas, esposa do eminente Dr. Getúlio Vargas, o cônego João Pedro Gay, os cidadãos Salatiel S. Paiva, João Rodrigues Viana, José Carvalho, João Adalberto de Oliveira, Antônio D. Pimentel e Eduardo Jaime.

O cônego Gay foi elemento de destaque desse clube e muito influiu para a libertação do elemento servil, pregando, com eloquência e brilho, contra a escravidão.

A cidade de Uruguaiana, comemorando a 18 de setembro de 1884 a passagem de mais um aniversário da rendição paraguaia, em 1865, libertou todos os escravos ali existentes.

Em 31 de dezembro, ainda em 1884, foi o município declarado livre, graças aos esforços dos membros do Clube 20 de Abril e à dedicação de ilustres damas da sociedade uruguaianense que, desde o início desse ano, percorriam as ruas da cidade angariando donativos para a libertação dos escravos.

Na noite de 10 de maio de 1891 sofreu o cônego Gay lamentável desastre por um carro em disparada e cinco dias depois falecia esse ilustre sacerdote, que foi um grande servidor do Brasil, pelos seus estudos e notável dedicação a tudo que se relacionava com a pátria que ele adotou com alma e coração.

Seus despojos mortais foram trasladados para Porto Alegre e aí repousaram.

Deixou o cônego Gay os seguintes estudos, além de grande número de artigos em jornais e de mais de 200 sermões:

Itinerário resumido da viagem que acaba de fazer embarcado no rio Uruguai, desde a foz que nele faz o rio Passo Fundo até o Passo de São Borja, o Sr. Joaquim Antônio de Moraes Dutra, navegando 150 léguas no mesmo Uruguai, navegação em metade desconhecida até agora. Publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 21.

Tratado de Teologia Moral. Os originais desse trabalho foram entregues, em 1862, ao bispo do Rio de Janeiro, Conde de Irajá. Não foi publicado em consequência da morte do eminente prelado, que mostrara interesse por esse estudo.

História da República Jesuítica do Paraguai, desde o descobrimento do rio da Prata até nossos dias, ano de 1861. Publicada também na Revista do Instituto, tomo 26. Foi feita uma separata.

Essa obra foi, em 1862, entregue pelo autor ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e aí teve como relator o ilustre cônego J. C. Fernandes Pinheiro, que, depois de minucioso exame, a considerou “mui merecedora de particular proteção do instituto”.

Esse parecer foi lido na sessão de 30 de maio e, a 22 de agosto, tudo de 1861, foi o ilustre pároco de São Borja eleito sócio daquela benemérita instituição.

Em 1881 o cônego Gay traduziu esta História para o francês, ampliando-a e corrigindo-a em muitos pontos. Essa tradução não foi publicada.

Em 1942 foi feita, por ordem do eminente Dr. Getúlio Vargas, a 2ª edição portuguesa, erudita e longamente anotada pelo sabedor de nossa história Dr. Rodolfo Garcia, o ilustre diretor da Biblioteca Nacional.

Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai, desde seu princípio até o fim (de 10 de junho a 18 de setembro

de 1865). *Publicada primeiramente no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro e depois pela Tipografia Imperial Constitucional, de J. Villeneuve & Cia., 1867, in-4º de 2 colunas. Rio de Janeiro.*

Nouvelle Grammaire de La Langue Guarany et Tupy. Manuscrito original de 155 págs. + 6 com tábuas das matérias, 0,22^m x 0,34^m. Na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, 1-7, 3, 330. (Citação de R. Garcia.)

Manual de conversation en français, portugais, espagnol et guarany. Manuscrito original, 200 págs. Na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, 1-8, 2, 37. (Cit. de R. Garcia.)

Notice sur les derniers années de la vie du naturaliste Mr. Aimé Bompland, sur sa mort, et son heritage scientifique. Rio de Janeiro, 1861. Inédito no Instituto Histórico. (Cit. do conselheiro J. Luís Alves.)

O primeiro que pisou na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul para nela introduzir a civilização e o cristianismo. *(Cit. de Sacramento Blacke.)*

Compêndio da História Natural. *(Cit. de Sacramento Blacke.)*

Além dos trabalhos citados, tinha o vigário de São Borja outros em conclusão, que o vandalismo dos invasores inutilizou juntamente com a sua preciosa biblioteca, por ocasião da lamentável depredação feita em sua residência. Foram também inutilizados mais de 200 sermões do ilustre sacerdote, prontos para serem publicados.

A destruição atingiu também uma coleção de pedras e produtos esquisitos da natureza, alguns dos quais estiveram na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1861, e um pequeno herbário de plantas das Missões que o vigário vinha formando desde 1862.

PRIMEIRA PARTE
Cônego João Pedro Gay

.....

Prefácio

PARA NÃO SER vítima dos ferozes invasores, que no dia 10 de junho de 1865 acometeram a fronteira brasileira do Uruguai pelo Passo de São Borja, tive naquele dia que retirar-me ao interior do Município de São Borja, onde me conservei até princípios do mês de setembro, seguindo então para o nosso exército em operações nesta província, em frente da vila de Uruguaiana. Aí presenciei, no faustoso dia 18 de setembro, o grande feito que purificou esta fronteira das pisadas vergonhosas do inimigo.

Em minha emigração, e no exército, tomei notas do que vi e das informações exatas que estava recebendo sobre os acontecimentos do teatro da guerra nesta fronteira. Em meu regresso a esta vila de São Borja, pus minhas notas a limpo, esmerando-me em narrar os fatos com a maior exatidão. Assim, formei este opúsculo histórico, que os brasileiros amantes de seu país lerão com interesse. É nesta esperança que tenho o prazer de oferecê-lo ao público, pedindo-lhe que não repare em sua imperfeição.

São Borja, 1º de novembro de 1865.

O cônego-vigário, João Pedro Gay.



*Coronel
Francisco
Carneiro
de Campos*



*Coronel
Frederico
Carneiro
de Campos*

.....

Capítulo I

INTRODUÇÃO

O GENERAL FRANCISCO SOLANO LÓPEZ, presidente da República do Paraguai, vendo em meados de 1864 travar-se a luta entre o Império do Brasil e o governo da República Oriental do Uruguai, estremeceu em sua cadeira de ferro, temendo que o Brasil, com quem não tinha contas justas, lha espedaçasse, derrubando seu governo despótico logo que houvesse derrotado os *blancos* de Montevideú, e, em seu furor, resolveu ele declarar a guerra ao Brasil.¹

Já as forças brasileiras se achavam na fronteira da Província do Rio Grande do Sul, prestes a invadir a República Oriental, para exigir as reparações que o governo *blanco* lhe recusara; já vários vasos da esquadra brasileira, com o mesmo propósito, sulcavam as águas do rio da Prata, quando o déspota do Paraguai, estabelecendo-se o árbitro do rio da Prata,

1 As causas da guerra, desde as remotas até as eficientes, são objeto de um longo estudo que seria publicado pelo autor destas notas, sob o título – DA BULA DE ALEXANDRE VI À GUERRA DO PARAGUAI.

sob o pretexto de conservar o equilíbrio naquele país² e de se opor à sua conquista pelo Império, deu sua nota de 30 de agosto de 1864, pela qual reprovava a conduta do Brasil, declarando que, se as forças brasileiras

2 Com a intervenção do Brasil no Estado Oriental, em consequência do *ultimatum* de 4 de agosto de 1864, nenhuma ameaça sofria o equilíbrio do rio da Prata, nem perigavam a independência e a soberania da República Oriental do Uruguai.

Além da garantia expressa em notas do governo brasileiro e de seu representante – o eminente conselheiro Saraiva, depois da apresentação do *ultimatum*, e certamente com o objetivo de evitar explorações sobre as intenções do Brasil, celebrou com a República Argentina o protocolo de 22 de agosto de 1864, onde foi declarado que o Brasil e a Argentina, “em virtude dos tratados vigentes, têm o dever e o interesse de manter a independência, a integridade do território e a soberania da República Oriental do Uruguai”.

Para que no futuro nenhuma dívida pairasse sobre o dever e interesse referidos, se estabeleceu no artigo segundo daquele protocolo:

“Tanto a República Argentina como o Império do Brasil, na plenitude de sua soberania, como estados independentes, podem em suas relações com a República Oriental do Uruguai, igualmente soberana e independente, proceder nos casos de desinteligência como procedem todas as nações, servindo-se, para extingui-la, dos meios que se reconhecem lícitos pelo Direito das Gentes, com a única limitação de que, qualquer que seja o resultado que o empregado destes meios produza, serão sempre respeitados os tratados que garantem a independência, a integridade de território e a soberania da mesma República”. (*Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1865*, Anexo nº 25, pág. 61.)

Em face desse acordo entre as duas maiores potências da América do Sul, se verifica que foi extemporânea e sem propósito a intervenção paraguaia na questão Oriental, pelo motivo exposto na nota de 30 de agosto de 1864.

Para se comprovar a sem razão do ato paraguaio, há o depoimento de notáveis personalidades uruguaias, quer na vida diplomática, quer no labor histórico, que testemunham o respeito do Brasil pela independência Oriental.

Francisco Magariños Cervantes afirmou, em 1864: “No que respeita à independência da República, já demonstramos que o Império pode com razão dizer-se seu fundador e jamais se esquivou de manifestar suas ideias a respeito da necessidade de que essa independência seja conservada”. (*La Política Brasileña en el río de la Plata*, Buenos Aires, 1864, p. 139.)

Aos que objetarem que o autor transcrito pertencia ao Partido Colorado, é o de se opor que o ilustre Dr. Luiz Alberto de Herrera, um dos maiores e dos mais extremos dos chefes do partido *blanco*, asseverou: “A reflexão madura ensina que o Brasil, depois de 1825, nunca intentou, pela violência, a reconquista da Banda Oriental”. (*El Uruguai Internacional*, Paris, 1912, p. 101.)

invadissem a República Oriental do Uruguai, o governo do Império seria responsável pelas consequências ulteriores, ficando ao governo do Paraguai o direito de obrar como bem lhe parecesse.³ E sem mais preliminares, o

3 Assim efetivamente foi, em plena paz, sem prévia declaração de guerra.

Solano López, no auge de seu delírio de glórias e de conquistas, teve, para dar maior vigor aos seus sonhos, os incitamentos do Dr. Vasquez Sagastune, representante do governo uruguaio.

Poucos dias antes da decisão de Solano López sobre o apresamento do *Marquês de Olinda*, o diplomata uruguaio dirigia um longo *memorandum* confidencial ao chanceler paraguaio, onde – depois de expor a fraqueza do Brasil como país armado, a conveniência que teria a Argentina de manter-se neutra e a cooperação que o general Urquiza estava chamado a prestar ao Paraguai, “pelos seus antecedentes e interesses” – salientou a oportunidade do momento para uma agressão armada.

Um alto e nobre espírito da cultura uruguaia, o Dr. Julio María Sosa, em notável discurso pronunciado na Câmara dos Deputados de seu país em 6 de abril de 1907, disse que esse documento “era uma verdadeira originalidade macabra”.

Foram estes os argumentos de Vasquez Sagastune:

“A mobilização sobre o Brasil, das forças paraguaias, nestes momentos, seria talvez um golpe de morte para o Império.

“Dentro de um mês só Deus sabe a natureza dos inconvenientes que podem surgir!

“Uma declaração de guerra ao Brasil, antes das operações, poderia ocasionar precipitação da sua parte para tomar uma defensiva vantajosa e ganhar assim posição.

“O governo do Paraguai está no direito de invadir o Brasil em silêncio”. (*Memorandum* de 28-10-1864.)

Foi amparado por esse credo felino que Solano López resolveu o apresamento do *Marquês de Olinda*, depois de algumas vacilações.

Jorge Thompson, que foi íntimo de López, assim descreve a ocorrência: “Esse navio [o *Marquês de Olinda*], de viagem para Mato Grosso, chegou a Assunção a 10 de novembro de 1864, levando a bordo o Sr. Carneiro de Campos, recentemente nomeado presidente ou governador da Província brasileira de Mato Grosso. López se achava, nesse momento, em Cerro León e vacilou durante o dia, flutuando entre a guerra e a paz. Tinha a ideia de que o Paraguai só poderia se fazer conhecido pela guerra e sua ambição pessoal o precipitava para esse caminho”. (*La Guerra del Paraguay*, 18.)

Jorge Frederico Mastermann, que foi cirurgião-mor do exército paraguaio, assim relata o apresamento do navio brasileiro em referência: “Depois de demora de algumas horas, continuou sua viagem águas acima. López estava evidentemente indeciso: não havia declarado a guerra e sabia que, apoderando-se do navio, executava um ato de pirataria. Por outra parte, a tentação era grande. Não possuía um navio igual ao *Marquês de Olinda* e este caíra em uma armadilha, porque, estando desarmado, não podia fazer resistência”. (*Sete Anos de Aventuras no Paraguai*, 62)

É esta a narrativa de Luiz Schneider: “Tendo tomado carvão, o *Marquês de Olinda*

presidente López apoderou-se a 12 de novembro do vapor brasileiro *Marquês de Olinda*,⁴ pertencente à companhia de navegação de Montevidéu à Província brasileira de Mato Grosso, em ocasião que o dito vapor navegava o rio Paraguai, em frente de Assunção, capital do Paraguai. Esse vaso se dirigia a Cuiabá levando a seu bordo o coronel Frederico Carneiro de Campos, nomeado presidente e comandante das Armas da Província de Mato Grosso, e uma porção de dinheiro para pagamento das tropas e para obras públicas.⁵ O marechal López saqueou tudo o que se achava no *Marquês de Olinda*, que armou para servir em sua esquadra, e lançou

continuou no dia 11, às 2 horas da tarde, a navegar rio acima. O presidente Solano López se achava no acampamento de Cerro León e, depois de muito vacilar, se resolveu a dar começo às hostilidades com a captura deste navio”. (*Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai*, I – 18.)

Referindo-se aos incitamentos de Vasquez Sagastune para que Solano López se apoderasse do navio brasileiro, disse eminente e talentoso político uruguaio: “A 14 de novembro, influenciado pelo comissionado oriental em Assunção e contra todas as prescrições do Direito das Gentes, se apodera do navio *Marquês de Olinda*, em que viajava o governador de Mato Grosso, Carneiro Campos, e comete com a tripulação desse navio e com o próprio governador um dos tantos crimes que registra a história de sua tirania”. (Dr. Julio María Sosa, *Discurso cit.*)

Ouçamos, por fim, o depoimento do coronel Juan Crisostomo Centurión, criatura de Solano López:

“O primeiro ato de hostilidade contra o Brasil e que foi a captura do navio *Marquês de Olinda*, pertencente a uma empresa brasileira de vapores que fazia a carreira entre Corumbá e Montevidéu, foi devido, pode-se dizer, à inspiração do Sr. Sagastune.

“López naqueles momentos encontrava-se em Cerro León, pela segunda vez, e vacilou muito em tomar aquela resolução, mas o Sr. Sagastune, com as suas persuasivas palavras, venceu os seus escrúpulos e fez com que desse as ordens necessárias para a perseguição e a captura do mencionado navio, que já havia saído do porto de Assunção, navegando rio acima”. (*Reminiscências Históricas*, livro I, p. 193.)

- 4 O *Marquês de Olinda* era um pequeno vapor de cerca de 200 toneladas de carga, com dois mastros, uma chaminé e movido a rodas.
O governo paraguaio o armou em guerra, tendo assim tomado parte na batalha de Riachuelo, onde foi destruído.
- 5 Eram 400 contos de réis em notas do Tesouro. Sendo conhecido o número dessas notas, foram retiradas de circulação, o que foi amplamente divulgado pela legação brasileira em Buenos Aires e, desse modo, evitada a tentativa do governo paraguaio no sentido de negociar o dinheiro apreendido.

num calabouço, como prisioneiro de guerra, o presidente de Mato Grosso, também deputado à Assembléia-Geral do Brasil.⁶ Este ato de selvagem pirataria foi a nota diplomática pela qual o déspota do Paraguai declarou guerra ao Império do Brasil.

Pouco tempo depois que esta notícia chegou à vila de São Borja, soube-se também que a guarnição paraguaia da vila de La Encarnación (Itapua), povoação paraguaia mais próxima às Missões brasileiras, tinha sido reforçada.⁷

6 Ficaram como prisioneiros de guerra, além da tripulação e dos passageiros civis, mais as seguintes pessoas: coronel Frederico Carneiro de Campos, presidente de Mato Grosso; primeiro-tenente Ângelo de Faria Pinto Mangabeira, que morreu de fome em 1867; Dr. Antônio Antunes da Luz, cirurgião do Exército, morto no mesmo ano e nas mesmas condições de Mangabeira; piloto João Clio Pereira Arouca, que sobreviveu e libertou-se em 1867; piloto Antônio Alves Braga, que morreu louco, em 1867; oficial de Fazenda da Armada João Coelho de Almeida, que sobreviveu aos sofrimentos como prisioneiro e se libertou em agosto de 1867. Faleceu em dezembro de 1917; o tenente reformando da Armada e comandante do navio José Antônio da Silva Souto, que morreu sob atrozes sofrimentos, em Passo Pocu, em 1867.

O coronel Carneiro de Campos pertencia à Arma de Engenharia e nascera na Bahia, em 1803. Contava, portanto, 61 anos de idade. Era vigoroso e suportou durante três anos as privações e torturas que lhe foram infligidas com extraordinária fortaleza de ânimo e grande resistência física.

Faleceu a 4 de novembro de 1867, em Passo Pacu, ao choque da notícia aí espalhada, em alaridos, de que o Exército Brasileiro sofrera grande e fatal derrota, na segunda Batalha de Tuiuti, o que parecia verídico pelo elevado número de prisioneiros do 4º Batalhão de Artilharia brasileiro, que ali foi surpreendido.

Carneiro de Campos, já então alquebrado pela fome e pelos pesados serviços de faxina, não resistiu ao choque moral e sucumbiu em sórdida prisão, sob os olhos comungidos de seus companheiros de infortúnio, que ainda viviam: Almeida e Arouca. Este, que nascera na Bahia, em 1843, chegou ao posto de capitão-de-fragata.

O Dr. Lemos Brito, baseado no depoimento de Arouca, escreveu o interessante estudo *Guerra do Paraguai – Narrativas Históricas dos Prisioneiros do vapor* Marquês de Olinda.

7 Desde abril de 1864, e, portanto, sete meses antes de sua agressão ao Brasil, havia Solano López mandado concentrar em Encarnação 10.000 homens, para aí receberem instruções.

Foi nomeado comandante dessa tropa o major Pedro Duarte.

Um ano depois, isto é, em abril de 1865, foi nomeado para assumir aquele comando e entrar logo depois em operações de guerra o tenente-coronel Juan de la Cruz Estigarribia, ficando o major Duarte como 2º comandante.

Quase ao mesmo tempo em que tivemos notícias de que um exército paraguaio tinha invadido nossa Província de Mato Grosso, soube-mos que uma parte das forças paraguaias estacionadas na vila de Encarnación, sobre a margem direita do rio Paraná, tinha passado para a margem esquerda deste grande rio. Soube-se logo que aí havia um grande depósito de madeiras de construção, e que muita gente dele se ocupava em construir canoas e carretas. Todos os habitantes das Missões brasileiras ficaram na persuasão de que os paraguaios preparavam-se para transportar em carretas suas canoas sobre a margem do rio Uruguai, a fim de o passar e de invadir a Província do Rio Grande do Sul por São Borja, a chave do Império por esta fronteira. Desde então a população desta vila principiou a se assustar.⁸

Deu-se parte destes fatos ao comandante superior da Guarda Nacional da Comarca de São Borja e comandante da fronteira; deu-se parte ao general-comandante da divisão encarregada de operar sobre o Uruguai e, portanto, da defesa do território fronteiro; deu-se parte ao presidente da província. Vários jornais da Província do Rio Grande do Sul e de outras partes não somente reproduziram a narração destes fatos, como também de outros

Estigarribia chegou a Encarnação a 19 daquele mês. Comandava aí o capitão Cárdenas; o grosso da tropa estava no acampamento de Pindapoí, sob o comando do major Duarte desde janeiro.

Eram estes os corpos existentes nas duas localidades referidas, segundo se verifica da *Correspondência* de Estigarribia: batalhões de infantaria 8, 14, 15, 16, 17, 28, 31, 32, 33, 41; regimentos de cavalaria 24, 26, 27, 28, 33.

A instrução era intensa – assim descreve Estigarribia em sua assídua correspondência com Solano López:

Os batalhões 14, 15, 16, 17, 28 e 31 exercitam-se de manhã na instrução de companhia e guerrilha, e de tarde na instrução de batalhão.

Os batalhões 32 e 33, na 4ª lição da terceira parte da instrução de recruta.

O batalhão nº 8, na terceira parte, 4ª lição e o 41 na Segunda Parte, 2ª lição de instrução de recrutas.

Os regimentos 24 e 26 são instruídos de manhã na de esquadrão e guerrilhas e de tarde na de regimento.

O regimento 27 acha-se na segunda parte, artigo 14 da instrução de esquadrão, o regimento 28 na 1ª lição da quarta classe e o 33 na 3ª lição da quarta classe. No final de quase todos os ofícios, era mencionado o estado de instrução da tropa, em cumprimento às recomendações de Solano López a esse respeito.

8 No capítulo adicional “Informações sobre os aprestos para a invasão do Rio Grande do Sul”, encontrará o leitor informações sobre este assunto.

que se seguiram, *verbi gratia*, à entrada frequente de piquetes paraguaios consideráveis pelo território do departamento correntino de São Tomé, seja em perseguição de desertores, seja para colher informações do que se passava em nossa fronteira de Missões; a avançada e acampamento de uma forte guarnição paraguaia no antigo Povo de São Carlos, nas pontas do rio Agua-peí, tido por limite do Paraguai e da Província de Corrientes, etc. Porém, todas as providências que se tomaram, para guarnecer e defender a fronteira de São Borja, foram a de ordenar ao presidente da província um recrutamento geral e extraordinário na comarca de São Borja de todos os homens capazes de pegar em armas. Jamais houve recrutamento mais rigoroso, e com os homens que assim se reuniram se organizaram cinco corpos provisórios com as denominações de nº 10, nº 11, nº 22, nº 23 e nº 28, e uma seção de infantaria da Guarda Nacional que foi elevada à categoria de batalhão, denominado nº 3, sem contar o batalhão da reserva que também foi reunido. Esses corpos podiam dar um contingente de 2.500 homens, número que nunca se achou simultaneamente reunido, tanto por causa das numerosas partidas que continuamente estavam ocupadas a recrutar, como por causa das licenças que o comandante superior e os comandantes dos corpos concediam frequentemente aos guardas nacionais reunidos. Sem embargo, houve ocasião em que se achavam nos acampamentos como 2.000 homens.

O acampamento geral dessa Guarda Nacional, que formava a primeira linha da divisão Canabarro, foi colocado no Passo das Pedras, a umas 12 ou 13 léguas ao sul da vila de São Borja, e como duas ou três léguas acima da vila de Itaquí. Aí acampavam ordinariamente os corpos nºs 10, 11, 22 e 23. O Corpo nº 28 acampou nas barrancas do Uruguai, em São Mateus, como a cinco léguas ao norte de São Borja, de que eram cortados pelo rio Camaquã e pela estiva. Só ficaram na vila duas companhias do batalhão da reserva, e no Passo de São Borja a seção de infantaria. Estas providências eram pouco suficientes para tranquilizar os ânimos dos missionários.⁹

Desde a época da conquista das Missões Orientais por Portugal até agora, sempre as forças portuguesas, e depois as brasileiras, tinham acampado em São Borja e ao norte da mesma vila.

9 Diversos fatores concorreram para as falhas apontadas pelo autor. No capítulo adicional *Plano de campanha*, são dadas informações sobre o assunto.

Assim foi nas guerras contra André Artigas e assim parece que devia ser na guerra atual contra o Paraguai, que, querendo invadir a Província do Rio Grande do Sul, devia por força entrar pelo Município de São Borja, por ser o mais perto e ser o caminho excelente. As tropas brasileiras, para evitar a invasão, deviam, pois, acampar na vila de São Borja até o antigo povo de São Nicolau, cujos terrenos são muito sadios e oferecem excelente proporção para esse fim. Porém, foi escolhido para acampamento o Passo das Pedras, fora do Município de São Borja, lugar aliás insalubre, onde morreu de tifo certo número de soldados. Por outro lado, a maior parte da 1º Divisão Ligeira, ao mando do brigadeiro Canabarro, incumbido de guardar a fronteira das Missões, foi acampada a umas 50 léguas de São Borja, em Santana do Livramento. Estas disposições deixaram sempre em inquietação os moradores da vila e do Município de São Borja.

Sem embargo, a tomada de Paissandu, a 8 de janeiro último, aos *blancos* aliados dos paraguaios, pelo Exército Brasileiro e pelas forças do general Flores, veio até certo ponto reanimar os habitantes das Missões, que tiveram esperança que, depois da queda do grande e principal baluarte dos *blancos*, Montevidéu não tardaria a sucumbir, como aconteceu a 20 de fevereiro, e que a esquadra e o Exército Brasileiro subiriam imediatamente pelo rio Paraná para atacar em seu próprio terreno o déspota paraguaio e assim nos veríamos livres da invasão paraguaia nesta fronteira do Rio Grande do Sul.

Mas parece que as lindas cidades do majestoso Prata foram uma Cápua para o nosso Exército e para nossa esquadra, cuja saída os jornais anunciavam diariamente, mas que de lá nunca saíam. Pode ser também que essa demora de nossas forças no rio da Prata tivesse sua origem nas ordens do gabinete de São Cristóvão. Mas, entretanto, se preparava o golpe que devia arruinar esta fronteira do Rio Grande do Sul.

À vista da inércia do governo brasileiro, o déspota paraguaio criou nova audácia e, não se contentando com haver devastado quase toda a Província brasileira de Mato Grosso, incitado talvez pelos ataques que lhe fazia a imprensa livre de Buenos Aires e do Brasil, ele investe inopinadamente contra a própria Confederação Argentina, declarando-lhe a guerra por um ato de selvagem pirataria, semelhante ao da tomada do nosso vapor *Marquês de Olinda*.

No dia 14 de abril (quinta-feira santa), a esquadra paraguaia se apresenta amigavelmente no porto da cidade de Corrientes, capital da província argentina desse nome, se apodera à traição dos vapores de guerra argentinos *Vinte Cinco de Mayo* e *Guauguay*, passa a degolar suas tripulações e carrega com os dois navios. Pela manhã de 15 de abril (sexta-feira santa), enquanto o povo cristão da capital de Corrientes chorava nas igrejas a morte do Salvador do mundo, uma esquadra e um exército paraguaios, que se diziam cristãos, se apoderaram da cidade inteiramente indefesa e surpreendida.

Wenceslau Robles, general dos invasores, servo do vil déspota do Paraguai, estabeleceu seu quartel-general na cidade de Corrientes. Aí, a 17 de abril, dirigia ele cartas autógrafas aos antigos chefes federais da Confederação Argentina para os fazer sublevar contra o governo legal do benemérito presidente Mitre, e anunciando ao mesmo tempo que uma divisão do exército a seu mando estava em marcha para operar sobre o rio Uruguai.

Com efeito, a 8 de maio tivemos em São Borja a notícia de que as forças paraguaias tinham passado o rio Aguapeí (limites do Paraguai) e tinham penetrado no Departamento correntino de São Tomé, e que, a marchas forçadas, elas se dirigiam sobre o povo do mesmo nome.

Os habitantes desta pequena povoação principiaram naquele dia a emigrar e a retirar seus interesses, o que continuaram a efetuar no dia seguinte, de sorte que, quando à tarde (era o dia 9), os paraguaios chegaram ao povo de São Tomé só encontraram nele cinco estrangeiros, três mulheres velhas e muito poucas fazendas.

Na mesma noite daquele dia, deu-se parte do ocorrido ao comandante da nossa fronteira e da brigada, e escreveu-se ao presidente da província.

No dia 10, quase todas as famílias de São Borja abandonaram as suas casas e emigraram pela campanha.

O coronel Antônio Fernandes Lima, comandante da 1ª Brigada da divisão Canabarro, acudiu a São Borja com os quatro corpos que se achavam acampados no Passo das Pedras, deixando 100 homens de guarnição na vila de Itaqui.

A brigada se aproximou da vila precisamente no momento em que se davam uns tiros no Passo do Proença no Paraguai, a uma légua de

São Borja, onde se espalhou a notícia de que os paraguaios efetuavam sua passagem para esse lado do rio.

Para lá seguiu um esquadrão de clavineiros da brigada sob as ordens do major Docca; para lá foram também os comandantes de alguns corpos e muitos soldados, mostrando muito entusiasmo para brigar com o inimigo. Uma força paraguaia tinha chegado à barranca do Passo do Proença, do outro lado do Uruguai, e tinha trocado tiros com uma guarda nossa colocada desse lado. Ao aparecimento das forças da nossa brigada, os soldados paraguaios retiraram-se.

Então, também se retiraram nossos clavineiros, os oficiais e mais os soldados dos quatro corpos da brigada, que se formaram sobre a coxilha, e, assim, estendidos e em Boavista da dos paraguaios, que se achavam nas vertentes das coxilhas da margem oposta do Uruguai, nossos corpos foram acampar a cinco ou seis quadras do rio, quase junto ao acampamento de nossa seção de infantaria. Esse contingente dos quatro corpos era perto de 1.600 homens, e, segundo se soube depois, os paraguaios, que os viram desfilar, criaram bastante terror, se bem que naquela ocasião nenhum corpo da brigada fosse perfeitamente armado.

O corpo que tinha uma arma carecia de outra. Um corpo só tinha recebido fardamento, o mesmo que a seção de infantaria, que também recebera barracas.

Todos os mais estavam com a roupa que os soldados levaram de suas casas. Vários soldados se achavam quase nus, e outros cobriam-se com farrapos; ou porque fossem recrutados sem terem tempo de levar sua roupa, ou porque por pobres não a tivessem. Acontecia também que as poucas munições de guerra, que foram distribuídas aos soldados, não serviam para as armas que levavam.

Às vezes, os cartuchos eram de maior dimensão que o cano das armas de fogo, houve grande escassez de espoletas para as armas *à Minier*, que não chegaram com o armamento, e das quais o comandante teve que mandar buscar posteriormente em Alegrete, e vieram em tão pequeno número que, no dia 10 de junho, a nossa infantaria do Passo de São Borja teve falta de espoletas e de cartuchos ao meio do combate.

Não obstante, os paraguaios, que estavam diariamente do outro lado do Uruguai com uma força correntina de 1.200 homens quase desarmados, comandados pelo coronel Paiva, criaram muito medo às forças bra-

sileiras e disseram a alguns estrangeiros, que tinham ficado em São Tomé, como se soube depois, que não tinham nenhum receio dos correntinos e que só tinham medo dos brasileiros, e continuamente indagavam desses estrangeiros pelo número das forças brasileiras em São Borja, e procuravam saber notícias dos movimentos das forças do brigadeiro Canabarro.

Não tardou muito sem que eles dessem provas do medo que tinham dos brasileiros. No dia 17 de maio, o coronel Paiva pediu socorro ao coronel Fernandes, oferecendo-lhe cavalos para as forças brasileiras que passassem em sua coadjuvação do outro lado do Uruguai.

O coronel Fernandes, a 18 de maio, fez marchar 500 homens entre infantes clavineiros e lanceiros à barranca do rio para o passarem, indo ele mesmo à sua frente para os comandar. Esta passagem não se realizou, porque o coronel correntino não deu os cavalos que tinha oferecido. Eis o que narram o que aconteceu e que parece plausível. Os paraguaios achavam-se nos arrabaldes do povo de São Tomé ocupados a carnear e assar carne para o almoço, quando tiveram aviso de que as forças brasileiras passavam o rio no Passo de São Borja, para os ir atacar. Criaram um temor pavoroso; imediatamente, abandonaram seus assados e, com precipitação, tomaram o caminho do Paraguai, o que fez supor ao coronel Paiva que os paraguaios se retiravam realmente, por cujo motivo recusou os cavalos ao coronel Fernandes, que, laborando na mesma persuasão, tratou desde esse dia de fazer retirar sua brigada de São Borja para seu acampamento predileto, suposto que bastante insalubre, do Passo das Pedras.

Supõe-se geralmente que, se naquela ocasião, o coronel Fernandes passasse o Uruguai e com esses 500 homens se reunisse aos 1.200 do coronel Paiva, eles teriam destruído a vanguarda do inimigo, que era mais ou menos de 1.500 homens, e teriam feito desaparecer do Departamento de São Tomé estas forças, as únicas que então aí se achavam. Além de que o sr. coronel Fernandes teria podido depois fazer passar toda a sua brigada ao outro lado do Uruguai, obstando desta maneira a invasão das Missões brasileiras.

Podéria também ter acontecido que essa força brasileira do outro lado do Uruguai fosse rechaçada, se logo aí tivesse acudido o numeroso exército paraguaio que depois veio invadir o território brasileiro por São Borja; porém, ficara-lhe para sua salvação o recurso da retirada, e assim se aproveitariam mais interesses dos brasileiros estabelecidos no outro lado do rio e

sobretudo cavalhadas que caíram em poder do inimigo, e se dava tempo aos habitantes da vila de São Borja de emigrarem com alguns interesses.

A vinda da brigada para São Borja, assim como as palavras e as promessas do coronel Fernandes e a esperança de que o general Canabarro chegaria brevemente com as forças a seu mando, fizeram renascer a confiança aos habitantes de São Borja, que tinham se retirado da vila, para onde regressaram todos às suas casas, salvo duas ou três exceções.

Porém, apesar da enchente do arroio Santa Luzia, cujas águas cobriam completamente as árvores de suas costas; apesar da enchente dos banhados que se deviam passar para o despontar; apesar da crescente do rio Butuí, o sr. coronel Fernandes julgou que devia fazer marchar de São Borja sua brigada para o Passo das Pedras. No dia 26 de maio, saíram, pois, os corpos provisórios n^{os} 10, 11, 22 e 23.

Naquela ocasião, deu-se licença, geralmente de 12 dias, a um grande número de oficiais e de praças de todos os corpos.

Ficaram somente em São Borja, de reserva, 30 praças mais ou menos, capazes de pegar em armas; no Passo de São Borja, a seção de infantaria da Guarda Nacional, com 100 praças mais ou menos, afora os licenciados. O Corpo Provisório n^o 28 ficara sempre em São Mateus, além do rio Camaquã. Apenas os quatro corpos acima citados tinham se afastado uma légua da vila de São Borja, como se da hora fixa de sua retirada os paraguaios tivessem tido aviso, estes, que desde alguns dias o coronel supunha já no Paraguai, se apresentaram em grande número nas coxilhas aquém de São Tomé, tendo corrido com as forças correntinas do coronel Paiva, que dessa vereda se retirou ao sul do rio Aguapeí, junto ao povo da Cruz, e não compareceu mais.

Vários paraguaios se aproximaram então da barranca do Uruguai em frente ao Passo de São Borja.

Aí, puxaram da espada que brandiam no ar, gritavam, gesticulavam, desafiando aos brasileiros que os observavam desse lado oposto do rio. Deu-se parte da reparição dos paraguaios ao coronel Fernandes, que mandou fazer alto aos quatro corpos a duas léguas de São Borja. Enquanto apareciam soldados paraguaios em frente ao Passo de São Borja, apareciam mais esquadrões deles em frente ao Passo do Proença.

Estes esquadrões deram muitos tiros, que foram ouvidos por bom número de oficiais e de soldados da nossa brigada e, em particular, pelo sr. coronel Joaquim Gomes Pinheiro Machado¹⁰, irmão do exm^o Dr. Pinheiro, deputado por este distrito.

10 Antônio Gomes Pinheiro Machado, filho do capitão José Gomes Pinheiro e de Ana Florisbela Machado de Oliveira, nascido em Sorocaba, São Paulo, em 1819. Formou-se em Direito na Faculdade de sua província natal, aos 20 anos de idade. Tomou parte do movimento de 1842, que terminou com a entrada do Barão de Caxias em Sorocaba.

Passou então a exercer a advocacia, fixando residência em Itapetininga, onde, em 1844, contraiu matrimônio com Maria Manuela de Oliveira Aires, filha do tenente-coronel Salvador de Oliveira Aires, que possuía uma estância no Rio Grande do Sul, em Santo Ângelo, então distrito de Cruz Alta.

A fim de desenvolver a criação de animais nessa propriedade rural, transferiu Pinheiro Machado sua residência para Cruz Alta, onde foi o primeiro juiz municipal, no quadriênio 1846-1850.

Terminado esse mandato e não tendo sido nomeado juiz de direito como desejava, consagrou-se à advocacia e fez grande fortuna nessa profissão.

Exerceu as funções de vereador e de presidente da Câmara de Cruz Alta. Foi deputado provincial e teve assento na Assembleia-Geral, nas legislaturas de 1859-1860 e de 1864-1866.

Nas eleições para esta última, empatou com Silveira Martins, havendo a sorte decidido a seu favor.

Veio com a comitiva do imperador, em 1865, para o Rio Grande do Sul e assistiu à rendição de Uruguiana. Daí seguiu para o teatro da guerra, como auditor militar, só regressando depois do término da luta.

Veio gravemente doente, por moléstias adquiridas no decurso da campanha, e em consequência desses males faleceu a 12 de dezembro de 1875.

Deixou, de seu matrimônio, 12 filhos, entre eles a esposa de Venâncio Aires de Oliveira – seu cunhado e genro –, grande vulto da propaganda republicana e que foi, em 1884, um dos fundadores do jornal *A Federação*, de Porto Alegre, e seu primeiro redator-chefe.

O Rio Grande do Sul, em justa homenagem, perpetuou-lhe o nome em um de seus municípios – o de Venâncio Aires.

Era também filho do ilustre sorocabano o Dr. José Gomes Pinheiro Machado, nascido em Cruz Alta, aos 8 de janeiro de 1851 e não 1852, como em geral se menciona, e que foi assassinado, traiçoeiramente, no Rio de Janeiro, a 8 de setembro de 1915. Era então senador federal e chefe do Partido Republicano. Pelos serviços prestados à legalidade, na Revolução Federalista de 1893, foi-lhe conferido o posto de General Honorário do Exército pelo marechal Floriano Peixoto, quando presidente da República.

Foi notável chefe político, dotado de excepcional capacidade de condutor de homens. Foi, no seu tempo, a personalidade de maior prestígio no Brasil – um verdadeiro

Os paraguaios deram esses tiros a um casal de velhos, D. Filipe Jara e sua mulher, que fugiu em uma canoa. A canoa foi varada por uma bala, e a mulher foi gravemente ferida, mas, graças a uma descarga da nossa guarda de reserva do dito Passo, o casal de velhos correntinos pôde atravessar o rio, porque, atingindo muitas balas dos nossos o outro lado do rio, os paraguaios tiveram receio de chegar bem à barranca. Este sucesso foi naquela ocasião sabido não somente do coronel Fernandes, mas de toda a gente que se achava com ele.

Mas, naquele mesmo dia e no mesmo acampamento de Santa Bárbara, o coronel Fernandes teve aviso de Itaqui de que uma força paraguaia, como de 500 homens, se achava sobre o rio Caí do outro lado do Uruguai, a umas dez léguas mais ou menos ao norte da referida vila, e se lhe pedia que acudisse em sua defesa. Não podendo fazer seguir os quatro corpos, por causa da extraordinária enchente do arroio Santa Luzia e do rio Butuí, o coronel Fernandes, no dia 27, fez marchar os corpos nºs 10 e 23, que deram uma grande volta e atravessaram vários banhados para cruzar o Santa Luzia e o Butuí, onde, no lugar de desponte, essas tropas tiveram que nadar mais de uma quadra, em cujo trajeto a nado se perdeu ou ficou inutilizada bastante cavahada.

No dia 28, à testa dos corpos nº 11 e 22 o coronel Fernandes tomou a estrada real de Itaqui, passou o Santa Luzia a nado, e com eles chegou à margem direita do Butuí, na estância do capitão Rufino Rodrigues dos Santos.

Aí, Sua Senhoria foi informado de que a vila de Itaqui não se achava em perigo, pois que a força que se divisara nos Quaes era a do coronel Paiva que se retirava, e não força paraguaia. E, em consequência, a 29 de maio deu ordem para que regressasse para São Borja o Corpo nº 22 ao mando do tenente-coronel Nóbrega, e seguiu da melhor maneira que lhe foi possível, visto o péssimo estado do caminho, com o Corpo nº 11 para o Passo das Pedras, onde se reuniu com os corpos 10 e 23.

oráculo da vida política e administrativa do país: todas as vontades e todos os potentados se curvaram ante a força irresistível de seu poder.

Sua residência no Morro da Graça, no Rio de Janeiro, era uma espécie de Dodona, aonde os políticos e homens de mando subiam, para descerem com orientação, ordens e decisões.

Os paraguaios, assustados pela projetada passagem para o outro lado do Uruguai, no dia 18, do coronel Fernandes com suas forças, tinham se retirado a Tarairi, umas oito ou dez léguas ao norte do povo de São Tomé, para se porem em segurança e para procurar reforços num grande acampamento que aí tinham formado, sem que os exploradores que quotidianamente se mandavam da brigada dessem relação desse acampamento, nem do número de forças paraguaias.

Estas, reconhecendo que os brasileiros não tinham passado em sua perseguição, tinham avançado contra os correntinos do coronel Paiva, que puseram em fuga, se detiveram alguns dias a distância de São Tomé para enganar o coronel Fernandes; e quando souberam, por seus exploradores ou por seus espiões, que este, com o grosso da sua brigada, se tinha retirado de São Borja, se mostraram com mais audácia e arrogância sobre a margem direita do Uruguai.

Dizia-se em São Borja que eles se ocupavam a fazer nos arrabaldes de São Tomé um imenso cercado, como fizeram, para encerrar o gado do Departamento, a fim de o conduzir ao Paraguai em sua retirada, que se julgava próxima; porque, havendo notícia da subida de nossa esquadra e das forças argentinas pelo rio Paraná, se esperava cada dia notícia do desastre dos paraguaios na capital de Corrientes, cujo desastre, verificando-se, devia trazer por consequência a retirada das forças paraguaias das margens do Uruguai, onde no caso suposto elas se achariam sumamente expostas a serem cortadas.

Desde o dia 14 de maio, o rio Uruguai crescera extraordinariamente. A 15, ele estava campo afora, e se conservou muito cheio até os primeiros dias de junho. Alguns moradores de São Borja pensaram comigo que, sendo informado do perigo que corria a vila de São Borja, o nobre almirante herói de Paissandu mandaria subir uma esquadilha para salvar a nossa vila, porém foi mais uma ilusão!

Tal era o pensamento que dominava São Borja (salvo várias exceções) e que dominou até o dia 10 de junho; pensamento que autorizava o proceder do coronel Fernandes, que deixava São Borja, a chave de nossa fronteira, quase sem defesa e ao abandono, supondo nós que Sua Senhoria tivesse participações, de nós ignoradas, que lhe certificassem o estado de segurança da fronteira que o governo confiou ao seu valor e à sua prudência.

Quando nos últimos dias do mês de maio, três ou quatro esquadrões paraguaios desceram a pé de São Tomé e durante um dia inteiro revistaram com muito afã os matos que bordam o rio Uruguai,¹¹ presumiu-se, a princípio, que estes esquadrões vinham para tentar a passagem do rio. Mas, como na tarde do mesmo dia eles se retirassem, ninguém atinou nem procurou atinar com o motivo dessa diligência. Porém, dois dias depois, o aparecimento em São Borja de um desertor do acampamento paraguaio de São Tomé veio nos explicar que os paraguaios tinham vindo procurar o mesmo desertor, que desconfiavam estar escondido no mato do Uruguai, onde com efeito esteve, mas mais longe do que o lugar onde o procuravam.

Assim mesmo, quando a favor de uma canoa, que se lhe mandou do porto de Proença, esse desertor chegava à barranca brasileira, os paraguaios, seus perseguidores, apareceram na barranca oposta do rio.

Mandei chamar esse desertor, que no dia 4 de junho (domingo do Espírito Santo) me fez as declarações seguintes, em presença de muitas pessoas. Disse chamar-se Vicente Ferreira, natural de Pernambuco, ser desertor do Exército brasileiro e ser morador em São Tomé desde os 10 anos e lá casado.

Antes da invasão desse povo pelos paraguaios, ele fez passar sua família para São Borja e ficou escondido no mato, na esperança de poder cuidar de algumas vacas leiteiras que possuía. Em uma ocasião em que ele saiu ao campo atrás de suas vacas, foi preso pelos paraguaios, que o quiseram degolar.

Mas, antes de proceder a essa operação, lhe tiraram toda a roupa do corpo, para não a manchar com sangue, diziam eles, e a repartiram entre si. Porém, protestando o infeliz que era desertor brasileiro residente desde anos em São Tomé, sem poder vir ao Brasil, onde seria preso, e sendo isso confirmado por um correntino que se achava presente, pararam com os preparativos da execução e exigiram que Ferreira os conduzisse a seu rancho. Aí quiseram outra vez degolá-lo, por encontrarem uns cartuchos

11 Todas as ocorrências relacionadas com a atuação do comandante da 1ª Brigada da 1ª Divisão são examinadas no capítulo adicional “*Ação do coronel Antônio Fernandes Lima*”.

dentro de uma panela. Ele disse que esses cartuchos eram sua munição de caça, o que não lhe teria salvado a vida se um capitão oriental que interveio não o tivesse tomado debaixo de sua proteção.

Esse oficial, capitão ou major oriental, tinha-se escapado de Paissandu e, no acampamento paraguaio, ia quase sempre com uma companhia de correntinos e de brasileiros, na maior parte agarrados à força, cuja companhia não se misturava com as forças paraguaias nem mesmo delas se aproximava muito. Obrigaram Vicente Ferreira a assentar praça na dita companhia, e, como ele já tivesse servido no Exército Brasileiro, imediatamente o fizeram sargento. Declarou saber, por o ter ouvido dizer aos oficiais que de noite se reuniam ao redor do fogão, em cuja ocasião ele ordinariamente fingia estar dormindo, que a força paraguaia que se achava em São Tomé e seus arrabaldes era de mil e tantos até dois mil homens.

Ele disse crer que seu comandante é um major paraguaio, mas na companhia andam não só o oficial oriental que lhe salvou a vida, como o coronel, e ignora o nome de todos eles, porque, no acampamento paraguaio, é um crime que merece a morte o de perguntar pelo nome dos oficiais. Referiu que os paraguaios davam a entender em suas conversas que sentiam muito que as famílias se tivessem retirado com seus interesses do povo de São Tomé, dizendo que não levavam ordem de fazer mal a ninguém naquele povo, antes a de tratar bem a todos, como ele reconhecia que foi bem tratado no seu acampamento, onde lhe ofereceram de dar um terreno e umas 50 vacas de recompensa se eles fossem felizes em sua expedição.¹²

E, geralmente falando, eles trataram bem a todos no Departamento de São Tomé, se bem que matassem alguns indivíduos por motivos particulares, como um capitão Flores, brasileiro, na volta do Umbu. Mostravam ter mais medo dos brasileiros do que dos correntinos, e o tema predileto da conversação dos chefes das forças paraguaias em São Tomé,

12 Assim procediam em consequência da recomendação de Solano López, que esperava encontrar em Corrientes e Entre-Ríos apoio contra os aliados, em vista dos entendimentos que a esse respeito tivera com chefes influentes nessas províncias, especialmente com o general Justo José Urquiza.

todas as noites no fogão, onde conversavam até meia-noite, comendo suas tropas desde o anoitecer até essa hora, era de passarem o rio Uruguai para tomarem São Borja, onde supunham haver muitas fazendas para vestuário, muita riqueza e muita moça bonita, fazendo os oficiais de antemão repartição delas entre si, querendo cada qual que lhe tocasse maior quinhão, e ambicionando todos os demais amplo quinhão, e diziam que levavam ordem de saquear completamente São Borja e de fazer nessa vila tudo o que quisessem.

Só esperavam ainda suas carretas com canoas e mais 10.000 homens de tropa para efetuarem sua passagem no Passo de São Borja e, depois de saquearem esta vila, eles iriam fazer o mesmo a Itaquí e a Uruguaiana. Acrescentou o mesmo desertor que continuamente os paraguaios indagavam o número dos soldados da infantaria da Guarda Nacional destacada no Passo de São Borja, dos movimentos da brigada do coronel Fernandes e da divisão do general Canabarro, e pediam notícias de um batalhão que se dizia vir vindo do Rio de Janeiro. Diziam que contavam a esse respeito com a indicação de três moradores de São Borja, que não nomeavam, sendo um deles desertor correntino.

Aconselhei muito a Vicente Ferreira de ir imediatamente se apresentar ao coronel Fernandes, e de lhe fazer essas declarações. Ele me respondeu que se tinha apresentado ao tenente-coronel José Ferreira Guimarães, comandante da reserva, e que estava às ordens deste.

Notei em meu diário (que não me foi possível salvar, ficando ele entre multidões de papéis, de notas, de manuscritos, de livros, de que terá sofrido a sorte) essas declarações, que mostrei a alguns oficiais e, particularmente, ao digno major Vasco José Guimarães, major da brigada de Fernandes, tendo vontade de as enviar ao coronel Fernandes, e mesmo ao general Canabarro.

Mas fiquei descansado, tendo adquirido a certeza de que o tenente-coronel comandante da reserva tinha mandado essas declarações ao comandante da brigada.

Esperava também que ele lhe mandasse o mesmo desertor. Por outra parte, o pouco apreço com que algumas indicações minhas anteriores tinham sido atendidas, v. g., a de não retirar a brigada de São Borja,

estando na frente o inimigo, como deve constar de um ofício meu ao presidente da província com data de 12 de maio, de que não recebi resposta, a necessidade que demonstrei haver, perante muitos oficiais, ao mesmo comandante da brigada, de cortar toda e qualquer comunicação de São Borja para São Tomé, etc., me desgostou de tomar este trabalho.

Com o saque que os chefes do exército invasor fizeram de meus papéis em São Borja, perdi infelizmente toda a minha correspondência oficial, e com ela cópia dos avisos que, desde o princípio do rompimento do Paraguai com o Império, dei constantemente ao senhor comandante da brigada e, várias vezes, ao presidente da província, sobre os movimentos e preparo dos paraguaios em sua fronteira sueste.¹³

Não deixei tampouco de dar parte do que ocorria sobre esse assunto aos redatores do *Alegretense* e do *Correio do Sul*.

Entretanto, por aqueles dias, o coronel Fernandes recebeu em Itaqui, além das declarações do desertor Ferreira, o aviso mandado do Herval correntino pelo senhor Borges, de que 4.000 paraguaios haviam caminhado da costa do rio Paraná, tomando a direção da Tronqueira do Loreto, onde decerto se reuniu o exército que invadiu a fronteira de São Borja. Enfim, no dia 8 de junho, um senhor capitão Melo, que ultimamente se tinha mudado de Santana do Livramento para o Departamento de São Tomé e que, tendo caído prisioneiro dos paraguaios, o fizeram estes passar uma noite em estacas, soltando-o no dia seguinte, na suposição de que ele era oriental, tendo conseguido fugir dos paraguaios, se apresenta ao senhor coronel Fernandes e lhe disse que, visto que sua idade e suas enfermidades não lhe permitiam mais prestar serviços ao seu país, ele todavia ia lhe prestar um, fazendo ao benemérito comandante da fronteira de São Borja as participações seguintes: e com o semblante mui aflito ele contou que, no acampamento dos paraguaios, tinha adquirido a certeza de que no dia 3 de junho tinham saído da Tronqueira do Loreto 4.800 soldados de infantaria paraguaia, 2.400 de cavalaria, 50 carretas com seis ou oito peças de artilharia e com uma

13 O cônego Gay obteve posteriormente cópias autenticadas dessa sua correspondência e as anexou com outros documentos de grande valor a um dos exemplares de sua *Invasão*, existentes na Biblioteca Nacional – e que tem esta indicação: I – 2, 2, 39.

grande porção de canoas; que estas forças paraguaias vinham juntar-se com sua vanguarda composta de 1.500 homens que já se achavam em São Tomé, para aí passarem o rio Uruguai e caírem sobre São Borja de improviso. (Uma carta que um amigo meu me escreveu de Itaquí, no dia 8 de junho, me dava todos estes pormenores, porém eu a recebi quando os paraguaios tinham já dado seu golpe. Ela me foi entregue no dia 14, achando-me em retirada a muitas léguas da vila de São Borja.) Dizem que o exército que invadiu era composto pela forma seguinte: oito batalhões de infantaria de 700 homens, 5.600; quatro regimentos de cavalaria de 500 praças, 2.000; cinco bocas de fogo, de 100 praças, 500. Soma: 8.100.

Conforme asseguraram, o coronel Fernandes, segundo uns, não acreditou na notícia, ou ao menos não lhe deu importância. Dizem outros que o sr. coronel calculou que, havendo 30 léguas da Tronqueira do Loreto a São Borja e que, marchando o exército inimigo três léguas por dia, ele só poderia chegar a São Borja no dia 13 de junho; portanto, Sua Senhoria não se deu pressa em pôr em movimento os corpos da brigada a seu comando. Depois da tomada de São Borja no dia 10, dizem que o coronel Fernandes confessou que seu cálculo foi errado, porque não reparou na diferença que há, a menos, das léguas castelhanas para as léguas portuguesas, sendo estas um quinto maiores que as primeiras, de sorte que caminhar três léguas portuguesas em um dia é quase caminhar quatro léguas castelhanas no mesmo espaço de tempo. A este erro de cálculo ou à incredulidade do nobre coronel (sem contar o desamparo em que o deixaram tanto o nosso governo como o general Canabarro) se deve a entrega¹⁴ de vila de São Borja às forças paraguaias no dia 10 de

14 *Entrega*, não. – A vila de São Borja foi defendida com heroísmo pelos seus próprios filhos, a princípio em número inferior a 150, do 3º Batalhão de Infantaria Montada da Guarda Nacional, reagindo contra o desembarque dos paraguaios e disputando, a seguir, passo a passo, a penetração no território invadido; depois da invasão, por mais 260 bravos do 22º Corpo Provisório de Cavalaria de Guardas Nacionais e, finalmente, às portas da vila, detendo e repelindo os invasores, com a cooperação de 609 homens do 1º Batalhão de Voluntários da Pátria.

Os paraguaios só penetraram em São Borja a 12, depois de abandonada pelos seus habitantes, que foram protegidos na retirada pelos seus heróicos defensores.

junho. Porque, se o sr. coronel Fernandes fizesse, no dia 8, marchar sua brigada ao Passo das Pedras para São Borja, no dia 9, bem que de tarde, ela teria chegado. O mesmo teria sido do 1º Batalhão de Voluntários se tivesse sido avisado, pois ele acampou duas noites a duas ou três léguas da vila.¹⁵

É indubitável, dizem muitos oficiais, e entre eles o valente coronel João Manuel Mena Barreto, que essas forças reunidas eram mais que suficientes para impedir a passagem do rio Uruguai ao inimigo, no dia 10, no Passo de São Borja.¹⁶ Pode ser que, se os paraguaios tivessem avistado as forças da brigada acampadas em São Borja, eles não tentassem aí a passagem do rio Uruguai. Talvez a tentassem em outro ponto mais ao norte, porém, neste caso, nossas forças se teriam achado em melhor posição para acudir ao lugar do perigo e, caso esta passagem se tivesse efetuado com mais demora e num sítio mais remoto, se dava tempo aos habitantes de São Borja para se retirarem com alguns interesses e com mais seguridade.

Porém, para impedir essa passagem ao inimigo, achavam-se em São Borja, no dia 10 de junho de manhã, o Batalhão de Infantaria nº 3 da Guarda Nacional, reduzido pelas licenças a pouco mais de 100 praças; a reserva que, conforme confessa seu comandante, tinha 50 praças, das quais menos de 30 capazes de pegar em armas; e o Corpo de Cavalaria nº

15 Depois dos fatos consumados, é fácil criticá-los e apresentar soluções simplistas – é o que, em regra, acontece com os reveses militares. É de estranhar, entretanto, que nas recriminações contra os chefes responsáveis pela invasão no dia 10 de junho, em São Borja, só sejam atingidos o general Davi Canabarro e o coronel Fernandes Lima, com esquecimento do bravo comandante do 1º de Voluntários da Pátria, coronel João Manuel Mena Barreto, que participa também daquela responsabilidade e figura, contudo, como acusador dos dois primeiros chefes citados. No Capítulo VI da Segunda Parte – “Atuação de Canabarro” – o leitor encontrará a explicação da responsabilidade do coronel Mena Barreto.

16 Para impedir a passagem do Uruguai, no dia 10, bastaria que o 1º de Voluntários se achasse na vila desde 9, como lhe era possível, visto que permaneceu duas noites e um dia a cerca de duas e meia léguas do objetivo de suas marchas.

22, reduzido pelas licenças a menos de 230 praças, cujas forças davam um contingente total de 370 homens.¹⁷

Muitos chegavam a afirmar que, naquela ocasião, a infantaria do major só tinha 100 praças, e que o corpo do tenente-coronel Nóbrega só tinha 180 praças, e a reserva só tinha 20 homens.¹⁸ Mas se bem que este

17 O ilustre são-borjense Francisco Gonçalves Miranda, testemunha da invasão e que contava então 13 anos de idade, referindo-se à numeração do Batalhão de Infantaria de Guardas Nacionais de São Borja, disse o seguinte em *Ligeiras notas à margem do livro "A invasão de São Borja"*, da autoria do capitão Osório Tuiuti: "Convém acabar com a confusão na denominação e número dessa unidade militar, que ora figura como companheira, ora como batalhão, ora com o nº 3, com o nº 48, sendo este o que realmente tinha na ocasião".

O número era o 3. Nas folhas de vencimentos dessa unidade, relativa ao mês de junho de 1866, arquivadas na Diretoria de Fundos do Exército, se lê: "3º Batalhão de Infantaria Montada de Guardas Nacional".

18 Os efetivos brasileiros e paraguaios no combate de 10 de junho em São Borja têm sido mencionados com imprecisão.

Os historiadores, em geral, têm, na parte referente à nossa tropa, se utilizado dos elementos mencionados pelo cónego Gay.

Assim vem acontecendo desde o erudito barão do Rio Branco até o ilustre general Tasso Fragoso. Menciona-se, no início da luta, a existência de 370 combatentes: 130 do 3º Batalhão e 240 do 22º Corpo Provisório de Cavalaria.

Com a chegada do 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, elevam aquele número para 850, na última fase da luta.

Compulsando dados existentes em nossos arquivos, verificamos que existiam prontos no 3º Batalhão, no 22º Corpo e no 1º de Voluntários da Pátria, no dia 10 de junho e tomaram parte do combate, respectivamente, contando-se oficiais e praças, 288, 260 e 609 homens e mais 20 praças do 23º Corpo da Guarda Nacional, de São Francisco de Assis, comandados pelo capitão Francisco José Cardoso Tico. Nas três fases do combate, foram estes os nossos efetivos: na primeira, ao longo das margens do Uruguai, desde o porto de Pedra das Lavadeiras até o do Luso, numa extensão de mais de dois quilômetros, 288 homens, para repelir os invasores que ameaçavam diversos pontos.

O primeiro porto de ataque dos invasores foi o do Potreiro, onde se achava a 3ª Companhia com 72 homens, que os repeliu.

Convergiram, então, para o do (.....)* e aí desembarcaram em número de 400 sob a fuzilaria dos 74 bravos da 2ª Companhia. Do exposto se verifica que combateram contra os paraguaios do 17º Batalhão de Infantaria, comandados pelo capitão Diego Alvarenga, apenas 146 brasileiros, comandados pelos capitães Cândido Pacheco de Moraes Castro e João Clemente Godinho.

Na segunda fase, com o socorro do 22º Corpo de Cavalaria e com a junção das 1ª e

* NE – Falta(m) palavra(s) no original.

algarismo, que colhi de boa fonte, da boca do comandante de um desses corpos, seja exagerado em diminuição, é infelizmente certo e muito certo que havia menos de 500 homens no dia 10 de junho de manhã em São Borja para impedir a passagem do rio.¹⁹

Também é certo que o tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega, quando se propagou a notícia de que os paraguaios tentavam a passagem do Uruguai, já tinha mandado encilhar os cavalos ao Corpo nº 22 a seu mando, para se retirar ao acampamento do Passo das Pedras, segundo ordem que recebera do comandante da brigada.²⁰ Como já tenho notado,

4ª Companhias do 3º Batalhão, o efetivo brasileiro se elevou para 548. Na terceira fase, às portas da vila, com a chegada do 1º de Voluntários e as 20 praças do 23º Corpo de Cavalaria, passamos a contar com 1.178 homens, sem excluir alguns que já haviam tombado sem vida no campo da luta, na defesa heroica que sustentaram das barrancas do Uruguai até a embocadura da Rua São João, atual General Marques e que se prolonga na Avenida Júlio Tróis.

Quanto ao efetivo paraguaio, há a afirmativa, em geral, de que a coluna Estigarribia se compunha de 10.000 homens, dos quais ficaram 2.500 em território argentino e os demais 7.500 invadiram o Rio Grande do Sul.

A primeira leva de invasores, na manhã de 10 de junho, foi de 400, que, somada a igual número, que passara na noite de 9, abaixo da barra do Camaquã, eleva para 800 a força paraguaia em nosso território, para o primeiro choque.

A seguir, com novos desembarques esse número se elevou, no dia 10, para 4.170.

A 11 foi ultimada a passagem dos restantes.

No combate, entretanto, deviam ter tomado parte 2.670 paraguaios, segundo elementos mencionados pelo grande barão do Rio Branco.

Os historiadores paraguaios silenciam a esse respeito e os nossos, em regra, aumentam o efetivo do inimigo.

19 “Para impedir a passagem do rio”, na primeira fase da luta havia, como já vimos, 288 homens; mas os que na realidade enfrentaram os invasores, durante aquela passagem, foram 146 apenas.

20 Somente depois de receber a notícia da presença dos paraguaios na margem direita do Uruguai, em frente ao Passo de S. Borja, foi que o tenente-coronel Nóbrega mandou encilhar cavalos para marchar em socorro do 3º Batalhão de Infantaria.

O comandante do 22º Corpo Provisório de Cavalaria recebera ordem, a 9, para, com essa unidade, recolher-se ao acampamento da 1ª Brigada a que pertencia, no Passo das Pedras.

Determinara, em consequência, que o corpo ao meio-dia de 10 pegasse cavalos e em seguida se recolhesse àquele acampamento.

A notícia sobre a presença dos paraguaios, em frente ao Passo de São Borja, foi dada em primeira mão pelo tenente-ajudante de corpo Miguel Batista Meireles, às 9 horas

o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, quando os paraguaios efetuaram a passagem do rio, não tinha chegado a São Borja e se achava acampado como a duas léguas da vila.

O inimigo estava bem ao fato do que se passava em São Borja, pois que o serviço da polícia desta fronteira era tão mal feito que, tendo vindo vários indivíduos da fronteira de São Tomé, onde o inimigo se achava, para São Borja, se deixava que eles regressassem sem maiores averiguações. Assim, os paraguaios sabiam tudo o que se passava em São Borja e até o nome das pessoas da vila que davam parte dos seus movimentos ao governo da província, ao jornalismo e ao comandante da nossa fronteira, que pouco antes da invasão do nosso território fui avisado por pessoa fidedigna, vinda da vila de Encarnación, que o meu nome por este motivo estava apontado pelo tirano do Paraguai, e que minha pessoa era por ele particularmente recomendada aos chefes do exército invasor. Fui informado, posteriormente, que a ordem de prisão que traziam contra mim os chefes do exército paraguaio não era somente motivada pelas diligências que fiz para prevenir a invasão, dando parte de seus movimentos, como também pela ira que causaram ao déspota do Paraguai as poucas palavras que eu escrevi sobre o governo daquela república na minha *História da República Jesuítica do Paraguai*, impressa no Rio de Janeiro, em 1863.²¹

Não ousou asseverar que houvesse alguns habitantes de São Borja que servissem de espíões dos paraguaios, porque eram suficientes aqueles que eles aí mandavam, que vinham e voltavam sem impedimento, para estar o inimigo ao fato de tudo o que desejava saber. A tal ponto chegou a ousadia dos espíões paraguaios que, na noite de 8 para 9 de junho, atearam fogo em São Borja a uma casa isolada, de propriedade de meu irmão Francisco Gay, marceneiro. como sinal para o inimigo de que a ocasião era propícia à sua

da manhã e, em seguida, confirmada por um ofício do major José Rodrigues Ramos. Em vista disso, Nóbrega mandou, segundo sua própria expressão, “pegar cavalos” e marchou para o ponto ameaçado.

21 Desse livro foi feita a segunda edição em 1942, por ordem do eminente Dr. Getúlio Vargas.

Essa edição foi enriquecida pelo erudito Dr. Rodolfo Garcia, com uma preciosa *Notícia Bibliográfica sobre o cônego João Pedro Gay* e 514 notas, que aumentam extraordinariamente o valor da obra.

passagem.²² Houve poucas pessoas que, enquanto ardia em São Borja a casa do Sr. Gay, avistaram um fogo no ar, acima do povo de São Tomé, mas que pouco durou, para indicar que aí tinham percebido o sinal que se lhes dava de São Borja. O aparecimento deste fogo em São Tomé, de que deu parte o major Rodrigues Ramos, do Passo de São Borja, e que procuramos avistar da vila subindo em algumas soteias, fez propalar em São Borja o boato de que os paraguaios queimavam São Tomé, e a consequência que se tirava era que eles iam já se retirar para o Paraguai, por terem decerto recebido más notícias de seu exército de operações em Corrientes.

A casa do Sr. Francisco Gay era desabitada e só servia de depósito de obras de marcenaria e de madeiras. Ninguém de casa, pois, podia por descuido tê-la incendiado, além de que se reconheceu que lhe atearam fogo pela cumeeira. Houve só um homem que logo declarou que este incêndio era sinal dado ao inimigo, declarando que, se nesses dois dias ele não avançasse sobre São Borja, ele não avançava mais, dizendo que as observações que desde muitos anos tinha feito desde as guerras de Artigas e dos índios o confirmavam nessa opinião, que ele manifestou a poucas pessoas que não acreditavam nelas; porém, a invasão paraguaia, que se efetuou durante os dois dias, fez acreditar a todos que o incêndio da casa era um sinal dado aos paraguaios por seus espíões.²³

22 Francisco Miranda, nas *Notas citadas*, pretende que o incêndio fora casual. Acreditamos que a verdade, neste caso, está com o cônego Gay.

23 Francisco Miranda assevera que eram três os espíões e que os viu na casa de negócio de seu genitor, fronteira ao porto do Passo. Ajustavam nessa ocasião o transporte “em uma canoa que os desembarcaria na ilha do Vargas, em Corrientes, onde tomariam cavalos para o prosseguimento e assim o fizeram em seguida”. (Notas citadas.) Para iludir a vigilância, diziam-se enviados do Banco Mauá e que iam tomar conta de uma estância que esse estabelecimento de crédito possuía em Minas, na República Argentina.

Assim Miranda menciona esses espíões: “Dois deles eram irmãos de nome Salvagnac, o terceiro chama-se Pedro Sepiter”.

Eram, como se vê, claramente, os oficiais uruguaios, do partido *blanco* e inimigos do Brasil: tenente-coronel João Pedro Salvagnac e major Justiniano Salvagnac, e o panfleitário Pedro Zipitria, que figuraram, depois, entre os que se renderam em Uruguaiana. Esses três uruguaios, não obstante haverem insultado nossa bandeira em Montevidéu e acarretarem a culpa de espíões contra nossa pátria, preferiram ficar como prisioneiros do Brasil, porque estavam convencidos que assim teriam, como tiveram, a vida garantida.

Algumas pessoas asseguraram que, não satisfeitos com essa indicação, o inimigo mandou, no dia 9 de junho, o seu vaqueano para se certificar do número exato das forças brasileiras em São Borja, o que não ousou positivamente afirmar; porém, o que é bem certo é que o vaqueano do exército paraguaio esteve durante alguns dias no Passo de São Borja, poucos dias antes da invasão inimiga. Este vaqueano chamava-se Pedro Zipitria, vasco-espanhol, oficial *blanco*, escapado de Paissandu. Em fins de maio, ele veio embarcado de Itaqui para o Passo de São Borja, onde parou alguns dias em casa do Sr. Estêvão Gallino, negociante italiano.

Dava-se por enviado do barão de Mauá, para ir tomar conta de uma estância (de Santa Rosa) que o senhor barão tem no Departamento de São Tomé, o que era para acreditar, pois poucos meses há que faleceu o Sr. Guilherme Parker, encarregado da dita estância. Chegou ele a dizer que não tinha medo dos paraguaios, pois levava cartas de recomendação para eles do general Urquiza.

Não pôde passar o rio Uruguai no Passo de São Borja e viu-se obrigado a tomar de novo a direção de Itaqui. Não foi registrado em nenhuma parte e, mais tarde, se gabava de ter enganado os brasileiros como a umas crianças, pois era portador de comissões importantíssimas. Antes de passar o rio Uruguai, inteirou-se bem da nossa fronteira, e é exatíssimo que no dia 10 de junho serviu de vaqueano do exército inimigo para passar no Uruguai, e que continua a marchar em frente.

Estes fatos falam por si sós e não carecem de comentários. Refletindo no desamparo da polícia, de forças, etc., em que se achava no dia 10 de junho a vila de São Borja, muitos homens na exageração de suas ideias chegaram a dizer que esta vila, que esta fronteira eram de propósito entregues ao inimigo pelo governo brasileiro e por seus delegados, mas, repelindo esta ideia inverossímil, bem dizer se poderia que não foi ao Império do Brasil que o Paraguai declarou a guerra, mas unicamente à malfadada Província de Mato Grosso, à vila de São Borja e à sua fronteira do Uruguai. Senão, digam como é que desde 12 de novembro último, dia em que o ditador do Paraguai declarou guerra ao Brasil, até 10 de junho seguinte, não se tenha mandado nenhuma força para São Borja, a porta do Rio Grande do Sul para os paraguaios? Como é que São Borja,

a 10 de junho de 1865, quase sete meses depois da declaração de guerra, estava ainda reduzida aos próprios recursos do seu comando superior? E ainda digo mais: por que lhe faltavam as três quartas partes destes próprios recursos para impedir a passagem do rio ao inimigo e para defender a vila, achando-se mais da metade da brigada do Passo das Pedras junto a Itaqui, onde não aparecia o inimigo, e uma quarta parte dela a quatro ou cinco léguas ao norte de São Borja, em São Mateus, sem poder acudir ao lugar do perigo por causa da crescente do rio Camaquã e da estiva? Que faziam nosso exército e nossa esquadra no rio da Prata desde 20 de fevereiro?

Onde estava o bravo barão de Jacuí com sua divisão?²⁴

Que fazia o brigadeiro Canabarro, com as forças a seu mando, em Santana do Livramento, quando S. Ex^a bem sabia que a fronteira de São Borja, também confiada à sua guarda e defesa, tinha o inimigo em frente desde 9 de maio, havendo entre eles e nós apenas o rio Uruguai de permeio?²⁵

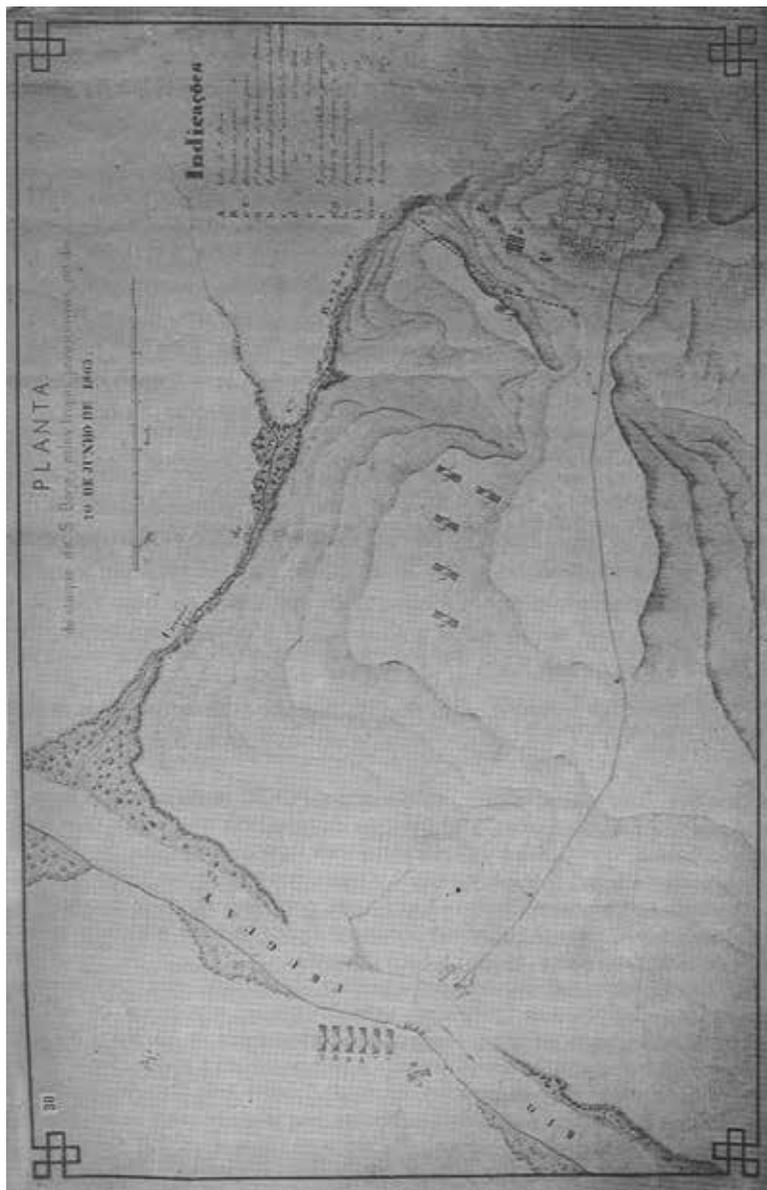
Onde se achava tão numerosa Guarda Nacional reunida na briosia Província do Rio Grande do Sul, que não veio socorrer sua irmã da fronteira de São Borja que, em grande maioria, tendo as armas nos ombros desde muitos meses, para mostrar a sua sujeição à disciplina militar, teve que passar pelo inconsolável dissabor de se deixar ficar no Passo das Pedras com as armas cruzadas nas mãos, sem poder servir-se delas, enquanto seus soldados urdiam em desejos de proteger os lares do Município de São Borja, defender o solo da pátria, proteger e livrar do bárbaro invasor suas velhas mães, suas esposas, suas irmãs e seus filhos?²⁶

Entremos agora em alguns pormenores sobre a passagem do rio Uruguai, pelos paraguaios.

24 O barão de Jacuí, com a sua divisão, fora mandado, pelo presidente da província, permanecer na fronteira de Bagé.

25 No capítulo adicional “Atuação de Canabarro”, o leitor encontrará esclarecimentos sobre esta interrogação.

26 Vide capítulo adicional VI “Atuação de Canabarro”.



Planta do Ataque de São Borja pelas tropas paraguayas no dia 10 de junho de 1865.

.....

Capítulo II

PASSAGEM DO RIO URUGUAI

PASSAGEM DO RIO URUGUAI PELO EXÉRCITO PARAGUAIO – RESISTÊNCIA DAS FORÇAS PARAGUAIAS – OPORTUNO APARECIMENTO DO 1º BATALHÃO DOS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA – FUGA DAS FAMÍLIAS DE SÃO BORJA – RETIRADA DE NOSSAS FORÇAS – EXPEDIÇÃO CAMPAL DA VANGUARDA DO EXÉRCITO INIMIGO.

ANTES DE ENTRAR NA MATÉRIA, não posso deixar de notar que devemos agradecer à Divina Providência o fato de que os paraguaios fossem dotados de tanta estupidez, que não se lembrassem de efetuar sua passagem do rio Uruguai durante a noite de 9 para 10 de junho (noite de lua cheia), em que fazia um magnífico luar, e de desembarcarem no ponto mesmo onde efetuaram seu desembarque no dia 10 (onde dizem nem sequer havia guarda nossa) e virem quase sem ser pressentidos cercar a vila de São Borja.²⁷

27 O local em que os paraguaios efetuaram o desembarque, a 20, estava guardado pelos brasileiros são-borjense que constituíam o 3º Batalhão de Infantaria Montada de Guardas Nacionais, a comando do intrépido e vigilante major José Rodrigues Ramos.

O inimigo encontraria ali, pois, na noite de 9, a resistência heróica que encontrou na manhã de 10, com o perigo de um desembarque à noite, posto que de “magnífico luar”.

Sendo certa a defesa, embora por pequeno número de combatentes, era preferível que a operação fosse levada a efeito, como o foi, em pleno dia.

Os paraguaios não eram tão estúpidos como supôs o cônego Gay, visto que soube-

Infelizmente, ao amanhecer do dia 10, todos os moradores que se achavam dentro da vila teriam sido prisioneiros, e nossas poucas forças, cortadas entre si e dispersas em vários pontos, teriam que fugir para não serem trucidadas. Pode ser também que a suma audácia dos paraguaios os impelisse a fazer esta operação de dia, e assim, apesar do infortúnio que caiu sobre nós, puderam-se evitar maiores desgraças.

Pelas 8 horas da manhã de 10 de junho de 1865, viu-se no Passo de São Borja e da vila de São Tomé para o rio Uruguai um grande número de carretas e uma fileira de tropas paraguaias não interrompida sobre a superfície de légua e meia de comprimento, de São Tomé ao Uruguai.²⁸

Imediatamente, o major Rodrigues Ramos, comandante de infantaria da Guarda Nacional no Passo de São Borja, deu parte do que se passava ao tenente-coronel José Ferreira Guimarães, comandante da reserva, que estava acampado na vila, e este, por sua vez, avisou ao coronel João Manuel Mena Barreto, comandante do 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, que constava estar acampado a duas léguas de São Borja.²⁹

ram tirar partido do “magnífico luar” para a passagem do Uruguai, sem perigo, de uma força de 400 homens, a jusante do ponto eleito para o desembarque de 10. Neste dia aquela força, em momento oportuno, entrou em ação e teria envolvido e aprisionado a 2ª Companhia do 3º Batalhão, sob o comando do intrépido capitão João Clemente Godinho, se não houvesse sido, a tempo, socorrida e defendida pela valorosa carga de um esquadrão sob as ordens do destemido alferes Joaquim Vieira de Oliveira, do 22º Corpo Provisório de Cavalaria, que viera com esta unidade, à meia-rédea, do acampamento de Santa Luzia.

28 Foi, sem dúvida, mais cedo.

O major Rodrigues Ramos, em sua participação ao coronel Araújo Nóbrega, diz que o inimigo se apresentara em frente ao passo “ao amanhecer”.

Às 7 horas da manhã de 10, o coronel João Manuel Mena Barreto, que estava acampado acerca de duas e meia léguas da vila de São Borja, foi avisado, por um viajante, da existência do inimigo sobre a margem direita do Uruguai.

29 Estava acampado, desde as últimas horas do dia 8, a cerca de duas e meia léguas da vila de São Borja, próximo ao arroio Lajeadinho e junto ao capão que, depois, passou a ser chamado dos Voluntários.

Quando, pelas 7 horas da manhã de 10, era sepultado o soldado José Zacarias da Silva junto a dois gurupis, o qual falecera no dia anterior, soube o coronel Mena Bar-

O sr. major Rodrigues também despachou ofício para o sr. coronel Fernandes, comandante da brigada no Passo das Pedras, e deu participação do ocorrido ao tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega, comandante do Corpo Provisório de Cavalaria nº 22, que, achando-se numa coxilha à distância de uma légua, já tinha feito as suas tropas encilhar cavalos para marchar para o acampamento do Passo das Pedras, segundo ordem que tinha do comandante da brigada.³⁰ É provável que o comandante da brigada desse esta ordem por julgar que o comandante do 1º Batalhão de Voluntários da Pátria já teria chegado a São Borja, o que infelizmente era inexato, mas caminhou prontamente com o seu Corpo nº 22 para o Passo de São Borja para se opor à passagem do inimigo.³¹

reto, por “um viajante, que os paraguaios se haviam aproximado muito da margem direita do Uruguai, quiçá na intenção de tentarem a passagem para o nosso território”, segundo narrou o próprio coronel que, entretanto, a essa notícia, acrescenta, não ligou “muita importância”, por não ser a primeira vez que ela corria.

Logo depois, porém, recebeu “um chamado formal do tenente-coronel José Ferreira Guimarães e do major Rodrigues Ramos”.

Somente então mandou o comandante do 1º de Voluntários da Pátria municiar as praças e ordenou que o capitão Raimundo José de Sousa seguisse com “o batalhão, com toda a *brevidade*, ao ponto ameaçado” e foi, pessoalmente, tomar conhecimento da posição do inimigo.

30 Vide nota 20.

31 O socorro, embora a tempo de evitar que o batalhão de Rodrigues Ramos fosse cerrado e aprisionado, não foi mais pronto devido à grande cheia dos banhados próximos ao Santa Maria. Assim, o coronel Tristão de Araújo Nóbrega narra o ocorrido, ao receber a solicitação de socorro:

“Mandei chegar a cavallhada e já ao sinal do clarim ao toque de pegar cavalos principiou o canhoneio do inimigo sobre o porto e a povoação do Passo de São Borja. Apenas montaram os esquadrões, mandei ao trote, enquanto passaram a várzea, que pelas muitas chuvas do dia até a noite antecedente e as duas restingas à meia-costela que passei era impossível galopar. Vencidos estes obstáculos, mandei à meia-rédea, atravessando por meio da praça da povoação do Passo. Já alcançavam algumas balas de artilharia de maior curso do inimigo; fiz alto sobre o passo do arroio do Potreiro, onde já achei de retirada o major José Rodrigues Ramos, comandante do 3º Batalhão Provisório, com parte do mesmo batalhão em linha estendida, perseguido por forças dobradas de infantaria que, por momentos, se viram engrossar porque a passagem para este lado do Uruguai consta que a faziam em 19 pequenas embarcações, regulando de 20 a 25 homens por chalana.

Apenas as carretas paraguaias chegaram à barranca do Uruguai, os soldados de improviso lançaram as canoas n'água e imediatamente em cada uma dessas canoas (*sui generis*), espécie de jangadas, embarcou um grande pelotão de soldados paraguaios.³² Logo que tiveram assim embarcados 400 homens, as canoas (conservando-se os soldados em pé, armados dentro delas) se dirigiram para o lado da fronteira do Brasil, um pouco acima do porto do Passo de São Borja.³³

“Eram dez horas e meia da manhã. Ali estendi o Esquadrão de Clavineiros em proteção à infantaria e, tendo o inimigo cortado no desembarque o capitão do mesmo Batalhão João Clemente Godinho com a 2ª Companhia, para os lados da estiva e perseguindo o mesmo capitão por forças que se engrossavam por momentos além de uma outra que o flanqueava para tomar-lhe a frente, despachei à meia-rédea o alferes Joaquim Vieira de Oliveira com um meio-esquadrão de lanceiros a proteger aquele bravo capitão”. (Parte oficial do tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega, comandante do 2º Corpo Provisório de Cavalaria, sobre o combate de 10 de junho de 1865, dirigida ao coronel Antônio Fernandes Lima, comandante da 1ª Brigada da 1ª Divisão Ligeira e datada de 24 do mesmo mês e ano, do Campo do Valente, junto à antiga estância do padre Alexandre.)”
É a primeira vez que se divulga esta parte.

- 32 Os oficiais engenheiros, nomeados para darem parecer sobre a passagem dos paraguaios no Uruguai e no Ibicuí, declaravam em seu relatório que eram 19 canoas, com 25 homens cada uma, o que concorda com a parte do tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega, mencionada na nota 31.

Um desertor paraguaio disse que eram 20 aquelas embarcações, vindo em cada uma 20 homens.

Estigarribia em sua parte a Solano López, de 20 de junho de 1865, diz que dispunha de 20 canoas no rio Uruguai.

- 33 Sobre o ponto eleito para o desembarque, o local em que este se efetuou e as manobras das canoas paraguaias, preferimos, com duas corrigendas e algumas ponderações, a narrativa de Francisco Gonçalves Miranda, testemunha ocular e que é a seguinte:

“Coube a Godinho o ponto extremo de leste, no lugar chamado Potreiro ou Potreiro da Tabatinga. O nomeado potreiro teve por motivo a grande volta de um arroio que quase o cerca por completo, antes de lançar-se no Uruguai.

“Os soldados de Godinho, para penetrarem no Potreiro, passaram com a água acima dos joelhos.

“Disto fui eu próprio testemunha”.

Depois de esclarecer o motivo de sua presença ali, continua o autor citado:

“Dessa Companhia de Godinho era soldado o meu único irmão, de nome Constan-

A bizarra infantaria do major Rodrigues Ramos os esperava e lhes fez várias descargas seguidas, que, dizem, mataram vários paraguaios.

tino, que felizmente se salvou com os demais.

“Tendo sido esse ponto o preferido para o desembarque do inimigo, coube exclusivamente a Godinho as honras de o receber a tiro de fuzil.

“As outras companhias, pela distância, obstáculos do comando e urgência de tempo, não poderiam mesmo trazer-lhe auxílio e fizeram sua retirada para a vila.

“Entrementes, as canoas atacantes, que fizeram uma rápida evolução ao receberem as primeiras descargas, abicaram logo acima, no chamado porto de Lugo, e despejavam o seu carregamento de infantes”. (Notas citadas.)

Diz em seguida o mesmo autor que o corneteiro de Godinho foi gravemente ferido e que, não podendo ser conduzido, foi trucidado a baioneta pelo inimigo, e acrescenta que foi esse soldado a primeira vítima e que seu nome é desconhecido.

Agora, as corrigendas: Constantino Gonçalves Miranda não era, na ocasião, soldado da 2ª Companhia e, sim, cabo nº 6 da 3ª, conforme consta de documentos existentes no Ministério da Guerra.

O corneteiro de Godinho, isto é, da 2ª Companhia do 3º Batalhão, tinha o nº 13 e se chamava Serafim Fernandes. Não foi morto no dia 10. Nos documentos citados figura como pronto no serviço de abril a setembro de 1865.

São estas as ponderações: acreditamos que a 3ª Companhia também tomou parte na defesa contra o desembarque ou em seguida a este, juntamente com a de Godinho, isto é, a 2ª. Esta contava apenas com 70 peças e quatro oficiais e aquela, que fora postada no porto próximo ao cemitério velho, tinha o efetivo de 70 homens e um oficial, o então tenente do exército Cândido Pacheco de Moraes Castro.

A 2ª Companhia teve cinco mortos e a 3ª, um. A 1ª e a 4ª, nenhum. No ofício do coronel Fernandes Lima de 12-6-65, participando ao general Canabarro a invasão, se lê sob o ponto em apreço que o 3º Batalhão fez “um fogo ativíssimo sobre o inimigo, principalmente a 2ª Companhia comandada pelo bravo capitão João Clemente Godinho, causando grande prejuízo ao inimigo, retirando-se em seguida perseguido pelo inimigo, debaixo de fogo. Foi então que o tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega mandou um esquadrão do Corpo nº 22, que comandava, a proteger a referida 2ª Companhia”. Já vimos, na nota nº 31, como foi prestado este socorro.

Na minuciosa parte do tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega, se lê a seguinte narrativa sobre o combate até a chegada do 1º de Voluntários da Pátria: “Envolvendo-se logo o mesmo valente alferes [Joaquim Vieira] em fogo junto ao dito capitão, em uma carga chegaram os lanceiros denodados com os infantes a fazerem a linha da frente inimiga dar costas, matando-lhes alguns: neste intermédio, já tinha feito sair o capitão Fidêncio Lopes Falcão com outro meio-esquadrão de proteção àquele, mas já lá não chegou. Naquela carga o cabo Ricardo José Jacinto, que saiu gravemente ferido, deu uma lançada em um paraguaio com tanta força que introduziu a lança

Estes retrocederam então com suas canoas para a orelha do rio do lado de Corrientes, e principiaram a remontá-lo junto à costa e, quando chegaram a certa altura, largaram as canoas para atravessar o rio, dirigindo-se a vários pontos da nossa costa para desembarcar. Esta manobra do inimigo obrigou o major Rodrigues a dividir seu pequeno batalhão em quatro companhias, que repartiu pela costa do rio para acudir a vários pontos de desembarque; mas, apesar dos esforços que fizeram, sobretudo as companhias comandadas pelo capitão Godinho e o alferes Vaz, apesar da intrepidez de alguns oficiais, como o alferes Manuel dos Santos Pedroso, que comandava uma companhia, esses denodados soldados não puderam impedir o desembarque do inimigo, que dispunha de forças mui superiores às nossas em número, em alguns pontos onde os nossos não podiam acudir tanto por falta de gente como por causa dos matos e das águas que lhes trancavam o trânsito.

tanto que não a pôde mais tirar. Pelas forças em grande número que nos vinham perseguindo, vim me retirando com o mesmo bravo major, já então tendo feito o inimigo um ou mais desembarques de gente sobre a mesma povoação do Passo. Saindo aquelas famílias dispersas a correrem, certamente que pereceriam algumas crianças, principalmente se eu não despachasse um outro meio-esquadrão de lanceiros que ainda chegou a tempo de socorrê-las e a coadjuvar a retirada da cavallada do 3º Batalhão, cuja proteção e advertência me havia feito o seu comandante. No entanto, já eu tinha despachado o meu alferes-secretário Liberato José Guterres ao envolver-se o corpo em escaramuças, levando parte verbal a V. S^a e, do mesmo lugar, o tenente-quartel-mestre João Batista dos Santos à vila de São Borja que se retirassem, que o inimigo em grande massa nos perseguia; com estas linhas assim dispostas e a frente do inimigo a tiro de fuzil, fizemos alto perto da vila. Parece que o mesmo, supondo maiores as forças nossas, também fez alto, estando em linha de batalha, já com três peças de artilharia que lhe haviam chegado, uma no centro e duas em distância para os flancos, e o mais só infantaria em linha mal disposta para um combate, sem reservas e toda estendida e em distância de dois a três passos, fazendo fogo, porém em muita ordem por duas fileiras, admirando o perfil e firmeza. Já aqui se me tinha reunido o major Vasco José Guimarães, assistente do deputado do ajudante-general, que doente se havia levantado da cama, dando-me ordens para conservar-me na posição, que vinha chegando o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria. Então, despachei o meu tenente-ajudante Miguel Batista Meireles a receber ordens do sr. coronel João Manuel Mena Barreto, comandante do mesmo batalhão, que logo apareceu a toque de música e bandeira desenrolada”.

O tenente Felisbino Cardoso e o alferes Pires comandavam as suas outras companhias, ficando o major Rodrigues no porto do Passo de São Borja.³⁴

Mas não tiveram ocasião de brigar, como tanto desejavam, porque o inimigo não procurou desembarcar no ponto que eles tinham ordem de defender. Na mesma ocasião, desembarcaram no porto de São Tomé, quase ao mesmo tempo que as primeiras no porto do Formigueiro, em frente ao Passo de São Borja.

Um paraguaio, desertor, disse depois que esta força era de 400 homens, que saíra de São Tomé na noite de 9 para 10, e que durante a mesma noite passou o Uruguai, sem ser percebida pelas forças brasileiras, e que

34 Há evidente confusão do autor quanto aos comandantes de companhias, visto que menciona o nome de cinco oficiais e existiam somente quatro companhias.

Há também confusão na narrativa de Francisco Miranda quanto aos comandantes daquelas subunidades, sendo, entretanto, preciosa esta informação sobre os pontos ocupados por essas companhias:

“A companhia do capitão Nesico [Manuel Antônio Rodrigues] foi postada a oeste do porto, para além da Pedra das Lavadeiras; a do tenente Vaz, no porto mesmo do Passo; a do alferes Pedroso para leste, na altura do Cemitério Velho; e, a do capitão Godinho, mais para diante, no Potreiro, para além da boca do arroio ou sanga que o forma”. (Notas citadas.)

O capitão Manuel Antônio Rodrigues pertencia à 1ª Companhia, mas esteve no exército na função de fiscal todo o mês de junho. Quem comandou esta subunidade, durante o mês e, portanto, no dia da invasão, foi o tenente João Lopes Falcão.

O tenente Francisco de Paula Vaz pertencia à 2ª Companhia, do comando do intrépido capitão João Clemente Godinho. O comando exercido por aquele oficial deve ter sido o de uma fração de sua subunidade e não o de uma companhia, como mencionam Gay e Miranda.

O alferes Manuel dos Santos Pedroso, que os dois autores citados mencionam como comandando uma companhia, exerceu as funções de ajudante do batalhão de 1º a 11 de junho; pertencia à 3ª Companhia, que no dia 10 estava sob o comando do tenente do exército Cândido Pacheco de Moraes Castro.

O alferes João Pires de Campos, que o cônego Gay menciona como comandante de uma companhia, pertencia à 1ª; esteve no exercício das funções de secretário de 1ª a 11 e passou, a 12, promovido a tenente, para a 4ª Companhia. Esta esteve no dia 10 sob o comando do tenente Felisbino Cardoso de Sousa.

Os esclarecimentos que aqui consignamos são fundados em documentos existentes no Ministério da Guerra e, pela primeira vez, agora, aproveitados.

se escondera dentro das brenhas e do mato nos arrabaldes do ponto onde devia efetuar de dia o desembarque para o proteger. O mesmo desertor declara que os paraguaios passaram o rio em 20 canoas, em cada uma das quais vinham 20 homens e que, portanto, em cada viagem delas passavam 400 homens. São ditos prováveis, mas não certos.

O caso é que quase todos concordam em que os paraguaios só tinham 20 canoas, em cada qual passaram 20 homens, e que compareceram esquadrões deles vindos mais de cima, sem que se vissem as canoas em que tinham passado o rio. Tinha-se visto também uma sege ou carretilha rodeada de oficiais e de guardas a descer de São Tomé para o Passo do Formigueiro (e houve quem dissesse que nela vinha o próprio presidente López, que em 1849 tinha vindo, como general, àquele ponto). Nela deserto vinham o frade e o coronel, que não tardarei a dar a conhecer a meus leitores, comandantes do exército paraguaio, os quais fizeram dar três tiros de peça. Ao primeiro tiro, principiou o lançamento das canoas nas águas do rio; ao segundo, o embarque das tropas; e, ao terceiro, as canoas se puseram todas em marcha. Em seguida, deram mais três tiros e proferiram gritos insultuosos contra nós.

Desde que as forças paraguaias desembarcaram sobre o território brasileiro, foi impossível ao pequeno batalhão de infantaria do major Rodrigues, disperso por companhias em vários pontos, de as conter. Bem a propósito chegou naquela ocasião o tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega, com o Corpo nº 22. Este mandou seus bravos lanceiros, ao mando do valente alferes Joaquim Vieira, dar proteção a uma companhia de nossa infantaria que se achava isolada e que batalhava com desespero contra um inimigo excessivamente superior em número, e que a teria esmagado toda sem este socorro tão oportuno.³⁵ Enquanto parte de nossa infantaria se batia e escapava ao perigo iminente que a ameaçou bem de perto, as canoas paraguaias traziam reforços que já tinham desembarcado.

A meia légua do Passo de São Borja, ou, para melhor dizer, do lugar onde o inimigo pôs o pé sobre o nosso território, à entrada da vila

35 Vide Capítulo adicional "Atos de heroísmo na defesa de São Borja".

propriamente dita,³⁶ ele formou uma fileira ou linha de atiradores de quatro soldados de frente, e pôs-se incontênti em marcha para o lado da vila. Em vão, o tenente-coronel Tristão, com a cavalaria, e o major Docca, com os lanceiros do Corpo nº 22, lhes dispersavam seus tiros sobre sua direita;³⁷ os paraguaios que se encontravam no lugar atacado por nossos bravos paravam, morriam, mas o grosso de suas forças caminhava sem cessar.

36 No local onde, em 1900, foi levantada uma cruz de madeira, como preito de veneration aos brasileiros que sucumbiram em 10 de junho de 1865, na defesa da pátria. Com a construção do novo quartel do 2º Regimento de Cavalaria Independente, aquela cruz ficou no pátio do quartel dessa unidade.

A referida cruz foi erigida por iniciativa dos oficiais dos dois corpos então aquartelados em São Borja, o 6º Regimento de Cavalaria e o 6º Batalhão de Infantaria, e do intendente do município coronel Aparício Mariense da Silva, que pronunciou eloquente oração. Houve missa campal, com assistência de grande massa popular. Formaram aquelas duas unidades. Era então comandante da guarnição de São Borja o depois marechal Carlos Frederico de Mesquita, glorioso veterano da Guerra do Paraguai.

Quem escreve esta nota era furriel do 6º Batalhão e tomou parte na formatura dessa unidade.

37 “Flanqueava o batalhão o bravo major Docca, à frente de 32 destemidos lanceiros, e o capitão Cardoso Tico com 40 praças observava o flanco direito. O bravo Docca carregou sobre a ala direita do inimigo e o batalhão sobre o centro, recebendo à distância de 140 braças uma descarga de artilharia e o fogo de perto de 6.000 homens”. (Eudoro Berlink, *in*: artigo publicado em 30 de novembro de 1867, no jornal (...) * de Porto Alegre.)

(*) Falta(m) palavra(s) no original.

No ofício do coronel Mena Barreto, relatando o combate, se lê: “Tendo o major José Fernandes de Sousa Docca, à testa de 32 lanceiros, carregado sobre a ala direita do inimigo, conforme as minhas ordens, deixando o capitão Cardoso Tico com 36 ou 40 praças de cavalaria, para observar o meu flanco direito, avancei com o corpo de meu comando sobre o centro do inimigo, recebendo, de uma distância de 140 a 150 braças, uma descarga de metralha e o fogo de toda a linha inimiga, de que resultou a morte de cinco praças de meu batalhão, sem contar numerosos feridos”.

Na parte de combate do tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega, comandante do 22º Corpo Provisório de Cavalaria, referindo-se aos que se distinguiram na ação, se lê este tópico: “O assistente do deputado ajudante-general major Vasco José Guimarães e o major-fiscal José Fernandes de Sousa Docca, entretanto ambos para as fileiras dos lanceiros, onde carregaram como valentes”.

Somente de vez em quando sua fileira se abria para dar passagem aos tiros de algumas pequenas peças de artilharia que puxavam à mão, aproveitando a escuridão da fumaça dos tiros para as empurrar mais adiante. Eles não faziam maior caso e mesmo desprezavam os tiros que nossa infantaria, já em parte montada, dirigia sobre sua ala esquerda. Houve então rasgos de heroísmo da parte de alguns dos nossos soldados. Citarei somente um, de heroísmo temerário: o guarda nacional Leocádio Francisco das Chagas, do Corpo Provisório nº 28, se achava no dia 10 em São Borja, onde residia sua família.

Estava ele de licença: tomou suas armas e se dirigiu para o lugar onde brigava nossa infantaria. Por três vezes, sem ser mandado por ninguém, ele foi sozinho, à disparada, unicamente com lança, investir contra a força paraguaia e, de cada vez, matou um inimigo. Mas, embriagado por seu bom sucesso, voltou uma quarta vez à carga, contra o conselho de seus camaradas, e foi recebido por uma descarga geral do inimigo que estendeu morto a este infeliz que teria sido um bravo num exército disciplinado. O capitão Francisco da Silva Lago, do Corpo 22, fez atos de valor.

O major Vasco José Guimarães, que se achava enfermo, foi, apesar de seu estado, tomar seu posto de major-assistente junto ao ajudante-geral do exército, apresentando-se briosamente à testa de nossas poucas forças, animando-as ao combate por suas palavras e por seu exemplo; e só depois da retirada de nossas forças se pôs a caminho para o Passo das Pedras, onde se achava o coronel comandante da 1º Brigada.

O inimigo, tendo caminhado algumas quadras e reconhecendo que as forças que lhe faziam frente eram insuficientes para lhe impedir a entrada na vila de São Borja, quis assegurar sua presa. Por isso, ele destacou de sua fileira, que se dirigia para a rua mais ocidental da vila, uma forte coluna que tomou a direção dos terrenos sitos a leste dela, como querendo cercar São Borja para impedir a saída das famílias. Parece que a coluna que foi para cortar a retirada às famílias era a que desembarcou de noite, ou mais acima, e que saiu de seu esconderijo para atacar pela retaguarda nossa

infantaria, no momento em que essa disputasse a passagem aos paraguaios que vinham desembarcar de dia.

Foi esta coluna que mais apertou nossa infantaria, que a teria completamente destroçado sem os socorros oportunos que lhe deu o alferes Vieira com seus lanceiros. Esta coluna tratou logo de ir cortar a retirada das famílias, enquanto os recém-desembarcados se dirigiam diretamente à vila; mas ela parou e retrocedeu quando ouviu tocar a música do 1º Batalhão de Voluntários da Pátria.

Mui perto estava a coluna inimiga da entrada da rua (menos de oito quadras), quando se lhe apresentou na frente o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, com bandeira alçada, que, depois de dar vivas a Sua Majestade, o imperador, etc., e ao toque de sua música marcial fez uma terrível carga sobre os paraguaios. Estes, surpreendidos por este aparecimento que não esperavam, pararam e mesmo recuaram, e formaram quadrado, enquanto sua coluna, que se dirigia para leste da vila, retrogradava e ia se colocar na retaguarda do quadrado. O fogo então tornou-se animado, os soldados da nossa Guarda Nacional criaram novos brios à vista do auxílio tão oportuno que lhes chegava. A infantaria descarregava sobre o inimigo pela esquerda, os lanceiros e a cavalaria, pela direita, e não há dúvida de que, se o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria fosse um corpo de veteranos aguerridos, se a metade de seus soldados tivesse tido a intrepidez de seu valente coronel João Manuel Barreto, com uma brilhante carga no centro do inimigo, ele teria rompido e lançado em desordem sobre o rio Uruguai. Infelizmente, porém, os soldados do 1º Batalhão de Voluntários da Pátria se achavam extenuados de fadiga, pois, sem comer, tinham caminhado duas léguas a pé a marche-marche naquele dia, carregando sua bagagem, e quase todos eles eram recrutas que, pela primeira vez, viam o fogo do inimigo; não se podia, nem se devia esperar que este batalhão fizesse, naquela ocasião, o que teria feito um batalhão descansado, veterano e aguerrido.³⁸

38 Em seguida ao primeiro contato com o inimigo, o 1º de Voluntários da Pátria perdeu a formatura e recuou desordenadamente. O coronel Mena Barreto, então, de revólver em punho, dando tiros para o ar e censurando asperamente esse procedimento, conseguiu, com notável energia e extraordinário esforço, restabelecer a

Com o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, vinham 20 homens da nossa Guarda Nacional, desde São Francisco de Assis, ao mando do

ordem e voltar ao combate, recuando, em seguida, para dentro da vila, para melhor resistir. Essa manobra levou o inimigo à desconfiança de contarem os defensores com maiores recursos e então desistiu do combate, retirando-se para o Passo, onde permaneceu, na expectativa, até o dia 12.

Este episódio do 1º de Voluntários não é mencionado pelo seu bravo comandante. Consta, entretanto, de diversos documentos oficiais e da narrativa de uma testemunha. O general Mitre, narrando essa ocorrência, em carta de 19 de junho de 1865 ao general Gelly y Obes, disse que o 1º de Voluntários, ao aproximar-se do inimigo, “fugiu covardemente sem combater, deixando no campo a bandeira”, que foi recolhida pelo batalhão de guardas nacionais, que se “retirou em seguida em ordem e sempre combatendo em sua retirada”. (*Archivo del General Mitre*, III – 10.)

É o que ficou transcrito, uma versão desta ocorrência ao caso, na parte de combate do coronel Fernandes Lima: “O 1º Batalhão de Voluntários da Pátria deu a primeira descarga e fugiu abandonando até o estandarte, que não ficou em poder do inimigo devido unicamente à coragem do respectivo alferes porta-bandeira que, com quatro ou cinco praças, se retirou depois conduzindo o estandarte”. (Vide o capítulo adicional “Heroísmo na defesa de São Borja”.)

O general João José de Oliveira Freitas, então cadete do 1º de Voluntários, deixou este depoimento: “Vi o coronel Mena Barreto, a cavalo, de revólver em punho, dando tiros para o ar e proferindo palavras ásperas, correr de um lado para outro, a fim de conter seus camaradas”; que, conseguindo conter o batalhão, “fez enérgica e brilhante alocação, retornando, então, na melhor ordem e ao som da banda de música”; que “nesse regresso não encontraram mais o inimigo que, ao que parece, presumindo tratar-se de nova força, retirou-se em direção ao Passo”. (Osório Tuiuti de Oliveira Freitas *in A Invasão de São Borja*, 87.)

O tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega assim narra a terceira fase do combate de 10 de junho de 1865:

“Recebi ordem de carregar na direita do inimigo, vindo o Batalhão de Voluntários à minha direita a cem passos, à baioneta-calada e à sua frente o seu intrépido coronel. Rompeu o fogo em toda a linha inimiga de fuzilaria e artilharia e já vi o batalhão, a sua primeira grande divisão, largar a descarga, e as mais divisões em coluna de frente, à retaguarda, dar fogo. Tendo mandado rodar os lanceiros e carregar de flanco na direita do inimigo, e com assombro lanceado e retrocedido mais de 50 passos, envolvidos os mesmos lanceiros, e não tendo mais terreno para a minha direita, porque as balas do batalhão me podiam fuzilar os soldados, mandei sobre o golpe o capitão Manuel Ferreira de Moraes carregar na retaguarda, como de proteção aos lanceiros, com meio-esquadrão de clavineiros, os quais, posto que se envolvessem com os mesmos lanceiros, sempre serviram para reforçar a carga, ficando ainda um dos mesmos

capitão Tico.³⁹ O coronel João Manuel tinha se adiantado ao seu batalhão e, antes que este chegasse ao lugar do conflito, Sua Senhoria, do alto da coxilha, tinha-se inteirado de tudo o que se passava. A ele reuniu-se na coxilha o tenente-coronel José Ferreira Guimarães, comandante da reserva, cujos poucos soldados não entraram em combate por terem de ajudar a retirada das famílias.

O capitão da 3ª Companhia Antônio Inácio Teixeira se ocupou a lançar em poços algum armamento para que não caísse em poder do inimigo; e, para dizer de uma vez tudo o que diz respeito ao batalhão da reserva nesta campanha, acrescentarei aqui que o seu comandante, com alguns oficiais e seus poucos soldados, saíram de São Borja com o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, que acompanharam até meio caminho da cidade de Alegrete, onde receberam ordem de virem se reunir à brigada do coronel Fernandes. Este repartiu os soldados da reserva pelos corpos da ativa, e mandou o tenente-coro-

clavineiros morto sobre as baionetas. Neste momento deu volta o Batalhão de Voluntários que, apesar do espírito e valentia de seu chefe, não pôde conter! As fumaças das descargas se encontravam tão densas que pouco se distinguia tal e qual vulto da linha inimiga, porém, soldados e oficiais há do meu corpo que viram o centro do inimigo quase todo por terra, e, assim, o creio, porque a artilharia em meio do fogo cessou de dar. O fogo do Batalhão de Voluntários e do 3º Batalhão de duas ou três companhias, em cuja frente esteve sempre o seu valente comandante, foi mortífero. A pouca força e seu mando, que carregou na direita e que teve de dar volta por ser impossível, conservou-se no entrevero, a menos de 100 braças da linha inimiga, meteu em forma e fez alto, e ainda sofreu então um fogo oblíquo e mortífero. Dei frente ao inimigo, retirando-me depois ao passo. Ficaram-me na carga e visto o segundo-sargento Antônio José Lopes Filho e mais quatro homens, um segundo-sargento, um cabo e seis soldados todos feridos de balas, morrendo logo dois soldados destes depois do combate, ficando igualmente nove cavalos mortos sob as baionetas, saindo uma porção baleados. O inimigo ficou sem avançar um passo do campo de batalha. No meio do esquadrão da nossa direita, apesar do fogo vivo, não houve novidade. Tendo o Batalhão de Voluntários logo entrado em ordem e retirando-se, mandei reunir a força que me pertencia, retirando-me do campo ao passo. Fiz alçar os feridos, os que não podiam caminhar e os doentes do hospital nas garupas dos soldados e, de ordem do senhor coronel Mena Barreto, cobri a retaguarda das forças e famílias em retirada e em debandada, fugindo dum inimigo selvagem e mais que bárbaro”.

39 Francisco José Cardoso Tico pertencia ao 23º Corpo Provisório. Era irmão do major José Fernandes de Sousa Docca, como também o eram o tenente Felisbino Cardoso de Sousa e o alferes Vítor José Cardoso, que se distinguiram neste combate.

nel e oficiais fazer novas reuniões, e não consta que eles comparecessem mais por não acharem a quem reunir. Isto se passou antes do dia 26 de junho.

Enquanto o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria fazia seu batismo de sangue, e merecia a gratidão das famílias de São Borja, das quais foi o salvador, via-se dentro da vila um espetáculo que é impossível se descrever. A população estremecia de susto. Só se ouviam gritos e lamentações pelas ruas que estavam apinhadas de gente. Homens, senhoras, mulheres e crianças, a maior parte descalços, com lágrimas nos olhos, com os cabelos desgrenhados, carregando à cabeça e nos braços um filho e um atado de roupa, procuravam fugir, e tomavam indistintamente a direção que julgavam oposta à do inimigo.

Nesse labirinto, membros da mesma família chegaram a se perder uns dos outros; houve mães até que perderam seus filhos, etc. Esse espetáculo despedaçava o coração e afligiu sumamente o bravo coronel João Manuel Mena Barreto, que avistou parte desse painel ao passar, à sua chegada, pela boca de algumas ruas, e foi, segundo ele me confessou, o que mais o moveu a atacar os paraguaios, prestes a entrarem na vila.⁴⁰

Durante algumas horas em que este humano e valente comandante fez frente ao inimigo com o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, a vila de São Borja ficou despovoada.

Seus habitantes, alguns em carretas, vários a cavalo, quase todos a pé se retiravam, quase unicamente com a roupa do corpo, abandonando

40 Assim o coronel Mena Barreto narra esse transe doloroso:

“Faltam-me expressões para narrar devidamente a V. Ex^a as cenas pungentes que em meu caminho encontrei. Vi mulheres desoladas, crianças, velhos, doentes, em grupos, percorrerem a estrada de São Borja, desvairados, pedindo-nos socorro contra as crueldades, que todos receavam, do bárbaro inimigo que acabava de invadir o nosso território. “Tratei de consolar e animar esses infelizes que, expulsos pelo terror, de suas casas, tudo abandonavam, procurando apenas salvar a vida e a honra de suas famílias”.

O tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega, que, com o corpo de seu comando protegeu a retirada, deixou este depoimento: “De ordem do sr. coronel Barreto, cobri a retaguarda das forças e famílias em retirada e em debandada, fugindo de um inimigo selvagem e mais que bárbaro. Não é possível descrever a desgraça de um povo correndo espavorido de seus lares ao estrondo do canhão; saíam as mães porta fora descalças, com os filhinhos nos braços, perdidas dos maridos, confundidas as donzelas no populacho e a tudo expostas! Mulheres distintas sem um xale nem com o que se cobrirem e assim todo o povo pela estrada pantanosa, em uma noite de frio excessivo, de marcha forçada! Tocou-me a ser desgraçada testemunha”.

suas casas, seus trastes e tudo que aí possuíam, julgando-se felizes de não caírem prisioneiros e de salvarem suas vidas. O desejo de cuidar do salvamento das principais alfaias da igreja, dos livros paroquiais e de alguns papéis manuscritos meus de importância, me fez, apesar do perigo, demorar minha retirada. Já choviam balas dentro da vila, já havia rebentado uma bomba ao lado de minha casa, quando já muito depois do meio-dia o Sr. Lacerda, juiz municipal, e o Sr. Marcos de Azambuja, encarregado do fornecimento das tropas de São Borja, penetraram no aposento em que me achava e, me conduzindo ambos por um braço, me obrigaram a montar a cavalo e a me retirar, sendo um dos últimos a fazê-lo.

Não tardei a alcançar um indivíduo que puxava um cavalo montado por quatro pessoas entre grandes e pequenos e, como o ridículo se encontrava quase sempre ao lado do patético, pouco depois alcancei duas índias que carregavam cada uma um gato no regaço com tanto carinho como se esses bichos fossem seus filhos.

Vi comitivas de mulheres com trouxas de roupa à cabeça, levando 31 crianças a pé e, mal podendo caminhar, afastarem-se da vila. Houve duas mulheres peçadas, a quem o susto fez adiantar o termo, que na noite de 10 para 11 de junho tiveram seu sucesso no meio do campo.

Se bem que os paraguaios tivessem suspenso sua marcha, sua posição ficava de momento a momento mais favorável, pois que de vez em quando suas canoas lhes traziam maior número de combatentes, pois naquele dia desembarcaram sobre nosso território uns 4.000 paraguaios e alguma cavalaria. Não podendo nossas forças atacar e fazer frente a um inimigo tão superior em número, o coronel João Manuel Mena Barreto aproveitou-se de um movimento retrógrado, que insensivelmente o 1º Batalhão de Voluntários tinha operado sobre a entrada das ruas da vila, para fazer uma hábil retirada.

Ele guarneceu as bocas de todas as ruas do lado norte, por onde se achava o inimigo, com piquetes de cavalaria e de infantaria montada e fez entrar o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria e o resto das forças em boa ordem, de bandeira desenrolada e com o toque de música pela rua principal da vila, e fez alto na praça da matriz, onde se demorou bastante tempo, tendo o cuidado, de vez em quando, de fazer dar um leve toque de

música para fazer persuadir o inimigo de que a vila estava guarnecida e em estado de defesa.

De sua parte, os paraguaios, que ignoravam que o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria se achava em São Borja, pois seus espiões não lhes tinham dado notícia de tal, entraram até a suspeitar da fidelidade deles. O capitão Lopes, que tinha dirigido as operações desse dia, tocou a retirada quando viu que as nossas forças se tinham recolhido dentro da vila, e foi formar seu acampamento junto ao Passo de São Borja. Aí formou uma junta de oficiais para deliberarem o que lhes competia fazer.

O resultado deste conselho foi que era provável que houvesse forças brasileiras consideráveis dentro de São Borja; que era imprudente atacar a vila com as forças que nessa ocasião tinham à sua disposição, pois poderia morrer muita gente sua; que se devia esperar que todo seu exército estivesse deste lado do Uruguai para atacar São Borja, dizendo que as famílias da vila, aterradas pelo susto, não poderiam fugir tão depressa, que, no caso em que elas fugissem, logo eles as alcançariam com sua cavalaria. Ouvi dizer mais tarde que não traziam ordem de seu coronel para entrarem naquele dia na vila.

Felizmente para as famílias, foi este parecer que prevaleceu no conselho dos oficiais paraguaios, porque, à boca da noite do mesmo dia, o coronel João Manuel Mena Barreto, bem informado do número das forças inimigas que tinham desembarcado, julgando que não podia sustentar-se em São Borja, evacuou a vila sem ser percebido pelo inimigo, reuniu todas as forças na chácara do Sr. Torres, a um quarto de légua e, de noite, se puseram a umas três léguas de distância de São Borja, que ficara deserta, pois naquela vila só tinham ficado alguns estrangeiros com três ou quatro famílias, que lhes pertenciam. Também ficou um outro brasileiro absolutamente impossibilitado de fugir.

O 1º de Voluntários da Pátria teve, naquele dia, seis mortos e 29 feridos. Dos guardas nacionais morreram 15, dos quais sete de infantaria, pertencendo cinco destes à companhia do capitão Godinho, e oito do Corpo Provisório nº 22, entre lanceiros e carabineiros. Nossa Guarda

Nacional teve uns 35 feridos. Total de mortos: 21. Total de feridos: 64. Fora de combate: 85 homens.⁴¹

Nossa infantaria da Guarda Nacional perdeu toda a bagagem. Os paraguaios perderam mais de cem soldados mortos e, entre eles, um oficial. Tiveram mais de cem feridos. No rio e no desembarque perderam eles bastante gente, e o campo onde os atacou o 1º de Voluntários ficou juncado de cadáveres, que eles foram sepultar do outro lado do rio Uruguai.⁴² Ao valor, à intrepidez do digno coronel João Manuel Mena Barreto, e ao 1º Batalhão de Voluntários da Pátria devo eu, devem as três quartas partes dos moradores da vila de São Borja não cairmos prisioneiros dos paraguaios e, talvez, não termos sido massacrados por eles

41 O número de mortos, segundo documentos existentes no Ministério da Guerra, foi de 19, sendo seis do 3º Batalhão de Infantaria, sete do 1º de Voluntários da Pátria e seis do 22º Corpo Provisório de Cavalaria. O número de feridos que conseguimos apurar, compulsando os documentos citados, foi de 41, sendo 29 do 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, 11 do 22º Corpo Provisório de Cavalaria e um do 28º Corpo.

Faltam elementos positivos referentes ao 3º Batalhão de Infantaria, que teve, certamente, diversos feridos, especialmente a 2ª Companhia, que tomou parte efetiva no combate desde a barranca do Uruguai até as portas da vila.

42 São muito imprecisos os dados sobre o número de mortos e feridos dos paraguaios. Os autores brasileiros e platinos consignam, em geral, os algarismos mencionados pelo cônego Gay.

Nas *Partes Oficiais* de Estigarribia, publicadas em fins de 1865, no *Diário Oficial do Império do Brasil*, não figura a parte do combate de 10 de junho de 1865, onde deveria ter sido mencionado o número de mortos e feridos nesse dia.

Na comunicação de 12 de junho, há, entretanto, referência a 27 feridos naquele combate, dos quais três morreram posteriormente.

O *Seminário* declarou que a perda dos paraguaios, no combate de São Borja, foi de três mortos e 25 feridos.

O número de mortos paraguaios foi, sem dúvida, muito maior que o notificado pelo *O Seminário*, visto que somente em combate individual foram mortos 11, sendo: um pelo segundo-sargento Renato Rodrigues Padilha; um furriel Luís Antônio de Vargas, na defesa da Bandeira do 1º de Voluntários da Pátria; três pelo cabo do 28º de Cavalaria Leocádio Francisco de Chagas; dois pelo cabo Evaristo Leite de Miranda; um pelo cabo Ricardo José Jacinto; três pelo soldado João Rodrigues.

no dia 10 de junho.⁴³ Se os voluntários tivessem aparecido um quarto de hora mais tarde, talvez já tivessem encontrado todos nós em poder dos bárbaros paraguaios, que, a passos agigantados,⁴⁴ se precipitavam sobre a malfadada vila de São Borja, e é muito provável que as poucas famílias, que já se tinham retirado, mas que se achavam ainda muito perto, e que caminhavam muito devagar, não tivessem escapado à sua perseguição. Possa Deus conceder a este benemérito coronel e ao 1º Batalhão de Voluntários da Pátria tantas felicidades quantas, agradecidos, lhes desejam os habitantes e o pároco da desgraçada vila de São Borja.

No dia 11 de junho, o coronel João Manuel e as famílias que emigravam ignoravam a resolução que tinha tomado o inimigo de esperar pelo desembarque de todo seu exército para entrar na vila de São Borja. Estavam na persuasão de que eles tinham entrado nela durante a última noite e, temendo ser perseguidos pelos paraguaios, trataram de se retirar para o mais longe que podiam. Sem embargo, o humano coronel João Manuel Mena Barreto teve o cuidado de não deixar nenhuma comitiva de família à sua retaguarda, parando às vezes de propósito no caminho para que elas fossem adiante, a fim de as poder proteger no caso de precisão. Naquele

43 A gratidão do autor e dos moradores da vila de São Borja, para ser justa e completa, deve atingir, em primeiro lugar, os bravos guardas nacionais do 3º Batalhão de Infantaria do 22º Corpo Provisório de Cavalaria, que foram os primeiros a enfrentar os paraguaios, impedindo-lhes durante horas a entrada na vila.

Valiosíssima foi a presença do 1º de Voluntários no campo da luta, em socorro de seus irmãos. Seu auxílio, posto que tardio, foi providencial. Esquecer, entretanto, os guardas nacionais rio-grandenses, para só louvar e render graças aos voluntários, é injustiça que a verdade histórica não consente e repele.

44 A passos de gigante, não! A passo curto, retardado, por vezes estancando, sim – em face da defesa heroica dos guardas nacionais. A refrega começara nas barrancas da margem esquerda do Uruguai antes das 10 horas, visto que a cerca de 9,30 já se ouvia o canhoneio e às 13,30, quando o 1º de Voluntários entrou na luta, os paraguaios haviam vencido apenas, pouco mais ou menos, cinco quilômetros, ou seja, menos de quilômetro e meio por hora! Estes elementos, de tempo e de espaço, nos dão ideia do esforço heroico e da resistência leonina dos primeiros defensores do solo pátrio, em São Borja, e evidenciam, ao mesmo tempo, a falta de fundamento e a injustiça da afirmativa do tenente-general João Frederico Caldwell de que, sem o auxílio do 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, os paraguaios teriam pisado o território brasileiro “sem sofrer fogo”. (Ofício de 22-6-55 ao presidente da província.)

dia, o senhor coronel veio sestear no capão de Santa Maria e acampar de noite na estância do coronel João Machado de Almeida, sobre a estrada de Porto Alegre, a sete léguas de São Borja, deixando de observação, algumas léguas atrás, o tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega com o Corpo nº 22. Esta mesma estrada estava então apinhada de gente.

Rodavam sobre ela mais de 300 carretas, fora o grande número de pessoas que iam a cavalo e a multidão que ia a pé. Os homens que haviam escapado ao rigoroso recrutamento da Guarda Nacional, e mesmo alguns soldados, tocando as carretas dos emigrantes, tocavam ao mesmo tempo cavalos e algum gado para munício. Mas não tardou que chegassem novos recrutadores, que não somente agarravam vários desses soldados e desses homens que prestavam este serviço, como também uma parte da cavallhada que as famílias levavam para os misteres de sua viagem, tirando-os à força para auxílio das tropas, deixando as pobres famílias em pior posição.

Como esta numerosa comitiva caminhasse mui devagar, tanto por causa da natureza da sua formação, como por causa dos trabalhos da véspera e da noite penosa por que todos haviam passado, tivemos todo o dia o grande susto de sermos perseguidos e alcançados pelos paraguaios, porque certo sargento que rebanhava cavalos, sem dúvida para ser mais bem sucedido em suas operações para que as famílias abandonassem seus cavalos, deu a notícia de que o inimigo vinha em perseguição dos voluntários da pátria e dos mais soldados que vinham reunidos a eles, e como também das famílias que pela maior parte seguiam a par destas tropas, acrescentando que as famílias deviam fugir com a maior ligeireza, pois que durante a última noite os paraguaios tinham encontrado algumas famílias escondidas nas capoeiras nos arrabaldes de São Borja e as tinham degolado, notícia que felizmente era falsa, mas que pôs as famílias no maior apuro, porque também já se contava como certo que os paraguaios tinham desembarcado em São Borja 12.000 infantes e 2.000 homens de cavalaria.

Enquanto, por descuido do governo brasileiro, por negligência do presidente da Província do Rio Grande do Sul e por abandono do brigadeiro Canabarro e do coronel Fernandes,⁴⁵ se davam estes tristes acontecimentos na fronteira de São Borja, uma divisão da esquadra brasileira

45 Vide capítulo adicional “Responsáveis pela invasão”.

ao mando do bizarro comandante Barroso derrotou completamente, no dia 11 de junho, no Riachuelo sobre o Paraná, a esquadra paraguaia, inutilizando com as pontas das espadas de nossa briosa Marinha a página negra de nossa História, que no dia 10 de junho se escreveu em São Borja,⁴⁶ e escrevendo com elas no Riachuelo no dia 11 uma página coberta de lauréis e de triunfos.

Naquele mesmo dia, 11 de junho, a vila de Itaqui estava se despovoando, porque a infausta nova da passagem do inimigo no Passo de São Borja aí chegara à meia-noite do dia 10 para 11, e os habitantes, receando que os paraguaios lá fossem, trataram de emigrar. Desde bem cedo o vapor *Uruguai* e os barcos surtos no porto se encheram de gente, de fazendas e trastes e não tardaram a largar o ancoradouro para seguir para Uruguaiana e outros portos do litoral do Uruguai. Quase ao mesmo tempo, várias famílias e carretas tomavam por terra a direção do rio Itu.

Na tarde do dia 12, poucas famílias tinham ficado em Itaqui, mas uma porção de homens, sobretudo estrangeiros, que formavam

46 Página negra, não! Heroica, límpida e edificante, sim!

Os nossos antepassados, ali, nos legaram uma das mais nobres lições de como se defende o solo pátrio e o lar, sem vacilações, à custa dos maiores sacrifícios com exemplar estoicismo.

O feito de Termópilas, que a tantos extasia e entusiasmo, não sobreleva em heroísmo a defesa de São Borja, com a diferença, porém, de grande significação para o patriotismo de nossa gente, de que, aqui, não houve Efialto, e o exército do Xerxes paraguaio, repellido rigorosamente, estacou às portas da vila brasileira e nela só penetrou dois dias depois de abandonada.

Assim como nem sempre as vitórias são páginas brilhantes, também nem todas as derrotas são páginas negras.

O que enegrece, e que enodoa, o que deslustra um feito militar é a fraqueza, a indecisão, a covardia.

A derrota de Avaí não é uma página negra nos anais da vida militar do Paraguai, porque ali, no dizer fluente e justo de Artur Montenegro, os bravos de Cambrone reviveram nos heróis de Caballero.

Tenho para mim que entre os feitos que bem alto elevam o heroísmo humano figura o praticado ali pelo destemeroso 40 de Voluntários paraguaios.

A nossa retirada da Laguna, que foi uma derrota, é das maiores epopeias do mundo. Saibam sempre os brasileiros defender sua terra e sua gente como souberam em 10 de junho de 1865, e jamais poderemos nós, e nunca poderão os vindouros, sentir vergonha com a literatura de nossos feitos militares.

uma boa parte da povoação, se deixaram ficar muitos dias na vila para pôr em segurança seus interesses. Mais felizes a este respeito foram os moradores de Itaquí dos que os de São Borja, porque aqueles tiveram tempo (desde aquele dia até 7 de julho, quando os paraguaios entraram em Itaquí) para salvar alguns de seus interesses, enquanto estes, surpreendidos de repente pelo inimigo no dia 10, salvaram unicamente a liberdade, a vida.

Na tarde do mesmo dia 11, o coronel Fernandes chegou quase só (com 12 homens) e bastante triste ao acampamento do sr. tenente-coronel Tristão, no capão de Santa Maria, a cinco léguas de São Borja, onde o Corpo nº 22 fora colocado pelo coronel João Manuel para proteger a retirada das famílias e do Batalhão de Voluntários. A brigada ficara no encantado Passo das Pedras. O coronel Fernandes, naquela ocasião, aconselhou a alguns chefes de família, que o consultaram, de emigrar, declarando que ele não tinha forças suficientes para bater o inimigo.

Sua Senhoria queixou-se muito do brigadeiro Canabarro, que desde três meses o estava logrando, prometendo-lhe sempre de lhe trazer forças, o que ainda não tinha realizado. Porém, ao anoitecer do dia 12, o comandante da brigada levou consigo o Corpo nº 22, dirigindo-se para o Passo do Butuí, dizendo que era de supor que o inimigo se dirigisse para o lado da vila de Itaquí, e que ia reunir toda a brigada para lhe fazer frente. Com a ida deste corpo, que franqueou aos paraguaios a estrada de Porto Alegre, por onde caminhava o 1º Batalhão de Voluntários a pé, com os soldados estropiados por uma longa marcha e as famílias que fugiam, se lhes tirou a proteção em que tanto confiavam.

Felizmente, porém, o major Severino Leite, do Corpo nº 28, conseguiu passar a nado com 60 homens o rio Camaquã e se colocou de observação sobre a mesma estrada a algumas léguas da vila, mas, apesar do valor reconhecido deste oficial veterano e de sua gente, bem frouxa proteção eles poderiam dar; apenas podiam subministrar alguma notícia dos movimentos do inimigo, somente durante três dias, como veremos.⁴⁷

47 Utilizando as partes de Estigarribia a Solano López e a narrativa feita ao capitão Osório Tuiuti de Oliveira Freitas pelo general Manuel do Nascimento, cabo-de-esquadra

À vista deste abandono, o comandante do 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, que tivera ordem de se conservar acampado nas portas

do 28º Corpo Provisório de Cavalaria, em junho de 1865, vamos dar sucinta notícia das marchas e contramarchas da pequena força sob o comando do major Severino da Costa Leite e da coluna paraguaia do capitão José López.

Chegando o ataque de São Borja ao conhecimento do tenente-coronel Manuel Coelho de Sousa, comandante do 28º Corpo Provisório, então acampado em São Mateus, fez ele imediatamente, ainda no dia 10, seguir para aquela vila uma força de 80 homens, sob o comando do major Severino, que pousou em Santos Reis, seguindo na madrugada seguinte para São Borja. Encontrando, porém, tropa paraguaia, próxima à vila, no Lavapé, aí teve ligeiro tiroteio e, retrocedendo, foi se colocar a uma légua distante da vila, onde permaneceu até 14, quando foi novamente atacada. Retirou-se então para o Capão de Voluntários. Com o fim de atacar o 28º Corpo, em São Mateus, e recolher todo o gado vacum e cavalos que achasse, o tenente-coronel Estigarribia destacou às 3 horas da tarde de 12 de junho o capitão José López. Este, não encontrando aquele corpo, retrocedeu a São Borja, onde chegou a 14, com 72 cavalos, 40 potros, 22 mulas, 10 bois e 2.000 vacas. Chegando ao conhecimento de Estigarribia que havia na estrada de Alegrete diversas carretas com armamentos, munições e fardamento, mandou, a 15, o capitão José López, com uma coluna de 410 homens, explorar aquela estrada, em uma distância de seis a oito léguas.

Esta força tiroteou, nesse mesmo dia, com a do major Severino, que se retirou e foi acampar em São Rafael.

A 16 pela madrugada, foi destacado, à frente de seis praças, o então cabo Manuel do Nascimento Vargas, para fazer um reconhecimento sobre a força paraguaia.

Chegou até as proximidades da estância de São Lucas onde os paraguaios, em grande algazarra, arrebanhavam os animais e, depois de saquearem a casa de moradia, incendiaram-na e continuaram a marcha rumo de Itaquí.

O cabo Vargas, segundo sua narrativa, “conservou-se em observação até perder de vista a coluna, momento em que se recolheu ao seu esquadrão, nas imediações de São Rafael, já reunido ao resto do corpo”, que aí permaneceu muitos dias, indo depois acampar junto ao Itu, no 2º distrito de Itaquí.

A força paraguaia foi até a encruzilhada de São Borja, de onde retrocedeu para a vila, aí chegando a 22, vindo pelas estâncias da Timbaúva, Santo Cristo e São Lucas.

A proteção dos retirantes foi feita, desde a noite de 10 até o escurecer de 12, pelo 22º Corpo Provisório de Cavalaria, comandado pelo tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega e fiscalizado pelo major José Fernandes de Sousa Docca.

De 15 a 18, a força sob o comando do major Severino Leite marchou na vanguarda da coluna paraguaia. O objetivo principal desta não era o de perseguir as famílias retirantes, como se tem dito e, sim, capturar carretas com material de guerra que constava se acharem na estrada de Alegrete.

do rio Butuí, receando ser perseguido e alcançado por alguma numerosa força inimiga, fez marcha para o lado da cidade de Alegrete, levando consigo nossa infantaria da Guarda Nacional e alguns soldados da reserva que se lhe tinham incorporado. Estes, porém, foram reclamados pelo comandante da brigada; e das imediações do rio Itu, tanto a infantaria da Guarda Nacional como os soldados da reserva regressaram para fazer junção com a brigada, enquanto o 1º Batalhão de Voluntários se dirigiu para Alegrete, onde tomou posse do seu comando o tenente-coronel Carlos Bethbezé de Oliveira Néri.

As famílias, ainda mais assustadas por este desamparo, tomaram a fuga com toda a velocidade que lhes foi possível, caminhando dia e noite enquanto não caíam de cansaço, tomando umas o caminho de São Francisco e a maior parte delas o de Cima da Serra, amaldiçoando a sua sorte e fazendo em parte promessas a todos os santos do Céu.

Não devo deixar de notar que, no meio desta atribulação das famílias, vários homens se houveram com elas com a maior humanidade. O súdito português Teles da Silva Guimarães, estabelecido com casa de negócio a 12 léguas de São Borja, sobre a estrada, serviu generosamente às famílias emigradas, fornecendo-lhes, com ou sem dinheiro, os objetos de primeira necessidade que podia lhes ceder.

Bom número de fazendeiros, que emigraram, foram mui humanos para com a pobreza, já dando-lhes de comer, já fornecendo-lhes condução, já amparando-os, como, v. g., o Sr. José Manuel Mendes, que, em suas carretas, levou mais de 140 pessoas, e muitos outros que tiveram o mesmo louvável proceder. Outros, à maior distância, hospedaram os emigrados da melhor forma que lhes foi possível, dando-lhes o sustento quando dele careciam e prestando-lhes mil serviços, como praticaram os srs. Francisco Belém Bandeira, nas Tunas, e o tenente Firmino Alves da Silva, no 6º distrito de Itaquí, que hospedou comitivas numerosas de emigrantes. O mesmo fez o Sr. João Garcia da Rosa em outro lugar e o Sr. Raimundo Rodrigues do Amaral, em Carobi; enfim, quase em toda parte houve ho-

Ainda a 18, o coronel Fernandes Lima escrevia do Capão Redondo ao general Canabarro, declarando que as famílias que se haviam retirado de Itaquí e de São Borja se achavam “fora de perigo”.

mens benfazejos que tiveram o mesmo procedimento, e me é impossível louvar aqui como eles merecem.

Com efeito, se o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, assim como as famílias escaparam nesta ocasião de caírem em poder dos paraguaios, como já tinham escapado quase milagrosamente no dia 10, foi porque o inimigo não quis se apoderar deles. Quando, no dia 12 de junho, os chefes de exército paraguaio fizeram sua entrada na vila de São Borja, e a encontraram quase desocupada, seus chefes ficaram desapontados e, julgando que as famílias e o vigário de São Borja, a quem traziam ordem de prender, se achariam ainda perto, ordenaram que a vanguarda do seu exército, composto de 1.200 homens escolhidos e dos mais aguerridos, seguisse em sua perseguição.

Há dúvida sobre este número, porém, sempre se disse ao princípio que eram 800 homens de infantaria e 400 de cavalaria.⁴⁸ Um malvado alemão, segundo contam, na véspera se tinha dirigido ao acampamento paraguaio e, além de informar ao comandante que a vila se achava desamparada pelos brasileiros, de ter indicado as casas de negócio que se achavam mais bem sortidas e de ter dado algumas informações para descobrir as alfaias da igreja, tinha também indicado o caminho que as famílias levavam em sua fuga.

Tendo os paraguaios agarrado um índio idoso chamado Mariano, que antigamente fora cabo, concederam-lhe a vida à condição de que ele servisse de vaqueano na expedição da vanguarda. Esta, pois, se pôs em marcha levando carretas, no dia 15 de tarde, sobre a estrada de Porto Alegre, seguindo seu vaqueano, o cabo Mariano, sem encontrar outro empecilho do que alguns tiros que de vez em quando lhe disparavam os poucos soldados do major Severino Leite.

48 Eram, como já vimos, 410 homens, sendo 205 do 1º e 2º Esquadrões do 27º Regimento de Cavalaria, do comando do capitão José López; 205 do 17º Batalhão de Infantaria.

Faziam parte dessa coluna o 1º tenente entre-riano Antônio Zapata, os irmãos uruguaios tenente-coronel João Pedro Salvagnac e major Justiniano Salvagnac, sendo este dado como morto, tendo, entretanto, se extraviado. Apresentou-se dias depois, na outra margem do Uruguai, no Aguapeí ao major Duarte.

Depois que o alemão Cristiano fez, no dia 11, sua declaração no quartel-general do inimigo invasor, o chefe dele determinou que durante a noite seguinte suas forças cercassem a vila de São Borja. Com efeito, ao amanhecer do dia 12, São Borja se achou cercada pelos paraguaios. Se estes tardaram até o dia 15 de tarde para enviar sua vanguarda em perseguição das carretas do 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, do mesmo batalhão e das famílias, foi para que os oficiais e soldados da vanguarda tivessem durante alguns dias sua parte no saque da malfadada vila de São Borja.

No dia 16 de manhã e bem cedo, chegou a expedição paraguaia à casa de D. Ana Joaquina Lopes de Almeida, viúva do capitão Fabiano Pires de Almeida, a sete léguas de São Borja. A casa, como todas aquelas que esta força encontrou na sua passagem, como a do sr. coronel Lago, do tenente João Machado de Almeida e outros, foi completamente saqueada; e os trastes, quase todos quebrados, foram espalhados por baixo das laranjeiras, pela estrada e pelo campo.

No dia 16 de manhã, alguns soldados paraguaios fizeram em Guarani a seu comandante a observação de que na estrada se encontrava rastro fresco de carretas, e lhe propunham ir em seu alcance. Este chamou o cabo Mariano, seu vaqueano, e, fazendo-lhe examinar o rastro que se divisava, exigiu que ele lhe declarasse se o rastro era fresco, se, seguindo este rastro, se alcançaria logo as carretas que o deixaram, se estas carretas não seriam as do vigário de São Borja e se sabia o rumo que este tinha seguido.

O índio brasileiro respondeu que debalde o rastro parecia fresco por não ter chovido sobre ele, que o rastro era velho, que as carretas dos emigrantes já deviam se achar mui longe, pois lhe constava que caminhavam dia e noite e que as famílias que tinham saído a pé de São Borja tinham encontrado socorro de transporte na campanha, e que elas se afastavam a par das outras; que as carretas, a uma ou duas léguas mais adiante, onde havia uma grande coxilha, podiam ter tomado vários rumos, umas para Cima da Serra, outras para São Francisco de Assis, outras para Alegrete, etc., que ele não conhecia a carreta do vigário, nem sabia o rumo que tinha seguido, mas julgava que eram necessários oito dias de viagem para alcançar as carretas que tinham deixado o rastro que ele via sobre a estrada.

À vista desta informação, o comandante da vanguarda paraguaia resolveu mandar um esquadrão até a coxilha de que falava o vaqueano

cabo Mariano, para examinar aí também o rastro das carretas e ver se não se descobria alguma ao longe. Em consequência, um esquadrão de perto de 200 homens marchou até a casa da estância do Sr. Manuel Francisco da Silva, vulgarmente conhecido pelo nome de Duduca, a nove léguas de São Borja. Aí se examinou o rastro das carretas, que não apareceu mais fresco do que o tinham observado na estância de D. Ana, viúva de Fabiano. Esta coluna, passada pela casa do Sr. Duduca, teve o cuidado de saquear a casa, de revistar bem por cima e por baixo das laranjeiras para descobrir se nelas não havia alguma pessoa ou alguma coisa escondida.

O esquadrão ganhou o cume da coxilha, junto à casa, para observar, na extensa planície que atravessa a estrada, se descobria alguma carreta ao longe e, divisando daí a extremidade da serra de Iguariaçá*, resolveu retroceder, seja que perdesse a esperança de alcançar as famílias fugitivas, seja que não tivesse ordem para ir mais longe, porque é costume do inimigo não mandar em observação senão esquadrões de 80, 100 ou mais homens, e jamais se lhes concede se afastar do grosso da força, de maneira a não poder ser visto por ela.

No dia 16 de madrugada, a vanguarda paraguaia que marchava em duas colunas, uma seguindo a estrada geral e a outra um atalho, quase surpreendeu o esquadrão de clavineiros do major Severino Leite que estava acampado entre as ditas estradas que o inimigo seguia.

Mas tendo este sido descoberto pelos nossos, o major Severino fez marchar com precipitação sua gente na frente dos paraguaios, até a estância do Sr. Duduca, onde, abandonando a estrada geral, foi no mesmo dia despontar ao rio Butuí em suas cabeceiras, e se retirou ao Município de Itaqui, franqueando completamente ao inimigo a estrada de São Francisco de Assis e de Cima da Serra que tinham seguido as famílias, e sem

* Há quem prefira as denominações serrinha de Iguaiaraçá ou serrinha de Iguaraiçá. Nesta obra mantemos a denominação serra de Iguariaçá, adotada por Otávio Augusto de Faria em seu *Dicionário Geográfico e Histórico do Estado do Rio Grande do Sul*, e por Sousa Docca em seu artigo “Vocábulos Indígenas na Geografia Rio-Grandense”, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 1º e 2º semestre, 1924. (Nota do editor.)

que ficasse nela um soldado para as avisar da marcha que empreenderam os paraguaios.⁴⁹

Logo que o esquadrão principiou sua retirada, o grosso da vanguarda paraguaia, que o avistara do lugar onde tinha ficado acampado, pôs-se também em movimento. Esta deixou a estrada geral que até então tinha seguido à esquerda; e aquela à direita, e ambos seguiram na direção da casa do tenente João Leal Famosa, junto da qual operaram uma junção; e depois, retrocedendo, passara, por um passo mui esquisito que só um homem vaqueano podia saber, chamado Pulador, e procuraram a estância do capitão Pedro Antônio Pereira de Escobar. Era tempo de que nossos perseguidores retrocedessem, porque, se eles fossem mais um dia avante pelo caminho de Cima da Serra, alcançariam muitas famílias e carretas que ainda não tinham subido a serrinha de Iguaiaraçá, pois só se achavam à distancia de três ou quatro léguas da vanguarda dos paraguaios. Em uma destas comitivas ia o vigário de São Borja, tão procurado por eles.

O 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, com as pequenas forças que levava incorporadas, já tinha tomado a estrada geral que pode ir a Alegrete, e se achava naquela ocasião como a duas léguas de distância da vanguarda paraguaia, pouco além do Passo de D. Antônio do Butuí. Era mui fácil ao inimigo alcançá-lo. Foi então que este batalhão, para cuidar de sua salvação, tomou com precipitação a estrada de Alegrete, como já disse.

A casa da estância de D. Ana Joaquina Lopes de Almeida ficou na mais completa desordem. Aí, como em toda parte, os paraguaios estrangularam os rebanhos de ovelhas, de cabras e os porcos que encontravam, sem quase aproveitarem a carne desses animais que matavam e degolavam só com o intento de fazer mal.

Na estância de D. Ana deixaram algumas mantas de toucinho, assando-as inteiras ao fogo, e também vasos cheios de milho assado. A casa do Sr. Duduca também foi arrombada, saqueada, todos os trastes quebrados e dispersos e uma porção de papéis rasgados e espalhados.

49 O major Severino Leite, como já ficou dito, estava com os seus 60 homens, a 15, no Capão dos Voluntários. Sendo aí atacado pela vanguarda paraguaia, trocou alguns tiros com esta e retirou-se, indo acampar em São Rafael.

A estância do capitão Pedro Antônio de Escobar é uma das mais ricas e extensas das Missões. Além de ter boas moradas de casas quase novas, possuía grande número de animais vacuns e cavaleiros, e de outras espécies. Parece que os paraguaios, mesmo antes de invadirem o território correntino, do Departamento de São Tomé, tinham informações desta estância, e tinham formado o propósito de a destruir.

Consta que várias vezes, antes que suas comunicações fossem cortadas com os correntinos, perguntavam a que distância de São Borja se achava a estância de D. Pedrito, seja supusessem que ela pertencia ao Sr. D. Pedro II, como alguns acreditaram, seja que eles dessem este nome ao capitão Pedro Escobar, por ser pessoa abalizada. Os paraguaios estiveram três dias donos da dita estância. Bem a seu vagar, pararam todos os rodeios e nele agarraram toda a cavallhada e todo o gado que lhes aprouve.

Saquearam as casas, degolaram as ovelhas, inutilizaram tudo o que não podiam carregar, v. g., derramando pelo terreiro uma considerável porção de erva-mate, que nas casas estava armazenada, picaram os couros que encontraram e, por fim, queimaram as moradas, retirando-se depois tranquilamente como se estivessem no centro do Paraguai, conduzindo da estância como uns 300 cavalos e como 12.000 reses. E o que é para admirar é que as forças do coronel Fernandes ignoravam a ida e a estada das forças paraguaias na estância do capitão Pedro Escobar.⁵⁰

Soube posteriormente que a brigada do coronel Fernandes se achava então nas Três Figueiras, onde teve notícia da expedição do exército paraguaio, porém vagamente; tanto é que se acreditava que todo o exército paraguaio tinha saído reunido, por cujo motivo talvez o coronel Fernandes julgou imprudente ir atacar esta expedição como lhe aconselhou o tenente-coronel Tristão Nóbrega. Este conhecimento é que fez dar a esta vanguarda expedicionária o número de 1.200 a 1.500

50 Não obstante todos os vandalismos mencionados com minúcias pelo autor, atestados por inúmeras testemunhas e por pessoas que viram, depois da invasão, os vestígios e as ruínas atestantes dessas depredações – houve, não obstante isso, um brasileiro que teve a coragem de dizer: “os incêndios ocorridos durante a invasão podem ser considerados todos casuais”.

e mesmo de 2.000 homens, cujo número real decerto não excedia o algarismo de 500 homens, número aproximado ao que tinha no dia 26 de junho.⁵¹

Mas, tendo recebido aviso de que o grosso do exército inimigo se achava ao arroio Santa Luzia, em direção a Itaqui, o coronel Fernandes, com sua brigada engrossada com o Corpo nº 5 do Passo Fundo, seguiu com direção à estância do Padre, supondo que a vanguarda expedicionária já tinha feito junção com o corpo do exército, de que não a sabia separada.

Em seu regresso daquela estância, a vanguarda inimiga, tomando a direção diversa da que tinha seguido em sua vinda, talou os campos reunindo todos os cavalos e todo o gado que encontrava em seu trajeto.

Queimou a casa da estância da viúva de Ângelo Vieira de Oliveira, de Rafael Dutra e, mais adiante, a do Sr. José Manuel Mendes. A casa da estância do Sr. Mendes tinha um pequeno sobrado e era quase nova. Como o inimigo pernovernara nesta casa, teve ocasião de fazer grandes estragos nas mangueiras, nas lavouras, nos grandes cercados que a rodeavam, os quais destruíram completamente, queimando-os com as casas.

51 O coronel Fernandes Lima estava mais bem informado dos movimentos e situação do inimigo do que supõe o autor.

Em ofício de 18 de junho, ao general Canabarro, depois de assegurar que as famílias retirantes estavam livres de perigos, informou sobre o retorno da coluna de José López.

Era, naquela mesma data, informado pelo major José Fernandes de Sousa Docca, que mandara fazer uma descoberta até a vila de São Borja, que o grosso das tropas paraguaias ainda ali permanecia, acreditando por isso que o destacamento que saíra a 15 tinha como objetivo arrebanhar animais.

Dois dias depois, isto é, a 20, informava ao comandante da 1ª Divisão Ligeira constatar-lhe que a força inimiga que se achava na fazenda de S. Lucas, contramarchara para os lados de São Borja e que mandara “seguir imediatamente os majores José Fernandes de Sousa Docca e Severino da Costa Leite com 200 homens, picando-lhe a retaguarda, para ver a direção que tomava”.

A 22 dizia ao tenente-coronel Sezefredo Alves Coelho de Mesquita que recebera “notícia de que o inimigo dirigira uma grande força em direção de Itaqui, ficando a 19 no Passo de Santa Luzia. Solicitava, por isso, que aquele oficial ativasse sua passagem”.

Nas lavouras do Sr. Mendes os soldados paraguaios arrancaram uma grande porção de mandioca, que deixaram quase toda em montão, porque, tendo assado parte dela e comido, acharam que era brava e deixaram vestígios do efeito que lhes fazia em alguma roupa sua que aí mesmo abandonaram. Divertiram-se também em matar um boi que inteiro atiraram pelo poço abaixo. O Sr. Mendes avalia em mais de 20:000\$000 o prejuízo que lhe causaram os paraguaios com a queima de sua casa, de seus trastes e de seus cercados.

No dia 21 de junho, de manhã, a vanguarda inimiga se dirigiu a São Borja, atravessando o banhado que se achava como a uma légua ao sul da vila, onde chegou à tarde.

Ela conduziu para os arrabaldes de São Borja a imensa tropa de cavalos e de gado que tinha engrossado consideravelmente à proporção que esta força caminhava. Seu projeto era fazer passar todos esses animais para o outro lado do rio Uruguai, a fim de os fazer seguir para o Paraguai. Porém, como não encontrassem mais em São Borja o exército paraguaio que no dia 19 tinha marchado com direção a Itaqui, como depois narrarei, os paraguaios que compunham a vanguarda largaram todos os animais que tinham arrebanhado, com exceção de bom número de vacas que conservavam para si como para obsequiar com carne os moradores da vila, e se contentarem em fazer mais alguns roubos, alguns estragos e algumas tropelias em São Borja, onde pernoitaram.

No dia 22 de junho, os moradores que se achavam em São Borja sofreram um susto terrível. Dois soldados paraguaios faltaram à revista, e se acharam seus cavalos encilhados, pastando pelo campo. Suspeitaram os oficiais que esses dois soldados tinham sido assassinados pelos moradores e, imediatamente, mandaram um oficial apregoar pelas ruas da vila que, se os soldados não comparecessem logo, eles haviam de degolar todos os habitantes da vila, desde a criança de alguns dias até o mais velho.

Enquanto se procuravam esses dois soldados, um oficial *blanco* conseguiu fazer sair a vanguarda de São Borja. Felizmente foram encontrados os soldados, embriagados, a dormir pelo campo; a vanguarda então prosseguiu sua marcha sem voltar à vila. Nesse dia (22 de junho), resolveu tomar também o rumo de Itaqui, e acompanharei ainda um

momento a vanguarda em sua direção, para não ter que volver sobre esta matéria.

Não querendo a vanguarda paraguaia tomar o mesmo caminho que tinha tomado o seu exército para ir a Itaquí, onde sabia não encontrar nada para saquear, pelo conhecimento que já tinha da capacidade destruidora de seus patrícios do exército, o comandante da vanguarda ordenou ao cabo índio Mariano que lhe servisse de vaqueano para o levar a Itaquí por um caminho onde encontrasse o que saquear.

O pobre índio maneta se colocou outra vez no mesmo dia à testa da vanguarda do inimigo, que ele conduziu por um caminho que pela esquerda franqueia, a algumas léguas, a estrada geral que tinha seguido o exército paraguaio. Em seu trajeto a vanguarda saqueou e queimou a casa do ancião Joaquim de Sousa Rocha. Em seguida, fez a mesma operação na casa inteiramente nova e de muita dimensão do tenente José Pedro Pereira Escobar. (Para ser em tudo exato em minha narração, devo notar que parece certo que estas duas últimas casas foram queimadas no dia 24, ao mesmo tempo que a do Sr. Mendes.) As outras casas que ela encontrou em seu caminho até chegar ao Passo do Butuí, a chamado de D. Ana Hipólito, foram saqueadas. A casa da viúva D. Ana Hipólito também foi queimada. A pedido de um oficial inferior brasileiro, que ia com a coluna paraguaia, afilhado do finado coronel Manuel dos Santos Loureiro, a coluna respeitou o sobrado da estância de São Donato, pertencente à D. Antônia Lopes Loureiro, viúva do mesmo coronel. Essa estância se acha sobre a margem esquerda do rio Butuí.

Há quem diga que o presidente López, que em 1894 teve em São Tomé relações com o finado coronel Manuel dos Santos Loureiro, o qual naquela ocasião foi convidado pelo general López para se unir a ele para fazer guerra ao Brasil, recomendou aos chefes do exército invasor respeitar as propriedades do distinto coronel Loureiro.⁵²

Porém, o arrombamento das casas e o sangue se fez rigorosamente em todas as casas que os soldados da vanguarda paraguaia avistaram, que tinham tomado a direção da estância do Sr. Fortunato As-

52 O coronel Manuel dos Santos Loureiro, dotado de nobre caráter, foi grande, dedicado e leal servidor do Brasil.

sunção, os quais talvez com a intenção de surpreender, pela retaguarda, a brigada do coronel Fernandes, que se achava perto e que ignorava a existência dessa força paraguaia destacada do corpo do exército que ela observava, quando a dita vanguarda inimiga foi descoberta, a 25 de junho, pelo tenente-coronel Coelho de Sousa, comandante do Corpo Provisório nº 28.⁵³

53 O 1º de Voluntários da Pátria chegou à vila à uma hora da tarde e só entrou em combate às 13,30 horas, conforme a parte de seu ilustre e bravo comandante.

.....

Capítulo III

ENTRADA DO INIMIGO EM SÃO BORJA A 12 DE JUNHO – SAQUE DA MESMA VILA – RETIRADA DOS PARAGUAIOS DE SÃO BORJA

COMO TEMOS visto, uma parte do exército inimigo efetuou com muita velocidade sua passagem do rio Uruguai no dia 10 de junho. Às 8 horas da manhã, as colunas do seu exército desciam de São Tomé. Às 9 horas, lançavam suas canoas ao rio e embarcavam e, ainda não eram 11 horas, quando uma força sua respeitável se achava desembarcada sobre o território brasileiro, a meia légua de São Borja. Sem o oportuno aparecimento do 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, antes do meio-dia, o inimigo teria entrado na vila.

Já conhecemos a perturbação e precipitação com que seus habitantes fugiram, levando consigo quase unicamente a roupa do corpo. Se bem que o inimigo tomasse a deliberação de não entrar na vila senão depois de ter todo o seu exército passado o rio Uruguai, estas disposições eram ignoradas dos emigrantes, que assim não podiam se animar a regressar a São Borja, que supunham já estar em poder dos paraguaios, à procura de dinheiro e de outros objetos fáceis de carregar, e que muitos esqueceram ou não puderam levar por causa da perturbação e da precipitação da retirada.

Até ficaram algumas carretas na porta de certas casas, como na do sr. major Vasco José Guimarães, carregadas e prontas para marchar, porque os peões que tinham ido, assaz perto, à procura de bois, não ousaram mais penetrar na vila. Além disso, o regresso de qualquer pessoa a São Borja e aos seus arrabaldes era mui perigoso, porque, posto que o inimigo não tivesse entrado na vila, suas forças ocupavam toda a frente ao norte de São Borja, e tinha ele também colocado esquadrões nas frentes leste e oeste sobre as coxilhas que descobriam toda a frente do sul, pela qual unicamente e por terrenos baixos se podia entrar em São Borja, e qualquer um que se atrevesse a se aproximar teria sido logo cercado e aprisionado pelos soldados de cavalaria desses esquadrões, que naquele tempo aprisionaram o índio cabo Mariano e sua família, perto de meia légua S. O. de São Borja.

Como temos visto, no dia 10 de junho os paraguaios passaram a este lado do rio Uruguai uns 4.000 homens de infantaria, algumas peças de artilharia e também alguma cavalaria. No dia 11 passaram o resto de sua infantaria e no dia 12, passaram sua cavalaria, suas carretas, munições de guerra, etc. O exército invasor é geralmente calculado em 10.000 homens de todas as armas, se bem que não se sabia ainda ao certo seu número.⁵⁴ Dizem que do outro lado do Uruguai, em São Tomé, ficaram como 2.000 homens.⁵⁵

Os chefes do exército paraguaio determinaram fazer sua entrada em São Borja no dia 12 de junho. Em consequência, naquele dia de manhã, mandaram um capitão e dois tenentes, cada um com um piquete de lanceiros, penetrar na vila por ruas diferentes, a fim de registrar o que havia nela. O capitão entrou por uma rua que tem sua saída ao oeste. Um

54 Vide os capítulos adicionais I e IV.

55 Aproximadamente 3.200 homens, sob o comando do major Pedro Duarte, que devia seguir pela margem direita do Uruguai, paralelamente à divisão de Estigarribia, mantendo ligação.

Esta força foi completamente derrotada em Jataí, pelo general Venâncio Flores, à frente de tropas orientais, brasileiras e argentinas, a 17 de agosto de 1866.

O efetivo dos aliados era de 10.700 homens e o dos paraguaios, 3.000, inclusive cerca de 200 orientais e correntinos, sob o comando, estes, do coronel Blanco y Orrego, que conseguiu salvar-se da hecatombe e retornou ao Paraguai, à frente de 60 homens. Enlouqueceu tempos depois, e, neste estado, faleceu em Humaitá.

tenente entrou por uma rua do lado de leste e o outro por uma rua que vinha do norte.⁵⁶ Os três oficiais, com seus competentes piquetes, se reuniram ao centro da Praça da Matriz, onde conversaram baixinho durante alguns minutos.⁵⁷

Daí se dirigiram, todos juntos, à porta da matriz, onde pararam uns instantes, escutando se ouviam algum ruído dentro e observando atentamente todo o edifício. Em seguida, sempre juntos, atravessaram a praça e vieram à frente da casa do vigário, colocada do outro lado da praça, bem

56 São Borja tinha então somente 11 ruas, sendo sete na direção NNOSSE e que eram, a partir do oeste: Rua do Uruguai, atual Riachuelo, que recorda o feito de nossas armas a 11 de junho de 1865, nas águas do Paraná; São João, atual General Marques, em homenagem ao galhardo conde de Porto Alegre, o terceiro marquês de Sousa, organizador em São Borja do 3º Corpo de Exército; 25 de Março, atual Cândido Falcão, em memória do ilustre e humanitário farmacêutico que tantos benefícios fez em São Borja; São Pedro, atual Félix da Cunha, como preito de admiração ao primoroso poeta e notável político e grande tributo a Félix Xavier da Cunha; Formosa, atual Barão do Triunfo, como tributo de alto apreço ao glorioso José Joaquim de Andrade Neves, que Caxias qualificou de “bravo dos bravos do Exército Brasileiro”; São Borja, atual João Manuel, como homenagem de gratidão ao intrépido comandante do 1º de Voluntários da Pátria João Manuel Mena Barreto, que morreu no posto de general, no assalto de Peribebeu em 1869; Fresca, atual Andradas, em homenagem aos insígnos irmãos José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos. As outras quatro travessias e essas eram, a partir do norte: Rua do Lago, atual Coronel Lago, em homenagem ao coronel Joaquim da Silva Lago, ilustre são-borjense que foi comandante da fronteira de Missões cuja sede era em São Borja; Rua do Sol, atual General Osório, como preito de profunda admiração ao legendário Manuel Luís Osório, o glorioso marquês do Herval; 7 de Setembro, que ainda conserva o nome secular; e da Matriz, atual Aparício Mariense, nobre e justo preito de admiração e reconhecimento ao notável são-borjense autor de plebiscito sobre o 3º Reinado, que foi o mais profundo golpe desferido nas instituições monárquicas no Brasil.

57 Quando, em 1756, o vice-rei espanhol Valdelírios deferiu o requerimento do Superior das Missões, pedindo abertura de devassa, a fim de ser apurado se cabia à Companhia de Jesus a culpabilidade da sublevação dos indígenas nas Missões Orientais, o local escolhido para tribunal foi essa praça que tem atualmente o nome de 16 de Novembro. Aí, em pavilhão armado, Valdelírios, Ceballos e Viana fizeram o interrogatório de diversas testemunhas, cujos depoimentos foram tomados por termo. Os indígenas assumiram inteiramente a responsabilidade da rebelião, dizendo-se os únicos culpados. Em vista dessa atitude, o tribunal absolveu os jesuítas daquela responsabilidade.

em frente à igreja,⁵⁸ observaram toda a casa com muita atenção, chegaram-se bem perto das janelas para examinar pelas vidraças se podiam descobrir o que havia e se passava dentro e, julgando preenchida a sua missão, regressaram todos para seu acampamento a dar parte de suas observações.

Enquanto se esperava pelo regresso destas comissões exploradas [exploradoras?], dizem que os bárbaros chefes do exército inimigo deram ordem a seus sanguinários soldados de matar todas as criaturas humanas que encontrassem dentro de São Borja, sem excetuar crianças, mulheres, velhos e estrangeiros, pondo, sem embargo, uma exceção a favor das moças, que os chefes reservavam para si, e do vigário a quem os mesmos chefes estavam encarregados de infligir o castigo.

Narram-me alguns moradores antigos de Missões que esta ordem dos chefes do exército inimigo é conforme aos procedimentos dos sanguinários paraguaios, e que eles foram testemunhas de que, durante as guerras dos dois Artigas, onde estiveram soldados paraguaios, nunca estes pouparam ninguém. Eles esmagavam as crianças contra as pedras, contra os troncos das árvores, com lanças e com espadas abriam o ventre das mulheres e lhes arrancavam as entranhas e, às vezes, o feto quando estavam pejadas.

O que valeu aos moradores que se tinham deixado ficar até este dia na vila de São Borja foi a presença, no exército paraguaio, de dois irmãos, oficiais orientais filhos de estrangeiros, que escapando-se de Paisandu tinham ido se refugiar no exército paraguaio, onde adquiriram muita simpatia por suas qualidades. Eles não tinham comando no exército (asseguram que o déspota paraguaio, desconfiado, como todos os tiranos, não consentiu que nenhum dos oficiais franceses e espanhóis, que foram instrutores de suas tropas, fizesse parte do exército expedicionário que veio para esta fronteira do Rio Grande do Sul, os fez ficar no Paraguai com

58 A atual, começada em 1846, no mesmo local da antiga, que fora delineada e construída pelo irmão José Brazanelli, o mesmo que esculpiu em um toro de cedro das matas do Uruguai a magnífica e preciosa imagem de São Francisco de Borja, que, por longos anos, várias gerações de são-borjenses veneraram no altar-mor, precioso trabalho de talha, este.

Essas duas belas obras de arte estão, presentemente, relegadas para as naves laterais, separadas, por haverem sido substituídas por uma imagem de gesso e por um altar estilo gótico em contraste com a estrutura do templo que é de estilo romano.

soldo como se estivessem em serviço ativo); eles vinham adidos, prestando os serviços que podiam.

Ao ouvirem a ordem bárbara que davam os chefes do exército paraguaio, aproveitando a licença que se lhes tinha concedido de falar, animaram-se a fazer observar que esta ordem não era boa, que era má, que era inumana, que sua execução acarretaria grande responsabilidade para o supremo governo do Paraguai, pois que em São Borja devia haver vários estrangeiros, cujos governos pediriam contas ao Paraguai da morte de seus súditos.

Enfim, que os brasileiros, apesar de suas más qualidades, não procediam assim, como eles mesmos foram testemunhas, pois que antes de atacar Paissandu os brasileiros concederam um dia de prazo, sem fazerem fogo, para que se retirassem da cidade as famílias e todas as pessoas que o quisessem fazer; e que, quando entraram na praça, depois de tomada Paissandu, ainda respeitaram as poucas famílias que encontraram dentro da cidade. Felizmente, prevaleceu este parecer. Dizem que esses oficiais eram os Salvagnac.

Antes de entrar em pormenores sobre a entrada do exército paraguaio na vila de São Borja, devo fazer conhecer seus chefes, aqueles que tinham dado uma ordem que talvez não tivesse saído da boca do cacique mais cruel dos selvagens tupis, e que talvez qualquer dos chefes antropófagos negros africanos se envergonhassem de dar.

O comandante ou chefe aparente do exército paraguaio invasor é o coronel Antonio de la Cruz Estigarribia, do Partido de Jaguarón, homem de seus 40 e tantos anos, alto, trigueiro, nem grosso nem delgado de corpo, taciturno, falando pouco, assaz incorreto para falar o espanhol, expressando-se quase sempre em guarani, e bem militar, mui perito para fazer manobrar as tropas, sendo aliás grosseiro, torpe e devasso, porém menos cruel que o frade de quem vamos falar.

Pode-se julgar da habilidade e da ilustração do coronel Estigarribia pelo fato seguinte: entre as prendas do saque de São Borja achou-se um relógio de algibeira (provavelmente do vigário, que no apuro de sua saída deixou seu relógio em cima de uma mesa), o qual tocou ao nobre coronel. Este, durante todo o tempo em que esteve em São Borja, não pôde aprender a dar-lhe corda, para cuja difícil operação chamava sempre um oficial oriental, como várias pessoas foram testemunhas por diversas vezes.

Sem embargo, por alguma correspondência oficial que se lhe agarrou em Uruguaiana, não parece ser mui destituído, se ele é dela o autor.

Este coronel, ou tenente-coronel, é acompanhado por um frade paraguaio por nome Duarte, ou Santiago Estêvão Duarte López, que é o verdadeiro comandante do exército paraguaio. O frade Duarte é natural do Partido de Acani, onde seu pai, posto que pobre, é juiz de paz e comissionado. O frade é homem de seus 30 e tantos anos, branco, de estatura regular, grosso de corpo, alegre, pouco conversador e mui vivaz.

Tem a cabeça e a cara mui grandes, a fala mui grossa e mui vagarosa. Dizem que tem muita inteligência e muita astúcia, e goza de muito prestígio entre seus patrícios. É ele no Paraguai cura de Santo Inácio-Guaçu, a primeira capital das missões jesuíticas do Paraguai, e exerce as funções de vigário-geral sobre todas as paróquias dessas antigas missões, sendo-lhe subordinados não somente os curas, como as demais autoridades civis desses partidos.

O frade Duarte é homem opulento, porque além dos ordenados correspondentes aos altos cargos que ocupa, possui uma grande estância na costa de Santa Maria, cerro a quatro léguas do povo de Santa Maria da Fé, e uma pequena estância (*puesto*) em Neembucu, na paragem denominada Lescano-cué. O cura e vigário Duarte é homem de toda confiança do tirano López, de quem passa por parente e favorito, que o enviou sob o modesto título de *Vicario del Ejército* para fazer as vezes de sua pessoa, e a quem os oficiais e soldados veneram e obedecem mais do que ao tenente-coronel, que nada pode determinar de per si sem o beneplácito *del vicario*, que é o verdadeiro comandante em chefe do exército paraguaio.

Todas as pessoas que têm estado em São Borja e em Itaquí, depois do saque destas duas vilas, e que depois tenho visto, muitas das quais me têm visitado no retiro onde escrevo estas linhas, me têm dito: o general paraguaio que entrou saqueando Itaquí e São Borja é um frade, que procurou com muito empenho o vigário de São Borja, para o mandar de mimo a seu governo. Terei ocasião de dar a conhecer várias qualidades deste general de roupeta preta, que sobre o burel de São Francisco trazia sempre ostensivamente um revólver, além da comprida espada que, em vez em quando, lhe pendia da cintura, e da grande vara que continuamente carregava na mão.

Um oficial *blanco* Pedro Zipitria parece ser encarregado pelo mariscal (nome usado no exército paraguaio para designar seu presidente López), de servir de vaqueano a seu exército e de conduzir à República Oriental. Poucas vezes se separa *del vicario* Duarte e do coronel Estigarribia, de quem é também secretário, e tem adquirido sobre ele certa influência da qual, infelizmente, não tem feito grande uso a benefício dos infelizes. Ele faz um papel vergonhoso por desgraça e, talvez, por má inclinação.

Como a comissão investigadora tivesse trazido de São Borja informações agradáveis para o exército paraguaio, *el vicario*, tendo a seu lado o coronel e o oficial secretário, acompanhados de ordenança e de 50 e tantos soldados de cavalaria, se puseram logo em marcha para entrarem na vila.

Era meio-dia e pouco mais. Tinha sido determinado que o saque do dia 12 seria feito unicamente pelo frade Duarte e pelo coronel Estigarribia, devendo a vila ser franqueada aos oficiais e ao exército somente no dia seguinte, 13 de junho, e nos subsequentes. Já também estavam preparadas, à entrada da vila, umas 50 carretas para receber os objetos mais preciosos do saque. Posteriormente, o saque foi transportado para o Passo de São Borja. Gastou-se cinco dias em passá-lo em canoas ao outro lado do rio Uruguai. De Formigueiro, perto de São Tomé, o saque de São Borja foi levado em carretas para o Paraguai. As carretas levaram ao mesmo tempo 250 feridos e doentes.

Os moradores que tinham ficado em São Borja, ansiosos de saber a sorte que os esperava, tremiam de medo ao ver passar essa comitiva que se dirigia à praça da matriz. “Nunca em minha vida”, disse-me um velho que se achava em São Borja e que assistiu a várias batalhas, “eu tive tanto susto como naquele dia”. Daí a pouco o frade, o coronel e os demais estavam na frente da casa do vigário de São Borja, junto da qual chegavam. Enquanto os soldados do piquete tomavam posição para que ninguém pudesse fugir de dentro da casa do vigário, o coronel Estigarribia, vendo em frente da casa o basco espanhol Francisco Zaretea, que o vigário deixara de caseiro, fez-lhe várias perguntas quase todas relativamente ao mesmo vigário. Por fim, lhe ordenou de abrir as portas, ao que o basco contestou que as portas estavam já abertas. Então o revmo. frade Duarte aproximou-se da porta do vigário, que empurrou com sua comprida vara, feito o que recolheu-se um pouco e lançou sua bênção sobre a entrada da casa, para a

purificar das pisadas dos *perros* brasileiros, como geralmente os paraguaios se expressavam. Depois *el vicario*, seguido do coronel e do seu secretário, penetraram na casa do vigário de São Borja.

Em um momento, o escritório, as cômodas e os armários foram abertos a golpes de machado, sem sequer repararem que as chaves se achavam em todas as fechaduras. Em um instante todos os móveis da casa foram revolvidos. Os livros e papéis foram espalhados sobre as mesas e no chão; os paramentos da igreja, as roupas e os trastes dispersos em toda parte. Entretanto, tendo encontrado num canto uma barrica de açúcar, um saco de farinha de mandioca e outro de arroz, o frade chamou alguns soldados que se achavam na porta, que para lá levaram o achado, aí mesmo abriram a barrica de açúcar e o saco de farinha, que começaram a comer a punhados, enquanto o frade e o coronel revistavam com muito cuidado toda a casa, esperançados de encontrar nela as alfaias preciosas da igreja e as pratas do vigário.

Uma das preciosidades que encontraram logo, porque o vigário de São Borja tinha deixado dentro do seu escritório, foram alguns números da *Tribuna de Buenos Aires*, contendo artigos virulentos contra o tirano López, e algumas das cartas impressas do Sr. D. Pedro de La Peña. Porém, o que mais desagradou aos ilustres chefes do exército paraguaio foi o achado, entre os papéis do vigário, de alguns números da *Semana Ilustrada*, do Rio de Janeiro, contendo dois retratos do grande López do Paraguai.

Em um estava ele retratado a par de Leandro Gomes e outro o representava como um tirano, cujas carnes, lhe caindo em pedaços, eram devoradas pelas aves de rapina. Estes vis servos do déspota paraguaio espumavam de raiva ao contemplar estas caricaturas de seu ídolo; sem embargo, julgaram que seu soberano cacique receberia com agrado este mimo, e disseram que iam imediatamente lhe enviar estes jornais com os seus interessantes retratos e o mais que continham.

Seja que o coronel Estigarribia desanimasse no exame dos papéis e dos livros do vigário de São Borja, de que continuavam a encontrar baús cheios, seja que Sua Excelência entendesse pouco disso, ele deixou *el vicario* e ao secretário continuarem o exame, e foi se sentar em cadeira de balanço à porta da entrada da casa. Aí fez ele chamar o basco Francisco Zateate, e fez-lhe de novo várias questões, já sobre a direção que tinha tomado

o padre Gay, vigário de São Borja, que segundo ordem que ele trazia *del supremo gobierno* devia ser por ele *arrestado* e enviado prisioneiro à capital do Paraguai (outros dizem que, em outra ocasião, Estigarribia disse que trazia ordem de queimar vivo o padre Gay); já sobre o lugar em que o padre Gay escondera as alfaias da igreja de São Borja e as pratas da sua casa, já enfim ordenado ao basco de resguardar do fogo a casa onde residia com sua família, pegada à casa da residência do vigário, cuja casa ele trazia também ordem de queimar depois de saqueada. O basco lhe respondeu que ignorava tanto a direção que havia tomado o vigário, como o destino que ele dera às alfaias de igreja e de sua casa; que lhe era impossível preservar do fogo a casa de sua morada se se incendiasse a casa da residência do vigário, por estarem contíguas, além de que, continuou o basco, tinha alugado todas estas casas em sociedade com vários indivíduos, um arquiteto italiano, um francês marceneiro, todos trabalhadores na igreja nova, por cujo motivo o francês, seu sócio, tinha posto a bandeira francesa no balcão da casa.

“Sim, sim, replicou o coronel, a bandeira francesa não deixa de ser linda, é a mais bela que há depois da bandeira da República do Paraguai; mas se este francês quisesse fazer respeitar sua casa devia ter ficado nela, porque todos os que fogem são inimigos do supremo governo”.

Antes que o coronel Estigarribia concluísse sua oração, um soldado lhe trouxe de dentro da casa um grande espelho com quadro e molduras douradas. Sua Senhoria mirou-se nele bastante tempo, penteou-se, alisou o bigode, o que, feito, atirou com força o espelho contra as lajes da calçada.

Daí a pouco lhe trouxe outro soldado um quadro grande representando D. Pedro I proclamando a Independência do Brasil. O coronel o atirou contra a parede e mandou rasgar a litografia pelo soldado. Do mesmo modo procedeu sucessivamente com dois quadros, contendo um o venerado retrato do nosso primeiro bispo, D. Feliciano, e o outro do nosso general barão de Porto Alegre. Durante este tempo, *el vicario* tinha revolvido e examinado toda a correspondência oficial e particular do padre Gay, tinha revistado seus manuscritos literários, tinha examinado suas coleções de plantas e de objetos de História Natural, e tinha apartado e posto dentro de caixões os objetos, os papéis, os manuscritos, que foram de seu agrado, e que mandou levar para suas carretas. Encontrou um papel que

lhe causou grande prazer, pois o foi mostrar ao coronel, dizendo que não daria este papel por 500 patações (1:000\$000).

Para poder melhor fazer o seu exame, o frade Duarte chamou em seu auxílio os soldados que levaram toda a livraria ao meio do pátio da casa, e aí também espalharam os papéis, que continham alguns baús, um dos quais pertencia ao sr. tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega, que o tinha deixado em depósito em casa do vigário. E tal foi a busca, o dano e o roubo que se fez, que de mil e tantos volumes que continha a livraria somente foram encontrados depois uns dez volumes, todos desirmanados e pela maior parte rasgados. Ficaram muitos papéis e muitas cartas espalhadas no chão à intempérie e que se recolheram molhados depois.

Desapareceram inteiramente os documentos que serviram ao vigário para a composição da *História da República Jesuítica do Paraguai*, alguns livros e manuscritos guaranis, todos os trabalhos do vigário sobre esta língua, como: *Nouvelle grammaire de la langue guarany et tupy*; *Manuel de la conversation en quatre langues; français, portugais, espagnol et guarany*; *Nouveau trésor de la langue guarany en quatre langues*, ou *Nouveau dictionnaire guarany, français, portugais et espagnol*, obra já muito adiantada.

Não somente todos esses manuscritos originais desapareceram, como ainda sumiram dois manuscritos, um em francês e outro em português, prontos para a segunda edição da *História da República Jesuítica do Paraguai*. Desapareceram vários manuscritos literários sobre diversos assuntos, mais de 200 sermões, todos por letra do mesmo vigário. Desapareceu totalmente uma coleção de pedras e produtos esquisitos da natureza, alguns dos quais estiveram na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1861, e um pequeno herbário de plantas das Missões, que o vigário principiou a formar em fins de 1862.

Desapareceram também alguns livros da igreja (acharam-se folhas do Missal, a metade queimada), livros do cartório eclesiástico e alguns livros paroquiais, paramentos e algumas alfaias; felizmente, os livros e as alfaias de menor volume e mais essenciais tinham sido postos em salvaguarda pelo vigário, que os levara consigo em sua fuga, e que assim até agora escaparam das unhas dos rapaces paraguaios. Nada ficou da correspondência oficial.

Quanto às roupas, utensílios, louças, etc., do vigário de São Borja que no dia 12 de junho escaparam das mãos do frade Duarte, do coronel Estigarribia, do seu secretário e dos soldados que os acompanharam, não se puderam salvar nos dias seguintes das mãos da soldadesca do exército paraguaio, que destruiu, inutilizou, rasgou e quebrou o que não pôde carregar.

O dia ia declinando; o frade, o coronel e seu secretário formaram conselho no vestíbulo da casa do vigário. Aí fizeram chamar o basco Francisco; e o frade Duarte lhe perguntou, primeiramente com brandura e depois com ameaças, o lugar onde o vigário escondera as prendas ricas que supunham ter a igreja e a casa do vigário. O pobre homem não os pôde satisfazer, porque nada sabia.

O coronel prometeu ao basco de lhe dar a metade das prendas se ele as descobrisse, e o secretário, na língua dos bascos, o exortou a fazer este descobrimento, porém o homem nada sabia. Assim, sucessiva e separadamente, foram chamados a interrogatório a mulher do basco, seus filhos e genro, e até 12 pessoas, sem poderem nada conseguir deles. O frade perguntou pelo sacristão da igreja, querendo que este lhe indicasse o que procurava; mas se lhe respondeu que o sacristão tinha ido com o sr. vigário.

Já era tarde, o sol estava entrando; o frade, o coronel e sua comitiva saíram da casa do vigário, e, apenas tinham eles posto os pés fora da porta, o frade Duarte com sua vara comprida quebrou vários vidros da janela da casa. O coronel e os soldados imitaram seu exemplo.

Chegados à porta da casa imediatamente, onde residia a família do basco, o coronel o chamou e lhe indicou o sinal que ele devia fazer para preservar sua casa do saque de seus soldados. Em seguida, quis que o basco lhe ensinasse a casa de São Borja mais bem sortida, para principiar o saque por ela.

O basco, residente em São Borja há poucos meses, não sabia que responder, quando, passando em frente o alemão delator de que já falei, este o tirou do embaraço indicando ao coronel a casa de negócio de José Fernandes Braga Júnior, contra quem parece que os chefes paraguaios estavam de prevenção, por ser o Sr. Braga Júnior agente do correio em São Borja e ter sido presidente da Câmara Municipal. Para a casa, pois,

do Sr. Braga Júnior se dirigiu a comitiva. Em um instante as portas foram arrombadas.⁵⁹

O frade lançou sua bênção sobre a entrada delas, e eis a comitiva instalada dentro. Porém, anoitecia e os saqueadores não enxergavam para fazer suas operações. Em consequência, colocaram fortes guardas nas portas do Sr. Braga Júnior, e os chefes, com o resto da escolta, voltaram para seu acampamento. Como uma hora depois, dois esquadrões penetraram na vila. Um se postou em frente da casa do Sr. Braga Júnior, outro foi se colocar na Rua 7 de Setembro, em frente da casa de negócio da viúva D. Feliciano Dutra da Vila, que os paraguaios julgaram bem sortida, a fim de evitar que ninguém tirasse nada dessas casas, cujo saque era reservado para os oficiais do exército invasor.

Ao estender-se este esquadrão pela Rua 7 de Setembro, deu-se um incidente interessante. Ao passar pela frente de uma casa, o oficial que o comandava ouviu gritar dentro dela: Viva a República do Paraguai! Viva seu grandessíssimo presidente e seus irmãos ingleses! Ao ouvir estes grandes gritos, o oficial parou, bateu na porta que se abriu, aparecendo nela um homem.

– Usted é inglês? – lhe perguntou o comandante.

– Para servir a V. Senhoria – lhe respondeu o homem.

– Pois bem, não tenha medo – lhe disse o oficial paraguaio – nós só fazemos a guerra aos *perros* brasileiros.

E, na verdade, este inglês declara que foi muito bem-tratado pelos soldados paraguaios, que todos os dias lhe levavam bacias e baldes cheios de vinho, de açúcar, etc., se bem que ele tivesse que guardar com muito cuidado estes presentes, para que não lhe fossem roubados pelos mesmos doadores que, em certo dia, não só lhe roubaram seu almoço, como a panela em que estava cozinhando. Contudo, este nobre filho de

59 Pai de Fabriciano Júlio Braga, que foi professor primário do eminente Dr. Getúlio Dorneles Vargas e do autor destas notas.

A escola funcionava no prédio da Praça 15 de Novembro, que depois pertenceu ao general Francisco Rodrigues Lima e hoje é de propriedade do cônsul Periandro Dorneles da Mota.

O Dr. Getúlio era o aluno mais adiantado e desempenhava, por isso, a função de decurião, sentando-se à direita do professor.

Albion engordou singularmente durante os dias de saque em São Borja, e há quem diga que este inglês humanitário desejaria que todos os dias fossem dias de saque naquela vila.

Por fim, chegara o dia tão desejado pela soldadesca paraguaia, o dia do saque. Quando as tropas paraguaias estavam para sair do seu país, antes de passarem o rio Paraná, o general (uns dizem que foi o mesmo presidente López) se lhes apresentou na frente e lhes dirigiu sua arenga, dizendo-lhes que iam para um país rico sob todos os respeitos, e que o governo da república lhes concedia livremente o saque de todas as povoações brasileiras que tomassem; que eles saíam nus, mas que lá haviam de se vestir muito bem; que tinham fome, mas que lá haviam de ter comida em abundância; que estavam pobres, mas que no Brasil haviam de enriquecer.⁶⁰

Que incentivo poderoso para estes brutos seminus, meio mortos de fome e que nunca receberam cinco réis de soldo?! Por isso ansiavam pelo primeiro dia de saque tão solenemente prometido. Este dia foi o dia 13 de junho de 1865 e a vítima destes selvagens foi a malfadada vila de São Borja. O saque fez-se metodicamente. Ao nascer do sol, metade do exército paraguaio deixava o seu acampamento, e, como aves de rapina, se lançavam dentro da vila.

Ao meio-dia estes se recolhiam ao acampamento, e a outra metade do exército ia saquear a vila até o entrar do sol, hora em que se recolhiam todos para o acampamento. Assim procedeu o inimigo ao saque de São Borja, não só no dia 13 de junho, porém ainda nos dias 14, 15, 16, 17 e 18, sem contar os dias 21 e 22, em que a vila ficou à disposição dos soldados da vanguarda. Um dia de saque teria sido mais que suficiente a um exército de 10.000 homens para destruir uma grande cidade. A que estado de ruína e de desolação não reduziram estes 10.000 brutos a pequena vila de São Borja, que durante oito dias foi entregue à sua discricção?

60 O próprio Estigarribia confirma o que assevera o autor, em officio dirigido a Solano López, de São Borja, a 14 de junho de 1865, onde diz: “Después de haber entregado la población al libre saqueo de los soldados, en horas determinadas para cada cuerpo, conforme las instrucciones que V. Ex^a se servió darme, recogí alguns géneros que en esta fecha remito al major Duarte para que a su vez los envíe a la vila de Encarnación”.

No dia 13 de junho, ao nascer do sol, *el vicario* frade Duarte, general em chefe do exército paraguaio pôs-se à testa da metade de seu exército. Em um instante, Sua Reverendíssima quebrou com sua espada os vidros das janelas de uma porção de casas, deu o seu primeiro golpe às suas portas, e lançou sua santa bênção sobre a entrada, franqueando-a assim a seus famintos soldados, que não podiam tocar em uma janela, bater em uma porta, nem por ela entrar, sem que ele tivesse procedido a esta sagrada cerimônia. Em menos de uma hora as casas dos ausentes, tanto de negócio como particulares, estavam invadidas por 20, 50, 100, 200 e às vezes mais salteadores, tanto mais famintos, audazes, destruidores e rapaces que careciam de tudo, e que tinham à discrição diante de si riquezas por eles nunca vistas.

O primeiro cuidado de muitos foi de se lançar como tigres esfaimados sobre tudo o que tinha aparência de alimento e bebida. Vários abriam a machado barricas de açúcar e comiam a punhados, outros comiam a punhados farinha de mandioca e de trigo de que despejavam os sacos no chão. A maior parte tomava bebida a largos tragos, servindo-lhes de copos todo e qualquer vaso, como baldes e bacia. Não tardou muito que eles recuperassem comida mais substancial, e eis seu prato predileto. Em um tacho ou em qualquer outra vasilha esvaziavam certa porção de vinho que engrossavam com açúcar e, algumas vezes, com um pouco de polvilho, que batiam com os dedos e comiam depois a punhados.

Aconteceu algumas vezes que, tomando por polvilho o mercúrio, o arsênico e outras substâncias medicinais de cor branca, misturavam essas substâncias a seu angu, que mandou bom número destes brutos para a sepultura nesta terra do Brasil. Contam-se que em uma só ocasião um angu que os soldados paraguaios fizeram em São Tomé, com uma porção de mercúrio que tomaram por polvilho, matou 50 homens: é pena que este caso se desse em São Tomé porque estes pobres soldados defuntos não iriam ressuscitar no Paraguai, como teria acontecido se tivessem morrido em São Borja, ou deste lado do rio Uruguai, segundo a promessa solene que cada dia faz aos soldados paraguaios o astuto e hipócrita frade Duarte. “Brigai com valor”, lhes diz S. Revma., tendo um espelho na mão e mostrando aos soldados a reprodução de suas figuras dentro do espelho, “se morreredes corajosamente na peleja, ireis imediatamente ressuscitar no Pa-

raguai, da mesma forma que vos vedes reproduzidos neste espelho. Porém, se sois covardes, se recuais diante do inimigo, se desertais, sereis incontínenti degolados, uns pelo inimigo e outros por seus camaradas e, em vez de irdes ressuscitar em nossa querida pátria, caireis nas unhas do Diabo no Inferno, onde sereis eternamente açoitados e atormentados”.

Uma porção de soldados paraguaios – e para este mister tinham-se designado os mais moços (sendo para notar que no Paraguai se é soldado da idade de 13 a 65 anos) – estava ocupada a receber na porta das casas os panos, os merinós, as chitas, as ferramentas e enfim todos os objetos que seus companheiros saqueavam. Carregavam eles estes objetos até a entrada da vila, no lugar onde se achavam suas carretas. Atiravam tudo em um montão. Alguns oficiais aí colocados faziam a escolha dos objetos melhores, que mandavam acomodar dentro das carretas por subalternos que tinham às suas ordens para esse fim.

Punham em um montão à parte os objetos que menos lhes agradavam, sem que se saiba ao certo o destino que se deu a estes objetos de menor estimação; mas é bem provável que tudo fosse enviado para o Paraguai, porque só os oficiais paraguaios se vestiram de novo em São Borja; os soldados de lá saíram quase com os mesmos farrapos que tinham entrado. E, segundo referem alguns extraviados e prisioneiros, não é pequeno por este motivo o descontentamento que reina entre os soldados do exército invasor, por verem frustrada a solene promessa que lhes tinham feito de os deixar possuidores dos produtos do saque. Só se cederam três varas de algodão a cada soldado, mas a distribuição não foi feita a todos.

No mesmo dia 13 de junho, 50 e tantos soldados paraguaios arrombaram a igreja da matriz, e nela se introduziram. Em um instante, os armários da sacristia que continham as alfaias e prendas da igreja ficaram vazios: não foram mais respeitadas algumas alfaias pertencentes à Irmandade. As pratas desapareceram. Os vasos de santos óleos foram roubados e achou-se atirada ao chão a caixa que os continha. Algumas imagens pequenas desapareceram também. A lâmpada do Santíssimo foi descida, virada e quebrada, e assim abandonados vários pedaços por serem de casquinha. Três capas de asperge foram reduzidas a tiras feitas chiripás; a mais preciosa foi aberta ao meio e feita poncho de um devoto soldado paraguaio. O pálido desapareceu totalmente, assim como o véu de ombros.

Outros soldados despedaçaram a nova e rica umbela do Santíssimo Sacramento, fizeram chiripás com as tiras de sua seda encarnada, inutilizaram o guião e os livros, sendo um missal encontrado posteriormente em São Tomé. Um outro soldado vestiu os paramentos sacerdotais como para celebrar missa e, apoderando-se de uma campainha, saiu da igreja nestes trajes, dando várias vezes a volta na praça tocando a mesma campainha. Grande número saiu da igreja revestido das opas da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Uns dentre eles se lembraram de tocar os sinos grandes com as pontas das lanças. Ao meio desta folia outros soldados saíram das casas particulares, tendo revestido mirinhaques em cima de seus chiripás, levando pequenos chapéus de sol de senhoras; outros estavam vestidos com saias e com roupas de mulher, conservando seu chapéu grande na cabeça.

Acudiu à praça imensidade de soldados para divertir-se com este estranho espetáculo. Vários acudiam à igreja para ver se ainda encontravam alguma coisa para saquear, levando na mão, como era seu costume, os objetos que tinham encontrado nas últimas casas donde saíam e que largavam nas outras onde entravam, para se apoderar e carregar as coisas que aí encontravam e que eram de seu agrado. Desta forma, levaram e deixaram na igreja de São Borja alguns objetos não pertencentes ao culto, como trapos, pratos, panelas, uma garrafa e dois copos, para carregarem aí já outra coisa.

As opas encarnadas da Irmandade do Santíssimo eram sobretudo de sua afeição, assim como os galões dos paramentos, e mesmo os galões de ouropel da armação da igreja, de que a despojaram quase inteiramente. Alguns mais malvados, e mais ímpios, tentaram abrir o sacrário e, como não encontrassem a chave, com as pontas de suas facas cortaram a madeira e arrombaram a fechadura, apoderando-se do corporal, única coisa que dentro encontraram; e, para encobrir seu sacrilégio, fizeram um pequeno montão de trapos em cima do altar e lhe atearam fogo, para que o altar queimasse, tendo a preocupação de acender duas velas junto do altar em castiçais de ferro, para dar a entender que, por acidente, o fogo se tinha comunicado ao altar pelas velas acesas.

Mas, felizmente, queimaram-se os trapos em cima do altar, fazendo-lhe nas toalhas uma grande queimadura oval, sem que o altar ardesse; e os malvados soldados, autores deste ato criminoso e sacrílego, tinham-

se afastado do lugar para escapar às suspeitas que poderiam recair sobre suas pessoas, e assim o altar e a igreja de São Borja escaparam ao incêndio. Depois de terem ocupado para seus divertimentos a casa do cidadão Manuel Carneiro Duarte, lhe atearam fogo, o qual se apagou por si mesmo como na igreja.

Os chefes do exército paraguaio invasor, que de certo desejavam o saque da igreja, pois antes da invasão ouviu narrar que em São Tomé eles diziam que em São Borja se fazia uma igreja nova, mas que breve viriam a arrasar, e que teriam tomado medidas preventivas se tivessem querido evitar seu saqueio, se mostraram mui incomodados perante os moradores de São Borja, quando viram seus soldados arrastarem pelas ruas da vila os paramentos da igreja. De regresso ao seu acampamento, de tarde, castigaram barbaramente os soldados que tinham cometido os sacrilégios que eles desejavam, ou ao menos aos quais consentiram, não os prevenindo como poderiam e deviam.

O astuto e hipócrita frade Duarte, para fazer recair estes crimes sacrílegos sobre os brasileiros, e mostrar que seus soldados eram incapazes de os cometer (como logo veremos), deu ordem aos soldados do seu exército de venerarem e de adorarem daí em diante todas as imagens que encontrassem na vila, mesmo nas casas particulares. Em geral os soldados paraguaios, ainda governados pelo sistema jesuítico, veneram muito os sacerdotes, e lhes são obedientes; tanto é que, querendo a todo transe o frade Duarte se apoderar da pessoa do vigário de São Borja, segundo trazia comissão expressa do seu governo, e tendo que dar a vários soldados do seu exército a ordem de segurar o padre Gay, em qualquer parte que o encontrassem, com receio de que eles respeitassem seu caráter sacerdotal e o largassem para não o expor a maus tratamentos, disfarçava suas palavras dizendo aos soldados que os chefes do exército não queriam mal nenhum ao vigário e que somente desejavam mandá-lo um pouco a Assunção, para que conhecesse o supremo governo. Os soldados do exército invasor, segundo seu costume, obedeceram cegamente à ordem que *el vicario* Duarte lhes deu de venerarem e de adorarem todas as imagens que encontrassem em São Borja.

Pouco depois de sua entrada na vila, no dia 14 de junho de manhã, se viam velas de cera acesas em várias casas perante imagens, e uma porção de soldados ajoelhados perante elas.

Não foi somente perante as estátuas e as imagens dos santos que eles se ajoelharam e fizeram suas devoções. Em casa do vigário, v. g., encontraram o retrato de Sua Majestade, o imperador, o Dr. D. Pedro II, que até então tinha escapado à destruição. Os ladinos soldados do ditador López, por alguém lhes dizer que estava escrito por baixo do retrato o nome de D. Pedro II, se persuadiram que era imagem de S. Pedro II, que carregava as chaves das portas do Céu. *S. Peru mocoi e guerecó noquedabocá ibaroque reheguá*, diziam eles, e o colocaram no oratório do vigário, que já tinha sido saqueado completamente e, junto com o retrato de D. Pedro II, puseram uma imagem da Encarnação do Verbo e, perante uma e outro, acenderam velas e vieram orar todos os dias.

Em outra casa, os devotos soldados do Paraguai encontraram um retrato de Napoleão, o Grande. Eles o carregaram em procissão para seu acampamento, lhe ergueram um altar, ascenderam velas e o adoraram, decerto por ser Napoleão o santo da devoção do marechal Francisco Solano López, assim como era do seu imediato predecessor, o ditador Francia. O retrato pintado a óleo de uma respeitável matrona de São Borja, encontrado em outra casa, foi nela o objeto do culto dos soldados do frade Duarte, que depois o queimaram à sua saída juntamente com duas casas pertencentes ao sr. major Vasco José Guimarães, onde o retrato se achava.

Parece que as casas do major Vasco foram incendiadas pelos paraguaios que invadiram São Borja para darem aviso de sua partida aos que estavam em São Tomé. Outros dizem que foi por casualidade que lhes prenderam fogo. Em uma loja, os devotos guaranis de López acharam a litografia de uma figura de moça, pintada à fantasia e quase nua; eles a carregaram muito tempo pelas ruas da vila, a encontravam nas paredes de qualquer casa fazendo perante ela estação, e acabaram por a levar e colocar em um oratório particular, tributando assim profundamente a estas figuras o culto de *idolia* que os católicos somente consagraram às imagens dos santos.

Enquanto os soldados paraguaios praticavam assim estas observâncias vãs e supersticiosas, que excitavam as risadas dos poucos moradores de São Borja que delas eram testemunhas, e enquanto outros companhei-

ros seus cometiam mil desordens na vila, o frade Duarte lembrou-se à tarde de ir visitar a igreja matriz. Esquecendo-se de que já tinha mandado castigar seus soldados por a terem arrombado e saqueado, Sua Reverendíssima se dirigiu à casa do vigário e pediu ao basco Francisco as chaves da igreja. Não as tendo este em seu poder, o frade insistiu com ele para descobrir o sacristão ou alguém que, conhecendo do ofício, soubesse onde estivessem as chaves e as joias.

Como empresário da nova matriz, o mestre Gottardo Scola ficara com as chaves dela, o que, sabido pelo frade Duarte, imediatamente o mandou vir e em seguida se dirigiu à igreja, cuja porta encontraram aberta. Antes de entrar, o religioso sacerdote tirou o revólver da cintura, as esporas dos pés, e deixou cair as vestes talares. Entrou depois com muito respeito, ajoelhou-se e orou.

Em seguida, Sua Reverendíssima se levantou, e, vendo os grandes estragos no interior da igreja e da sacristia, o piedoso frade paraguaio exclamou: “Não, não são os soldados paraguaios que cometem semelhantes sacrilégios; os soldados paraguaios são religiosos e devotos, eles veneram todas as imagens; foram os inimigos do Paraguai que saquearam a igreja de São Borja e a reduziram a este triste estado para fazer recair sobre os paraguaios estes sacrilégios, de que pode ter sido autor o mesmo vigário ou qualquer inimigo do Paraguai, antes de nossa entrada nesta vila”.

E, para se purificar destes sacrilégios, das atrocidades, dos roubos, das violências e das crueldades que o exército paraguaio cometeu nesta infeliz vila durante o saque que principiou no dia 12 de junho, depois do meio-dia, e que continuou até o dia 18 à tarde, e ainda desde o dia 21 até o dia 22, eis o expediente que tomou o reverendíssimo frade Duarte, vigário e general do exército invasor.

Mandou lavar uma ata declaratória de que o exército paraguaio entrou em São Borja como inimigo generoso; que os soldados paraguaios, em vez de saquear a igreja matriz, a respeitaram muito, e que ela foi profanada e roubada pelos inimigos dos religiosos paraguaios; que o exército paraguaio respeitou muito a todos os moradores que encontrou em São Borja; que não os violentou, não saqueou, nem fez mal a ninguém, etc., etc.

Concluía esta ata, e de cujo teor completo não posso dar relação porque nenhum dos cidadãos que a assinou a leu, nem ouviu ler por

inteiro; o coronel mandou chamar para casa do Sr. Eugênio Caylar todos os moradores que no dia 15 de junho de 1865 se achavam na vila, e aí, estando a casa do Sr. Caylar cercada por um esquadrão de cavalaria paraguaio armado até os dentes, o frade Duarte como chefe do exército paraguaio, em presença do coronel Estigarribia e do secretário Zipitria, dirigiu em voz firme e pausada uma alocução aos moradores de São Borja, dizendo-lhes em substância: que o Brasil declarara injustamente a guerra ao Paraguai; que, apesar do seu amor pela paz, o supremo governo do Paraguai se tinha afinal visto na necessidade de aceitar esta guerra, que não podia recusar sem minguia de sua honra; que a República do Paraguai fazia uma guerra de extermínio e de morte ao Brasil; que todos os cidadãos que tinham abandonado ou abandonassem suas casas na aproximação do exército paraguaio eram por isto considerados e tratados como inimigos da República do Paraguai; que *El Mariscal*, supremo governo daquela república, queria fazer todo o mal possível ao Brasil, cujo mal-organizado governo lhe declarara a guerra, e que queria que o imperador do Brasil sentisse profundamente o mau proceder de seu governo; enfim, que o exército paraguaio era inimigo generoso, que respeitava as famílias e os cidadãos que não fugiram dele; que respeitavam os templos como tinham feito em São Borja, etc., etc.⁽¹⁾ de tudo que eles eram testemunhas, em consequência do que se lhes pedia que de sua livre vontade assinassem a ata que se achava lavrada sobre a mesa, indicando cada um sua nacionalidade, junto de sua firma. Com a liberdade que deixavam as baionetas que rodeavam a casa, todos assinaram e um dos assinantes me assegurou que teria recebido de bom grado 50 açoites para se defender de prestar assim sua firma.

Com a assinatura desta ata, os chefes do exército paraguaio pretenderam justificar as crueldades que cometeram, como: v. g., o assassinato

(1) Os chefes do exército paraguaio declararam a algumas pessoas de mais confiança em São Borja que eles contavam plenamente com o general Urquiza, que consideravam como presidente da Confederação Argentina, devendo ele se declarar a favor do Paraguai, quando o exército tivesse chegado a um ponto determinado entre López e Urquiza. Disseram também que 40.000 paraguaios deviam ir a Uruguaiana para aí fazer seu quartel-general, para daí 20.000 seguirem para Montevideú e 20.000 para Porto Alegre.

de todos os feridos e de todos os soldados brasileiros que caíram em seu poder, sendo que todos, sem exceção, foram degolados, como também as violências, os roubos e os sacrilégios de que se tornaram réus, tanto antes do dia 15 de junho, em São Borja, como os que praticaram depois desta data, v. g.; os assassinatos de Manuel Caetano de Paiva, por eles degolado sem motivo no dia 17 de junho, do índio velho e aleijado, chacareiro do espanhol João Comelha, e de um pardo cujo nome ignoro, e todas as outras barbaridades que cometeram ou que ainda podiam cometer. Uma moça branca foi encontrada degolada na chácara do finado velho Melo.

Nos dias seguintes continuou o saque de São Borja. Que classe de desordem, de extravagância não terão praticado 10.000 paraguaios (e há quem diga mais) nesta pequena vila, durante oito dias em que esteve entregue a sua discricção, se uma ou duas horas eram para eles mais que suficientes para a saquear quase completamente? Desde o nascer do sol até o seu ocaso, a soldadesca e a oficialidade divagavam pelas ruas da vila, corriam de casa em casa apoderando-se de tudo o que eles encontravam de seu agrado, e destruindo tudo o que não lhes servia ou que não podiam levar.

Quase toda a roupa das casas, como pratos, copos e todos os utensílios de cozinha, foi carregada pelos soldados paraguaios para seu acampamento, e as panelas, os pratos, os copos, etc., que não levaram, foram todos quebrados e atirados à rua. Não se vê quase mais nas vidraças senão pedaços de vidro, e é quase impossível transitar pelas ruas por causa da infinidade de cacos de garrafa, de vidros e de louça que nelas estão espalhados.

Não escapou nenhum móvel de luxo, nem floreira de cristal, nem compoteiras, nem mangas, nem bules de porcelana; como eles não faziam uso, os despedaçavam todos. Assim aconteceu também com os relógios de parede que encontraram: os soldados os carregavam pelas ruas e os mostravam ao primeiro morador que encontravam, perguntando-lhe o uso dessa máquina, e como a resposta sempre lhes indicava que era traste para eles inútil, os atiravam com força ao chão, e assim os quebravam.

Às vezes desmanchavam e se apoderavam de uma ou mais peças de seu maquinismo que mais lhes agradava. Certo soldado paraguaio queria fazer falar inglês a um relógio, e o esmigalhou porque a pobre máquina não o obedecia. Outro entrou na sala de um negociante e viu sobre a mesa um relógio trabalhando. Como nunca tal coisa tivesse visto, aproximou-se, ajoe-

lhrou-se perante a mesa para melhor observar os movimentos do pêndulo. De repente, o relógio deu horas, e o paraguaio disparou olhando com espanto e assombro para o relógio, supondo sem dúvida que ele lhe ia dar um tiro.

Alguns pianos que existiam na vila foram literalmente despedaçados e suas teclas espalhadas pelas ruas. As cadeiras, os sofás, as marquesas que não foram levadas para o acampamento, sobretudo as de palhinha e as mais ricas, foram cortadas com facas, fazendo-se-lhes no meio uma ou duas cruces para as tornar inservíveis. As mesas, as mais ricas, sobretudo as de mármore, foram viradas, quebradas, e o mármore espedaçado como que a golpes de martelo ou de machado. Quanto maior era o luxo que eles achavam em uma casa, mais se empenhavam em tudo destruir.

Atiravam ao chão as gavetas das mesas, dos armários e tudo o que elas continham, assim como todos os objetos que encontravam nas vendas e nas lojas, inutilizando o que não levavam. Não perdoaram nenhum colchão, dos quais tiravam as capas de algodão para fazer roupas e espalhavam a lã por toda a parte. De sorte que quase em todas as casas, sobretudo nas lojas de ferragens, se encontrou no piso um bom palmo de toda a sorte de pinturas, de utensílios, de papéis misturados com lã, com azeite, etc., e às vezes com animais mortos, como gatos, cachorros, etc.

Encontravam eles em uma loja um caixão de botas de sapatos, ou alguns pares deles em casas de família, os experimentavam em seus pés, e ficavam com eles se lhes serviam, mas no caso contrário os cortavam à faca.

Encontravam um livro, o agarravam e iam correndo pela rua virando-lhe as folhas e, chegando à casa aberta mais próxima, rasgavam o livro ou lhe tiravam a capa e o lançavam à rua; ou o abandonavam na dita casa, se nela encontravam alguma coisa que fosse mais de seu gosto.

Tudo também lhes fazia conta: um pedaço de papel pintado ou de cadarço, uma carta, uma folhinha velha, um novelo de linha, uma estampa, até um retrato a daguerreótipo foi encontrado no seio de um soldado paraguaio morto no ataque de 26 de junho, e o retrato era do tenente-coronel Manuel Coelho de Sousa, que naquela ocasião foi resgatado, não o sendo, suas dragonas, chapéu armado e uniforme que lhe saquearam ao mesmo tempo que o retrato, dizendo os paraguaios terem morto na ocasião o mesmo tenente-coronel e terem-lhe tirado o uniforme.

As urnas que servem para as eleições e que estavam cheias dos nomes dos jurados foram encontradas vazias, e não apareceu nenhuma

cédula com nome; ouvi dizer que eles juntaram todas estas cédulas com nomes, julgando que eram cédulas de papel-moeda brasileiro. Umhas urnas contendo ossos de defunto, e que se achavam depositadas em um velho cemitério da igreja, foram carregadas pelos soldados paraguaios, umas para dentro do mato e outras para o seu acampamento, a aí arrombadas como se tivessem tesouros, e os ossos foram atirados pelo campo.

Tiravam de um barril ou de uma pipa de vinho ou de cachaça tudo o que podiam beber e, depois, a facadas ou a golpes de machado, quebravam o casco, derramando todo o vinho ou toda a cachaça. E assim à proporção faziam com o arroz, a farinha ou erva-mate, e com outros gêneros e fazendas. Não escapou nenhum lugar que eles não revistassem para descobrir objetos escondidos. Em várias casas abriram buracos no soalho. Indo revistar as águas-furtadas da casa do vigário, alguns paraguaios estiveram a ponto de cair do forro do teto ao meio de uma sala, despregando com seu peso as tábuas do forro. Vingaram-se matando um gato que aí encontraram, e que morto foram depositar dentro do baú vazio de um agregado da casa, onde o animal foi encontrado já corrupto mês e meio depois. Desceram até dentro do poço da mesma casa, se bem que ele estivesse cheio d'água e fosse profundo.

Depois de não encontrarem mais nas casas dos ausentes os objetos de sua cobiça, os oficiais e soldados paraguaios lançaram suas vistas sobre as casas dos moradores, quase todos estrangeiros, que tinham ficado em São Borja. Nas casas de negócios cujos donos estavam presentes mandavam ordinariamente como donos. Venha isto, diziam apontando para uma garrafa de licor ou de vinho. O negociante alcançava o objeto pedido. Então se lhe dizia: abra a garrafa ou garrafão, encha este copo; o que executado, obrigavam o negociante a beber primeiro, com receio de que a bebida fosse envenenada, e depois os paraguaios tomavam a seu gosto.

Os soldados paraguaios são mui submissos a seus chefes, que os tratam pior que a escravos, quase como um peão trata uma manada de animais chucros, pois que um simples cabo-de-esquadra, um sargento cai com a espada ou com o chicote sobre 50 ou mais soldados, para os fazer sair de uma casa, e todos recebem os golpes sem proferir palavra, e se retiram imediatamente.

Eles não deixavam também de obedecer aos moradores de São Borja, porém eram sumamente teimosos em querer se introduzir nas casas, que rodeavam por todas as partes, procurando com a ponta de suas armas

abrir as portas e janelas. Entrando um deles por uma porta, todo o seu acompanhamento havia de entrar também, e tudo o que lhes caía nas mãos era por eles irremediavelmente levado apesar dos gritos do dono. Os moradores de São Borja tinham de ter uma sentinela da banda de fora de cada porta e de cada janela de sua casa para que ela não fosse arrombada, sem o que, em um momento ou outro, ela o seria, e em consequência saqueada.

Um português com casa de negócio deixou introduzir-se uma porção de soldados paraguaios em sua casa. Estes furaram logo um barril de vinho de que encheram uma bacia^(II). Apesar da repugnância do português para provar o vinho em um tal copo, teve que se sujeitar a fazê-lo, e tantas vezes, que o puseram alegre, e os soldados tomaram conta de sua casa de negócios bem sortida, saqueando-a completamente, ficando o pobre homem só com a roupa do corpo, que os soldados ainda trataram de lhe tirar.

Os soldados paraguaios se introduziram também em casa de um velho francês e o ameaçaram para conseguir dele o que desejavam. O velho se incomodou muito e conseguiu sair incólume de sua casa, e seguiu descompondo completamente, em francês, os paraguaios, ameaçando-os e dizendo-lhes as maiores asneiras. Felizmente nem os paraguaios nem o seu coronel compreenderam, pois tendo chegado o velho em frente da casa do Sr. Eugênio Caylar, onde se achava o coronel Estigarribia, este indagou do Sr. Caylar e dos oficiais orientais que morriam de riso ao ouvirem tais descomposturas, que era o que gritava este homem. Disseram-lhe que ele se queixava de que os soldados tinham avançado em sua casa e a estavam saqueando. O coronel para lá se dirigiu, porém não encontrou mais nenhum soldado em casa do queixoso.

Por duas vezes os soldados paraguaios avançaram em um depósito da casa de negócio do catalão João Comelha, e lhe tiraram até os colchões da cama, apesar de estarem ele e sua mulher bastante doentes.

Várias vezes avançaram à casa da residência do genovês Francisco Bergalho, por três partes ao mesmo tempo; pelas portas de sua loja de negócio, pelo corredor da residência de sua família e pelo portão do pátio.

(II) Em Itaquí e Uruguaiana os paraguaios fizeram também grande uso das bacias para copos e pratos. Nesta última vila tomaram cal por farinha e fizeram uso de cal em suas iguarias. E como esta comida matasse bastantes paraguaios, diziam eles que os brasileiros tinham envenenado os comestíveis.

Este estrangeiro foi muito insultado pelos paraguaios, que quase o degolaram a 22 de junho, para conseguir dele o que desejavam.

Na casa de negócio de D. Vicente Segui apresentou-se o próprio coronel Estigarribia e, olhando para as numerosas prateleiras da loja, exclamou: *Que tienda rica!* Ao que o Sr. Segui respondeu que sua casa de negócio não era nada em comparação de muitas outras, sobretudo de Itaqui e de Uruguaiana. *Haverá*, continuou o coronel, *tiendas más ricas que esta?* “Muitas”, lhe disse o Sr. Segui. *Oh! Que país rico és Brasil!*, tornou a dizer o coronel. Então o coronel perguntou ao negociante o preço de certas fazendas que via. “Pode V. Ex^a levar o que quiser”, lhe disse o mercador, “não lhe custa nada”.

Não, não, retorquiu o coronel, *eu não quero nada dado*. O pobre negociante indicava o preço de suas fazendas, cortava delas os côvados que o coronel pedia, o que, efetuado, o coronel mandou levar as fazendas sem pagar, e se foi sem nada dizer. Isto praticou o coronel Estigarribia, nesta e em outras casas de negócios. Os oficiais e mesmo os soldados procediam também da mesma forma.

Em uma dessas casas, um paraguaio, depois de ter assim feito cortar e apartado uma porção de fazendas e, estando prestes a mandá-las levar, tirou mui tranquilamente da cartucheira um cartucho que rasgou com os dentes, e com muita fleuma carregou a espingarda em presença do negociante. Conservando a arma na mão, como que pronto para atirar, dirigiu-se ao negociante, perguntando-lhe: *Quanto custam estas fazendas?* Este, atemorizado, respondeu que não custavam nada. *Então não lhe devo nada?* insistiu o paraguaio. “Não, senhor”, disse o negociante, “antes sou eu que devo ao senhor..”.

Pois então, se me deve, continuou o paraguaio, *pague-me já e já, porque estou com pressa e quero ir-me embora*. O negociante, além de perder suas fazendas, teve ainda que dar algum dinheiro ao paraguaio.

A casa de família e de negócio mais respeitada em São Borja foi a do súdito francês Eugênio Caylar, e que muito frequentavam o frade Duarte, o coronel Estigarribia, os oficiais orientais e em geral a oficialidade, mas, sem embargo, o Sr. Eugênio e sua família passaram por transe terríveis e estiveram várias vezes a ponto de serem todos degolados, o que talvez teria acontecido se os paraguaios tivessem descoberto em sua casa um primeiro-sargento ferido, cadete do 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, o Sr. Fortunado Xavier dos Santos, que ali esteve constantemente escondido,

tratado como um filho. Em casa do Sr. Caylar tinham-se refugiado várias famílias buscando a proteção da bandeira francesa. Foram respeitadas suas pessoas, segundo se diz, porém elas perderam todos os interesses que tinham deixado nas casas de suas residências.

Dentro da vila e no Passo de São Borja foram saqueados 15 estabelecimentos públicos, como a igreja, a câmara municipal, o cartório, a mesa de rendas, etc. Foram completamente saqueadas 16 casas de negócios, das quais cinco eram brasileiras, além do depósito de fornecimento do exército que se esperava. Foram igualmente saqueadas quatro casas de alfaiates, seis livrarias particulares, uma loja de sapateiro, uma de ourives, três de ferreiros, quatro de carpinteiros, uma botica, três açougues, um bilhar e café, três olarias, etc., e 60 casas particulares, sendo queimadas duas pelos invasores e uma antes da invasão para lhes dar sinal. Além de todas essas casas bem mobiliadas, foram saqueadas muitas outras na vila e no passo, que usavam menos luxo.

Fora da vila foram pelos paraguaios queimadas no Município de São Borja oito casas de fazenda, e saqueadas umas 60 e tantas casas de fazenda, além de bom número de casas de chácaras quase em tão bom estado como as das famílias.

Algumas famílias decentes, para se livrarem da perseguição dos chefes e dos soldados do exército invasor, tiveram que esconder e ter sempre debaixo de chaves as senhoras e as moças, e assim mesmo tiveram suma dificuldade para escaparem às perseguições destes depravados, porém, com bem poucas exceções, as que não tomaram esta medida foram umas à força e outras por seu gosto conduzidas de noite ao acampamento do inimigo, e, de madrugada, os soldados as traziam para suas casas.

Paro aqui para poupar a todos um desgosto de uma relação vergonhosa, passando um véu sobre as infâmias que não teriam praticado selvagens do mato, e que entretanto cometeram soldados cristãos do Paraguai, comandados por um frade católico, e que era o primeiro a dar aos soldados o exemplo da depravação, distinguindo-se ele e o coronel-secretário, de todos os soldados do exército, pelas violências e infâmias que praticavam, segundo afirma a maior parte dos moradores que ficaram em São Borja e Itaqui durante a ocupação inimiga dessas vilas e, segundo referiram-me

posteriormente os que ficaram em Uruguiana, sendo eu unicamente relator do que geralmente ouvi dizer a este respeito.⁶¹

A 18 de junho, à tarde, todo o exército inimigo desfilou pelas ruas de São Borja, atravessou a praça e foi com seu carretame acampar a pouco mais de um quarto de légua da vila, sobre a estrada real de Itaquí. Entre os simples soldados deste exército ia um representante do povo paraguaio, descalço, e um único cirurgião, também descalço, com a patente de sargento. A 19 de manhã este exército seguiu sua marcha flanqueando o rio Uruguai.

A meio caminho de São Borja a Itaquí, antes de passar o rio Butuí, o exército inimigo queimou as casas de morada da fazenda do sr. capitão Rufino Rodrigues dos Santos, casa nova e a melhor do rincão. Nesta fazenda o inimigo se demorou muitos dias, e era observado pelo coronel Fernandes, e parece que nela se achava nos dias 25 e 26 de junho. O exército paraguaio gastou sete dias para passar o rio Butuí, que cresceu extraordinariamente depois que principiou a passagem.⁶²

61 Não obstante a minúcia destes saques, confirmados pelas próprias vítimas e, por isso, tradicional em São Borja, afirmou-se recentemente que foram “saqueadas as casas abandonadas”, que “as habitadas nada sofreram”.

62 Foram estes os movimentos do destacamento de Estigarribia, de São Borja até Itaquí. Terminado o livre saque de São Borja pela soldadesca, foi Estigarribia com sua divisão acampar, a 18, do lado leste da vila, a meia légua, de onde levantou acampamento a 19, seguindo para Itaquí pela estrada que margeia o Uruguai, bivacando nesse dia em Santa Luzia. A 20 continuou a marcha, indo acampar em Santa Ana, para aí aguardar o capitão José López, que expedicionara para a estrada de Alegrete e a quem supunha em regresso, “com grande porção de carretas ou animais”. A 22, ainda esperando o capitão López, marchou somente duas léguas e foi estacionar junto ao Passo do Butuí.

Daí avistou, na margem oposta, uma força de 70 homens de cavalaria, que foi afastada por tropas sob as ordens do capitão Diego Alvarenga, que ficou postado à margem direita daquele rio, para garantir a passagem da divisão, que foi ultimada a 24, indo acampar uma légua além, onde ficou até 26 aguardando a chegada do capitão López, que, seguindo pela estrada leste, era precisamente nesse dia batido nos campos de São Donato.

A 26, pela manhã, sem notícias do capitão López, levantou acampamento, rumo de Itaquí, onde chegou a 6 de julho e, daí, disse, em parte, do dia seguinte, a Solano López: “Amanhã penso devassar todas as casas e do resultado terei a honra de informar a V. Ex^a, na parte seguinte”.

Devo notar que, no dia em que o tenente-coronel Manuel Coelho de Sousa passou deste lado do rio Camaquã, no dia 19 de junho, uma coluna de 400 paraguaios, de infantaria e cavalaria, invadiu o 3º distrito do Município de São Borja, chamado Rincão de Camaquã, pelo Passo dos Garruchos, no Uruguai. Esta força inimiga era comandada pelo tenente Cabrera, e se conservou uns dez ou 12 dias no referido distrito, onde saqueou umas dez ou mais fazendas e arrebanhou gados e cavahadas.

.....

Capítulo IV

ENCONTRO DA VANGUARDA PARAGUAIA
PELO CORPO PROVISÓRIO Nº 28, A 25 DE
JUNHO – COMBATE DO DIA 26

O

SR. TENENTE-CORONEL Manuel Coelho de Sousa (Maneco Assunção), comandante do Corpo Provisório nº 28, se achava a 10 de junho acampado em São Mateus, sobre a margem esquerda do rio Uruguai, e a uma légua à direita da margem do rio Camaquã. Ele tinha sido cortado das outras forças da brigada pela enchente do dito rio Camaquã e pela passagem do inimigo em nosso território.

Nestas circunstâncias, tratou ele de fazer recolher os destacamentos do seu corpo que faziam as guardas dos passos do rio Uruguai, desde a foz do Camaquã até o Cerro Pellado, além de Juí Grande. Despontando depois o rio Camaquã, veio reunindo pelas estâncias a cavallhada abandonada, juntando assim mais de 2.000 cavalos que conduzia, procurando fazer junção com a brigada do sr. coronel Fernandes, que lhe mandara ordem de se reunir quanto antes, dizendo ao comandante do Corpo nº 28 que podia vir com toda a segurança pelo Rincão da Cruz, pois que toda a esquerda do inimigo era flanqueada pela brigada. Sem o menor cuidado, o tenente-coronel Manuel Coelho de Sousa penetrou o Rincão da Cruz persuadido de que a brigada do coronel Fernandes resguardava a sua direita,

indo ele um tanto adiante do corpo, quando a certa altura um vizinho por nome Ladislau veio avisar ao capitão mandante de que uma força inimiga considerável (de 5.000 homens dizia ele) se achava mui perto.⁶³

Nem o capitão nem o tenente-coronel quiseram acreditar na notícia; mas, insistindo o vizinho Ladislau, o tenente-coronel mandou um oficial com um piquete à descoberta, que logo regressaram perseguidos pelos paraguaios em número de 400 a 500, segundo se calculou.^(III)

Naquela ocasião, o Corpo nº 28 não tinha em linha mais que 100 homens, achando-se fora com os clavineiros o major Severino Leite, desde o dia 10 ou 11 em que fora mandado pelo comandante para vir proteger as forças e famílias que se retiravam.⁶⁴ Outros soldados se achavam em diligências e um grande número empregado na condução das cavalhadas. Além disso, esse corpo achava-se muito mal-armado, havendo soldados que só tinham espada, outros apenas pistolas, alguns unicamente lança. Demais, nunca recebeu fardamento, nem soldo, tendo que afrontar os rigores da estação mui malvestidos, e alguns soldados quase nus. Chama-se Três Figueiras o lugar onde os paraguaios avançaram sobre o Corpo nº 28.

Este viu-se obrigado a bater em retirada, parando, entretanto, quando seguido de mui perto pelos paraguaios que gritavam “chiqueiro, ovelhas”. Exasperado por estes gritos injuriosos, o comandante mandou fazer alto e carregar o inimigo em frente da estância do capitão Manuel Pereira de Escobar.⁶⁵ Graças, porém, à valentia dos capitães José Pedroso de Moraes Neto e Bernardino Garcia da Rosa, que conseguiram com seis ou oito soldados atiradores destemidos avançar e colocar-se entre o corpo e

63 O substantivo *vizinho* foi empregado pelo autor na acepção espanhola de morador no lugar.

III O comandante foi, em pessoa, fazer retirar algumas famílias que estavam em descuido, mui perto do inimigo, como as do tenente Inácio Pedroso e Zeferino Geraldo da Fontoura, que felizmente escaparam.

64 Estigarribia exagerou o efetivo brasileiro, elevando-o para 600 homens.

65 O general Vargas diz que foi nas imediações do Capão Redondo, próximo à fazenda de Manuel Pereira.

Estigarribia, em parte a Solano López, diz que esse tiroteio foi no lugar denominado Pereira. Quis referir-se, sem dúvida, à estância de Manuel Pereira.

o inimigo, e sustentar sozinhos o fogo, o Corpo nº 28 retirou-se precipitadamente com intuito de salvar as cavalhadas e só parou nas imediações da Timbaúba próximo ao Itu.⁶⁶

Nesse dia, nenhum dos nossos nem sequer foi ferido, tendo aliás morrido três paraguaios que seus companheiros sepultaram dentro do cercado da casa do capitão Manuel Pereira de Escobar, e dois feridos, que no outro dia foram achados mortos.⁶⁷ Este acontecimento deu lugar a que as famílias que se achavam imigradas, principalmente sobre a costa esquerda do rio Itu, na serrinha de Iguariacá no Boqueirão de Santiago, em São Francisco de Assis, etc., e os moradores dos mesmos lugares, possuídos de um terror pânico na suposição, aliás bem fundada, de que se aproximava o inimigo, se pusessem precipitadamente em fuga. Contudo, este temor se desvaneceu quando lhes deram informações exatas.

Nos dias 23 e 24 de junho, estacionou a brigada nas imediações da estância denominada do Padre, mudando, entretanto, frequentemente de campo, não somente por causa do pasto para os cavalos, como também pelo mau estado dos terrenos, que em tempo chuvoso como então ficavam em um completo lamaçal, em que não se podia permanecer muito tempo.

No dia 25, poucos minutos depois de haver tocado a furriéis para repartirem a carne das reses que acabavam de carnear, repentinamente deu-se ordem de pegar os cavalos e de montar, o que causou um alvoroço e tumulto geral em toda a brigada. É notável julgar-se a brigada em tão perfeita segurança naquele sítio, onde, segundo todas as probabilidades, ia pernoitar, sem medida alguma de precaução, pois que seu coronel comandante estava persuadido de que todo o exército inimigo se achava sobre o Passo de Butuí, sem supor, nem sequer idear que pudesse existir, desprendida daquele exército, uma força considerável.

66 O general Manuel do Nascimento Vargas que, como cabo-de-esquadra, tomou parte destacada neste tiroteio, salvando o capitão Bernardino Garcia da Rosa de ser morto pelos paraguaios, diz que a retirada do 28º foi para as Três Figueiras, seguindo depois para a costa do Itu e, desse lugar, para Itaqui, quando se soube que esta vila fora ocupada pelo inimigo.

67 Estigarribia, entretanto, em parte dirigida a Solano López, diz que teve apenas dois feridos e que foram aprisionados sete brasileiros e tomados 72 cavalos.

Sem embargo, a brigada naquele momento se encontrava entre duas forças inimigas e consideráveis, ignorando a existência de uma delas, que naquela mesma noite talvez a teria surpreendido, se o comandante não tivesse sido avisado pelo tenente-coronel Manuel Coelho de Sousa. Este, tendo encontrado inopinadamente a vanguarda paraguaia perto das Três Figueiras, despachou um cabo-de-esquadra do seu corpo, a quem deu um cavalo de confiança para dar aviso desse encontro ao coronel Fernandes. O cabo teve quase que cortar a linha inimiga para fazer sua diligência.

Uma vez a cavalo, a brigada caminhou como um quarto de língua até a vizinhança da casa da estância do Padre; aí parou e estendeu-se em linha de batalha. Tendo estado algumas horas nessa posição, esperando a vinda do tenente-coronel Sezefredo com a 4ª Brigada, que já se achava deste lado do rio Ibicuí, segundo participação que recebeu o comandante da 1ª Brigada, mas como o inimigo não comparecesse, a 1ª Brigada teve ordem de retroceder. Ela fez alto perto do lugar donde tinha saído. Aí deu-se pastos aos cavalos, etc., e se comeu, mandando buscar carne no acampamento vizinho, onde não se tinha tido tempo de almoçar, e aí pernoitou a brigada acendendo de noite grandes fogueiras.

Pouco depois da meia-noite do dia 26, moveu-se de novo toda a brigada, mandando o coronel Fernandes ordem ao tenente-coronel Sezefredo Alves Coelho de Mesquita, que se achava a alguma distância, de se pôr em marcha com a 4ª Brigada. A 1ª Brigada, a mando imediato do coronel Fernandes, marchou até a frente da casa de Manuel de Sousa, onde parou. Ao fim de meia hora, principiou-se a ouvir os tiros de uma guerrilha que o major Docca, com os clavineiros do Corpo Provisório nº 22, com os quais tinha ido reconhecer o inimigo, tinha engajado com ele. Aí deu-se ordem de emalar os ponchos e de carregar as armas.

Ao amanhecer, a brigada caminhou para o lado do inimigo, que se achava em uma planície na vertente de uma coxilha alta, tendo em sua retaguarda um banhado, à sua direita uma baixada e, um pouco além, um mato espesso que atravessava em linha reta o banhado que é medonho à proporção que se aproxima o mato.

A 1ª Brigada, a que comandava o sr. coronel Fernandes, compunha-se naquela ocasião dos corpos provisórios nºs 10, 11, 22 e 23, e do 5º Corpo Provisório de Passo Fundo. Estava também debaixo de suas ordens

a 4ª Brigada, ao mando do tenente-coronel Sezefredo Alves Coelho de Mesquita, composta dos corpos nºs 19 e 26, e do Batalhão de Infantaria de São Borja, do major Rodrigues Ramos. Porém, esta 4ª Brigada, por se achar acampada mais longe do inimigo, só chegou ao lugar do conflito depois que a 1ª Brigada tinha dado o primeiro combate.

Logo que os corpos que iam na frente da 1ª Brigada avistaram o inimigo, o tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega, julgando de um golpe de vista a posição dos dois beligerantes, fez observar, dirigindo-se ativamente aos oficiais, que era necessário não dar a conhecer ao inimigo todas as nossas forças que se deviam ocultar a suas vistas; o que era fácil efetuar em uma canhada, sobretudo havendo uma cerração forte que coadjuvava esta manobra, enquanto uma guerrilha devia procurar atrair sobre a altura da coxilha a pequena força paraguaia que se calculava de 400 a 600 homens, os quais sobre a coxilha, não tendo por onde escapar, seriam facilmente rodeados, batidos e aprisionados por nossas forças, que contavam com mais de 3.000 combatentes, etc.⁶⁸

Nesse momento se apresentou ao coronel Fernandes o major Docca, seu sobrinho e pessoa de toda a sua confiança, que lhe perguntou em voz alta por que não se mandava avançar, dizendo-lhe que o inimigo era pouco numeroso, que ele calculava que só tinha 400 homens, e que avançando em poucos instantes o teriam concluído.

Imediatamente, o coronel mandou avançar toda a 1ª Brigada sobre uma altura, onde todas as suas forças eram vistas pelo inimigo. Este, assustado, porém prevenido pelo que via, teve lugar de tomar excelente posição na costa do banhado, estendendo-se aí uma comprida linha quase reta, fazendo um pequeno codo em sua direita onde se achava sua cavalaria, pouco acima da grande baixada de que já falei. O coronel Fernandes mandou atacar da maneira seguinte: o Corpo Provisório nº 23, ao mando do tenente-coronel Feliciano de Oliveira Prestes, e os clavineiros do Corpo nº 22, ao mando do major Docca, tiveram ordem de atacar a direita do

68 Eram, no máximo, 2.300 homens, considerando-se o efetivo em setembro desse ano, dos corpos que tomaram parte no combate. O barão do Rio Branco diz que o nosso efetivo era de 2.000 a 2.500 homens.

O capitão José López calculou em 2.000 o efetivo brasileiro.

inimigo; o Corpo nº 11, ao mando do major Nunes, teve ordem de atacar o centro; o Corpo Provisório nº 10, ao mando do tenente-coronel José da Luz Cunha, recebeu ordem de se colocar na frente da ala esquerda do inimigo para o atacar; o Corpo Provisório nº 22, ao mando do tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega, ficou de proteção aos corpos nºs 11 e 10, e o Corpo nº 5 ficou de proteção ao Corpo nº 23.

Dado o sinal pelo coronel Fernandes, que se conservou sempre à altura durante a ação, e depois de ter dado vivas a Sua Majestade, o imperador, etc., ao som dos instrumentos marciais, esses corpos cumpriram em geral o seu dever. O Corpo Provisório nº 23 e os clavineiros do Corpo Provisório nº 22 se lançaram sobre a linha paraguaia direita que romperam, envolveram-se com ela, destruíram quase inteiramente sua cavalaria, que principiou a fugir pela retaguarda.

O Corpo nº 10, que se tinha pouco a pouco ido colocar na retaguarda da ala esquerda do inimigo, perseguiu e alcançou quase todos os fugitivos que, recusando render-se, foram passados pelas armas. O Corpo Provisório nº 11, sobretudo o esquadrão comandado pelo capitão Rufino Rodrigues dos Santos, atacou vigorosamente o centro e a ala esquerda do inimigo, em cujo avance teve parte o major de brigada Vasco José Guimarães (segundo me asseguraram). Depois de uma hora, mais ou menos, de luta, os nossos corpos nela engajados se retiraram, sustentando em seguida uma guerrilha com a esquerda do inimigo o Corpo Provisório nº 22, e com sua direita o Corpo nº 5.

Nesse combate perdemos o tenente Israel, do Corpo nº 11 do esquadrão do capitão Rufino, o tenente Leandro dos clavineiros do major Docca, do Corpo nº 22, que ficaram mortos no campo de batalha, e o capitão João Prestes de Oliveira, do Corpo nº 23, que recebeu uma ferida de que morreu dois dias depois.

Nesse ínterim, chegou ao campo de batalha a 4ª Brigada, ao mando do tenente-coronel Sezefredo, o que chamou a atenção dos dois beligerantes, que suspenderam as hostilidades. Durante este intervalo de suspensão, a ala esquerda e o centro do inimigo abandonaram sua posição, e dobraram sobre o campo que ocupavam sua direita, e, formando quadrado, o inimigo desceu como umas 16 quadras, e se postou na grande baixada que se achava junto ao tremendo banhado.

O coronel Fernandes mandou então todos os corpos da 1ª e da 4ª Brigada atacar simultaneamente o inimigo. A infantaria do major Rodrigues Ramos rompeu o fogo, fazendo algumas descargas que, bem acertadas, desfalcaram as fileiras paraguaias. Entre os inimigos que pereceram por suas balas houve um oficial que antes desse ataque se conservou firme e sério entre suas fileiras, ao qual se ouviram proferir as palavras: *Adelante, muchachos, ellos son pocos y mal armados* (adiante, rapazes, eles são poucos e mal armados). Em seguida, o Corpo Voluntário de Missões se precipitou sobre o inimigo, precipitação funesta, segundo asseguraram, que não deixou reparar que o inimigo tinha virado o cano de suas espingardas para o chão em sinal de rendição e, não obstante, se continuou o ataque.

Os paraguaios, não esperando mais salvação, bateram-se com valor para vender caro suas vidas e, quando se viram inteiramente perdidos, se retiraram a pé (pois eram infantaria), ao centro do temível banhado, onde não podia chegar nossa cavalaria. Vários de nossos fizeram prodígios de valor e, entre eles, o tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega, que recebeu dois balaços, a cujos ferimentos felizmente escapou. Alguns soldados nossos indo em procura do inimigo atolaram-se com seus cavalos e foram mortos.

Nossos corpos, não recebendo ordem de pôr pé em terra, ficaram parados na expectativa. Então, vários paraguaios saíram a pé do centro do banhado para o lado oposto à nossa gente, mas o major Vasco José Guimarães logo os alcançou com um piquete de cavalaria. Naquela circunstância, falsamente avisaram ao coronel Fernandes que uma força paraguaia considerável vinha em socorro de sua vanguarda e, em consequência, mandou ele tocar a retirada. Ao mesmo tempo, o resto da vanguarda inimiga que se achava no centro do banhado se moveu também e ganhou o mato de que já falei, e nele se internou.

Ouvi narrar os sucessos de 26 de junho de várias maneiras. Julguei prudente narrar sucintamente os fatos sem comentários, como nos contaram alguns oficiais que os presenciaram, e que me merecem fé, sem todavia ter a pretensão de que minha versão seja plenamente exata. Em nosso campo de batalha e nos arrabaldes encontraram-se 29 mortos nossos, entre eles os tenentes Israel e Leandro, de que já falei, e um sargento. Contaram-se de 70 a 80 feridos, entre os quais o valente voluntário capi-

tão João Prestes de Oliveira, que teve o ventre varado por uma bala, e que morreu dois dias depois.

Foram também feridos o bravo tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega e o alferes Manuel dos Santos Pedroso, que já se tinham portado bem no dia 10 em São Borja. Faleceram depois uns dez dos nossos feridos e não consta que os outros perigassem. Devo notar que corre por certo que, usando alguns corpos nossos de camisolas encarnadas, sem sinal particular que os distinguissem do inimigo, que usa também de poncho ou camisola encarnada, no intervalo daquele dia alguns de nossos soldados foram por falta deste distintivo feridos e talvez algum mortos por seus próprios companheiros.⁶⁹

Contaram-se 130 paraguaios mortos no campo de batalha e acharam-se muitos mortos nos arrabaldes. Calcula-se em mais de 200 os seus feridos que foram morrer mais longe. Tal foi a mortandade de seus feridos, que o inimigo dizia que as balas dos brasileiros eram envenenadas. Julga-se que só escaparam 70 homens da vanguarda paraguaia que entrou em ação no dia 26 de junho. Ela era composta de 470 a 500 homens. Dizem que entre os cadáveres dos paraguaios se encontrou o de duas mulheres vestidas de homens, o que não julgo verdadeiro.⁷⁰

Os paraguaios não costumam fazer prisioneiros de guerra; não deram quartel a ninguém. A nossa força fez um só prisioneiro, que, dizem, foi morto pelo camarada do capitão João Prestes de Oliveira, que ficou furioso quando viu seu capitão mortalmente ferido. O coronel Fernandes e nossa oficialidade mostraram-se muito sentidos por estes acontecimentos. Relatarei aqui os atos de barbaridade que o chefe da vanguarda paraguaia mandou praticar no mesmo dia 26 de junho, de manhã.

No dia 25 de junho quatro brasileiros residentes no 2º distrito de São Borja iam em procura da brigada do sr. coronel Fernandes e, avis-

69 O comandante paraguaio declarou que foram 500 os nossos mortos e “entre eles muitos chefes e oficiais; sendo incalculável o número de feridos”.

As nossas partes de combate confirmaram os algarismos mencionados pelo autor, isto é, 29 mortos e 86 feridos (parte do coronel Fernandes Lima, de 27-6-65.)

70 Segundo comunicação de Estigarribia a Solano López, os paraguaios tiveram 116 mortos e 120 feridos.

tando a vanguarda paraguaia, se aproximaram dela julgando que era força brasileira. Um desses homens era um mocinho que seu pai mandava reunir à brigada; um outro era um homem de cor, soldado de um corpo; os dois outros eram paisanos, homens de idade, que iam visitar parentes e amigos no nosso acampamento.

Quando esses quatro homens reconheceram o inimigo, não tiveram mais tempo de disparar, porque já estavam cercados. Receberam ordem de se appear e, num instante, foram desarmados e saqueados. Enquanto os paraguaios atacavam os dois homens mais velhos, um oficial oriental aproximou-se do homem de cor e lhe disse ao ouvido que se declarasse escravo se queria conservar a vida, e foi o que lhe valeu. O menino escapou à morte por dizer que o levavam à força e por declarar que sabia escrever. Quanto aos dois homens mais idosos, depois de os ter tido nas estacas o resto daquele dia e toda a noite, os paraguaios os degolaram no dia 26 de manhã; degolaram juntamente com eles dois soldados nossos que tinham aprisionado antes. O mocinho, o mulato e o cabo Mariano fugiram dos paraguaios durante o ataque de dia 26.

.....

Capítulo V

DESORDENS NAS VILAS E NA CAMPANHA DE MISSÕES

COMO TEMOS VISTO, os paraguaios efetuaram sua passagem do rio Uruguai no dia 10 de junho e, naquele mesmo dia, quase toda a povoação de São Borja se retirou da vila. Somente a 9 ou 10 de julho, um mês depois, é que alguns habitantes principiaram a entrar em São Borja para verem os estragos que tinha havido em suas casas^(IV). Os paraguaios entraram em São Borja no dia 12 de junho depois do meio-dia e ocuparam-na até o dia 22 de tarde; porém, somente de dia, porque de noite se recolhiam a seus quartéis. Nos dias 11 e 12 de manhã, durante as noites de 12 a 22, e posteriormente até 10 de julho, alguns poucos dos moradores que tinham ficado em São Borja fizeram uma espécie de saque por sua conta, e consta

IV Muito poucos os homens que se deixaram ficar em São Borja, e nenhuma família para aí regressou, como em Itaqui, com receio de que os paraguaios voltassem a essas vilas. Somente depois que se propagou a notícia da entrega dos paraguaios em Uruguaiana, depois de visita de Sua Majestade o imperador a essas vilas, é que as famílias que puderam principiaram a regressar para suas casas em fins de setembro e durante o mês de outubro. Durante todo esse tempo, tanto as vilas como a campanha foram teatro de mil desordens.

mesmo que se misturaram aos paraguaios para saquear e, depois da saída deles, reuniram o que puderam para si do que os paraguaios tinham deixado meio estragado, e que ainda se podia aproveitar.

Tanto é que a 19 e 20 de agosto a polícia de São Borja aí descobriu alguns depósitos de fazendas, de gêneros e de móveis em algumas casas ocupadas por moradores durante o saque dos paraguaios, e o digno juiz municipal, Dr. Lacerda, prendeu os que tinham feito este depósito e entrou a fazer diligências para descobrir aqueles que, valendo-se da ocasião, tinham-se apoderado do alheio. Infelizmente, até agora não se adotaram estas medidas, que me tinham assegurado executadas. Este juiz não tinha escrivão e não podia funcionar, além de que a residência na vila não era segura, e uma nova aparição do inimigo, que se temia, teria transtornado tudo e não deixava bastante liberdade para estas diligências. O mesmo devia ter acontecido na vila de Itaqui, donde as famílias se retiraram a 11 e 12 de junho, e onde o inimigo entrou somente a 7 de julho. Consta que houve até partidas de salteadores que avançaram antes de 7 de julho em Itaqui para roubar as casas desocupadas, e que os estrangeiros que tinham ficado na vila mataram, durante a noite, um dos principais especuladores que empreenderam esta nova espécie de comércio.

Seria preciso que se procedesse a uma grande devassa para se descobrir a maior parte dos roubos que por esta forma se fizeram nas vilas de São Borja e de Itaqui, e seria preciso escrever muitas folhas de papel para narrar os fatos reprovados pela justiça que foram nela praticados pelos “paraguaios” cá do Brasil. O mesmo acontece pelas desordens que se cometeram pela campanha. O saque, a pilhagem, a destruição não foram unicamente feitos pelos paraguaios nos lugares onde passaram: tivemos que lamentar quase as mesmas desgraças em lugares onde eles não chegaram, e pode-se dizer que, na circunferência de 25 a 30 léguas das vilas de São Borja e de Itaqui, todas as casas que foram desamparadas por seus donos foram roubadas e saqueadas. E com isso digo tudo, porque me é impossível dizer e saber quais foram os autores de tamanhas desordens.

Sei que desertores de nossas forças, em grande número, e alguns malfeitores conhecidos por tais corriam não somente pelas estâncias e casas saqueadas pelos paraguaios, subtraindo o que tinha escapado à sua voracidade, à sua cobiça e a seu gênio de destruição, como também percorriam a

campanha, fazendo a mesma coisa em toda a parte. Sei que alguns homens honestos, pensando subtrair recursos ao inimigo, tocaram, nos lugares mais vizinhos onde este se achava, a cavallhada e os gados abandonados por seus donos com intenção de os restituir.

Essa coluna paraguaia de que já falei assassinou sete brasileiros, segundo narram, naquele distrito; e com certeza quatro, chamando-se três destes últimos Pedro Nunes de Siqueira, um Ivo e um Caetano de Tal.

Durante o mês de junho, algumas forças paraguaias se mostraram na costa do Uruguai e, passando pelo Passo dos Garruchos, saquearam algumas estâncias e casas de nosso distrito de Camaquã. Não tardou a chegar por esses lugares, em agosto, uma brigada do Sr. barão de Jacuí, e o major Isaías tratou de reunir um novo corpo em São Nicolau, procedendo a um recrutamento que desesperou as pobres famílias, e que, pelas providências que tomou, fez levantar grandes clamores não só aos moradores do distrito de Camaquã, como aos do distrito de São Luís, e mesmo aos moradores do Departamento de São Xavier, do outro lado do Paraguai, e aos dos Hervais, de Corrientes.

Não me compete decidir se estes homens eram justos ou não; porém a desordem chegou a tal ponto que os animais vacuns e cavalares pareciam ser de propriedade geral, e houve homens que prepararam rodeios em estâncias alheias,⁷¹ e tocaram todos os animais que encontraram, indo vendê-los ao longe, formando invernadas a grandes distâncias, e até fazendo marcas de arcos de barril para contramarcas os ditos animais. Muita cavallhada assim tomada e roubada foi vendida para a nação, e uma vez reunida está perdida para seus donos toda a esperança de a reaver.⁷²

Com o mesmo fim de tirar recursos ao inimigo, ou por não terem cavalos para os caminhos, os próprios soldados levavam ordinariamente todos os cavalos que encontravam e os deixavam a 15, 20, 30 e mais léguas da estância de seus donos, espalhados em diversos pontos, de sorte que estes os têm perdido e lhes há de ser impossível reunir, se não mor-

71 Parar rodeio, no Rio Grande do Sul, é “reunir o gado no local do rodeio ou trazê-lo para o curral”.

72 Reiuñar, no Rio Grande do Sul, é cortar a ponta de uma das orelhas do cavalo. O animal assim marcado é considerado como pertencente ao Estado.

rerem no serviço. Há estancieiros de Missões que possuíam 800 cavalos e que só têm agora 20, perdendo portanto 780, que lhes desapareceram dessa forma.

O estancieiro de quem falo aqui é o sr. tenente Felisbino José Pinheiro, bizarro oficial do Corpo Provisório nº 22. Ouço dizer que foram os próprios soldados da 1ª Brigada que estragaram os móveis da casa do Rincão da Cruz, e que aí cometeram várias desordens apesar da vigilância do coronel Fernandes. Escreveram-me, da cidade de Alegrete, que os soldados da 1ª Brigada Ligeira cometeram as mesmas desordens na comarca de Alegrete. Mais de 300 cavalos foram levados dessa mesma maneira da Estância Santa Rita, pertencente ao exmº sr. conselheiro barão de Porto Alegre, no Município de São Borja.

Houve certo espertalhão que, para melhor conseguir seus fins, se deu por capitão encarregado de prender os desertores e de reunir gente para a brigada do sr. coronel Fernandes, o qual seguiu a campanha desde perto de São Borja até próximo da serra de Iguariaçá, juntando toda a cavallhada que encontrava e roubando mesmo os cavalos mais gordos e de mais estimação das famílias emigradas. Dizia que ia fazer uma expedição a São Borja para descobrir se ainda os paraguaios se achavam na vila (isso se passava no princípio de julho), e que queria ser um dos primeiros a entrar. Decerto, ele pretendia fazer um descobrimento semelhante ao que fez outro sujeito de que vou falar.

Outro indivíduo, também grande especulador, saiu de perto de São Martinho com seus três ou quatro homens. Tomou o título de alferes, que ia de sua livre vontade em descobrimento das forças paraguaias (era também em princípios de julho), para tranquilizar as pobres famílias emigradas. Sua Senhoria ia mal montado, mal armado e levava apenas umas malas vazias. Mostrava muita compaixão para com os desertores que encontrava mal vestidos, dizia-lhes que tinham feito bem de desertar, visto serem tão maltratados por seus chefes, e conseguiu levar consigo alguns desses desertores, pedindo cavalos emprestados pelo caminho.

O suposto alferes chegou aos arrabaldes de São Borja onde achou alguns homens vindos de fora, que não tinham ânimo de entrar na vila com receio de que nela existissem ainda forças paraguaias. Ele mostrou muita coragem e conseguiu entrar com eles na vila antes do regresso de

qualquer outra pessoa. Aí se constituiu, de sua própria autoridade, alferes de polícia, e policiou tão bem que, alguns dias depois, saiu da vila com dois cargueiros carregados e se juntava a quatro companheiros seus, que tinham ficado como a uma légua da vila reunindo toda a cavallhada dos subúrbios.

O que valeu a alguns moradores de São Borja naquela ocasião é não somente que, com o suposto alferes, entraram algumas pessoas de fora, como já tenho dito, mas que logo depois chegou o alferes Joaquim Vieira de Oliveira com 20 e tantos soldados, encarregados pelo comandante da brigada de policiar a vila; senão talvez tivessem acontecido nela algumas desgraças, pois consta que o suposto alferes de polícia levava por escrito o nome dos três principais negociantes que tinham ficado em São Borja, que asseguraram tinha ele propósito de os justicar como cúmplices dos paraguaios para saquear depois suas casas, as únicas quase que tinham ainda algum sortimento.

Posteriormente, o mesmo indivíduo veio procurar dentro da vila atestados de sua conduta, que me consta lhe deram os moradores que nada sofreram dele. Direi de passagem que não é este o único crime projetado que felizmente não pôde se realizar. Pessoas sérias me têm contado que, a umas 18 léguas de São Borja, por vingança política ou por estupidez, um outro indivíduo tencionou ir esperar em uma estreita passagem, no mato, o vigário de São Borja, que por aí se achava emigrado, sob pretexto de que no mato (a umas 30 e tantas léguas do inimigo) o vigário ia se comunicar com ele.

Quando, em seu regresso, o suposto alferes subiu a serra de Iguariaçá, já levava consigo 11 companheiros que tocavam 160 cavalos de diferentes marcas e donos, e ia reunindo os cavalos e mulas que encontrava pelos campos, tirando às vezes, das pessoas que via, as armas que elas levavam.

Não devo omitir de citar um crime horroroso que se cometeu no distrito de São Xavier, termo de Itaquí, junto ao povinho do Boqueirão de São Tiago.

Aí, no dia 16 de julho, apareceu barbaramente assassinado o italiano Luís Vignolli, homem inteligente e ativo, que, apesar de sua avançada idade, tinha estabelecido nestes últimos anos diligências particulares de Pelotas e Alegrete, e que acabava de contratar o fornecimento geral de pão

para o Exército Brasileiro. No dia 8 de junho este prestimoso cidadão chegara de Bagé a São Borja acompanhado de vários oficiais de padeiro para nesta vila principiar o fornecimento. No dia 10 de junho teve que fugir a pé com a maior parte dos moradores da infeliz vila, conseguindo levar suas canastras em uma carreta de família.

Depois de vários giros, o Sr. Vignolli ficou adido a um comboio de emigrantes, que estabeleceu seu acampamento de carretas à margem de um arroio no lugar já citado.

Conservava consigo alguns oficiais de padeiro e, entre eles, um jovem alemão de 16 anos de idade. Quase ao anoitecer, no dia 15 de julho, o Sr. Vignolli e o alemão saíram do acampamento para pescar em uma espécie de lagoa que o arroio formava. O alemão levou emprestado um machado, com o qual, disse ele, queria cortar umas ramas para tapar melhor sua cabeça e também para abrir picada se preciso fosse.

O caso é que o alemão não tardou a regressar, dizendo que D. Luís o mandara procurar uns charutos em suas canastras. Com efeito, ele trazia as chaves das canastras de D. Luís Vignolli, que as abriu. Delas tirou alguns objetos (sem dúvida o dinheiro), algumas roupas, e foi muito a seu descanso pegar um cavalo que estava à sogá e desapareceu sem que ninguém suspeitasse de nada.

No dia 16 de manhã, como D. Luís não tivesse regressado da pescaria, em cujo entretenimento às vezes costumava passar uma parte da noite, foi-se à sua procura. O miserável ancião foi encontrado dentro da lagoa, morto por dois golpes de machado, um sobre a nuca e outro na altura dos olhos, e descalço. O perverso alemão o tinha assassinado, lhe tinha tirado os botins, apoderando-se das chaves das canastras, e lhe fora roubar o dinheiro e algum vestuário, e se escapara.

Deram-me notícia de mais quatro assassinatos perpetrados por desertores e malfeitores, sem que eu saiba os pormenores, assim como de alguns roubos de moças. E quanto a roubos de bens móveis, e sobretudo de cavalos e gado, são tão numerosos que não têm conta. Pode-se dizer, sem medo de errar, que os habitantes de Missões entre os rios Uruguai, Ibicuí, Itu e Juí Grande perderam em geral a maior parte de seus bens móveis e ficaram arruinados. Maiores perdas sofreram todavia os vizinhos de São Borja e de Itaquí, por cujos campos e casas transitou o exército inimigo,

que queimou uma porção de casas, inutilizou todos os trastes que não pôde carregar e estragou todas as criações de animais de qualquer espécie que fosse.

Eu tinha escrito o que precede antes que o inimigo passasse o rio Ibicuí e se apoderasse da vila de Uruguaiana, por isso não falei das desordens que se praticaram entre os rios Ibicuí, desde o Passo de Santa Maria até Uruguaiana. Por todo o caminho que trilhou, o inimigo queimou todas as casas que encontrou, queimando e saqueando todos os móveis, apodegando-se dos gados de toda a espécie, e causando os mesmos prejuízos que no caminho de São Borja a Itaqui.

Em princípios do mês de setembro, quando os aliados apertaram mais o sítio de Uruguaiana, onde estava encerrada a divisão inimiga, tratou-se de formar um novo corpo no centro dos municípios de São Borja e de Itaqui. Mui pouca gente se achava nesta campanha apta para o serviço militar; porém, pretendendo-se, a toda força, formar um novo corpo, os encarregados da reunião recrutaram quase todos os varões que encontraram, de 10 anos para cima, aptos ou não para o serviço, deixando ao desamparo e na desolação multidão de famílias, que ficaram sem um só homem para carrear, e comitivas de carretas de emigrantes sem um só homem para jungir os bois às carretas e, portanto, na impossibilidade de caminhar e de regressar para suas casas, agora que podem vir sem receio do inimigo.

Não eram suficientes os males que todos sofremos por causa da invasão do inimigo; por que é que, estando eles livres, as infelizes famílias continuam a sofrer os mesmos males, e ainda piores vexames, como os que aponto aqui em termos demasiado brandos? Pela mesma falta de homens, durante o mês de outubro não se pôde estabelecer açougues em São Borja, e as famílias que a essa vila regressaram tiveram que passar muita fome, havendo aliás quase plena escassez de todos os gêneros alimentícios. O seu único recurso, até fins de outubro, foi um pedaço de carne, que lhes davam como de esmola de sua ração os soldados quando o podiam fazer.

.....

Capítulo VI

APROXIMAÇÃO DO INIMIGO EM ITAQUI – SAQUE
DA MESMA VILA – RETIRADA DOS PARAGUAIOS
DE ITAQUI E SUA PASSAGEM DO RIO IBICUÍ NO
PASSO DE SANTA MARIA

DEPOIS DE SUA derrota no dia 26, sem tratar de sepultar seus mortos, a vanguarda paraguaia procurou fazer junção com o corpo de seu exército que se achava na vizinhança do passo real do rio Butuí. Depois de ter passado este rio, o exército queimou a casa do oficial Belisário Lopes da Silva, e, tendo incorporado os restos de sua vanguarda, destacou uma força considerável para ir procurar o campo de batalha, que não encontrou.

Em seguida, a força inimiga saqueou e incendiou as moradas de casa da estância do coronel José dos Santos Loureiro e se dirigiu, pouco a pouco, para o acampamento do Passo das Pedras, sendo sempre observado pela brigada do sr. coronel Fernandes, que esperava com ansiedade que o general Canabarro se viesse juntar a ele com sua divisão e com a artilharia, para desbaratarem de uma vez o inimigo, quase todo composto de infantaria, e que ele não podia prudentemente atacar sem artilharia e quase sem infantaria. Porém, vã esperança!

Do Passo das Pedras o exército paraguaio se dirigiu em mui pequenas marchas sobre a coxilha por onde passa a estrada geral que vai

da Cruz Alta e dos Hervais para a vila de Itaqui. Aí, durante alguns dias de chuva e de frio, descuidando-se um pouco da boiada das carretas que acompanhavam o exército, o valente major Docca lhe arrebatou 118 bois no dia 2 de julho, e mais nove bois no dia 4, que, apesar de seus esforços, os paraguaios não puderam reaver, puxando depois suas carretas a braços, segundo afirmam. Mas eles se vingaram de seus guardiões dos bois, degolando dois deles no lugar do pastoreio, onde os deixaram nus e sem sepultura. Esta boiada gorda apresada ao inimigo dá sinal de ter sido trazida do Paraguai, ou ao menos de Corrientes, por serem todos bois de carro. Ela foi levada para São Francisco de Assis.

O coronel Fernandes conservou-se na expectativa do exército paraguaio pelos lados dos rios Ibicuí, e da sua estância da Lagoa, e pelo Rincão da Cruz, arrebanhando as cavahadas e os gados que podia para não caírem em poder dos paraguaios, estando persuadida a oficialidade da brigada que, enquanto não chegassem reforços de infantaria e de artilharia, era escusado atacar o exército paraguaio, quase todo composto de infantaria montada.

Entretanto, do outro lado do rio Uruguai, pouco mais ou menos em frente de Itaqui, se divisava outra força paraguaia, que se supôs composta de 5.000 homens, e constou que as canoas, que serviram ao inimigo para passar o Uruguai, em São Borja, estavam descendo o rio e acompanhavam mais ou menos a marcha do exército de terra. Devo notar aqui, uma vez por todas, que a divisão paraguaia que se achava sobre o nosso território na margem esquerda do rio Uruguai, a coluna inimiga que se achava sobre a margem direita do mesmo rio, e as canoas que eles tinham, marchavam sempre a par. Assim saíram de São Borja, assim chegaram a Itaqui, assim foram a Uruguiana, servindo-se das canoas para passar forças de um lado ao outro do rio quando necessitavam, ou quando bem lhes parecia.

Em sua aproximação da vila de Itaqui, os paraguaios saquearam todas as casas que encontraram e a quase todas atearam fogo, que em algumas mui poucas se apagou por si mesmo sem as queimar. Porém, é certo que a quatro ou cinco léguas de Itaqui uma única casa escapou do incêndio. As cavahadas e os gados também foram arrebanhados pelos paraguaios, que, depois de sua entrada em Itaqui, fizeram passar ao outro lado do rio Uruguai um número de 12.000 cabeças, segundo ouvi dizer. Tudo

era recebido do outro lado do rio, o mesmo que o saque de Itaqui, pelas forças inimigas que aí se achavam e a que davam o competente destino.

Foi no dia 7 de julho que o exército paraguaio fez a sua entrada na vila de Itaqui, abandonada pela maior parte das famílias desde 11 e 12 de junho. Somente alguns estrangeiros e suas famílias aí tinham ficado para receber tão estranhos hóspedes. Os paraguaios procederam ao saque de Itaqui da mesma maneira que tinham procedido ao saque de São Borja e, como tenho me estendido bastante sobre o saque daquela última vila, julgo desnecessário estender-me para descrever o desta.

Quem lê a descrição de um pode fazer uma ideia exata do outro. A única diferença que há entre os dois é que, tendo tido as famílias de Itaqui tempo de retirar uma parte de seus móveis, e os negociantes, uma parte de suas fazendas, o inimigo não achou aí tanto que saquear como em São Borja; porém vingou-se desta penúria nos estrangeiros que tinham ficado em Itaqui, que pela maior parte perderam consideravelmente em seus interesses.

Tal era o mau-trato que se lhes dava, que um francês chamado Mosqueira, aproveitando a licença que os paraguaios ofereceram aos moradores de Itaqui de irem até ao Povo da Cruz, sito duas léguas ao sul, do outro lado do Uruguai, onde os paraguaios tinham já forças, preferiu abandonar sua casa e seus interesses em Itaqui, fazendo-se despachar para o Povo da Cruz e, em lugar de abordar ao porto deste povo, o francês seguiu águas abaixo e fugiu. Os paraguaios se vingaram dele destroçando completamente a sua casa e inutilizando absolutamente seus móveis, como o bilhar, etc.

Um oficial paraguaio tinha levado de São Borja uma carta de recomendação de um italiano para outro italiano residente em Itaqui. O oficial não se importou muito de procurar o italiano a quem ia recomendado, porém, em uma reunião onde ambos se achavam, ouviu nomear o italiano por seu nome. Então, dirigindo-se a ele, perguntou: “Vmcê. é fulano?” Com a resposta afirmativa do italiano, o cortês oficial lhe disse: “Estimo muito achá-lo, porque trago uma cartinha de recomendação para Vmcê. E hoje vou jantar com Vmcê”. O italiano, julgando ter achado um protetor neste oficial, o levou alegre para sua casa e lhe deu um excelente jantar. Ao meio da comida, o oficial queixou-se de não ter um poncho e

pediu ao italiano que lhe regalasse um. Este disse que só tinha um de seu uso. “Este mesmo serve”, retorquiu o paraguaio.

Depois do jantar, este formulou outro pedido. “Estou fora de minha pátria”, disse ele, “e mui pobre; não tenho onde me rebuscar;⁷³ procure-me algumas oncinhas de que preciso, lhas devolvarei depois; porém, Vmcê. deve dar-me algumas oncinhas de qualquer maneira que seja”, o que o italiano teve de cumprir, pagando assim caro a carta de recomendação que lhe levava o esperto oficial paraguaio.

Geralmente falando, os moradores que se deixaram ficar em Itaqui sofreram mais em seus interesses do que aqueles que se deixaram ficar em São Borja. O saque das casas dos ausentes foi o mesmo, porque na vila de Itaqui, como na de São Borja, saquearam tudo o que puderam, estragaram e inutilizaram tudo o que não quiseram carregar. Os móveis ficaram estragados, as portas e janelas das casas ficaram arrombadas e abertas, os vidros, os copos e as louças todos quebrados.

A vila de Itaqui é uma povoação nova, que tem tido um aumento rápido por causa do extraordinário desenvolvimento de seu comércio de erva-mate. Não foi possível, durante os poucos anos de sua existência, fazer nela bons edifícios de pedra e de tijolo, cobertos de telha, para acomodar a crescente população. Vários habitantes remediados e toda a pobreza tinham casas de pau-a-pique cobertas de capim, que iam pouco a pouco substituindo por melhores edifícios. Os paraguaios, sentindo falta de lenha para o fogo em Itaqui, por causa da falta de madeira na costa do Uruguai, naquelas paragens para o sul, desmancharam todas as casas de capim, a fim de fazerem lenha para queimar. Assim, os inumanos invasores deixaram sem abrigo na vila de Itaqui uma porção de famílias das mais pobres.

O que os depravados paraguaios praticaram na vila de São Borja com o sexo débil foi por eles também praticado em Itaqui, e até me asseguraram que nesta última vila a sua depravação teve incremento. Em algumas casas, as infâmias que praticaram foram agravadas por tais atos de crueldade e de barbarismo que causa horror neles pensar.

73 Rebuscar-se, conseguir, arranjar alguma cousa; filar.

Vários motivos exigem meu silêncio a respeito. Não somente os enviados do bárbaro déspota López maltrataram, desrespeitaram a infeliz família do súdito português Antônio Gomes Jardim, que se deixara ficar em Itaqui, mas ainda degolaram a este desgraçado, depois de o terem conservado preso alguns dias, aplicando-lhe torturas, com o fim de descobrir alguns fatos de que o supunham inteirado.

O Sr. Jardim fora alguns anos secretário particular do sr. coronel Fernandes, porém subsistia agora de sua indústria e de sua agência. Os paraguaios proibiram de dar sepultura a seu cadáver, que depois foi encontrado em estado de putrefação e com a cabeça quebrada, o que faz supor que lhe tinham aplicado a tortura do torniquete.

Em Itaqui foi também assassinado pelos paraguaios um patrício seu, velho, que, confiando em sua idade e em sua nacionalidade, tinha-se deixado ficar na vila. Porém, para as hordas brutas do selvagem López, todo paraguaio que saiu do seu país é inimigo do Paraguai e é procurado por seu exército (como o fez em São Borja a respeito de alguns paraguaios que aí existiam) a fim de lhe aplicar a pena dos traidores.

Em sua invasão devastadora nesta fronteira do Uruguai, pouco ou nenhum respeito tem tido o exército paraguaio para com os estrangeiros. Para eles, os portugueses são brasileiros e como tais tratados. Em algumas casas de negócio os soldados do frade Duarte têm procurado abaixar a bandeira espanhola ou italiana, para as poder saquear com franqueza e a seu gosto. Em outras casas estrangeiras saquearam tudo o que lhes caía sob as mãos e, fazendo-se-lhes observar que uma bandeira estrangeira tremulava naquela casa e que, portanto, eles a deviam respeitar, sua resposta era de que não faziam injúria nenhuma à bandeira, que eles a respeitavam, mas que as fazendas que tomavam não eram a bandeira, nem tinham nada com ela. E assim sempre conseguiram o seu intento, que era saquear.

Os paraguaios fizeram passar ao outro lado do rio Uruguai os objetos que tinham saqueado em Itaqui, e tudo foi conduzido em carretas ao Paraguai. Formou-se, para esse fim, um comboio de 14 carretas, das quais sete eram carregadas de objetos e de fazendas saqueadas, e sete com soldados feridos e doentes. Esta comitiva passou por São Tomé a caminho para o Paraguai, sendo escoltada por 50 soldados.

A igreja matriz de Itaqui não foi maltratada pelo inimigo como a de São Borja; mas foi também arrombada e profanada. Consta que as alfaias da igreja foram saqueadas pelos paraguaios na casa de um estrangeiro onde tinham sido depositadas.

Consumada a obra do saque de Itaqui, o exército inimigo principiou a evacuar a vila e dela se retirou a 18 e 19 de julho, tomando a direção de Uruguaiana e costeando o rio Uruguai, pela margem esquerda. Acampou na fazenda do tenente-coronel José da Luz Cunha, que devastou, queimando a rica soteia, onde o comandante do Corpo Provisório nº 10 tivera sua residência habitual. Para ir à vila de Uruguaiana, o exército paraguaio tinha de atravessar o possante rio Ibicuí, que desemboca no rio Uruguai umas nove léguas ao norte de Uruguaiana, e umas sete léguas ao sul de Itaqui. Em mui poucos dias percorreu esta última distância, e se achou sobre o Passo de Santa Maria, no Ibicuí, que se acha mui próximo da barra deste rio, no Uruguai.

A brigada inteira do sr. coronel Fernandes flanqueava o inimigo pela esquerda e tomava sua retaguarda. Durante três dias, a Guarda Nacional missioneira sustentou guerrilhas contra o exército invasor, que disparou contra ela mais de 3.000 tiros de espingarda e 26 tiros de peça, que unicamente feriram um cavalo velho e magro. Dizem que o comandante da 1ª Brigada recebera ordem do general de sua divisão de não atacar o inimigo; portanto, a mesma brigada teve que ser espectadora passiva da passagem do exército paraguaio no Passo de Santa Maria no Ibicuí^V, e esta passagem se achou efetuada no dia 23 de julho à tarde, sem que se desse um tiro da margem oposta do Ibicuí para a impedir!

Sem embargo, as famílias em seu retiro viam agravarem-se cada dia mais os trabalhos e as misérias da emigração. Acampadas pela maior parte na beira dos matos, estavam sofrendo cada vez mais frio e fome. Do frio, por causa dos rigores da estação invernososa que progredia diariamente,

V A brigada do sr. coronel Fernandes aprisionou, naquela ocasião, um tenente e dois soldados paraguaios que vinham do outro lado do Uruguai, com despacho para o exército deste lado do rio. O coronel Fernandes remeteu estes prisioneiros para o quartel-general da divisão Canabarro. Soube-se depois que era um sargento e não um tenente que se aprisionou.

e pela falta de roupa, porque o pouco vestuário que tinham levado já se achava quase sem serventia, e careciam de meios para o substituir. De fome, pela falta de mantimentos nos desertos de seu retiro, e porque o pouco gado que tinham conduzido tinha-se em parte perdido, por não ter quem o cuidasse, e o que ficara tinha emagrecido sumamente pela mudança de pasto. Esta circunstância do emagrecimento dos animais tornava também quase impossível sua mudança de acampamento, dado o caso em que as famílias tivessem que fugir para mais longe; porém elas nutriam a esperança e tinham quase a certeza de poderem regressar brevemente para suas casas, para seus campos... E esta ilusão aliviava, mitigava seus padecimentos.

Poucos dias depois da invasão em São Borja, dava-se por certo que o brigadeiro Canabarro já estava em marcha, que a brigada do coronel João Antônio da Silveira já estava passando o Ibicuí, que o comandante da divisão não tardaria a chegar com artilharia e infantaria e que em São Borja mesmo o inimigo ia ser derrotado. Correu também por certo que o general Caldwell saiu do Rio Pardo a 7 de maio para São Borja, não podia tardar a chegar, e todos estavam persuadidos que, achando-se este inteligente e veterano chefe à testa de nosso exército, havia de tomar providências ativas para expulsar o quanto antes o inimigo do nosso território.⁷⁴

Cidadãos que mereciam crédito, vindos da cidade de Bagé, asseguravam que o Sr. barão de Jacuí tinha saído daquela cidade há mês e meio com sua divisão, e que com ela S. Ex^a marchava dia e noite para São Borja. Outros davam notícias de forças brasileiras vindas da República Oriental e que já se achavam em nossa fronteira de Quaraí. Estas notícias em globo, e mesmo cada uma de per si, infundiram ânimo e esperança entre as famílias

74 Ao noticiar ao comandante das armas, em 12 de junho, a invasão de São Borja, disse o general Canabarro: “O comandante da 1^a Brigada [Fernandes Lima] recebe ordem para, de acordo com o comandante do 1^o Batalhão de Voluntários da Pátria, empregar todos os meios estratégicos a fim de hostilizar o inimigo, enquanto ali não chegar esta divisão”.

Em ofício de 23, ainda de junho, acrescentou: “Ao coronel Fernandes reitero as ordens que já tem recebido para acoessar o inimigo em seus acampamentos e em marcha, por meios estratégicos, enquanto eu não puder reunir uma força bastante para atacá-lo de frente”.

Informações mais minuciosas sobre este assunto o leitor as encontrará no capítulo adicional “Personagens de grande destaque na invasão”.

da fronteira. Elas esperavam que o inimigo fosse completamente batido, primeiro, na vila de São Borja; segundo, no Passo do rio Butuí; terceiro, no Passo das Pedras; e quarto, finalmente, no Passo de Santa Maria do rio Ibicuí.

Porém, tendo-se propagado a infausta nova de que o exército paraguaio tinha efetuado sua passagem no rio Ibicuí sem que se desse um tiro de nosso exército para lhe impedir a passagem em um ponto, ao dizer da pluralidade dos homens, tão apropriada, se não para o bater, ao menos para enfraquecer o inimigo, o desânimo e até a desconfiança se apoderaram de uma parte das famílias e dos habitantes da fronteira do Uruguai.⁷⁵

E, com efeito, nunca o governo tratou esta fronteira com mais descuido que agora, precisamente na circunstância em que ela é ameaçada e depois invadida por um inimigo selvagem e bárbaro. Logo depois da conquista das sete Missões Orientais do Uruguai, o governo considerou a fronteira do Uruguai como da maior importância, e mandou para a comandar oficiais de linha de reconhecida bravura e inteligência, como o foram o marechal Francisco das Chagas Santos e outros, e São Borja foi sempre a parada de alguns batalhões de linha. Sempre nela houve algumas peças de artilharia, chegando até se decretar que a vila de São Borja fosse a parada do 8º Batalhão de Caçadores, e a deixar nela parte do Regimento nº 25 de Cavalaria Miliciania, se bem que insuficientes, como observava em seus anais o visconde de São Leopoldo, para guardar a extensa barreira do Uruguai. Quando o governo do Brasil se preparou para a gloriosa expedição que teve em resultado a pacificação da República Oriental do Uruguai e a expulsão do tirano de Buenos Aires, além das guardas nacionais desta comarca, estacionou na vila de São Borja uma brigada de tropa de linha ao mando do coronel Feliciano Antônio Falcão. Isso foi em fins de 1850 e a princípio de 1851.

Em tempo de paz, quando esta fronteira nada tinha a recear do inimigo, o governo mandou a São Borja, pelos anos de 1854, 1855, etc., uma seção de artilharia ao mando do tenente Manuel Gama Coelho Lobo d'Eça, uma ala de infantaria ao mando do capitão Salustiano Jerônimo dos

75 Vide o capítulo adicional "Passagem do Ibicuí".

Reis, o 2º Regimento de Cavalaria, e o sr. brigadeiro Manuel Luís Osório comandou por alguns anos a fronteira de São Borja.

Em fins de 1857 e princípios de 1858, quando estava iminente um rompimento entre o Império do Brasil e o Paraguai, o governo brasileiro mandou para a vila de São Borja uma brigada de tropa de linha comandada pelo coronel Sampaio, além da Guarda Nacional da comarca, que aí se achava destacada. Naquela ocasião, uma divisão de 6.000 homens, comandada pelo bravo marechal Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto, foi enviada pelo governo às margens do Ibicuí, em estado de entrar imediatamente em operações.

Quase pelo mesmo tempo, o governo do Império, reconhecendo a necessidade de ter uma esquadrilha no rio Uruguai, mandou organizar uma para segurança desta fronteira; porém, o mesmo governo a mandou desarmar quase ao mesmo tempo em que mais necessidade havia dela.

A importância que deram os governos anteriores à fronteira de São Borja e do Uruguai contrasta de maneira notável com o descuido do governo para com ela na guerra atual do Paraguai. Desde 30 de agosto de 1864, o déspota que governa o Paraguai atira a luva à face do Brasil; a 12 de novembro, declara a guerra por um ato de selvagem pirataria; no mês de dezembro, as tropas paraguaias invadem uma província brasileira e cometem toda a sorte de atrocidades.

Desde então, os empregados da fronteira de São Borja, e mesmo os particulares, participam às autoridades superiores, aos generais, ao presidente da província, os preparativos que se fazem no Paraguai para invadir o nosso território. Fala-se-lhes no número de forças do inimigo, explica-se-lhes que construíram canoas, que têm carretas prontas para transportar estas canoas à beira do rio Uruguai. Dá-se-lhes parte da marcha do inimigo, a imprensa de toda a província repete os mesmos avisos e estimula o governo.

A única medida que o governo toma é mandar reunir com atropelação a Guarda Nacional da comarca de Missões, sem ao menos cuidar de lhe mandar armas e fardamento, e pensa ter por esta forma posto em salvaguarda a fronteira do Império. O inimigo se aproxima desta fronteira; a 9 de maio de 1865, apodera-se do Povo de São Tomé, sito a duas léguas ao norte de São Borja; chega à barranca do rio Uruguai; só lhe falta dar um passo, atravessar este rio e a fronteira do Império é invadida. Novos avisos,

novas participações, novos pedidos partem de São Borja para os comandantes do Exército Brasileiro, para o presidente da província; porém, em vão!...

Enfim, chega o malfadado dia 10 de junho de 1865. O exército paraguaio se apresenta em frente ao Passo de São Borja, para atravessar o rio e invadir a Província do Rio Grande do Sul. Não há um só lanhão de guerra para molestar o inimigo em sua passagem. Um punhado de homens, os guardas-nacionais de São Borja fazem o seu dever, muitos morrem defendendo o sacrossanto solo da pátria; mas os outros têm que ceder perante a numerosidade bruta do inimigo. Mas o Exército Brasileiro!!! Onde está?⁷⁶

A elevação da bandeira do cruel tirano do Paraguai sobre a torre da matriz de São Borja, no dia 10 de junho, arrancou um brado de indignação ao brasileiro, desde o Amazonas até o Prata. Tudo está em movimento nas grandes cidades, nas opulentas províncias do império americano, todos juram vingar esta nova afronta feita ao estandarte da terra de Santa Cruz. Legiões numerosas de voluntários da pátria empunham as armas e vão ao encontro do inimigo. Chegarão eles a tempo para afastar de nossa querida pátria as grandes desgraças de que é ameaçada? Deus assim o permita!

Mas, entretanto, quando o exército paraguaio se apresentou no Passo de Santa Maria para varar o rio Ibicuí e sair do território das Missões brasileiras, já fazia 40 dias que suas plantas profanavam o território do Império, sem que um só soldado (excetuando o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, que se lhe mostrou em São Borja) se lhe apresentasse para embaraçar sua marcha, a não ser a valente Guarda Nacional de Missões e a 4ª Brigada que se lhe reuniu depois.

Em 40 dias depois da invasão do território do Império pelo inimigo, em 70 dias depois da chegada do inimigo na barranca do rio Uruguai, em frente de São Borja, não teve tempo o brigadeiro Canabarro de se mover com sua divisão, com sua boa artilharia, de São Gregório, ou das pontas do Ibirocaí, para a margem do rio Ibicuí a disputar ao inimigo a passagem?

Que faziam o mesmo brigadeiro e o sr. coronel Caldwell, do outro lado do Passo de Santa Maria, que não fizeram dar um tiro aos bravos

76 Vide capítulo adicional I.

de sua divisão ao ponto de ouvirem os nossos, que se achavam emboscados no mato, os paraguaios gritarem: “Vamos a Uruguaiana, porque o Sr. Canabarro nos deu licença para ir”. Ao menos, assim me contaram.

Esta estupenda passagem do inimigo no rio Ibicuí; o abandono em que o brigadeiro Canabarro deixou o coronel Fernandes antes e depois da invasão paraguaia; o descuido do governo da província de não mandar aproximar de São Borja, durante esse tempo, tropas brasileiras, sob o pretexto de uma informação errônea de que o clima de São Borja é pestífero, o que é completamente desmentido pela experiência, e pela experiência mesma do obsequioso informante; enfim, a morosidade com que as diversas divisões do Exército Brasileiro têm-se movido, sem se aproximarem até agora do teatro da guerra, tem feito nascer na mente de bom número de habitantes de Missões a ideia de que esta fronteira, esta província eram vítimas de um plano tenebroso que tendia a mudar a forma do governo do país, sacrificando à barbaridade dos paraguaios, que serviam de instrumentos, as pessoas de mais influência afectas à monarquia, e que podiam opor séria resistência a este plano nefando e, talvez, já de antemão designados aos algozes do presidente da célebre República do Paraguai, o que refiro aqui, não por ser esta a minha opinião, porém para dar a conhecer as ideias e os temores dos habitantes da fronteira de Missões.

Mas, felizmente, poucos dias depois que o exército inimigo se achava sobre a margem esquerda do rio Ibicuí, espalhou-se pelas serras, pelos sertões e pelas campanhas onde se acha a emigração missioneira, a grata notícia da vinda de Sua Majestade, o imperador, o Sr. D. Pedro II, a esta Província do Rio Grande do Sul. A proclamação de Sua Majestade, o imperador, aos rio-grandenses, as medidas enérgicas tomadas pelo sr. conselheiro Ferraz, ministro da Guerra, a nomeação do sr. tenente-general barão de Porto Alegre para comandante em chefe de Exército Brasileiro têm feito renascer a confiança e a esperança no coração de todos os missioneiros, prontos sob a égide do pavilhão imperial a vingar a honra nacional e a reivindicar seus lares.

Quando chegou à capital do Império a notícia do escandaloso acontecimento da invasão de nossa bela província pelas hordas de salteadores do tirano do Paraguai, o Sr. D. Pedro II determinou imediatamente voar em pessoa ao lugar do perigo. Nenhuma consideração pôde abalar

a resolução do magnânimo monarca. A 10 de julho, Sua Majestade o Sr. D. Pedro II, com seu imperial acompanhamento, deixou a corte. A 16, Sua Majestade desembarcava na cidade do Rio Grande e, em uma tocante proclamação, convidava os rio-grandenses a se reunirem sob o pavilhão imperial para vingarem a honra nacional.

A 19 do mesmo mês, o ínclito monarca brasileiro era recebido com uma alegria entusiástica na capital da Província do Rio Grande do Sul, onde confiava a administração da província e o comando das armas ao distinto general visconde da Boavista, e de onde mandava incontínenti o bravo tenente-general barão de Porto Alegre tomar conta do comando em chefe do nosso exército em operações nesta província.

Com a chegada do grande chefe, desapareceu a fatal inércia que nos tolhia; tudo está em movimento, o facho do entusiasmo aclarou todos os recantos de nossa província sobre toda a superfície da qual se propagou, com a rapidez do raio, a fausta notícia de estar aqui nosso imperador-modelo, o Sr. D. Pedro II, que desde aquele dia fica sendo o ídolo do povo, do povo que divisa no seu imperante um pai extremoso, principalmente do povo da fronteira do Uruguai, que confia nas enérgicas medidas do seu adorado monarca, para bater o quanto antes o exército de salteadores que tem assolado nossas campanhas, saqueado e estragado nossas vilas, e arruinado a maior parte dos seus habitantes.

.....

Capítulo VII

APROXIMAÇÃO DO INIMIGO EM URUGUAIANA – ENTRADA NA MESMA VILA, SEU SAQUE E DETERIORAÇÃO

A FACILIDADE COM que os paraguaios efetuaram sua passagem no rio Ibicuí fez-lhes criar nova coragem. Eles consagraram o dia 24 de julho na coxilha de Japeju à alegria, festejando, quanto lhes era permitido em sua posição, o dia de São Francisco Solano, cujo nome tem o seu grande *mariscal*. Ninguém se inquietou em seu descanso e em seus divertimentos, porque somente umas pequenas forças comandadas pelo tenente-coronel Trindade, desprendidas da 1ª Divisão Ligeira, tinham-se aproximado a distância respeitável deles, como para os reconhecer.

O sr. brigadeiro Canabarro, à testa do grosso de sua divisão, tinha tomado posição aquém do rio Toropasso, à esquerda da estrada real que segue para Uruguaiana, contentando-se em arrebanhar alguma cavallhada e gado manso dos moradores mais vizinhos da estrada. Porém, o inimigo encontrou muitos recursos de toda sorte de animais nos campos que talava, nos rincões da costa do Uruguai, e aproveitou mesmo os animais mansos retirados por nossas forças, porque eles fugiam continuamente e procuravam suas querências, onde os paraguaios os aproveitavam, porque não encontraram obstáculos nenhum em seguirem a estrada real, apodegando-se de tudo o que encontravam à sua direita e esquerda, continuando

em sua tarefa de destruição, queimando todas as casas que se achavam em sua passagem.

O sr. coronel Fernandes teve ordem de ir ao acampamento do sr. brigadeiro Canabarro, enquanto a 1ª e 4ª brigadas principiavam sua passagem do rio Ibicuí no mesmo Passo de Santa Maria e, em seu regresso, estas duas brigadas acabaram de efetuar sua passagem. O que, feito, elas flanquearam a retaguarda do inimigo. Parece que houve projeto de atacar o inimigo pouco além da coxilha de Japeju, mas não sei o motivo que fez desistir deste intento. O certo é que a divisão paraguaia continuou sua marcha pela estrada real, caminhando e parando quando bem lhe parecia e fazendo o que queria.

Quando o inimigo caminhava, o brigadeiro Canabarro com o grosso de sua divisão caminhava em sua vanguarda, porém à distância na esquerda da estrada real; e o coronel Fernandes, com a 1ª e 4ª brigadas, seguia em sua retaguarda. Assim se passou o banhado de São Marcos e assim se efetuou a marcha até o rio Toropasso. Então, o brigadeiro Canabarro adiantou-se ao inimigo e passou este rio no Passo Real, ficando os paraguaios deste lado do mesmo passo, que dista como duas léguas da foz deste rio ao Uruguai.

O inimigo aí fez alto por vários dias e supôs-se que ele tinha receio de ser atacado na passagem do Toropasso, que é fundo e feio. Ele se ocupou, sem ser inquietado, em formar uma espécie de ponte na passagem do dito rio e, entretanto, enviou parte da sua gente ao fundo do rincão, sobre o rio Uruguai, decerto para ver se conseguia restabelecer novas comunicações com sua coluna expedicionária do outro lado do rio, cujas comunicações acabavam de ser cortadas pela chegada do nosso vapor *Uruguai*, que tinha chegado armado em guerra e que, colocado ao meio do rio, impedia todo o trânsito de canoas.

O chefe do exército invasor mandou colocar uma bateria de algumas peças sobre as margens do Uruguai e bastante força para fazer fogo ao vapor que, zombando dos tiros do inimigo, não cessou de lhe atirar enquanto ele se conservou naquela posição, e lhe inutilizou uma peça de artilharia. Não podendo ser bem sucedido em seu intento, o inimigo tratou de passar o rio Toropasso, o que sem novidade realizou em sua ponte.

Enquanto isso se passava, o coronel Fernandes, com a 1ª e 4ª brigadas, ia despontar o Toropasso pelo Passo do Cemitério, e ia se reunir à 1ª Divisão Ligeira na costa do arroio Imbaá, um pouco acima do passo real do mesmo arroio. O inimigo ficou pacífico possuidor do rincão entre Toropasso e Imbaá, desde a estrada real até o Uruguai, onde queimou, destruiu todas as casas, agarrou todo o gado e passou além do Imbaá pelo passo real quando lhe aprouve.

Por ordem do brigadeiro Canabarro, a vila de Uruguaiana tinha sido fortificada como para sofrer um sítio. Se ela não tinha sido cercada totalmente de fortificações, tinham-se feito cercos de parede de tijolo, de tábuas e vários fossos. Nela tinham armazenado grandes provisões de víveres com o mesmo fim de sustentar um sítio. O sr. general Canabarro tinha dado sua palavra aos habitantes da vila de Uruguaiana de que os paraguaios não haviam de entrar naquela vila e, em consequência, as casas de comércio e a alfândega estavam atopedadas de fazendas e de gêneros; os particulares não tinham quase retirado seus interesses.

Mas, quando o inimigo se achou no arroio Imbaá, como a umas duas léguas de Uruguaiana, o sr. brigadeiro Canabarro, que nunca tinha ido visitar as fortificações e que talvez não as mandava dirigir por pessoas competentemente habilitadas, lembrou-se de as mandar examinar por uma comissão de homens profissionais. Esta comissão cumpriu o seu mandato no dia 3 de agosto e, segundo se julga, não as achou boas; em consequência, S. Exª mandou no dia 4 inutilizar parte delas, e foi então que o comércio e os moradores de Uruguaiana compreenderam que sua vila ia ser entregue ao inimigo, como já lhe tinham sido entregues as de Itaqui e São Borja. Porém, não havia barcos no porto nem carretas na vila; força foi, pois, aos moradores de tratarem de escapar da melhor forma que podiam, abandonando seus interesses.

Sem embargo, no acampamento do Exército Brasileiro, que se achava sobre a margem do arroiozinho Sauce, entre Uruguaiana e o arroio Imbaá, havia então, além do brigadeiro Canabarro, o brigadeiro barão de Jacuí e o tenente-general João Frederico Caldwell, que, como comandante das Armas da província, era o comandante em chefe do Exército Brasileiro. Todos esperavam que este general em chefe, inteligente e veterano,

mandasse atacar o inimigo sobre a margem esquerda do arroio Imbaá, no momento em que ele se punha em marcha para entrar em Uruguaiana.

O general-em-chefe chegou mesmo a mandar estender a linha do nosso exército para fazer o ataque; porém, exigindo dele o brigadeiro Canabarro ordem por escrito de atacar e não podendo S. Ex^a se prestar a esta exigência insólita de um subordinado, formou-se uma questão que a marcha do inimigo veio resolver a favor do brigadeiro Canabarro, pois ele já se achava tão aproximado da vila que nosso exército não podia fazer suas manobras de ataque.

Sem embargo, o corpo do tenente-coronel Bento Martins e mais algumas forças nossas se colocaram em frente da vanguarda paraguaia, entre o arroiozinho Sauce e a vila de Uruguaiana. O general em chefe e o barão de Jacuí foram tomar posição na esquerda, muito próximo à estrada real que seguia o inimigo, e mandaram pedir algumas peças de artilharia ao brigadeiro Canabarro, que tinha oito, para ao menos inquietar os paraguaios em sua entrada na vila. Asseguraram, porém, que o sr. brigadeiro Canabarro lhes mandou quatro peças de artilharia, porém sem artilheiros e sem munições!!! A obra da entrega de Uruguaiana estava consumada.⁷⁷

O tenente-coronel Bento Martins, indo sempre na vanguarda do inimigo, entrou pelo lado do norte, e atrás dele entraram imediatamente os paraguaios, e com tanta velocidade que dentro da vila ainda agarraram alguns soldados do tenente-coronel Bento Martins, que, atravessando a vila, saiu logo dela pelo lado do sul. Seus pobres soldados que foram agarrados pelos paraguaios foram por eles conduzidos a uma coxilha fora da vila, nas vizinhanças do cemitério, onde acamparam, e aí degolados à vista do brigadeiro Canabarro e de todo nosso exército. Isto se passava a 5 de agosto de 1865.

A notícia deste infausto acontecimento encheu de consternação todos os moradores da campanha da fronteira do Uruguai, e os teria desesperado e talvez feito tomar a muitos o caminho de Santa Catarina e de São Paulo, se suas tribulações não tivessem sido mitigadas pelo suave pensamento de que o solícito pai de todos os brasileiros, Sua Majestade, o imperador D. Pedro II se achava na província com seus augustos genros, os

77 Vide o capítulo “Atuação de Canabarro”.

príncipes conde d'Eu e duque de Saxe, com S. Ex^a o sr. conselheiro Ferraz, nosso ativo ministro da Guerra, com o sr. marechal o marquês de Caxias e, em geral, com os melhores cabos de guerra do Império, como o exm^o sr. tenente-coronel barão de Porto Alegre, que, com suas sábias medidas, haviam de castigar brevemente a ousadia de nosso bárbaro inimigo, que tudo destruiu e devastou nos terrenos que talou.

Os paraguaios encontraram em Uruguaiana mui poucas famílias, e essas eram todas estrangeiras. Não tiveram maior respeito com elas do que com as famílias que encontraram em São Borja e em Itaqui. Primeiramente, saquearam as casas dos ausentes, tanto brasileiras como estrangeiras, tanto particulares como edifícios públicos e casas de comércio. E durante o apertado sítio a que foram reduzidos, quando lhes faltaram os recursos nas casas dos ausentes, os foram procurar onde se achavam. E, finalmente, quando, poucos dias antes de sua rendição, consentiram que saíssem da vila as poucas famílias que tinham ficado dentro, a fim de lhes poupar as desgraças de um bombardeamento, os paraguaios se apoderaram de todos seus comestíveis e de todos seus interesses, levando com bem poucas exceções sua obra de destruição a todas as casas.

O saque foi feito em Uruguaiana como em São Borja e como em Itaqui. Não me demorarei, portanto, em fazer sua descrição, enviando meu leitor ao que disse do saque destas duas vilas. Farei sem embargo notar que, como o inimigo se demorou muito mais tempo dentro de Uruguaiana do que em São Borja e Itaqui, onde saqueou tudo, a sua obra de destruição foi mais pronunciada em Uruguaiana, onde os paraguaios não somente saquearam os interesses e inutilizaram os bens móveis, mas também destruíram grande número de bens imóveis.

Em São Borja, saquearam todos os interesses, e como a vila foi surpreendida de uma hora para outra, encontraram mais abundância e mais riqueza, ao ponto de dizerem ainda agora nossos prisioneiros que São Borja é pequeno, mas que o encontraram mais riquinho que todos os outros povos. Mas, como só oito dias aí se tinham demorado, não inutilizaram absolutamente todos os móveis, nem fizeram danos demais nos bens imóveis. Em Itaqui, cujos habitantes tinham tido tempo de se prevenir, o inimigo encontrou menos para pilhar; mas, como não se demorasse muito,

não inutilizou tampouco absolutamente todos os bens móveis; porém, por falta de lenha, desmanchou algumas casas para ter lenha para queimar.

Em Uruguaiana, o inimigo não encontrou grandes riquezas, porque seus donos as tinham levado com antecipação; mas lá achou fazendas e comedorias, de que se utilizou sem nada deixar e, como ocupasse a vila desde 5 de agosto até 18 de setembro, teve tempo de inutilizar quase todos os bens imóveis; e, para se fortificar, para construir lanchas a fim de fugir e para ter lenha para o fogo, destruiu grande número de prédios.

O inimigo em Uruguaiana continuou as fortificações principia-
das pelo brigadeiro Canabarro e circulou toda a vila com um fosso bordado de uma parede ora de tijolos, ora de tábuas. Abateu todas as casas que se achavam fora das fortificações para fazer os tijolos de que eram construídas as mesmas paredes das fortificações e para que as casas não servissem de reduto às nossas forças. Lançou mão das tábuas dos forros, dos soalhos das casas e das armações das casas de negócio para paredes e parapeitos nas fortificações.

Serviu-se também de todas as tábuas que encontrou, das portas, das janelas, das casas, dos armários, dos caixões, para construir umas cento e tantas canoas grandes, das quais forrou uma porção com couro, a fim de se evadir nelas como tentou fazer três dias antes da conclusão do sítio. Serviram-se do mesmo material para construir dois fortes. Era com estas mesmas madeiras que eles faziam fogo, que acendiam às vezes dentro de casa, prendendo fogo a algumas e queimando o soalho de outras.

Desta forma, a vila de Uruguaiana foi prejudicada em um bom número de casas, todos seus móveis foram inutilizados a ponto de não se achar ali, depois da entrega do inimigo, um copo, um vidro ou uma garrafa para preparar remédios para o grande número de doentes nossos e do inimigo que aí se achavam.

A matriz de Uruguaiana foi saqueada e profanada. A própria imagem do Senhor Crucificado do altar-mor foi quebrada. Ignoro se suas alfaías tinham sido guardadas de antemão, bem como os livros paroquiais.

Com as poucas famílias de estrangeiros que se deixaram ficar dentro de Uruguaiana, ficou um brasileiro demente que dizia tudo o que lhe passava pelo transtornado cérebro. Num belo dia, o infeliz pôs-se a gritar “Viva o Exército Brasileiro” e outras coisas semelhantes. Imediatamente

foi preso pelos paraguaios que, sem atender a seu estado de alienação mental, o puseram em tortura, cingindo-lhe a cintura com uma corrente de ferro que, com o auxílio de um pau, apertaram de maneira a quase cortar pelo meio o corpo do desgraçado, que depois acabaram a baionetadas. Dizem que os paraguaios mataram também uma preta velha meio demente. Ouço contar que aí exerceram violências até contra senhoras cujos parentes eram adidos a seu partido.

.....

Capítulo VIII

ESTADO DE NOSSAS FORÇAS – BATALHA DE 17 DE AGOSTO NA RESTAURAÇÃO – CHEGADA DO GENERAL BARÃO DE PORTO ALEGRE E DO VISCONDE DE TAMANDARÉ – PASSAGEM DAS FORÇAS ALIADAS PARA ESTE LADO DO RIO URUGUAI – DILIGÊNCIA PARA CONSEGUIR A RENDIÇÃO DO INIMIGO – VÁRIOS ACONTECIMENTOS – CHEGADA DO MINISTRO DA GUERRA E DO PRESIDENTE MITRE.

*E*NQUANTO O INIMIGO saqueava Uruguaiana, onde achou grande quantidade de fazendas, tanto nas casas de comércio como na alfândega, bom sortimento de bebidas de toda classe e uma imensa quantidade de víveres ali armazenados pelos brasileiros que pretenderam, a princípio, defender-se dentro da vila, constando estas provisões de dez mil quintais de bolachas, cerca de oito mil de farinha, quatro mil arrobas de carne salgada e muitas outras provisões, o exército brasileiro acampado na coxilha, como cercado a vila, sofria de fome, de frio e de nudez.

Sofria de fome, porque passou bastante tempo sem farinha, sem erva-mate, sem fumo e várias vezes sem carne; e de frio e de nudez, porque por aquele tempo a estação invernososa cresceu de intensidade, caíram chuvas em abundância, o frio fez-se sentir mais, e nossos soldados em geral não tinham recebido fardamento, nem soldos para comprar roupas com que se cobrir, chegando a desgraça de alguns, no campo raso em que estava nosso

exército acampado, a terem somente uma enxerga velha que dobravam no chão para nele se sentar, a fim de não se sentarem no meio do barro, e a se cobrirem com um couro fresco, que furavam ao meio para lhes servir de ponche, faltando-lhes absolutamente todo o vestuário, como ceroulas, calças, camisas e blusas.

E o que lhes tornava mais sensíveis seus sofrimentos era verem em sua frente o inimigo basto de vestuário e de comedoria, tendo à sua disposição boas casas para se abrigarem da intempérie. Ansiosos desejavam todos eles o dia de combate, esperando conseguir lenitivo a seus padecimentos.

Enquanto o exército passava por estas misérias em frente da vila de Uruguaiana, ficando doentes vários soldados nossos, nossa esquadra colhia um novo triunfo. Descia ela o rio Paraná, no dia 12 de agosto, quando a bateria de Cuevas, guarnecida pelo inimigo com forte infantaria e 24 bocas de fogo, começou um fogo terrível. A esquadra respondeu com energia, sem interromper a sua marcha, conseguindo forçar aquela passagem, que os paraguaios supunham obstada por eles. Há quem diga que havia 40 peças de artilharia em Cuevas.

Sem embargo, a estrela do exército paraguaio em operações sobre o rio Uruguai ia principiar a empalidecer. Duas divisões consideráveis do exército aliado, ao mando dos valentes generais Flores e Paunero, se aproximavam da Restauração (Pueblo de los Libres), sito sobre a margem direita do Uruguai, onde o inimigo tinha uma coluna de 3.500 homens, mais ou menos, sob as ordens do major Duarte.⁷⁸ Os generais Flores e Paunero, que dispunham de forças muito superiores, mandaram à sua chegada intimar o major Duarte a se entregar com sua tropa.

Este, depois de ter feito consultar seu chefe, o tenente-coronel Estigarribia, que se achava em Uruguaiana, e depois de ter recebido em seu acampamento o frade Duarte, que passou de Uruguaiana para a Restauração, para dirigir, segundo dizem, a defesa daquela praça, mandou, conforme asseguraram, tirar o couro ao parlamentar que lhe tinha sido enviado, que era um súdito francês, principiando pelas costas, e depois de o ter assim martirizado vivo, o fez matar a baionetados, sem dar outra con-

78 Eram pouco mais de 3.200 homens.

testação ao general Flores. Este, então, com o general Paunero, apresentou batalha ao inimigo sobre uma pequena coxilha, onde este se tinha formado, como a meia légua ao norte da Restauração sobre a margem direita do arroio Jataí, no dia 17 de agosto.

Os paraguaios foram completamente vencidos. O número de prisioneiros que os aliados lhe tomaram foi de 1.300, e o de seus mortos de mais de 2.000. Muitos devem ter se afogado, pela precipitação com que em sua fuga se atiravam a nado no arroio Jataí, que estava mui cheio como o rio Uruguai. Ficaram em poder dos aliados quatro carretas, três chalanas e muitos armamentos.

Algumas carretas foram queimadas pelos próprios paraguaios. Em seis chalanas puderam escapar 90 e tantos extraviados para a Ilha Grande e, daí, a favor da escuridão da noite, para Uruguaiana, apesar da vigilância de nosso vapor *Uruguai* e de alguns lanchões.

Do número destes fugitivos era o frade Duarte, que fora de Uruguaiana dirigir o ataque como favorito e confidente do presidente López, a quem descobriu, há alguns anos, uma conspiração, que tinha por objeto fazê-lo baixar do poder, cuja revelação motivou a prisão de 300 cidadãos dos mais distintos do Paraguai, que gemem ainda hoje nas masmorras, mas que lhe valeu toda a confiança do ditador.

As perdas do exército aliado, naquele dia, sobem a 300 homens, entre mortos e feridos. O coronel Fidélis foi baleado em uma perna.

Dos *blancos* orientais, que estavam no exército paraguaio, na Restauração, morreu o coronel Orrego, escapando, porém, Aparício e os dois Floridas, segundo contam.

Os paraguaios prisioneiros não feridos foram distribuídos pelos batalhões dos generais Flores e Paunero e aumentaram o exército aliado.

O major Pedro Duarte caiu no número dos prisioneiros. Dizem que o general Flores quis mandá-lo fuzilar por causa da morte cruel que dera a seu parlamentar. Asseguraram, porém, que este major apresentou a Flores a ordem por escrito que recebera de Estigarribia para proceder assim e, como o major Duarte gozasse da fama de ser um dos mais humanos de seus patrícios e os moradores da Restauração interce-

dessem por ele, o general Flores se contentou de o remeter ao presidente general Mitre.

Entre os papéis tomados ao major Duarte, comandante da derrotada coluna paraguaia, quando foi feito prisioneiro, acharam-se revelações importantes relativas à guerra. Se assegura que eles faziam menção de um acordo e plano de uma sublevação entre os paraguaios e certos chefes entrerrianos e orientais, no caso de um revés do exército aliado. Mas o general Mitre, apesar de todas as desculpas e satisfações, não se deixou burlar pela hipocrisia e perfídia.

Este digno presidente da Confederação Argentina expediu ordens terminantes para que os batalhões entrerrianos, que se fossem reunindo, seguissem sem demora para o exército nacional, a fim de serem aí nomeados os respectivos comandantes por escolha do governo; não querendo o mesmo governo reconhecer outro exército na República Argentina senão o nacional. Dispensou Urquiza de tomar parte na guerra. Desterrou os caudilhos *blancos*, que em Entre-Rios e nas forças estavam conspirando: entre estes se achavam os Aguirre, Carreras e Súa (*Lança Seca*) em outra província da Confederação.

Depois do sucesso do dia 17, foi mais apertado o cerco de Uruguaiana, e os chefes do exército aliado mandaram por um tenente, aprisionado no dia 17, intimação ao chefe paraguaio para que se rendesse.

Entretanto, no dia 19 de agosto, o inimigo, que se achava em Uruguaiana, moveu-se com todo seu equipamento, e caminhou em retirada até meia légua da vila. Esta marcha deu lugar a que a gente do tenente-coronel Bento Martins entrasse por alguns instantes na povoação. Porém, a divisão Canabarro se pôs à frente do inimigo, que não se animou a passar por meio dela, e voltou outra vez a Uruguaiana. Há quem diga que foi no dia 18 que o inimigo fez esta excursão.

Por esses dias propalou-se em nosso exército a notícia de que López, à testa de uma coluna maior de 25.000 homens, passara o rio Paraná, e se aproximava da Restauração com o grande exército paraguaio para socorrer Estigarribia. Embalado, decerto, por esta esperança, o altivo comandante dos paraguaios firmou a resposta à intimação que recebera, assim concebida:

“Viva a República do Paraguai!

“Comandante em chefe da divisão em operações no rio Uruguai. – Quartel-general em marcha. – Uruguaiana, 20 de agosto de 1865.

“A S. Ex^a o sr. brigadeiro Davi Canabarro. – O mesmo oficial paraguaio, prisioneiro no combate do dia 17, que me entregou sua nota e a do brigadeiro Flores, é portador de minha contestação a V. Ex^a e ao general Venâncio Flores. Digo que defendo e sustento a causa da República e a independência de minha pátria e que, como soldado de honra, não posso nem devo aceitar proposição de classe alguma. Confio muito na nobreza e acreditado valor dos soldados paraguaios para bater-me ao lado deles, como já souberam fazer com soldados de V. Ex^a nas pontas do Butuí. Com a devida consideração, etc. etc. – Antônio Estigarribia”.

Corre impressa outra resposta dada no mesmo dia por Estigarribia ao tenente-general Caldwell, que só nos termos difere da que acabo de citar.

À vista desta resolução do chefe paraguaio encerrado na vila de Uruguaiana, os chefes das duas divisões aliadas, que se achavam na Restauração, principiaram, no mesmo dia 20, a passar com suas tropas o rio Uruguai. Ao pisar o solo brasileiro, o bravo general Flores expediu a seguinte ordem do dia:

“Soldados do exército de vanguarda! – Já estamos no território imperial, unidos às legiões dos valentes rio-grandenses⁷⁹ que vos esperam ansiosos para novamente combater os escravos do déspota paraguaio que, fechados na rica vila de Uruguaiana, se divertem em incendiar os seus melhores edifícios, sem ter ânimo de dar um passo para diante e, ali mesmo, em poucos dias ficarão sepultados sob as ruínas da vila. Desde já me anticipo a saudar-vos como vencedores e triunfadores de Uruguaiana, porque perante vossas baionetas e vosso arrojo não há inimigo que resista. – Venâncio Flores”.⁸⁰

79 Eram 10.780 combatentes argentinos, brasileiros e uruguaios.

80 Esta proclamação de Flores considerando seus soldados “como vencedores e triunfantes de Uruguaiana” não foi bem recebida pelo Exército brasileiro, especialmente pelos seus chefes.

A 20 de agosto, à noite, chegou ao exército de operações, junto a Uruguiana, o tenente-general conselheiro barão de Porto Alegre e tomou o comando em chefe do exército, com geral satisfação de nossas tropas.

A 21 de agosto, ao meio-dia, chegou nas águas de Uruguiana nossa tão desejada esquadilha com o exm^o sr. almirante visconde de Tamandaré, que foi recebido com o maior alvoroço e alegria. Ela se compunha de quatro vapores e alguns lanchões, e trazia o corpo de zuavos e baianos, e mais 1.500 praças de desembarque.

Naquela data, segundo dados oficiais, constava que as forças aliadas em operações contra o Paraguai eram de 62.500 homens, divididos da maneira seguinte: general Osório, 21.000; general Mitre, 8.000; outros chefes argentinos, 9.500; general Flores, 5.500; brigadeiro Canabarro, 9.500; em marcha, 9.000 homens.

O exército aliado em frente de Uruguiana contava 20 mil e tantos homens.⁸¹

As forças paraguaias eram orçadas em 66.000 homens ao todo, a saber: no Passo da Pátria, 3.000; em Corrientes, capital, 2.000; nas baterias do Paraná, 4.000; grande exército do Paraná, repartido em quatro divisões, 32.000; exército do Uruguai, 15.000 homens.

Como vemos, nestas forças estavam inclusas as que operavam sobre o Uruguai, em número de 15.000 homens, mas que eram as seguintes: as que foram destroçadas em Jataí compunham-se de dois batalhões de infantaria, de 840 praças cada um (os batalhões n^{os} 28 e 16), comandados pelos tenentes Zorrilha e Patinho; um batalhão provisório de 300 praças, dos doentes que ficaram na vila da Encarnação, comandado por um alferes; dois regimentos de cavalaria n^{os} 28 e 26, comandados pelo major Duarte, chefe também de toda a força. Cada regimento de cavalaria compunha-se de quatro esquadrões de 130 a 140 homens cada um. Total: 3.020 homens.

Não tinham músicas, e sim alguns tambores e cornetas. Agregados a esta força havia também para mais de 200 orientais e muitos cor-

81 O efetivo dos aliados em frente de Uruguiana, no dia da rendição da praça, era de 17.038, segundo minucioso mapa publicado pelo coronel Fausto de Sousa.

rentinos, comandados pelos *blancos* Aparício e Orrego. Mas esta força já não existia, ficavam somente as que estavam encerradas em Uruguaiana, sob as ordens do tenente-coronel Estigarribia e do diretor deste chefe, o célebre frade Duarte. Elas contavam de seis batalhões de infantaria, de n^{os} 14, 15, 17, 31, 32 e 33; quatro regimentos de cavalaria e cinco peças de artilharia, um obus e mais duas peças que acharam ali. Os batalhões eram de 800 homens, os regimentos de 500, e as peças guarnecidas por dez homens. Com elas havia muitos orientais, como os Salvagnac, Zipitria e Capato.

À vista da inferioridade numérica do inimigo, nutriam-se algumas esperanças de que ele capitulasse, evitando assim a efusão de sangue e poupando-se a vila. Tendo o comandante Estigarribia deixado perceber sua predileção em tratar com o general Flores, este lhe enviou o coronel D. Nicásio Borges, munido de instruções convenientes e honrosas para um ajuste, de combinação com os chefes aliados, em consequência do que, naqueles dias, se espalhou pelos aliados a notícia de que o exército paraguaio tinha deposto as armas e se tinha entregue à discricção.

Poucos dias depois do triunfo da Restauração, o general Flores enviou em comissão, para cumprimentar Sua Majestade, o imperador, o coronel D. Barnabé Magarinos, o Dr. Herrera y Obes Hijo e uma comitiva, que encontraram Sua Majestade o Senhor D. Pedro II e seu imperial acompanhamento entre Caçapava e São Gabriel, a 29 de agosto. Esta distinta comissão levou ao conhecimento do monarca brasileiro as esperanças lisonjeiras que nutriam os chefes do exército aliado. Sua Majestade, o imperador, depois de ter conferenciado com os enviados, fez seguir imediatamente para nosso exército, em frente de Uruguaiana, o sr. conselheiro Ferraz, inteligente e ativo ministro da Guerra do Império.

Mas as negociações de paz entabuladas pelo general Flores tinham sido improfícuas, não tanto pela tenacidade de Estigarribia como pela vontade de ferro do frade Duarte.

Entretanto, os chefes do exército aliado não ficaram em inação.

A 29 de agosto, o general Flores fez sair uma forte coluna de cavalaria, de 1.200 homens, a rumo do rio Aguapeí para descobrir o campo das Missões argentinas até Itapuã, que dista muitas léguas da Restauração. O comando dessa coluna foi confiado ao general D. Henrique Castro, e com ele foi o coronel Reguera, muito prático dos terrenos.

A 30 de agosto, foi tomada pelas forças do general Flores uma partida paraguaia de seis homens, com um oficial e um vaqueano (correntino este), que saiu de Uruguiana julgando escapar à vigilância de nossas avançadas. O oficial declarou que ia a Humaitá pedir reforço em nome de Estigarribia, porque a sua posição era mui grave, e ele julgava perecer. O vaqueano foi fuzilado por traidor. O oficial e os soldados foram postos em liberdade, mas todos declararam ao general Flores que desejavam servir no exército aliado, e pediram armas e alistamento.

Na noite do mesmo dia 30 de agosto, um oficial paraguaio com 50 soldados se passaram para o general Flores. Esses homens disseram que os paraguaios de Uruguiana já tinham acabado seus comestíveis, que estavam reduzidos à última necessidade, sustentando-se com carnes de cavalo e de éguas.

Enfim, o general barão de Porto Alegre, o almirante visconde de Tamandaré, o general Flores e o general Paunero resolveram, em conselho, mandar fazer uma última intimação ao inimigo, impondo-lhe condições honrosas e comprometendo-se a deixar livres, com as honras de guerra, o chefe Estigarribia, seu estado-maior e os oficiais, ficando prisioneira de guerra toda a tropa, petrechos e munições existentes em Uruguiana.

O frade Duarte, que na ação de Jataí escapou em uma canoa ao justo castigo e que, segundo dizem, influía fanaticamente contra qualquer combinação tendente a evitar a efusão inútil de sangue, fez ainda falhar esta última negociação. Então, o barão de Porto Alegre, com os chefes aliados e os oficiais gerais do exército, resolveram atacar o inimigo no dia 7 de setembro, aniversário da independência do Império do Brasil.

Em fins de agosto e princípios de setembro, chegou ao Município de São Borja uma brigada da Divisão Jacuí, que acampou na estância de Timbaúba, a 20 e tantas léguas a NE de São Borja e a umas 12 léguas da

costa do Uruguai. Esta brigada era comandada pelo coronel Davi Pereira Machado.

O major Isaías, da mesma divisão, foi pelo mesmo tempo estabelecer-se no antigo povo de São Nicolau, tratando de formar um novo corpo no 5º distrito de São Borja, ao mesmo tempo que o coronel Joaquim Rodrigues Lima tratava também de formar outro novo corpo em Santo Cristo, quase nos limites dos municípios de São Borja e de Itaqui, deixando um e outro as famílias no maior desamparo, e levando quase ao desespero as pobres famílias emigradas, como já notei.

Pelo mesmo tempo, o brigadeiro Portinho fazia chegar vários corpos da Guarda Nacional da Cruz Alta, que fazem parte da sua divisão, até os limites do Município de Cruz Alta com os de São Borja, e muitas léguas de distância da fronteira e do teatro da guerra, sem que até agora tenha dado um passo mais adiante, tanto a divisão do brigadeiro Portinho, como a citada brigada do sr. barão de Jacuí. Consta que falta-lhes muito armamento.

A chegada do sr. general Mitre, presidente da Confederação Argentina, ao exército aliado em frente de Uruguaiana teve lugar quase ao mesmo tempo que a do sr. conselheiro Ferraz, ministro da Guerra. É de supor que a vinda deste influísse sobre o ânimo do general em chefe para demorar o ataque contra o inimigo até a chegada de Sua Majestade, o imperador, que, segundo ouço contar, manifestara desejo de atear fogo pessoalmente à primeira peça que atirasse contra os paraguaios.

Sua Majestade, o imperador, o Sr. D. Pedro II, com os príncipes seus genros, com seus ajudantes de campo e sua imperial comitiva chegaram ao exército sem estrépito e quase incógnitos, no dia 11 de setembro de 1865.



Visconde de Tamandaré



Imperador D. Pedro II



Conde d'Eu



Duque de Saxe

.....

Capítulo IX

CHEGADA DE SUA MAJESTADE O IMPERADOR AO EXÉRCITO ALIADO – SEU EFEITO – RENDIÇÃO DO EXÉRCITO INIMIGO A 18 DE SETEMBRO DE 1865 – PROCLAMAÇÃO DE SUA MAJESTADE O IMPERADOR – ORDENS DO DIA DOS EXMOS. SRS. MINISTROS DA GUERRA E GENERAL EM CHEFE – DECRETO DE 20 DE SETEMBRO DE 1865 – RECEPÇÃO DO MINISTRO INGLÊS EM AUDIÊNCIA IMPERIAL EM 23 DE SETEMBRO DE 1865

A CHEGADA DE SUA MAJESTADE o imperador D. Pedro II ao exército, em cuja frente, na coxilha mais próxima ao inimigo, Sua Majestade mandou levantar sua tenda, produziu nele um efeito incalculável e talvez superior ao que se tinha previsto e que se acha bem descrito em uma correspondência que transcrevo aqui no *Eco do Sul* nº 201:

“Esquadra imperial em operações no Paraná – Chimboral, 1º de agosto de 1865 – Bordo da canhoneira *Belmonte*.

“Os oficiais de mar e terra, soldados e marinheiros, todos foram tocados de uma comoção singular, pela notícia que nos trouxeram da partida do imperador para o teatro de guerra. Pedro II é, em minha opinião, um patriota às direitas e que compreendeu profundamente a melindrosa situação atual. Ele vê agora dissipar-se a cerração que lhe ocultava a verdade! Ainda é possível a regeneração. Queira o monarca debelar os abusos e as prevaricações, e a pátria será salva.

“É custoso crer como, nestas circunstâncias difíceis, em que a honra e a dignidade da nação têm sido conculcadas por um tirano brutal, em que cada cidadão deve esforçar-se para concorrer com o seu imposto de sangue para desagrar a nacionalidade ultrajada, em que até a última camada social ergue-se vertiginosa, com esse rancoroso entusiasmo de que sói possuir-se à santa canalha quando quer figurar no drama sangrento da guerra, bufarinheiros prostituídos, eivados do criminoso instinto da dilapidação e do furto!

“Miséria!... Mas ainda se deve nutrir a esperança de que esses caracteres marcados pela avidez do ouro, à custa da fome, da sede, da nudez, frio e privações a que podem estar sujeitos os positivos defensores do direito e do trono, sejam em breve conduzidos ao pelourinho da opinião pública, e arrancadas as máscaras, para que o povo veja de perto a feição desses saltadores.

“Repito: a notícia da vinda do imperador foi recebida na esquadra com inexprimível contentamento. Nenhum de nós deseja que ele arrisque seus dias nesta campanha; mas sua presença frente às tropas é de um efeito incalculável; simpático, bem-educado, com os melhores precedentes no país, quanto à sua bondade, moderação e moralidade, ele pode determinar sacrifícios espontâneos e aplainar certas dificuldades que a desarmonia tem criado, imprimir mais celeridade às operações de nosso exército na fronteira e, finalmente, figurando o imperador no meio dos sofrimentos por que passaram os seus soldados, seu prestígio será imenso e sua superioridade incontestada.

“Se até agora a maioria dos soldados, com sua índole sofredora e subordinada, arrastou os perigos e as privações de uma campanha, em lugares onde dificilmente se aclimata o filho do Brasil, e em luta com a epidemia e as hostilidades de um inimigo feroz e traiçoeiro, sempre firmes e dedicados às bandeiras do Império: imagine-se qual será o entusiasmo e o impulso moral do exército quando o imperador, com aquela urbanidade aristocrática que sempre o caracterizou, falar aos soldados em seus acampamentos, animá-los nas marchas afanosas, etc., etc.!

“Considero a viagem do imperador como a resolução do problema. Lastimo que, por causa daquele miserável cacique, tivesse ele de incomodar-se; mas, como esse passo traz-lhe o aumento de amor e de de-

dicação do povo e assim procedendo dá mostras de patriotismo, estou satisfeito”.

Imensa foi a alegria de nossas tropas ao ver Sua Majestade o imperador à sua frente e o seu entusiasmo subiu ao mais alto ponto.

Sua Majestade o imperador procurou informar-se por seus próprios olhos do estado de nosso exército, examinou seu fardamento, seu armamento, inteirou-se das comidas que se davam aos soldados, visitou os hospitais de campanha, deu providências para tornar melhor o estado de salubridade assaz deteriorado pelos frios, pela umidade e sobretudo pelos restos de muitos milhares de animais cavaleiros que tinham sucumbido de frio e de trabalho, e que se achavam espalhados pelo acampamento e por algumas léguas do seu contorno. Sua Majestade o imperador era incansável.

Desde o amanhecer até o anoitecer, nossos soldados viam Sua Majestade, o Sr. D. Pedro II, ora a pé, ora a cavalo, acompanhado de SS. AA. imperiais, os srs. conde d’Eu e duque Saxe, de seus ajudantes de campo, etc., percorrer o acampamento, falar com os soldados, atendê-los, consolar os enfermos, fazer-lhes dar os socorros corporais e espirituais de que precisavam. Enfim, Sua Majestade era o verdadeiro pai dos soldados, que como tal o idolatravam. Não somente nossos chefes e generais, mas também os chefes e generais dos aliados, sobretudo o general Flores, presidente da República Oriental do Uruguai, e o general Mitre, presidente da Confederação Argentina, lhe tributavam as mais delicadas atenções de respeito e de veneração; homenagens tanto mais honrosas para o senhor D. Pedro II, que não lhe eram dadas por causa do esplendor do trono, e sim merecidas pelas exímias qualidades que todos divisavam em sua augusta pessoa.

Enquanto a presença do adorado monarca brasileiro infundia um ardor entusiástico em nosso exército, e dava um novo incentivo à intrepidez de nossos valentes aliados, ela fazia perder ao inimigo encerrado em Uruguaiana toda a esperança de subtrair-se ao merecido castigo.

Ao menos é de presumir assim, pois que alguns dias depois da chegada de Sua Majestade o imperador ao exército e três dias antes de se entregarem, tratou de fugir. Para esse fim tinha ele preparado,

trabalhando dia e noite, umas cento e tantas canoas ou lanchas chatas, que podiam cada uma conter 50 e tantos homens. Seu projeto era, aproveitando a escuridão da noite, embarcar nessas canoas, às 8 horas, todos os soldados que nelas coubessem, degolar aqueles que não podiam levar, pôr o comboio em marcha pela costa do rio Uruguai, procurando escapar à vigilância dos dois únicos vapores que tínhamos então em Uruguiana e que estavam fundeados ao meio do rio. (Nossos outros vapores estavam então em diligência de transporte de tropas com algumas chatas.) Ouço narrar que havia divergência entre os chefes do exército paraguaio sobre a derrota que deviam levar se fossem bem-sucedidos em sua empresa.

Uns queriam que seu exército atravessasse o rio Uruguai e desembarcasse na costa correntina abaixo da Restauração, onde os aliados não tinham deixado forças consideráveis, e que eram quase todas de cavalaria. Esperavam não ser presentidos por essas forças, ou batê-las em caso contrário. Em seguida, os paraguaios tomariam a estrada de Corrientes, deixando à direita a laguna Ibera, e muito à esquerda, o grande exército aliado, que se achava ainda na Província de Entre-Rios, e fariam junção com o grande exército paraguaio que devia estar nas imediações do rio Corrientes.

Outros chefes do exército inimigo, e particularmente os oficiais orientais, queriam que as lanchas paraguaias descessem Uruguai abaixo, e que seu exército fosse desembarcar na costa oriental, em Santa Rosa, por exemplo, diziam os oficiais orientais, assegurando estes que em qualquer ponta da costa da República Oriental em que eles desembarcassem haveria imediatamente um pronunciamento dos *blancos* em seu favor, e que, infalivelmente, eles se apoderariam de toda a República.

Porém, a miséria a que estavam reduzidos os soldados paraguaios em Uruguiana era extrema. Eles tinham, a princípio, gastado com prodigalidade e mesmo inutilizado, por malvadez, os grandes recursos de víveres que aí encontraram, pensando demorar-se menos tempo naquela vila. Em consequência, os comestíveis lhes tinham faltado. Havia tempo que eles se sustentavam com carne de égua, de cavalo, de gatos, de cachorros, de ratos e de outros insetos, que podiam encontrar dentro dos muros de Uruguiana.

Os soldados depereciam: muitos adoeciam por falta de comida, ou pela má qualidade dos alimentos com que se sustentavam e, faltando-lhes todo o recurso de curativos, morriam. Os miasmas infectos dos restos das éguas e dos cavalos que comiam, e que deixavam amontoados dentro das casas, nos quintais e quase em toda a parte, faziam enfermar os mais robustos, que não podiam suportar a infecção espantosa que reinava na vila, e acabavam por sucumbir. Os miseráveis paraguaios pareciam mais cadáveres ambulantes do que homens vivos.

Os padecimentos tornavam as sentinelas menos ativas e menos vigilantes e o instinto da conservação da vida os impelia a desertarem se lhes proporcionasse ocasião oportuna. Um soldado que conseguiu poder desertar na tarde do dia 15 de setembro se apresentou no corpo de Guarda Nacional do tenente-coronel Bento Martins, a quem contou os sofrimentos de seus patrícios dentro da vila, concluindo por lhe declarar que naquela noite às 8 horas eles iam efetuar sua fuga embarcados, etc.

Imediatamente, este comandante, cujo corpo estava colocado na orelha mais próxima do Uruguai, por onde o inimigo devia tentar fugir, pôs sua gente em alarma, fez dar várias descargas, para pôr em alerta o exército, mandou avisar o visconde de Tamandaré, que colocou os vasos de guerra em posição conveniente para impedir o embarque e a fuga do inimigo e, em poucos momentos, todos os chefes do exército aliado estavam prevenidos e tomaram as devidas providências. Percebendo o inimigo que seu plano de fuga era descoberto, não tentou realizá-lo nem naquela noite nem nas subsequentes. Porém, os srs. barão de Porto Alegre e visconde de Tamandaré continuaram a tomar as mais sérias precauções para obstar a fuga.

No dia 16 de setembro, Sua Majestade o imperador dignou-se passar revista ao nosso exército, e correu o boato de que o inimigo seria atacado no dia seguinte. Mas, se bem que naquela manhã nosso exército se formasse na coxilha, não se realizou o ataque. Foi no dia 17 que, reunindo o conselho privado, deliberou Sua Majestade o imperador atacar no dia seguinte.

No dia 18 de setembro de 1865, designado para o ataque dos paraguaios entrincheirados na vila de Uruguaiana, conforme as ordens do general em chefe o sr. barão de Porto Alegre, às 6 horas da

manhã se achavam formadas em uma coxilha à margem esquerda do Imbaá todas as forças do exército imperial, tendo a nossa infantaria o número de 4.000 praças, incluindo 2.000 homens de cavalaria armados como infantaria, que marchou em colunas contíguas em cinco brigadas, acompanhando a artilharia com 40 bocas de fogo e quatro estativas em direção à vila.

Sua Majestade o imperador, o príncipe conde d'Eu, o ministro da Guerra, o general em chefe, os ajudantes de campo de Sua Majestade e comitiva ocupavam a frente da força.

O sr. visconde de Tamandaré, acompanhado do príncipe duque de Saxe, se achava então a bordo da esquadilha, composta de seis vapores e de vários lanchões e chatas. Eles não tardaram muito em se reunir à comitiva imperial.

Antes de marchar com as forças, o general em chefe, barão de Porto Alegre, dirigiu-lhes a seguinte proclamação:

“Camaradas! Aproxima-se o momento em que os vândalos que têm levado o incêndio e a desolação aos habitantes inermes de uma e outra margem do Uruguai deverão expiar seus nefandos crimes. Aí os tendes à vossa frente entrincheirados no âmbito que oferece o recinto da vila de Uruguaiana, que com bárbaro prazer têm quase de todo arruinado. O nosso adorado monarca nos honra com sua augusta presença, em companhia dos augustos príncipes, seus genros, e do ministro da Guerra. Tendes por companheiros nesta luta de honra os valorosos soldados das nações aliadas, e para testemunhas de vossos feitos os chefes das mesmas nações que comigo vos guiarão na marcha gloriosa que vamos empreender.

“Camaradas! Demos ao nosso inimigo uma lição assim de valor como de civilização e humanidade. Oferecemos-lhes ainda uma vez, antes de principiarmos o combate, algumas horas para refletirem, e ao mundo inteiro uma prova de que no nosso justo ressentimento nos quitamos de suas atrocidades por atos dignos de um povo livre.

“Viva Sua Majestade, o imperador!

“Viva a nação brasileira!

“(Assinado) – barão de Porto Alegre”.

A divisão oriental, que se achava acampada na esquerda, ao mando do general Flores, e a argentina, que se achava no centro, comandada pelo general Paunero, tendo ambas à sua frente o general Mitre, também em colunas contíguas e na ordem em que se achavam, seguiram na mesma direção de Uruguaiana. Durante sua marcha o general Mitre, presidente da Confederação Argentina, primeiramente, e depois o general Flores, presidente da República Oriental, vieram saudar Sua Majestade o imperador. Pouco depois foram apresentados a Sua Majestade dois paraguaios que, durante a noite, tinham desertado dos sitiados e declararam que na véspera havia grande descontentamento na tropa inimiga, que manifestava disposições de não querer brigar.

Um instante depois, o sr. almirante visconde de Tamandaré, com o duque de Saxe, veio apresentar ao monarca brasileiro um oficial paraguaio e alguns soldados que, durante a noite, também haviam desertado e tinham sido recolhidos a bordo de um vapor. Sua Majestade o imperador interrogou o oficial, o qual disse que o exército inimigo em Uruguaiana estava reduzido à última desgraça e miséria, que mais da metade da tropa estava com vontade de se passar para nós, o que não tinham realizado por temor dos seus chefes, concluindo que, se Sua Majestade dilatasse o ataque para o outro dia, mais da metade do exército paraguaio se passaria durante a noite.

Nada tão grandiosamente belo (como fez observar algumas vezes o tenente-general Cabral, um dos ajudantes de Sua Majestade), como o espetáculo que oferecia então o exército aliado, composto de 20 e tantos mil homens, formados em um semicírculo de mais de légua de comprimento e de mais de meia légua de largura, aproximadamente, das fortificações que circulam Uruguaiana. Tendo chegado à distância de tiro da praça, o ministro da Guerra, o general em chefe, o visconde de Tamandaré fizeram respeitosa observações a Sua Majestade o imperador, que estava sempre na linha junto deles, de não expor seus dias, tão preciosos para todo o Brasil.

Sua Majestade respondeu às mesmas observações “que ocupava a posição digna de si”.

Algumas vezes, Sua Majestade o imperador exprimiu a admiração que lhe causava a impassibilidade do exército inimigo, que deixou

aproximar nossas forças, nossas artilharias de suas fortificações, sem fazer o menor movimento de hostilidade.

O Sr. D. Pedro II dizia: “Se eu estivesse dentro da praça atirava agora balas para fora”.

Ao meio-dia menos 11 minutos, já a praça se achava investida inteiramente, e toda a força disposta em ordem de ataque. Ocupava o Exército brasileiro a direita da linha à distância de tiro de fuzil ordinário das trincheiras do inimigo, ficando entre as mesmas trincheiras e o cemitério, que fica por fora da vila; a divisão argentina ocupou o centro, e a oriental, a esquerda. Colocou-se toda a cavalaria à esquerda da linha e à retaguarda, na posição conveniente de protegê-la. Ao aproximarem-se as forças a essa posição, adiantou-se o general em chefe barão de Porto Alegre, e por si só fez um reconhecimento, aproximando-se às trincheiras inimigas.

As forças paraguaias, em número de 7.000, guarneciam o para-peito das trincheiras, que em linha contínua envolviam toda a povoação. Tinham também assentadas, em diversos pontos, cinco bocas de fogo.

O general em chefe mandou imediatamente chamar o major Rufino Eneias Gustavo Galvão, chefe da comissão de engenheiros, e o capitão Manuel de Almeida Gama Lobo d’Eça, comandante-geral das baterias do exército imperial, e lhes ordenou que escolhessem a mais conveniente posição para colocar-se a artilharia.

O que, feito, marcharam logo dois batalhões de infantaria para a frente e formaram-se em coluna à quarta distância e por grandes divisões, e acobertaram os trabalhos de engenharia, que com presteza foram efetuados, pois em menos de meia hora estavam assentados e cheios os cestões e levantadas as baterias.

Da divisão argentina vieram bocas de fogo para reforçar a nossa artilharia.

O general barão de Porto Alegre, o ministro da Guerra e os generais Mitre e Flores conferenciaram mui perto das trincheiras inimigas, e fizeram um novo reconhecimento acompanhados pelos generais marquês de Caxias e Caldwell.

Devo notar que, assim como naquele dia o príncipe duque de Saxe, seguido de seu ajudante conselheiro Delamare, acompanhou quase

sempre o almirante visconde de Tamandaré, da mesma forma o príncipe d'Eu, seguido de seu ajudante conselheiro Beaurepaire Rohan, acompanhou frequentemente o general em chefe barão de Porto Alegre.

Apresentaram a Sua Majestade o imperador duas cartas que dois oficiais do inimigo dirigiram uma ao coronel Antônio Fernandes de Lima e outra ao major Antônio Mânsio Ribeiro, dizendo-lhes que se lhes garantissem a vida, eles haviam de se passar durante o ataque, se lhes fizesse o sinal que indicavam nas cartas. Sua Majestade mandou entregar as cartas aos oficiais a quem eram dirigidas.

Ao meio-dia o tenente-general barão de Porto Alegre, em nome dos chefes aliados, dirigiu ao inimigo a seguinte intimação que, como parlamentar, levou o seu ajudante de ordens o capitão Manuel Antônio da Cruz Brilhante:

“A prolongação do rigoroso sítio em que se acham as forças sob o mando de V. S^a deverá por certo tê-lo convencido de que sentimentos meramente humanitários retêm os exércitos aliados em operações nesta província ante o ponto do território que V. S^a ocupa.

“Estes sentimentos, que nos animam e que sempre nos dominaram, qualquer que seja o resultado da guerra a que fomos levados pelo vosso governo, me obrigaram a ponderar a V. S^a que semelhante posição e estado de coisas devem ter um paradeiro e, em nome de nosso imperador e dos chefes aliados, anuncio a V. S^a que, dentro do prazo de duas horas, nossas operações vão começar.

“Toda a proposição que V. S^a fizer que não seja a de renderem-se as forças a seu comando sem condições não será aceita, visto que V. S^a repeliu as mais honrosas que lhe foram pelas forças aliadas oferecidas.

“Qualquer que seja, pois, a sua resolução, deve V. S^a esperar da nossa generosidade o tratamento consentâneo com as regras admitidas pelas nações civilizadas.

“Deus guarde V. S^a – Acampamento junto aos muros de Uruguaiana, 18 de setembro de 1865. – barão de Porto Alegre. – Ao sr. tenente-coronel Antônio Estigarribia, comandante em chefe da divisão paraguaia em operações sobre o rio Uruguai e situada em Uruguaiana.”

Logo que esta intimação foi enviada à praça de Uruguiana, deu-se parte a Sua Majestade o imperador de que um batalhão inimigo pedia entregar-se. Sua Majestade houve por bem ditar-lhe condições honrosas e humanas, e designar a maneira com que devia se efetuar sua entrega, que não se realizou.

Entretanto, tinham-se separado da comitiva imperial o general em chefe e o ministro da Guerra, o que forneceu a Sua Majestade o imperador ocasião de mostrar sua coragem e seu garbo militar em toda a linha do exército aliado, que Sua Majestade percorreu com o maior denodo com o resto de sua comitiva em procura do seu general e do seu ministro, que tinham-se aproximado das trincheiras à fala dos oficiais e soldados inimigos, que ficaram impassíveis.

Quase ao mesmo tempo, Sua Majestade o imperador se despreendeu da linha com sua imperial comitiva e foi ao encontro, a algumas quadras, do 4º Batalhão de Voluntários da Pátria, se não me engano, que tinha desembarcado naquela mesma manhã e que vinha em forma juntar-se a seus companheiros no campo da honra. Sua Majestade foi por ele recebido com os brados entusiastas: Viva Sua Majestade o imperador!

Passadas as duas horas de prazo, mandou o comandante da praça pedir mais meia hora, porque estava em conselho de oficiais, resolvendo sobre a resposta que devia dar à referida nota: foi-lhe concedido. Ao despedir-se de Sua Majestade o imperador, para dar ao comandante inimigo a notícia dessa nossa concessão de prazo, o general barão de Porto Alegre que, ao aproximar-se várias vezes da trincheira, tinha conhecido as disposições pacíficas dos soldados paraguaios, assegurou a Sua Majestade que, dentro do prazo de meia hora, o exército aliado seria senhor da vila de Uruguiana.

Parece que a discórdia tinha-se introduzido no campo de Agamenon. Estigarribia, que tinha ultrapassado as ordens do presidente do Paraguai, conduzindo seu exército a Uruguiana, pensando ele ser um novo Átila que haveria de fazer estremecer o mundo, quando, segundo as instruções que tinha recebido, devia esperar aquém do rio Ibicuí novas ordens do supremo governo, temendo o castigo que infalivelmente havia de lhe infligir o cruel déspota do Paraguai, opinava pela rendição do exército

a seu mando. A maioria dos oficiais paraguaios e quase toda a tropa eram do mesmo parecer.

Mas o astuto Ulisses (o frade Duarte), temeroso de perder sua alta posição no Paraguai, e os oficiais orientais que temiam que o general Flores lhes fizesse pagar caro a sua perfídia e o seu perjúrio, inventores do novo cavalo de madeira dos paraguaios, em Uruguaiana, opinavam por uma resistência desesperada. Sem embargo, as tropas não estavam dispostas a isso, sobretudo o Batalhão nº 31, comandado pelo tenente Francisco Balbuena, que, segundo me asseguraram depois, tinha formado o projeto, no caso da oposição dos seus chefes a uma acomodação, de matar o frade Duarte, o tenente-coronel Estigarribia e outros oficiais opostos ao arreglo, para poderem passar-se livremente às nossas forças. Porém, assim não aconteceu, porque, findo o prazo de meia hora que se tinha concedido, foi entregue ao general em chefe a seguinte resposta à sua intimação, que logo entregou a Sua Majestade o imperador:

“O comandante em chefe da divisão paraguaia oferece render a guarnição da praça de Uruguaiana, sob as seguintes condições:

“1ª O comandante da força paraguaia entregará a divisão a seu comando, desde sargento inclusive, guardando os exércitos aliados para com eles todas as regalias que as leis da guerra prescrevem para com os prisioneiros.

“2ª Os chefes, oficiais e empregados de distinção sairão da praça com suas armas e bagagens, podendo escolher o ponto onde queiram dirigir-se; devendo o exército mantê-los e vesti-los enquanto durar a presente guerra, se escolherem algum lugar que não seja o Paraguai, e devendo ser por sua conta se preferirem o mesmo lugar.

“3ª Os chefes e oficiais orientais, que estão nesta guarnição ao serviço do Paraguai, ficarão prisioneiros de guerra do Império, guardando-se-lhes todas as condições a que tenham direito.

“Feito em Uruguaiana em 18 de setembro de 1865.

Antônio Estigarribia.”

Logo que o general em chefe recebera esta resposta, mandara convocar os chefes aliados, que chegaram junto a Sua Majestade o impe-

rador, no momento em que comparecia a sua augusta presença o capitão paraguaio Batista Ibanha.

Este oficial fez a devida continência a Sua Majestade e cortesia a sua imperial comitiva e, tomando a palavra que o soberano lhe concedeu, disse em voz alta de maneira a ser percebido de todos os circunstantes – “que ele era comandante da linha de trincheiras de Uruguaiana, que nem ele nem os soldados de linha a seu mando queriam brigar com os brasileiros, seus amigos, que estavam cansados de servir ao governo do Paraguai, que tinha escravizado todo aquele país, que ele e seus patrícios suspiravam desde muitos anos por um salvador que libertasse a sua pátria, e que reconheciam que Deus lhe enviava esse salvador na pessoa de Sua Majestade o imperador do Brasil, a quem ele e seus subordinados entregavam desde aquele instante as trincheiras de Uruguaiana”.

Sua Majestade o imperador lhe respondeu “que ele não fazia a guerra aos paraguaios, mas sim ao governo do Paraguai, que tão injustamente declarara e fazia guerra ao Brasil e àqueles que sustentavam aquele governo”.

O oficial paraguaio dirigiu-se em seguida ao general Mitre, repetindo-lhe quase o que tinha dito a Sua Majestade o imperador. O presidente da Confederação Argentina lhe contestou, mais ou menos, que todos os seus desejos eram de promover a paz e a união entre os povos, para que pudessem prosperar. Por fim, o verboso oficial, tornando-se para o general Flores, principiou a lhe dizer que os paraguaios desejavam a sua liberdade. O presidente da República Oriental, cortando-lhe a palavra, lhe disse: “sim, vos daremos a liberdade, mas cuidai de saber-vos aproveitar dela”. Retirou-se então o capitão Ibanha.

Imediatamente, tendo a comitiva de Sua Majestade o imperador formado o círculo, os chefes aliados, o general em chefe, o Exm^o ministro da Guerra e o exm^o visconde de Tamandaré conferenciaram a respeito da resposta ao comandante Estigarribia em presença de Sua Majestade o imperador. Assentou-se que, aceitas as condições primeira e terceira sem restrições, se declarasse ao inimigo que os oficiais da praça não podiam sair com armas e, por generosidade, se lhes concedia o escolherem livremente qualquer lugar que não pertencesse ao Paraguai.

O exm^o sr. ministro da Guerra ofereceu-se para ir pessoalmente levar esta declaração ao comandante da praça e entender-se com ele, o que fez dirigindo-se logo à mesma. Tiveram ordem do comandante em chefe para acompanhar S. Ex^a o chefe do Estado-Maior general João Frederico Caldwell, major Miguel Pereira de Oliveira Meireles, secretário do general em chefe, e o capitão Antônio José do Amaral, ajudante de ordens e oficial de gabinete do mesmo ministro. Tendo passado as trincheiras e penetrado na praça, o exm^o sr. ministro fez a declaração ao comandante Estigarribia, que a pediu por escrito, e S. Ex^a a escreveu nos seguintes termos:

“Os generais aliados concedem e admitem a primeira e terceira condições sem restrição alguma. Quanto à segunda, admitem-na com as seguintes restrições: os oficiais de qualquer categoria se renderão, não podendo sair da praça com armas, sendo-lhes livres escolher para sua residência qualquer lugar que não pertença ao território do Paraguai.⁸²

“Uruguai, 18 de setembro de 1865, às 2 ½ horas da tarde. – Pelos chefes aliados, o ministro da Guerra do Império do Brasil, Ângelo Muniz da Silva Ferraz.”

O tenente-coronel Estigarribia pediu ainda mais meia hora para ouvir os seus oficiais, o que lhe foi concedido.

Durante esse intervalo, a entrega do exército inimigo inteiro passava já como um fato consumado entre as linhas do exército aliado. De todas as partes se dirigiram calorosas felicitações a Sua Majestade o imperador por tão feliz desenlace, devido principalmente à sua augusta presença no exército, e se davam os parabéns ao exm^o sr. tenente-general conselheiro barão de Porto Alegre, comandante em chefe do exército, que com tanta perícia dirigiu as operações preparatórias daquele dia.

Na ocasião em que o capitão paraguaio tinha regressado às suas trincheiras, e mesmo quando o exm^o sr. ministro se encaminhou para elas a fim de penetrar na praça, bom número de paisanos, e mesmo de soldados nossos, os acompanharam e entraram a conversar com os soldados paraguaios que fraternizaram com eles. Os nossos soldados convidaram os paraguaios a os acompanhar a nosso acampamento. Muitos aceitaram o

82 Vide capítulo adicional: “Tratamento e destino dos prisioneiros”.

convite, largaram as armas no parapeito das trincheiras e se engaruparam com aqueles que os queriam conduzir, e por esta forma mais de mil soldados paraguaios se entregaram antes que Estigarribia desse sua resposta definitiva. Expirado, porém, o prazo de meia hora que se lhe tinha concedido, ele respondeu pelo seguinte modo:

“Comando em chefe da divisão paraguaia, sítio de Uruguaiana, 18 de setembro de 1865.

“O abaixo assinado aceita as proposições de V. Ex^a e deseja unicamente que seja Sua Majestade o imperador do Brasil a melhor garantia de tal convênio. A ele e a V. Ex^a me confio e me entrego prisioneiro de guerra com a guarnição, atendendo às prescrições contidas por V. Ex^a.

“O abaixo assinado espera que V. Ex^a procederá imediatamente a ajustar com ele o modo como se deve efetuar o desarmamento e entrega da guarnição. – Deus guarde a V. Ex^a – Assinado, Antônio Estigarribia.”

Imediatamente S. Ex^a, declarando que estipulava a garantia em nome dos chefes aliados, mandou participar ao general em chefe, a fim de dar todas as providências necessárias para a evacuação da praça; feito o que, começou o inimigo a entregar suas armas. Uma das bandeiras dos vencidos, apresentada ao imperador, foi por Sua Majestade oferecida ao general Bartolomeu Mitre.

A outra foi igualmente ofertada ao general D. Venâncio Flores.

Tendo recebido a espada do tenente-coronel Antônio Estigarribia, o exm^o sr. ministro da Guerra conduziu este à presença de Sua Majestade o imperador, que se achava ainda no lugar onde se reunira o conselho.⁸³ Sua Majestade houve por bem oferecer esta espada ao mesmo

83 Eis como o conde d’Eu narra esse encontro: “O coronel Estigarribia, chefe oficial da divisão, trazia quepe e uniforme azul-escuro com gola e canhões encarnados, sem galões nem ornamentos metálicos. Figurava ter 35 anos; seu rosto impassível indicava muito pouca inteligência.

“Contentou-se com uma só frase, dita em voz baixa, para recomendar-se à generosidade do imperador”. (“Viagem Militar ao Rio Grande do Sul”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 139, p. 223.)

ministro, o sr. conselheiro Ferraz, que lha apresentou, e mandou o comandante Estigarribia à barraca do barão de Jacuí.

Em seguida, foi conduzido à presença de Sua Majestade o imperador o frade Duarte, esse homem tão odiosamente falado entre nós, que foi recebido pelo tenente-general Cabral e pelo visconde de Tamandaré, que o mandou para bordo de um vapor, subtraindo-o assim às vistas de nossa gente contra ele indignada.⁸⁴

Sua Majestade o imperador seguiu para as trincheiras, acompanhado de seus augustos genros, os srs. conde d'Eu e duque de Saxe, do exmº sr. visconde de Tamandaré, dos chefes aliados e da imperial comitiva, e então, por uma brecha feita nas mesmas trincheiras, em presença de Sua Majestade e de todo o exército aliado, depois de terem entregue as armas, que eram recolhidas num depósito junto às mesmas trincheiras, saíram as forças inimigas desfilando a dois de fundo a formar em coluna cerrada para fora das muralhas, onde eram circuladas por nossas tropas.

84 Ocorreram então duas cenas assim mencionadas pelo conde d'Eu:

“O padre, que era, ao que parece, a verdadeira cabeça dirigente da expedição, chamava-se Duarte; poderia ter 40 anos; vestia batina e chapéu redondo. É à sua iniciativa que todas as testemunhas atribuem as atrocidades cometidas em São Borja e em Itaqui, e confesso que a cínica expressão de seu rosto inteiramente justificava esta suposição, também confirmada pelo terror que dele se apoderou ao ver-se no meio dos soldados brasileiros. Não quis deixar o braço do general Cabral enquanto não chegou à presença do imperador e foi com voz trêmula que fez uma pequena fala que terminou por pedir ao imperador *proteccion para mi y la libertad de mi patria*.

“Ambos lhes foram facilmente prometidos, mostrando-se então mais tranquilo; mas, de repente, o padre Gay (que desde pela manhã se juntara ao Estado-Maior imperial) lança-se a ele, ameaça-o com o chicote e inunda-o com uma torrente de injúrias. Foi necessário que alguns militares separassem, à força, aqueles dois ministros de Deus. Triste espetáculo! Esta cena acabou devido ao fervor que, por sua erudição, gozava junto ao imperador o padre Gay”. (Obra cit., 223, 224.)

A indignação do padre Gay se justificava plenamente e, por maior que fosse a decompostura passada no frade Duarte, não se pode, com justiça, qualificar de injúria. Nota-se nas referências anteriores feitas ao padre Gay que o conde d'Eu não tinha simpatia por este sacerdote.

A evacuação da vila principiou às 4 horas da tarde e às 6 ainda saíam os invasores.⁸⁵

Ficaram em nosso poder mais de 5.000 prisioneiros, praças de pré, que foram no dia seguinte repartidos entre os três aliados, e 59 oficiais, sendo no outro dia os paraguaios entregues ao 11º Batalhão de linha e os Orientais, com o comandante da vanguarda, confiados ao exmº sr. barão de Jacuí; seis bocas de fogo, 540 espadas com talins, 850 lanças, 34 clavinas, 110 pistolas, 3.690 espingardas de adarme 17, 3.700 cinturões com patronas, 231.000 cartuchos, sete bandeiras, 19 carretas, uma carretilha e outros objetos.⁸⁶

85 Eis como o conde d'Eu narra o espetáculo então presenciado pelo exército aliado: "Outra característica geral dos homens que estamos vendo desfilar era a ternura infantil com que cada um parecia levar os objetos, muitas vezes incômodos e sem valor algum, que tinham roubado em Uruguaiana. Alguns, é verdade, iam carregados com sacos ou caixas cujo conteúdo não podíamos ver; mas outros contentavam-se com uma cafeteira de folha ou com uma enorme panela; um tinha posto como chiripá um xale de senhora; outro apertava nos braços um guarda-chuva; um terceiro levava uma sombrinha de seda branca, aberta; quase todos levavam ferros de ponta aguda, certamente arrancados das grades das janelas e destinados a assar o churrasco. Cada soldado de cavalaria levava cuidadosamente à cabeça todos os seus arreios, incluindo um lombilho, muito semelhante aos dos rio-grandenses; e assim iam passando, um a um, curvados, com passo curto e apressado". (Obra cit., 225.)

86 Segundo o *Diário* do coronel oriental León Palleja, que é utilizado por quase todos os historiadores, ficaram como prisioneiros 5.545 homens, inclusive 59 oficiais, assim discriminados:

14º Batalhão de Infantaria, comandante Saturnino Meireles	700
15º Batalhão de Infantaria, comandante capitão Inácio Campurno	610
17º Batalhão de Infantaria, comandante capitão Diego Alvarenga	754
31º Batalhão de Infantaria, comandante capitão Juan D. Ibáñez	440
32º Batalhão de Infantaria, comandante capitão Avalos	680
33º Batalhão de Infantaria, comandante capitão José del Rosario Pérez	<u>676</u>
Total de infantaria	3.860

A vila foi logo ocupada por dois batalhões brasileiros, o 1º de Voluntários da Pátria e o 2º de Infantaria de linha. Deram-se todas as providências para a segurança, comodidade e tratamento de todos os prisioneiros. Sua Majestade recomendou muito aos diferentes chefes que não consentissem que os prisioneiros fossem maltratados, nem perseguidos.⁸⁷

Tem reinado sempre a mais perfeita harmonia entre os chefes e as forças aliadas, e todos se acharam dispostos ao combate, e muito animados pela presença imperial. Bater-se-iam como leões se houvesse resistência; venceram, porém, sem combater, e triunfaram salvando-se os princípios da humanidade; venceram, sem os preliminares sangrentos do combate, sem o troar do canhão, sem o sibilar das balas, sem as nuvens de fumo e pó que toldassem a atmosfera, sem o retinir das lanças e das espadas, sem o estertor dos moribundos, sem ver os campos juncados de cadáveres.

Que esplêndida vitória! Diremos com o *Alegretense*: “Que brilhante página para a História do Brasil, a quem disser que só a presença de parte de nosso exército e esquadra e de alguns batalhões das duas nações nossas aliadas fez render, sem se dar um só tiro, a 7.000 paraguaios que se achavam fortificados dentro de uma vila!”.

Tendo concluído a narração dos acontecimentos de 18 de setembro de 1865, dia de glória para Sua Majestade, o Sr. D. Pedro II, dia de glória para nosso exército e nossa armada, dia de glória para as nações

27º Regimento de Cavalaria, comt. major José López	440
28º Regimento de Cavalaria, comt. capitão Centurión	475
33º Regimento de Cavalaria, comt. major Manuel A. Coronel	<u>485</u>
Total de cavalaria	1.400
Esquadrão de Artilharia, comt. tenente Inácio Pereira	115
Corpo de bogavantes (remadores)	70
Estado-maior	20
Condutores	<u>80</u>
Total de corpos especiais	285
Soma	5545

87 Vide capítulo adicional “Tratamento e destino dos prisioneiros”.

aliadas, dia de glória para a Província do Rio Grande do Sul, não com a eloquência que merece tão grande feito, porém ao menos com a maior exatidão, pois fui testemunha dele, tendo-me naquele dia cabido a honra de fazer parte da comitiva de Sua Majestade o imperador.

A 19 de setembro, Sua Majestade o imperador dirigiu às tropas a seguinte proclamação:

“Soldados! O território desta província acha-se livre, graças à simples atitude das forças brasileiras e aliadas. Os inimigos renderam-se; mas não está terminada a nossa tarefa. A honra e a dignidade nacional não foram de todo vingadas, parte da Província de Mato Grosso e do território da Confederação Argentina jazem ainda em poder do nosso inimigo. Avante, pois, que a Divina Providência e a justiça da causa que defendemos coroarão nossos esforços. Viva a nação brasileira! Uruguaiana, 19 de setembro de 1865. – D. Pedro II, imperador constitucional e defensor perpétuo do Império do Brasil. – Augusto Muniz da Silva Ferraz”.

No mesmo dia, o exm^o sr. ministro da Guerra publicou a ordem do dia, de que faço o seguinte extrato:

“Gabinete do ministro dos Negócios da Guerra. Uruguaiana, 19 de setembro de 1865. – Ordem do dia n^o 8.

“Em nome de Sua Majestade, S. Ex^a o sr. ministro da Guerra com júbilo felicita o exército pelo grandioso feito do dia de ontem. (S. Ex^a faz a narração do que se passou) (...)

“Mandando dar publicidade a tão grandioso triunfo, tem a satisfação o mesmo excelentíssimo senhor de declarar que Sua Majestade o imperador e seus augustos genros, os srs. conde d’Eu e duque de Saxe, acompanhados de S. Ex^a, de seus ajudantes de campo e comitiva, assistiram sempre a todos os atos e movimentos, ocupando a frente das forças imperiais”.

Para conhecimento do exército e de ordem de S. Ex^a, também se publicaram os seguintes avisos:

“Uruguaiana, gabinete do ministro dos Negócios da Guerra, 19 de setembro de 1865.

“Tenho a satisfação de louvar, em nome de Sua Majestade o imperador, o modo por que as forças ao mando de V. Ex^a se comportaram durante a jornada de 18 de corrente. O entusiasmo com que marcharam à

frente do inimigo, a precisão dos movimentos e perícia com que ocuparam as posições que lhes foram assinaladas, são dignos dos maiores encômios.

“Se, em virtude do pronto rendimento da praça, não puderam pôr em relevo seu valor, a satisfação e alvoroço que se divisavam em seus semblantes, sua atitude belicosa auguravam um feliz êxito; e se este não se obteve por força de combate, a glória para as armas aliadas não foi somenos, porque as vantagens colhidas pelo rendimento sem efusão de sangue deverão por certo, pelo seu efeito moral, acarretar aos exércitos aliados grandes bens.

“Não devo finalizar este sem ao mesmo passo louvar a V. Ex^a, em nome do mesmo augusto senhor, a perícia com que dirigiu as operações preparatórias para o combate. Deus guarde a V. Ex^a – Ângelo Muniz da Silva Ferraz. – A S. Ex^a, o sr. tenente-general barão de Porto Alegre”.

“Uruguaiana, gabinete do ministro dos Negócios da Guerra, 19 de setembro de 1865.

“A atitude e entusiasmo que demonstrou a brigada que V. Sa comanda, na jornada de 18 do corrente mês, são dignos de elogios, o que tenho a mais viva satisfação de declarar-lhe em nome de Sua Majestade o Imperador, que o testemunhou.

“Deus guarde a V. Sa – Ângelo Muniz da Silva Ferraz. – sr. tenente-coronel Joaquim Rodrigues Coelho Kelly. – No impedimento do ajudante-general, o coronel Antônio Pedro de Alencastro.”

O sr. general em chefe do Exército publicou também a ordem do dia que se segue:

“Quartel-general do comando em chefe do Exército em operações nesta província, na vila de Uruguaiana, 19 de setembro de 1865.

“Ordem do dia nº 13. – Soldados do Império brasileiro em operações nesta província.

“Guerreiros do exército aliado no Rio Grande do Sul.

“Companheiros na vindita da honra nacional das três primeiras potências sul-americanas.

“A divisão paraguaia em operações sobre o rio Uruguai à vossa presença depôs as armas sem disparar um só tiro.

“À frente de vossas armas, ante o vulto augusto de Sua Majestade o imperador, em presença do exm^o ministro da Guerra, dos augustos

príncipes e da corte, vistes desfilar ontem, desarmados, às 4 horas da tarde, sete regimentos de infantaria e um corpo de cavalaria de exército paraguaio!

“Vossos fuzis e vossas lanças estavam descansados. Vossos canhões não anunciavam um combate de sangue, quando os hinos da tríplice aliança proclamavam a esplêndida vitória da civilização contra o vandalismo.

“Soldados da liberdade, em nome do imperador, o general em chefe do Exército imperial vos saúda e vos conjura a que respeiteis a desgraça do inimigo vencido!

“O general em chefe agradece a dedicação de cada um de vós, como o entusiasmo de todos, esperando poder ainda uma vez orgulhar-se de haver-se achado à vossa frente. barão de Porto Alegre”.

No dia 20, Sua Majestade o imperador expediu o seguinte decreto:

“Decreto nº..... de 20 de setembro de 1865.

“Cria uma medalha comemorativa do rendimento da Divisão do Exército da República do Paraguai que ocupava a vila de Uruguaiana.

“Querendo comemorar o rendimento da Divisão do Exército da República do Paraguai que ocupava a vila de Uruguaiana, hei por bem conceder a todos os oficiais, soldados, magistrados, empregados e pessoas da minha comitiva que assistiram e tomaram parte no referido feito, o uso de uma medalha conforme o desenho e instruções que com este baixam assinados por Ângelo Muniz da Silva Ferraz, senador do Império, do meu conselho, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio da Vila de Uruguaiana, 20 de setembro de 1865, 44º da Independência do Império. – Com a rubrica de Sua Majestade o imperador. – Ângelo Muniz da Silva Ferraz.”

“Instruções a que se refere o decreto desta data.

“Art. 1º Todas as praças de linha e da Guarda Nacional das forças brasileiras e aliadas, empregados e as pessoas que assistiram e tomaram parte no rendimento da Divisão do Exército da República do Paraguai, que ocupava a vila de Uruguaiana, usarão da medalha de cunho junto, pendente em uma fita em três listas de largura igual, sendo as dos lados azul-celeste e verde no centro.

“Art. 2º Os membros da família imperial, ministro da Guerra e oficiais-generais usarão da medalha de ouro do lado direito do peito; os outros oficiais, paisanos, empregados da secretaria da Guerra, magistrados e pessoas de distinção a usarão de prata do mesmo lado direito; as praças de pré e outros empregados e pessoas não compreendidas acima a usarão de uma liga de zinco e de antimônio do lado esquerdo, devendo todas as medalhas ter oito linhas de módulo.

“Art. 3º Os indivíduos a quem é concedido o uso desta medalha não poderão trocar as de um pelas de outro grau, mas sempre em todo o tempo usarão daquela que lhe for correspondente ao posto ou praça que ocupavam na época em que se deu o referido feito.

“Palácio na Vila de Uruguaiana, 20 de setembro de 1865. – Ângelo Muniz da Silva Ferraz – Conforme. – Antônio José do Amaral.”

Naquele dia, ofereceu-se a Sua Majestade o imperador o seguinte soneto:

SONETO

Por iníquo poder fanatizado,
De um déspota brutal e opressor,
Um exército insano e invasor
Calcou da pátria o solo respeitado.

Vendo o torrão natal ensanguentado,
Herói filho de herói. – O imperador,
Seus súditos congraça em derredor,
Com seu patriotismo acrisolado.

No momento do p'rito, – Ele o primeiro
Ante o fero inimigo, vem postar-se,
De ânimo forte, calmo e justiceiro!

E sem o sangue humano derramar-se
Vence, triunfa, e com aplauso inteiro,
Ensina os povos a viver e amar-se!

Acampamento do Mandaçobi-Chico, 20 de setembro de 1865
– S.M.S.

A 21 de setembro de manhã, Sua Majestade o imperador mandou celebrar uma missa, em uma capela improvisada junto a sua imperial tenda, e entoar um *Te-Deum* em ação de graças pela vitória do dia 18. Assistiram com Sua Majestade os príncipes conde d'Eu e duque de Saxe, seus ajudantes, os exm^{os} srs. ministro da Guerra, general em chefe, visconde de Tamandaré, os chefes aliados com suas comitivas e alguns corpos de nossas tropas. Sua Majestade convidou em seguida os generais Mitre e Flores, seu estado-maior, todos os generais, etc., a almoçar em sua tenda, reinando a maior cordialidade entre todos. Os oficiais do estado-maior do general Mitre, apesar de convidados, recusaram de se sentar à mesa, dizendo que entre eles ninguém podia se sentar à mesa do chefe da nação.⁸⁸

88 Esta ocorrência é confirmada pelo almirante Artur Jaceguai, nos seguintes termos: “Em um grande banquete que o imperador ofereceu em seu acampamento em Uruguaiana, por ocasião de receber as satisfações exigidas do governo britânico, levadas pelo ministro Norton, banquete para o qual foram convidados todos os generais e grande número de oficiais dos três exércitos aliados, depois de estarmos todos sentados à mesa, armada debaixo de uma grande barraca, apareceu um alferes argentino do estado-maior de Mitre. O imperador, vendo-o, chamou o seu mordomo para que colocasse o oficial retardatário à mesa. O general Mitre, porém, que se achava sentado à direita do imperador, dirigindo-se ao mordomo disse-lhe: ‘Não se incomode, este oficial não pode sentar-se nesta mesa; é um subalterno’. O imperador, porém, chamou o oficial que já se ia retirando e insistiu em fazê-lo tomar lugar”. (*Reminiscências da Guerra do Paraguai*, 108, 109.) Razões de sobra e autoridade bastante tinha o eminente general Mitre para afirmar, como afirmou, mais de uma vez, que o Império do Brasil “era uma democracia coroada”.

Em carta de 22-2-1865, ao Dr. Benjamin Vicuña Mackena, disse o ilustre general e eminente estadista argentino que as instituições brasileiras “posto que adaptadas para um império, deixam mui atrás a muitas de nossas repúblicas, sendo uma verdade incontestável que no Brasil se goza de uma liberdade de que não é maior na República Argentina”. (*Archivo del General Mitre*, t. XXI, 43.)

O espírito do Império brasileiro era proverbial na América do Sul e, por isso, por ocasião da queda da monarquia, em 15 de novembro de 1889, o presidente da Venezuela, Rojas Paul, disse: “Acabou a única República que existia na América: O Império do Brasil”.

A 23 de setembro de 1865, o Império do Brasil conseguiu uma vitória não menos esplêndida e importante do que a do dia 18. Sua Majestade recebeu em audiência imperial, em sua tenda, junto à vila de Uruguaiana, o ministro de Sua Majestade a rainha da Grã-Bretanha que, em um longo discurso, disse a Sua Majestade que o governo inglês desaprovou plenamente a conduta de seu ministro Christie no Rio de Janeiro, e que desejava restabelecer boas relações com o governo do Brasil. Sua Majestade lhe respondeu que desejava muito o restabelecimento de relações amigáveis entre o governo do Brasil e o da Grã-Bretanha, sobretudo nas circunstâncias atuais do Império.



*Brigadeiro-general
D. Venâncio Flores*



*Brigadeiro
Wenceslau Paunero*



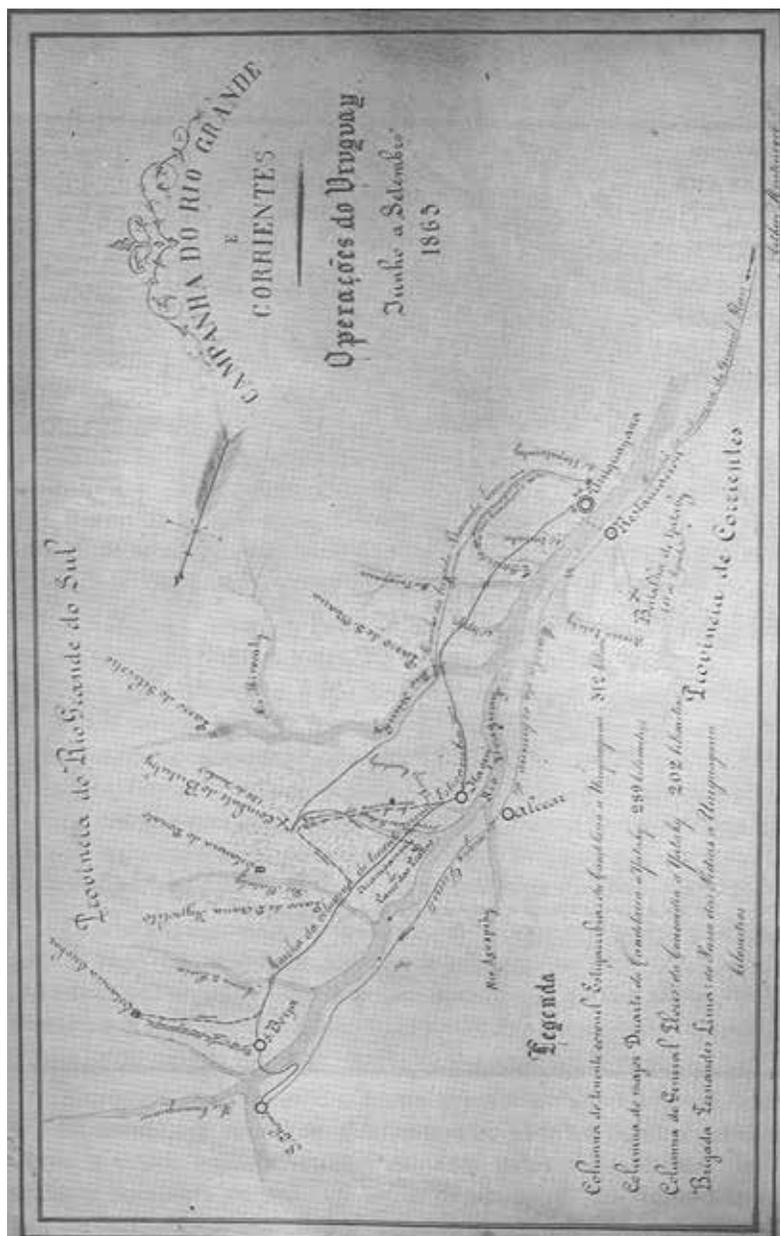
*Coronel
Rufino Eneias Gustavo Galvão*



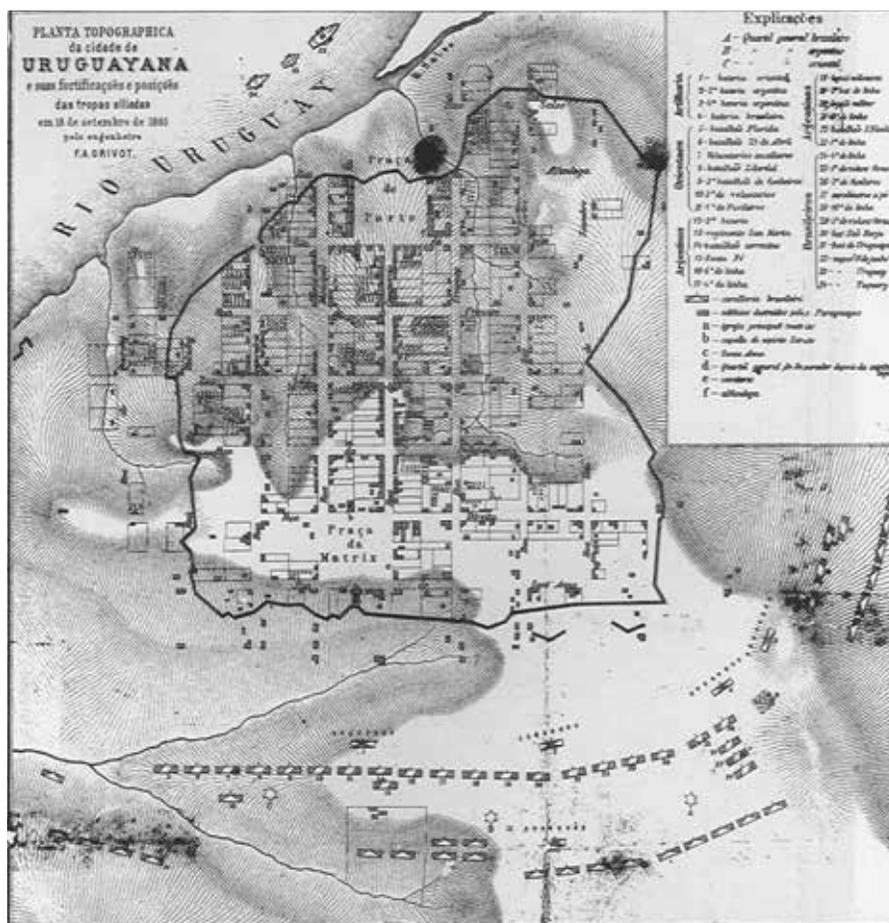
Tenente-coronel Antonio de la Cruz Estigarribia



*Generalíssimo
D. Bartolomeu Mitre*



A invasão do território rio-grandense



O cerco de Uruguaiana

.....

Capítulo X

PASSAGEM DAS TROPAS ALIADAS AO OUTRO LADO DO RIO URUGUAI – SUA MAJESTADE O IMPERADOR EM URUGUAIANA – VIAGEM DE SUA MAJESTADE O IMPERADOR A ITAQUI E SÃO BORJA – REGRESSO DAS FAMÍLIAS PARA AS VILAS DE URUGUAIANA, ITAQUI E SÃO BORJA – CONCLUSÃO

DEPOIS DA CAPITULAÇÃO da divisão paraguaia em Uruguaiana, principiaram, no dia 19 de setembro, a passar daquela vila para a Restauração, nos vapores e lanchões da nossa esquadilha, as forças ao mando do general Flores.

Em seguida, passaram também as forças argentinas ao mando do general Paunero, que se juntaram naquela povoação à Legião Paraguaia Liberal, ao mando do coronel Hurburo, o dos srs. Machain, que aí tinham ficado. Os paraguaios feitos prisioneiros em Uruguaiana e que tocaram às forças argentinas e orientais foram incorporados a seus batalhões; porém, os que tocaram ao Exército Brasileiro ficaram confiados à guarda de alguns corpos nossos, porque Sua Majestade o imperador não julgou conveniente incorporá-los às nossas forças. Apesar do bom trato e dos socorros que se lhes deu, bom número delas sucumbiram ao sarampo, ao tifo que grassava a ao resultado de seus padecimentos.⁸⁹

89 Vide o capítulo adicional “Tratamento e destino dos prisioneiros”.

Concluída a passagem do Uruguai, o general Mitre seguiu com seu piquete a reunir-se ao grande exército aliado que se achava nas vizinhanças do Mandaçobi-Chico, e o general Paunero com sua divisão foi tomar posição na frente do grande exército paraguaio sobre o rio Corrientes. O general Flores com suas forças deveria tomar a mesma direção poucos dias depois.

Entretanto, na vila de Uruguaiana e em nosso acampamento, Sua Majestade o imperador era incansável. Ora visitava os edifícios públicos, as casas particulares, e via os imensos estragos causados pelos invasores; ora visitava os hospitais e consolava os próprios soldados enfermos. Sua Majestade ouvia a todos os soldados e todos os cidadãos que desejavam falar-lhe. Todos saíam satisfeitos da presença do seu monarca.

Coadjuvado pelos príncipes, seus augustos genros, pelos exm^{os} srs. ministro da Guerra e general em chefe, Sua Majestade o imperador tomou providências para o melhoramento de nosso exército e para o bem-estar dos soldados.

Querendo se informar por si mesmo dos estragos feitos pelo inimigo nas vilas de São Borja e de Itaqui, Sua Majestade o imperador, depois de ter assistido a um ofício fúnebre celebrado no dia 25 de setembro de manhã, pelo eterno descanso da alma do fundador do Império, Sua Majestade D. Pedro I, seu augusto pai, 31^o aniversário do seu passamento, Sua Majestade o Sr. Pedro II embarcou a bordo do vapor *Onze de Junho*, que tinha as insígnias do exm^o sr. almirante visconde de Tamandaré, com o fim de seguir para Itaqui e São Borja.

Os exmo^{os} srs. ministro da Guerra e general em chefe do exército em operações nesta província ficaram em serviço, em Uruguaiana; porém SS. AA. II os senhores conde d'Eu e duque de Saxe, os exmo^{os} visconde de Tamandaré, marechal marquês de Caxias, tenente-general Calmon Cabral, ajudante de campo de Sua Majestade, general Beaurepaire Rohan, conselheiro Delamare, Dr. Meireles e demais comitiva acompanharam Sua Majestade o imperador no mesmo vapor. Veio também nele uma comissão de engenheiros que Sua Majestade mandara vir para examinar os lugares por onde o inimigo tinha transitado; mas, em Itaqui, esta comissão passou para bordo do vapor *Tramandaí*, que acompanhava Sua Majestade.

Às 10 horas da manhã, o *Onze de Junho* se pôs em marcha. Apesar do frio e vento que fazia, Sua Majestade o imperador, com seus augustos genros e o exm^o visconde de Tamandaré, se conservou quase sempre em cima, na ponte. Sua Majestade olhava com maior interesse para as margens do majestoso Uruguai, perguntando a mim, e às vezes ao prático, o nome das ilhas que encontrávamos e o nome dos donos das casas que de vez em quando se avistavam sob uma e outra costa do rio.

Depois de termos caminhado algumas léguas, Sua Majestade mandou trazer um caderno contendo a cópia de bom número de ofícios do comandante paraguaio Estigarribia ao presidente López, cujo caderno fora tomado em Uruguaiana ao inimigo, sem que seus chefes tivessem tido o cuidado de queimar seus papéis, o qual dá esclarecimentos interessantes, se bem que incompletos. Sua Majestade teve a bondade de dizer-nos que constava por esses ofícios que o comandante Estigarribia tinha muito receio, quando se achava ainda em São Tomé, de que nossas forças passassem o rio Uruguai para irem atacar; e que, pelo menos, constava que fora o mesmo López, presidente do Paraguai, que dera instrução para entregar a vila de São Borja ao saque de seus soldados.

Pelas 7 horas da tarde do mesmo dia 25, o vapor fundeou no porto da vila de Itaqui, e todos ficaram a bordo, à exceção do rev. padre José Coriolano de Sousa Passos, vigário daquela paróquia, que fazia parte da comitiva de Sua Majestade, e que foi a terra para algumas diligências.

No dia 26 de manhã, apesar da chuva que caía, Sua Majestade o imperador desembarcou, acompanhado dos srs. conde d'Eu e duque de Saxe, ajudantes de campo de Sua Majestade, e demais comitiva, não podendo desembarcar por estar meio incomodado o exm^o marquês de Caxias. Tendo chegado à rua principal de Itaqui, Sua Majestade, que ia na frente da comitiva conversando com o Sr. Cunha Lima, juiz municipal de Itaqui, que se lhe apresentara no lugar do desembarque, tomou a direita e, caminhando paralelamente ao curso do rio, foi sair ao campo num lugar onde extraem lajes de uma pedra mole, de que os habitantes se utilizaram para suas construções, para calçadas e mesmo para mesas.

Se bem que continuasse a chuva, Sua Majestade se dirigiu daí à coxilha do lado do cemitério novo, deixando a vila à sua esquerda. A chuva cessou de cair quando aí chegamos e Sua Majestade se entreteve a

gozar da Boavista que oferecia o alto da coxilha e a respirar o ar puro, de que a infecção dos ares de Uruguaiana tinha deixado a todos saudosos. Ao regressar à vila pelo caminho oposto àquele que tinha seguido à sua saída, Sua Majestade passou pelo cemitério velho e orou junto da catacumba do finado coronel Manuel dos Santos Loureiro.

Sua Majestade atravessou, em seguida, a vila de Itaqui pela rua principal. A vila estava ainda quase deserta, achando-se nela certo número de homens, a maior parte estrangeiros, porém quase nenhuma família, porque ainda não tinham regressado da emigração. Passando pela frente das casas, cujas portas e vidraças estavam em grande parte quebradas e abertas, Sua Majestade teve ocasião de ver os estragos que nelas fizeram os paraguaios. Como não houvesse edifício público que visitar em Itaqui, Sua Majestade foi ver a casa que servia de cadeia antes da invasão e que, na atualidade, serve de quartel à pequena guarnição da Guarda Nacional que se acha em Itaqui sob as ordens de um oficial irmão do tenente-coronel José da Luz Cunha.

Sua Majestade subiu à soteia da dita casa, donde divisava bem toda a vila, o curso do Uruguai e, ao longe, o outro lado do Uruguai. Em seguida, Sua Majestade foi a bordo. Depois do meio-dia, o rev. padre Passos apresentou a Sua Majestade uma mulher nascida no Paraguai, que falava bem o guarani. O monarca entreteve-se algum tempo a fazer perguntas a essa mulher sobre a língua guarani, assistindo a este curso curioso, por convite de Sua Majestade, o sr. conselheiro Beaurepaire Rohan e o cônego Gay. De tarde, Sua Majestade foi dar um novo passeio pela vila, levando o mesmo acompanhamento que pela manhã, conversando Sua Majestade com o Dr. Cunha Lima, e perguntando a algumas pessoas que solicitavam a honra de beijar sua mão de que maneira os paraguaios os tinham tratado, o que também faziam geralmente todos os da comitiva imperial. Sua Majestade foi dormir a bordo.

Pelas 6 horas da manhã do dia 27, o vapor *Onze de Junho* saía de Itaqui levando a bordo Sua Majestade o imperador e comitiva. O vapor *Tramandai* o seguia de perto. Não tardou Sua Majestade em achar as margens do Uruguai mais povoadas de matos, de paus mui altos, entre os quais de vez em quando se divisavam algumas palmeiras. Porém, se divisavam poucas aves e outros animais. Apenas se viu uma capivara à beira

d'água e um macaco nos galhos das árvores do mato. Eram 10 horas, mais ou menos, quando os vapores chegaram à cachoeira do Butuí, que era imperceptível naquela ocasião por ter o rio bastante água.

Sua Majestade e o exm^o visconde de Tamandaré tomaram muitas informações, principalmente do prático, sobre essa célebre cachoeira, um dos principais obstáculos da navegação do Alto Uruguai e uma das causas principais do atraso da vila de São Borja. Sem embargo, seria mui fácil remover este obstáculo se o governo quisesse tomar alguma providência a respeito. O exm^o visconde de Tamandaré indicou o meio de abrir um canal na dita cachoeira e prometeu pô-lo em execução. Oxalá assim aconteça, e os missioneiros teriam mais este motivo para agradecerem a vinda de Sua Majestade e do nobre visconde a São Borja.

Eram 3 ½ horas da tarde quando o *Onze de Junho* fundeou no porto do Passo de São Borja, onde esperavam pelo imperador a oficialidade do Corpo Provisório n^o 10 da Guarda Nacional, estacionado desde 10 ou 12 dias em São Borja, e alguns habitantes. Fundeado o vapor, imediatamente desembarcou o cónego João Pedro Gay, vigário da paróquia de São Francisco de Borja. Às 4 ½, Sua Majestade o imperador e comitiva desembarcaram, sendo recebidos na praia pelo cónego Gay, tenente-coronel José da Luz Cunha, a oficialidade do Corpo n^o 10 e o Dr. Lacerda, juiz municipal de São Borja. Tinha-se preparado na praia um pequeno altar e, depois de ter oferecido a Sua Majestade água benta e o Santo Lenho a beijar, o cónego vigário Gay lhe dirigiu a seguinte locução:

“Senhor – A glória, a sabedoria do grande rei Salomão e o esplendor de sua corte encheram o mundo conhecido faz 3.000 anos. A glória, a sabedoria do Salomão de nossos dias, o esplendor da corte de Vossa Majestade o imperador encheram o mundo inteiro. Os monarcas das nações longínquas, como a rainha de Sabá, mandavam seus embaixadores a Jerusalém para admirarem o que a fama espalhava do grande rei de Israel. Todos os potentados da Terra enviam seus ministros ao Rio de Janeiro para admirarem o que a fama publicou de Vossa Majestade. Felizes os brasileiros, que não têm que empreender grandes viagens para verem seu adorado monarca e lhe tributarem suas respeitosas homenagens, pois que, como o Sol que alumia todo o mundo, Vossa Majestade percorre todas as partes do seu vasto Império e nelas derrama seus benefícios.

“Senhor – Os habitantes da vila de São Borja repetem hoje comigo as palavras do apóstolo: *Felix culpa que tantum meruit Salvatore*. Eles estimam sumamente que a invasão paraguaia lhes merecessem tão grande favor como a visita de Vossa Majestade, de seus augustos genros e da sua luzida corte; e, por este novo benefício em que eles recebem o magnânimo coração paternal de Vossa Majestade, eles não cessaram de pedir a Deus, com o seu pároco, que Ele conserve e prolongue por muitos anos os preciosos dias de Vossa Majestade, que conserve e felicite por muitos anos toda a família imperial.”

Sua Majestade o imperador houve por bem responder: “Obrigado”.

Depois de ter subido à barranca do rio, Sua Majestade o imperador perguntou ao cônego Gay pelas autoridades do lugar, e este lhe indicou o Dr. Lacerda, juiz municipal, que acompanhou o imperador, que a na frente. Sua Majestade fez várias perguntas a esse juiz e se encaminhou logo para o lado onde desembarcou o inimigo quando invadiu o nosso território, não podendo chegar até o lugar por causa de um pequeno arroio crescido. Sua Majestade caminhou a pé até o anoitecer pelo Passo de São Borja, manifestando satisfação de ver grandes plantações de laranjeiras, e interrogando várias pessoas sobre o infausto acontecimento da passagem do inimigo no dia 10 de junho. Sua Majestade foi dormir no vapor.

No dia 28 de setembro de 1865, Sua Majestade o imperador desembarcou às 6 horas da manhã com SS. AA. II., os príncipes conde d’Eu e duque de Saxe, os exm^{os} visconde de Tamandaré, ajudante tenente-general Cabral, conselheiros Beaurepaire Rohan, Delamare, Dr. Meireles e comitiva, ficando a bordo o exm^o Marquês de Caxias por continuar incomodado. Sua Majestade e comitiva montaram a cavalo (preparados os cavalos pelo tenente-coronel Luz) e tomaram o caminho da vila de São Borja, distante mais de meia légua do Passo, sendo Sua Majestade acompanhado pelo tenente-coronel Luz, a oficialidade do Corpo n^o 10, do Dr. Lacerda e de vários outros cidadãos.

No trajeto, a Sua Majestade se fez mostrar o caminho que seguiram os paraguaios para virem a São Borja e examinou alguns instantes o campo em que eles se encontraram com o 1^o Batalhão de Voluntários

da Pátria e a Guarda Nacional, que no dia 10 de junho se achava em São Borja, em cujo campo estavam levantadas umas dez cruzeiras pequenas em cima da sepultura dos bravos que aí sucumbiram.

Poucos foram os cidadãos que foram encontrar Sua Majestade ao entrar na vila, se bem que todos os moradores dela fossem naquele momento avisados pelos repiques dos velhos sinos dos padres da Companhia da chegada do seu idolatrado imperador. A vila estava ainda quase deserta, poucos homens tinham regressado da emigração, e quase nenhuma família. O cónego Gay, sozinho e a pé, encontrou Sua Majestade junto a um terreno onde viveu muitos anos um naturalista, Mr. Amado Bompland. Sua Majestade e os príncipes apearam-se, e, apesar de estarem o trevo e outras plantas mui crescidas e molhadas, entraram a pé no dito terreno, visitaram as plantações de laranjeiras e roseiras do finado Mr. Bompland e quiseram ver os alicerces da casa onde morou o célebre naturalista, pois nada mais restava dela.⁹⁰

90 Hoje não há mais vestígio algum do “rancho Bompland”, que fora levantado junto à vila de São Borja e onde o sábio francês viveu muitos anos, depois de libertado do Paraguai, em 1830.

Bompland, que era médico, clinicava em São Borja e era proprietário de uma farmácia. Sua permanência na velha cidade missioneira, onde constituiu segunda família, foi até setembro de 1856, quando fixou residência em Restauración, na República Argentina. Ali em São Borja, o ilustre médico e sábio naturalista teve relações íntimas e amistosas com o seu compatriota, o cónego Gay.

Aí também conheceu pessoalmente e se fez amigo do então coronel Manuel Luís Osório, comandante daquela fronteira de 1855 a 1857.

Ao saber da promoção de Osório a brigadeiro, endereçou-lhe Bompland a seguinte carta:

“Corrientes, 14 de junho de 1857 – Senhor de todo o meu apreço e respeito, recentemente soube, pelo nosso amigo sr. padre Gay, que V. S^a havia sido justamente elevado ao grau de brigadeiro, em recompensa dos seus numerosos serviços, e me apresso a felicitá-lo.

“Em minha correspondência com S. Ex^a o sr. presidente da Confederação Argentina, tive o prazer de falar no sr. brigadeiro, e a contestação à minha carta foi muito lisonjeira. O general Urquiza me felicitou de haver tido a honra de conhecer a V. S^a e exaltou a conduta brilhante que haveis manifestado durante a guerra e o afeto particular em que vos tinha.

“Sem mais objeto, sr. brigadeiro, tenho a honra de saudar a V. S^a, de quem me reputo atenciosamente servidor e amigo”.

Sua Majestade seguiu depois para o interior da vila, acompanhado do cônego Gay, que respondia às suas perguntas. Chegado à espaçosa praça delimitada pelos jesuítas, Sua Majestade visitou a cadeia, que se achava num ângulo da mesma praça, e que é ainda um prédio construído pelos padres da Companhia. Em seguida, Sua Majestade, atravessando a praça, visitou a ala do colégio dos jesuítas que existe ainda, se bem que em péssimo estado, e que serve de quartel às tropas.

Sua Majestade entrou depois na capela-mor da igreja matriz que está em construção, e aí viu algumas estátuas de santos esculpidas pelos padres da Companhia, e os estragos que nelas fizeram os bárbaros paraguaios; passou depois para a igreja velha, que servia de hospital no dia da invasão, examinou os sinos do tempo dos jesuítas que se acham na frente, em uma triste e mal segura torre, feita pelos paus fincados no chão. Sua Majestade visitou em seguida um soldado ferido de raio, recolhido na casa onde mora o Sr. Francisco Gay; depois, atravessou a praça onde estava formado o Corpo Provisório nº 10, e entrou na casa do cidadão Cândido José Guimarães, onde viu os estragos feitos pelo inimigo. Essa casa tem uma soteira mui alta, à qual subiu Sua Majestade com a comitiva. Goza-se aí de uma vista magnífica, descobrindo-se toda a campanha a cinco ou seis léguas de distância, de todos os lados, e avistando-se bem o antigo Povo de São Tomé, do outro lado do rio Uruguai.

Dessa altura, a vila de São Borja, que tem grandes plantações de laranjeiras, de pessegueiros, etc., nos quintais, parece-se com um grande pomar. Dignou-se depois Sua Majestade ir para casa do cônego Gay, onde viu seu augusto retrato, que foi adorado pelos paraguaios, e alguns restos dos livros e papéis e mais móveis inutilizados pelo inimigo. Ao sair dessa casa, Sua Majestade quis ver o relógio solar dos jesuítas, que está todo deteriorado, e tendo aceitado um pequeno almoço que de antemão o cônego Gay tinha tido o cuidado que se preparasse na única casa de São Borja onde o inimigo não inutilizou os utensílios de mesa e de cozinha, se dirigiu para ela. O dono da casa é o francês Eugênio Caylar; nela se apresentou a Sua Majestade o cadete Fortunato dos Santos Xavier, primeiro-sargento do 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, que, baleado, no dia 10 de junho, fora recolhido, escondido e tratado pelo Sr. Caylar. Antes que Sua Majestade fosse à mesa, o cônego Gay lhe apresentou umas índias que falam guarani

e cantam hinos religiosos nessa língua, que são ainda do tempo dos jesuítas. Sua Majestade escutou o seu canto com a maior atenção e mostrou-se satisfeito da harmonia da língua e do canto.

Apenas Sua Majestade se levantava da mesa, um indivíduo vindo do outro lado do rio Uruguai e trazido à sua presença disse-lhe que por lá constava que uma divisão paraguaia se achava desse lado do rio Uruguai. Se bem que a notícia não merecesse todo o crédito, Sua Majestade se afligiu e até manifestou alguma vontade de ficar com os dois vapores em São Borja para atender ao que fosse preciso. Porém, montou imediatamente a cavalo e regressou ao Passo de São Borja, atendendo em toda a parte às pessoas que solicitavam a graça de lhe falar, mandando dar socorro a algumas.

De regresso ao vapor *Onze de Junho*, Sua Majestade determinou mandar um próprio até a costa do rio Paraná, para verificar se a notícia vinda dos paraguaios era exata, e regressar a Uruguaiana para enviar imediatamente de lá forças para São Borja. No momento de me despedir de Sua Majestade o imperador, Sua Majestade dignou-se mandar-me dar 400\$ para distribuir pelos pobres desta freguesia. Não é este o único benefício que Sua Majestade fez aos pobres, pois vi-o mandar dar abundantes esmolas em São Borja e Itaqui.

Às 21 1/2 horas da tarde o *Onze de Junho* suspendia os ferros e Sua Majestade regressava para Uruguaiana.

Em sua volta, Sua Majestade o imperador entrou pela foz do rio Ibicuí e foi examinar o Passo de Santa Maria, por onde transitaram os invasores para irem de Itaqui a Uruguaiana. Nesse exame, como no Passo de São Borja, foram principalmente empregados os engenheiros que vieram na comitiva de Sua Majestade.

Foi somente depois dessa viagem de Sua Majestade o imperador que as famílias das vilas do litoral do Uruguai, saqueadas pelo inimigo, julgaram poder regressar com segurança para os seus lares. Até então, as de São Borja e Itaqui nutriam o receio de que o ditador do Paraguai mandasse novas forças em proteção de sua divisão sitiada em Uruguaiana. Como não fossem guarnecidos os passos do rio Uruguai, elas temiam uma segunda invasão, que podia se dar facilmente, se trilha-se (esta segunda) o mesmo

caminho que a primeira, em cujo caso elas podiam ser vítimas se tivessem regressado para as suas casas nas povoações.

Elas não se julgavam tampouco seguras nos desertos de sua emigração, porque, no caso que se desse uma segunda invasão para chamar a atenção do exército aliado e obrigá-lo a abandonar o sítio de Uruguaiana, depois da sua passagem no rio Uruguai no território do Município de São Borja, podia tomar o inimigo a estrada de Porto Alegre pela vila de Cruz Alta, apoderando-se das famílias e de tudo quanto encontrasse em seu trânsito, podendo até chegar mui avante ao interior da Província do Rio Grande do Sul antes que nossas forças pudessem chegar para pôr obstáculos à sua marcha.

Felizmente assim não aconteceu e, depois da capitulação da divisão paraguaia em Uruguaiana, depois da viagem de Sua Majestade o imperador às vilas de São Borja e Itaqui, depois da vinda das forças respeitáveis a São Borja, as famílias dessas duas vilas regressaram paulatinamente para suas casas, conforme os recursos de condução de que dispunham, existindo ainda agora, em fins de outubro, várias famílias na emigração por falta absoluta de condução, e por causa da grande miséria e nudez a que foram reduzidas.

Nenhuma autoridade tampouco tomou providências para dar a proteção de que carecessem essas miseráveis famílias para regressar a suas casas, onde, apesar de serem todas saqueadas, ao menos se achariam ao abrigo e poderiam cuidar do resto que lhes ficou. Nem sequer se deu licença aos homens dessas famílias que estão no serviço militar, os únicos que podem lhes arranjar condução.

Mas não é de estranhar este proceder com algumas pobres famílias, se as repartições públicas barateiam os interesses de muitas delas, como acontece com o Correio nacional, que tanto interessa a todos, e que ainda não se restabeleceu para a infeliz vila de São Borja, pois nesta data, 1º de novembro de 1865, 43 dias depois da capitulação do inimigo em Uruguaiana, ainda nenhum correio chegou a São Borja.

Tenho concluído a narração da invasão do inimigo paraguaio na fronteira do Uruguai, que durou 100 dias, desde 10 de junho, em que a divisão paraguaia passou o rio Uruguai e pisou em nosso território, e que só se findou a 18 de setembro com sua capitulação. Invasão sumamente

prejudicial às vilas de São Borja, Itaqui e Uruguai e, em geral, a todos os habitantes da fronteira do Uruguai, que em grande parte ficaram reduzidos à miséria.

Invasão, devo dizer, vergonhosa para o país que, dispondo de recursos consideráveis de toda a qualidade, não somente para impedir a invasão, mas para esmagar o Paraguai inteiro e dez repúblicas como a intitulada República do Paraguai, pela indolência e pelo descuido deixou chegar as coisas ao ponto que temos visto neste memorial. Não é suficiente que o governo repare os prejuízos causados e faça indenizar os danos que sofreram os habitantes, deve também tratar de prevenir as desgraças de igual gênero que poderão sobrevir para o futuro.

O exmº ministro da Guerra, em data de 27 de setembro, ordenou ao general em chefe do exército de operações nesta província de nomear uma comissão de engenheiros para colher todas as informações que possam esclarecer os fatos relativos à invasão da divisão paraguai pelo nosso território, e submeteu a Conselho de Guerra os chefes a quem o governo teria confiado a guarda e defesa do mesmo território. Necessariamente esta comissão, que está funcionando, há de ministrar ao governo os esclarecimentos precisos sobre os fatos consumados e lhe indicar os meios com que eles teriam sido prevenidos.

Que o governo lance mão desses meios para se precaver para o futuro. O estabelecimento de colônias militares em alguns pontos do litoral do Uruguai, nas vizinhanças das povoações existentes, além de fomentar seu aumento, serviria em parte de barreira aos inimigos do Império. Eu escrevia há quatro anos, na última página de minha *História da República Jesuítica do Paraguai*:

“Se se estabelecessem, sobre a margem esquerda do Uruguai, três ou quatro colônias ao norte de São Borja, desde a foz do rio Camaquã até o arroio Comandá (...) a Província do Rio Grande do Sul e o Império do Brasil teriam nesta fronteira (em poucos anos) uma povoação compacta, rica e ativa, que as guardaria e defenderia contra qualquer tentativa de um inimigo vizinho. A seguridade e a fortuna particular e pública cresceriam extraordinariamente.”

Em todo o caso, o governo deve estar persuadido de que a fronteira de São Borja é de grande importância, que ela foi tida por tal desde a

conquista das Missões Orientais do Uruguai, como atesta o nobre visconde de São Leopoldo em seus *Anais da Província de São Pedro*, 2ª edição, p. 268.

Ela é a porta de entrada para o Paraguai, na Província do Rio Grande do Sul, como desgraçadamente tem provado a invasão deste ano. Além disso, ela confina com a Província argentina de Corrientes, de que só é separada pelo rio Uruguai; deve, pois, cuidar de ter sempre um estado conveniente de defesa.

SEGUNDA PARTE

E. F. Sousa Docca

.....

Capítulo I

INFORMAÇÕES SOBRE OS APRESTOS PARA A INVASÃO DO RIO GRANDE DO SUL

A **Não se acreditava na invasão**
INVASÃO PARAGUAIA no Rio Grande do Sul, em junho de 1865, pode ser considerada como uma surpresa, tendo-se em consideração o abandono em que se achava a província para malograr este ataque.

Não faltavam, entretanto, informações positivas sobre a concentração de forças paraguaias em Encarnación, bem como do seu objetivo.

Ignorava-se o poderio militar paraguaio e, com cegueira incrível, não se acreditava na agressão.

O nosso representante diplomático em Assunção, em 1864, ou seja, no mesmo ano em que Solano López mandou invadir Mato Grosso, calculava o exército paraguaio em 30.000 homens, dos quais 14.000 dizia serem recrutas e, em carta dirigida ao marquês de Tamandaré, disse que esse exército era “uma verdadeira fantasmagoria, já pela sua péssima organização, já pela falta absoluta de oficiais de alguma capacidade e instrução.” Em palestra íntima com o malgrado coronel Carneiro Campos, no porto de Assunção, a bordo do navio *marquês de Olinda*, a 11 de novembro de 1864 e, portanto, às vésperas do apresamento desse navio, afirmou o

ingênuo e desavisado diplomata “que o governo de Assunção não emprenderia nunca uma guerra com o Império.”

O *Jornal da Bahia*, em sua edição de 24 de dezembro de 1864, quando o território brasileiro já havia sido pisado em som de guerra pelos soldados ao mando do general Resquin, dizia: “O Paraguai não é uma nação que, pelos seus recursos, possa meter medo ao Brasil.”

Nessa época, o efetivo brasileiro em armas era de 17.000 e o paraguaio, de quase cinco vezes esse efetivo, isto é, 80.000 homens.

O desventurado coronel Carneiro de Campos, da tribuna do Senado, a 18 de março de 1864, ou seja, nove meses antes de ser criminosamente feito prisioneiro, se manifestara contrário ao pequeno aumento que se pretendia fazer nos quadros da primeira linha do Exército Nacional, por julgar desnecessário esse aumento.

O visconde do Rio Branco disse, da tribuna da Câmara dos Deputados, em 11 de junho de 1862: “O Paraguai não pode provocar uma guerra conosco; não está nos seus interesses, não pode desconhecer a desigualdade de recursos que há entre um e outro país.”

Em 1864, porém, em face da realidade da agressão, disse o mesmo Rio Branco, como a se penitenciar daquele juízo: “Solano López surpreendeu a todos nós.”

Esse falso conceito sobre o poderio e as intenções do chefe supremo do Paraguai predominava no Rio Grande do Sul nas vésperas da invasão e, daí, a incredulidade sobre esta, que chegou a ser desleixo.

O presidente da província, em ofício de 7 de outubro de 1864, ao comandante da fronteira de Quaraí, assim se manifestou: “Ligo pouca importância às ameaças do governo paraguaio, pelo que respeita à segurança desta província, e, com a organização de mais um corpo para fortalecer a guarnição da fronteira de Missões, julgo que ali não se precisa de mais força.”

No ano seguinte, dizia a mesma autoridade ao ministro da Guerra:

“Voltando ao movimento de forças paraguaias, não creio que essas que se reúnem sobre a costa do Aguapeí tenham por fim atacar-nos.

“A notícia deve ter lá chegado da reunião de forças brasileiras sobre a fronteira do Império e, como é bem natural, reúnem também eles

suas forças sobre a mesma fronteira, para oporem resistência a qualquer ataque com que devem contar deste lado.

“A ofensiva sobre esta província duvido muito que tomem.”¹

O visconde do Rio Branco, informando ao ministro do Exterior sobre a invasão do Rio Grande do Sul por São Borja, segundo anunciava o *Seminário* de Assunção, disse: “Creio, porém, que o mais provável é que ele venha diretamente ao Estado Oriental, para colocar o nosso exército entre a guarnição da praça e o exército paraguaio que, se diz, será de 20.000 homens comandados pelo próprio presidente López.”²

Davi Canabarro, desrespeitando pitorescamente a gramática sobre o emprego do pronome pessoal no início das orações, como é do hábito no linguajar sul-rio-grandense, assim se manifestou ao assunto em referência, dirigindo-se ao presidente do Rio Grande do Sul: “Me diz V. Ex^a que, segundo comunicações oficiais, as forças paraguaias reunidas deste lado do Paraná têm por fim atacar no Estado Oriental o nosso exército, que já está cercado Montevideú.”³

O presidente da província endossava o pensamento de Rio Branco e, de acordo com esse modo de ver, assim se manifestou ao ministro da Guerra:

“Recebi ontem comunicações oficiais com data de 20 do mês passado da fronteira de Quarai.

“Nenhuma novidade havia ali ocorrido, o comandante daquela fronteira e da 1^a Divisão comunica-me notícias que teve, de pretenderem as forças paraguaias invadirem o território brasileiro por São Borja, mas dá pouca importância a essas notícias por considerar-se com forças suficientes para rechaçá-los.

“Essas notícias, a que se refere o comandante da fronteira, são atrasadas.

1 Ofício de 30-1-1865.

2 Nota de 6-2-1865.

3 Ofício de 17-2-1865.

“Tenho notícias posteriores transmitidas de Montevidéu pelo conselheiro Paranhos, que, longe de confirmarem esses intentos de invasão, pelo contrário dizem diminuir as probabilidades.”⁴

No mês seguinte, oficiava a mesma autoridade provincial ao comandante da 1ª Divisão Ligeira, isto é, ao general Davi Canabarro:

“Previnem-me de Montevidéu que pode ser o plano dos paraguaios atacar a cidade de Corrientes com as forças que têm em Humaitá, e atacar-nos nas nossas fronteiras com as forças que têm em Itapua.

“Não julgo provável que tentem a temeridade de passar o Uruguai para atacar-nos por essa fronteira.”⁵

Transmitindo essas informações ao comandante das Armas, disse o Dr. João Marcelino de Sousa Gonzaga, que era o presidente do Rio Grande do Sul, depois de se referir à invasão de nossa fronteira pelas forças paraguaias concentradas em Itapua: “Duvido muito de tão grande temeridade.”⁶

Comunicando o mesmo assunto ao ministro da Guerra, disse, dois dias depois: “Não creio, porém, que as forças paraguaias tentem passar o Uruguai para atacar-nos por aquela fronteira. E se o fizerem hão de ser derrotadas.”⁷

Ao coronel barão de Jacuí, comandante da 2ª Divisão Ligeira, estacionada em Jaguarão, disse o Dr. Marcelino Gonzaga: “Não julgo provável que os paraguaios passem o Uruguai para atacar-nos pela fronteira de Uruguaiana ou São Borja. Creio antes que descerão por Corrientes abaixo; e que se pretendem passar o Uruguai há de ser logo acima do Salto, onde talvez contem com o auxílio de Urquiza.”⁸

E, dez dias depois de invadida a província, dizia sua maior autoridade ao barão de Jacuí: “Chegou por Santa Maria a notícia de haverem os paraguaios invadido a vila de São Borja, em número de 14.000

4 Ofício de 5-3-1865.

5 Ofício de 15-4-1865.

6 Ofício de 15-4-1865.

7 Ofício de 17-4-1865.

8 Ofício de 15-4-1865.

homens, tendo-se isto dado em 10 do corrente. Tenho esta notícia por inverossímil.”

O general Canabarro depois de alvitrar medidas contra a invasão disse ao presidente da província: “São medidas preventivas que se devem tomar, porém ainda direi que não creio na falada invasão.”⁹

Agora é o coronel Antônio Fernandes Lima, comandante da 1ª Brigada da 1ª Divisão Ligeira e encarregada da defesa da fronteira de São Borja até Uruguaiana, quem se manifesta, sobre o assunto em estudo ao general Canabarro, dizendo ter sido informado de que a força paraguaia acampada aquém do Paraná “poderá montar 10.000 homens mais ou menos, composta quase na sua totalidade de meninos e velhos que quase nem dentes têm”, e acrescentou: “As notícias acima são verídicas porque o oficial e praças que mandei ao outro lado do Uruguai são de toda confiança. As forças paraguaias, naquele ponto, me parecem para aparentar e nada mais.”¹⁰

Ao comandante das Armas disse o coronel Fernandes Lima, ao avisá-lo da presença de uma força paraguaia nos Quaes, na República Argentina: “Tenho convicção de que esta força não veio até esta altura mais do que para levantar os gados e mais animais daquela fronteira”, e acrescentou: “Até esta data não tentaram invadir nossa fronteira, nem creio que tentem, mas se porventura o quiserem fazer, oporei toda a resistência possível a repeli-los.”¹¹

Nem depois de realizada a invasão, o general Canabarro, ignorando-a ainda, não acreditava nela, nestes termos, dois dias após sua consumação: “Não julgo provável a passagem dos paraguaios em frente a São Borja; estou inclinado a crer que se com efeito eles pretendem vir ao território desta província, aparente ali, para outra força passar talvez mais acima.”¹²

Até o atilado vigário são-borjense, padre Gay, fazia coro com os enganados sobre a invasão.

9 Carta de 16-4-1865.

10 Ofício de 24-4-1865.

11 Ofício de 13-5-1865.

12 Ofício de 12-6-1865, ao comandante das Armas.

Em carta de 12 de maio de 1865, ao presidente da província, depois de noticiar a presença de força paraguaia no Formigueiro, na margem direita do Uruguai, em frente ao Passo de São Borja, disse: “Creio que os paraguaios não têm intenção de passar deste lado do Uruguai, que eles vêm só para roubar gados e cavalos, mas, entretanto, devemos estar prevenidos para uma invasão.”

Com essa mentalidade, era fatal a invasão, sem repulsa eficiente para evitá-la.

Informação sobre a invasão

As informações sobre os aprestos paraguaios e seus objetivos eram, entretanto, positivas.

O capitão Joaquim Antônio Xavier do Vale, comandante da guarnição de Uruguaiana, em janeiro de 1865, comunicou ao general Canabarro: “A aproximação de uma força numerosa à fronteira argentina”; que havia “acumulação de forças ainda maiores na Encarnación”; que a fronteira do Uruguai se achava “quase inteiramente privada de armamentos e de munições, especialmente o Corpo 17, do qual apenas uma companhia destacada na vila recebera armamento e esse mesmo incompleto.”¹³

Igual comunicação fez, na mesma data, ao coronel Fernandes Lima e ao nosso representante diplomático em Buenos Aires.

Quatro meses depois, dirigindo-se ao coronel Fernandes Lima, informava o capitão Xavier do Vale: “Consta que as forças paraguaias estacionadas no Paraná puseram-se em movimento para virem atacar São Borja e Itaqui e a este respeito devo informar a V. S^a que não só de Buenos Aires como dos ervais de Corrientes dão-me iguais avisos de muitos dias atrás.”¹⁴

O padre João Pedro Gay, com a atividade e a perspicácia que lhe eram próprias, deu ao presidente da província diversos e ansiosos avisos sobre o movimento das tropas paraguaias, ameaçando a invasão.

Em missiva de 9 de maio de 1865, informava que forças paraguaias, na tarde desse dia, haviam se apoderado do Povo de São Tomé; que

13 Ofício de 18-1-1865.

14 Ofício de 16-4-1865.

essas forças eram superiores às nossas; que havia “em São Borja apenas 300 homens mal-armados”; que as “famílias estavam emigrando para o interior da província, possuídas de terror” e terminou reclamando contra a colocação do quartel-general do coronel Fernandes Lima no Passo das Pedras, nas proximidades de Itaqui.

Três dias depois dava novas notícias sobre os paraguaios em São Tomé e da presença de uma força no Formigueiro, lugar fronteiro ao Passo de São Borja.

Informou ainda que o coronel Fernandes chegara nesse dia com sua brigada, constando, entretanto, que pretendia voltar para o Passo das Pedras.

Local da concentração e seus objetivos – Efetivos paraguaios

O coronel Antônio Fernandes Lima, comandante da 1ª Brigada e fronteira de Missões, no início do ano de 1865, bem-orientado, disse, de Itaqui, ao comandante da guarnição de Uruguaiana: “Chegou ao meu conhecimento, por uma carta vinda de Corrientes, que se achavam em São Carlos acampados 9.000 paraguaios e que se diz serem para o Estado Oriental; julgo, porém, ser isto inexato e que, pelo contrário, seja para invadirem nossas fronteiras; de qualquer forma, porém, convém estarmos preparados para opormos a resistência possível.”¹⁵

O conselheiro Paranhos, nosso representante diplomático em Buenos Aires, na nota de 6 de fevereiro de 65, já mencionada, disse acreditar que os 20.000 homens com que o governo paraguaio ameaçava invadir o Rio Grande por São Borja iriam “diretamente ao Estado Oriental.”

No mês e ano acima mencionados, o presidente da província oficiou ao general Canabarro, dizendo que, “segundo comunicações oficiais, as forças paraguaias reunidas deste lado do Paraná tinham por fim atacar o Estado Oriental.”

Nessa mesma época dizia o general Canabarro ao Dr. João Marcelino Gonzaga:

“Com prazer dou conhecimento a V. Ex^a das comunicações inclusas por cópia.

15 Ofício de 25-1-1865.

“Delas se colige que os paraguaios, em número de 10.000 mais ou menos, se encaminham a esta província em direitura a São Borja.”¹⁶

O Dr. Marcelino, três meses depois, ainda persistia em seu engano sobre o objetivo paraguaio, embora fosse informado de que as tropas concentradas em Itapua visavam às nossas fronteiras.

Assim, a suprema autoridade civil na província contribuía para aumentar o otimismo do general encarregado da defesa da extensa fronteira de Missões, de Quaraí a São Borja: “É provável que, em vez de atacarmos por esta fronteira, o que seria uma temeridade para eles, porque ficariam com o rio Uruguai pela retaguarda e com a sua retirada difícil, desçam pela Província de Corrientes a procurar passar o Uruguai acima do Salto, onde talvez contem com algum auxílio de Urquiza.”¹⁷

O bravo coronel Fernandes Lima, ainda com a noção clara de sua missão, informando ao general Canabarro da existência de 20.000 homens acampados em São Carlos e São Tomás, distantes 20 léguas de São Borja, e de uma coluna de 40.000 combatentes em Encarnación, munida de carretas e artigos bélicos e que se destinava a São Borja, disse da vila de Itaquí: “Eu tenho de Butuí para além de 800 e tantos homens, porém fico esperando as ordens de V. Ex^a para marchar com o resto de minha brigada para o ponto que V. Ex^a designar, isto se as circunstâncias não me obrigarem a dar um passo antes que tenha recebido contestação de V. Ex^a.”¹⁸

Guiando-se, porém, logo depois por informações que reputava seguras, disse o coronel Fernandes Lima ao general Canabarro que montavam a 10.000 os paraguaios acampados em São Cristóvão; que não havia força alguma em marcha para a fronteira de Quaraí e que aquela força, naquele ponto, lhe parecia que tinha o objetivo de “aparentar e nada mais.”¹⁹

No mês seguinte, já sem a orientação antes manifestada, informava ao comandante das Armas que vira além do Uruguai, em frente ao Passo de São Borja, uma força de “600 a 800 homens” e que tinha a

16 Carta de 20-2-1865.

17 Ofício de 15-4-1865.

18 Ofício de 17-4-1865.

19 Ofício de 24-4-1865.

convicção que ela se destinava a “levantar gados e mais animais daquela fronteira.”²⁰

O coronel Manuel Coelho de Sousa, comandante do 28º Corpo Provisório de Guardas Nacionais, destacado em São Mateus, na margem esquerda do Uruguai, no Município de São Borja, seis dias antes da invasão, informava ao coronel Fernandes Lima que “o inimigo se achava ocupando os três pontos: São Tomé, Tarairi e Caçapava, além de partidas que andavam dispersas em reuniões de animais”; que a força inimiga era “de 2.000 homens de infantaria e cavalaria” e que estavam fazendo chalanas e canoas em São Tomé.”²¹

Nas vésperas da invasão, o capitão Sezefredo José Gonçalves, comandante da guarnição de Itaquí, dava as seguintes e precisas informações ao coronel Fernandes Lima: “Faço ciente a V. Sa que neste momento acaba de chegar de São Tomé um capitão brasileiro de nome José de Melo Pacheco de Resende, que esteve preso nas forças dos paraguaios, dormindo em estacas e escapou-se como oriental, e aí observou as notícias seguintes: que no dia 3 do corrente saiu uma força de paraguaios da trincheira,²² com o fim de vararem a este lado, constando esta força de seis batalhões de 800 praças; quatro regimentos de cavalaria, regulando 600 praças, cinco peças de artilharia, 50 carretas com canoas e apetrechos de guerra.”²³

O general argentino Justo José Urquiza ao comunicar, de Basualdo, ao general Mitre a invasão paraguaia no Rio Grande do Sul disse: “Seu objetivo é distrair chamando a atenção das forças do Brasil, visto que toda a operação do inimigo é sobre esta parte, como é natural que o seja.”²⁴

20 Ofício de 13-5-1865.

21 Ofício de 4-6-1865.

22 Referia-se, segundo informa o coronel Juan Beverina, à “Trincheira do Paraguai” ou de “São José”, espécie de obra de ponte situada sobre o rio Paraná, imediatamente ao sul da vila da Encarnação ou Itapua.

23 Ofício de 8-6-1865.

24 Carta de 11-6-1865, in: *Archivo del General Mitre*, II-180.

Em face do que ficou exposto e do que depois aconteceu, se verifica que os chefes brasileiros julgaram os objetivos paraguaios por palpíte, fundados no grave erro de subestimarem o inimigo.

A concentração paraguaia na fronteira não era para cobertura e, sim, para ataque – a recente invasão de Mato Grosso estava, claramente, a indicar isso.

Deliberação dos chefes brasileiros

Vejamos agora quais as deliberações tomadas em face das informações recebidas e qual o conceito, ora certo, ora duvidoso, ora errado, sobre o objetivo real do inimigo.

Pelo ministro da Guerra

Oito dias depois de assumir a pasta da Guerra, o Dr. Ângelo Muniz da Silva Ferraz, depois barão de Uruguaiana, deu as seguintes ordens ao presidente da Província do Rio Grande do Sul:

- a) - fizesse marchar imediatamente para a fronteira de Missões toda a força disponível, deixando apenas guarnições em pontos fronteiriços, visto que não podia ser justificada a falta de forças naqueles pontos;
- b) - seguisse o comandante das Armas para a fronteira de Missões, “a fim de entender-se com o general-comandante do Exército”;²⁵
- c) - fosse para a referida fronteira de Missões o corpo de artilharia e cavalo;
- d) - marchassem com destino ao exército²⁶ praças de cavalaria “necessárias para o completo de 6.000 homens, conforme requisição feita pelo respectivo comandante em chefe e bem assim toda a força de infantaria que por este fosse pedida ao comandante das Armas ou de divisão que se achasse na fronteira.”

25 Esse comandante era o general Osório, então no Uruguai.

26 Sob o comando do general Osório.

Tendo em vista as apreensões do presidente da província, relativamente à fronteira de Jaguarão e à teimosia dessa autoridade em se manter aí a 2ª Divisão, observou o ministro: “Terminando, direi a V. Ex^a que me parecem exagerados os receios de uma invasão do inimigo pelo lado de Jaguarão e, quando assim fosse, com as forças que V. Ex^a aí tem a sua disposição e com o armamento que ora se lhe remete ficará V. Ex^a habilitado para resistir. E, se um golpe de mão se verificar em consequência de não haver V. Ex^a tomado todas as providências para a concentração das forças sobre a fronteira de São Borja, pondere bem V. Ex^a qual a responsabilidade do governo e de seus delegados.”²⁷

Dias depois da expedição dessas ordens recebia o ministro as razões por que o presidente da província julgava conveniente manter nas fronteiras de Jaguarão e Bagé as 1ª e 3ª brigadas da 2ª Divisão.

Em face dessa exposição, que cruzara com seu aviso, disse o ministro:

“Acabo de receber a confidencial de V. Ex^a de 13 do corrente, em vista da qual ficam prejudicadas algumas ponderações que fiz a V. Ex^a, na minha confidencial de 20 do corrente.

“Parece-me, todavia, conveniente recomendar a V. Ex^a pronta marcha de toda a nossa força disponível para a fronteira de Missões ou de Uruguiana, nos termos daquela dita confidencial.”²⁸

Pelo presidente do Rio Grande do Sul

Em fevereiro de 1866, o barão de Jacuí, comandante da 2ª Divisão acampada nas fronteiras de Jaguarão e Bagé, propôs ao Dr. João Marcelino de Sousa Gonzaga, presidente da província, e ao general João Frederico Caldwell, comandante das Armas, que as tropas sob seu comando seguissem para a fronteira de São Borja, ameaçada de invasão.

Tanto a autoridade civil como a militar aplaudiram a ideia do comandante da 2ª Divisão, mas nenhuma ordem deram para realizá-la.

27 Aviso de 20-5-1865.

28 Aviso de 22-5-1865, às 2,30 horas da tarde.

Agravando-se cada vez mais a situação, o barão de Jacuí insistiu novamente com o presidente para que sua divisão marchasse para São Borja.

O Dr. Marcelino Gonzaga ordenou, então, essa marcha, dando, porém, logo depois, contraordem: devia seguir apenas a 3ª Brigada.

O bravo e atilado comandante da 2ª Divisão, bem avaliando as consequências graves que poderiam resultar dessa deliberação, mandou seu ajudante de ordens a Porto Alegre, para, de viva voz, transmitir suas apreensões ao presidente.

Este respondeu a 1º de junho e, portanto, dez dias antes da invasão, que o barão “não se incomodasse por estar em Bagé, visto que julgava bem defendida a fronteira brasileira de Missões.”

Em 16 de abril havia o presidente recomendado ao general Canabarro, comandante da 1ª Divisão, que, embora não julgasse provável que os paraguaios tentassem “a temeridade de passarem o Uruguai”, cumpria, entretanto, estivesse prevenido e concentrasse as forças sobre seu comando “no ponto estratégico que julgasse mais apropriado para repelir qualquer invasão.”

O Dr. Marcelino Gonzaga assim justificou, na confidencial de 13 de maio citada, ao ministro da Guerra, seus temores sobre as fronteiras de Jaguarão e Bagé:

“Quando à 2ª Divisão, ao mando do barão de Jacuí, no seu ofício sob nº 20, de 17 do passado, comuniquei a V. Exª que havia expedido ordem para concentrar-se sobre a fronteira de Bagé até segunda deliberação.

“Então eu ignorava quais as disposições da Província de Entre-Rios e, suspeitando que pudesse haver algum acordo entre Uruguai e López, entendi conveniente prevenir-me contra algum acontecimento combinado, nas fronteiras do sul e do norte.

“Depois, à vista da gravidade das comunicações que recebi da fronteira de Uruguaiana e que transmitti a V. Exª no meu ofício sob nº 25, de 30 do mês passado, deliberei que a 2ª Divisão marchasse para aquela fronteira, tendo ficado desassombrado de receios quanto a Entre-Rios, segundo as notícias que tive.

“Por último, não sendo muito tranquilizadoras as informações que tenho do estado dos espíritos nos departamentos vizinhos às fronteiras desta província, e a população brasileira mostrando-se apreensiva com a notícia da marcha da 2ª Divisão, deliberei ordenar que só marchasse a 1ª Brigada, a qual deve ter mais de mil homens, conservando-se o coronel barão de Jacuí com as outras duas brigadas sobre as fronteiras de Bagé e Jaguarão.

“Esta ordem eu mantenho-a, porque insisto em pensar que as fronteiras do Sul precisam de estar bem guarnecidas, e à frente das forças um comandante como o barão de Jacuí.

“Pelo exposto conhecerá V. Exª que nenhuma providência mais tenho a dar, quanto à marcha de corpos.”

Pelo comandante das Armas

O general João Frederico Caldwell que, em fins de 1864, fora nomeado comandante das Armas do Rio Grande do Sul, assumiu esse cargo em janeiro do ano seguinte.

Como já ficou relatado, esse general aplaudiu, em fevereiro, juntamente com o presidente da província, a ideia do barão de Jacuí da ida da 2ª Divisão para a fronteira de Missões, a fim de impedir a invasão paraguaia por São Borja.

O comandante das Armas não tinha poderes para ordenar movimentos de tropa; dependia do presidente da província.

Três meses depois, isto é, em 3 de maio, premido pela necessidade, o general Caldwell manifestou ao Dr. Marcelino Gonzaga “a necessidade de que a 2ª Divisão marchasse para o Município de Itaquí, mais próximo de São Borja.”

Seis dias depois, porém, por lhe ter sido participado “não se ter confirmada a notícia da marcha dos paraguaios sobre a fronteira de Missões” e ignorando a direção tomada pela 2ª Divisão, parecia-lhe mais interessante “que se tivesse em vista poupar a cavallhada”, cabendo, neste caso, ao presidente ordenar, ao comandante da referida divisão, “o que a respeito melhor convier.”²⁹

29 Ofício de 9-5-1865.

Em face já do perigo, mas sem conhecimento da situação da tropa em seu conjunto, dizia o comandante das Armas ao presidente da província, com simplicidade lastimável, em tão grave conjectura: “Para poder dar organização à força estacionada nesta província, determinada no aviso do ministro da Guerra de 2, preciso saber se a 2ª Divisão Ligeira continua em observação nas fronteiras de Xuí, Bagé e Jaguarão, ou se já cessando os motivos pelos quais ordenara V. Exª que ali permanecesse, e a não ser mais necessária a presença da referida divisão por aquelas fronteiras, poderá marchar para o Uruguai, deixando uma brigada de observação entre Jaguarão e Bagé.”

E foram estes os termos com que o general, encarregado pelo governo da organização da força estacionada na província para sua defesa, terminou o seu ofício: “Rogo, pois, a V. Exª para que se sirva de dizer-me se com efeito deve permanecer ao sul a citada 2ª Divisão.”

A 6 de julho ocorreu ao comandante das Armas uma providência: subordinar ao comando do barão de Jacuí a 1ª Brigada da 1ª Divisão e deu ordens nesse sentido ao general Canabarro, que não as cumpriu, sem dúvida, por ser medida perturbadora, visto que o barão de Jacuí se achava nessa ocasião na chamada região serrana, nas proximidades de Santa Maria, e, por consequência, mais afastado do ponto ameaçado que Canabarro, cujo quartel-general, com o grosso da divisão, era nesse dia nas pontas do Ibirocaí.

Seis dias depois de consumada a invasão, o general Caldwell deu ordem positiva ao barão de Jacuí, que ainda permanecia em Bagé, por determinação do presidente da província, para “marchar em direção ao Butuí ao encontro do inimigo.”

O comandante da 2ª Divisão não pôde cumprir essa ordem por falta de cavalos. Assim ele se justifica:

“Até então não havia recebido ordens amplas para a compra de cavalaria; as que eu possuía estavam aniquiladas pelos frios e principalmente pela falta de pastagens em Jaguarão e Bagé, cujos campos, com a seca extraordinária do verão passado, estavam consumidos, os rios e os arroios se haviam enchido.

“Tudo obstava uma marcha rápida, como exigiam as circunstâncias.”

Pelo comandante da 1ª Divisão Ligeira

Em dezembro de 1864 foi mandado organizar uma divisão composta de duas brigadas, “para defesa e segurança das fronteiras de Quaraí e São Borja”, sendo nomeado para comandá-la o general honorário Davi Canabarro, que assumiu a 1ª de janeiro de 1865.

Esse general, 20 dias depois, fez a seguinte declaração ao comandante das forças de guarnição na província:

“Temos numerosas forças do Paraguai sobre a fronteira, transposta a qual, as teremos na margem direita do Uruguai, que, falto de água como está, dá passagem e vau em alguns pontos.

“Nada pode obstar, visto que não temos guarnição marítima.

“Cumpre-nos, pois, preparar o recebimento na margem esquerda.”

Para que a defesa do solo brasileiro fosse eficiente, disse incisivamente o velho general farroupilha e prestante vanguardeiro de Caxias na campanha de 1851:

“Armamento e munição quanto antes para a Guarda Nacional, que acode às armas voluntariamente e com grande entusiasmo.

“Os batalhões de linha e artilharia que houver em Bagé e na província, quanto antes para a fronteira, mais nada temos a temer, pelo contrário, felicitações antecipadas pelo triunfo de nossas armas.”³⁰

Coincide com este desejo de Canabarro o modo de pensar do conselheiro Paranhos, alarmado com as notícias que recebera de Uruguiana.

“Entendo”, diz de Buenos Aires ao ministro do Exterior o ilustre estadista, orientado pelo seu natural espírito militar, “que o delegado do governo imperial naquela província deve concentrar os nossos melhores meios de defesa e ataque de que ele disponha sobre a fronteira de São Borja e Quaraí.

“É necessário que quase toda a infantaria e artilharia existente na província se dirija para aqueles pontos.”³¹

30 Ofício de 20-1-1865.

31 Nota cit. de 6-2-1865.

Canabarro, ao anunciar ao presidente da província a marcha de 10.000 paraguaios “em direitura de São Borja”, informa que, com a próxima chegada dos corpos que aquela autoridade ordenara se reunissem à sua divisão e com as unidades existentes, teria “com que fazer o recebimento de tais hóspedes” e acrescentou: “Não nos incomodarão muitos dias, como já tenho dito e confirmo a V. Ex^a.”

Insistindo, entretanto, nos recursos que necessitava, fez esta ponderação:

“V. Ex^a conhece ser necessário ativar a marcha dos corpos que estão destinados a esta divisão.

“Aqui tenho estado em organização dos corpos 21^o e 27^o sem armamento, exercício, etc., à espera dos corpos, batalhões e artilharia.”³²

O comandante das fronteiras de Quaraí e de São Borja, nesse momento, se mostra inseguro na sua orientação.

Pondera que, “enquanto não receber ordens terminantes e enquanto lhe couber o comando das forças em operações na linha de Uruguaiana”, empregará “os meios de obstar a passagem do inimigo” e interroga a seguir: “Devo obstar a passagem dos paraguaios? Ou devo consentir que eles passem ao nosso território?”

Advertiu, a seguir, que, para obstar a invasão, era “preciso dividir as forças em pontos, visto que não se sabe qual será o escolhido e que, neste caso, podia o nosso exército³³ destacar ao menos uma divisão, para reforçar onde convier.”³⁴

O ponto estratégico escolhido por Canabarro, enquanto não voltassem “ao menos nossas cavalarias do Estado Oriental”, comunicou ele, foi as pontas do Ibirocaí, no Município de Uruguaiana, porque daí, esclareceu, poderia acudir a fronteira de Quaraí ou de Missões.

Interrogou novamente se devia obstar a invasão e ponderou que “para esse fim ou para entreter o inimigo, até a chegada de forças do exército, era necessário que a 1^a e a 2^a divisões desde já fossem marchando para a

32 Carta de 20-2-1865.

33 Referência ao exército sob o comando do general Osório.

34 Ofício de 19-4-1865.

fronteira do Uruguai” e advertiu: “a 2ª está a cem léguas, o 1º de Voluntários, em maior distância.” E, como a se cobrir de responsabilidades futuras, observou: “estas são partes do todo que deve operar, obstar a passagem ou entreter o invasor até ser batido.”³⁵

Pelo comandante da 1ª Brigada da 1ª Divisão

Vejamos, finalmente, a parte relativa ao coronel Antônio Fernandes Lima, que fora também, em dezembro de 1864, nomeado comandante da brigada que devia defender a fronteira do Uruguai de São Borja a Uruguaiana.

Esse intrépido e constante servidor do Brasil, ao ter conhecimento de que forças paraguaias se dirigiam para dois pontos da fronteira confiada à sua guarda, comunicou ao seu comandante de divisão que, em vista desses movimentos, seguia com sua brigada para “a costa do rio Uruguai, no vau de Santa Ana, quase junto à barra do Butuí, centro das vilas de Itaquí e São Borja, para com presteza acudir ao ponto sobre o qual tentasse o inimigo passar.”³⁶

Quatro dias depois, tendo recebido informações de “que não havia força alguma em marcha para a fronteira” que lhe fora confiada, resolveu voltar com a brigada para Passo das Pedras, onde aguardaria ordens.”³⁷

Apresentou, mais tarde, como justificativa desse seu ato, além das informações sobre o inimigo, mais estes motivos: o “mau estado da cavahada” e o péssimo estado sanitário da tropa: estavam “adoecendo as praças em número espantoso”, em vista “do estado de pobreza” das mesmas, que “não tinham com que se cobrirem, como já por muitas vezes tinha participado.”³⁸

Juízo crítico

Relativamente ao ministro da Guerra, antes da invasão, se verifica que, ao lado de ordens acertadas para a defesa da província, como sejam

35 Carta de 19-4-1865.

36 Ofício de 20-4-1865.

37 Ofício de 24-4-1865.

38 Ofício de 2-6-1865.

as de concentração de tropas na fronteira de Missões, dera outras prejudiciais à nossa defesa, tais como a de serem atendidas requisições de tropas de infantaria que o general Osório fizesse diretamente ao comandante das Armas, ou das divisões estacionadas na fronteira e, mais ainda, que seguissem para o Uruguai praças de cavalaria para o completo de 6.000 homens do exército lá em operações.

Eram deficientes as tropas existentes no Rio Grande do Sul para sua defesa. O cumprimento da ordem do ministro da Guerra agravaria mais essa penúria.

Semelhante ordem evidencia que o ministro da Guerra desconhecia as necessidades, que eram grandes, para manter a integridade da província ameaçada.

O aviso de 22 de maio se reveste de um grave defeito como ordem militar – não é preciso; chega a ser dúbio; dá margem a interpretações que podem ser contrárias ao seu pensamento.

Dizia-se nesse aviso que ficavam “prejudicadas algumas ponderações” feitas na confidencial de dois dias antes e se recomendava marchasse “para a fronteira de Missões a força disponível.”

Ficou, desse modo, ao presidente o arbítrio de interpretar quais as “ponderações prejudicadas” e o direito de julgar qual “a força disponível.”

Daí a manutenção nas fronteiras de Bagé e Jaguarão de dois terços da 2ª Divisão, visto que as deliberações do Dr. Marcelino Gonzaga a esse respeito eram claras e positivas – dissera, na confidencial de 13 de maio, que mantinha a ordem para a permanência lá de suas brigadas e que nenhuma providência mais tinha a dar sobre marcha de corpos.

Consequência: dois terços da 2ª Divisão Ligeira ficaram inativos, a grande distância, do ponto invadido em 10 de junho de 1865.

Quanto à atitude do comandante das Armas, é de lamentável dubiedade, principalmente no que se refere à cooperação da 2ª Divisão na defesa da fronteira de Missões.

A 3 de maio, entendia que para ali devia marchar essa força; seis dias depois, pensava melhor poupar a cavalaria e, decorridos 21 dias, já quase nas vésperas da invasão, ignorando a situação da referida força, dizia precisar saber se ela continuava nas fronteiras de Jaguarão e Bagé ou

se cessavam os motivos pelos quais lá fora ordenado permanecesse; que, se não fosse mais necessário, “poderia marchar para o Uruguai, deixando uma brigada de observação.”

Com um chefe militar simplesmente nominal e que se prestava ao papel de simples títere do presidente da província; que ignorava a situação de conjunto das tropas e carecia de conhecimento da necessidade da assistência destas em pontos vulneráveis; que dava ordens que não eram cumpridas, porque perturbavam a eficiência da defesa, era fatal que acontecesse o que naturalmente aconteceu – a invasão –, por falta de elementos capazes de impedi-la.

O comandante da 1ª Divisão Ligeira, em janeiro de 1865, tinha orientação precisa sobre o perigo e os meios de defesa na fronteira de Missões.

No mês seguinte afirmava não seríamos incomodados pelo inimigo por muitos dias, mas para que assim acontecesse insistia nos recursos solicitados.

Manifesta-se, em seguida, inseguro sobre seu papel, o que é mau sinal.

Fez estas interrogações impróprias de um chefe militar destacado em uma fronteira para a defesa desta:

“Devo obstar a passagem do inimigo ou devo consentir que ele passe ao nosso território?”

Dissera antes, é verdade, que, enquanto não recebesse ordens em contrário, empregaria todos os meios para obstar a passagem.

Não era outra sua missão, pela finalidade da tropa cujo comando lhe fora confiado.

Tendo em vista a necessidade da subdivisão da força, pediu lhe viesse auxílio do exército sob o comando do general Osório.

Escolheu como ponto estratégico, para o grosso de sua divisão, as pontas do Ibirocaí.

A eleição desse ponto foi acertada – o mal resultou de haver se fixado aí como se estivesse em quartel de inverno.

Quanto ao comandante da 1ª Brigada da 1ª Divisão, que tem sido alvo de acusações, se verifica, entretanto, que agiu acertado, conside-

rando-se em seu favor não só as informações contraditórias sobre o inimigo, como a situação de penúria da tropa sob suas ordens, que o obrigava a certas tolerâncias.

O grande mal, o mal geral, o mal de todos, entretanto, foi, é indiscutível, a falta de um comando único, ou melhor, como quis e sempre entendeu o general Caxias: uma autoridade enfeixando em suas mãos a presidência da província e o comando em chefe.

O sensato e ilustre Dr. Marcelino de Sousa Gonzaga sentiu e proclamou essa necessidade, dizendo em seu ofício de 9 de julho: “Uma dolorosa experiência de 14 meses de administração desta província tem-me feito convencer que, na atualidade, o difícil e espinhoso cargo que tenho a honra de ocupar deve ser exercido por quem possa reunir o supremo comando das forças militares.”

No capítulo “Responsáveis pela invasão”, esse ponto será devidamente estudado.

.....

Capítulo II

PLANO DE CAMPANHA

A VULTA ENTRE OS ERROS cometidos no Brasil, no início da Guerra do Paraguai, não terem sido os preparativos para a luta orientados por um plano de campanha.

Se tivéssemos agido por esse processo orientador, é de se crer que a Província do Rio Grande do Sul não houvesse sofrido o massacre que sofreu, porque teriam sido tomadas melhores e mais eficazes providências para protegê-la contra o ataque inimigo.

Tinha que ser assim, porque um plano de campanha que já era preceito conhecido na época, além de “indicar claramente o objetivo das operações e de estimar de modo preciso, sem exagero algum, os meios e os recursos dos exércitos beligerantes”, deve prever:

- a) - a vitória, em todos os casos, para que possa estabelecer medidas para bem aproveitá-la;
- b) - os reveses, para cogitar dos meios capazes de aparar em tempo os golpes;
- c) - todas as manobras que possa fazer o inimigo, a fim de serem postos em ação os recursos necessários para as tornar ineficazes.

Assim tinha que ser, visto que o grande Napoleão já doutrinara: “Um plano de campanha deve prever tudo o que o inimigo pode fazer e, em si mesmo, conter os meios de baldar.”

A defesa do Rio Grande do Sul tinha que ser prevista em um plano de campanha na guerra que Solano López trazia ao Brasil, pois era evidente que essa província seria atacada.

Estavam a indicar o ataque a concentração de tropas paraguaias em Itapua e, além disso, as solicitações do chefe supremo do Paraguai, em 14 de janeiro de 1865, para livre trânsito pelo território argentino de Corrientes, a fim de nos guerrear.

Embora negativa fosse, como foi, a resposta argentina, era de se saber que Solano López não mudaria de propósito, visto que era vaidoso, impulsivo e inconsequente e, por isso, a recusa o havia de espicaçar.

O arguto Pimenta Bueno, que fora nosso representante diplomático em Assunção, já havia advertido: “O atual presidente Francisco Solano López é moço pretensioso, caprichoso, temerário.”

O general Osório, em ofício de 18 de março de 1865, alertara ao visconde de Camamu sobre a necessidade de se tratar da defesa do Rio Grande do Sul, porque, disse ele referindo-se a Solano López, “do seu orgulho tudo se deve esperar” e observou “toda a prevenção será pouca.”

É de se mencionar aqui que Solano López havia estabelecido, em seu plano de campanha, a invasão do Rio Grande do Sul. É o que fica plenamente demonstrado na seguinte narrativa do Dr. Vásquez Sagastune, representante diplomático do Uruguai em Assunção, em 1864: “Tal era a confiança que tinha no êxito dessa campanha, que havia marcado no mapa um lugar nas imediações de Porto Alegre. Certa vez, explicando seu pensamento, disse-me, pondo o dedo sobre o ponto marcado no mapa: *Aqui, senhor ministro, faremos a paz.*”

Plano de campanha de Caxias

O governo brasileiro solicitou, em 20 de janeiro de 1865, do eminente marquês de Caxias, então senador do Império, um plano de campanha.

O ilustre general, com a simplicidade de clareza que era apanágio de sua lúcida inteligência, cinco dias depois, com admirável descor-

tino, traçou, em linhas gerais, o plano solicitado, que era, em essência, o seguinte:

I – Organização de um exército de 50.000 homens, sendo 35.000 de infantaria, 10.000 de cavalaria e 5.000 de artilharia.

II – Emprego simultâneo de 45.000 homens das três Armas, contra o Paraguai, deixando 5.000 no Rio de Janeiro e em Santa Catarina.

III – Dividir o exército destinado à invasão em três colunas ou corpos de exército, com as seguintes missões:

a) - A primeira coluna, com 25.000 homens, devia invadir o Paraguai, pelo Passo da Pátria, no rio Paraná, pela estrada mais próxima e paralela a esse curso d'água, tendo como primeiro objetivo Humaitá e depois Assunção.

Devia operar em combinação com a esquadra, subindo o rio Paraguai.

b) - O avanço além de Humaitá devia ser combinado com a coluna de Mato Grosso.

A segunda coluna, forte, de 10.000 homens, operaria por Miranda, com dois objetivos: 1) assegurar a cavilhada e gados aí existentes; 2) obrigar o inimigo a distrair forças de sua base de operações, facilitando assim a tomada de Humaitá.

Só deveria, entretanto, passar para o sul do Apa quando recebesse ordem do comandante da coluna principal, isto é, da primeira.

c) - A terceira coluna, com o efetivo de 10.000 homens das três Armas, bem comandada, constituída pelas forças da guarnição da fronteira do Uruguai e concentradas em São Borja, destinava-se a chamar a atenção do inimigo pelo lado de São Cosme, Itapua ou São Carlos, para evitar que nos fosse cortada a retirada pelo Passo da Pátria, no caso de sermos mal sucedidos em Humaitá e, ao mesmo tempo, impedir a concentração de todas as forças paraguaias naquela fortaleza, para receber o nosso ataque.

O ilustre historiador argentino coronel João Beverina, estudando o plano de campanha de Caxias, disse que “o marechal brasileiro manifestou nesse documento a sua alta competência como *organizador*” e observou, a seguir, que “não se pode expressar um juízo igualmente favorável ao mesmo marechal no julgamento de seu papel de *estratega*, tomando-se como base a situação em janeiro de 1865, isto é, quando a República Ar-

gentina deve ser considerada neutral “e que, portanto, nessa situação, era problema de solução impossível o transporte simultâneo dos 35.000 soldados das três Armas, que pelo Passo da Pátria deviam invadir o Paraguai em direção de Humaitá”.

Ainda sob o mesmo fundamento, ponderou “ser uma incógnita de difícil solução a forma pela qual os 10.000 homens da fronteira de São Borja deveriam chamar a atenção do inimigo para São Cosme, Itapua ou São Carlos, achando-se interposto em território neutral.”

Depois dessas considerações, acrescentou o ilustre crítico: “Apesar desta falha, as proposições do marquês de Caxias têm sumo valor!”³⁹

A crítica desfavorável ao plano de Caxias, considerando-se a neutralidade argentina, seria cabível se não existisse presunções em que o nosso eminente general certamente se fundou para estabelecer seu plano de operações.

Caxias contava, talvez, com o trânsito livre pelo território argentino, solicitado pelo nosso representante diplomático em Buenos Aires e, assim sendo, ignoraria a resposta negativa do general Mitre, porque estava na firme resolução de manter neutralidade.

Era, ainda, justificável o plano de Caxias no ponto desfavoravelmente criticado, em face do “acordo entre o governo da Confederação Argentina e o Império do Brasil, consignado em protocolo, para que, na eventualidade de uma guerra entre este país e o Paraguai, se facultasse ao Império o trânsito pelo território argentino.”

É verdade que o general Mitre, quando consultado, em fins de 1864, sobre a execução desse protocolo, declarara “que de nenhum modo reconhecera essa obrigação, porque estava decidido a se manter neutro.”

Acontece, entretanto que, nessa ocasião, o nosso representante diplomático em Buenos Aires, Filipe Antônio Pereira Leal, conversara sobre o assunto com o chanceler argentino D. Rufino Elizalde, conversa esta que foi registrada em um projeto de protocolo, tendo sobre o assunto assim se manifestado o então ministro de Relações Exteriores da Argentina:

39 *La Guerra del Paraguai*, Buenos Aires, II, pp. 155-6, 1921.

“A violação do território argentino por tropas do Paraguai não era um fato provável como o compreendia o Sr. Leal, mas, se desgraçadamente tivesse lugar, seria considerado pelo governo argentino com todo o caráter que lhe imprime o Direito Internacional, e ele, por consequência, se prestaria com a melhor vontade a combinar sua ação defensiva ou ofensiva com o governo de Sua Majestade o imperador, e veria nesse fato um motivo para consolidar a união dos dois países e dos dois governos.”

O Dr. Rufino Elizalde era, nessa época, noivo de uma filha de Pereira Leal e isso nos fez conjecturar o quanto estaria o nosso ministro enfronhado do que ia pelos bastidores da política internacional da Argentina e do que, sem dúvida, dava ciência ao seu governo. Há um exemplo disso.

Em ofício de 19 de outubro de 1864, Pereira Leal explica à nossa chancelaria “como teve a ideia daquele protocolo”, assegurando, nessa ocasião, que Elizalde o assinaria “logo que houvesse a menor possibilidade de que o Paraguai violasse ou tentasse violar o território argentino ou que ele”, Pereira Leal, vide bem o que se segue, “não obstante as razões expedidas, ordenasse a Elizalde que o levasse a efeito.”

Existem ainda para justificar o plano de Caxias, na parte estratégica, as conhecidas manifestações do general Justo José Urquiza no sentido de que fosse dado trânsito livre pelo território argentino a ambos os beligerantes.

Em carta de 23 de dezembro de 1864, Urquiza manifestava ao general Mitre a conveniência de ser permitido “o trânsito livre e inocente a ambos os beligerantes pelos territórios despovoados das Missões”.

Esses territórios constituíam, em grande parte, a zona em litígio entre o Paraguai e a Argentina, à margem esquerda do Paraná.

Em face dos antecedentes, que não foram considerados pelo ilustre crítico argentino, basta um golpe de vista sobre uma carta geográfica compreendendo o Paraguai, a Argentina e o Brasil, para se encontrar a incógnita que ao referido crítico pareceu de tão difícil solução.

Do exposto e à vista dos acontecimentos, se verifica o descortino e o acerto com que o eminente e glorioso patrono de nosso Exército traçou seu plano de campanha, sob o ponto de vista de ofensiva.

Esse documento, pela sua simplicidade, ou melhor dito, por sintético, mais se aproxima de um plano de operações e, por isso, estava a exigir fosse executado pelo autor, que tinha, indubitavelmente, pleno conhecimento dos três elementos fundamentais a serem considerados em um plano de campanha: geográfico, histórico e estatístico.

Nesses elementos, sem a menor dúvida, se baseou Caxias para a feitura do referido documento.

O ilustre general não era estranho à ideia de ser ele o comandante em chefe das forças brasileiras na guerra com o Paraguai e, por isso, desde fins de 1864, embora no exercício de senador do Império, vinha se preocupando com a situação de nosso Exército em face dessa guerra e, em abril de 1865, em carta ao general Frederico Caldwell, então no Sul, solicitou informações sobre a tropa em geral, porque, disse ele, “o imperador tem a ideia fixa de me mandar comandar o Exército.”

Nenhuma referência há no plano de Caxias sobre a “defesa de alguns pontos de nossa fronteira”, que fora, entretanto, objeto de solicitação do ministro da Guerra.

Esse assunto foi, certamente, tratado em separado.

Acreditamos constasse do “plano de organização do Exército” ou dos “apontamentos” que o ilustre general entregara ao ministro da Guerra, contendo, segundo disse, “muitas providências que julgava devia o governo tomar com tempo a fim de poder, com vantagem, realizar as operações de guerra que projeta contra o Estado do Paraguai.”

Na observação que o nosso grande general fazia ao governo sobre a necessidade de tomar “providências com tempo”, para que pudesse fazer a guerra “com vantagem”, está o elogio de sua clarividência e a demonstração de sua notável capacidade de chefe militar, visto que, com plena oportunidade, expressava este pensamento de Jomini que, infelizmente, não foi devidamente considerado: “A ofensiva assegura, a quem a toma, toda a liberdade de ação e, de algum modo, subordina-lhe os movimentos do adversário.”

Acreditamos que este ponto de vista houvesse predominado no espírito de Caxias e, daí, haver orientado seu plano de campanha somente no sentido da ofensiva, relegando para cogitação secundária a defensiva.

Resulta disso ser aquele documento meio termo entre um plano de campanha e um plano de operações.

Plano de Pimenta Bueno

O ilustre marquês de São Vicente – José Antônio Pimenta Bueno – também, em janeiro de 1865 e 22 dias antes de Caxias, apresentou ao governo brasileiro um plano de campanha, interessantíssimo pelas informações que contém e apreciável pelas ideias de manobras, considerando-se, a este respeito, que era da autoria de um civil, também por coincidir com o do patrono de nosso Exército, em dois pontos principais.

Eis, em síntese, o plano do ilustre estadista brasileiro, que era simplesmente ofensivo:

I – Devia ser organizado um exército de 42.000 homens, para atacar o Paraguai.

II – A ofensiva devia ser realizada por duas colunas:

A principal, de 32.000 homens, operaria pelo sul do país inimigo, tendo Humaitá como primeiro objetivo e Assunção como segundo.

A outra coluna, com o efetivo de 10.000 combatentes, deveria fazer “forte diversão” pelo norte do Paraguai, partindo de Mato Grosso, para obrigar o inimigo a distrair forças de Humaitá para a fronteira do Apa.

Lembrou ainda outro meio de ação, isto é, um ataque direto a Assunção, por meio de desembarque entre Itapua e Passo da Pátria e “ir com todo o exército sobre a capital, tomá-la e regressar depois dela sobre Humaitá, do norte a sul.”

Reconheceu, porém, que isso “seria ainda mais custoso” que a invasão por Humaitá, salvo, acrescentou, “se levássemos tanta força que nos restasse ainda o suficiente, para desembarcar esta última abaixo de Humaitá e tomar a fortaleza; ou quando o exército desta fosse encontrar o de invasão, ou auxiliar pelo sul, quando o nosso exército já triunfante atacasse pelo norte.”

Pimenta Bueno computou a população paraguaia em 500.000 almas, no máximo.

Estava mal informado a esse respeito, visto que aquela população era de 1.200.000, segundo autores bem informados e, entre eles, Francisco Visner Mongenstern, in *Revista do Instituto Paraguaio*.

Calculou ainda o nosso eminente patrício que o Paraguai não poderia pôr em armas mais de 40.000 homens.

Enganou-se: o exército paraguaio contava na ocasião com 80.000 combatentes, como é suficientemente sabido e reafirmou o general Bernardino Caballero.

Acertou, entretanto, o arguto Pimenta Bueno quando advertiu: “mas o governo paraguaio, se quiser, armará tudo em massa, até as mulheres” e assim fundamentou esta afirmativa: “Não há ali vontade senão a do governo, nem *impossível* senão contrariar essa *vontade*.”

É longa a exposição do estadista brasileiro que desce a detalhes, demonstrando notável conhecimento do território paraguaio, especialmente na parte referente às suas vias de comunicações, desconhecidas então no Brasil.

Como elemento informativo é este plano o mais precioso documento da época que se conhece. Supera, nesse sentido, tudo que possuímos no Ministério da Guerra.

Plano de Tamandaré

O ilustre e bravo almirante Joaquim Marques Lisboa, marquês de Tamandaré, apreensivo porque o governo imperial “ainda não dera a conhecer o plano geral de campanha e nem exigia a oposição de seus generais de mar e terra incumbidos do comando das forças em operações”, julgou, em 3 de março de 1865, de seu dever, em bem do serviço público, conforme acentuou, ocupar a atenção do governo com a elaboração de um plano de campanha, assunto esse, frisou o nobre almirante, “de capital importância”, porque se devia “romper no mais curto prazo possível as hostilidades contra a República do Paraguai.”

Apresentou, então, com interessantes ideias um plano de operações, que é em linhas gerais o seguinte:

I – Pôr em pé de guerra 50.000 homens para invadir o Paraguai.

II – Concentrar um corpo de observações no Rio Grande do Sul, em São Borja, cujo efetivo não especificado indica a finalidade: ameaçar uma invasão por Itapua.

III – Bloquear os portos paraguaios.

IV – Atacar o Paraguai pelo sul, tendo como primeiro objetivo Humaitá.

Esse ataque deveria ser realizado por 30.000 homens, apoiados pela esquadra, devendo ser estabelecida previamente uma cabeça de ponte, com o desembarque de 10.000 homens 15 milhas abaixo daquela fortaleza.

V – Levar, ao mesmo tempo do ataque geral pelo sul, outro pelo norte, com um corpo de exército de 20.000 homens.

Espírito militar brilhante e atilado, e homem versado na história das lutas de todos os tempos, observou o vigilante e bravo marinheiro a conveniência de “tomarmos desde logo a ofensiva.”

Manifestando-se desse modo, agia de inteiro acordo com os ensinamentos do passado e com os grandes mestres militares, entre eles o arquiduque Carlos, que sentenciara: “A guerra ofensiva sob qualquer ponto de vista é a que mais rapidamente alcança o objetivo desejado.”

Com a atitude e elementos mencionados, entendia o galhardo almirante que dentro de três meses atingiríamos o segundo objetivo de nosso ataque: a capital paraguaia.

O plano em apreço era, como anteriormente referido, puramente ofensivo.

Plano dos aliados

Assinado o Tratado de Tríplice Aliança, a 1º de maio de 1865, os generais aliados, nesse mesmo dia, concertaram seu plano de operações, em Conselho de Guerra, em que tomaram parte os generais Bartolomeu Mitre e Justo José Urquiza (argentino), Venâncio Flores (uruguaio), almirante marquês de Tamandaré e o brigadeiro Manuel Luís Osório (brasileiro).

Segundo a ata lavrada, se estabeleceu um plano de campanha que era este, em linhas gerais:

I – *Objetivo*: Humaitá, devendo a esse sentido “subordinarem-se as operações e os itinerários militares.”

II – *Linha de operações*: rio Paraná, “por ser o caminho militar mais natural e mais fácil e que leva mais diretamente ao objetivo.”

III – *Concentração*: Província de Corrientes, para a infantaria e artilharia, visto que tanto a cavalaria brasileira como a oriental deviam “penetrar pela fronteira do Uruguai.”

IV – *Distração do inimigo*: “para Candelária e Província de Mato Grosso, mediante um exército regularmente preparado.”

V – *Operações da esquadra brasileira*: seria “habilitada para poder efetuar operações mais decisivas, contando com maior número de forças de desembarque, até que os aliados se achassem em condições de abrir a campanha com segurança.”

Somente uma coisa é positiva no plano dos aliados: o primeiro objetivo – Humaitá – e é de observar aqui que apenas deste se cogitou.

Na *linha de operações*, só se tratou, claramente, dos movimentos da infantaria e da artilharia, visto que à cavalaria foi indicado vagamente, como único rumo, que “deveria penetrar pela fronteira do Uruguai” na certeza de que encontraria “na Província de Entre-Rios suficiente elementos de mobilidade.”

Qual deveria ser o destino, depois da posse desses elementos, não se disse.

O ponto de concentração também é vago, porque, segundo a ata referida, “os generais convieram em que devem concentrar todo o seu poder na Província de Corrientes.”

Ora, essa província é constituída por um vasto território, limitado ao norte e a oeste pelo rio Paraná, a leste pelo rio Uruguai e ao sul com a Província de Entre-Rios.

Era indispensável determinar nesse território o ponto de concentração.

Vago ainda é o modo por que se devia “chamar a atenção do inimigo para Candelária e para Província de Mato Grosso”, visto não se haver estabelecido como deveria agir o chamado “exército regularmente preparado”, inexistente então.

Não seria, como é de supor, por meio de uma diversificação *ofensiva*, por isso que “a invasão do território paraguaio por Candelária, São Cosme ou outro ponto imediato” foi “considerada como um ponto

falso de invasão”, devendo ser aproveitado unicamente para chamar a atenção do inimigo.

Quanto às operações da esquadra, é o que há de mais impreciso e inexpressivo, nesse plano de campanha.

Não se cogita da defesa do território argentino, já invadido pelos paraguaios, nem do Rio Grande do Sul, na iminência de ser atacado.

Pensou-se no futuro remoto, esquecendo-se o presente e o futuro próximo.

Não era, nem mesmo “em linguagem confusa”, como já houve quem dissesse, o plano de Caxias, visto que deste não tinha a clareza, nem o delineamento das operações asseguratórias dos dois principais objetivos da campanha: Humaitá e Assunção.

“A derrota do adversário”, já havia proclamado Clausewitz, “é o fim natural da guerra” e pontificara que, em um plano de campanha, para se atingir o fim precípua da guerra, deviam ser indicados, com minúcias, “as decisões a serem seguidas, os meios a serem empregados e os esforços a serem produzidos.”

O plano dos generais aliados não era preciso a esse respeito.

Esse documento, segundo assevera o coronel Enrique S. Rotzer, é de autoria do general Mitre.

Por falta de um plano de campanha estabelecido com precisão pelo governo brasileiro inicialmente, e depois pelos aliados, ficou a defesa do Rio Grande do Sul no azar, isto é, na dependência de medidas parciais, isoladas, desconexas, porque adstritas ao juízo de cada comandante de divisão ou dependendo de promessas de auxílios dos aliados em combinações imprecisas, por meio de cartas.

Não existia comando em chefe para as tropas brasileiras, a fim de articular as que haviam feito a campanha do Uruguai, e lá estacionavam, com as que se achavam no Rio Grande do Sul.

Não se tendo praticado a ofensiva imediata como haviam indicado Caxias e Tamandaré, era fundamental que se cogitasse, de modo preciso e eficiente, da defesa de nossa fronteira ameaçada.

Isso, entretanto, não se fez e, dessa displicência, resultou a invasão do Rio Grande do Sul, em junho de 1865.

Outros planos

Foram, no início da guerra, formulados diversos planos de campanha, alguns em virtude de solicitação e outros espontaneamente.

Entre estes, cita-se um de que não se tem conhecimento integral, da autoria do então tenente André Rebouças.

O que a este respeito se conhece são simples ideias manifestadas em palestra com o ministro da Guerra e constantes do *Diário* do referido Rebouças:

“16 de maio de 1865. Às 3 horas da tarde estava na Secretaria da Guerra. O conselheiro Ferraz disse que eu estava nomeado para seguir como engenheiro, sob as ordens do Dr. Carvalho. Perguntei-lhe qual a marcha de operações de nosso exército. Disse que hoje estava tudo isso dependendo do Tratado de Tríplice Aliança com as Repúblicas Argentina e do Uruguai e que provavelmente o Paraguai seria atacado pelo Passo da Pátria.

“Fiz-lhe ver que nada obstaría e que haveria mesmo muita conveniência em que o exército do Rio Grande do Sul operasse por si contra as forças que estão no território das Missões e que invadissem o Paraguai por Itapua, seguindo daí até Vila Rica, que era o verdadeiro coração do Paraguai.”

Não se tratava, pois, de um plano de campanha, mas de ideias gerais e vagas.

A invasão do Paraguai, em maio de 1865, pelo chamado “exército do Rio Grande do Sul” seria uma temeridade, se antes não fosse um grave erro militar, semelhante ao cometido pelo coronel Camisão na incursão a Laguna.

Sofreríamos, fatalmente, um desastre no sul do Paraguai, igual ao sofrido no norte com os poucos elementos armados existentes na província sulina, se invadíssemos o território paraguaio em demanda de seu “verdadeiro coração” em Vila Rica.

Ignorava o tenente estrategista que nessa época, segundo afirmou o general Osório ao general Mitre, “não havia exército de observação nem de defesa” no Rio Grande do Sul.

Rebouças devaneava simplesmente e, talvez por isso, seu “plano não mereceu nenhuma atenção.”

O ministro da Guerra, na mesma data em que se dirigiu a Caixias, a 20 de janeiro de 1865, solicitando um plano de campanha, também expediu um aviso-circular a diversos generais sobre o mesmo assunto, com quatro quesitos.

O terceiro, que é de se mencionar aqui, por interessar o ponto em apreço, foi assim redigido: “Qual o melhor plano de campanha a adotar-se para assegurar o triunfo de nossas Armas?”

O recurso de que se utilizou o ministro da Guerra decorreu da circunstância de a repartição do ajudante-general do exército, tendo a seu cargo a defesa nacional, não haver cogitado desta.

Sonhando com a paz, estávamos alheios à verdadeira finalidade do exército. Assim não cogitávamos de inimigos prováveis e, conseqüentemente, muito menos, de planos de campanha.

As respostas dos generais evidenciam a ausência de nosso preparo para uma campanha eventual e dão a medida da mentalidade dos interrogados.

Valem, portanto, somente como elementos nesse sentido, para os estudiosos de nosso passado. É com esse objetivo que passamos a transcrevê-los:

DO TENENTE-GENERAL JOSÉ MARIA
DA SILVA BETANCOURT, ENTÃO
CONSELHEIRO DE GUERRA

“É bem difícil a resolução deste problema e muito principalmente para mim e, creio, que para muitos outros, que ignoram a topografia desse país; eu o resolverei de uma maneira genérica.

“Depois de completo e mobilizado o exército – o que convém fazer com a possível rapidez – é incontestável que se deve atacar o inimigo por todos os lados vulneráveis, a fim de obrigá-lo a dividir suas forças, sem compreender o plano: portanto, o emprego do exército deve ser acompanhado do da esquadra, e sempre de acordo, convindo muito que uma força, a maior que for possível, embarque e venha ameaçar, quando não possa

combater o inimigo, pelo lado de Mato Grosso, que ficará desembaraçado logo que o exército brasileiro principie sua marcha.

“Não me privarei de dizer que o forte de Coimbra deve ser a todo custo e quanto antes retomado, e que não se diga que isso trará perdas e dificuldades, mormente de transportes, conquanto seja verdade, porque se tal não puder ter lugar, o que poderemos fazer ao Humaitá?

“Em canoas também se transportam homens e elas não faltam em Mato Grosso, acrescento que essa grande quantidade de índios fortes, amigos dos brasileiros e decididos inimigos dos paraguaios, podem ser empregados como auxiliares dessa empresa, não faltando exemplos que garantam o bom resultado.

“A base de operações do exército, que deve ser de antemão escolhida, é sempre conveniente que seja no território do Império e o mais próximo que puder ser do teatro da guerra e, na falta de uma praça ou povoação fortificada, deve escolher-se um ponto estrategicamente forte, Missões por exemplo, se a marcha tiver de fazer-se por esse lado, partindo de São Borja ou São Nicolau, lugar mais próximo de Candelária, passando aí o Uruguai e atravessando, com consentimento ou sem ele, o Estado de Corrientes. Se, porém, não convier concentrar o exército, preferindo-se abrir caminho pelo Estado Oriental e Entre-Rios, para ficar em prontas relações com a esquadra, a fim de contar com prontos recursos, a base de operações deverá ser Caçapava, única fortificação que temos no centro do Rio Grande, ou mesmo em outro ponto próximo que não esteja, porém, sobre a fronteira, o qual se fortificará convenientemente.

“A linha de operações deve ser também antecipadamente detalhada e é sobre isso que vou fazer minhas reflexões, convindo declarar que não previstos motivos podem levar o comandante do exército a mudá-las, para aproveitar qualquer circunstância favorável, que fora do teatro das operações não será dado apreciar.

“Esta facilidade, que não deve retirar-se do general a quem couber a glória de ser escolhido para comandar o exército invasor, lhe dá o direito de traçar o ataque como o momento lhe ditar. A ele, pois, caberá a resolução definitiva deste terceiro quesito.

“A grande confiança que revela essa escolha do governo, a fortíssima responsabilidade que ela impõe não permitem que se lhe trace o caminho da vitória, sua inteligência é que lho há de apontar.

“Posto o exército em marcha, a esquadra deverá subir o Paraná e ir tomar posição conveniente no Paraguai, acima das Três Bocas, prestando-se as embarcações que demandarem menos água a subir o Paraná até Candelária, porto de Corrientes na margem esquerda desse rio, fronteiro a Itapua, povoação do Paraguai, de onde partem estradas para Humaitá e para Assunção. Estas embarcações poderão conduzir os objetivos mais pesados do exército, as reservas, etc. e mesmo a infantaria ou parte dela e servir a fazer a passagem do Paraná.

“A esquadra, tendo tomado posição e obrando de acordo com o exército, poderá tentar logo o ataque do Humaitá se as águas e outras circunstâncias o permitirem, e essa (como blasonam os paraguaios) tão inexpugnável fortificação não deixará de ceder ao ataque dos nossos bravos soldados de mar e terra.

“Desde que o ditador visse perdida sua decantada fortaleza, recuará como tem feito sempre que se lhe faz frente; entretanto, é minha opinião que o exército marchasse logo direto a Assunção, que a ataque, bombardeie e tome, lançando fora o ditador, dando a esse povo de bárbaros uma lição de quanto valem os.

“A tomada da capital pode bem trazer a entrega de Humaitá e, se isso não se der, far-se-á convergir para ali toda a força atacante: o resultado há de ser a tomada dessa fortificação.

“Pode acontecer que alguma circunstância não prevista dê lugar à esquadra a manobrar seja para o ataque às fortificações seja para forçar o passo. Em minha opinião, deve ela ser aproveitada, fazendo-se ao exército a conveniente comunicação, na certeza de que muito se tem exagerado a invencível fortaleza desse ponto que, quanto mais forte for, mais glória dará vencê-la para a fazer voar.

“Tudo quanto tenho expressado sobre este terceiro quesito nem é novo nem tem outro fim que mostrar que tive em vista satisfazer a ordem que recebi; estudei a pergunta e respondi o que sabia.”

Do transcrito se verifica que não foi traçado propriamente um plano de campanha, e sim considerações de ordem geral ou diretivas para

esse plano, que seriam em sua totalidade judiciosas se não aconselhassem a imprudência de atravessarmos com o nosso exército, com ou sem consentimento, o território de Corrientes.

Se isso praticássemos, desrespeitando a neutralidade argentina, em vez de a ter como aliada, tê-la-íamos como inimiga: nos aconteceria o que aconteceu ao Paraguai.

DO TENENTE-GENERAL BARÃO DE SURUÍ,
MANUEL DA FONSECA LIMA E SILVA,
ENTÃO CONSELHEIRO DE GUERRA

“Um plano de campanha, segundo minha opinião, só deve ser anunciado depois de estudos refletidos, feitos à vista da carta do país a quem se pretende fazer guerra ofensiva; e, depois de obtido o perfeito conhecimento da topografia militar dele, das memórias descritivas e de todos os mais esclarecimentos indispensáveis desse país. Estes importantes dados, pois, eu não os possuo e talvez o mesmo aconteça ao governo, à exceção da carta.

“Como, porém, só quando estiver convenientemente organizado e disciplinado, pelo menos o corpo do exército especialmente destinado a invadir o Estado do Paraguai, é que deverá ter lugar o movimento das tropas para tal fim e me parece achar-se não pouco remota essa época; nessa ocasião, poderá decerto o mesmo governo, com cabal conhecimento de tudo, indicar o plano de campanha que julgar mais vantajoso; competindo depois ao comandante em chefe do corpo do exército percorrer sua linha de operações, segundo lhe sugerir sua perícia militar e rasgo de vista, a fim de levar a efeito tão árdua comissão.

“Todavia, apresentarei abreviadamente o meu pensamento a respeito do assunto em questão, mesmo faltando-me os indispensáveis esclarecimentos como deixo supracitado: entendo, portanto, que deverá fazer seguir para a Província de Mato Grosso a força de 8.000 praças, para esta servir de núcleo à que ali se puder levantar e, com o fim de penetrar no território do Paraguai, mando o corpo de exército se aproximar de sua capital; deverão ficar 10.000 praças na fronteira da Província do Rio Grande, base das operações; 32.000 praças, enfim, deverão compor o corpo de exército que deve desta província marchar, o qual, sem dividir jamais suas forças, procurará ir diretamente à capital do Paraguai.

“A nossa esquadra deverá empenhar-se a debelar a do inimigo, vencer e ocupar Humaitá com forças de desembarque, em número suficiente, que deverá conduzir a bordo para essa difícil operação.”

Embora resumidíssimo e deficiente, este plano de operações é mais objetivo que o anterior: estabelece o efetivo dos destacamentos e do corpo de exército; determina uma base de operações e indica como objetivo a capital paraguaia.

DO BRIGADEIRO SOLIDÔNIO
JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DO LAGO

“Ao terceiro quesito direi que, organizado o exército com a força disponível de 40 a 50.000 homens de que acima faço menção, entendo que o melhor plano de campanha a adotar-se para assegurar o triunfo de nossas Armas é o da guerra ofensiva, por meio de ataques vigorosos nos pontos fortificados pelo inimigo e naqueles outros cuja vulnerabilidade nos ofereça a máxima vantagem.

“Tais operações devem ser sempre auxiliadas pelas forças navais, onde as suas operações se tornem eficazes.”

É esta resposta destituída de qualquer mérito, para o fim que foi dada.

DO BRIGADEIRO MANUEL ANTÔNIO DA FONSECA COSTA,
DEPOIS MARQUÊS DA GÁVEA. ERA ENTÃO VOGAL
DO CONSELHO SUPREMO MILITAR

“Quanto ao terceiro quesito, depende de nossas relações com a República Argentina; se ela nos permitir que atravessemos seu território, então parece-me que o nosso exército deverá marchar em duas colunas, uma de 10 a 15.000 homens por Goiás e Mato Grosso, a fim de retomar todos os pontos que se acham hoje em poder dos paraguaios, seguir depois até o rio Apa e ali esperar pela outra coluna de 30 a 30 e tantos mil homens, que, da Província do Rio Grande do Sul, deverá marchar por Corrientes até o rio Paraná, atravessar esse rio junto de Itapua, descer pela margem direita dele pela estrada que vai ao Humaitá e atacar essa fortaleza de combinação com a esquadra, devendo nessa ocasião também descer a nossa coluna que já deverá então se achar no Apa.

“No caso, porém, que não possamos atravessar o território da Confederação Argentina, parece-me que se deverá invadir o Paraguai pela fronteira de Mato Grosso, combinando esse movimento com a nossa esquadra, que procurará subir o rio Paraguai, por isso que julgo de grande dificuldade e quase impossível o desembarque de um exército de 30.000 homens das três Armas, petrechos de guerra, ambulâncias e cavallhada para desembarque em qualquer ponto aquém do Humaitá.”

Além da ponderação sobre o consentimento da Argentina para passarmos pelo território de Corrientes, pouca ou nenhuma utilidade tem a resposta supra, para o fim que foi dada.

O brigadeiro Ernesto Augusto César de Miranda limitou-se a simples diretivas ou divagações que não valem a pena serem transcritas.

Destituída de qualquer interesse é a resposta do brigadeiro Francisco Xavier Calmon da Silva Cabral, depois barão de Itapagipe e que era, entretanto, conselheiro de Guerra.

DO BRIGADEIRO JOSÉ DA VITÓRIA
SOARES DE ANDREIA

“É difícil responder satisfatoriamente a esse quesito, porque não estando declarado o objeto da guerra, não sei se as hipóteses que estabelece estarão de acordo com o pensamento do governo. Dada esta explicação, eu suponho que o objeto da guerra é irmos a Assunção, impor ao Paraguai o que o governo julgar conveniente, para plena satisfação dos insultos recebidos e segurança futura da livre navegação do rio Paraguai, devendo atacar o Estado do Paraguai por três lados: pela fronteira de Mato Grosso, por Itapua e por Humaitá.

“Expulso o inimigo da posição de que estiver de posse na Província de Mato Grosso, avançará a força em operação naquela província sobre o Paraguai, apossando-se do forte Olímpio e da povoação denominada Conceição, de onde, como nova base de operações, tomará as posições necessárias para apossar-se da linha de limites, segundo a letra dos tratados de 1750 e 1777, por ser a que mais nos convém; e marchar finalmente para Assunção, se for preciso. Se nada mais alcançar o ataque por aquele lado do Paraguai, já se consegue muito obrigando o inimigo a distrair suas forças para a defesa daquela parte de sua fronteira.

“O outro ataque e o principal, a meu ver, é por Itapua. Para efetuá-lo, se deve reunir na Província do Rio Grande do Sul, na margem do Uruguai, um exército de 30 a 40.000 homens, fornecido com todos os meios para passar rios e bater posições fortificadas, acompanhado de uma reserva suficiente, para assegurar nossa linha de operações. Essa força avançará, quando for suficiente, sobre a Candelária, tendo atravessado o Uruguai em São Lucas, por ser a distância mais curta entre os rios Uruguai e Paraná. Uma esquadilha de embarcações próprias subirá o Paraná, para coadjuvar a passagem do exército sobre Itapua e em outras operações que as circunstâncias exigirem, e que não se pode prever e menos indicar. Esta força combinará seus movimentos com a força naval que deverá estar bloqueando o Paraguai nas Três Bocas e preparada para forçar Humaitá, o que tentará em tempo que corresponda ao aproximar-se o exército de Assunção, porque é provável que o inimigo, querendo socorrer a sua capital, retire parte dos defensores de Humaitá, que poderá também ser atacada por terra, fazendo-se um desembarque em lugar conveniente, que me parece ser nas proximidades do lugar denominado Palmas. Para este desembarque haverá na esquadra a tropa que se julgar necessária, que penso ser mais de 6 a 8.000 homens.

“Este plano é baseado na hipótese de que o Estado do Paraguai dispõe de um exército formidável e que Humaitá é uma posição excessivamente forte e que para subir o rio, forçando-a, carecemos de navios encouraçados, munidos de forte artilharia, por isso a época do ataque será para quando possuírmos todos esses grandes meios de ataque. Se, porém, a hipótese não é verdadeira, o plano tem que sofrer muitas alterações, o que também pode ter lugar conforme a marcha dos acontecimentos o indicar, nem julgo praticável dar-se um plano de campanha longe do trecho de guerra, que possa ser fielmente executado, por isso limito-me às ideias gerais.”

Causa satisfação, depois de tantas decepções com as respostas anteriores, ler-se uma como esta do ilustre general Soares de Andreia.

Seu plano, que é datado de 30 de janeiro e se funda em considerações judiciosas, é semelhante ao de Caxias, com a diferença de estabelecer o ataque principal por Itapua.

Do exposto se verifica que o governo brasileiro, não estando preparado para a defesa nacional e nem desta tendo cogitado contra um inimigo externo, tratou, no momento de ser atacado, de estabelecer um plano de campanha com a omissão da repartição do ajudante-general do exército, recorrendo à opinião de diversos oficiais-generais, sendo alguns deles conselheiros de Guerra.

Recebidas as respostas, entre as quais se salientavam a do conde de Caxias e a do brigadeiro Soares de Andreia, não lhes deu, entretanto, como devia, a atenção que o momento estava a exigir, preferindo fazer guerra ao azar, caminhando às tontas, com os olhos vendados pela incompreensão.

.....

Capítulo III

ATUAÇÃO DO GOVERNO CENTRAL E DE SEUS DELEGADOS

Do ministro da Guerra – *Criação dos corpos de voluntários da pátria – Indicação de Caxias para comandante em chefe – Designação do general Frederico Caldwell para comandante das Armas do Rio Grande do Sul – Concentração do exército em um campo de instrução – O interesse político externo acima do interesse militar interno.*



QUANDO SOLANO LÓPEZ, dominado pela influência de Vásquez Sagastune,⁴⁰ iniciou a guerra com o apresamento inusitado do vapor mer-

40 É hoje ponto pacífico a influência danosa desse representante do governo uruguaio junto a Solano López, naquele momento.

Confirmam essa influência autorizados historiadores paraguaios e, entre eles, um íntimo do ditador – Juan Crisóstomo Centurión, que assim narra o ocorrido:

“Não resta a menor dúvida de que o ministro, o Sr. Sagastune, com seus dotes oratórios e habilidade, influiu poderosamente no ânimo de López para destruir suas vacilações e precipitá-lo na guerra, excitando com lisonjas constantemente seu amor-próprio e vaidade, com sugestões próprias para inspirar-lhe pretensões altivas e ambiciosas.

“O primeiro ato de hostilidade contra o Brasil e que foi a captura do navio *marquês de Olinda*, pertencente a uma empresa brasileira de vapores que faziam carreira entre Corumbá e Montevidéu, foi devido, pode dizer-se, à inspiração do Sr. Sagastune.” (*Reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay, I* – 192, 193.)

cante brasileiro *marquês de Olinda*, em novembro de 1864, era ministro da Guerra do Brasil, no 20º Gabinete, de 31 de agosto desse ano, com a ascensão ao poder do Partido Liberal, o general Henrique de Beaurepaire Rohan, visconde de Beaurepaire, que exerceu o cargo até 2 de fevereiro do ano seguinte.

Cabia, pois, a esse ilustre general tomar as primeiras medidas para a defesa do país, especialmente nas províncias de Mato Grosso, invadida, e do Rio Grande do Sul, ameaçada de iminente invasão.

Entre as providências tomadas, atendendo ao diminuto exército existente, se destaca a criação de corpos de voluntários da pátria que, com tanto vigor, eficiência e exemplar patriotismo, corresponderam às esperanças do Brasil, na árdua missão que lhes foi confiada.

Outra providência, reveladora da perfeita compreensão do momento difícil em que nos achávamos e que importaria em assegurar a nossa defesa pelas armas, foi a proposta apresentada em conferência do Ministério, para que fosse convidado o marquês de Caxias para comandante em chefe de nosso exército.

A não realização dessa medida, por tacanho espírito de partidatismo, isto é, por ser a situação liberal e pertencer Caxias ao Partido Conservador, deu causa à renúncia de Beaurepaire daquele alto cargo.

O ilustre demissionário já se achava desgostoso com a orientação do Gabinete sobre a guerra, discordando do plano de campanha por ele sugerido e que consistia em ataque direto à capital paraguaia, através do território brasileiro, por uma estrada de Curitiba a Mato Grosso, com a cooperação da esquadra, que deveria estabelecer bloqueio a jusante de Humaitá.

Beaurepaire Rohan entendia deviam ser iniciadas prontamente as operações contra o Paraguai, para se ter as vantagens da ofensiva.

O presidente do Gabinete, conselheiro Francisco José Furtado, entretanto, não pensava assim, por julgar se devia primeiramente liquidar a questão oriental.

Eis seu pensamento a esse respeito, manifestado em carta de 8 de janeiro de 1865 ao conselheiro José Maria da Silva Paranhos, então nosso ministro plenipotenciário no Prata: “Façam os paraguaios o que quiserem, não podendo batê-los ao mesmo tempo que aos *blancos* de Montevideú, só

havemos de tratar séria e exclusivamente daqueles depois de desembarçados do Uruguai.”

Esta orientação governamental explica por que não foi imediatamente organizado um exército no Rio Grande do Sul, com capacidade para impedir a invasão ali ocorrida a 10 de junho de 1865 e importa em afirmar que o Gabinete Furtado não tratou, em tempo, “séria e exclusivamente” do preparo para a guerra que nos assolava na Província de Mato Grosso, desde dezembro de 1864 e que ameaçava evidentemente o Rio Grande do Sul.

Para que se avalie o descaso pela defesa da última província citada, basta que se diga que nenhum plano de operações foi mandado adotar pelo mencionado Gabinete até sua queda, em maio de 1865.

Outra medida tomada por Beaurepaire foi a designação, em 24 de dezembro de 1864, do general João Frederico Caldwell, então ajudante-general do exército, para, em comissão, ir ao Rio Grande do Sul, a fim de tomar providências defensivas, com o conhecimento *in loco* da situação.

No ano seguinte, a 10 de fevereiro, para melhor efeito nas providências a serem tomadas, foi Caldwell nomeado comandante interino das Armas da referida província.

Não lhe foram, entretanto, dadas instruções especiais para o preparo da tropa e, por falta dessas instruções, ficou como se estivéssemos em situação normal, isto é, dependendo do presidente da província, em todos seus atos, até para os mais insignificantes, qual o de simples nomeação de um oficial reformado para encarregado de depósito.

As ordens de movimento para as divisões partiam diretamente do presidente da província que as comunicava depois ao comandante das Armas.

Este não podia movimentar um simples corpo de tropa sem prévio consentimento daquela autoridade.

Ainda depois de invadido o Rio Grande do Sul, era necessário ordem do presidente da província para que os comandantes de divisões obedecessem às ordens do comandante das Armas.

Foi para não se submeter a esse papel secundário e ridículo, que contrariava os mais rudimentares princípios da arte da guerra e anulava ou criava embaraços à orientação tática do alto-comando militar, que o nobre

e ilustre Caxias não aceitou o comando das Armas simplesmente, isto é, sem acumulação com a presidência da província, quando foi convidado para, naquelas funções, dirigir as operações no Rio Grande do Sul.

Beaurepaire Rohan foi substituído, em 12 de fevereiro de 1865, pelo general José Egídio Gordilho de Barbuda, visconde de Camamu, que permaneceu no cargo apenas três meses, sem tomar medida de relevância sobre a defesa do Rio Grande do Sul.

Respondendo, em 18 de março de 1865, a um ofício do general Osório referente à necessidade do exército sob seu comando se transportar para Uruguaiana ou São Borja, a fim de defender a província sulina de um golpe de mão dos paraguaios, indagou o novo ministro da Guerra se “havia possibilidade de abastecer-se de víveres qualquer força nova que fosse estacionar em ponto mais próximo de Salto, como o arroio Negro ou Paissandu.”

Osório respondeu dez dias depois afirmativamente e advertiu que deveriam ser tomadas providências sobre a defesa do Rio Grande do Sul, porque tudo era de esperar do orgulho de Solano López e, por isso, cautelosamente, acrescentou: “toda a prevenção será pouca.”

O ministro respondeu a 8 de abril seguinte, dizendo que o imperador concorda com a opinião de Osório e determinou, em consequência, que o exército fosse marchando para Dayman.

Importava essa ordem em seguir o exército brasileiro, estacionado na República Oriental do Uruguai, rumo à fronteira sul-rio-grandense.

Camamu, a 6 de abril, comunicou ao presidente do Rio Grande do Sul: “Sua Majestade o imperador determinou que V. Ex^a dê as precisas ordens para que todas as forças das três Armas do Exército, existentes nessa província, se dirijam para qualquer ponto na margem do Uruguai, onde houver boas pastagens e mato e se possa estabelecer com vantagem um campo de instrução sob direção do ajudante-general do exército e comandante interino das Armas dessa província. O que comunico a V. Ex^a para sua execução.”

Era, como se vê do transcrito, ordem de longe, de quem não estava em dia com os acontecimentos e, por isso, em vez de determinar que a tropa se colocasse em ponto estratégico, para a defesa contra o ataque

iminente, mandou que se procurasse, “em qualquer ponto”, um campo de instrução.

Constando ao ministro da Guerra que se achava “ameaçada a Província de Corrientes”, na Argentina, determinou, a 2 de maio, que as forças disponíveis do Rio Grande do Sul se concentrassem na vila de Uruguaiana, onde o comando das Armas devia dar-lhes “organização tática indispensável.”

Declarou, em seguida: “organizada a força, seria muito conveniente que, transpondo o Uruguai, fosse ocupar a Candelária.”

Ficava essa operação ao juízo do presidente da província, a quem, entretanto, recomendam para sua execução:

“1º – A verificação da certeza de atravessar a força a parte de Corrientes que a separa daquele ponto, sem encontro de força inimiga superior.

“2º – A possibilidade de ali chegar a tempo de impedir que o inimigo passe para o Paraná, com o fim de ameaçar a nossa fronteira.

“3º – A possibilidade de tomar e manter a posição sem comprometimento.”⁴¹

O ministro da Guerra, como se vê da transcrição supra, ignorava, em maio de 1865, que desde janeiro desse ano estavam os paraguaios ocupando a margem esquerda do Paraná.

Ressalta também do documento referido que no Brasil não se acreditava na invasão de nossas fronteiras e, por isso, se ordenava todo o esforço no sentido de uma campanha ofensiva, embora para ela não tivessem sido tomadas medidas eficazes.

O presidente da província transmitiu ao comandante das Armas a ordem do ministro, opinando pela operação indicada, porque, observou, era “muito preciso principiarmos as hostilidades.”⁴²

Se houvesse sido cumprida a ordem de ocupação da Candelária, teríamos sofrido outro desastre igual ao de Laguna, sem dúvida com as

41 Aviso de 2-5-1865.

42 Offício de 13-5-1865.

mesmas pompas de heroísmo, mas indubitavelmente com todos os prejuízos de uma derrota.

O brigadeiro Davi Canabarro, felizmente, mediu com precisão o mal que resultaria dessa operação e a procrastinou, solicitando, para sua realização, um reforço de 4.000 homens de infantaria, que não lhe foi dado.

A 12 do referido mês, o visconde de Camamu transmitiu o cargo de ministro da Guerra ao conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que subiu ao poder com o 21º Gabinete, organizado sob a presidência do marquês de Olinda.

O conselheiro Ferraz era, é inegável, homem de ação e de grande atividade, mas sem pleno conhecimento da situação e, porque impulsivo, principiou agindo rispidamente, supondo, talvez, que assim remediaria os males existentes e que eram grandes.

Entre suas ordens figura esta, ao presidente da província: “Não podendo ser justificada a falta de forças sobre a fronteira de Missões, cumpra que V. Ex^a faça marchar toda que tiver disponível, deixando apenas guarnições em alguns pontos da fronteira; e devendo, outrossim, o comandante das Armas seguir para a mesma fronteira de Missões, a fim de entender-se com o general-comandante do exército.”⁴³

O presidente da província respondeu: “Por ofício de 13 do corrente, sob nº 206, comuniquei ao governo imperial, pelo ministério a cargo de V. Ex^a, que todas as forças existentes nesta província ou já estavam nas fronteiras do Uruguai ou em marcha para elas, com exceção unicamente da 2ª e 3ª brigadas da 2ª Divisão (divisão Jacuí), que devem ter cerca de 15.000 homens, as quais mandei concentrar sobre a fronteira de Bagé até segunda ordem.”⁴⁴

Ordenou, também, o ministro que, da força da cavalaria existente no Rio Grande do Sul, se mandasse reunir ao exército sob o comando do general Osório, no Estado Oriental, “as praças necessárias para o completo de 6.000, conforme a requisição feita por aquele general e bem

43 Aviso de 20-5-1865.

44 Ofício de 31-5-1865.

assim toda a força de infantaria que por este fosse pedida ao comandante das Armas ou da divisão que se achar na fronteira.”

O presidente da província declarou, em resposta, que ia transmitir esta ordem ao comandante das Armas.

Terminava o ministro com esta observação, tendo em vista a persistência do presidente da província em conservar duas brigadas na fronteira de Bagé: “Se um golpe de mão se verificar em consequência de não haver V. Ex^a tomado as providências para a concentração das tropas sobre a fronteira de São Borja, pondere V. Ex^a qual a responsabilidade do governo e de seus delegados.”

A isto respondeu o presidente: “Quanto à última parte do aviso ficou acima respondido, e declaro a V. Ex^a que presentemente, com as disposições que tomei para defender as fronteiras da província, não tenho o mínimo receio de qualquer golpe de mão, salvo um descuido imperdoável por parte dos chefes militares, ou assalto por forças inimigas tão numerosas que seja impossível toda a resistência, mas me parece gratuita uma ou outra destas hipóteses.”

Dois dias depois de expedidas as ordens transcritas, o ministro da Guerra recebia o ofício confidencial do presidente do Rio Grande que, com data de 13 de maio, fora encaminhado ao visconde de Camamu.

Concordando com as providências ali mencionadas, disse Ferraz: “Ficam prejudicadas algumas das ponderações que fiz a V. Ex^a em minha confidencial de 20 do corrente”, e acrescentou: “Parece-me todavia conveniente recomendar a V. Ex^a a pronta marcha de toda a força disponível para a fronteira de Missões ou Uruguaiana, nos termos daquela dita *confidencial*.”⁴⁵

No mês seguinte reiterou a ordem para o reforço ao general Osório, nestes termos: “A respeito das praças de cavalaria, que segundo foi ordenado deveriam marchar das forças dessa província para completar o número de 6.000 no exército em operações, convém que V. Ex^a faça seguir, pois é este o pensamento do governo, cujas ordens devem ser cumpridas à risca.”⁴⁶

45 Aviso de 22-5-1865.

46 Aviso de 15-6-1865.

Na data deste aviso já havia sido o Rio Grande do Sul invadido e, nessa situação, em vez de enviar forças para o Estado Oriental necessitava daí ou de qualquer outro ponto receber reforços, para poder fazer frente aos invasores.

Impossível era, pois, cumprir à risca as ordens do governo, como dizia imperiosamente o árdego ministro da Guerra.

Reiterando essa ordem, evidenciava o referido ministro desconhecimento da situação e agia levado pelo desejo de satisfazer o general Mitre, que só via e cuidava de um teatro de operações: Corrientes, e, daí, não querer se desprender das tropas brasileiras existentes no Estado Oriental.

Atendendo ao nosso ilustre aliado, colocamos os interesses políticos externos acima dos interesses militares internos e pagamos caro esse gesto, visto que nos acarretou a invasão do Rio Grande do Sul, a 10 de junho de 1865.

Na última parte do aviso referido determinou o ministro que fossem reunidas na fronteira de Missões “todas as forças disponíveis da província, para com elas compor um exército de reserva para acudir ao ponto da mesma fronteira que pudesse ser ameaçado pelo inimigo.”

A província não estava sob ameaça, mas agredida e as tropas mobilizadas para sua defesa careciam de armamento e estavam quase nuas.

Pensava-se, entretanto, na alta esfera administrativa do país, em mobilizar tropas para constituir um exército da reserva.

Ignorava o governo central os perigos que corríamos, pela displicência com que havia cuidado da defesa em nosso extremo meridional:

É de se reconhecer, entretanto, que ao Gabinete de 12 de maio não cabem as responsabilidades da invasão, ocorrida 28 dias após sua ascensão ao poder.

Do presidente da província – *Organização da tropa para a defesa – Solicitações de armamento – Defesa das fronteiras de Jaguarão e Bagé.*

Exercia o cargo de presidente da província do Rio Grande do Sul, desde 2 de maio de 1864, o ilustre magistrado Dr. João Marcelino de Sousa Gonzaga, natural do Rio de Janeiro, onde nascera em 31 de março

de 1820. Formou-se em Direito na Faculdade de São Paulo em 1841. Exerceu em Pindamonhangaba as funções de juiz de paz e de direito. Em junho de 1863 foi nomeado presidente da Província de Alagoas. Faleceu em 1898, em sua fazenda da Roseira, em Pindamonhangaba, sendo sepultado no Rio de Janeiro.

Revelou atividade, energia e patriotismo à frente dos destinos do Rio Grande do Sul, na fase difícil em que foi seu presidente.

Organização da tropa para a defesa

Exército de 1ª linha

O Exército Brasileiro, em 1864, quando foi apresentado o *ultimatum* ao governo uruguaio, contava com 16.824 homens, disseminados pelo país. No Rio Grande do Sul, nessa ocasião, existiam apenas 2.629 combatentes, que foram integralmente aproveitados para constituir a divisão que, sob o comando do intrépido e nobre general João Propício Mena Barreto, penetrou na República Oriental do Uruguai em 1º de dezembro daquele ano.

Em virtude da guerra que o governo paraguaio iniciou com o apresamento, em plena paz, de nosso navio mercante *marquês de Olinda*, seguido da invasão de Mato Grosso e da concentração de tropas em Itapua, era necessário organizar a defesa do Rio Grande do Sul, fazendo sua cobertura.

A Guarda Nacional

Não tínhamos exército disponível e não possuíamos reservas; era, portanto, mister mais uma vez mobilizar a Guarda Nacional e foi o que se fez, recorrendo-se, assim, a um elemento improvisado, embora incedível pela sua bravura e de alto e nobre patriotismo.

Os veteranos dessa prestante milícia, sempre pronta para a defesa do Brasil, haviam se exercitado no campo de luta, nas campanhas passadas. A maioria desses veteranos fazia parte do exército em operações no Estado Oriental sob o comando do general Osório.

Dessa prestante e valorosa milícia foram mobilizados, no decurso da guerra com o Paraguai, 24 regimentos de cavalaria com 43.522

homens, dos quais 29.210 tomavam parte ativa na guerra nos campos paraguaios, ficando os restantes de reserva, guarnecendo nossas fronteiras.

O Dr. João Marcelino de Sousa Gonzaga, com atividade incansável, tomou, em dezembro de 1864, diversas e acertadas medidas para a defesa da província, salientando-se entre elas a criação de depósito de material, de toda ordem, e a organização de corpos que deviam constituir a 1ª e a 2ª divisões ligeiras, respectivamente, sob o comando do brigadeiro honorário Davi Canabarro e do coronel também honorário Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí.

A 1ª destinava-se a cobrir e defender as fronteiras de Quaraí e de Missões numa extensão de mais de 60 léguas.

O objetivo da 2ª, que foi organizada em fevereiro de 1865, era a defesa das fronteiras de Jaguarão e Bagé.

Esta divisão teve inicialmente a seguinte organização:

1ª BRIGADA

Comandante – coronel José Inácio da Silva Ourives, com os seguintes corpos:

6º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, de Camaquã

28º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, de Jaguarão

15º Corpo Provisório de Cavalaria

25º Corpo Provisório de Cavalaria.

2ª BRIGADA

Comandante – coronel Tristão José Pinto, com os seguintes corpos:

46º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, de São Gabriel

47º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, de São Gabriel

12º Corpo Provisório de Cavalaria.

3ª BRIGADA

Comandante – coronel Manuel Lucas de Lima, com os seguintes corpos:

7º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, de Pedras Brancas

14º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, de Capela de Viamão

13º Corpo Provisório de Cavalaria

24º Corpo Provisório de Cavalaria

Posteriormente, foram feitas algumas mudanças desses corpos de umas para outras brigadas e acrescidas estas de novas unidades.

A fronteira do Chile ficou guardada pelos 19º e 20º corpos de cavalaria da Guarda Nacional, da Santa Vitória do Palmar e de Povo Novo, respectivamente.

Quase a totalidade da tropa era de cavalaria e toda esta da Guarda Nacional.

A organização, em dois meses, de todas as unidades da heroica milícia sul-rio-grandense demonstra o esforço ingente, a atividade inexcedível e o prestígio extraordinário que gozavam os comandantes das divisões, das brigadas e dos corpos, com o apoio esclarecido, enérgico, eficaz e patriótico do presidente da província.

Armamento

O Brasil não pensava na guerra e não se acautelara para evitá-la; por isso, estava desarmado.

No Rio Grande do Sul, a despeito dos riscos a que estava exposto, não havia armamento – daí as constantes solicitações do presidente da província ao ministro da Guerra, a fim de atender às necessidades dos corpos que se organizavam.

Em ofício de 14 de janeiro de 1865, declarou que não podia atender às solicitações de armamento feitas pelo brigadeiro Canabarro, nem as que acabavam de chegar de Jaguarão, em tom de clamor, e acrescentou: “Releve-me V. Ex^a um pouco de expansão. De todos os pontos da província clama-se por falta de armamento, e ao presidente fazem responsável por essa falta.”

Dezesseis dias depois reiterou o pedido de armamento e, em seguida, em ofício de 1º de fevereiro disse, desolado: “Comunico a V. Ex^a que no arsenal da guerra de Porto Alegre há apenas 16 espadas. No depósi-

to de Rio Grande, nenhuma. Pistolas de fuzil e clavinas para a cavalaria da Guarda Nacional, não há nenhuma.”

Continuando a penúria de armamento e malograda uma esperança de recebê-lo, assim se manifestou o Dr. Sousa Gonzaga, em ofício de 17 de fevereiro:

“Confesso a V. Ex^a que sofri uma grande decepção, quando pelo último pacote não recebi espadas, pistolas e clavinas de fuzil, como há tanto tempo instantemente solicito.

“Aí estão os corpos a marchar e outros há acampados, sem armamento além de lanças!”

A 2 de março voltou ao assunto nestes termos:

“Reitero os pedidos que há seis meses faço de pistolas de fuzil para os corpos da Guarda Nacional. Clavinas ditas e espadas que peço desde dezembro.

“Comunico a V. Ex^a que mandei armar com pistolas e clavinas à *Minier* os corpos da divisão do brigadeiro Canabarro. Só havia, porém, nos depósitos, 1.600 pistolas, e a força da cavalaria daquela divisão é de cerca de 5.000 praças.”

Respondendo a um ofício do ministro da Guerra, esclareceu o presidente da província:

“Diz V. Ex^a que pelo *gerente* se remeteu já o armamento para esta província e que sabe V. Ex^a ter vindo também algum de Montevideú.

“Releve-me V. Ex^a O armamento que veio pelo *gerente* é de infantaria e de adarme 18.

“Não é de infantaria o armamento de que há urgente necessidade. O que tenho pedido e insisto em pedir são espadas, pistolas e clavinas para os corpos da Guarda Nacional.

“Vieram 1.500 espadas de Montevideú, porém, é número ainda muito aquém do que se precisa.”

Quinze dias depois, assim retornava ao assunto: “Diz-me V. Ex^a que não há no arsenal da corte armamento para cavalaria. Aqui também não há e, por consequência, não posso organizar mais corpos de cavalaria.”

Nas vésperas da invasão, isto é, a 7 de junho, clamava o presidente: “Devo ponderar a V. Ex^a que agora estamos sem armamento algum de cavalaria no arsenal e no depósito do Rio Grande além de lanças que se fabricam na província. Para os corpos que se estão organizando em Bagé e na Vacaria não há armamento.”

Depois da invasão de 4 de agosto, disse, em relatório, o Dr. Sousa Gonzaga: “Até este momento, o arsenal de guerra está inteiramente desprovido de armamento de cavalaria, com exceção de lanças.”

Depois de mencionar o número de armas compradas e recebidas, observou: “Pela informação que dou do armamento conhecerá V. Ex^a que não podem estar os corpos bem-armados.”

A situação da tropa, relativamente a fundamento de material de acampamento, era de verdadeira penúria, agravada por uma estação invernosíssima intensa.

Defesa das fronteiras de Bagé e Jaguarão

Nova invasão pelas fronteiras do Sul, pelos *blancos*, reunidos às tropas de Entre-Rios e Corrientes, foram motivos que atuaram fortemente no espírito do ilustre presidente do Rio Grande do Sul, para que visse na defesa das fronteiras de Bagé e Jaguarão uma das medidas urgentes e indispensáveis de seu governo.

Daí a organização da 2^a Divisão sob o comando do intrépido e vigilante barão de Jacuí, coronel Francisco Pedro de Abreu.

Com a deposição das armas, em março de 1865, pelos chefes uruguaios Bazilio Muñoz e Timóteo Aparício, que haviam, em janeiro, invadido o Rio Grande pela fronteira de Jaguarão, se considerou, de modo geral, como havendo passado o perigo de outra agressão semelhante, isto é, por chefes do partido *blanco*.

O Dr. Sousa Gonzaga, entretanto, não considerava completamente afastado esse perigo e, por isso, a 15 de abril, determinou ao barão de Jacuí que marchasse com todas as forças de sua divisão para a fronteira de Bagé e aí, em ponto que julgasse mais acertado, aguardasse ordens.

Como fundamento dessa resolução disse, no ofício em que a expressava:

“Não julgo que os paraguaios passem o Uruguai para atacar-nos pela fronteira de Uruguaiana ou São Borja. Creio antes que descerão por Corrientes abaixo e que, se pretenderem passar o Uruguai há de ser logo acima do Salto, onde talvez contem com algum auxílio de Urquiza.

“No caso das forças de sua divisão, julgo ficarem bem colocadas por enquanto sobre a fronteira de Bagé; porque não sabemos, nem podemos avaliar a extensão do plano que há tomado; se essas forças *blancas* que se dispersam pretenderão com López e muitas outras circunstâncias que hão de determinar o movimento das nossas forças, segundo um plano e segundo as vistas do general que vier comandá-las.”

Ainda impressionado com a colaboração de Urquiza, disse o presidente na mesma data ao comandante das Armas, ao participar-lhe a declaração de guerra do Paraguai à Argentina:

“Não posso crer que esse passo arrojado do Paraguai seja desacompanhado de qualquer combinação com Urquiza e com o partido *blanco* do Estado Oriental. Entendo por isso que não devemos deixar as fronteiras do sul da província desprotegidas de uma força que imponha algum respeito.

“A divisão do barão de Jacuí, concentrada em Bagé, julgo estar em um ponto muito apropriado para operar segundo o correr dos acontecimentos.”

Ao comunicar, dois dias depois, sua resolução ao ministro da Guerra, assim a justificou:

“Posso estar em erro, porém não acredito que o governo do Paraguai declare guerra à República Argentina e invada Corrientes sem contar com o auxílio de Entre-Rios.

“Nesta hipótese, receio-me muito da passagem de forças no Uruguai, acima do Salto, e que se lhe reúnam essas partidas *blancas* que dizem dispensado, para nos acometerem pelas fronteiras do Sul.”

Depois de dar diversas ordens ao brigadeiro Canabarro, disse o presidente da província, em ofício de 27 de abril: “Quanto à 2ª Divisão, como lhe comuniquei no meu ofício de 15 do corrente, dei ordem ao barão de Jacuí para marchar para a fronteira de Bagé. Dei esta ordem por me recear de reuniões de forças em Entre-Rios, que pretendessem passar o

Uruguai acima do Salto, para levantarem essas forças *blancas* que se dispersavam no Estado Oriental, e acometerem-nos pelas fronteiras cá do Sul.”

Havendo o presidente da província recebido notícias de uma provável invasão paraguaia pelas nossas fronteiras no norte, determinou, a 3 de maio, que para aí seguisse a 2ª Divisão, em auxílio da 1ª.

Três dias depois, entretanto, modificou essa ordem, determinando que seguisse apenas a 1ª Brigada, ficando a 2ª e a 3ª em Bagé.

Assim procedeu o ilustre magistrado, pelos seguintes motivos, constantes de seu ofício de 6 de maio ao barão de Jacuí:

“As notícias a respeito do estado de coisas no Estado Oriental continuam a ser desagradáveis. Hoje recebi uma carta de Astrogildo que veio confirmá-las.

“Nestas circunstâncias V. Exª marchando, eu fico sem ter aqui no Sul um homem de tino e atividade que me inspire confiança e ao povo. Todos reclamam que V. Exª não se retire daqui. É uma opinião geral que V. Exª não deve sair daqui destas fronteiras, e por isso hoje expedi ordens para V. Exª não marchar, ficando com a 2ª e 3ª brigadas e fazendo seguir quanto antes a 1ª do Juca Ourives.”

Recebendo o aviso do ministro da Guerra, de 2 de maio, que determinava marchassem “para a vila de Uruguaiana todos os corpos disponíveis”, assim justificou suas deliberações sobre as fronteiras do Sul:

“Não sendo muito tranquilizadoras as informações que tenho estado dos espíritos nos departamentos vizinhos às fronteiras desta província, e a população brasileira manifestando-se apreensiva com a notícia da marcha da 2ª Divisão, deliberei ordenar que só marchasse a 1ª Brigada, a qual deve ter mais de mil homens, conservando-se o coronel barão de Jacuí com as outras duas brigadas sobre as fronteira de Bagé e Jaguarão.

“Esta ordem eu mantenho-a, porque insisto em pensar que as fronteiras do Sul precisam estar bem guarnecidas e à frente das forças um comandante como o barão de Jacuí.”

Comunicando, em 13 de maio, sua resolução ao comandante das Armas, disse o presidente da província, depois de explicar seu fundamento: “Mantenho as ordens que dei e não permito que as fronteiras de Jaguarão e Bagé fiquem desguarnecidas.”

Depois dessa manifestação categórica de sua vontade sobre a defesa das fronteiras do Sul, acrescentou: “A V. Ex^a compete dar às nossas forças a organização que julgar mais conveniente, e sobre isto nada me compete dizer.”

O general Caldwell se limitou, em resposta, a 30 de maio, a indagar se já haviam cessado os motivos referidos pelo presidente “para a permanência da 2^a Divisão nas fronteiras do Sul, porque, caso afirmativo, ela poderia marchar para o Uruguai, deixando uma brigada de observação entre Jaguarão e Bagé.”

A isso respondeu o Dr. Sousa Gonzaga a 8 de junho:

“Mandei que ficassem sobre a fronteira de Bagé as duas outras brigadas, porque, conquanto nada haja de reccar-se de perigo por aquele lado da província, parece-me contudo que nas fronteiras do Sul deve haver, por algum tempo, uma força de observação.

“Entretanto, V. Ex^a procede com plena liberdade de deliberação, como entender ser mais conveniente, sobre a organização, tática e disposição das forças estacionadas na província.”

Tarde vinha esta liberdade de ação para o tardio comandante das Armas.

Este, a 15 e depois da invasão do inimigo, ainda não havia recebido a ordem supra, visto que, nessa data, oficiava o presidente da província declarando que em vista das notícias vindas da fronteira de Missões relativas às forças paraguaias “entendia ser de urgente necessidade que o barão de Jacuí, com a sua divisão, marchasse quanto antes para aquela fronteira e acrescentou que não tomava a deliberação de uma ordem direta naquele sentido, porque o referido barão se achava em Bagé à disposição do presidente.

Foi, é de se repetir aqui, para não se prestar a este papel de títere que o nobre e valoroso Caxias não aceitou o simples cargo de comandante das Armas, quando foi consultado sobre sua ida para o Rio Grande do Sul.

O conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, examinando a correspondência do presidente do Rio Grande do Sul, ao assumir a gestão da pasta da Guerra, julgou exagerada a preocupação com a defesa das fronteiras do Sul e transmitiu essa impressão nestes termos ao referido presidente, em officio de 20 de maio: “Terminando direi a V. Ex^a que me pareceram

exagerados os receios de uma invasão do inimigo pelo lado de Jaguarão e, quando assim fosse, com as forças que V. Ex^a aí tem à sua disposição e com o armamento que ora se lhe remete, ficará V. Ex^a habilitado para resistir. E se um golpe de mão se verificar em consequência de não haver V. Ex^a tomado todas as providências para a concentração das forças sobre a fronteira de São Borja, pondere bem V. Ex^a qual a responsabilidade do governo e seus delegados.”

O Dr. Sousa Gonzaga respondeu em ofício de 31 ainda de maio, dizendo o seguinte sobre a permanência de duas brigadas em Bagé.

“Dei esta ordem porque entendi que sobre as fronteiras do sul da província convém permanecer uma força organizada.”

Nobre, enérgica e ponderada foi, sem dúvida, a ação do ilustre Dr. João Marcelino de Sousa Gonzaga, nas providências que tomou para a defesa do Rio Grande do Sul e, por isso, não pode, sem injustiça, ser incluído, como se tem feito, entre os responsáveis pela invasão.

A maior acusação que lhe tem sido feita é a de se haver preocupado, em demasia, com as fronteiras do Sul, fazendo aí permanecer de início a 2^a Divisão e, posteriormente, dois terços desta.

Já vimos, pelo que ficou transcrito, que o móvel daquele procedimento foi temer uma ação conjunta das tropas paraguaias com elementos de Entre-Rios e Corrientes, em cooperação com os *blancos* do Uruguai.

Era perfeitamente cabível essa apreensão, visto ser, no momento, voz corrente e fundada que o general Justo José Urquiza estava comprometido com Solano López para uma luta contra Buenos Aires e o Brasil.

Servia desde alguns anos de intermediário, entre o opulento senhor de São José e o mandante de Assunção, o cônsul paraguaio na cidade de Paraná, José Rufo Caminos, que tinha relações íntimas com Solano López e com o Dr. José Borges, ilustrado chanceler paraguaio.

Em julho de 63, Rufo Caminos foi a Assunção a fim de conseguir, por solicitação de Urquiza, que Solano López aceitasse o tratado de aliança ofensiva e defensiva que o Uruguai desejava e propunha por intermédio do Dr. Otavio Lapdio.

Urquiza visava então uma campanha contra Buenos Aires.

Solano López respondeu maneirosamente, sem afirmar nem negar.

Em outubro de 1864, por interferência do Dr. Vásquez Sagastune, representante do Uruguai em Assunção, encaminham-se novas negociações para uma campanha, agora contra o Brasil e Buenos Aires.

O intermediário é José Caminos, sobrinho de Rufo, moço, rico, inteligente, bem relacionado, tanto no Prata como no Paraguai, e, além de tudo isso, íntimo de Urquiza, com quem convive e de quem algumas vezes serve de secretário.

Depois de diversos entendimentos, José Caminos retornou a Assunção em novembro de 1864, com mensagem escrita e recados verbais. Declarou então a Solano López estar “plenamente autorizado pelo capitão general Urquiza para dar ao seu amigo, o presidente López, todas as seguranças de sua sincera adesão; que o general Urquiza é sua vanguarda com Entre-Rios e Corrientes; que será seu baluarte enquanto tiver influência no país; que os portenhos não conseguiram nas províncias, para expedições contra o Paraguai, um só homem, como não conseguirão em Entre-Rios e Corrientes.”⁴⁷

Dias depois, José Caminos, de regresso a Entre-Rios, despedia-se de Solano López. Este, então, referindo-se ao apresamento do *marquês de Olinda*, navio mercante brasileiro, disse-lhe: “Tudo que acabais de ver é a minha resposta ao meu compadre general Urquiza. Agora toca a ele produzir os acontecimentos em vez de palavras.”⁴⁸

Em carta de Rufo Caminos ao Dr. José Borges, de 26 de dezembro de 1864, se lê que na ocasião em que Blas Despui almoçava com o general Urquiza, falando a este sobre a guerra do Paraguai, pediu-lhe a opinião, tendo como resposta: “Dou quatro a um, a favor do Paraguai, e logo que este passe a Corrientes irei oferecer-me como voluntário.”⁴⁹

Poderíamos adicionar outras provas justificativas das apreensões do Dr. Sousa Gonzaga, desconfiando de Urquiza, mas as que ficaram consignadas são suficientes para o fim aqui visado.

Solano López não contava somente com Urquiza, visto que tinha promessas categóricas de outros chefes argentinos de grande influência

47 Carcano – *G. del P. A. y, I – 146*

48 Carcano, 149.

49 Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro – Doc. inédito – I – 29, 33, 10.

em Entre-Rios, e Corrientes. Salientando-se entre eles os generais López Jordan, Benjamin Visaroso e os coronéis Pascual Rosa e Nogoya.

Em novembro de 1864, no acampamento de Cerro León, José Caminos informava a Solano López que o “general Benjamin Viraroso estava pronto a ir ao Paraguai e ocupar aí um posto no exército”, e acrescentou o informante que a presença daquele general argentino “seria de suma conveniência porque com ele iriam muitos chefes correntinos.”

Quando Urquiza, submetido ao general Mitre, determinou fossem organizadas forças contra o Paraguai e transmitiu essa ordem ao general López Jordan, teve, deste, a seguinte resposta:

“O senhor nos chama para combater ao Paraguai. Nunca, general, esse povo é nosso amigo. Chame-nos para pelear contra os portenhos e brasileiros. Estamos prontos.

“Esses são nossos inimigos.”

Confirmava, desse modo, esta resposta dada a Rufo Caminos quando este, em 11 de abril de 1865, e, portanto, nas vésperas da invasão de Corrientes, lhe perguntou se estava com Buenos Aires, no caso do Paraguai declarar guerra a essa província: “Nunca – e não somente não obedecerei mas também declarar-me-ei contra o governo nacional e contra o próprio general Urquiza e, se me perseguirem, obrigar-me-ão a acender a guerra civil e a pelear contra os portenhos.”

Em janeiro de 1865, o cônsul paraguaio Rufo Caminos combinou com o cônsul Pascual Rosas, na cidade de Rosário, da Província de Entre-Rios, “uma revolução para apoiar o Paraguai.”

Entre os comprometidos em prestar auxílio a Solano López falhou o principal – o general Justo José Urquiza, por ter sido, em boa hora, dominado pela ascendência moral e patriótica do general Mitre.

Aí se tem a explicação por que o camaleão de São José, ao partir para seus domínios a fim de organizar tropas contra o Paraguai, determinou ao seu secretário e genro que a correspondência que lhe chegava, nesse momento, de seu compadre em Assunção, fosse entregue ao seu amigo general Mitre.

Nessa correspondência se solicitavam ordens “para cumpri-las contra o tirano de Buenos Aires.”

Por demais comprometidos, chefes e soldados entre-rianos e correntinos, quando tiveram certeza absoluta dos novos desígnios do maioral, lançaram desconcertante e significativo protesto contra essa mudança, com a debandada de Bassualdo, em 3 de julho de 1865, e continuaram conspirando, desgostosos.

É o nobre e ilustre general Mitre quem o assevera, em carta de 12 de dezembro de 1865, ao próprio Urquiza, nestes termos:

“Devo manifestar a V. Ex^a com franqueza que não penso do mesmo modo, no que se relaciona ao estado moral de uma parte dos chefes que hão de fazer sua reunião.

“Por uma parte, a impunidade de que têm gozado nessa província os imigrantes orientais, conspirando abertamente, burlando as ordens mais terminantes do governo nacional e desmoralizando a opinião; por outra, a impunidade em que ficaram os que como traidores devem ser considerados, na qualidade de autores do sucesso de Bassualdo, é a causa de que a opinião não se manifeste ainda bem sólida e que ainda haja traidores que se atrevam a conspirar contra a nação e que são, portanto, inimigos comuns – contando-se entre esses traidores alguns com quem V. Ex^a parece contar para efetuar sua reserva.”⁵⁰

Foi em vista do que ficou relatado que declaramos e ora repetimos serem perfeitamente cabíveis as apreensões do Dr. João Marcelino de Sousa Gonzaga, sobre as fronteiras do sul da província sob sua presidência.

Residem nessa circunstância suas persistentes ordens no sentido de manter a 2^a Divisão e depois dois terços desta.

A iniciação desoladora dos *blancos* sobre Jaguarão, em janeiro de 1865, ainda estava viva em sua memória.

Aquele que está próximo do perigo tem deste noção muito maior e mais assoberbante do que quem avalia de longe ou do que quem, depois dos fatos consumados e conhecidos os prós e os contras, ministra, afastado no tempo, soluções, agora julgadas eficazes, que se assemelham a tranças de ferro em portas arrombadas.

Do comandante das Armas – Atuação fraca, morosa e indecisa

50 *Archivo del General Mitre*, II – 239, 240.

Considerando que o Rio Grande do Sul seria atacado pelo Paraguai, resolveu o governo, por aviso de 24 de dezembro de 1864, mandar em comissão para aquela província o marechal de campo João Frederico Caldwell, que exercia o cargo de ajudante-general do exército, que tinha então atribuições semelhantes às de chefe do atual Estado-Maior do Exército.

O objetivo do comissionado era obter *in loco* informações precisas para as medidas a serem tomadas.

Já estávamos em guerra com dois estados: a República Oriental do Uruguai e a do Paraguai.

Não tínhamos ainda um plano de campanha e se mandava ao sul do país a autoridade que devia permanecer na metrópole coordenando os elementos para a guerra.

O quadro de nosso Estado-Maior contava então com 28 oficiais, figurando entre estes o conde d'Eu, ainda marechal honorário.

Desses oficiais-generais, 15 se achavam na corte.

Com a marcha para o Estado Oriental do exército do sul, sob o comando do general João Propício Mena Barreto, com duas divisões comandadas pelos brigadeiros Manuel Luís Osório e José Luís Mena Barreto, na província sul-rio-grandense não ficava nenhum general na ativa.

O comando das duas divisões que aí se organizaram foi confiado a dois oficiais honorários: o brigadeiro Davi Canabarro e o coronel Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí.

No Rio de Janeiro, entretanto, como ficou dito, se achavam 15 oficiais-generais da ativa e, entre estes, o *primus inter pares* – Caxias – naturalmente indicado para o comando em chefe de nosso Exército e, entre os demais, se salientava o brigadeiro Polidoro Quintanilha da Fonseca Jordão.

Julgou-se, entretanto, acertado, embora errado, mandar para o Rio Grande o marechal Caldwell, que ali chegou nos primeiros dias de janeiro, e a 10 do mês seguinte foi nomeado comandante interino das Armas da província.

Não lhe foram dadas, entretanto, instruções especiais sobre as operações e nem independência de comando. Ficou sujeito ao presidente da província, até para a simples nomeação de oficiais reformados para encarregados de depósitos.

Foi para não se submeter a essa situação que o grande Caxias recusou o comando do Exército sem a presidência da província.

Foi essa situação, sem dúvida, que criou dificuldades para a nomeação de um general da ativa.

Com essa situação se conformou, entretanto, o marechal Caldwell, acarretando, desse modo, graves prejuízos para a defesa da província.

Em abril de 1865, o presidente da província dizia ao comandante das Armas: “Entendo que V. Ex^a deve marchar para a fronteira do Uruguai, a fim de organizar as forças que ali estão e que forem chegando.”⁵¹ Não lhe deu, entretanto, a liberdade de “dirigi-los como julgasse mais acertado”, segundo disse em comunicado ao brigadeiro Canabarro.⁵²

A 2 de maio, o visconde de Camamu, que era agora o ministro da Guerra, ordenou que o comandante das Armas seguisse para a vila de Uruguaiana, “para dar às forças a organização tática indispensável.”

Transmitindo essa ordem ao marechal Caldwell, acrescentou o presidente da província:

“A V. Ex^a compete dar às nossas forças a organização que julgar mais conveniente, e sobre isto nada me compete dizer.”

Havia, entretanto, dito, em item anterior, que mantinha as ordens que dera à 2^a Divisão, do barão de Jacuí e, imperioso e absoluto, acrescentou: “Não permito que as fronteiras de Jaguarão e Bagé fiquem desguarnecidas.”⁵³

Embaraçado o comandante das Armas com essa ordem, assim se dirigiu ao Dr. Sousa Gonzaga: “Para poder dar organização à força estacionada nesta província, determinada no aviso do Ministério da Guerra de 2, preciso saber se a 2^a Divisão continua em observação nas fronteiras de Xuí, Bagé e Jaguarão, ou se já cessaram os motivos pelos quais ordenara V. Ex^a que ali permanecesse.”

51 Ofício de 15-4-1865.

52 Idem, da mesma data.

53 Idem, de 13-5-1865.

Depois de outras considerações, reiterou aquela interrogação, nestes termos: “Rogo, pois, a V. Ex^a que se sirva de dizer-me se com efeito deve permanecer no sul a citada 2^a Divisão!”⁵⁴

Em 8 de junho, com o inimigo às portas, foi que o presidente resolveu dizer ao comandante das Armas: “Proceda V. Ex^a com plena liberdade de deliberação, como entender ser mais conveniente, sobre a organização, tática e disposição das forças estacionadas na província.”

Essa liberdade de ação era dada tardiamente para impedir a invasão paraguaia.

Cinco dias após a passagem do Uruguai no Passo de São Borja, ainda não havia o marechal Caldwell recebido aquela ordem e, por isso, dizia ao Dr. Sousa Gonzaga: “Entendo ser de urgente necessidade que o barão de Jacuí, com a sua divisão, marche quanto antes para Missões; porém, achando-se ele em Bagé à disposição de V. Ex^a que assim o determinou, deixo de ordenar-lhe tal marcha: o que V. Ex^a, se dignará de fazer se assim a julgar conveniente.”⁵⁵

A ordem de liberdade ampla para agir era tardia no sentido de repelir a invasão; poderia, entretanto, ser útil para um castigo exemplar e imediato ao inimigo, no próprio teatro de seus triunfos, se tivesse sido expedida para um chefe capaz e com a presteza que se fazia necessária.

Infelizmente, faltaram ao marechal Caldwell, nessa ocasião, estas quatro qualidades essenciais a um chefe militar, na emergência em que ele se achava: atividade, iniciativa, energia e decisão.

A atividade é qualidade essencial para o bom êxito dos feitos militares em campanha – faz parte dos atributos físicos dos grandes líderes a par das qualidades técnicas.

Napoleão pontificou, com a sua grande autoridade – e a atual guerra mundial está comprovando –, que “a vitória em ação pertence ao exército mais manobreiro.”

O general Caldwell, achando-se em Porto Alegre, teve ordem a 15 de abril de seguir para a fronteira do Uruguai, a fim de organizar as forças que ali estavam e as que fossem lá chegando.

54 Idem, de 30-5-1865.

55 Idem, de 15-5-1865.

Vinte dias depois ainda permanecia naquela cidade.

A 9 de maio estava em Rio Pardo e aí ainda se encontrava a 15, perdendo tempo com aprestos para a marcha de um batalhão. A 31 desse mês, tem o seu quartel-general em Cachoeira. A 16 de junho, já com a fronteira do Uruguai invadida, acampava em Saican e oito dias depois em Alegrete, onde permanece até 4 de julho; no dia seguinte se arrasta até Santa Rosa; a 6 para em Inhanduí e somente a 9, a passo tardo, chega ao acampamento de Canabarro nas pontas de Ibirocaí. Daí saiu sete dias depois, rumo ao Passo de Santa Maria, onde só chegou a 21, com o intuito de evitar a passagem do inimigo, já então com cerca da metade de sua tropa na margem esquerda daquele rio.

Basta lançar-se um rápido olhar pela carta geográfica da região percorrida pelo comandante das Armas – de Porto Alegre ao Ibicuí, no Passo de Santa Maria – para ter a dolorosa impressão de como ele se arrastou vagorosamente durante 98 dias.

A iniciativa é própria de quem possui personalidade, isto é, dos que pensam por si. Jomini a considerava como “a mais segura garantia da vitória.”

É um dos elementos constitutivos do caráter do homem de ação e se agrupa entre as qualidades técnicas de um cabo de guerra.

O marechal Caldwell nada resolvia por si. Quando julgava achar-se em face de uma situação difícil, convocava imediatamente um conselho e resolvia sempre de acordo com a maioria: foi assim quando se cogitava da passagem do Ibicuí e, logo a seguir, das do Toropasso e do Imbaá.

Não revelava de modo preciso seu pensamento – daí este reproche de Canabarro às suas atitudes: “V. Ex^a desde Japeju afagava a ideia de bater o inimigo, se total ou parcialmente não sei, porque nunca pude descobrir qual a intenção de V. Ex^a a respeito.”

Sem se conhecer a intenção do chefe, é impossível transformá-la em realidade.

A energia, que é um dos atributos do espírito e que se enquadra entre as qualidades gerais dos grandes lidadores, é das mais preciosas e mais eficientes das virtudes militares.

Quem tem energia sabe querer e o querer do chefe resoluto é poder.

A decisão em face do perigo é ato de vontade forte, de quem é enérgico, representa audácia e esta é preferível à hesitação, que é, como pontificou o general Palat, mil vezes mais prejudicial.

Faltava ao marechal Caldwell, pelo menos na última fase de sua vida como comandante em chefe, energia para decidir, arrostando com as consequências de seus atos e, por isso, mereceu do intrépido Canabarro esta censura: “V. Ex^a, hábil militar, nunca quis assumir a responsabilidade das operações perigosas; consultava os comandantes das brigadas e aceitava seus pareceres; jamais pôde dizer que foi contrariado.”

Assim realmente aconteceu.

É o próprio Caldwell quem o confessa, em seu ofício de 3 de novembro de 1865, ao ministro da Guerra: “Se os chefes, a quem me refiro, foram de opinião que se não disputasse a passagem do rio Ibicuí, é evidente que outro tanto se deu em Toropasso, onde em conselho, na noite de 27 de julho, pronunciaram-se contra minha ideia, declarando que resultariam graves consequências se arriscássemos um combate duvidoso, atendendo a que nossa força compunha-se de recrutas, mas que eles cumpririam qualquer ordem.”

Embora ninguém se recusasse a cumprir as ordens do marechal Caldwell, para pôr em prática sua ideia, ele julgou melhor desistir, para depois se penitenciar com esta lamentação: “Foi assim que, de braços cruzados, vi impassível a Uruguaiana em poder do inimigo.”⁵⁶

O marechal Caldwell, inquietado pelo complexo de fraqueza, se manifestava perante o governo cioso de sua hierarquia e de sua autoridade, enquanto lhe faltava energia para fazer valer essa hierarquia e essa autoridade sobre seus subordinados diretos, no sentido de lhes impor suas intenções.

Em ofício de 23 de maio de 1865 disse ao presidente da província que, se a força de seu comando devesse ficar subordinada ao brigadeiro Osório, comandante em chefe das tropas brasileiras no Estado Oriental,

56 Ofício, de 5-8-1865 do ministro da Guerra.

pedia demissão do comando que exercia, para não se sujeitar às ordens de um chefe graduado.

Entretanto, quando teve, por um seu subordinado direto – o brigadeiro Canabarro –, contrariado seu plano de barrar a passagem dos paraguaios no Ibicuí, declarou submissamente: “... e como reconheço no meu velho camarada longa prática e proficiência na guerra da Província, com ele concordei.”⁵⁷

Com um comandante em chefe assim não podia deixar de acontecer o que aconteceu. É estranho que se o deixasse em sossego, para se inquietar Canabarro com um Conselho de Guerra, como responsável pela invasão da província pelos paraguaios e pela passagem destes no Ibicuí, em Toropasso e no Imbaá.

57 Ofício, de 23-7-1865 do ministro da Guerra.

.....

Capítulo IV

COMBINAÇÕES ENTRE OSÓRIO, MITRE,
TAMANDARÉ, FLORES E CANABARRO

NO DIA SEGUINTE ao da rendição dos paraguaios em Uruguaiana, o brigadeiro Davi Canabarro publicou sobre esse acontecimento vibrante a patriótica ordem do dia sob nº 35, onde se lê: “Não poder-se-ia considerar castigado o arrojo dos temerários seides do tirano, se não fosse executado em todas as suas partes o plano que com os distintos chefes aliados e o general Osório tive a honra de combinar.”

O ministro da Guerra vendo que essa declaração contrariava seus desejos de ufania pessoal, pelo glorioso feito, mandou fosse cassado aquele documento sob fútil pretexto de que “os comandantes de corpos só podiam expedir ordens do dia sobre disciplina e ordem aos seus comandados.”

Ao brigadeiro Canabarro, entretanto, sobraram motivos para aquela publicação, visto que era verdadeira sua afirmativa, como passamos a demonstrar, mencionando os entendimentos sobre o assunto com os altos-comandos aliados.

Entendimento com o general Osório

Desde antes da invasão do Rio Grande do Sul começaram as combinações entre o general Osório e o general Canabarro para, em ação conjunta, baterem os paraguaios.

Ainda não existia o Tratado da Tríplice Aliança, mas prevenido-o, disse o arguto e bravo Osório, com o pensamento na defesa de sua província natal: “O nosso governo nada me tem dito sobre marchas em operações, apesar de haver eu indicado a conveniência de marcharem para a barra do Quaraí estas forças.”⁵⁸

O governo, entretanto, sem que houvesse chegado ao conhecimento de Osório, havia já concordado com a marcha indicada e autorizara sua execução.

A ideia do nobre comandante de nosso exército estacionado no Estado Oriental era reunir-se ao comandante da 1ª Divisão Ligeira para defenderem o Rio Grande do Sul, ameaçado pela concentração de tropas paraguaias em Candelária, aquém do Paraná.

Mesmo depois de firmado o tratado de 1º de maio, persistiu Osório em sua ideia, até que, por insistência do general Mitre, secundado pelo nosso ministro plenipotenciário no Prata, concordou em não cooperar pessoalmente na defesa do Rio Grande, por se haver combinado que essa missão caberia ao general Flores, à frente de tropas dos exércitos aliados.

Em 30 de maio disse o atual patrono de nossa cavalaria, depois de longas considerações sobre a situação criada pelo Tratado da Aliança: “Eu penso marchar, logo que tenha reunido o exército no Salto, para Quaraí pela estrada que vai a Uruguaiana, e espero as suas notícias naquela direção e, se elas não me fizerem mudar de rumo, passarei para Uruguaiana; se, porém, o inimigo passar para nosso território, creio que devem procurar a direção do Inhanduí para nos juntarmos e combatê-los onde nos convenha.”⁵⁹

58 Ofício datado do Cerro de Montevideú, em 17-4-1865.

59 Carta de Osório a Canabarro datada de São Francisco, em 30-5-1865.

Iniciados assim os entendimentos com Canabarro, continuaram, com assiduidade, por meio de cartas e ofícios, até a véspera dos paraguaios entrarem em Uruguiana.

Assim se procedia na ausência de um plano de campanha, tão necessário para a articulação das forças mobilizadas nos três países aliados contra o inimigo que, depois de invadir Mato Grosso, invadira Corrientes e ameaçava o Rio Grande do Sul.

Sentindo a necessidade da articulação das tropas na província sulina com as que estavam no Estado Oriental, estabeleceu o ministro da Guerra:

“O general Osório será sempre o comandante do exército contra o Paraguai, o qual hoje opera nas margens do rio do Prata ou do Uruguai.

“O comandante das Armas ou qualquer outro das forças dessa província, na qualidade de comandante de forças da reserva, prestará ao dito general-chefe todos os auxílios à sua disposição, se assim ele o requisitar e, sendo preciso, a operação das mencionadas forças de comum acordo dentro da província, se esta for invadida, ou fora dela.”⁶⁰

É indubitável que Osório teve ciência desta resolução e, portanto, os entendimentos que *de motu* próprio mantinha com o general Canabarro passaram a ser feitos oficialmente, isto é, com autorização do governo brasileiro.

Utilizando-se da autorização supra e respondendo ao brigadeiro Canabarro sobre pedido de reforço, disse-lhe o general Osório: “V. Ex^a é bastante habilitado para manobrar segundo as circunstâncias aconselharem, enquanto não pode ir deste país uma força que lhe ajude a derrotar o inimigo, cuja força espera que será comandada pelo general Flores.”⁶¹

Decorridos seis dias, Osório despacha o tenente Cipriano da Costa Ferreira para dizer, de viva voz, a Canabarro “o que estava acordado

60 Aviso confidencial, de 3-6-1865, ao Dr. João Marcelino de Sousa Gonzaga. Este aviso não figura nos documentos mandados publicar em 1866, pelo ministro da Guerra.

61 Ofício datado da barra do Dayman, na República Oriental do Uruguai, em 19-6-1865.

sobre as operações” e avisou “naturalmente para esses lados marchará o general Flores.”⁶²

Respondendo aos reiterados pedidos de reforço pelo comandante da 1ª Divisão Ligeira, recomendou-lhe Osório não arriscasse choque decisivo, devendo, entretanto, hostilizar o inimigo porque, observou, “assim manobrando V. Exª ganharemos tempo para dispormos de elementos necessários, que se estão aglomerando, e que diversas circunstâncias insuperáveis têm retardado.”⁶³

Animado pela promessa de auxílio do general Flores e também do brigadeiro Antônio Sampaio que, em 4 de junho, lhe dissera: “Se o inimigo se aproximar à fronteira e tentar invadir o território, V. Exª me faça um próprio que com a maior velocidade marcharei a coadjuvar a divisão do comando de V. Exª na defesa da pátria” e, observando as recomendações de Osório, disse Canabarro ao presidente da província: “Afirmo a V. Exª que haverão choques parciais, mas não total, sem certeza da vitória”,⁶⁴ e acrescentou, dias depois, com o auxílio do chefe uruguaio ficaria habilitado para “bater o inimigo invasor.”⁶⁵

O general Osório, com grande pesar seu, não pôde cooperar diretamente na defesa do Rio Grande do Sul.

No Capítulo V – “Interferência do general Mitre” – está devidamente esclarecido como e por que malogrou esse justo e nobre anelo do legendário.

Sobre o assunto, entretanto, além do que ali se menciona há mais este esclarecimento:

“Seis dias depois da invasão tratei de obter os meios de mobilidade para fazer adiantar uma divisão para Uruguaiana, porém ainda a cavalaria pouco menos que a pé estava por Quegani.

“Quando tinha a força pronta para marchar chegaram os generais Mitre e Flores, sendo aquele o general em chefe dos exércitos aliados,

62 Ofício de 25-6-1865.

63 Ofício datado de Juqueri, em 30-6-1865.

64 Ofício de 27-6-1865.

65 Ofício de 30-6-1865.

e resolveram a marcha pela margem direita do Uruguai, começando pela reunião do exército, como operação de primeira necessidade. Sendo pois o Tratado de Aliança, que por cópia envio a V. Ex^a, lei para nosso proceder, passei o Uruguai.”⁶⁶

Este importante documento, como muitos outros favoráveis à comprovação do que afirmou Canabarro em sua ordem do dia, não figura entre os publicados oficialmente pelo ministro da Guerra. Dessa omissão resultou, por parte da maioria dos historiadores, embora bem intencionados, como o ilustre coronel Fausto de Sousa, um julgamento contra o velho e bravo guerrilheiro rio-grandense.

Entendimentos com o general Mitre

O general Bartolomeu Mitre, na qualidade de comandante em chefe dos exércitos aliados, foi sempre informado pelo general Osório dos entendimentos deste com o brigadeiro Davi Canabarro.

No ofício em que o comandante de nosso exército no território uruguaio recomendava ao comandante da 1^a Divisão Ligeira no Rio Grande do Sul que fosse manobrando segundo as circunstâncias, até receber reforços, o informou: “É o que posso daqui dizer a V. Ex^a, por agora, de acordo com o general Mitre, comandante em chefe dos exércitos aliados.”⁶⁷

Logo depois, para maior segurança, repetia que a resposta dada em ofício, e agora repetida por intermédio do tenente Cipriano da Costa Ferreira, estava autorizada pelo general Mitre, pois que antecederia a um entendimento “com o general em chefe dos Aliados a quem”, observou, “estou sujeito para as operações da guerra pelo Tratado da Tríplice Aliança, que o governo imperial recomenda executarmos como lei.”⁶⁸

Este ofício também não figura entre os documentos oficialmente publicados em 1866.

66 Ofício do general Osório ao tenente-general João Frederico Caldwell, comandante das Armas da Província de São Pedro, datado de Entre-Rios, junto a Concórdia, em 30-6-1865.

67 Ofício a Canabarro, de 19-6-1865.

68 Ofício datado de Dayman, em 21-6-1865.

Com o desconhecimento desta importante peça e sem exame profundo do que fora divulgado, o ilustre historiador coronel Augusto Fausto de Sousa negou a existência do plano mencionado pelo brigadeiro Davi Canabarro em sua brilhante e patriótica ordem do dia, nº 35, de 19 de setembro de 1865.

Positivando a combinação para socorrer o Rio Grande do Sul, acrescentou Osório no documento citado:

“Se os movimentos do inimigo modificarem o plano de campanha V. Ex^a saberá brevemente, como também sabe quanto é perigoso mudar o plano de campanha à vontade do inimigo.

“Entretanto lhe rogo continue a dar-me notícia dos movimentos dele, pois, me diz o general em chefe que, no que fizer com o Exército Aliado, atenderá aos inimigos por esse lado.”

O ilustre e nobre general Mitre confirmou plenamente a comunicação de Osório, em ofício, ao ministro da Guerra de seu país.

Depois de longas referências sobre a guerra e particularmente acerca da situação do Rio Grande do Sul onde, segundo lhe informara Osório, “Não havia exército de observação, nem de defesa”, disse:

“Já estamos combinados em ideias mui fundamentais, que nos conduzirão por outro caminho ao mesmo objeto, e preparem as operações segundo o plano racional em que estamos de antemão combinados.

“O que acordamos é o seguinte: que no caso de combinação definitiva de proteção ao Rio Grande, marche [o general Osório] pela margem esquerda do Uruguai até a altura de Uruguaiana, enquanto eu, com as forças argentinas, trataria de pôr-me em linha com ele por esta parte [isto é, pela margem direita], inclinando-me sobre meu flanco direito se os paraguaios se retirarem da parte do Paraná, como parece.

“A comunicação destes dois exércitos [o de Mitre com o de Osório] poderá ser assegurada por uma coluna intermediária, que oportunamente e no lugar mais indicado encontrará o apoio do corpo de operações de Paíba sobre o Aguapéí.

“Se, ao chegarmos em Uruguaiana, o inimigo houver continuado na sua invasão, unido a Osório e Canabarro e reforçado pelo gene-

ral Flores, os paraguaios teriam assim sobre eles um exército de 25.000 homens.”⁶⁹

Rufino Elizalde, ministro das Relações Exteriores da Argentina, confirmou esse plano ao conselheiro José Antônio Saraiva, ministro de Relações Exteriores do Brasil, nos seguintes termos: “O general Osório marcha em proteção do general Canabarro.

“Marchando o exército do general Osório pela margem esquerda do Uruguai, fica separado do argentino por este rio; é, portanto, forçoso que este marche pela margem direita para se manterem em combinação, a fim de se protegerem mutuamente e, assim, impedirem que o inimigo os bata em batalha.”⁷⁰

Foi, indubitavelmente, deste plano que o tenente Cipriano Ferreira levou, logo depois, de viva-voz, por ordem de Osório, informações a Canabarro.

Conseguido pelo general Mitre que Osório com o exército de seu comando passasse para a margem direita do Uruguai, foi resolvido que o reforço às tropas do Rio Grande do Sul seria comandado pelo general Flores.

Mitre, com íntima satisfação, deu conhecimento desse acordo ao ministro do Interior da Argentina, que, também prazerosamente, assim acusou a comunicação:

“Muito me satisfaz sua carta de 23 com a notícia de que as forças brasileiras de Dayman começaram a passar pela Concórdia.

“Nada vejo mais claro que o vosso plano primitivo, o qual preserva com razão.

“Com a chegada do general Flores poderá completar-se o vosso pensamento, se for tempo de o lançar com uma coluna ligeira que possa derrotar as forças paraguaias de São Tomé e suas imediações e deixar perdida a expedição invasora de São Borja.”⁷¹

69 Ofício de 20-6-1865, in *Archivo del General Mitre*, III-15.

70 Carta de 20-6-1865, in: *Archivo del General Mitre*, V-59.

71 Ofício do Dr. G. Rawon, de 26-6-1865, in: *Archivo del General Mitre*, V-9.

Em junho ainda persistia o general Mitre na ideia de operar sobre os invasores do Uruguai, conforme se vê destes trechos de uma longa carta sua ao general Urquiza: “Creio, pois, que operando pela parte do Uruguai interceptaremos mais seguramente os reforços que possam vir pela Tranquera de Loreto; que obrigaremos os inimigos a uma concentração sobre Corrientes, sem prejuízo para nosso flanco direito, que as forças correntinas podem cobrir de pronto; que assim cortaremos a invasão paraguaia no caso de avanço da barra de Aguapéí, sucedendo outro tanto se se mantiver em suas atuais posições; que, finalmente, em qualquer caso, livraremos o Rio Grande do Sul e prepararemos a concorrência do exército de Canabarro e poderemos marchar sobre Itapua ou Tranquera de Loreto ou ainda sobre território paraguaio, se nos convier.”⁷²

O que ficou transcrito é, sem dúvida, um plano de operações em linhas gerais e nele figura nominalmente o brigadeiro Davi Canabarro que, nessa data, como longamente se demonstra, entretinha correspondência, na qualidade de comandante da 1ª Divisão Ligeira, com os altos-comandos aliados de terra e mar sobre as operações de guerra.

Para estabelecer em seus detalhes o plano de operações contra os invasores, houve, a 5 de julho, uma conferência entre os generais aliados, conforme para diante se relata.

Sobre essa conferência disse o general Mitre ao ministro da Guerra de seu país: “De acordo, pois, os três aliados, vamos dar começo às operações apenas tenhamos reunido maior número de elementos de mobilidade, que ainda nos faltam.”⁷³

Naquela reunião ficou resolvido, como parte do plano de operações, que o almirante Tamandaré subiria o Uruguai, levando reforço de infantaria ao general Canabarro.

Ocorria isso nos primeiros dias de julho, quando os paraguaios ainda se achavam em marcha de São Borja para Itaqui.

O comandante da 1ª Divisão Ligeira tinha, pois, motivos fortes para contemporizar; a precaução natural a isso o determinava, e as reco-

72 Carta confidencial, de 1º-7-1865, in: *Archivo del General Mitre*, II-215-216.

73 Ofício de 9-7-1865, in: *Archivo* cit., III, 33.

mendações para não arriscar, de Mitre, de Osório e até do conselheiro Ferraz, agiam certamente sobre seu espírito e obrigavam-no a providenciar.

Dessa contemporização resultou a vitória incruenta de Uruguiana; entretanto, o ministro da Guerra que, em perfeito acordo com os generais aliados, determinara também não se arriscasse um choque sem certeza de vencer, mandou cassar a ordem do dia em que se mencionava o entendimento com aqueles chefes; estranhou a atitude de Canabarro em frente do inimigo, o destituiu do comando e mandou submetê-lo a Conselho de Investigação e, em seguida, qualquer que fosse o resultado deste, a Conselho de Guerra.

Tal era aquela recomendação do titular da pasta da Guerra, que o general Caldwell chegou a dizer-lhe:

“Há dois dias passados li a carta de V. Ex^a dirigida ao já citado brigadeiro [Canabarro], na qual recomendara que não arriscasse uma batalha sem todas as probabilidades de triunfo.

“A linguagem desta carta atuou tanto em meu espírito que ainda me acho à frente desta força em completa expectativa.”⁷⁴

E assim, embasbacado, de braços cruzados e impassível, é ele mesmo quem o confessa, viu o comandante em chefe das forças em operações no Rio Grande do Sul o inimigo se apoderar de Uruguiana; entretanto, sem preâmbulos, foi julgado isento de culpas.

É que, de antemão, se havia escolhido o bode expiatório – Davi Canabarro –, que tinha costas largas e ombros fortes e de quem o neurótico conselheiro Ferraz se desferrava das amarguras de uma derrota eleitoral em 1860.

Entendimento com o general Flores

Os entendimentos entre o brigadeiro Davi Canabarro e o general Venâncio Flores vinham desde o começo de 1865.

O bravo chefe uruguiaio, ao ter conhecimento da concentração paraguaia aquém do rio Paraná, no território em litígio, participou essa

74 Ofício do tenente-general graduado João Frederico Caldwell ao conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, ministro da Guerra, datado de 5-8-1865.

ocorrência ao comandante da fronteira de Quaraí, na qualidade de aliado do Brasil. Acrescentou: “Ordenei reunião de todas as forças existentes ao norte do rio Negro, para obrar de acordo com as que V. Ex^a comanda.”⁷⁵

Decorridos seis meses e confirmando a promessa acima, agora de combinação com Osório e Mitre, disse o general Flores ao brigadeiro Canabarro ter o prazer de comunicar que, “dentro de quatro ou cinco dias, marcharia com uma divisão das três Armas, com direção a Uruguaiana” e acrescentou “espero que me avise de comum acordo, a fim de batermos o quanto antes o inimigo, com rapidez e energia.”⁷⁶

O comandante da 1^a Divisão Ligeira respondeu: “Para Uruguaiana seguirei e faremos junção para, quando e como nos convier, batermos o inimigo.”⁷⁷

É de se observar aqui que o brigadeiro Canabarro, 23 dias antes da passagem dos paraguaios no Ibicuí, mencionava a vila de Uruguaiana como ponto de seu destino, para reunião ao general Flores, a fim de operarem conjuntamente.

E quis o governo, através de atos precipitados do ministro da Guerra, e querem alguns historiadores, fundados nesses atos, negar ao velho e intrépido guerrilheiro participação proeminente na vitória incruenta de Uruguaiana.

Rufino Elizalde, em carta ao conselheiro José Antônio Saraiva, assim se refere ao acordo existente entre os chefes aliados para socorrer Canabarro: “Se o inimigo invade resolutamente o Rio Grande do Sul, o general Flores em combinação com o general Osório detê-lo-á, até que ali se achem todas as forças aliadas.”⁷⁸

O ilustre comandante em chefe dos exércitos aliados, não querendo desprender-se de tropas brasileiras, por contar com elas para a defesa de Corrientes, que considerou como o teatro principal de operações, preferiu que o socorro ao Rio Grande do Sul fosse prestado por um destacamento sob o comando do general Flores.

75 Comunicação do general Venâncio Flores.

76 Ofício datado do Salto, de 26-6-1865.

77 Ofício de Canabarro a Flores, de 30-6-1865.

78 Carta de 20-7-1865, in: *Archivo del General Mitre*, V-60.

Dessa resolução foi o brigadeiro Canabarro devidamente cientificado.

O general Osório comprova o que ficou dito, em ofício dirigido ao nosso ministro plenipotenciário no Prata, onde declara que, não desejando o general Mitre desprender-se de forças brasileiras para socorrer o Rio Grande, propusera “que o general Flores com alguns batalhões fizesse esta expedição em navios que, aproveitando a cheia do rio, cheguem até Uruguaiana.”⁷⁹

Desta comunicação, como de muitas outras da época, se verifica que as vistas das altas autoridades militares estavam voltadas para Uruguaiana, no sentido de uma concentração aí.

Desse objetivo tinha ciência plena o brigadeiro Canabarro e decorrem dessa circunstância suas manobras para ali conduzindo os invasores.

Ouçamo-lo a este respeito: “Certeza da vinda do general Flores eu tinha, a questão era de tempo; cumpria esperar, não arriscar e conduzir a vítima ao sacrifício no altar da pátria.”⁸⁰

É injusto, pois, dizer-se que o brigadeiro Canabarro procurou tirar partido dos acontecimentos depois de consumados para “justificar-se de seus erros e da sua inação, dando a entender que a melhor solução naquele momento não era atacar e bater o inimigo, mas deixar internar-se pela província, onde pereceria à míngua de recursos.

Além de vários documentos de diversas fontes, que comprovam a existência do plano de operações mencionado por Canabarro em sua ordem do dia, que justificam sua atitude e evidenciam que ele não precisava se socorrer dos fatos consumados para justificar seu procedimento – existe seu ofício de 12 de julho ao presidente da província, onde há esta declaração: “Se chegar a divisão do general Flores, com toda a certeza vamos derrotar o inimigo. Ao contrário, teremos de derrotá-lo por meio de sítio e hostilidade parciais, se o visconde não determinar o combate a que veio disposto.”⁸¹

79 Ofício de 5-7-1865.

80 Ofício de 3-10-1865, respondendo a quesitos formulados pelo ministro da Guerra.

81 Ofício de 12-7-1865, O visconde mencionado é o almirante Tamandaré.

Tudo dependia de reforços; era prudente esperá-los, haviam de chegar. O general Flores e o almirante Tamandaré os anunciavam com segurança.

Canabarro tinha razões fortes para contar com esses reforços e por isso garantiu a derrota do inimigo; no caso, porém, de não chegarem a tempo, para uma ação em campo aberto, os invasores – observou – só poderiam ser aniquilados “por meio de sítio.”

Foi isto precisamente o que aconteceu e isso foi previsto dois meses antes da rendição de Uruguaiana e 23 dias antes do início do sítio.

Não sendo Canabarro profeta, só poderia fazer aquela predição com fundamento nas combinações com os chefes aliados, que lhe fizeram conceber a ideia do encurralamento do inimigo naquela vila, ideia essa que se transformou em resolução quando o coronel Fernandes Lima foi de encontro ao seu plano, sugerindo-lhe a conveniência de deixar que os invasores passassem o Ibicuí.

A missão dada à vanguarda do exército aliado, isto é, ao departamento sob o comando do general Flores, está indicada e comprova exuberantemente a combinação estabelecida para as operações entre os altos-comandos aliados e o general Canabarro.

Diz a este respeito um historiador argentino: “Situação existente sobre o rio Uruguai, em meados de julho de 1865, induziu o general Mitre a constituir um destacamento das três Armas, o qual, marchando de Concórdia para o norte, tinha a missão de operar *contra as duas colunas*⁸² que ao largo do rio Uruguai avançavam para o sul, pelo território do Rio Grande e de Corriente.”⁸³

A 18 de julho e, portanto, precisamente no dia em que os paraguaios iniciavam a passagem do Ibicuí, rumo ao sul, o exército da vanguarda, composto de tropas argentinas, brasileiras e uruguaias, sob o comando do general Flores, levantava acampamento de Ajuí Grande rumo ao norte.

Momentos antes da partida disse o general Mitre ao general Flores: “V. Ex^a vai manobrar com um formoso exército de 9.500 homens,

82 O grifo é nosso.

83 Juan Beverina, *Guerra del Paraguai*, III-61.

cujos corpos quase todos são de linha, e 24 peças; sua potente artilharia, meu general, dará conta dos imprudentes paraguaios *que por ambas as margens do Uruguai*⁸⁴ se atreveram a desafiar o poder da aliança. Logo que se lhe reúna Paunero, poderá facilmente bater em detalhe *as duas colunas inimigas*.⁸⁵

Precisamente no dia da partida do exército da vanguarda, o general Osório oficiava ao brigadeiro Canabarro, dizendo-lhe “que Tamandaré não tinha podido subir com a esquadrilha porque o Uruguai baixara repentinamente, porém, continuava pronto, aguardando a oportunidade. “Entretanto”, acrescentou, “o general Flores já está mais adiantado, enquanto pelo outro lado do rio, em direção a Santa Rosa, iam Goyo Suárez e Caraballo”⁸⁶.

Há, no território que compreendia o teatro de operações, duas localidades denominadas Santa Rosa: uma fica na Província de Entre-Rios, ao sul do rio Macoreta, próximo a sua foz. A outra, em território oriental, junto ao passo do Higo, no Uruguai, no rincão formado por este rio e pelo Quaraí.

Acreditamos ser esta a localidade a que Osório se referia, porque era a que mais se prestava para a junção dos dois chefes uruguaios mencionados com o exército de vanguarda, que se deslocava rumo a Uruguaiana.

Depois da partida do general Flores disse-lhe, como instrução, o general em chefe dos Aliados: “Como observais, os paraguaios com suas canoas podem reforçar-se de uma margem a outra, como o fizeram em Itaquí, e isto torna aventuroso ir buscá-los com forças inferiores, não contando com um golpe seguro; mas, se eles podem obrar paralelamente, nós também

84 O grifo é nosso.

85 José Ignacio Garmendia – *Recuerdos de la Guerra del Paraguay – Campaña de Corrientes y de Rio Grande*, 233. O grifo é nosso.

86 Ofício de 18-7-1865. Este ofício não figura entre os *Documentos relativos à invasão da Província do Rio Grande do Sul, mandados coligir pelo ministro da Guerra para serem presentes ao Corpo Legislativo*, impressos na Tipografia Nacional, em 1866, e reeditados no volume 185 da *Brasíliana*, em 1940.

o poderemos fazer, desde que nos ponhamos em contato com o exército de Canabarro e, desse modo, as forças podem ficar equilibradas.”⁸⁷

Para que se estabelecesse o contato julgado necessário, era indispensável entendimentos com o brigadeiro Canabarro e, daí, a troca de correspondência nesse sentido, da qual tinham conhecimento o conselheiro Ângelo Muniz da Silva, ministro da Guerra; o Dr. João Marcelino de Sousa Gonzaga, presidente da província; o tenente-general João Frederico Caldwell, comandante das Armas e general em chefe das forças em operações no Rio Grande do Sul.

O general Mitre cientificou ao general Caldwell da partida do exército da vanguarda nos seguintes termos:

“Na tarde de 18 desprendi deste acampamento um corpo de exército que forma a vanguarda às ordens do brigadeiro-general Venâncio Flores, com cerca de 4.000 homens das três Armas, com oito peças de artilharia, a que se reunirão mais 600, que aqui deverão chegar a 24, às ordens do general Nicacio Borges.

“Esse corpo de exército ostenta os pavilhões das três nações aliadas.

“O general Flores marchou em direção às forças paraguaias que invadem por ambas as margens do Uruguai. Recolherá em sua passagem a divisão Paíba, forte de mais de mil homens, com outros reforços que reunirá também o general Juan Madarriaga.”

Depois de informações sobre o corpo de exército sob o comando do general Paunero e de sua facilidade em fazer junção com o exército da vanguarda, para ação conjunta, ponderou: “No que se relaciona com as forças brasileiras que se acham na Província do Rio Grande e que, em dado momento, podem operar em combinação com o exército deste lado do Uruguai, V. Ex^a tem dados mais seguros que os que eu podia transmitir-lhe e, por isso, me escuso de ocupar-me desse ponto.”⁸⁸

E, visando à combinação mencionada na transcrição supra, acrescentou: “Esquecia dizer a V. Ex^a ser mui provável que o sr. brigadeiro-general Venâncio Flores se ponha em comunicação com o sr. brigadei-

87 Ofício de 23-7-1865, in: *Archivo del General Mitre*, IV-21.

88 Carta de 26-7-1865.

ro Canabarro para combinar alguma operação sobre a coluna paraguaia invasora.”⁸⁹

Dessa comunicação, o general Caldwell deu ciência ao ministro da Guerra, em 2 de agosto, ou seja, antes da entrada dos paraguaios em Uruguaiana.

Com fundamento nas combinações existentes foi que o major Joaquim Xavier do Vale, comandante da guarnição de Uruguaiana, dirigiu a seguinte carta ao general Venâncio Flores, a 25 de julho de 1865:

“Recebi hoje a nota que V. Ex^a se dignou dirigir-me, datada de 22 do corrente.

“O inimigo já ultimou sua passagem no Ibicuí e vem avançando com direção a esta vila.

“Consta-me que o general Canabarro, confiado em que V. Ex^a não demorará sua chegada por estes lugares, não quer aventurar um combate com o exército inimigo que, além de ser superior em número, é composto de infantaria, tendo muito pouca cavalaria; no entanto, a divisão do dito senhor general tem somente cerca de 2.000 infantes.

“É provável que em menos de oito dias estejam eles atacando esta vila.

“São estas as notícias que posso dar a V. Ex^a e aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex^a a seguridade de minha subida estima e distinta consideração.”⁹⁰

Ainda assim, em virtude das combinações existentes e com pleno conhecimento da missão do exército de vanguarda, foi que Caldwell e Canabarro concordaram, a 3 de agosto, em solicitar auxílio ao general Flores para baterem os paraguaios em frente a Uruguaiana.

O portador desse apelo foi o tenente-coronel Antônio Caetano Pereira, que regressou a 5 com a resposta de Flores de que estando próximo o inimigo “ele não podia chegar a tempo de obstar a entrada em Uruguaiana; e que, estando perto o general Paunero, que procurava junção com ele, tinha a pôr em prática a mais importante operação, que vinha a ser bater

89 Idem.

90 *In folheto Invasão do Rio Grande do Sul, Justificação do Major Joaquim Antônio Xavier do Vale*. Porto Alegre, 1867, Tipografia do *Jornal do Comércio*.

primeiro a força paraguaia da margem direita, porque, batida essa, restava a operação sobre a de Uruguaiana e seria concluída com a passagem dele e de Paunero.”⁹¹

O encurralamento dos paraguaios em Uruguaiana foi, como se vê do exposto e de diversos documentos e atos referidos, o resultado de um plano de operações, combinado por ofícios e cartas entre os chefes aliados e o comandante da 1ª Divisão Ligeira, isto é, o brigadeiro Davi Canabarro. Resulta pois de tudo isso que as pesadas acusações que têm sido feitas ao velho e bravo guerrilheiro, pela passagem dos paraguaios no Ibicuí, em Toropasso e no Imbaá, perderam a importância de que as revestem os acusadores e até se anulam, em vista do que fora combinado e, principalmente, em face da seguinte declaração do general Frederico Caldwell, que era, como se sabe, o comandante em chefe das tropas brasileiras no Rio Grande do Sul: “Cabe-me ponderar a V. Ex^a, com respeito ao ofício do mesmo barão, que se as forças do general Flores houvessem chegado a tempo, certamente Uruguaiana não teria sido invadida pelo inimigo, porque achar-se-ia ocupada por tropas do exército aliado; mas sem esse auxílio seria improfícua a defesa e nenhuma utilidade resultaria do entrincheiramento que ali se construiu, como certifica o incluso parecer, datado de 2 do referido mês de agosto, da comissão por quem mandei examinar esse trabalho.”⁹²

Abundando no mesmo assunto, disse ainda o general Caldwell: “Se o reforço do exército aliado chegasse com mais presteza, seriam os invasores batidos em qualquer dos rios, porém a estação não permitiu que o general Flores avançasse com mais celeridade e, por consequência, foram vencidos pelas ocorrências que se deram e de que V. Ex^a melhor está ao fato.”⁹³

91 Ofício de 3-10-1865.

92 Ofício ao ministro da Guerra.

93 Ofício ao tenente-general barão de Porto Alegre, comandante em chefe do exército em operações no Rio Grande do Sul, datado de 23-12-1865. Este ofício, não obstante sua importância, não figura entre os mandados publicar pelo ministro da Guerra, em 1866.

Era, pois, no conceito da maior autoridade militar da província, à frente das forças combatentes, inevitável com os elementos que estas dispunham à entrada dos paraguaios em Uruguaiana e também era, do ponto de vista militar, conveniente essa entrada, porque, com os reforços esperados e que foram em seguida chegando, seria possível, como foi, um cerco completo e irrompível e, daí, a ruína do inimigo.

O barão a que se refere Caldwell, no trecho transcrito, é o de Jacuí – o bravo e prestante coronel Francisco Pedro de Abreu, inimigo ferrenho e ferino de Davi Canabarro.

Levado por essa inimizade e visando exclusivamente seu desafeto pessoal declarou o intrépido barão respondendo a quesitos formulados pelo ministro da Guerra: “Se nós aqui⁹⁴ nos entrincheirássemos com a infantaria e artilharia que tínhamos, com armas de superior alcance às do inimigo, não entregariamos a vila, enquanto a cavalaria por seu turno podia sitiá-lo o inimigo.”⁹⁵

Foi a este ponto de vista que o general Caldwell se reportou quando se referia ao “ofício do barão.”

A ideia do cerco da coluna paraguaia, em campo aberto, pela nossa cavalaria então existente no teatro da luta, era inexequível.

Outro desafeto de Canabarro, o bravo coronel João Manuel Mena Barreto, declarou em resposta aos quesitos referidos que “era muito possível a resistência naquela guarnição⁹⁶ embora a considerasse perigosa”; que achava “fora de dúvida que se podiam receber por água os recursos necessários no caso de assédio”; que aquela vila foi evacuada no dia 5 e que a ordem para isso foi ainda no brigadeiro Canabarro.”⁹⁷

É evidente a parcialidade contida nas afirmativas supras – o próprio general Caldwell, a quem o coronel procurava inocentar por meios de golpes desferidos contra o brigadeiro, desfez a acusação contra este, sem o intuito de defendê-lo.

94 Em Uruguaiana.

95 Ofício de 16-9-1865.

96 Uruguaiana.

97 Ofício ao tenente-general Caldwell, de 6-9-1865.

Declarou aquele general, como já ficou consignado, que, sem o auxílio do bravo comandante da vanguarda do exército aliado, era improrificua a defesa daquela vila e que “nenhuma utilidade resultaria o entrincheiramento nela.”

Relativamente à possibilidade de recebimento de recursos por água, no caso de assédio, que Mena Barreto responde de modo afirmativo, Caldwell é pela negativa e assim a justifica:

“Que, se a tempo tivesse chegado o general Flores com o seu corpo de exército, podiam-se receber, por água ou por qualquer ponto, mantimentos e mais recursos; visto não se poder então contar com os vapores de guerra, que só chegaram em frente a Uruguaiana no dia 19 ou 20 de agosto.

“Que a vila de Uruguaiana foi evacuada na noite de 4 do dito mês de agosto, por ordem do comando interino das Armas,⁹⁸ por não ser possível guarnece-la e sustentá-la, com tão pouca infantaria.”⁹⁹

Sabemos quanto as acusações dos inimigos de Canabarro pesavam contra sua reputação na época em que foram produzidas e o tom acerbo, tendencioso e ferino com que foram levantadas no Parlamento brasileiro; sabemos também quanto elas têm influído no espírito da maioria dos historiadores no julgamento do velho e intrépido servidor do Brasil.

O juízo da História, entretanto, só pode ser definitivo à luz dos fatos e dos documentos, sem desprezo das circunstâncias que estavam nos acontecimentos, como ora nos empenhamos em demonstrar.

As investigações sobre o assunto em estudo não foram, até esta data, devidamente aprofundadas – limitaram-se à narrativa do ilustre cónego João Pedro Gay.

Não foi, portanto, considerada, como se fazia mister, a documentação divulgada e muito menos inédita.

98 Esse comandante o signatário da resposta.

99 Ofício de 11-12-1865.

Em nosso relato utilizamo-nos dos documentos existentes no Arquivo do Rio Grande do Sul, além dos que foram publicados oficialmente em 1866 e reeditados em 1940.

Entendimentos com o almirante Tamandaré

Ao mesmo tempo em que o brigadeiro Canabarro era notificado pelo general Osório da próxima ida deste com o exército de seu comando para o Rio Grande do Sul, recebia um ofício do almirante Tamandaré, onde, depois de noticiar o ataque do Paraguai contra a Argentina, disse: “No caso de ser ameaçada essa fronteira, farei subir pelo Uruguai até o Salto uma força conveniente para auxiliar as que V. Ex^a tem deixado de seu comando.”¹⁰⁰

A cidade do Salto, na República Oriental do Uruguai, estava ligada à fronteira de Quaraí por uma estrada ao longo da margem esquerda do Uruguai, numa extensão de 142 quilômetros.

Concordava esta promessa de Tamandaré com a declaração de Osório de brevemente sair do Salto rumo a Quaraí e, confirmando-a, escreveu o almirante: “A falta de vapores para transportar 3.000 homens do general Flores faz com que eu não esteja aí já com esse amigo para deliberarmos o plano a seguir-se, que será infalivelmente o de subir Uruguai acima com todo o exército a encontrar Canabarro e arrostar os paraguaios qualquer que seja o número.”¹⁰¹

Este importante documento, que evidencia a existência do plano combinado entre altos-comandos aliados e o brigadeiro Canabarro, não figura entre os documentos publicados oficialmente.

A 5 de julho o general Osório comunicava ao nosso ministro plenipotenciário no Prata que o general Flores levaria reforços a Canabarro – este, a esse mesmo tempo, recebia o seguinte aviso de Tamandaré: “Eis-me aqui ansioso por transpor o Salto Grande com os vapores que puder, para tratar de castigar os ousados paraguaios que se atreverem a pisar e a insultar o solo rio-grandense.”¹⁰²

100 Ofício de 16-4-1865.

101 Ofício de Tamandaré a Osório, de 18-6-1865.

102 Ofício datado de Concórdia, em 6-7-1865.

Essa comunicação foi no dia seguinte assim confirmada: “Ontem à tarde chegou o sr. almirante Tamandaré; amanhã ou depois partirá com a esquadilha para Uruguaiana, com tropa de desembarque; convém, pois, ter partidas pequenas de Uruguaiana para baixo, para entrar em comunicação logo que apareça a esquadilha.”¹⁰³

Depois de algumas informações sobre o inimigo, esclareceu: “A demora do visconde foi enquanto tratou de reforçar a esquadra com alguns vapores e outros misteres”, e observou: “no meu último ofício lhe dei a opinião do general em chefe, que é hostilizar V. Ex^a o inimigo quanto possa, mas sem se arriscar em combate decisivo que possa prejudicar uma força tão importante como a que V. Ex^a comanda.”¹⁰⁴

É fácil de avaliar como promessas tão positivas e precauções judiciosamente recomendadas por personalidades capazes e investidas de altos-comandos teriam influído no espírito de Canabarro.

Tal foi essa influência, acreditamos, que determinou-lhe a atitude que tomou, tão malsinada ainda hoje pelos que se fundam no depoimento de seus desafetos e no aviso do ministro da Guerra de 27 de setembro de 1865, que é, pelo seu estilo e pela sua feição, mais uma peça própria de promotor, no seu ofício intransigente e cego de acusar, do que de autoridade imparcial que deseje conhecer a verdade para juízo severo e justo.

É uma peça de escândalo e, por isso, tem atraído atenções.

É flagrante, entretanto, a parcialidade do ministro quando, estranhando a declaração de que havia um plano entre os aliados e Canabarro, mandou cassar a ordem do dia em que este se referia a este plano.

O conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz fora devidamente informado pelo general Manuel Luís Osório de que o brigadeiro Davi Canabarro seria auxiliado pelos aliados.

Esse auxílio, é evidente, só poderia ser realizado mediante um plano de operações e este foi estabelecido, não nos moldes clássicos, mas por meio de entendimentos, em cartas e ofícios, como era de praxe e fartamente se comprova com a documentação a esse respeito existente.

103 Ofício de Osório a Canabarro, de 7-7-1865.

104 Ofício cit.

Ao ministro da Guerra disse o comandante em chefe do nosso exército contra o Paraguai, na mesma data em que participava ao brigadeiro Canabarro a próxima partida do reforço a ser conduzido por Tamandaré e chamava a atenção para as recomendações do general em chefe dos aliados: “Já V. Ex^a estará informado de que o exército se reúne na Concórdia para seguir suas operações pela costa do Uruguai, com o fim de cortar e bater a força que invadiu o Rio Grande do Sul, ou a que faz frente à nossa esquadra no Paraná, se esta força pretender marchar para o Uruguai; creio que a nossa marcha será breve, ainda que a má estação tenha retardado essa operação, ou antes, não estavam os aliados preparados para tal campanha.”¹⁰⁵

Dois dias depois Osório confirmava ao ministro da Guerra a marcha dos aliados com reforços para Canabarro.

Em seguida ao relato da debandada de Basualdo e do licenciamento da tropa restante pelo general Urquiza, informou: “Apesar desta ocorrência nos preparamos para marchar, o mais breve possível, para a altura de Uruguaiana, com o fim que já V. Ex^a sabe.”¹⁰⁶

O conhecimento do conselheiro Ferraz sobre as combinações do brigadeiro Canabarro com os principais chefes aliados para operações contra os invasores do Rio Grande do Sul não se limitava às informações do general Osório, visto que o Dr. João Marcelino de Sousa Gonzaga, presidente da província, também o cientificara dessas combinações.

São expressivas sobre esse ponto estas informações:

“Transmito também a V. Ex^a cópias de duas cartas que recebi do brigadeiro Canabarro, com datas de 27 e 30 do mês findo.

“Contêm elas importantes informações sobre o movimento das forças inimigas e sobre as disposições e planos do nosso exército, que só espera a junção das forças do general Flores para operar com 16.000 homens.”¹⁰⁷

Na primeira das cartas de Canabarro se mencionava o pedido de reforços ao general Osório e a resposta deste, já em poder do presidente da província.

105 Ofício do general Osório ao ministro da Guerra, de 7-7-1865.

106 Ofício de 9-7-1865.

107 Ofício de 16-7-1865.

O ilustre Osório recomendava que o comandante da 1ª Divisão Ligeira, enquanto não recebesse reforços, fosse manobrando segundo as circunstâncias. Daí esta informação de Canabarro ao presidente: “Em conclusão, afirmo a V. Ex^a que haverão choques parciais, mas não total, sem certeza de vitória.”

Estava, portanto, o agitado ministro da Guerra plenamente informado, desde antes da passagem do Ibicuí, qual seria a atitude das tropas sob comando do brigadeiro Canabarro.

Na segunda carta, a de 30 de junho, se mencionava a próxima reunião com o general Flores, que havia avisado que dentro de quatro ou cinco dias marcharia “com uma divisão das três Armas com direção a Uruguaiana”, ao que Canabarro respondera “para Uruguaiana, pois, seguirei e faremos junção para, como e quando nos convier, batermos o inimigo.”

Estabelecia-se, assim, entre esses dois comandos, destinados a operações conjuntas, como ponto de reunião aquela vila brasileira, na premeditação do vitorioso acontecimento ali ocorrido a 18 de setembro seguinte.

É de se notar, em abono da ideia de Canabarro, naquele sentido, que sua resposta indicando aquele objetivo foi dada 23 dias antes da passagem dos paraguaios no Ibicuí.

A 5 de julho, conforme se relata em outra parte, houve, a bordo do navio *11 de Junho*, uma conferência entre os generais aliados.

“Ficou assentado”, diz um historiador, “que o almirante Tamandaré partirá pelo Uruguai acima, levando tropas de desembarque para se comunicarem com o general Canabarro.

“De fato, a 13, seguiu a expedição levando, nos vapores de guerra *Taquari*, *Tramandá* e outros, o batalhão de zuavos da Bahia e mais tropa, ao todo 1.500 homens de infantaria. Infelizmente teve de voltar, a 14, a Currallitos, porto de saída, pela baixa das águas do Uruguai, que não permitiu a navegação.”¹⁰⁸

Referindo-se a essas ocorrências, disse o ilustre general Mitre: “Depois de fechada minha outra carta desta data, lembrei-me de não vos haver comunicado que amanhã talvez remonte ao passo de Salto o almi-

rante Tamandaré, com cinco navios de guerra, a saber: o *Era*, o *Iniciador*, blindados para fuzilaria, o *Taquari* e dois mais de vela; a bordo de todos eles seguem 600 homens de desembarque.”¹⁰⁹

Sobre o malogro da passagem do Salto, assim se referiu, quatro dias depois, o mesmo missivista: “A subida do Alto Uruguai pelos navios de guerra brasileiros ainda não se realizou por não haver permitido o rio, estando já quase perdida a esperança que possa ser levada a efeito esta importante empresa, visto que o rio continua baixando com rapidez.”¹¹⁰

Houvesse o volume das águas do Uruguai permitido a passagem do salto da esquadilha brasileira, com reforço de infantaria ao brigadeiro Canabarro, os paraguaios teriam sido, sem dúvida, derrotados na passagem de Ibicuí, não indo, desse modo, a Uruguiana.

Teriam sido, pois, evitados os prejuízos materiais sofridos por essa vila, mas a nossa vitória seria cara, pelo número de vidas sacrificadas em combate e o Brasil não teria a glória de, como assinalou o excelso barão do Rio Branco, iniciar, com o triunfo incruento de Uruguiana, a guerra civilizada na América do Sul.

Pelo que ficou exposto se verifica que razão, sobrada razão, tinha o leal, franco e bravo general Osório quando, respondendo a quesitos formulados pelo conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, na qualidade de ministro da Guerra, e dispensando insinuações deste, disse:

“Respondo a V. Ex^a que houve plano combinado e tanto que, em 17 de agosto, foi batido o inimigo em Jataí, pelo exército aliado de vanguarda, ao qual e para o efeito se veio unir a divisão Paunero que estava no rio Corrientes; e V. Ex^a ao chegar em setembro na Uruguiana encontrou o inimigo sitiado pelo mesmo exército de vanguarda, unido às forças do general Canabarro.

“É, porém, verdade que houve demora nesta operação, porque circunstâncias muito sérias retardaram os movimentos.

109 Carta de 9-6-1865 ao general Juan Geby y Obes, ministro da Guerra da Argentina, in *Archivo del General Mitre*, III-34.

110 Carta ao general Geby y Obes, de 13-7-1865, in *Archivo cit.*, III – 35.

“Quanto às forças do Rio Grande, parece-me que o estado em que as encontrou a invasão não lhes dava os meios de fazerem com segurança mais do que fizeram.

“Finalmente, junto encontrará V. Ex^a por cópia os meus ofícios de 2, 25 e 30 de junho e 7 de julho, de números 1 a 4, dirigidos sobre tais operações ao general Canabarro, a quem mandei explicar verbalmente, pelo tenente Cipriano da Costa Ferreira, o que a respeito estava combinado e ele general devia operar.”¹¹¹

O ministro da Guerra havia mandado, entretanto, com o fim de desmoralizar o general Canabarro, cassar a ordem do dia em que este declarava que a vitória de Uruguaiana fora o resultado dos planos que combinara “com os distintos chefes aliados e o general Osório.”

Tratando desse ato injusto e avilante do conselheiro Ferraz, assim se pronunciou no Senado brasileiro o ilustre e nobre Teófilo Otoni:

“O general Osório, que não sacrifica a nenhuma consideração pessoal os deveres da imparcialidade e da justiça, deu a digna resposta que hei de ler depois e que o Senado verá que está de acordo com o tratamento que dela acabo de dar. Osório disse nobremente ao ministro:

“Duvidaste da palavra do general Canabarro, pois eu vos afirmo que fizestes injustiça; o general Canabarro, como ele o afirmou nessa ordem do dia que vos incomoda, procedeu por virtude de um plano combinado com os generais aliados. O general Canabarro fez no Rio Grande tudo quanto podia fazer.

“Perguntarei ao nobre ministro: mandou cópia desta peça ao Conselho de Investigação?”

Ferraz que estava presente, respondeu: “Sem dúvida.”¹¹²

Não era sincero nem verdadeiro nesta afirmativa, visto que so-negara essa peça na publicação oficial que mandou fazer e não a remeteu ao Conselho de Investigação a que sujeitara o general Canabarro.

Sem exame atento dos documentos existentes e com ideia preconcebida se tem emprestado ao brigadeiro Davi Canabarro a tremenda

111 Ofício do general Manuel Luís Osório datado da margem do Macoretan, em 3-10-1865, ao conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, ministro da Guerra.

112 *Anais do Senado Brasileiro*, ano de 1866, vol. III – págs. 45-46.

responsabilidade da invasão paraguaia no Rio Grande do Sul e da depredação das estâncias e das povoações por onde passaram os invasores e, além dessa pesada culpa, nega-se-lhe papel proeminente na vitória incruenta de 18 de setembro de 1865, em Uruguiana.

O bravo lidador sentiu fundo esta injustiça, mas não se curvou ao seu peso, nem dela se atemorizou.

Era um forte, tinha a consciência de que agira bem, optando pelo mal menor e confiava, sem dúvida, no julgamento sereno da História e por isso, devia ter sido isso, assim filosofou sobre o ocorrido, em carta ao general Osório:

“Sete mil e quinhentos paraguaios, tal foi o número dado por Estigarribia, o que se entregou, sem custar um cartucho e nem uma gota de sangue. Assim extinguiu-se a divisão que audaz invadiu a Província do Rio Grande. Nenhum só voltou dos que entraram em Uruguiana; nenhum dos que passaram o Jataí; tanto não contava eu; eram cerca de 12.000 os que vinham descendo as margens do Uruguai. São cerca de 12.000 os que ficaram.

“Mais não podia colher o desenvolvimento do plano combinado por V. Ex^a, Mitre e general Flores.

“Se tive parte nele, V. Ex^a sabe; assim como que foi daquele que, reduzido na fronteira de meu comando aos destacamentos de São João Batista, Uruguiana e Livramento, levantei a 1^a Divisão Ligeira que obsteu e trouxe encerrado o inimigo em seus acampamentos e manobras, até que veio integrar às forças dos aliados no Jataí e Uruguiana.

“Persuado-me haver concluído o melhor possível a missão que me incumbiu levantando em armas as populações das fronteiras.

“Não podia ser melhor a abertura da campanha contra o Paraguai.

“Edifiquei, preparei a casa do baile – deram-me um canto na casinha, para que ao menos ouvisse o estampido dos fogos festivos.”

Depois de outras considerações reflexionou: “Há lances nesta vida de oscilações que não se apanham facilmente.”

Encerrando a missiva, disse: “Outra melhor não desempenho; estou satisfeito e estão aparecendo na cena tantas figuras novas que me obrigam a retirar. O progresso invadiu o cenário.”¹¹³

Em seguida ao triunfo, suspenderam-no do comando e lhe determinaram fosse aguardar em casa a reunião do conselho que o devia julgar.

Ali, havia de esperar o resto da vida.

Os juízes, à proporção que eram nomeados, iam pedindo exoneração e o conselho ainda não se reunira quando Caxias, ao ser nomeado em outubro de 1866 comandante em chefe do exército em operações, mandou, segundo suas próprias palavras, “acabar com os intermináveis conselhos de guerra que o Ferraz inventou para arredar seus inimigos das posições em que se achavam.”

Livre dessa opressão, Canabarro contribuiu com seu prestígio para a organização do 3º Corpo de Exército.

O bravo major Manuel Barreto Pereira Pinto, em carta dirigida ao ilustre barão Homem de Melo, na presidência do Rio Grande do Sul, disse que ao receber a carta deste, de 24 de março de 67, já se achava em marcha com a reunião de seu comando “para o 3º Corpo de Exército, em cumprimento de outra carta datada de 28 de novembro de 1866”, e acentua, “me havia dirigido o senhor brigadeiro Davi Canabarro, hoje falecido, no mesmo sentido de coadjuvar a reunião.”¹¹⁴

O ardoroso e jovem soldado do exército pacificador de D. Diogo de Sousa, em 1811; o tenente que operou prodígios de bravura na campanha de 1825 a 1828; o general que comandou a brigada que fez a vanguarda do exército de Caxias, na campanha de 1851; mantinha os mesmos ardores patrióticos e cívicos, na velhice gloriosa e injuriada e, desse modo, confirmava sua declaração no término da cruzada farroupilha: “sou cidadão brasileiro.”

E foi de ânimo forte e exemplar, visto que a injustiça dos homens jamais enfraqueceu-lhe o amor da pátria e esta o consagra, hoje, como um de seus grandes filhos.

113 Carta de 19-9-1865.

114 Documento inédito, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Seu nome imortal figura na galeria dos “Chefes da Cavalaria Brasileira” existentes na Inspetoria da Arma de Cavalaria: é a consagração como chefe militar. A sua divisa de cidadão está na vibrante proclamação, declarando a paz em 1845, subordinando os ideais políticos aos nobres sentimentos do patriotismo. Disse: “Um poder estranho ameaça a integridade do Império e tão estoica ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações de brasileiros.”

Conclusão

Do que ficou longamente exposto e, de propósito, fastidiosamente repetido, ressalta de modo insofismável, categórico, que houve plano de operações combinado entre os altos-comandos aliados e o brigadeiro Davi Canabarro.

Não era, já observamos, um plano clássico de operações, mas simples combinações, por meio de conferências, de cartas e de ofícios, conforme o sistema adotado no início da campanha, como é fácil de se verificar nos arquivos argentinos e nos nossos.

Do plano, desse modo ajustado, tiveram conhecimento, como já ficou dito e provado, os ministros da Guerra da Argentina e do Brasil, o presidente do Rio Grande do Sul e o comandante das Armas desta província.

Desarrazoado, portanto, foi o ato do conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz mandando cassar a ordem do dia em que o comandante da 1ª Divisão Ligeira declarou que a rendição de Uruguaiana fora fruto daquele plano.

Confirmado mais uma vez a existência e importância das combinações, declarou o brigadeiro Canabarro que dos documentos a elas referentes dera “ciência ao tenente-coronel Caldwell, então comandante das Armas” e que supunha houvesse este dado ao novo comandante “conhecimento das operações combinadas” e, observada, “tal era a ciência delas, por parte daquela autoridade, que com seu assentimento a 3 de agosto próximo passado partiu do acampamento do Salso o tenente-coronel Antônio Caetano Pereira a entender-se com o general Flores, que já estava no

Meriñan, a fim de saber se era possível atacar o inimigo antes de entrar em Uruguaiana.”¹¹⁵

Este importante documento, do mesmo modo que outros, como temos referido, foi sonogado na publicação oficial feita por ordem do ministro da Guerra em 1866.

Estranhando o barão de Porto Alegre aquela declaração, solicitou informações ao general Caldwell e este respondeu: “Hoje, pelas 9 ½ horas da manhã foi por mim recebido o ofício que V. Ex^a dignou-se de dirigir-me ontem, acompanhado do comando da 1^a Divisão Ligeira, de 5 do corrente, que devolvo, cumprindo-me informar a V. Ex^a que é fato haver sido comissionado o tenente-coronel da Guarda Nacional Antônio Caetano Pereira, na tarde de 3 de agosto do corrente ano, para entender-se com o general Flores para, apressando suas marchas, fazer junção com as nossas forças, a fim de batermos o inimigo; exigência esta que eu anteriormente havia feito ao mesmo general, em carta particular, e posteriormente em 10 do dito, segundo o barão de Jacuí no dia 11 para também com ele entender-se: mas nunca constou que houvesse combinação anterior com os generais aliados de qualquer plano de ataque para ser posto em execução nesta ou em qualquer localidade.”¹¹⁶

Não era verdadeira a afirmativa de Caldwell, negando conhecimento das combinações entre os generais aliados e o brigadeiro Canabarro, anteriores ao mês de agosto.

Antes do Tratado da Tríplice Aliança, em 16 de abril de 1865, como já ficou consignado, o almirante Tamandaré disse ao brigadeiro Canabarro que, no caso de ser ameaçada a fronteira por este comando, faria subir pelo Uruguai até o Salto uma força conveniente para o auxiliar.

Dessa combinação seu destinatário remeteu cópia, em ofício de 1º de maio, ao general Frederico Caldwell, que acusou seu recebimento nove dias depois, com a declaração de que ia imediatamente dar conhecimento do assunto ao presidente da província.

115 Ofício, de 5-10-1865, do brigadeiro Davi Canabarro ao tenente-general barão de Porto Alegre, comandante em chefe do exército em operações no Rio Grande do Sul.

116 Ofício do tenente-general Caldwell ao tenente-general barão de Porto Alegre, datado de Uruguaiana, em 6-10-1865. Este documento foi sonogado da publicação oficial de 1866, diversas vezes mencionado.

Do reforço a ser enviado, segundo aviso do general Osório, de acordo com o que fora combinado entre os aliados, teve conhecimento o general Caldwell e disso deu ciência ao brigadeiro Canabarro, em ofício de 18 de junho de 1865.

Do ofício de 19 de junho em que Osório recomendava a Canabarro que manobrasse segundo as circunstâncias, até receber reforços do exército aliado, para o ajudar a derrotar o inimigo, também teve conhecimento o general Caldwell, por intermédio da participação que o destinatário desse documento lhe fez a 23 de junho.

Nesse ofício de Osório está expressamente declarado o entendimento entre os chefes aliados para o socorro ao comandante da 1ª Divisão Ligeira. E, daí, a recomendação para que este aguardasse o reforço manobrando segundo as circunstâncias.

O general Caldwell estava inteirado do plano em combinação dos altos-comandos aliados para operações conjuntas com o brigadeiro Canabarro, não só por meio das participações deste como também, diretamente, pelo general Osório.

É deste bravo, vigilante e ilustre chefe a seguinte comunicação:

“Recebi o ofício nº 73, de 21 do corrente, de Alegrete, em que V. Ex^a se serviu comunicar-me que os paraguaios, em número de 8 a 10.000 homens, invadiram essa província por São Borja, o que eu já tinha sabido por comunicação do general Canabarro, quando me achava com parte do exército ainda sem meios de marchar, junto à barra de Dayman e seis dias depois da invasão tratei de obter os meios para fazer adiantar uma divisão para Uruguaiana, porém ainda a cavalaria pouco menos que a pé estava por Queguai. Quando tinha a força pronta a marchar chegaram os generais Mitre e Flores, sendo aquele o general em chefe dos exércitos aliados, e resolveram a marcha pela margem direita do Uruguai, começando pela reunião do exército, como operação de primeira necessidade.

“Sendo o Tratado de Aliança, que por cópia envio a V. Ex^a, lei para o nosso proceder, passei o Uruguai.

“Segundo me diz o general em chefe, está na disposição de fazer marchar uma força Uruguai acima e indicou-me de dizer ao general Canabarro, o que hoje faço, e a V. Ex^a que não se deve comprometer choque decisivo até reunirem-se aí os maiores elementos de que V. Ex^a pu-

der dispor, reunindo todas as forças à frente do inimigo para hostilizá-lo vigorosamente.”¹¹⁷

O documento em que foi feita esta importante comunicação não figura na publicação oficial de 1866.

Desde os primeiros dias de julho estava o general Caldwell, na qualidade de comandante em chefe das forças em operações no Rio Grande do Sul, orientado pelos altos chefes aliados que não devia arriscar choque decisivo, enquanto não reunisse, em frente ao inimigo, os maiores elementos que pudesse dispor.

É, portanto, afetada sua declaração ao ministro da Guerra, em 5 de agosto, de que lhe causara funda impressão, ao ponto de deixá-lo expectante, a ordem daquela autoridade ao brigadeiro Canabarro “para não arriscar uma batalha sem todas as possibilidades de triunfo.”

Finalmente, para, de uma vez por todas, demonstrar que o general Caldwell estava ciente do plano de operações a que se referiu o brigadeiro Canabarro na ordem do dia cassada e evidenciar a insinceridade de sua declaração de que nunca lhe constara “houvesse combinação com os generais aliados de qualquer plano de ataque”, existe o seguinte documento firmado por esse velho e prestante general que, infelizmente, durante a invasão paraguaia e após esta revelou-se inseguro em seus atos e em suas afirmativas.

“Ilmo e exm^o sr. Em aditamento ao período final do ofício que tive a honra de dirigir a V. Ex^a em 6 de outubro último, cabe-me o dever de passar a suas mãos os seguintes documentos: cópia de uma carta do general Flores dirigida ao brigadeiro Canabarro, em 26 de junho, noticiando sua marcha em direção a Uruguaiana e da resposta deste, de 30 do mesmo mês; cópia do ofício do comando da 1^a Divisão Ligeira, de 12, sob n^o 362, com a da carta a que se refere, de que, em ofício de 13, tudo de agosto, dei conhecimento ao governo desta província e ao exm^o sr. ministro da Guerra; cópia do ofício n^o 66, também desta última data, do comando interno das Armas ao da 1^a Divisão, prevenindo-o de que no dia seguinte marcharia com a 2^a Divisão para as imediações de Uruguaiana e ordenan-

117 Ofício ao tenente-general Caldwell, datado de Entre-Rios, junto a Concórdia, em 30-6-1865.

do-lhe a marcha da de seu comando; igualmente transmito em original o do comandante em chefe do exército em operações contra o Paraguai, de 30 de junho, comunicando-me que do mesmo exército se desprendia uma divisão para apoiar e auxiliar as forças *que eu então comandava*¹¹⁸, e assim bater-se e hostilizar-se os invasores; também incluo confidencialmente a cópia de dois tópicos da carta que me dirigiu o general Mitre, em 26 de julho, cujo conteúdo em ofício de 2 de agosto dei conhecimento ao mesmo exmº sr. ministro; finalmente, cópias de uma nota do general Flores, que recebi na noite de 20 desse mês, solicitando-me recursos para transpor seu exército para a margem aquém do Uruguai e da resposta que a ela dei, na manhã de 21, antes de publicar a ordem do dia nº 41, em que fiz constar às tropas haver V. Exª assumido o comando em chefe do exército em operações nesta província.

“Creio que se torna desnecessário exhibir mais comentários para demonstrar que o plano de operações de campanha, de que tratava a ordem do dia (que foi retirada) nº 35 do comando da referida 1ª Divisão *não foi só combinação dele com os generais do exército aliado*¹¹⁹ e que a guerra seria levada a qualquer ponto em que estivesse o inimigo, bem como explica o ofício de 30 de junho do general Osório, e sempre me persuadi de que o Ibicuí fosse lugar destinado para a completa derrota dos bárbaros selvagens invasores.

“Com a perspicácia de que V. Exª é dotado foi fácil, logo que assumiu o comando do exército, reconhecer o objeto que se tinha em vista e as consequências que, segundo me consta, V. Exª teve com o exmº Sr. visconde de Tamandaré, deram em maior resultado incruento as operações de campanha, reforçando o exército de seu comando com tropas do general Osório.

“Se estas informações não foram suficientes para bem inteirá-lo acerca da matéria de que V. Exª tratou em seu ofício de 5 de outubro, dignar-se-á de dar-me suas ordens, que me prestarei com a melhor vontade em cumpri-las. Deus guarde a V. Exª. Quartel-General em Porto Alegre, 26 de novembro de 1865. Ilmº e exmº sr. conselheiro tenente-general barão de

118 O grifo é nosso.

119 O grifo é nosso.

Porto Alegre, comandante em chefe do exército em operações nesta província – João Frederico Caldwell, tenente-general graduado.”

Transcrevemos na íntegra esse documento porque ele foi sonegado na publicação oficial mandada fazer pelo ministro da Guerra, em 1866, e pela sua capital importância no sentido de comprovar a existência do plano de operações referido pelo comandante da 1ª Divisão Ligeira, em sua ordem do dia nº 35, de 19 de setembro de 1865.

Evidenciado à saciedade fica que pela vitória incruenta de Uruguaiana, que valeu um título nobiliárquico ao então ministro da Guerra do Brasil, cabiam as maiores glórias ao bravo, nobre e patriótico brigadeiro Davi Canabarro.

Daí a propriedade, a justeza desta sátira de um coetâneo:

“O conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que para nada concorreu, foi agraciado com o título de barão de Uruguaiana.

“O manto não lhe servia bem, porque Canabarro era mais gordo.”

.....

Capítulo V

INTERFERÊNCIA DO GENERAL MITRE

E

Vacilações

M VIRTUDE do tratado de 1º de maio de 1865, o general Mitre, na qualidade de comandante em chefe dos exércitos aliados, teve interferência nas operações que visavam repelir os invasores do Rio Grande do Sul.

Já vimos que o plano de campanha dos aliados, da autoria do general Mitre, além de impreciso, era simplesmente ofensivo, embora o inimigo ocupasse parte do território argentino e ameaçasse o Rio Grande do Sul.

A inexistência de um plano defensivo deu lugar a vacilações nas medidas a tomar.

O ilustre general Mitre, acreditando que o trecho de operações seria em Corrientes, disse em carta de 4 de junho ao general Urquiza que estava “quase decidido” a fazer uma concentração em Concórdia; que ia a esse respeito escrever aos generais Flores e Osório. (*Arquivo del General Mitre*, II-149)

Urquiza, que nessa mesma data escrevia a Mitre, indicando Basualdo como ponto estratégico de primeira ordem para a concentração, ao

receber a missiva acima mudou imediatamente de ideia e aplaudiu com calor a eleição de Concórdia.¹²⁰

Em 1º de julho escrevia o vencedor ao vencido de Copeda:

“A invasão do território argentino e o avanço das tropas paraguaias pelo Paraná e pelo Uruguai, quando ainda não havíamos preparado todos os nossos elementos, fizeram variar completamente nosso primeiro plano de operações, que era um plano ofensivo, supondo que os paraguaios se mantivessem sobre a fronteira ou se repregassem ao seu território.

“Não havendo acontecido assim, tivemos que adotar a defensiva enquanto reconcentrávamos todos nossos elementos, criando nova base de operações.”

Declarou em seguida que essa nova base era a Província de Entre-Rios e que a Província de Corrientes passou a ser considerada “como a vanguarda e o teatro de operações militares.”

Depois de várias e longas considerações, expõe isto: “Creio que operando pela parte do Uruguai interceptaremos com mais segurança os reforços que possam vir pela Tranquera de Loreto; que obrigaremos o inimigo a uma concentração sobre Corrientes, sem perigo para nosso flanco direito, que as forças correntinas podem cobrir de momento; que assim cortaremos a invasão paraguaia que avançar da barra do Aguapeí, sucedendo outro tanto se se mantiver em suas atuais posições e que, em todo caso, livraremos o Rio Grande e prepararemos a concorrência de Canabarro e poderemos marchar em último resultado sobre Itapua ou à Tronquera de Loreto ou ainda sobre o território paraguaio se nos convier.”

Tudo isso, entretanto, era o simples “modo de pensar” do general em chefe dos aliados, podendo, por conseguinte, “corrigir ou completar essas ideias em face de melhores dados” e, por tal motivo, acrescentou: “Em consequência espero que V. Ex^a não me escasseie suas indicações confidenciais para fixar definitivamente minhas ideias sobre o assunto.”¹²¹

Como se vê, nessa altura dos acontecimentos ainda não havia um plano positivo de operações, tudo flutuante, nada definitivo e, para

120 *Archivo del General Mitre*, II, 177.

121 *Idem*, 213, 215, 216.

maior insegurança se deu, nesse comenos, a debandada de Basualdo e, em seguida, Urquiza licenciava o resto de seu exército.

Foram esses acontecimentos dois profundos e inquietadores golpes nas esperanças de Mitre, para a sonhada operação conjunta, com os 8.000 entre-rianos, cujos chefes principais, com exceção do supremo entre eles, colocaram os compromissos assumidos com Solano López acima dos sentimentos patrióticos.

A situação ainda era a dos primeiros dias de julho, em que não havia nenhum plano de operações assentado e, daí, estar tudo na dependência de entendimentos de última hora entre os generais aliados.

Eis o motivo por que Mitre, em 4 do referido mês, escrevera ao general Flores: “Cada dia me parece mais urgente a necessidade de combinarmos operações definitivas ou que ao menos saibamos uns e outros as operações que cada aliado pensa praticar, para deste modo obrar em consequência.”

Informou, em seguida, que nas várias conferências que tivera com o almirante Tamandaré haviam concordado em ideias capitais, sem, entretanto, se pudesse dizer que houvessem “combinado operações definitivas, nem mesmo o que pensam fazer desde logo ou para mais adiante.”¹²²

Para o ilustre general argentino, “o teatro de guerra era definitivamente em Corrientes.”

Diz isso quatro vezes na carta em referência.

Estava nesta convicção por entender que a invasão pelo Uruguai teria como objetivo reunião “com a coluna que vinha pela costa do Paraná.”

Parecia-lhe, por isso, bem indicado que as tropas brasileiras que se concentravam no território uruguaio “passassem a Concórdia para operarem em combinação” com as argentinas, visto “que assim defenderiam melhor o território brasileiro, concorrendo ao mesmo tempo para formar um exército de mais de 40.000 homens, que podia acabar com segurança, de um golpe, a campanha entregando-nos desarmado o Paraguai.”¹²³

122 Idem, IV, 16.

123 Idem, 17.

Não havendo plano assentado, desejava saber o que pensavam os chefes brasileiros e o general Flores “para obrar em consequência”, porque, estando todas as forças do inimigo em seu território e tendo que combatê-las com seus próprios elementos, nenhuma eleição fizera “nem quanto ao terreno nem quanto à hora nem quanto aos meios” e deviam “ir forçosamente onde o inimigo se apresentasse, para enfrentá-lo com o pouco ou muito que tivesse.”¹²⁴

Tudo dúvida, tudo impreciso, nada estabelecido em definitivo.

Estava-se, desse modo, à mercê do inimigo e mais uma vez se confirmava o seguinte asserto magistralmente salientado pela inteligência penetrante de Jomini:

“A ofensiva assegura a quem a toma toda a liberdade de ação e, de algum modo, subordina-lhe os movimentos adversários.”

Felizmente, os aliados falharam nas províncias de Corrientes e de Entre-Rios os recursos com que Solano López contava para uma ofensiva geral e, além disso, as valentes e instruídas hostes paraguaias careciam de chefes capazes.

Somente por essas circunstâncias, criadas pela traição e pela inépcia, tem inteira aplicação aos invasores este juízo do ilustre vice-presidente argentino Dr. Marcos Paz, em carta ao general Mitre, que vamos transcrever em sua própria língua, para conservar-lhe o sabor:

“La marcha de los paraguayos para ambas as márgenes del Uruguay, aguas abajo, me recuerda los chorlitos que vienen a ponerse a medio tiro del cazador, que los espera lleno de contento.”¹²⁵

Assim realmente foi, pelos motivos referidos, não havendo, entretanto, impedido que “los chorlitos” causassem atropelos “a los cazadores.”

O bravo, nobre e previdente general Osório assim alertou ao nosso ministro da Guerra, de seu acampamento de Juqueri, na Argentina: “Parece-me conveniente que toda a Província do Rio Grande se deve pôr em armas, coadjuvadas por infantaria e artilharia, visto que destas armas

124 Idem, 18.

125 Idem, V, 231, 232.

tem precisão, e é melhor prevenir, aproveitando-se do conselho que nos dá o atual atropelo em que andamos, quase dominados pelo movimento do inimigo, o que por si é um mau sinal.”¹²⁶

Não se acreditava na dupla invasão

A circunstância de não acreditar o ilustre general Mitre, no início da campanha, na dupla invasão paraguaia atesta sua confiança no general Urquiza, mas evidencia seu desconhecimento dos compromissos de alguns chefes de Corrientes e Entre-Rios com Solano López.

Contando com a fidelidade de seus compatriotas ao serviço da nação, dizia o ilustre e nobre argentino ser “improvável que o inimigo pretendesse executar duas invasões, ao mesmo tempo, em afastamento tão grande uma da outra.”¹²⁷

Era esse também o pensamento do destinatário da missiva supra, pois dias antes de recebê-la dissera acreditar que a intenção dos paraguaios nas margens do Uruguai era arrebanhar cavalos e gado vacum “porque”, acrescentou, “não posso crer que López seja tão estúpido que jogue o exército a tão grande distância, exposto a sofrer um revés mui provável.”¹²⁸

Urquiza, ao comunicar ao general Mitre a invasão de São Borja, disse: “Seu objetivo é distrair, chamando a atenção das forças do Brasil, mas toda a aprovação do inimigo é sobre esta parte, como é natural que seja.”¹²⁹

Realizada a dupla invasão, disse o general Mitre ao ministro da Guerra de seu país: “Agora principio a acreditar que os paraguaios têm, como diz, a intenção de virem até Uruguiana, dominando ambas as margens do rio e comunicando-se por ele por meio da flotilha de canoas que trazem.”¹³⁰

126 Ofício de 7-7-1865.

127 Carta de 4-6-1865 ao general Venâncio Flores, *in: Archivo del General Mitre*, IV, 16.

128 Carta de Flores a Mitre, de 25-5-1865, *in: Archivo cit.* IV, 15.

129 Carta datada de Basualdo, em 11-6-1865, *in: Archivo cit.*, II, 180.

130 Carta, de 5-7-1865, *in: Archivo cit.*, III, 30.

Dias depois escrevia novamente a mesma autoridade: “A operação paraguaia do Uruguai ou é uma grande coisa ou uma grande barbaridade.”¹³¹

Já vimos que teria sido uma grande coisa se não tivessem falhado as promessas dos chefes correntinos e entre-rianos.

Era crença geral, na Argentina e no Brasil, que os paraguaios não invadiriam o Rio Grande do Sul.

Não participavam desse pensamento apenas dois grandes chefes brasileiros: Osório – o legendário, e o sempre bem-avisado, glorioso e imortal Caxias.

Aquele, em ofício de 3 de março de 1865, alertando o nosso ministro da Guerra sobre a concentração de tropas paraguaias na região de Itapua, ponderou: “Pode ser uma simulação, porém o nosso exército achando-se mui distante para impedir um golpe de mão contra o nosso território em Missões, parece-me que deveria quanto antes marchar para Uruguaiana ou São Borja.”

O glorioso patrono de nosso Exército, embora sem nenhum comando, mas sempre atento aos destinos da pátria, dizia em 4 de junho de 1865 ao general Caldwell, então comandante das Armas do Rio Grande de Sul, depois de aludir à atitude que podiam tomar os homens do partido *blanco* do Uruguai: “É isso que tem, sem dúvida, encorajado o López para se atrever a invadir Corrientes e ameaçar essa província, que eu creio que ele também invada.”

Nessa mesma data, o comandante em chefe dos aliados dizia a dois dos principais comandantes do Exército “não ser provável que o inimigo pretendesse executar duas invasões ao mesmo tempo” e que seus últimos movimentos estavam a indicar “que procurava operar sua reconcentração com a principal coluna invasora, forte de 15.000 homens, que descia pelo Paraná”¹³² e que sendo o teatro de operações em Corrientes “o inimigo não ameaça, senão secundariamente, a fronteira do Brasil.”¹³³

131 Carta, de 28-7-65, in: *Archivo* cit., III, 49.

132 Carta ao general Venâncio Flores.

133 Idem, ao general Justo José Urquiza.

Osório deseja defender o Rio Grande do Sul – Mitre interfere para que passe o Uruguai e se incorpore aos argentinos – Osório cede.

Terminada a campanha do Uruguai, o general Osório viu claramente a situação: o exército sob seu comando “deveria, quanto antes, marchar para Uruguaiana ou São Borja, visto que neste Estado (Uruguai) já não temos inimigo e, portanto, convém guardar melhor aquela fronteira que pode ser invadida de um momento para outro.”¹³⁴

O ministro, em resposta, interrogou se havia “possibilidade de fornecer-se de víveres qualquer força nova que fosse estacionar em ponto mais próximo do Salto, como Arroio Negro ou Paissandu.”

Osório respondeu dando informações precisas e ponderou: “Creio, porém, que se for este exército para algum daqueles pontos, deve marchar para lá reunido em disposição de acudir a nossa fronteira do Uruguai, se ela for invadida pelo exército paraguaio, visto como se diz que a isso se dispunha, e que do Cerro Leão tinham marchado as forças a unir-se às que estavam na Encarnação com o fim de atravessarem o Paraná e o Uruguai. Esta notícia pode não ser exata mas a prevenção manda guardar.”¹³⁵

O governo brasileiro concordou com as ideias de Osório e determinou-lhe fosse marchando para Dayman.

No mês seguinte, o almirante Tamandaré comunicava ao general Osório que acabava de conferenciar com o general Mitre, seus ministros e nossos representantes diplomáticos no Prata, Otaviano de Almeida Rosa e Pereira Leal, “sobre o movimento de nossas forças e que foi decidido que adotássemos a ideia de V. Ex^a de reconcentrarmos nossas forças em Uruguaiana.”¹³⁶

Dez dias depois, Osório determinou o primeiro movimento de parte de seu exército para a concentração em Uruguaiana – a brigada do general Antônio Sampaio, forte de 3.000 homens, com seis bocas de fogo.

134 Ofício ao ministro da Guerra, visconde de Camamu, de 6-3-1865, *in: História do General Osório*, II, 48.

135 Ofício de 5-7-1865.

136 Ofício de 17-4-1865, *in: História do General Osório*, II, 50.

Em virtude do tratado da Tríplice Aliança de 1º de maio de 1865, reuniram-se em conselho deliberativo, nesse mesmo dia, os generais aliados e assentaram um plano de campanha ofensivo.

Esta nova situação levou Osório a solicitar-lhe fosse enviado do Rio Grande do Sul um auxílio de 4.000 homens de cavalaria.

Depois de diversas considerações sobre as operações a serem realizadas contra o Paraguai, informou que, por carta particular, soubera “que 20.000 paraguaios estavam em São Tomé sobre o Uruguai” e acrescentou: “não sei se se verificará esta notícia, porque, a realizar-se, é de recear-se a invasão de São Borja e então o exército depois de reunido em Paissandu deverá marchar na direção do Livramento, buscando incorporar-se com as nossas forças do Rio Grande do Sul, para repelirmos a invasão.”¹³⁷

Em fins de maio, Osório dizia ao brigadeiro Davi Canabarro precisar de 4.000 homens de cavalaria e informou: “Este exército vai marchando em direção a Uruguiana.”

Nos primeiros dias de junho começa o trabalho ativo de Mitre, Elizaldo e Otaviano de Almeida Rosa para que o general Osório, em vez de se transportar com seu exército para o Rio Grande, passasse o Uruguai e se incorporasse àquelas sob as ordens do comandante em chefe dos aliados em Concórdia.

Nesse sentido recebeu a seguinte comunicação de Otaviano de Almeida Rosa, datada de 6: “Escrevo para comunicar-lhe que a 17 estarão em Concórdia Flores e Mitre com seus contingentes (cerca de 8.000 homens). O almirante há de ir nestes três dias entender-se com V. Ex^a para fazer passar o exército do Salto para Concórdia. Neste sentido, respondi hoje ao nosso governo e vamos trabalhar para a junção das forças porque chegou o dia de se dar um golpe de mestre e o Brasil não pode esperar mais tempo.”

Dias depois, o almirante Tamandaré fazia esta comunicação ao general Osório: “Das combinações aqui feitas com o general Mitre e em Montevideu com o general Flores, julgou-se que deveríamos reunir não só as nossas forças e as orientais, como as de Buenos Aires, em Concórdia,

137 Ofício ao ministro da Guerra, datado de Montevideu, em 5-5-1865.

como até chamar todas as que estão de observação na fronteira de nossa província sobre o Uruguai.”¹³⁸

Precisamente na data em que era comunicada essa deliberação, onde se cogitava de transportar para território argentino, visando uma campanha ofensiva, todas as tropas existentes no Rio Grande do Sul, era esta província invadida por tropas paraguaias que há tanto tempo vinham-na ameaçando fortemente.

Com o inimigo em nosso território, Canabarro reiterou a Osório a solicitação tantas vezes feitas de um auxílio de “4.000 homens de infantaria.”¹³⁹

Foi resolvido entre os generais Mitre e Osório que esse auxílio fosse prestado pelas tropas sob comando de Flores.

A 18, ainda em junho, o ministro Otaviano informou a Osório: “A demora dos transportes no Uruguai tem impedido a subida de Flores.”

Dois dias depois, o general Mitre comunicava ao ministro da Guerra de seu país haver combinado com Osório que no caso de ida deste para o Rio Grande, em sua proteção, deveria seguir pela margem esquerda do Uruguai até a altura de Uruguaiana, segundo ele, Mitre, no mesmo sentido pela margem direita com as forças argentinas.¹⁴⁰

Nessa mesma data, Rufino Elizalde confirmava ao nosso ministro plenipotenciário no Prata essa resolução, nestes termos: “O general Osório marcha em proteção ao general Canabarro, e seguindo pela margem esquerda do Uruguai fica separado do exército argentino por esse rio, é forçoso, pois, que os argentinos marchem pela margem direita, para ficar em comunicação e se protegerem mutuamente, impedindo assim que o inimigo os bata em detalhe.”¹⁴¹

No dia seguinte, Osório informava a Canabarro que o socorro a ser-lhe prestado pelo general Flores fora ordenado pelo general em chefe dos exércitos aliados, a quem, acrescentou: “estou sujeito para as operações

138 Carta datada de Buenos Aires, em 10-6-1865.

139 Ofício de 12 e 14 de junho de 1865.

140 Carta de 20-6-1865, *in: Archivo* cit., III, 15.

141 Carta *in: Archivo* cit., V, 59.

de guerra pelo Tratado de Tríplice Aliança, que o governo imperial recomenda executarmos como lei.”

Mitre havia manifestado a Osório, quando este fez-lhe sentir a necessidade de socorrer o Rio Grande do Sul, “que naqueles momentos era mui difícil desembarcar-se qualquer força do exército porque 4.000 paraguaios marchavam contra o exército aliado, pela Província de Corrientes.”¹⁴²

A recomendação do governo imperial, a que Osório se refere, lhe fora transmitida pelo ministro Otaviano de Almeida Rosa.

Sendo essa recomendação do conhecimento de Mitre e de Elizalde, redobram, acompanhados de Mitre e Flores e com auxílio de Otaviano, para que Osório desistisse do socorro ao Rio Grande do Sul e passasse o Uruguai para se incorporar com o seu exército ao argentino.

Sobre esse assunto escreveu Elizalde a Mitre:

“Estamos preocupados com a ideia de que o exército brasileiro não passe do território oriental a Concórdia e marche pela costa oriental.

“O general Flores está também em oposição a esta ideia.

“As razões que dão Osório e Tamandaré não as julgamos suficientes.

“Fui também me entender com Otaviano que disse-me haver escrito a Osório dizendo-lhe que o exército às suas ordens não tem por objetivo primordial defender o Rio Grande e, sim, atender às exigências gerais da Aliança; que seu dever principal é obedecer às ordens do general em chefe, que foi isso o que ordenou o governo imperial, que o Rio Grande deve defender-se com os seus próprios recursos.”¹⁴³

Essa recomendação de nosso ministro plenipotenciário no Rio da Prata calou fundo no espírito de Osório e o determinou a desistir de sua ideia de socorrer sua província natal.

142 *História do General Osório*, cit., II, 82.

143 Carta de 25-6-1865, in: *Archivo* cit., V, 63, 64.

Mitre anunciou, contentíssimo, essa resolução ao ministro da Guerra da Argentina, com a declaração de quem faria triunfar sua ideia.¹⁴⁴

Ao vice-presidente da República, disse em carta de 10-7-1865 que muito lhe custará fazer o general Osório passar para a margem direita do Uruguai.¹⁴⁵

Depois de tomada essa deliberação, Osório, já em Concórdia, disse a Otaviano: “Lastimo não poder voar à parte do território de minha pátria invadida pelos bárbaros; porém, entendo que devo primeiro que tudo sustentar os compromissos nacionais da Aliança e o centro donde deve partir a garantia das operações.”¹⁴⁶

Referindo-se, dias depois, aos apelos do comandante da fronteira de Missões, disse Osório a Otaviano: “O general Canabarro clama por uma força da infantaria deste exército que o ajude, porque tem falta dessa arma, porém, consultando eu ao general em chefe a respeito, pressinto que este não se quer desprender de forças brasileiras, e propõe que o general Flores com alguns batalhões faça esta expedição em navios que, aproveitando a cheia do rio Uruguai, cheguem até Uruguaiana.”¹⁴⁷

O governo brasileiro, por insinuações de seu ministro plenipotenciário no Rio da Prata, julgou bom ato político sobrepor os desejos da ordem militar do general Mitre aos interesses da defesa imediata e eficiente de que carecia o Rio Grande do Sul – daí a invasão de São Borja em 10 de junho de 1865.

Comando em chefe em Uruguaiana

Este assunto do comando em chefe dos exércitos aliados em Uruguaiana, não obstante longamente debatido, posto que devidamente esclarecido, continua, entretanto, a ser tendenciosamente mencionado.

Ilustre historiador argentino, referindo-se há pouco ao conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, escreveu isto: “Acompanha o impera-

144 *Archivo* cit., III, 16.

145 *Idem*, V, 237.

146 Ofício de 29-6-1865.

147 Ofício de 5-7-1865.

dor a Uruguaiana, como ministro da Guerra, assistindo à rendição daquela praça pelo general Mitre.”¹⁴⁸

O comando em chefe dos exércitos aliados contra o governo do Paraguai foi regulado pelo Tratado da Tríplice Aliança, de 1º de maio de 1865.

Aí se estabeleceu, no artigo terceiro, que aquele comando caberia ao general Bartolomeu Mitre, quando as operações de guerra tivessem por teatro o território argentino ou o paraguaio.

“Para salvar o direito soberano das três nações”, ficou também ali estabelecido “o princípio de responsabilidade para o comando em chefe, caso as ditas operações se transpassassem para o território brasileiro ou oriental.”

A situação especial criada para o general Mitre decorreu de sua qualidade de chefe de Estado.

Este alto cargo também era exercido pelo general Flores; entretanto, nenhuma situação especial decorrente dessa função lhe foi estabelecida, visto que ficou sendo, general brasileiro, comandante imediato das tropas que formavam o exército sob suas ordens e com direito ao comando em chefe dos aliados somente no caso previsto de reciprocidade dessas funções.

Pretende, não obstante, o nobre e bravo general uruguaio assumir o comando em chefe das tropas aliadas que sitiavam Uruguaiana.

Foi, porém, frustrado nessa pretensão pelo patriotismo decoroso e energia máscula do galhardo e nobre barão de Porto Alegre – o glorioso general Manuel Marques de Sousa, o terceiro desse nome legendário e imortal.

Aliou-se a Porto Alegre, nessa recusa, seu nobilíssimo primo, o prestante e bravo marquês de Tamandaré.

Ideia estapafúrdia

Havendo o comandante das Armas do Rio Grande do Sul, general Frederico Caldwell, consultado se a força sob seu comando estava

148 Ramón J. Carcano, *Guerra del Paraguay; Orígenes y Causas*, 133.

subordinada ao exército em operações na República Oriental, às ordens do brigadeiro Osório, nos movimentos que iam ser executados, teve a seguinte resposta: “Devendo o plano de campanha contra o Paraguai ser organizado e modificado segundo as circunstâncias do momento, pelos generais aliados, de acordo com o general Osório, comandante em chefe do nosso exército, cumpre que o comandante das forças dessa província ou o comandante das Armas prestem os auxílios de forças e de materiais conforme requisitar o general em chefe, devendo as forças que restarem na província operar de acordo com o mesmo general em chefe, se for necessário ou requisitado. O general Osório será sempre o comandante do exército contra o Paraguai, o qual hoje opera nas margens do rio da Prata ou do Uruguai.”¹⁴⁹

Em seguida a essa judiciosa solução, se lê a estapafúrdia ideia de que “se em consequência de invasão” no Rio Grande do Sul “os exércitos aliados entrassem em seu território”, o comandante em chefe, do mesmo modo que fora dessa província, “também pertenceria ao general Mitre.”

Além do absurdo de ordem jurídica dessa resolução, nos acarretava grave prejuízo moral mandando fazer tábua rasa da reciprocidade de comando em chefe, constante do Tratado da Tríplice Aliança, enquanto esse direito persistia para o general uruguaio.

Felizmente, no mês seguinte, com a nomeação do general barão de Porto Alegre, para comandante em chefe das forças em operações no Rio Grande do Sul, o ministro Ferraz reparava seu erro.

No aviso confidencial dirigido a Porto Alegre, disse o referido titular que o comando em chefe em nossa província caberia ao general Mitre “no caso de se entranharem os exércitos aliados em nosso território ao alcance e em ato contínuo de perseguição do inimigo.”¹⁵⁰

Somente neste caso, isto é, de penetração em território brasileiro, ficando o inimigo em retirada, é que caberia o comando de todas as tropas ao ilustre general Mitre.

Tal não ocorreu com a sua chegada em Uruguiana.

149 Aviso confidencial do ministro da Guerra ao presidente do Rio Grande do Sul, de 5-6-1865.

150 Aviso confidencial de 20-7-1865.

É destituída, pois, de fundamento a alegação de autores platinos de que o comando em chefe em Uruguaiana cabia de direito àquele nobre cabo de guerra e estranhável que exista entre nós quem entenda que o “procedimento de Porto Alegre”, recusando-se a passar o comando em chefe, embora encontre fundamento no Tratado da Tríplice Aliança, “viola as determinações do governo imperial com relação ao assunto.”

É mera suposição o articulado – pois é suficientemente sabido que os paraguaios invadiram o Rio Grande do Sul a 10 de junho de 1865 e foram encurralados em Uruguaiana, exclusivamente por tropas brasileiras, a 5 de agosto do mesmo ano. Somente 36 dias depois aí se apresentava o general Mitre.

O general Flores, que ali se achava desde os últimos dias de agosto, não havia passado para nosso território “ao alcance e em ato contínuo de perseguição do inimigo.”

Nem a existência, portanto, dessas tropas aliadas ali, por ocasião da chegada de Mitre, poderia servir de argumento para que este se investisse das funções de “generalíssimo de mar e terra”, como ele prazenteiramente se denominou em carta a Santiago Arcos, noticiando sua entrada na guerra.

A inexistência de perseguição do inimigo, em ato contínuo, foi um dos fundamentos de recusa formal do barão de Porto Alegre.

O ilustre general menciona isso, em ofício ao ministro da Guerra, onde, referindo-se à alegação dos generais aliados de serem chefes de Estado e que ele não estava revestido desse caráter, disse: “Eu, porém, sustentei que, em primeiro lugar, a negação daquele princípio fora uma ofensa aos direitos majestáticos, que não podiam deixar de nos ser reconhecidos como nação livre e independente que éramos e eu preferia responder a um Conselho de Guerra a submeter-me no nosso território, com o exército que me havia sido confiado, ao comando de um general estrangeiro, por mais que reconhecesse quanto qualquer deles era distinto e digno.”¹⁵¹

151 Ofício ao ministro da Guerra, de 29 de agosto, de 3 de setembro de 1865 e de 28 de fevereiro de 1866.

Mitre não comandou em chefe em Uruguiana

O ilustre e nobre general Bartolomeu Mitre, grande amigo do Brasil e venerado pelos brasileiros, não comandou em chefe em Uruguiana, embora houvesse em carta de 10 de setembro de 1865 dito os seguinte ao Dr. Marcos Paz, vice-presidente da República Argentina: “Como vos dizia a princípio, cheguei hoje a este ponto, tendo sido cumprimentado a bordo pelos generais Flores e barão de Porto Alegre, com os quais baixei a terra, passando em seguida a visitar os três acampamentos dos aliados. Fui muito bem recebido em todos eles, ficando solvidas todas as dificuldades que haviam surgido e fui empossado do comando em chefe do exército aliado.”¹⁵²

O ilustre historiador argentino coronel Juan Beverina assevera que o general Mitre comandou os aliados em Uruguiana, estribado na afirmativa supra e na circunstância de haver o ministro da Guerra do Brasil, em 18 de setembro de 1865, enviado àquele general um ofício com este endereço: “Ao Exm^o Sr. Presidente, general em chefe dos exércitos aliados, brigadeiro Bartolomeu Mitre.”

Existe nesse endereço um ato evidente de cortesia de Ferraz.

É preciso neste assunto e nesta ocasião distinguir que general em chefe é uma coisa e comandante em chefe é outra.

Que o general Mitre não estava no exercício deste último cargo, ressalta desse mesmo ofício, em que Ferraz participa as condições em que os paraguaios aceitavam a rendição.

Aí declara o nosso ministro que fizera a intimação “por parte dos chefes das forças aliadas” e não por ordem ou delegação do comandante em chefe, que não existia, visto que cada general comandou o seu exército.

Este assunto foi longamente debatido no Parlamento brasileiro e, por esses debates, se verifica, de modo positivo, que o general Mitre não comandou em chefe em nosso território.

Nabuco de Araújo, na qualidade de ministro da Justiça, respondendo, na Câmara dos Deputados, em 24 de março de 1866, a um discurso de José Bonifácio, disse:

152 *Archivo* cit., V, 285.

“Ainda o nobre deputado por São Paulo ontem tratou do comando do general Mitre em Uruguaiana.

“O general Mitre, Sr. Presidente, não aceita esta discussão, que pode indispor e prejudicar a aliança.

“Sabeis, senhores, e a História nos diz, as desconfianças de que são suscetíveis as alianças.”

A isso aparteceu o ministro da Guerra, Silva Ferraz: “É preciso declarar que não comandou.”

Retomando a palavra, Nabuco concordou com essa observação, nestes termos: “Diz muito bem o meu nobre colega e amigo: além disso, é verdade que Mitre não comandou.”¹⁵³

Não se limitou a esse aparte a negativa de Ferraz sobre o assunto – dois dias depois assim se pronunciou, da mesma tribuna: “Chego ao último ponto do discurso do nobre deputado. O nobre deputado maldisse este feito em consequência de ter sido o comando conferido a um general estrangeiro. O nobre deputado engana-se redondamente; o general estrangeiro não comandou os sitiados durante a reunião de Uruguaiana.”¹⁵⁴

Ainda sobre o caso houve na sessão de 6 de abril seguinte este diálogo, evidenciador de que o ilustre general argentino nunca comandou em chefe no território brasileiro:

“O Sr. *Urbano* – S. Ex^a negou que o general Mitre houvesse comandando na ocasião da rendição.

“O Sr. *Martim Francisco* – Negou que o general Mitre houvesse comandado o exército aliado no território brasileiro.

“O Sr. *Urbano* – Em qualquer tempo?

“O Sr. *ministro da Guerra* – Em todo o tempo.”¹⁵⁵

Voltando à baila o assunto na sessão de 13, também de abril, Ferraz assim se manifestou:

153 *Anais do Parlamento Brasileiro*, Câmara dos Deputados, III, 79.

154 *Idem*, 94.

155 *Idem*, IV, 75.

“Senhores, o comando do exército não pertenceu a general estrangeiro algum. Aplainaram-se todas as dificuldades, adiaram-se todas as questões, é o que posso dizer.”¹⁵⁶

Estes debates tiveram grande repercussão no Brasil e nos países do Prata e foram amplamente divulgados. Entretanto, não se conhece nenhuma constatação, nesse sentido, do nobre e bravo general Mitre, que era, como se sabe, cioso de sua autoridade e, a par disso, notável homem de letras e vigoroso polemista, sempre na estacada para a defesa de suas ideias e de seus atos.

Deste procedimento são exemplos as memoráveis polêmicas com Fidel López sobre a história argentina; com Juan Gómez acerca da guerra com o Paraguai e a propósito da marcha de flanco.

Plano de ataque a Uruguiana

Referindo-se ao plano de ataque aos sitiados em Uruguiana disse o coronel Juan Beverina: “Como resultado das várias conferências realizadas pelos chefes aliados, o general Mitre, sem seu caráter *reconhecido de comandante em chefe*, havia formulado o plano de ataque à cidade de Uruguiana.”¹⁵⁷

Cremos que o ilustre autor citado fundamenta a afirmativa de que Mitre era o comandante em chefe reconhecido na declaração deste de que, se fosse aceito seu plano de ataque e reconhecida sua autoridade, a vila de Uruguiana, dentro de poucos dias, estaria em poder dos aliados.¹⁵⁸

Se assim é, engana-se redondamente.

A carta tem a data de 12 de setembro e o plano de 16 desse mês. Não havia pois, ainda, formulado este quando anunciava sua para ele, providencial chegada a Uruguiana.

Daí por que, nessa missiva, o ilustre general falava do seu compatriota no futuro e condicionalmente.

156 Idem, 150.

157 *La Guerra del Paraguay*, III, 174.

158 Carta ao general Urquiza, de 12-9-1865, in: *Archivo* cit., II, 238.

Suas palavras são claras a esse respeito: “... me es grato anunciarle que aceptado mi plan y reconocida por todos mi autoridad, dentro de pocos dias la ciudad de Uruguaiana será nuestra.”

Isso equivale a dizer: “... é-me grato anunciar-vos que, se for aceito meu plano e reconhecida por todos minha autoridade, dentro de poucos dias a cidade de Uruguaiana será nossa.”

É de observar aqui que o general Mitre ao apresentar o plano de ataque não o fez na qualidade de comandante em chefe, pois figura aí sua assinatura simplesmente assim: “Bartolomeu Mitre, sem nenhum título.”¹⁵⁹

E é de se acrescentar que o general barão de Porto Alegre, ao comunicar sua aprovação a esse plano, não endereçou seu ofício ao *comandante em chefe dos aliados* e, assim, “A S. Ex^a Sr. General D. Bartolomeu Mitre, Presidente da Confederação Argentina.”¹⁶⁰

Há ainda mais, com relação ao documento em referência, esta circunstância reveladora de que o general Mitre não estava investido do comando em chefe. A convocação para o estabelecimento do mencionado plano partiu de Porto Alegre, nestes termos:

“Convido com urgência combinar a maneira mais conveniente de submeter a guarnição paraguaia que se acha fortificada na Uruguaiana, rogo a V. Ex^a haja de designar o lugar, dia e hora em que, com V. Ex^a e o exm^o sr. general D. Venâncio, nos devemos reunir para semelhante fim.”¹⁶¹

Este ofício tem a mesma data da carta de Mitre a Urquiza acima citada, e foi, sem dúvida, em virtude dele que o ilustre chefe argentino declarou, nessa missiva que, se fosse aceito seu plano, Uruguaiana em breve tempo estaria liberta.

O plano redigido pelo general Mitre, não obstante ser elaborado de acordo com o que ficara assentado na reunião dos generais aliados, devia ser e foi submetido à aprovação desses.

159 *Archivo* cit., IV, 58 e documento; este documento existe no Arquivo Militar do Brasil.

160 Documento *in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 74, 79.

161 Ofício de 12-9-1865.

O general brasileiro assim se manifestou a esse respeito: “Tive a satisfação de receber na noite de ontem o plano habilmente traçado por V. Ex^a das operações das forças aliadas e, estando suas bases *de acordo com o que foi ajustado em nossas conferências*¹⁶² e seus detalhes, *conforme ao meu pensamento*,¹⁶³ nada tenho que opor nem acrescentar; porém, convém, como não escapará à superior inteligência de V. Ex^a, que haja de novo uma conferência, para que possa ser útil e convenientemente aplicado o mesmo plano.”¹⁶⁴

O exposto é mais uma prova de que a praça de Uruguiana não foi libertada pelo general Mitre, como afirmou, há pouco, ilustre historiador argentino, com o fim tendencioso de fazer crer que o nobre general em chefe do Tratado da Tríplice Aliança exerceu ali o comando em chefe dos aliados.

Provado também fica que a autoria do plano de ataque não vale como prova de que quem o traçou o fizesse na qualidade de chefe supremo dos aliados.

Objetivo da viagem do general Mitre ao Rio Grande do Sul

Em carta dirigida a Urquiza, disse o ilustre general Mitre: “A data desta carta indicará que me acho em frente ao sítio de Uruguiana. Circunstâncias acidentais decidiram-me a me transladar a este ponto com o fim de ativar as operações militares.”¹⁶⁵

Encontramos, entretanto, em documentos insofismáveis, e verificamos em depoimentos e afirmativas de coevos, da ida do nobre chefe argentino ao Rio Grande do Sul, que essa viagem teve outro objetivo, isto é, o de cumprimentar pessoalmente a D. Pedro II.

O ministro das Relações Exteriores da Argentina manifestou esse desejo do general Mitre ao nosso ministro plenipotenciário no Prata

162 O grifo é nosso.

163 É também nosso o grifo.

164 Ofício de 17-9-1865.

165 Carta cit., de 12-9-1865.

e este o transmitiu ao conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que, por sua vez, o levou ao conhecimento do imperador, que aquiesceu.

Vejamos as diligências para esse fim, através dos respectivos documentos diplomáticos – vide bem, diplomáticos e não militares – que se relacionam com a ida ao Rio Grande do Sul do ilustre estadista argentino.

Em 12 de agosto, de Caçapava, Ferraz dava esta resposta ao conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa: “Tive a honra de levar ao conhecimento de S. M. o imperador a comunicação que V. Ex^a dirigiu ao governo, acerca de desejo que manifestara S. Ex^a o sr. general Mitre para vir *pessoalmente cumprimentar*¹⁶⁶ ao mesmo augusto senhor, no território brasileiro, encarregando a V. Ex^a por intermédio do exm^o sr. ministro de Estrangeiro, o Sr. Elizalde, de patentear a Sua Majestade esse desejo e pedir-lhe houvesse de fixar o lugar e época para essa realização.”

Depois de mencionar o vivo prazer com que o imperador recebera aquela solicitação e à qual aquiescia, disse Ferraz, na resposta citada em marcha, bem como o material de guerra que está em caminho não chegarem ao seu destino, a fim de colocar em pé respeitável o exército em operações nesta província, não convém que o imperador se afaste do centro de atividade, em que sua augusta presença muito pode concorrer para acelerar os preparativos das forças: com esse fim dirige-se ele a São Gabriel.

“É, pois, nessa cidade que Sua Majestade poderia ter, mais cedo, a particular satisfação de receber a *visita*¹⁶⁷ por V. Ex^a anunciada; uma vez que fosse dado realizar-se esta, sem que de modo algum se sacrificassem ou compromettessem os planos de campanha, a atividade das operações ou os movimentos do exército, pela ausência do general em chefe das forças aliadas.

“Sua Majestade, porém, pretende ir a Alegrete e à fronteira; e, em qualquer ponto, terá sempre o mesmo prazer em conhecer pessoalmente o sr. general Mitre. Não pode, todavia, marcar desde já dia para a *entrevista*¹⁶⁸, pela incerteza de sua partida dos pontos que vai percorrendo, em direção à mesma fronteira.”

166 O grifo é nosso.

167 Idem.

168 Idem.

Pela transcrição feita se verifica que D. Pedro II aquiesceu, com vivo prazer, a uma visita do ilustre chefe de Estado argentino, para ser por este *pessoalmente cumprimentado*.

Daí a declaração de que a *entrevista* poderia ser em qualquer dos pontos que ia percorrendo, rumo à fronteira, no caso em que o afastamento do general Mitre do comando em chefe que exercia à frente dos exércitos aliados na Argentina não prejudicasse o plano de campanha lá assentado.

Claro fica, pois, não estar entendido que, na ida de Mitre ao Rio Grande do Sul, estivesse implícito o direito de ali comandar em chefe.

Esse alto cargo ele só o poderia exercer lá onde estava ou no Paraguai.

Bem claro também ficou que, se o imperador permanecesse em São Gabriel ou se demorasse em Alegrete, como se supunha, para uma dessas localidades é que deveria se dirigir o ilustre chefe argentino e não para Uruguaiana, como aconteceu, pela circunstância de estar em marcha para essa localidade o monarca brasileiro, onde ambos os chefes de Estado chegaram quase ao mesmo tempo, isto é, com o espaço apenas de 24 horas, um do outro.

Na nota de Otaviano a Elizalde, de 2 de setembro, participando a aquiescência de D. Pedro II, se lê que havia declarado a Ferraz, ao solicitar a entrevista, que o general Mitre estava “resolvido a visitar” o imperador “em algum ponto do território rio-grandense, próximo à fronteira.”

Havia, no momento, no Rio Grande do Sul, um teatro de guerra limitado – o cerco de Uruguaiana.

Não se sabendo ainda se para aí iria o imperador, foi por isso solicitado e entendida a entrevista para qualquer ponto, ou seja, onde estivesse o referido monarca, como Elizalde esclareceu a Mitre, nos termos seguintes que, pela importância da participação, vamos transcrevê-los na língua em que foram escritos:

“Le acompaño la copia de las contestaciones a la idea de una conferencia con el emperador. La aceptó con mucho placer aunque le dan a un mismo tiempo el nombre de conferencia, entrevista y visita, porque en rigor el emperador no puede tratar de asuntos de gobierno; al menos así lo comprendo.

“Pero no pueden ser más satisfactorios los términos.

“Ahora me parece que usted me debe autorizar para contestar que luego que el emperador llegue a la frontera y tenga usted conocimiento del lugar en que está, le prevendrá cuando se prondrá en camino en dirección al lugar en que esté, con los términos adecuados a la nota.”¹⁶⁹

Das transcrições feitas se verifica, de modo positivo, que o destino do general Mitre, ao partir para o Rio Grande do Sul, não era fixo para Uruguaiana, para aí se pôr à frente das tropas aliadas, a fim de ativar as operações militares e, sim, o de se encontrar com D. Pedro II, onde este estivesse, com o objetivo de o cumprimentar.

O ilustre estadista argentino fora a esse respeito claramente científico pelo ministro das Relações Exteriores, quando, na carta transcrita, disse-lhe deveria seguir para onde estivesse o imperador “com o fim adequado à nota”, isto é, para cumprimentar pessoalmente o chefe de Estado do Brasil.

Esta conclusão é lógica, visto que foi nesse sentido a resposta de aquiescência para a entrevista solicitada conforme está expressamente declarado na nota a que o chanceler argentino se reportava.

Quando, na sessão da Câmara dos Deputados, a 23 de março de 1866, o deputado cearense Nebias disse acreditar que o visconde de Tamandaré fora a Concórdia buscar o general Mitre para solucionar a questão do comando em chefe em Uruguaiana, o ministro da Guerra, Silva Ferraz, o apartou dizendo:

“Está mal informado.”

Esclarecendo este ponto, disse Ferraz da mesma tribuna, três dias depois: “Disse-se aqui que o visconde de Tamandaré fora buscar o general Mitre para dar-lhe o comando. O visconde de Tamandaré foi ao acampamento do general Osório buscar força de infantaria, assim me avisou ele em uma carta; por essa ocasião considerou o general Mitre, sabendo que Sua Majestade se achava perto de Alegrete, para que viesse ter a entrevista que o mesmo general Mitre tinha solicitado anteriormente.”¹⁷⁰

169 Carta de 4-9-1865, in: *Archivo* cit., V, 24, 85.

170 *Anais do Parlamento Brasileiro* – Câmara dos Deputados, III, 94.

Eis como e por que o ilustre e bravo general Bartolomeu Mitre foi ao Rio Grande do Sul e esteve em Uruguaiana em setembro de 1865.

A presença, ali, do eminente cabo de guerra platino não tinha, pois, como escopo assumir o comando em chefe das tropas aliadas e, sim, cumprimentar pessoalmente o monarca brasileiro.

Com tal gesto, esse preclaro estadista, notável homem de letras e grande cidadão da América, muito contribuiu para fortalecer os laços da aliança há pouco firmada e estreitar mais os vínculos da amizade entre a Argentina e o Brasil. Esse serviço, sim, devem argentinos e brasileiros ao eminente e nobre general Bartolomeu Mitre e, como preito de justiça, o consignamos aqui, com o respeito e a admiração que tributamos à sua venerável memória.

.....

Capítulo VI

ATUAÇÃO DE CANABARRO

Acusações infundadas



QUANDO O GOVERNO do país e os chefes, desde o mais alto posto na metrópole brasileira, até o comandante do corpo no Rio Grande do Sul, acordaram do sono inocente do pacifismo e conheceram o erro – em que estavam subestimando o valor e a eficiência das hostes paraguaias, e viram a realidade pungente, com o inimigo pisando o nosso território em som de guerra –, pensaram em se inocentar de tremendas responsabilidades e fizeram bodes expiatórios da falta de todos o general Davi Canabarro, o coronel Antônio Fernandes Lima e o capitão Joaquim Antônio Xavier do Vale, que foram mandados submeter a Conselho de Investigação e, em seguida, “qualquer que fosse o parecer ou decisão, a Conselho de Guerra.”

O capitão Xavier do Vale justificou-se plenamente e publicou um opúsculo sobre sua atuação como comandante da guarnição de Uruguaiana.

O coronel Fernandes Lima apresentou razões comprovantes de que o seu procedimento, nas circunstâncias em que se achou, se coadunava com a de um chefe militar no cumprimento de seu dever, considerando-se o estado precário da tropa quase nua, em ríspida estação invernososa e diante

das incertezas das informações contraditórias e das declarações positivas do coronel argentino Simón Paiva, de que o inimigo fora repellido da Província de Corrientes e se retirava para o Paraguai.

A energia, a bravura de Fernandes Lima, picando sempre com sua brigada a retaguarda dos invasores até a passagem do Ibicuí, demonstra que ele cumpriu com seu dever, depois de consumada a invasão.

Não obstante esse procedimento, o ministro da Guerra no aviso-libelo em que mandou submetê-lo a conselho escreveu isto: “A brigada Fernandes, que flanqueava o inimigo pela esquerda, foi passiva espectadora de sua passagem em Santa Maria, dizendo-se que não o hostilizava por haver recebido ordem expressa do comandante da divisão para não atacar.”

Vejamos, rapidamente, a atuação do cônsul Fernandes Lima, após a invasão.

Tendo conhecimento de que uma coluna inimiga andava pela região da fazenda de São Lucas, destacou, a 20 de junho, os majores José Fernandes de Sousa Docca e Severino da Costa Lima, com uma força de 200 homens, com a missão de, picando a retaguarda dos paraguaios, observar a direção que tomavam.

Seis dias depois era aquela coluna completamente destroçada no combate de Butuí.

Ao saber que o grosso do inimigo marchava rumo a Itaqui, pela estrada costeira ao Uruguai, tratou de hostilizá-lo por meio de guerrilhas, com o fim de evitar que arrebanhasse o gado das estâncias por onde passava.

Nos dias 2 e 4 de julho, o major Sousa Docca, em arrojadas batidas, arrebatou dos invasores 127 cabeças de gado.

Quando os paraguaios passavam o Ibicuí, Fernandes Lima com sua brigada não foi, como asseverou livremente o Ministro Ferraz, passível espectador daquela passagem.

A 20 de julho atacou o inimigo no Passo de Santa Maria, sustentando vivo tiroteio, onde tivemos cinco mortos, segundo afirmou Estigarribia em comunicação a Solano López.

O general Frederico Caldwell, comandante-general das forças brasileiras, confirma esse tiroteio, nestes termos: “Cumpro também o dever de participar a V. Ex^a que desde o dia 19 do corrente acho-me distante

do inimigo apenas uma légua, tendo ido pessoalmente nesse dia com meu Estado-Maior fazer reconhecimento do campo por ele ocupado nas proximidades do Passo de Santa Maria, no Ibicuí, onde existiam com 3.000 homens e algumas carretas de doentes e munições, achando-se ainda o restante da força do outro lado do rio sofrendo constantes guerrilhas da nossa, que ali estava composta daquela brigada (a 1ª, de Fernandes Lima) e da 4ª.”¹⁷¹

Era comandante da 4ª Brigada o tenente-coronel Sezefredo Alves Coelho de Mesquita – o legendário farroupilha do *Combate de Gigantes* –, que, respondendo a quesitos formulados pelo ministro da Guerra, disse sobre o ponto em referência:

“Dali [do Butuí] seguimos picando a retaguarda do exército inimigo até a vila de Itaquí, onde o sitiámos, e dali, em sua marcha para o Passo de Santa Maria, recebemos ordem do sr. comandante da divisão para acossar fortemente pela retaguarda até o Passo, em cujo lugar sustentamos um fogo vivíssimo desde as 11 horas do dia ao pôr-do-sol e consecutivamente continuou o tiroteio todos os dias até que o inimigo efetuou sua passagem.”¹⁷²

Foi isso precisamente o que informou o coronel Fernandes de Lima, em resposta aos referidos quesitos: “Tenho a responder que não posso saber qual foi o motivo por que foi hostilizado o inimigo em o seu trajeto do Passo de Santa Maria no Ibicuí até a vila de Uruguaiana e se não sei a causa é simples de explicar: fazia parte, com a brigada de meu comando, da 1ª Divisão e nunca recebi ordem para esse fim – é verdade que o sr. brigadeiro Canabarro me determinou que me aproximasse ao inimigo algumas vezes, quando ainda me achava além do Ibicuí e que o atacasse pela retaguarda, tão logo houvessem começado a hostilizá-lo as forças da divisão. Esta ordem foi cumprida por mim religiosamente, atacando no dia 20 de julho a retaguarda do inimigo no referido Passo, apesar mesmo de não ter

171 Ofício ao presidente da província, de Japeju, em 23-7-1865.

172 Resposta ao barão de Porto Alegre, datada de Uruguaiana, aos 25-9-1865. Não figura entre os documentos publicados oficialmente em 1866 e reeditados em 1940.

certeza de haver começado a ser ele hostilizado pelas forças da 1ª Divisão, durante o fogo desde o meio-dia até às cinco da tarde.”¹⁷³

Confirmou, assim, seu ofício de 21 de julho, onde se lê:

“Conforme as ordens de V. Ex^a de atacar por esta parte a retaguarda do inimigo, na sua passagem, ontem ao meio-dia fiz seguir para o Passo todos os clavineiros dos corpos e o 3º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, a fim de cumprir as ordens de V. Ex^a, porém o inimigo nos apresentou uma linha de batalha de mais de mil homens, tendo além disso de proteção uma força igual; contudo se interessou o fogo desde o meio-dia até às cinco horas da tarde, dispondo o inimigo contra nós 26 tiros de artilharia, o que talvez fosse ouvido por V. Ex^a, depois do que se retiraram para o passo do Ibicuí, cessando assim o fogo.

“Tanto eu como o tenente-coronel Sezefredo, comandante da 4ª Brigada, estivemos presentes durante o fogo, como ele melhor há de informar a V. Ex^a.”¹⁷⁴

Nos dias 13 e 14 de julho, quando os paraguaios marchavam de Itaqui para o Ibicuí, foram atacados pelas guerrilhas da 1ª Brigada, que lhes matou três homens, segundo o depoimento de um correntino que fazia parte da força invasora e foi aprisionado pelo destacamento comandado pelo major Belisário Fernandes Lima. Carece de fundamento a afirmativa do ministro Silva Ferraz de que os paraguaios não foram hostilizados na passagem em Santa Maria, por haver o coronel Fernandes Lima “recebido ordens expressas do comandante da divisão para não atacar.”

É o próprio coronel Fernandes Lima quem, em documento anterior àquela afirmativa, a desautorizou nestes termos: “Eu conservo força no flanco do inimigo, e também vou marchando com direção a Santa Maria, a fim de atacar a retaguarda, conforme o plano do sr. general comandante da divisão.”¹⁷⁵

173 Ofício de 25-9-1865. Também não foi publicado.

174 Ofício ao brigadeiro Davi Canabarro, datado do campo volante no rincão de Santa Maria, em 21-7-1865.

175 Ofício ao general Frederico Caldwell, comandante das Armas, datado de 15-7-1865, do campo em marcha, na estância da Lagoa.

Para demonstração cabal da atuação do coronel Fernandes Lima com sua brigada, picando a retaguarda dos paraguaios, vamos transcrever as palavras do coronel Estigarribia, comandante dos invasores, pronunciadas em palestra na secretaria do Ministério de Agricultura, em 1866: “O coronel Fernandes perseguiu-me continuamente, não me deixava carnear.”¹⁷⁶

Entre os acusadores do coronel Fernandes Lima pela invasão paraguaia em São Borja, figura o bravo coronel João Manuel Mena Barreto, que não está, entretanto, isento da responsabilidade naquele acontecimento, como a seguir se verá.

Assim o coronel Fernandes Lima justifica o retorno, com o grosso da brigada, para o antigo acampamento do Passo das Pedras, nas proximidades de Itaqui: “Uma das razões mais fortes para minha volta para o acampamento foi em consequência do mau estado da cavalaria e por estarem adoecendo as praças em número espantoso; devido isto ao estado de pobreza da força, e se ter marchado com chuvas, e não terem os soldados com que se cobrirem, como já muitas vezes tenho tido a honra de participar a V. Ex^a.”

Com a retirada para aquele acampamento, a fronteira são-borjense não ficou abandonada.

Fernandes Lima deixou aí, para guarnecê-la, quatro corpos: na vila, o 9º Batalhão de Infantaria da Reserva; no Passo, o 3º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional; no Passo de São Mateus, a 25 quilômetros ao norte da vila, o 28º Corpo Provisório de Cavalaria; e ao sul, em Santa Luzia, a 18 quilômetros também da vila, o 22º Corpo Provisório de Cavalaria, que representavam um efetivo de cerca de 1.200 homens, em consequência de dispensas e da ausência do 28º Corpo, reduzidos a um terço para enfrentar o inimigo.

Além daquela força, estava em marcha para São Borja o 1º de Voluntários da Pátria, com mais de 600 homens, sob o comando de um militar de justo renome, o bravo Coronel João Manuel Mena Barreto.

176 Depoimento do senador Sousa Franco, em discurso no Senado, a 21-4-1866. *Anais do Senado Brasileiro*, III-96.

Este corpo, cuja missão era a defesa da fronteira são-borjense, acampou a 8 de junho à margem do Lajeadinho, junto ao Capão dos Voluntários, a duas léguas da vila de São Borja.

Aí permaneceu todo o dia 9.

Quando às 7,30 da manhã de 10 ali se fazia o sepultamento do soldado José Zacarias da Silva, foi, nessa hora, o coronel Mena Barreto avisado, segundo suas próprias palavras, “por um viajante, que os paraguaios se haviam aproximado muito da margem direita do Uruguai, quiçá na intenção de tentarem a passagem para o nosso território.”¹⁷⁷

A esse aviso, diz o ilustre e bravo coronel, “não liguei muita importância” porque “diversas vezes tal notícia se havia espalhado.”

E, desse modo, nenhuma providência tomou “até que”, continua, “recebi um chamado formal do tenente-coronel José Ferreira Guimarães e do major Rodrigo¹⁷⁸, ambos comandantes das forças estacionadas em São Borja.”

Somente então – deviam ser pouco mais de 10 horas da manhã – foi que resolveu ordenar “que se municiassem as praças” de seu comando e determinou ao “capitão Raimundo José de Sousa que fizesse marchar o batalhão com toda a brevidade ao ponto ameaçado” e foi ele, coronel, “pessoalmente, tomar conhecimento da posição do inimigo.”¹⁷⁹

Do exposto se verifica:

a) - que a intenção do 1º Batalhão de Voluntários da Pátria era reunir-se às forças da guarnição da vila de São Borja, para defesa desta;

b) - que no dia 8 de junho, possivelmente à tarde, esse batalhão bivacava a duas e meia léguas daquela vila e, portanto, a quatro horas de marcha normal para atingir seu objetivo;

c) - que ali permaneceu no dia 9;

d) - que às 7,30 horas da manhã de 10 foi avisado de que o inimigo se apresentava em frente ao Passo de São Borja;

177 Ofício de 2-6-1865, ao brigadeiro Davi Canabarro.

178 Aliás, Rodrigues – José Rodrigues Ramos.

179 Ofício ao comandante das Armas, datado de 13-4-1865.

e) - que somente ao receber o segundo e formal aviso, isto é, ao ser solicitado oficialmente, foi que tomou a deliberação de municiar as praças e ordenou seguisse o batalhão para “o ponto ameaçado.”

É, pois, de concluir que se não houvesse o coronel Mena Barreto ligado pouca ou nenhuma importância ao primeiro aviso e já estivesse com a tropa municuada, teria partilhado, com o corpo de seu comando, da defesa contra a passagem do Uruguai no Passo de São Borja, visto que podia chegar àquele ponto às 10 horas da manhã, porque a distância do bivaque à vila foi vencida em duas horas de marchas forçadas, segundo ele o declara no ofício citado.

Às 10 horas da manhã, os guardas nacionais do major Rodrigues Ramos travavam combate contra a primeira leva de invasores que, em número de 400 homens, tentava pisar nosso solo.

No relatório da Comissão de Engenheiros do Exército em operações na Província do Rio Grande do Sul, se lê na parte referente ao rio Uruguai, no Passo de São Borja:

“Pelo comandamento considerável da margem esquerda nesse ponto e pelo declive rápido que ela aí apresenta, três bocas de fogo, quando muito, e 800 praças de infantaria teriam, se não derrotado, pelo menos feito perder ao inimigo uma parte considerável de suas forças; e quando pelo revés sofrido ela não recuasse ante a resolução de invadir nosso solo, por aí tão protegido naturalmente, para ultimar ver-se-ia forçado a esperar novos reforços ou buscar algum outro ponto do rio onde a resistência não pudesse, nem devesse ser tão eficaz.

“Esta opinião, que o estudo da localidade sugere, assume militarmente o caráter de asserção, quando comparamos o resultado que o inimigo obteve com os escassos recursos que possuía para efetuar essa passagem.”

Relativamente ao parecer supra, é preciso considerar que em São Borja não dispúnhamos de uma única boca de fogo e que, durante a noite de 9 para 10, o inimigo passara 400 homens para nosso território, acima do Passo de São Borja.

Não obstante isso, acreditamos que se o 1º de Voluntários se achasse no ponto ameaçado desde 9 ou na manhã de 10, antes das 10

horas, como era possível, a invasão não teria sido levada a efeito nesse dia, porque teria sido exterminada a primeira leva e as sucessivas que tentassem a passagem, visto que não podiam ser transportados mais de 400 homens de cada vez, por disporem os paraguaios para esse serviço de 20 canoas apenas, sendo a lotação de cada uma de 20 combatentes.

Com a presença do 1º de Voluntários e do 22º Corpo de Cavalaria, que chegou ao local do combate às 10,30 da manhã, poderíamos dispor, para repelir os invasores, de 756 homens de infantaria e 260 de cavalaria.

A ação dessa força malograria a invasão e permitiria o recebimento de reforços quase imediatos do 28º Corpo de Cavalaria, destacado no Passo de São Mateus e, depois, do grosso da 1ª Brigada acampada no Passo das Pedras, no Município de Itaqui.

A permanência, por mais de um dia, do 1º Batalhão de Voluntários da Pátria no bivaque junto ao capão dos voluntários a quatro horas de marcha do Passo de São Borja, é, sem dúvida, um dos erros militares que deram azo à invasão de 10 de junho de 1865.

Organização da 1ª Divisão Ligeira

Com a marcha do exército sob o comando do general João Propício Mena Barreto para o Estado Oriental, ficou o Rio Grande do Sul completamente desguarnecido.

O Dr. João Marcelino de Sousa Gonzaga, como já ficou dito, resolveu então organizar duas divisões para cobertura e defesa da província sob sua presidência.

Por ato de 16 de dezembro de 1864, determinou a organização da 1ª Divisão Ligeira sob o comando do brigadeiro honorário Davi Canabarro, com a missão de “assegurar a defesa e segurança das fronteiras de São Borja e Quarai.”

Essa divisão, cuja linha de operações era de mais de 60 léguas, foi imediatamente organizada, graças aos esforços ingentes e ao grande prestígio de Canabarro.

Teve inicialmente seu quartel-general em Santana do Livramento e ficou assim constituída:

1ª Brigada

Missão: defender a fronteira do Uruguai, de São Borja e Itaqui.

Comandante: coronel Antônio Fernandes Lima.

Quartel-general: inicialmente no Passo das Pedras, no Município de Itaqui.

Tropa

Elementos mobilizados nos municípios de Itaqui e São Borja, sendo a maioria deste.

10º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, sob o comando do tenente-coronel José Luís da Cunha;

11º Corpo Provisório de Cavalaria, comandado pelo major Joaquim Nunes de Sousa;

22º Corpo Provisório de Cavalaria, comandado pelo tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega;

23º Corpo Provisório de Cavalaria, comandado pelo tenente-coronel Feliciano de Oliveira Prestes;

28º Corpo Provisório de Cavalaria, comandado pelo tenente-coronel Manuel Coelho de Sousa;

3º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, comandado pelo major José Rodrigues Ramos

Este batalhão passou depois a fazer parte da 4ª Brigada e com esta combateu no Butuí.

Após a invasão e antes do dia 26 de junho foi incorporado à 1ª Brigada o 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional (de Passo Fundo), de comando do tenente-coronel Francisco de Barros Miranda.

2ª Brigada

Missão: defender a fronteira de Quaraí e de Uruguiana.

Comandante: coronel João Antônio da Silveira.

Quartel-general: inicialmente em Santana do Livramento.

Tropa

Constituída por elementos mobilizados nos municípios de Quaraí, Santana do Livramento e Uruguiana.

- 17º Corpo Provisório de Cavalaria, comandado pelo tenente-coronel Bento Martins Meneses;
- 18º Corpo Provisório de Cavalaria, comandado pelo tenente-coronel Antônio Caetano Pereira;
- 21º Corpo Provisório de Cavalaria, comandado pelo tenente-coronel Albino José Pereira;
- 27º Corpo Provisório de Cavalaria, comandado pelo tenente-coronel Zosino de Oliveira Bueno;
- 4º Batalhão de Infantaria de Guardas Nacionais, comandado pelo tenente-coronel Olivério Francisco Pereira.

3ª Brigada

Missão: a mesma da 2ª Brigada.

Comandante: tenente-coronel Sezefredo Alves Coelho de Mesquita.

Quartel-general: inicialmente em Santana do Livramento.

Tropa

- 19º Corpo Provisório de Cavalaria, de Cruz Alta, sob o comando do tenente-coronel João Batista de Almeida Pilar;
- 26º Corpo de Cavalaria de Guarda Nacional, de São Gabriel, ao comando do tenente-coronel Antônio Cândido de Melo;
- 10º Batalhão de Infantaria de linha, comandado pelo capitão Manuel Pereira de Sousa Buriti.

Depois da invasão foram desmembrados, para constituírem a 4ª Brigada, que ficou sob o comando do tenente-coronel Sezefredo, os corpos 19º, 26º e o 29º Provisório de Cavalaria, sob o comando do tenente-coronel Apolinário de Sousa Trindade.

3º Batalhão de Infantaria de Guardas Nacionais, de São Borja, ao comando do já então tenente-coronel José Rodrigues Ramos e que tomou parte no combate de Butuí;

Contingente de voluntários das Missões, comandado pelo tenente-coronel Manuel Vicente Ilha e que combateu no Butuí;

2º Batalhão de Infantaria de linha, comandado pelo capitão Manuel da Cunha Vanderlei Lins;

1º Batalhão de Voluntários da Pátria, comandado pelo tenente-coronel Carlos Bethzebé de Oliveira Néri;

5º Batalhão de Voluntários da Pátria, comandado pelo tenente-coronel Augusto Francisco Caldas.

Estes três últimos corpos não tomaram parte no combate de Butuí.

Providências e alvitres de Canabarro

A 1º de janeiro de 1865, Canabarro assumiu o comando da divisão.

Preocupou-se desde logo com a escassez da infantaria.

No ofício em que participou a assunção daquele comando, advertiu: “A divisão não pode deixar de ser de operações: e nestas há casos em que é indispensável a infantaria.”¹⁸⁰

Nesse mesmo documento, lembrou o intrépido guerrilheiro a conveniência de ser o rio Uruguai “guarnecido por seis lanchões armados de rodízios e guarnecidos com 20 homens cada um.”

“Nesta espécie de defesa”, ponderou Canabarro, “talvez haja dificuldade por falta de embarcações a propósito, contudo convém tentar e consultar o comandante da guarnição de Uruguaiana” e acrescentou: “V. Ex^a se servirá dar-me suas ordens a respeito, se acolher esta lembrança.”

O presidente da província julgou a medida “muito conveniente” e autorizou sua execução.

A ordem, nesse sentido, foi dada por Canabarro nestes termos: “Recomendo que apure as fortificações de Uruguaiana e os aprestos do vapor e dos demais vasos.”¹⁸¹

O general Osório julgou de grande alcance a ideia em apreço e assim referiu ao conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa, nos-

180 Ofício, de 1-1-1865, ao presidente da província.

181 Ofício datado de Iboracaí, em 25-6-1865, ao capitão Joaquim Antônio Xavier do Vale, comandante da guarnição de Uruguaiana.

so representante diplomático no Prata: “O comandante de Uruguaiana, cumprindo as ordens do general Canabarro, trata de armar ou já o fez dois lanchões e um pequeno e fraco vapor que ali existe.”¹⁸²

A 12 de julho o criador da “esquadilha do Uruguai” dizia, com íntima satisfação, ao presidente da província: “Direi a V. Ex^a que a minha esquadra improvisada já prestou importante serviço, qual o de rebocar embarcações do Miriña para a passagem de Urquiza com 8.000 homens.”

O general Mitre, em comunicação ao ministro da Guerra de seu país, salientou o importante papel que poderia desempenhar em prol das Armas aliadas “a flotilha armada em Uruguaiana pelo general Canabarro.”¹⁸³

O coronel Estigarribia, segundo declarações do conselheiro Paranhos, confessou que lhe causaram grandes embaraços o vapor *Uruguai* e mais dois lanchões mandados armar pelo general Canabarro.¹⁸⁴

É do conhecimento de todos o quanto a “esquadra de Canabarro”, sob o comando do intrépido capitão Floriano Peixoto, depois o imortal consolidador da República brasileira, contribuiu para a vitória do general Flores em Jataí, em 17 de agosto de 1865, e para a rendição em massa, sem um tiro, dos paraguaios em Uruguaiana, a 18 do mês seguinte.

Solicitação de armamento

O general Canabarro, com o fim de acautelar a defesa do Rio Grande, solicitou, ainda em 1º de janeiro de 1865, armamento para a força que organizava e propôs a criação de um depósito de material bélico.

Dias depois reiterava o pedido, nestes termos: “Armamento e munição quanto antes para a Guarda Nacional, que acode às armas voluntariamente e com entusiasmo.”¹⁸⁵

O presidente da província, a quem foi feita a solicitação, assim levou ao conhecimento do ministro da Guerra:

182 Ofício de 5-7-1865.

183 Idem, de 5-7-1865, in: *Archivo del General Mitre*, III, 31.

184 Discurso no Senado brasileiro, a 9-4-1866.

185 Ofício de 20-1-1865.

“Insta o brigadeiro pela remessa de armamento.

“Hoje já deve ter lá chegado o que lhe remeti daqui e de Porto Alegre.

“Ainda não é o suficiente para armar toda a Guarda Nacional que diz haver reunido. Porém, não tenho mais para enviar-lhe.”¹⁸⁶

As solicitações de Canabarro continuaram com insistências ao presidente da província, que as encaminhou ao Governo Central, dizendo que o comandante das fronteiras de Quaraí e Missões se “queixava da falta de clavinhas e pistolas.” E explicou: “O retardamento das remessas de armamento para São Borja e Quaraí é devido não havê-lo aqui em abundância.”¹⁸⁷

Ainda premido pela necessidade de armamento disse, dias depois, o presidente do Rio Grande ao ministro da Guerra: “Mandei armar com pistolas e clavinhas à *Minier* os corpos da divisão do brigadeiro Davi Canabarro. Só havia, porém, nos depósitos 1.600 pistolas e a força de cavalaria daquela divisão é de cerca de 5.000 praças.”¹⁸⁸

A 13 de julho e, portanto, três dias após a invasão de São Borja, o presidente do Rio Grande comunicava ao ministro da Guerra que, “nos depósitos da província, pouco era o armamento que havia, principalmente clavinhas e pistolas para a cavalaria.”

Referindo-se às tropas na fronteira do Uruguai, disse, nessa mesma data: “Falta-lhes ainda espadas e pistolas; mas, como é sabido, são duas armas estas que possuem muitos homens da campanha desta província.”

Era essa, sob o ponto de vista de armamento, a precária situação dos homens mobilizados para a defesa do solo pátrio.

Contava o governo que a penúria de armamento no depósito do Estado fosse sanada pelas armas particulares de uso comum pelo homem da campanha do Rio Grande do Sul, e assim aconteceu. Foi em grande parte com as armas de sua defesa pessoal que o bravo nacional sul-riograndense defendeu a pátria contra o invasor, em 1865.

186 Ofício, datado de Pelotas, em 30-1-1865.

187 Ofício de 17-2-1865.

188 Ofício de 2-3-1865.

Pistolas havia, mas a munição era escassa e, daí, a poupança desta nos combates e nas guerrilhas que manteve a brigada Fernandes Lima, desde o Butuí até o Passo de Santa Maria, guerrilhas essas que tanto inquietaram os paraguaios e que põem em evidência a bravura, o destemor de nossa gente, afrontada a um inimigo bem armado e valente.

Referindo-se às solicitações de armamento feitas por Canabarro, disse o eminente barão do Rio Branco, com a autoridade que é universalmente reconhecido: “Essas requisições não foram atendidas” e acrescentou: “Quando os paraguaios invadiram a província, seis meses depois do começo das hostilidades, era ainda péssimo o estado das forças que guarneciam a nossa extensa linha de fronteira.”¹⁸⁹

A situação exposta, à luz dos documentos e dos fatos, é um fator preponderante para se ajuizar a conduta contemporizante de Canabarro depois da invasão.

Otimismo de Canabarro

Os julgadores de Canabarro, com raras exceções, o condenam pelo seu otimismo, manifestado nos primeiros meses de 1865, ao ponto de não acreditar na invasão, pelo menosprezo em que tinha o inimigo.

Canabarro era, efetivamente, um otimista e confiou sempre em demasia na sua fama, que ele tecera a golpes felizes de audácia.

A estrela dos audaciosos, porém, não fulgura sempre; às vezes empalidece.

É grave erro militar subestimar o inimigo.

Não se deve nunca esquecer a velha sabedoria dos latinos: “*Hos-tis nunquam contemendus*” (desprezas teu inimigo, serás logo vencido).

O otimismo é qualidade que só possuem os fortes, os que têm ânimo resoluto, os que acreditam na vitória. É, portanto, predicado indispensável a um chefe militar, porque, possuindo-o em alto grau, pode inoculá-lo em seus comandados.

O otimismo é um dos maiores fatores de ordem moral, para levantar o ânimo da tropa e conduzi-la à vitória.

189 Nota a L. Schneider, I, 197.

A hipérbole é própria do otimista. Canabarro foi hiperbólico, mas, se tivéssemos que arrolar culpados por hiperbolismo no início da guerra com o Paraguai – no rol dos culpados figurariam destacados chefes militares.

Vejamos, com o fim de nos colocarmos no ambiente do tempo, algumas manifestações otimistas dos principais chefes militares dos aliados e de altas personalidades políticas, de quem e de além do Prata, que não são menos hiperbólicos que Canabarro.

Vejamos as manifestações deste, em primeiro lugar, para facilidade de comparação:

“Ao receber esta já V. Ex^a estará ciente da participação que recebi de Missões, quanto ao movimento das forças paraguaias e suas intenções sobre esta província.

“Não tenho dúvida de que esses 30.000 paraguaios, desde que passem o Uruguai, estão perdidos. O quadro por esta face é lisonjeiro: abertas mostram as portas de Assunção.”¹⁹⁰

“Estava a sair o portador desta, quando recebi do coronel Fernandes a participação inclusa por cópia que dará conhecimento a V. Ex^a da aproximação dos paraguaios.

“Teremos o prazer de receber os visitantes, como é devido às boas intenções em que vêm, isto é, se não puderem ser repelidos, segundo tenho declarado a V. Ex^a. Se não for possível evitar o único mal da passagem nas povoações de São Borja e Itaquí, é uma fortuna tê-lo deste lado do Uruguai, como tantas vezes tenho declarado.”¹⁹¹

“Ou deste lado ou além do Uruguai, não quero mais que a 1^a Divisão com o seu pessoal reunido para perseguir esses 14.000 salteadores.”¹⁹²

É oportuno se mencionar aqui que o general Canabarro, mais tarde, golpeadas suas ilusões, assumindo nobremente a responsabilidade de suas manifestações otimistas declarou, com uma franqueza digna de sua forte personalidade, que se enganara.

190 Carta, de 16-4-1865, ao presidente da província.

191 Ofício de 25-4-1865.

192 Ofício 13-5-1865.

Enquanto assim procedia, outros responsáveis tentavam esconder seus erros, procurando se inocentar, para fugirem das responsabilidades que lhes cabia.

Eis a confissão redentora de Canabarro:

“Um corpo do exército paraguaio no povo de São Carlos, cabeceira do Aguapeí, ameaçava a nossa fronteira do Uruguai, e mais perto a de São Borja.

“As vitórias de Paissandu e Montevideú afastaram além do Paraná esse corpo de exército, que pesava sobre nós.

“Como muita gente, acreditei então que, rarefeito o horizonte, a província estava salva.

“Enganei-me, ei-lo a 10 de junho em São Borja desfechando sobre nós.”¹⁹³

Entre as manifestações otimistas dos chefes militares aliados, figuram as do almirante Tamandaré e as do general Mitre.

O bravo e nobre patrono de nossa Marinha, enviando ao governo brasileiro seu plano de campanha, assegurou que se esse plano fosse adotado, “poderíamos dentro de três meses, o mais tardar, estarmos ditando a lei em Assunção.”

Somente depois de decorridos três anos de lutas incessantes e bravias, pôde a esquadra brasileira passar em frente de Humaitá para, quase dois anos depois, fundear no porto de Assunção.

O bravo general Bartolomeu Mitre, em entusiástico discurso, a 20 de abril de 1865, asseverou: “Dentro de 24 horas estaremos nos quartéis, dentro de 15 dias em campanha, e dentro de três meses em Assunção.”

Decorridos 30 dias, isto é, a 20 de maio seguinte, ainda tomado de entusiasmo otimista escrevia o ilustre chefe argentino ao escritor chileno Santiago Arcos: “Dentro de 15 dias estarei na fronteira do Paraguai com um exército de 25.000 argentinos, ao qual se reunirão 30.000 brasileiros que não sei se terei paciência de esperá-los.”¹⁹⁴

193 Resposta, datada de 3-10-1865, aos quesitos formulados pelo ministro da Guerra.

194 *Correspondencia literaria, histórica y política del general Mitre*, II, 151.

Sabemos que os acontecimentos a esse respeito ocorreram de modo completamente diferente.

Não faltou paciência ao galhardo argentino, mas o seu sonho de entrar em Assunção no comando em chefe dos aliados não se realizou.

Francisco Otaviano de Almeida Rosa, nosso representante diplomático no Rio da Prata, disse, de Montevideú, em 6 de julho de 1865, ao ministro das Relações Exteriores do Brasil, referindo-se às forças paraguaias que invadiram pelo Paraná e pelo Uruguai: “Se, como é de prever, a Tríplice Aliança esmagar estas forças, o Paraguai pode considerar-se rendido, sem grande esforço mais. Os exércitos aliados e a Marinha brasileira hão de encontrar pouco embaraço para invadi-lo. Talvez a Marinha só, tendo então à sua frente o intrépido vencedor de Paissandu e auxiliada pelas tropas de desembarque brasileiras, possa terminar a campanha, logo que seja certa a ruína do inimigo, pelo lado de Corrientes.”

Renderam-se em massa os que invadiram o território brasileiro pelo Uruguai, não foram esmagados os que penetraram na Argentina pelo Paraná, mas obtiveram os aliados triunfo muito mais importante que esse esmagamento – a destruição da esquadra paraguaia em Riachuelo em 11 de junho de 1865 e, entretanto, a guerra só terminou em 1870.

O ilustre estadista argentino Dr. Marcos Paz, quando à frente do governo, na qualidade de vice-presidente em exercício, disse ao general Mitre em carta de 30 de junho de 1865: “La marcha de los paraguayos para ambas márgenes del Uruguai, aguas abajo, me recuerda los chorlitos que vienen a ponerse a medio tiro del cazador, que espera lleno de contento.”

Sabemos todos os apuros em que se viram os caçadores quando, em vez de “chorlitos”, depararam com “halcones...”

O general Osório, de seu acampamento de Juqueri, na Argentina, alertando o ministro da Guerra do Brasil sobre a necessidade de se organizar a defesa do Rio Grande do Sul, ponderou: “É melhor prevenir, aproveitando-nos do conselho que nos dá o atual atropelo em que andamos, quase dominados pelo movimento do inimigo, e que por si só é um mal.”¹⁹⁵

195 Ofício de 13-7-1865.

Esta judiciosa e prudente observação demonstra, através da expressão “atropelo em que andamos”, a forte impressão e o desassossego que causara além do Prata a agressão paraguaia.

O destemeroso tenente-coronel Sezefredo Alves Coelho de Mesquita, comunicando ao general Davi Canabarro o resultado do combate de Butuí, disse: “Os paraguaios são no combate uns leões. É a força de mais disciplina e ordem que tenho visto. Morrem no seu posto. Não se rendem e já se vê que só um prisioneiro se fez. Morreram cento e tantos. Não se podia facilitar com o exército paraguaio. Está bem armado e o chefe contra quem brigamos tem muita capacidade. Ignoramos quem ele seja. Dizem ser oriental.”¹⁹⁶

O notável estadista e parlamentar que foi o barão de Cotegipe, em carta ao barão do Penedo, a 13 de outubro de 1865, disse: “López pode preparar as malas e até março talvez tenhas que recebê-lo em Inglaterra.”

O ilustre visconde do Rio Branco, em discurso na sessão do Senado, a 19 de abril de 1866, depois de se referir ao otimismo de Canabarro, fez estas interrogações: “Mas, senhores, quem não foi hiperbólico no princípio desta guerra, por impulso natural ou por cálculo contra o inimigo? Não sabemos que nesta guerra quase todos os chefes, nacionais e estrangeiros, se apresentaram como Césares, prometendo dentro de pouco tempo repetir-se as célebres palavras vitoriosas do general romano, e que depois todos se tornaram Fábios?”

Assim efetivamente foi.

Não se acreditava na invasão; de modo geral, menosprezava-se o inimigo.

Pensavam assim os homens de governo e os generais.

Canabarro partilhou desse otimismo e expandiu. Errou, mas não foi ele o único que cometeu esse erro.

Por que foram esquecidos os outros culpados?

O maior erro foi o do Gabinete Furtado, estabelecendo esta norma de ação, em janeiro de 1865: “Façam os paraguaios o que quiserem, não podendo batê-los ao mesmo tempo que os *blancos* de Montevidéu, só

196 Carta do dia seguinte ao combate do Butuí, isto é, de 27-6-1865.

havemos de tratar séria e exclusivamente daqueles depois de desembaraçados do Uruguai.”

Essa orientação acima refletiu-se em todos os escalões de comando das tropas no Rio Grande do Sul, onde se subestimava o inimigo e se ignorava o poderio do Paraguai como potência militar, que era, na época, a maior da América do Sul.

Condições em que Canabarro garantia a defesa do Rio Grande do Sul

O julgamento da ação de Canabarro, em face dos acontecimentos que culminaram com a invasão do Rio Grande do Sul, tem sido feito, quase sempre, considerando-se apenas seu otimismo e, desse modo, com desprezo das condições em que, muitas vezes, entremeadas com manifestações otimistas, ele se baseava ou estabelecia para que pudesse garantir a defesa das fronteiras que estavam sob a guarda da tropa de seu comando. Vejamos as condições em que foi garantida a defesa.

A) Com infantaria e artilharia suficientes

Um dos primeiros cuidados de Canabarro desde que assumiu o comando da 1ª Divisão Ligeira foi o de dotá-la de tropa de infantaria.

Foram estes os termos em que, a 1ª de janeiro de 1865, chamou a atenção do presidente da província para esse assunto: “A divisão não pode deixar de ser de operações; e nestas há casos em que é indispensável a infantaria.”¹⁹⁷

Nesta mesma data, em outro documento, disse, referindo-se à necessidade de infantaria: “É uma arma que em casos dados se não pode dispensar.”¹⁹⁸

Antes do general Frederico Caldwell ser nomeado comandante das Armas do Rio Grande do Sul e das forças em guarnições nessa província, o comandante destas era o general Lopo de Almeida Henrique Botelho de Melo.

197 O chefe era o major paraguaio José López. Serviam sob suas ordens dois oficiais uruguaios: os irmãos Salvagnac – João Pedro, tenente-coronel; e Justiniano, major.

198 Documento citado.

A este dirigiu-se Canabarro, solicitando tropas de que carecia sua divisão, nos seguintes termos: “Os batalhões de linha e artilharia que houver em Bagé e na província quanto antes para esta fronteira, mas nada temos a temer; ao contrário felicitações antecipadas pelo triunfo de nossas armas.”¹⁹⁹

Na transcrição supra se lê, *in fini*, mais uma manifestação otimista de Canabarro.

Mencionada isoladamente, como seus acusadores têm feito com outras declarações do velho general, se poderá supor que ele antecipava, sem condições, pura e simplesmente, com os elementos que tinha sob suas ordens imediatas, o triunfo de nossas Armas.

Assim, entretanto, não acontecia – esse triunfo dependia de tropas de infantaria e de artilharia, que solicitava lhe fossem enviadas “quanto antes.”

O 2º e o 10º batalhões e o 5º de Voluntários da Pátria só reforçaram a 1ª Divisão Ligeira depois da invasão e o 1º de Voluntários tomou parte já na terceira fase do combate de 10 de junho.

O presidente da província, urgido pelas solicitações do comandante da 1ª Divisão, disse ao ministro da Guerra:

“O brigadeiro Canabarro receia que essas forças²⁰⁰ transponham a fronteira argentina e venham ao Uruguai, e por isso pede que lhe envie toda a infantaria de linha e artilharia.

“De infantaria só temos na Província dois batalhões, o 2º e o 10º, ambos em Bagé, guarnecendo aquela cidade, onde temos um depósito bélico importante e pagadoria. Um desses batalhões devia ter ficado em Jaguarão, e agora, à vista do ataque desta cidade, o general-comandante da guarnição fez para lá seguir o 10º. Não é possível, portanto, satisfazer já aos reclamos do comandante da divisão²⁰¹ de enviar-lhe infantaria.”²⁰²

199 Ofício de 20-1-1865.

200 As paraguaias que se achavam no Aguapeí, na Província de Corrientes.

201 A 1ª do comando de Canabarro.

202 Ofício de 30-1-1865.

Canabarro, impressionado com a falta de infantaria em sua divisão, não recorria somente a autoridades militares – dirigiu-se também ao conselheiro Paranhos, nosso representante diplomático no Rio da Prata, assim expondo suas necessidades:

“Nenhuma divisão de operações se diz convenientemente organizada sem as três Armas. Esta tem somente cavalaria; carece de infantaria e artilharia. Há na província desses batalhões e artilharia, que deviam fazer parte da defesa do Uruguai. Se houvesse aqui 2.000 homens de infantaria e artilharia, com certeza de elevar a cavalaria a 6.000 homens, afirmo a V. Ex^a que 12.000 paraguaios poucos dias haviam de contar desde a passagem à margem esquerda do Uruguai ao de sua completa derrota.

“Não peço demasiado; apenas dois ou três batalhões e artilharia que há nesta província; depende de determinações do governo.”²⁰³

Ciente o conselheiro Paranhos do perigo que corria o Rio Grande do Sul, por intermédio de informações do coronel Fernandes Lima, e da necessidade da tropa de infantaria e artilharia na divisão Canabarro, dirigiu-se nesse sentido ao nosso ministro das Relações Exteriores, em longo ofício, onde se lê esta advertência: “Entendo que o delegado do governo imperial naquela província deve concentrar os nossos melhores meios de defesa e ataque, de que ele disponha, sobre a fronteira de São Borja e Quaraí. É necessário que quase toda a infantaria e artilharia existentes na província se dirijam para aqueles pontos.”²⁰⁴

Consumada a invasão, Canabarro acorda de seu sonho otimista e vê clara a situação, em face do inimigo bem instruído e bravo, sem se atemorizar, entretanto. Reiterou seus pedidos de infantaria ao general Osório, nestes termos que traduzem sua orientação cautelosa ao inimigo:

“Os paraguaios sempre invadiram São Borja e, se não é uma correria pela costa, devem reforçar-se.

“Eles são massa de infantaria, por isso, sem um reforço de 4.000 infantes, que peço, não poderei atacar, com certeza do triunfo e, sem ele, por certo que não devemos arriscar.”

203 Ofício de 13-2-1865.

204 Nota de 6-2-1865.

Depois de judiciosas considerações, terminou com esta exortação: “Oh! Meu amigo e general; espero seus prontos socorros para desfron- ta de nossa província.”²⁰⁵

Dois dias depois, assim retornou ao assunto: “De dia a dia urge o auxílio de 4.000 ou mais homens de infantaria, que a 12 do corrente pedi que V. Ex^a adiantasse.”²⁰⁶

Em vista da “massa de infantaria” do inimigo, Canabarro avalia- va a necessidade de um reforço de 4.000 homens dessa Arma.

O general Osório não pôde atender às solicitações de Canabarro e assim explicou essa impossibilidade ao nosso ministro plenipotenciário no Prata: “O general Canabarro insta por uma força de infantaria deste exército que o ajude, porque tem falta dessa Arma; porém, consultando eu o general em chefe a respeito, pressinto que este não quer se desprender de forças brasileiras, e propõe que o general Flores com alguns batalhões faça esta expedição em navios que, aproveitando a cheia do rio Uruguai, cheguem até Uruguaiana.”²⁰⁷

Canabarro, recordando o papel decisivo da infantaria em nossas campanhas anteriores, acrescentou, na resposta aos quesitos do ministro da Guerra: “Para mim, as massas de infantaria são uma fortaleza movediça, uma rocha viva com que a cavalaria vem, qual a onda espumante, quebrar- se e recuar.”

Nesse juízo sobre o papel de infantaria está, sem dúvida, plausí- vel explicação da atitude assumida por Canabarro depois da invasão para- guaia, a 10 de junho de 1865.

B) *Com 8.000 homens bem armados*

Em carta ao presidente da província, de 13 de maio de 1865, Canabarro disse: “Esta divisão está com mais de 8.000 homens, e, bem ar- mados, são bastantes para repelir a 16.000 paraguaios de nossa fronteira.”

Considerando-se a carência de armamento que havia, pode-se afirmar que Canabarro, no período transcrito, afirmava que 8.000 homens

205 Ofício de 12-6-1865.

206 Ofício de 14-6-1865.

207 Ofício de 5-7-1865.

de que dispunha se estivessem bem armados seriam suficientes para repelir os invasores, que constava serem 16.000.

A transcrição supra foi copiada do documento citado no discurso do ministro da Guerra – Ângelo Muniz da Silva Ferraz, de 26 de março de 1866.²⁰⁸

Assim também Joaquim Nabuco registra aquela frase.²⁰⁹

Essa frase, entretanto, tem sido adulterada, como passamos a demonstrar.

FRASE DE CANABARRO:

“Esta divisão está com mais de 8.000 homens, e, bem armados, são bastantes para repelir 16.000 paraguaios de nossa fronteira.”

ADULTERAÇÕES:

- a) - “Tenho mais de 8.000 homens, bem armados; são bastantes para repelir a 16.000 paraguaios de nossa fronteira.”²¹⁰
- b) - “A 13 de maio, disse o Sr. Canabarro ao presidente: Esta divisão está com 8.000 homens e bem armados, são bastantes para repelir de nossas fronteiras 16.000 paraguaios.”²¹¹
- c) - “Esta divisão está com mais de 8.000 homens, bem armados; são bastantes para repelir a 16.000 paraguaios de nossa fronteira.”²¹²
- d) - “A 13 de maio dizia Canabarro ao presidente: Esta divisão está com mais de 8.000 homens e bem armados; são bastantes para repelir 16.000 paraguaios de nossa fronteira.”²¹³

Examinemos as adulterações transcritas:

208 III volume, p. 90.

209 *Um Estadista do Império*, II, 221.

210 Augusto Fausto de Sousa. *A Redenção de Uruguaiana*, 38.

211 Discurso do senador José Martins da Cruz Jobim, de 19-4-1866.

212 Pereira da Costa. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguai e do Paraguai*, II, 187.

213 José Bernardino Borman. *História da Guerra do Paraguai*, I, 49.

A de alínea *a*, da autoria do ilustre historiador coronel Fausto de Sousa, que é um dos acusadores de Canabarro, modifica completamente o sentido da frase: suprimiu a partícula *e* e colocou ponto-e-vírgula na palavra “armados.”

A da alínea *b* é de um inimigo político de Canabarro e seu ferrenho acusador, o senador Jobim. Dá também sentido diferente à frase, visto que suprimiu duas vírgulas, sendo uma da palavra *homens* e a outra da partícula *e*.

A da letra *c*, de Pereira da Costa, que faz severa crítica a Canabarro, só difere da recém-mencionada pela colocação de ponto-e-vírgula no vocábulo *bem armados*.

[A da alínea *d*] O bravo e ilustre general Bernardino Borman, que é um dos ferrenhos acusadores de Canabarro, copiou o que menciona Pereira da Costa.

Ou autores mencionados, pelo conceito em que são tidos, têm sido a fonte em que se baseiam alguns narradores para atribuírem graves responsabilidades a Canabarro, decorrentes da afirmativa de que tinha 8.000 homens bem armados, quando, como já ficou esclarecido, o velho guerrilheiro dissera que, se os 8.000 homens estivessem bem armados, ele garantia serem suficientes para repelir 16.000 paraguaios.

C) *Com a 1ª e 2ª divisões reunidas e reforços do exército*

Em 16 de abril, Canabarro, calculando em 12.000 homens o efetivo da 1ª e 2ª divisões inclusive o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, declarou que com esses elementos muito se podia fazer e, por isso, não tinha “temor algum, a não ser a destruição das povoações fronteiras, pelo invasores.”

Observou, a seguir, que, para evitar a invasão, era preciso dividir as forças, colocando-as em diversos pontos, por não se saber qual seria o escolhido pelo inimigo e ponderou a necessidade de reforço “ao menos de uma divisão” do exército que se achava em território uruguaio sob o comando do general Osório.²¹⁴

214 Carta ao presidente da província.

Três dias depois, visando à defesa da fronteira que lhe cumpria guardar, declarou que “para esse fim ou para entreter o inimigo até a chegada de forças do exército” no caso de invasão, era necessário que a 1ª e 2ª Divisões fossem imediatamente marchando para as fronteiras do Uruguai.”

Acentuou em seguida que a 2ª Divisão estava distante cerca de cem léguas e o 1º de Voluntários mais longe ainda e, encarecendo o agrupamento desses elementos, disse que eles eram “parte do todo que devia operar para impedir a passagem ou entreter o inimigo até ser batido.”²¹⁵

A 22, ainda de abril, disse Canabarro que com as cavalarias do exército sob o comando de Osório, que lhe constava se acharem em marcha para o Rio Grande, poderia ser guardada a fronteira de Uruguiana e que, tendo em disponibilidade a 1ª e 2ª divisões, para operarem em Missões, não se devia ter “receio dos paraguaios.”²¹⁶

Veja-se bem as condições em que Canabarro garantia a defesa da província: reforço de exército estacionado no território uruguaio e com a 1ª e 2ª Divisões concentradas na fronteira do Uruguai.

O reforço falhou, porque o general Mitre não quis se desprender de tropas brasileiras, e a 2ª Divisão, porque teve ordem de permanecer nas fronteiras de Bagé e Jaguarão, mandou apenas uma brigada que somente a 7 de julho e, portanto, depois da invasão se reuniu às tropas sob o comando de Canabarro.

Tem sido acre e injustamente acusado este bravo guerrilheiro, considerando-se apenas suas manifestações otimistas e pondo-se de lado a situação em que ele tantas vezes mencionou como capaz de repelir o inimigo, situação essa que não obteve como se verifica do exposto e do que a seguir será mencionado.

D) *Com os reforços prometidos pelo almirante Tamandaré e pelos generais Osório, Flores e Sampaio.*

Antes da invasão e no momento em que Canabarro se esforçava por obter reforços de nosso exército, imobilizado no território uruguaio, recebeu a seguinte promessa do nobre e bravo almirante Tamandaré: “No

215 Carta de 19-4-1865.

216 Carta de 26-4-1865.

caso de ser ameaçada essa fronteira, farei subir pelo Uruguai até o Salto uma força conveniente para auxiliar as que V. Ex^a tem debaixo de seu comando.”²¹⁷

A fronteira foi mais que ameaçada – foi invadida – e a promessa de “força conveniente para auxiliar” as de Canabarro falhou, devido à dificuldade em transpor o Salto.

Em julho, com o inimigo já em nosso território, o ilustre almirante escrevia de Concórdia ao bravo comandante da 1^a Divisão:

“Eis-me aqui ansioso por transpor o Salto Grande, com os vapores que puder, para tratar de castigar os ousados paraguaios que se atreveram a pisar e insultar o solo rio-grandense.

“Pretendo subir no dia 8, levando comigo os vapores *Taquari*, *Tramandaí* e *Onze de Junho*; conto levar 1.000 a 1.200 infantes para reforço das guarnições dos navios e ajudá-lo aí a atacar o inimigo em terra.

“Aí me terá, pois, V. Ex^a em poucos dias, para de melhor acordo e boa vontade debelarmos os que ofenderam o mais nobre de nossos brios.”²¹⁸

Canabarro esperou em vão por esse socorro até o encurralamento dos paraguaios em Uruguaiana.

O general Venâncio Flores, em ofício de 30 de janeiro de 1865, informava a Canabarro que havia determinado ao general Aguilar e ao coronel Gregório Soares “que efetuassem reunião de todas as forças existentes ao norte do rio Negro para obrar de comum acordo com os que mandava” o chefe brasileiro a quem se dirigia, a fim de, unidos, repelirem a agressão do Paraguai.

Realizada a invasão, Canabarro apelou para o bravo chefe uruguaio e este respondeu-lhe, do Salto: “Acabo de chegar a este povo e recebi seu estimado favor de 16 e, inteirado de seu conteúdo, tenho o prazer de participar-lhe que dentro de quatro ou cinco dias marcho com uma divisão

217 Ofício de 26-4-1865.

218 Carta de Tamandaré a Canabarro, de 6-7-1865.

das três Armas com direção a Uruguaiana e espero que me avise de comum acordo a fim de bater quanto antes o inimigo com rapidez e energia.”²¹⁹

Canabarro respondeu em seguida:

“Para Uruguaiana, pois, seguirei e faremos junção para, quando e como nos convier, batermos o inimigo”, e terminou aconselhando seu camarada oriental a que “se dirigisse ao Paipasso no Quaraí, onde poderia encontrar canoas para facilitar a passagem.”²²⁰

O auxílio de Flores havia sido confirmado pelo general Osório nestes termos: “Pelo tenente Cipriano lhe escrevi, dizendo o que estava acordado quanto às operações, e naturalmente para esses lados marchará o general Flores, que se espera por momentos.”²²¹

Em maio, o general Caldwell comunicou ao comandante da 1ª Divisão Ligeira que esta receberia reforços de infantaria vindos do exército que se achava no Prata.

Tardando esse auxílio, Canabarro se dirigiu a 29 do mês referido ao brigadeiro Antônio Sampaio, que respondeu declarando não ter recebido nenhuma ordem sobre o reforço de que se tratava; “entretanto”, acrescentou: “se o inimigo se aproximar à fronteira e tentar invadir o território, V. Ex^a me faça um próprio, que com a maior velocidade marcharei a coadjuvar a divisão sob comando de V. Ex^a na defesa da pátria.”²²²

Quando o velho e intrépido guerrilheiro Davi Canabarro garantia a defesa da província, antes da invasão e, depois desta, evitava uma batalha, assim procedia contando com os reforços que solicitara e que lhe haviam sido prometidos em termos positivos.

Essas circunstâncias esclarecedoras de seu otimismo e justificativas de suas atitudes têm sido desprezadas no julgamento de sua atuação na iminência do perigo e em face dos invasores e, daí, a injustiça das graves acusações que lhe são feitas, com acrimônia, geradas em informações tendenciosas de seus inimigos ou dos que, procurando furtar-se às respon-

219 Ofício de 26-6-1865.

220 Ofício de 30-6-1865.

221 Ofício de Osório a Canabarro, de 25-6-1865.

222 Ofício do brigadeiro Antônio Sampaio ao brigadeiro Davi Canabarro.

sabilidades que lhes cabiam e aproveitando-se do espírito assomado do ministro da Guerra, jogaram sobre seus ombros todas as culpas.

Concentração nas pontas de Ibirocaí

Em abril de 1865, o presidente da província determinou ao comandante da 1ª Divisão Ligeira que, de Uruguaiana às Missões, “procurasse colocar-se no ponto estratégico mais conveniente para acudir a qualquer ponto da fronteira que fosse ameaçado.”

A fronteira confiada à 1ª Divisão se estendia de São Xavier à foz do Quaraí, numa extensão de 370 quilômetros.

Em virtude da ordem supra e considerando-se a concentração inimiga em Itapua, aquela extensão ficava reduzida a 290 quilômetros que tantos são os que medeiam entre o Passo de São Xavier, a montante da foz do Ijuí e Uruguaiana.

Ainda assim, com a redução de 80 quilômetros, era considerável a extensão da fronteira a defender e, por isso, exigia que a 1ª Divisão fosse reforçada como solicitava seu comandante, no que, entretanto, não foi atendido.

Existia no rio Uruguai, entre os municípios de S. Luís e São Borja, nove passos; destes, o que ficava mais fronteiro à concentração paraguaia em Itapua era o de São Xavier.

Merecia, pois, cuidado especial, a fronteira dos dois municípios citados sem descuido da que se estende entre os municípios de Itaqui e Uruguaiana, embora esta corresse risco secundário.

Não era, entretanto, de se desprezá-la, não só pelas necessárias precauções que a guerra exigia como para cumprimento de ordens expressas do presidente da província.

Sabemos hoje que Solano López ordenara a invasão do Rio Grande do Sul pelo passo de Garrunchos, ao sul da foz do Ijuí.

Estigarribia, entretanto, preferiu o passo de São Borja.

O brigadeiro Canabarro, em cumprimento à ordem do presidente da província, informou a esta autoridade que, “enquanto não voltassem, ao menos, as nossas cavalarias do Estado Oriental, ia acampar no

município de Uruguaiana, em lugar de onde com presteza pudesse acudir essa fronteira ou a de Missões.”²²³

Com o reforço que esperava de nosso exército no território uruguaio, contava guarnecer Uruguaiana e, desse modo, ficava em condições de se deslocar com o grosso da divisão mais para o norte, isto é, para local mais próximo do ponto sob maior ameaça.

Bem avaliando as dificuldades em guarnecer convenientemente a fronteira que lhe cumpria defender, Canabarro havia ponderado: “A fim de obstar a invasão é preciso dividir as forças em pontos, visto que não se sabe qual será o escolhido, e neste caso podia o nosso exército destacar ao menos uma divisão, para reforço onde convier” e ponderou ser “necessário que a 1ª e 2ª divisões fossem, desde já, marchando para as fronteiras do Uruguai.”

Observou, em seguida, que a 2ª Divisão se achava mui distante, visto que estava a cem léguas da referida fronteira.²²⁴

O ponto escolhido por Canabarro foi as pontas do arroio Ibirocaí.

Aí concentrou o grosso de sua divisão, tendo a 1ª Brigada destacada entre Itaqui e São Borja, ao longo da margem esquerda do Uruguai.

Canabarro apresentou como justificativa para a escolha desse ponto a ordem que recebera do presidente da província: “atender a Uruguaiana e a Missões” e ser aquele local rico em pastagem para a cavalaria.

O presidente da província, pronunciando-se a esse respeito, disse: “Creio que este acampamento foi escolhido pelo brigadeiro Canabarro como o mais conveniente para poder acudir Uruguaiana e Itaqui, julgando a vila de São Borja defendida pelas forças da 1ª Brigada. Esperando o reforço de infantaria do exército e outras forças que tinham de se lhe reunir para transpor o Uruguai, a sua posição parece ser a mais conveniente para tudo isso.”²²⁵

223 Carta de 19-4-1865.

224 Idem.

225 Offício ao ministro da Guerra, de 9-7-1865.

Canabarro pretendia, sem dúvida, colocar seu quartel-general mais para o norte, tão logo fosse reforçada sua divisão.

É expressiva, nesse sentido, a seguinte informação do presidente da província ao ministro da Guerra: “Escolheu este ponto para aí se lhe reunir o reforço de infantaria que esperava por Uruguaiana a fim de transpor o Uruguai em Itaqui. E se, como também suspeitou (e creio que com bons fundamentos), o inimigo tentasse vir a Uruguaiana, do ponto em que se colocou ser-lhe-ia fácil acudir.”²²⁶

Do exposto se verifica que o presidente da província, que tinha poderes acima do comandante das Armas para a movimentação da tropa, aprovou o ponto escolhido pelo brigadeiro Canabarro por ser a este fácil, dali, acudir Uruguaiana e Itaqui.

O local da concentração do grosso da 1ª Divisão Ligeira dista 125 quilômetros de Uruguaiana; 130 de Itaqui e 175 de São Borja.

Não estava, pois, para defesa imediata, bem colocado ali especialmente pela morosidade do transporte das munições de guerra, que eram conduzidas ao passo tardo de bois e porque a infantaria e a artilharia precisariam de quatro ou mais dias de marcha para atingir o ponto mais afastado, que era o que corria maior perigo.

Os erros por parte de Canabarro em sua colocação e permanência nas pontas do Ibirocaí decorreram de:

Não acreditar na invasão paraguaia. Era este um ponto de vista errado e esse erro confessou depois, lealmente, o nobre e bravo guerrilheiro.

Aquele modo de pensar, entretanto, como já ficou consignado, era geral.

Subestimar o inimigo e, daí, o descuido de precauções sobre a defesa.

Preocupar-se demasiadamente com o ataque a Uruguaiana, que era o ponto afastado da concentração do inimigo.

Essa preocupação, entretanto, não era somente de Canabarro, e, sim, de todos os chefes, especialmente do governo, por intermédio do ministro da Guerra. Desse modo também pensavam o ilustre e vigilante

226 Ofício de 13-7-1865.

general Osório, o bravo e nobre almirante Tamandaré e o eminente general Mitre.

A ideia geral era de uma concentração em Uruguaiana. Daí, sem dúvida, a escolha de Canabarro das pontas de Ibirocaí.

A 17 de abril, Tamandaré dizia ao general Osório:

“Faço esta para participar a V. Ex^a que acabo de conferenciar com o general Mitre, seus ministros, os senhores Otaviano e Leal²²⁷ sobre o movimento de nossas forças e que foi decidido que adotássemos a ideia de V. Ex^a de reconcentrarmos as nossas forças em Uruguaiana, para dali se moverem de acordo com as do general Mitre.”

Influenciado, sem dúvida, pela ideia de Osório, mencionada por Tamandaré, o ministro da Guerra, visando à defesa de Corrientes e do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo determinou ao Dr. João Marcelino de Sousa Gonzaga:

“Para qualquer dos fins faça V. Ex^a marchar sem perda de tempo para a vila de Uruguaiana, todos os corpos disponíveis.

“Dirigir-se-á, ao mesmo tempo, o conselheiro adjunto-general, comandante interino das Armas da província, para dar à força a organização tática indispensável.”²²⁸

Passou, deste modo, a responsabilidade tática e, implicitamente, a estratégica do brigadeiro Canabarro ao general Caldwell.

Este não modificou a situação estabelecida por aquele, o que importou a concordância com a mesma.

A 22 ainda de maio, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que substituíra, a 8, na pasta de Guerra o visconde de Camamu, assim reiterava a ordem de seu antecessor: “Parece-me todavia conveniente recomendar a V. Ex^a a pronta marcha de toda a força disponível para a fronteira de Missões ou de Uruguaiana.”²²⁹

227 Francisco Otaviano de Almeida Rosa, nosso plenipotenciário no Prata; Filipe Antônio Pereira Leal, ministro brasileiro residente em Buenos Aires.

228 Aviso confidencial de 2-5-1865.

229 Aviso confidencial ao presidente do Rio Grande do Sul.

Canabarro fez, em 13 de maio, a seguinte comunicação ao presidente da província:

“Agora consegui as carretas de transporte e vou marchar depois de amanhã para a fronteira de Uruguaiana, onde já tenho mil homens, e seguir às Missões, segundo as concordâncias.

“Nosso exército,²³⁰ como já comuniquei a V. Ex^a, desde o dia 22 do passado marcha em direitura a Uruguaiana.”

Dos termos da comunicação transcrita se vê, claramente, que Canabarro contava com reforço do exército sob o comando do general Osório e que cogitava de seguir para Missões.

Quando assim racionava, o bravo comandante da 1^a Divisão Ligeira recebeu a seguinte comunicação do general Osório:

“Eu penso marchar, logo que tenha reunido o exército no Salto, para o Quaraí, pela estrada que vai a Uruguaiana; se, porém, o inimigo passar para nosso território, creio que deverei procurar a direção de Inhanduí para nos juntarmos e combatê-lo onde nos convenha; de sua parte irá providenciando o que julgar conveniente, ainda que a estação me pareça má para o inimigo empreender este movimento e sou antes de parecer que ele pensa juntar as suas forças na altura de Uruguaiana, que corresponde à de Bela Vista, para empreender campanha em melhor tempo, mas esta conjectura pode falhar, se quiserem aproveitar enquanto as nossas forças estão reunidas.

“Parece-me, portanto, que os seus cuidados devem ser para Uruguaiana, porque em todo o caso quererá o inimigo invadir protegido por um rio forte de flanco.”²³¹

Esta recomendação de cuidado especial em Uruguaiana devia ter levado a Canabarro a convicção de que havia acertado, escolhendo as pontas de Ibirocaí para concentração do grosso das tropas sob seu comando.

O raciocínio de Osório era perfeitamente aceitável. Bela Vista, a que se referia, uma cidade argentina à margem esquerda do Paraná, na Província de Corrientes e que era ligada, por estrada, numa extensão de

230 O que se acha no território uruguaio, sob o comando de Osório.

231 Ofício de 30-5-1865.

247 quilômetros, a Restauración ou Paso de los Libres, em frente a Uruguaiana.

O general Robles, com o seu exército, desde 20 de maio se achava acampado em Bela Vista.

Uruguaiana era, pois, pelas circunstâncias expostas, um ponto ameaçado, como, inegavelmente, também o era São Borja.

Em face dessas incertezas, com carência de recursos para atender todos os pontos, com fortes esperanças nos reforços prometidos, com a aprovação tática do comandante das Armas, Canabarro resolveu ali permanecer acobertado por dois altos-comandos: o das Armas, a quem estava diretamente subordinado, e o do exército em operações contra o Paraguai.

Havia ordem para que essas duas altas autoridades agissem em comum acordo.

O erro da preocupação demasiada com o provável ataque a Uruguaiana é, pois, mais do general encarregado da organização tática da tropa na província, do que do comandante da 1ª Divisão Ligeira.

d) - Não haver reforçado a 1ª Brigada, a fim de permitir que esta pudesse cobrir a fronteira de Itaqui a São Borja, com forças suficientes para repelir a invasão em qualquer dessas localidades.

e) - Não haver considerado que a concentração de sua divisão no Município de São Borja lhe permitiria barrar a invasão do inimigo, que dispunha de meios precários para a passagem do rio e, mais ainda, que daquele modo lhe seria fácil acompanhar, pela margem esquerda, os movimentos dos paraguaios, no caso de se deslocarem no território de Corrientes, rumo ao sul, visando à vila de Uruguaiana.

Num julgamento criterioso dos erros apontados, não se podem desprezar estas duas atenuantes para Canabarro:

a) - Haver confiado, como era de confiar, nos reforços positivamente prometidos pelos generais Osório, Flores e Sampaio e pelo almirante Tamandaré;

b) - Haver considerado como absolutamente certas as informações do general argentino Simón Paiba, sobre a retirada do inimigo rumo ao Paraguai.

Aqueles erros, acreditamos, poderiam ter sido induzidos por outros chefes e na realidade o foram: o presidente da província, como já vimos, acampou e, do mesmo modo, o general Caldwell, que era comandante em chefe das forças em operações na província e, com maior responsabilidade, por se tratar de um profissional de carreira.

Em 2 de maio de 1865, o ministro da Guerra determinou que o general Caldwell seguisse para Uruguiana, “para dar à força a organização tática indispensável.”

O presidente da província transmitiu essa ordem nos seguintes termos: “A V. Ex^a compete dar às nossas forças a organização que julgar mais conveniente e sobre isto nada me compete dizer.”²³²

Ao ser recebida essa ordem pelo general Caldwell, o brigadeiro Canabarro, com o grosso de sua divisão, já se achava acampado nas pontas do Ibirocaí.

Nenhuma providência foi tomada pela mais alta autoridade militar na província para modificar essa situação.

Essa concordância tática decorreu, certamente, de haver aquela autoridade julgado que as providências tomadas preencheriam ao fim visado na ordem do governo.

Do procedimento do ministro da Guerra, não promovendo a responsabilidade do general Caldwell, é de se concluir que os erros mencionados, pelas circunstâncias em que foram cometidos, eram desculpáveis, ou o referido ministro foi injusto para com o comandante da divisão, enquanto acobertava indulgentemente o comandante-geral das tropas em operações na província.

Fundados neste procedimento sem avaliarem a injustiça e a parcialidade que ele contém, os historiadores em sua maioria só apontam um culpado – o brigadeiro Davi Canabarro.

É de se ponderar, porém, aqui, que, em maio de 1865, quando o general Caldwell recebeu ordem para organizar a tropa, de modo a assegurar a defesa do Rio Grande do Sul, havia tempo suficiente para, congregando os elementos existentes, tomar medidas acauteladoras e capazes de

232 Ofício de 30-5-1865.

evitar a invasão – nenhum ato enérgico e eficaz, entretanto, praticou nesse sentido.

Não lhe faltou, porém, tempo para se eximir de ficar sob o comando do general Osório.

Para essa esquivança fazia garbo de ser comandante em chefe das tropas existentes no Rio Grande do Sul.

São estas as suas palavras sobre aquela subordinação: “Peço a V. Ex^a que, consultando ao governo de Sua Majestade o imperador, me esclareça se a força sob meu comando está também subordinada ao exército em operações na República Oriental nos movimentos que ora se vão executar e, no caso que entenda o governo imperial não sejam dignas de atenção as considerações que apresento e que devo sujeitar-me ao comando de um chefe menos graduado que eu, peço a V. Ex^a para solicitar a minha demissão do comando que interinamente exerço.”²³³

Respondendo ao consulente, disse o presidente da província: “Continuam subordinados a V. Ex^a como comandante das Armas todas as forças do exército que existem na província.”²³⁴

É de se lamentar que essa energia do velho e prestante general em reclamar para o prestígio de sua autoridade lhe houvesse faltado, em presença do inimigo, para impor essa mesma autoridade aos seus subordinados.

Retirada do gado ao alcance do inimigo

Outra grave acusação feita a Canabarro, de modo positivo pelo bravo coronel João Manuel Mena Barreto, secundado de modo pouco vago pelo intrépido barão de Jacuí, é a de não haver cumprido a ordem que lhe dera o comandante das Armas para a retirada do gado ao alcance do inimigo.

A declaração de Mena Barreto é peremptória; diz ele: “Quanto ao gado que V. Ex^a mandou ao brigadeiro Canabarro para retirá-lo, V. Ex^a sabe belamente que semelhante ordem não foi cumprida.”²³⁵

233 Ofício de 13-5-1865.

234 Ofício de 23-5-1865, ao presidente da província.

235 Ofício de 31-5-1865.

O barão de Jacuí declarou simplesmente não ter conhecimento da retirada do gado. São estas suas palavras: “Durante todo o trajeto de São Borja a Toropasso não me consta que fossem tirados os recursos de gado e outros do inimigo.”²³⁶

Essas declarações referiam-se ao seguinte quesito formulado pelo ministro da Guerra, em 17 de agosto de 1865: “Retirou-se ou não o gado, ou se a incúria chegou ao ponto de o ter abandonado para aumentar os recursos do inimigo?”

A má vontade do conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz para com os oficiais que ele escolheu para bode expiatório manifesta-se até nos quesitos que formulou, conforme se vê do que ficou transcrito.

Foi mais longe ainda: sonegou, na publicação oficial de documentos sobre a invasão do Rio Grande do Sul, peças importantes que contrariavam suas intenções e, desse modo, contribuiu para que historiadores que não aprofundaram suas investigações afirmassem juízos desfavoráveis aos acusados.

É o caso de Pereira da Costa que jurando nas declarações do coronel Mena Barreto afirmou, sem ressalva e como coisa certa: “O comandante das Armas mandou ordem ao brigadeiro Canabarro pra retirar o gado; esta ordem não foi cumprida.”²³⁷

O brigadeiro Canabarro deu cumprimento à ordem para a retirada do gado.

Ao coronel Fernandes Lima ordenou: “Proteja a retirada das famílias para o interior, podendo as de Itaqui ir para Uruguiana, e hostilize, ao mesmo tempo, o inimigo por todos os meios que a estratégia ministrar, principalmente no sentido de privá-lo de animais.”²³⁸

Respondendo ao quesito do ministro da Guerra, disse o coronel Fernandes Lima: “Não sei se houve ordem sempre para retirar-se o gado ao

236 Ofício ao general Caldwell, de 6-9-1865.

237 Ofício de 16-9-1865.

238 Obra cit., II, 223

inimigo até a entrada dele na vila [Uruguiana]; algumas vezes que isso se me ordenou foi cumprido como antes já o fazia em Missões.”²³⁹

O bravo brigadeiro José Inácio da Silva Ourives, então coronel comandante da 6ª Brigada e que durante a Revolução Farrroupilha combateu contra Canabarro, declarou: “Também fui testemunha de que o brigadeiro Canabarro deu ordem para fazer retirar os gados no Japeju e uma destas vezes, apesar de muitos esforços dos encarregados, não foi possível retirar os gados de suas querências, vendo-se obrigados a abandonarem esse trabalho por falta de cavalos, como me foi dito; em outros lugares, ignoro se foi tomada esta providência.”²⁴⁰

O então tenente-coronel José Auto da Silva Guimarães, depois general-comandante das forças em ocupações no Paraguai, em substituição ao general Câmara e posteriormente agraciado com o título de barão de Jaguarão, respondendo ao quesito referido disse: “Por várias vezes tive ocasião de presenciar a expedição de ordens e providências dadas pelo Quartel-General para retirada do gado, em tempo a não ser presa do inimigo e, se algum chegou a cair-lhe nas mãos, dever-se-á antes atribuir à precipitação com que os moradores o abandonaram disperso a grandes distâncias pelo campo.”²⁴¹ (Ofício ao barão de Porto Alegre.)

Reiterando essas declarações ao brigadeiro Canabarro, disse o ilustre e nobre general Auto: “Quanto ao gado, teve este comando ocasião de presenciar a expedição das necessárias ordens para a retirada, em tempo a não ser presa do inimigo, mandado piquetes a repontá-lo pelo campo; e, se algum chegou a cair nas mãos dos paraguaios, dever-se-á antes atribuir à precipitação da retirada dos moradores, que o deixaram disperso a grandes

239 Ofício de 14-6-1865.

240 Ofício de 25-9-1865, ao general conselheiro barão de Porto Alegre, comandante em chefe do exército.

Este documento não figura na publicação oficial mandada fazer pelo conselheiro Ferraz quando ministro da Guerra em 1866.

241 Reposta aos quesitos, remetida, em ofício de 27-9-1865, ao barão de Porto Alegre. Este documento também não figura na publicação referida em nota anterior. São, agora, como os outros não publicados, divulgados pela primeira vez.

distâncias, de onde nem sempre era possível reuni-lo, apesar dos esforços empregados para esse fim.”²⁴²

O intrépido coronel Sezefredo Alves Coelho de Mesquita disse: “Quanto à retirada do gado, constou-me que a força que vinha na frente do inimigo vinha fazendo retirar.”²⁴³

O íntegro general farroupilha João Antônio de Silveira, que ora servia como coronel à frente de uma brigada, chocado pelo vocábulo incúria, empregado no quesito do ministro da Guerra, deu esta resposta: “Na retirada do gado cujos esforços estiveram sempre a par das respectivas ordens para o efeito, em lugar de incúria houve, exm^o senhor, falta, como até hoje, de cavalos.”²⁴⁴

Esse documento faz parte dos que foram excluídos da publicação oficial.

A simples declaração do barão de Jacuí de que ignorava se fora retirado gado, de São Borja até Toropasso, foi de Pereira da Costa transformada em realidade, nestes termos: “Desde de São Borja até Toropasso não se retiraram os recursos de gado e outros do inimigo.”²⁴⁵

Nem sempre o gado pôde ser retirado, mas o inimigo era “guer-rilhado quando saía a buscá-lo.”²⁴⁶

É curioso que historiadores estrangeiros estejam sobre o assunto mais bem informados que os nossos sobre o ponto em apreço.

Ouçamo-os:

“Demonstra a riqueza animal desta região haverem os forrageadores do exército de Estigarribia de 27 de junho a 6 de julho feito transportar em botes, ajuntando a outras remessas, mais de 12.000 cabeças de gado bovino.

242 Ofício de 26-9-1865. Também não figura na publicação oficial.

243 Ofício de 26-9-1865. Também não foi publicado.

244 Ofício de 28-9-1865. Este documento é dos que foram excluídos da publicação oficial.

245 Obra cit., II, 226.

246 Ofício do barão coronel José Alves Valença ao barão de Porto Alegre, de 24-9-1865, em resposta aos quesitos formulados pelo ministro da Guerra. Este documento também foi sonegado à publicação oficial.

“O major brasileiro Sousa Docca, com seus clavineiros do 22º Corpo Provisório da Guarda Nacional, seguindo de perto essas partidas, por mais de uma vez conseguiu arrebatá-lhes a presa, até de uma vez 120 bois, mas não podia estar ao mesmo tempo em todos os lugares.”²⁴⁷

“O coronel Fernandes Lima, à frente da 1ª e 4ª brigadas, se mantinha sobre o flanco esquerdo e retaguarda da coluna inimiga, impedindo que este pudesse destacar patrulhas a grande distância do grosso para se prover de gado.”²⁴⁸

Referindo-se às suas marchas até a margem esquerda do Ibicuí, disse Estigarribia: “O coronel Fernandes Lima perseguiu-me continuamente, não deixava nem carnear.”²⁴⁹

Com os depoimentos transcritos, fica exuberantemente provado que carecem de fundamento as afirmativas de Mena Barreto e de Jacuí e, por conseguinte, anulados os juízos dos historiadores fundados no que disseram esses dois bravos e abnegados servidores do Brasil.

247 L. Schneider. *A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai*, tradução de Manuel Tomás Nogueira e anotada por José Maria da Silva Paranhos, I, 210.

248 João Beverina. *La Guerra del Paraguay*, III, 38.

249 Discurso do senador Sousa Franco, cit.

.....

Capítulo VII

OSCILAÇÕES – ORDENS E CONTRAORDENS

OBSERVOU O ILUSTRE HISTORIADOR Tasso Fragoso que os pensamentos estratégicos de Canabarro oscilavam claramente.²⁵⁰

Assim realmente aconteceu, mas esse procedimento é justificável. Basta para isso que se saibam as causas que o determinaram. São diversas e entre elas estão:

- a) - Falta de um plano de campanha;
- b) - Ausência, inicialmente, de um comando militar único;
- c) - Existência desse comando, depois, com o defeito de ser simplesmente nominal;
- d) - Ordens e contraordens.

Já ficou demonstrado, nos capítulos II e IV, que não havia um plano de campanha e que as operações, na véspera da invasão e depois desta, decorreram de simples combinações entre os chefes aliados e o brigadeiro Canabarro.

250 *História da Guerra a Tríplice Aliança e o Paraguai*, II, 92.

Com a ida do general João Propício Mena Barreto para o território uruguaio, em dezembro de 1864, ficou o Rio Grande do Sul praticamente sem comando militar único e sem tropas para sua defesa.

O presidente da província criou então duas divisões, com comandos independentes e desarticulados.

O Dr. João Marcelino de Sousa Gonzaga, civil e ilustre jurista, era o chefe supremo dessas divisões.

Foi depois mandado, do Rio de Janeiro para o Rio Grande, o ajudante-general do exército que, em seguida, foi nomeado comandante das Armas da província e, implicitamente, general em chefe das forças ali em operações.

O general Frederico Caldwell, como já ficou demonstrado, exerceu esse comando nominalmente: o presidente continuou dando ordens para a organização e movimento das tropas.

Até para a simples nomeação de encarregado de depósito de material bélico, o comandante das Armas devia solicitar o beneplácito daquela autoridade.

Mesmo depois de invadida a província pelos paraguaios, era necessária ordem do presidente para que os comandantes de divisões obedecessem ao comando das Armas.

Depois de consumada a invasão, facilitada pela ausência de uma autoridade que, no Rio Grande do Sul, tivesse em suas mãos as rédeas do governo da província e o comando em chefe das tropas militares, foi que, em face daquele desastre e assoberbado pela presença dos invasores, o presidente da província reconheceu e lamentou o erro da política partidária, nestes termos: “Pedem a franqueza e a lealdade que eu declare a V. Ex^a, como neste momento declaro a S. Ex^a o sr. presidente do conselho, que uma dolorosa experiência de 14 meses de administração desta província tem-me feito convencer de que, na atualidade, o difícil e espinhoso cargo que tenho a honra de ocupar deve ser exercido por quem possa reunir o supremo comando das forças militares.”²⁵¹

251 Ofício ao ministro da Guerra, em 9-7-1865.

Disse o conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, em discurso no Senado, a 17 de abril de 1866: “Tudo quanto diz respeito à tática e à estratégia, o governo entende e tem entendido sempre que pertence exclusivamente aos generais sob sua responsabilidade.”

Assim deve ser, mas não como no caso em apreço, sem articulações, sem comando coordenador, sem plano de campanha e com a interposição de uma autoridade civil, qual a do presidente da província.

Somente depois do ajustamento técnico para as operações e aliadas as interposições estranhas e perturbadoras é que se deixa o destino da campanha entregue aos generais.

Não houve o ajustamento técnico, não se alijou a interposição da autoridade civil. Era inevitável o que aconteceu: pontos de vista diversos e as frequentes ordens e contraordens a se cruzarem em todos os sentidos e em todos os escalões de comando. Daí a confusão gerando confusões.

Cooperação com o exército em operações no Uruguai

A 14 de dezembro de 1864, o general João Propício Mena Barreto, de seu campo volante da carpintaria, em território uruguaio, disse ao brigadeiro Davi Canabarro: “Previno a V. Ex^a que deve estar pronto, ao primeiro aviso, a secundar os esforços do exército com o corpo de guardas nacionais, ao mando do tenente-coronel Antônio Caetano Pereira e o 3º Provisório, devendo ter em vista o oficial que interinamente o deve substituir no comando da fronteira, bem como a força para as guardas.”

Canabarro respondeu informando que o corpo do comando do tenente-coronel Caetano Pereira estava “disseminado em destacamentos na linha, desde Uruguaiana até o Itaquatí” e ponderou: “Dar ordem de marcha a este corpo importa recolher desde já todos os destacamentos ao Passo do Batista, desguarnecendo a linha e enfraquecendo a guarnição de Uruguaiana, que reclama aumento de praças.”

Ponderou, em seguida, que, estando desde 4 de dezembro sujeito ao “comando geral das forças da província”, parecia-lhe ser uma falta sua ausência “sem prévio conhecimento daquele exmº general” e, por isso, solicitava esclarecimentos a respeito.

Observou, depois, judiciosamente: “O Paraguai, declarando guerra ao Brasil, criou nova situação, que reclama a criação de uma divisão de observação sobre esta e a fronteira de Missões.”

E, como querendo convidar o general João Propício a refletir sobre a ordem dada, esclareceu: “Sabendo respeitar e cumprir as ordens superiores, não tenho com a presente e breve exposição o fim de desviar-me do cumprimento que V. Ex^a ora me transmite; devo dar conhecimento dos obstáculos que me rodeiam para declinar de mim a responsabilidade dos resultados que vierem pela execução da mesma.”²⁵²

O brigadeiro Canabarro, participando o assunto ao presidente da província, disse, depois de mencionar os inconvenientes resultantes do cumprimento da ordem recebida:

“Como disse ao sr. general João Propício, quero declinar de mim a responsabilidade dos resultados que podem vir da execução da ordem de transpor a linha; a situação é grave, é possível uma invasão, novamente com a fronteira desguarnecida.

“V. Ex^a em sua sabedoria resolverá como melhor entender a bem da segurança da província.”²⁵³

O presidente da província respondeu:

“Eu já sabia que lhe vinha essa ordem para marchar a reunir-se ao exército e em data de 28 do passado escrevi-lhe uma carta sobre isso, a qual a esta hora já deve ter recebido.

“Abundo nas suas judiciosas considerações e nem V. Ex^a pode marchar, desde que se acha nomeado pela presidência comandante de uma divisão, a cujo cargo está a guarda e defesa das fronteiras de Uruguaiana e Missões.”²⁵⁴

Ao ministro da Guerra assim se manifesta o presidente, sobre o caso em referência:

“O brigadeiro Canabarro é comandante superior da Guarda Nacional e de uma fronteira.

252 Ofício de 23-12-1864.

253 Carta de 23-12-1864.

254 Ofício de 9-1-1865.

“Como comandante superior, o general em chefe não pode ordenar-lhe que marche, porque não pertence ao exército de operações e muito menos como comandante da fronteira. Mas, repito o que acima disse: é inoportuna, nesta ocasião, a questão de atribuições. Consideremos a ordem, unicamente, sob o ponto de vista das conveniências.”²⁵⁵

O general Caldwell também julgou “muito inconveniente retirar-se Canabarro da posição em que se achava.”

A ordem do general João Propício foi considerada “sob o ponto de vista das conveniências”: ficou, desse modo, como letra morta.

Em 6 de fevereiro de 1865, o nosso plenipotenciário no rio da Prata dirigiu-se ao ministro dos Negócios Estrangeiros, alvitando, entre outras medidas, a seguinte: “O brigadeiro Canabarro, ou quem quer que seja o general encarregado de defender a fronteira do Uruguai e a do Quaraí, deve ser autorizado a estar pronto para perseguir os invasores, se estes ganharem o Estado Oriental, com tal prudência, valor e perícia que possa cooperar depois com o nosso exército sitiador, se der-se o caso de que este seja acometido por forças superiores.”²⁵⁶

Da nota em que constava o alvitre transcrito, Paranhos remeteu cópia ao presidente do Rio Grande do Sul, que, em seguida ao seu recebimento, ordenou ao brigadeiro Canabarro “que estivesse atento ao movimento das forças paraguaias e que, se estas descessem por Corrientes para atravessarem para o Estado Oriental, marchasse também com sua divisão a reunir-se ao exército, a fim de cooperar com ele, procurando ver se podia perseguir os paraguaios, a fim de retardar-lhes a marcha.”²⁵⁷

Na ordem direta a Canabarro, disse o presidente da província, orientado exclusivamente pelas ideias de Paranhos:

“Consta de comunicação oficial que as forças paraguaias que se reúnem deste lado do Paraná têm por fim marchar para o Estado Oriental e atacar o nosso exército que já está cercando Montevidéu.

“Cumpre, portanto, que V. Ex^a esteja muito atento para, no caso de saber que o referido exército marcha para o Estado Oriental, mar-

255 Ofício de 14-1-1865.

256 Nota de José Maria da Silva Paranhos ao conselheiro João Pedro Dias Vieira.

257 Ofício ao ministro da Guerra, de 17-2-1865.

char também daí com a divisão de seu comando, para persegui-los no Estado Oriental, com tal prudência, valor e perícia que possa cooperar com o nosso exército, se der o caso de ser este acometido.

“Não sirva de estorvo para marchar a falta de contato para o fornecimento, porque eu o autorizo a contratar, pela melhor forma que entender, o fornecimento de sua divisão, durante sua marcha e operações até reunir-se ao exército.”²⁵⁸

Despreocupado, agora, do perigo que ameaçava o Rio Grande do Sul, decorrente da concentração paraguaia em Itapua, abandonando assim suas ideias anteriormente manifestadas, o Dr. João Marcelino adotava o pensamento de nosso plenipotenciário no Prata e o recomenda nos próprios termos em que fora expresso.

Campanha ofensiva

O brigadeiro Canabarro, em face da ordem de atacar o inimigo além do rio Uruguai, respondeu: “Farei quanto em mim couber para cumprir exatamente as ordens de V. Ex^a”, e acrescentou: “Autoriza-me V. Ex^a o contrato de fornecimento, eu carecia de fazê-lo desde já, porque um fornecedor nunca está de momento preparado.”²⁵⁹

Meditando sobre a campanha ofensiva, o brigadeiro Canabarro a avaliou e fez as seguintes e judiciosas ponderações ao comandante das Armas:

“Se o exército já estivesse pronto, convinha até precipitar a marcha sobre o Paraguai; porém, da maneira por que vejo as coisas, sobretudo a demora que ainda pode haver na reunião e aprontamento de forças, não convém certamente.

“Neste caso, acho mais prudente invernar, aprontar tudo o que for preciso para entrar no verão seguinte.

“O Paraguai é falto de gado vacum e cavalari, devemos contar com o que levarmos e mandarmos buscar.”

258 Ofício a Canabarro, de 10-2-1865.

259 Ofício de 17-1-1865.

Depois de outras considerações sobre o aparelhamento para a invasão, refere o estado de penúria em que se acha sua divisão, por falta de material e fardamento, e interroga:

“Com as tropas nuas havemos de sair fora do país no inverno?”

Insistindo na passagem para a margem direita do Uruguai, sem se dar conta da situação da 1ª Divisão Ligeira, o presidente da província, depois de se referir a um possível ataque à República Argentina, pelos paraguaios, através do território de Corrientes, assim se manifestou:

“As forças que eles podem ter em Itapua não devem de inspirar-nos receio algum: V. Ex^a deve derrotá-los pela forma que julgar mais segura e acertada. E, se entender dever passar o Uruguai com a sua divisão, para melhor aniquilá-los, passe e ponha-os em debandada, que ninguém lhe levará a mal isso. Deixo à sua reconhecida perícia avaliar se pode dar esse passo audaz com bastante probabilidade de feliz êxito.”²⁶⁰

O estilo do ofício em parte transcrito, as alternativas que esse documento contém nos dão noção do que era, naquela grave conjuntura, a mentalidade de comando em chefe, ou seja, de quem, na ausência de um alto-comando militar, exercia aquelas funções.

Ao ministro da Guerra, entretentes, disse o presidente da província: “Se a divisão do brigadeiro Canabarro tivesse artilharia suficiente, eu tomaria sobre mim a responsabilidade de fazê-la passar o Uruguai e ocupar as margens do Paraná.”²⁶¹

Ambas as margens do Paraná já estavam, entretanto, ocupadas há quatro meses por tropas paraguaias.

Teatro de operações em Corrientes

A partir do ataque paraguaio à Argentina, todas as atenções se voltaram para a defesa de nossa vizinha agredida, que havia de ser, fatalmente, nossa aliada.

Algumas das autoridades militares brasileiras só viam um teatro imediato de operações, a Província de Corrientes.

260 Ofício de 17-4-1865.

261 Ofício também de 17-4-1865.

O almirante Tamandaré, de bordo da corveta *Niterói*, em frente de Buenos Aires, comunicando a agressão paraguaia e prevendo a “necesária aliança contra o inimigo comum”, disse ao brigadeiro Canabarro: “Achando-se a Província de Corrientes ameaçada de uma invasão, será nela o centro de nossas operações, não só para defendê-la, como pela vantagem de sua posição para hostilizar o exército e as fortificações do inimigo.”²⁶²

O general Osório, remetendo esse ofício ao brigadeiro Canabarro, disse a este que o visconde de Tamandaré pretendia “fazer marchar 3.000 infantes para Corrientes” e acrescentou não saber que marcha levaria o exército, porque o nosso governo nada lhe havia dito sobre as operações, “apesar”, frisou, “de haver eu indicado a conveniência de marcharem para o Quaraí estas forças.”²⁶³

O ponto de vista do almirante não condizia com o do general; este queria defender o Rio Grande do Sul, na iminência de um ataque, enquanto aquele via em Corrientes o teatro imediato de operações.

Esses dois oficiais, recebidos ao mesmo tempo pelo brigadeiro Canabarro, o colocaram em face deste dilema: transpor o Uruguai para cooperar com o exército sob o comando do general Osório, ou permanecer no Rio Grande, para, com o auxílio desse mesmo exército, defender a fronteira brasileira.

Não havia plano de campanha, o general Osório ainda ignorava o ofício em que o governo, concordando com suas ideias, lhe ordenara fosse marchando para Dayman, rumo ao Quaraí.

Desse modo, o comandante da 1ª Divisão Ligeira ficou na situação de quem apenas no início da marcha, que não pode ser interrompida, é surpreendido por uma bifurcação ignorada.

Como não é possível deter-se, deve eleger o caminho a seguir – daí sua resolução de opinar sobre uma campanha ofensiva, com o fim de abrir debates, para um entendimento definitivo e, nesse sentido, respondeu ao comandante em chefe da força naval do Brasil no Rio da Prata: “Corrientes deve ser, como V. Ex^a diz, o centro de nossas operações, devemos desde já ocupar aquela posição, principiando as hostilidades contra o

262 Ofício de 17-4-1865.

263 Ofício datado do Cerro de Montevideú, em 17-4-1865.

inimigo. Com um reforço de 4.000 homens de infantaria do nosso exército, que não pode vir pelo Salto, não vejo dificuldade em avançar com a divisão de meu comando até Itapua.”²⁶⁴

Levou imediatamente ao conhecimento do comandante das Armas a correspondência supra e observou: “Esta divisão ainda não está em pé de fazer uma expedição, pela falta de fardamento, medicamentos e utensílios de enfermaria que sofre; todavia, parecendo-me de suma necessidade principiar desde já a hostilizar o inimigo, só aguardo ordens de V. Ex^a e o esforço que solicito do sr. visconde de Tamandaré para avançar até Itapua.”²⁶⁵

O comandante das Armas, acusando o recebimento dessa correspondência, disse ao brigadeiro Canabarro: “Devo declarar a V. Ex^a que este comando está baldo de instruções para fazer passar o Uruguai qualquer força de nosso exército. Entendo, portanto, que devemos aguardar ulteriores ordens das autoridades superiores, para o fim que tem em vista o sr. visconde de Tamandaré, que muito judiciosamente pondera que o centro de nossas operações devia ser Corrientes para hostilizar o inimigo comum.”²⁶⁶

No dia seguinte àquele em que Canabarro expunha suas ideias, o ministro da Guerra, da capital do país, sem as conhecer, evidentemente, comunicava ao presidente da Província do Rio Grande do Sul o ataque paraguaio à Argentina e ordenava: “Constando achar-se ameaçada a Província de Corrientes, é urgente que as forças existentes nessa província (Rio Grande do Sul) se movam aí para sua defesa, ou para obrar ativamente, segundo as circunstâncias.”²⁶⁷

Determinou em seguida que o comandante das Armas se transportasse a Uruguiana “para dar à força a organização tática indispensável.”

Visando um ataque aos paraguaios, expendeu as seguintes ideias:

264 Ofício de 1º-5-1865.

265 Ofício da mesma data.

266 Ofício de 9-5-1865.

267 Aviso de 2-5-1865.

“Organizada a força, seria conveniente que, transpondo o Uruguai, fosse ocupar a Candelária; mas depende isso do seu número e arranjo, do que V. Ex^a tem o imediato conhecimento que falta ao governo: conseqüentemente, resolverá V. Ex^a nesta parte, recomendando-lhe em geral:

“1º A verificação da certeza de atravessar a força a ponte de Corrientes que a separa daquele ponto, sem encontro de força inimiga superior.

“2º A possibilidade de ali chegar a tempo de impedir que o inimigo passe o Paraná, com o fim de ameaçar a nossa fronteira.

“3º A possibilidade de tomar e manter a posição sem compromisso.”

Não se tratava, como se vê dos termos transcritos, de uma ordem positiva, mas se indicava claramente o desejo do governo.

A realização desse desejo, entretanto, ficava dependendo de determinadas possibilidades, impossíveis de serem positivadas.

Não havia serviço de informações suficientes; os meios de comunicação eram morosos e precários, daí a falta de certeza de que a nossa coluna não encontrasse entre Corrientes e Candelária “força inimiga superior.”

Quanto ao segundo item, não era realizável, visto que, há mais de seis meses, os paraguaios já haviam passado o Paraná e ocupado Candelária.

A ignorância do ministro da Guerra sobre esta ocorrência, de grande importância para a luta já travada, evidencia lamentavelmente a falta de informações sobre o inimigo.

A terceira condição, ainda por falta de informações, não era possível prever.

Não obstante já caber ao general Frederico Caldwell o comando em chefe das forças em operações no Rio Grande do Sul, por ser aí o comandante das Armas, foi-lhe determinado desse à força sob suas ordens “a organização tática indispensável.”

Cabiam-lhe, pois, todas as responsabilidades do alto comando.

É curioso, portanto, que os historiadores esqueçam o nome desse general, para mencionarem o do brigadeiro Davi Canabarro, como sendo o maior responsável pela invasão paraguaia e fatos decorrentes desta.

O presidente da província transmitiu, a 13 de maio, ao comandante das Armas, o aviso do ministro da Guerra e recomendou-lhe desse conhecimento do aumento ao comandante da 1ª Divisão Ligeira.

Referindo-se à passagem de nossas forças para a margem direita do Uruguai, disse o Dr. João Marcelino: “Sempre foi minha opinião que devíamos dar-nos pressa em passar o Uruguai e ocupar a margem do Paraná.”

Julgando-se bem informado sobre o inimigo, acentuou o presidente: “Creio, portanto, que as nossas forças poderão até encontrar o inimigo, sem embaraço algum que as obstasse em sua marcha.”

A seguir, com a ressalva de que não era “um profissional”, declarou não poder “aventurar um juízo sobre a deficiência das forças da 1ª Divisão para, só com elas, batermos as forças paraguaias que estão em São Cristóvão”; entretanto, emitiu este parecer: “parece que para bater essa força não deve ser preciso esse reforço.”

Referindo-se ao reforço de 3 a 4.000 homens de infantaria solicitado pelo brigadeiro Canabarro, para operar além do Uruguai, linhas adiante acrescentou:

“Não posso, como disse, emitir sobre isto um juízo definitivo, mas se V. Exª julgar que podemos bater e destroçar essas forças, mande passar o Uruguai e o reforço que se espera de Montevideú virá auxiliar-nos a manter a posição que tomarmos à margem do Paraná.²⁶⁸

“É preciso principiarmos as hostilidades.”

Estende-se em outras considerações e assim termina seu ofício:

“Não me resta tempo para ser mais desenvolvido, nem para dirigir-me diretamente ao comandante da 1ª Divisão, a quem V. Exª transmitirá, por cópia, o aviso do ministro da Guerra e este que dirijo a V. Exª, para ele, de tudo inteirado, e de acordo com V. Exª, proceder como julgarem mais acertado, visto que, como disse e repito, não sou profissional.

268 Ofício de 14-5-1865.

“Direi somente que todo o esforço, sacrifícios e atividades que for preciso empregar para realizar-se a operação de desbaratar essa força paraguaia, que ocupa a margem esquerda do Paraná, seria na minha opinião de grande vantagem, e a ocupação desse território, tendo o Paraná para linha de defesa, não me parece difícil.”

As vacilações do presidente da província em dar uma ordem positiva, ao mesmo tempo que indicava operações militares que julgava imperiosas, não podiam deixar de influir no espírito vacilante do general Caldwell, perturbando-o, e de se refletir nas medidas a tomar pelo comandante da 1ª Divisão Ligeira, que, para ganhar tempo e agir com segurança, insistia em declarar que, para transpor o Uruguai, necessitava do reforço solicitado.

Urgido neste sentido, o presidente da província declarou ao ministro da Guerra: “O brigadeiro Canabarro entende não dever transpor o Uruguai sem o reforço de 3.000 homens de infantaria que solicitou do general em chefe ou do visconde de Tamandaré.”²⁶⁹

Na data dessa comunicação, os paraguaios já haviam, há quatro dias, invadido o Rio Grande do Sul e ainda se pensava em contê-los além do Uruguai!

Dezessete dias depois da invasão, o ministro da Guerra, tão irritado quanto ignorante do que se passava no sul do país, observava ao presidente do Rio Grande do Sul: “É digna de reparo a evasiva que apresenta o general Canabarro, de não dever transpor o Uruguai, sem o reforço de 3.000 homens de infantaria que pediu.”²⁷⁰

Se houvesse o brigadeiro Canabarro cumprido a ordem de transpor o Uruguai, somente com a sua divisão, para enfrentar a força sob o comando de Estigarribia, teria sido completamente destruído.

A tropa paraguaia equiparava-se à nossa em bravura, mas era superior em número e instrução e, portanto, em eficiência. Os acontecimentos comprovaram isso de modo exuberante.

269 Ofício de 14-6-1865.

270 Aviso de 27-6-1865.

O reforço solicitado com insistência e acerto pelo brigadeiro Canabarro já não era mais necessário para operar em ofensiva, mas sim, agora, para enfrentar o inimigo que talava nossos campos e povoações.

Concentração em Uruguaiana

Houve um momento em que as atenções do governo e do general Osório se fixaram em uma concentração em Uruguaiana, considerando essa vila como ponto estratégico para a defesa da província e até para operações além do Uruguai.

A 6 de março de 1865, aquele bravo e ilustre general chamou a atenção do ministro da Guerra para o Rio Grande do Sul, dizendo: “O nosso exército acha-se mui distante para impedir um golpe de mão contra o nosso território em Missões, parece que deveria o quanto antes marchar para Uruguaiana ou São Borja.”

Em abril seguinte, como já vimos, o presidente da província determinava ao comandante da 1ª Divisão Ligeira que, de Uruguaiana e Missões, procurasse colocar-se no ponto estratégico mais conveniente para acudir a qualquer ponto da fronteira.

Em cumprimento a essa ordem foi respondido, visando uma ação conjunta dos paraguaios com orientais do partido *blanco*:

“Não se deve perder de vista a costa do Uruguai e Arapeí, com forte guarnição que atenda a barra do Ibicuí, Arapeí e Uruguaiana.

“Enquanto, pois, não voltarem ao menos nossas cavalarias do Estado Oriental, vou acampar no Município de Uruguaiana, em lugar de onde, com presteza, possa acudir a esta ou à fronteira de Missões.”²⁷¹

O brigadeiro Canabarro, tendo em vista suas preocupações sobre os *blancos* emigrados em Entre-Rios e os paraguaios concentrados em Candelária, escolheu para acampamento do grosso de sua divisão as pontas do Ibirocaí.

Predominou a ideia do general Osório sobre a concentração em Uruguaiana. É o visconde de Tamandaré quem isso revela nestes termos: “Agora faço esta para noticiar a V. Ex^a que acabo de conferenciar com o

271 Carta do brigadeiro Davi Canabarro ao Dr. João Marcelino de Sousa Gonzaga, de 19-4-1865.

general Mitre, seus ministros e os senhores Otaviano e Leal sobre a ideia de V. Ex^a de reconcentrarmos nossas forças em Uruguaiana.”²⁷²

A 27 de abril, o general Osório comunicava ao ministro da Guerra que estava embarcando o primeiro contingente brasileiro, de 3.000 homens e seis bocas de fogo, sob o mando do brigadeiro Antônio Sampaio, rumo a Uruguaiana.

O comandante da 1^a Divisão Ligeira teve conhecimento dessa ocorrência e assim a participou ao presidente da província: “O nosso exército marcha em direitura a Uruguaiana.”²⁷³

A 2 de maio, como já ficou dito, o visconde de Camamu, então ministro da Guerra, determinou que o general Frederico Caldwell fosse para Uruguaiana e aí desse “organização tática indispensável à tropa.”

Vinte dias depois, o novo ministro, conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, dizia ao presidente do Rio Grande do Sul: “Parece-me conveniente recomendar a V. Ex^a a pronta marcha de toda a nossa força disponível para a fronteira de Missões ou de Uruguaiana.”²⁷⁴

Ainda em maio, escrevia Osório a Canabarro:

“Sou de parecer que o inimigo pensa juntar suas forças na altura de Uruguaiana, que corresponde à de Bela Vista, para empreender campanha em tempo melhor, mas esta conjetura pode falhar, se quiserem aproveitar enquanto as nossas forças estiverem desunidas.

“Parece-me, portanto, que os seus cuidados devem ser para Uruguaiana, porque, em todo o caso, quererá o inimigo invadir protegido por um rio forte de flanco.”²⁷⁵

Diante do estado de coisas exposto em linhas gerais, isto é, sem plano de campanha, sem comando em chefe em condições de deliberar com energia ou fazer prevalecer suas ideias, sem local correto para teatro de operações, em face de ordens e contraordens, não podia o brigadeiro Davi

272 Carta de Tamandaré a Osório, de 17-4-1865.

273 Carta de Canabarro, de 15-5-1865.

274 *Confidencial* de 22-5-1865.

275 Ofício de 30-5-1865.

Canabarro fugir às flutuações do momento, para, como simples comandante de divisão, se isolar em atitude firme e decisiva.

Resultam daí as oscilações, que eram antes de outrem do que dele, notadas pelo ilustre e nobre general Tasso Fragoso.

Abyssus abyssum invocat

É de se salientar aqui, como a evidenciar constância de orientação, a firmeza e insistência com que o bravo e leal comandante da 1ª Divisão Ligeira defendeu seu ponto de vista sobre a necessidade do reforço de 3.000 homens de infantaria que com acerto encareceu reiteradamente, de início, para a campanha ofensiva e a seguir para repelir os invasores.

Esse reforço, tantas vezes prometido e ansiosamente esperado, só se tornou efetivo depois do inimigo encurralado em Uruguaiana, pela tenacidade de Canabarro: chegou tarde para uma batalha em campo aberto, mas oportuno para obrigar o inimigo a se render pelo sítio.

.....

Capítulo VIII

PASSAGEM DO IBICUI

C

Objetivo de Estigarribia

CONSUMADA A INVASÃO, a 10 de junho, todas as atenções se voltaram para o rumo que tomaria o inimigo.

Era crença geral que não se internaria no Rio Grande do Sul, porque esse procedimento ser-lhe-ia fatal.

O brigadeiro Canabarro, comunicando a invasão ao general Caldwell, disse: “Não era possível guarnecer todos os passos do Uruguai, de modo que em nenhum passasse o inimigo; mas é certo que, se ele não se limitar a correrias pela costa, retirando-se em seguida, não evita completa derrota.”²⁷⁶

Era este, também, o pensamento de Osório, assim manifestado: “Não parece possível que os invasores de São Borja se internem no nosso país, onde se devem perder.”²⁷⁷

276 Ofício de 12-6-1865.

277 Ofício a Canabarro, de 19-6-1865.

O objetivo do inimigo, pensavam alguns, era o de reforçar o exército do general Robles, com elementos que contava incorporar em Entre-Rios, Corrientes e Uruguai.

Não eram destituídos de fundamento os temores sobre Corrientes.

“Entre nós”, escreveu o general paraguaio Juan Crisóstomo Centurión, “era geral a crença de que López contava com o apoio e a cooperação do general Urquiza para sua campanha contra o Brasil. López mantinha correspondência confidencial com aquele caudilho antes da abertura da campanha, servindo para isso de intermediário o entre-riano e ex-cônsul argentino José Ramirez, que se jactava de ser grande amigo do general Urquiza.”²⁷⁸

Se havia realmente o objetivo de reforçar Robles, é evidente que Estigarribia realizou a invasão tardiamente, visto que a 26 de maio Solano López determinara àquele general que retrocedesse.

Havia quem entendesse que a missão de Estigarribia era de simples correrias pela fronteira para arrebanhar gado vacum e cavalariça, saqueando ao mesmo tempo as povoações.

Não estavam em erro os que assim pensavam.

Solano López determinara a Estigarribia que passasse o Uruguai pelo passo de Garruchos, estabelecesse seu acampamento em Itaqui e fizesse correrias até o Ibicuí.²⁷⁹

O major Duarte, descendo pela margem direita daquele rio, deveria acampar nas imediações de La Cruz, fazendo correrias até o Agua-peí.²⁸⁰

Há dois curiosos documentos sobre o assunto. Um deles é assinado pelo major Pedro Duarte, datado de 5 de junho, em Guaisos, dirigido ao general Robles e onde se lê: “O marechal ordena-me que arrebanhe todo o gado que possa alcançar e fuzile os prisioneiros que caíam em minhas mãos.”

278 *Memórias*, I, 280.

279 *Idem*, I, 342.

280 *Idem*.

O outro é da autoria de Estigarribia, datado de São Borja, em 14 de junho, dirigido a Solano López e que passamos a transcrever:

“Depois de haver entregue a povoação ao livre saque dos soldados, por horas determinadas para cada corpo, conforme as instruções que V. Ex^a foi servido dar-me, recolhi alguns gêneros que nesta data envio ao major Duarte, com ordem de os fazer transportar na primeira ocasião para a vila de Encarnação, onde serão entregues devidamente relacionados ao comandante da guarnição.”

Em face dos diversos pontos de vista sobre o objetivo dos invasores, na ausência de um plano de campanha, com um comando em chefe nominal e sem energia, surgiu – como era natural – a confusão, manifestada através de ordens e contraordens.

Intenção de impedir a passagem no Ibicuí

No meio dessa confusão, houve, entretanto, uma ideia: impedir a passagem dos invasores no Ibicuí.

Foi o coronel Antônio Fernandes Lima quem alvitrou essa medida, ao constar-lhe que o inimigo pretendia ir a Uruguiana.

Disse então ao brigadeiro Canabarro:

“Parece-me que no Ibicuí devemos obstar-lhe a marcha.

“Pela minha parte hei de incomodá-los, atacando a retaguarda na ocasião da passagem e, se V. Ex^a quiser combinar o seu ataque com o meu, nessa ocasião, me previna para que eu lhe participe qual é o passo do Ibicuí sobre o que o inimigo avança.”²⁸¹

O brigadeiro Canabarro concordou com a ideia e, participando-a ao general Caldwell, fez esta solicitação: “Rogo a V. Ex^a se sirva de mandar precipitar a marcha dos Voluntários da Pátria, 23^o Corpo de Guardas Nacionais e 1^a Brigada da 2^a Divisão Ligeira para este acampa-

281 Ofício de 22-6-1865. Este ofício não figura na publicação mandada fazer pelo ministro da Guerra em 1866, que tem sido a fonte para o estudo da invasão paraguaia, fonte essa precária por incompleta. Este documento, como os outros publicados, acha-se no Arquivo do Rio Grande do Sul.

mento, pois quero atacar o inimigo na passagem do Ibicuí, se ele tentar ir a Uruguaiana.”²⁸²

Ao coronel Fernandes Lima, disse o comandante da 1ª Divisão Ligeira: “É mui provável que o inimigo venha com efeito a Itaqui e que dali também tente vir a Uruguaiana. Neste caso convém atacá-lo na passagem do Ibicuí. Um aviso de V. S^a corresponderá à minha marcha para o passo a que se dirigir o inimigo naquele rio. O sinal de V. S^a carregar sobre o inimigo pela retaguarda e esta divisão pela frente será o ato de sua passagem.”²⁸³

Estava o brigadeiro Canabarro com o propósito de barrar a passagem dos paraguaios no Ibicuí, contando, para isso, com as unidades que solicitava do comandante das Armas e com o reforço a ser enviado pelo general Osório.

Tendo, porém, conhecimento de que esse reforço não seria possível, oficiou imediatamente ao general Caldwell, insistindo sobre a marcha das unidades mencionadas no ofício acima transcrito e participou-lhe a ordem ao comandante da 1ª Brigada de sua divisão.²⁸⁴

O general Caldwell, concordando com a solicitação de Canabarro, determinou ao coronel José Inácio da Silva Ourives que, com sua brigada, se reunisse imediatamente ao grosso da 1ª Divisão, “visto que o inimigo se encaminha para Itaqui e convém atacá-lo ao passar o Ibicuí, conforme pretende fazer o brigadeiro comandante da referida divisão.”²⁸⁵

Dessa resolução deu ciência ao presidente da província, declarando que havia expedido ordem ao brigadeiro Canabarro “para obstar a passagem do inimigo no Ibicuí.”²⁸⁶

Assentado, pois, estava que seria impedida a passagem dos invasores no Ibicuí, quando, a 9 de julho, o comandante das Armas chegou ao acampamento da 1ª Divisão nas pontas do Ibirocaí.

282 Ofício de 23-6-1865. Também não foi publicado.

283 Ofício da mesma data.

284 Ofício, ainda de 23-6-1865.

285 Ofício datado de Alegrete, aos 26-6-1865. Não foi publicado oficialmente.

286 Ofício de 24-6-1865.

Já se achava o general Caldwell, desde o mês anterior, com plena liberdade para deliberar como entendesse “mais conveniente sobre a organização tática e disposição das forças estacionadas na província.”

Era, portanto, agora, de fato e de direito, o comandante em chefe dessas forças.

No mesmo dia em que o comandante das Armas chegou a Ibirocaí, o brigadeiro Canabarro, cientificando-se dos movimentos do inimigo, por meio da correspondência do bravo e vigilante coronel Fernandes Lima, disse-lhe: “Ou o inimigo repassa o Uruguai ou tenta vir aquém do Ibicuí. Neste caso, pretendo atacá-lo.”²⁸⁷

A 12 de julho, Canabarro manifestava ao presidente da província a intenção de atacar o inimigo e derrotá-lo com certeza, se contasse com o prometido auxílio do general Flores e com o reforço que lhe traria o visconde de Tamandaré, o que era possível, dizia Canabarro, “visto que copiosas chuvas inundaram o Uruguai.”

Tamandaré havia oficiado ao comandante da 1ª Divisão Ligeira, dizendo-lhe que a 8 pretendia, com três vapores, transpor o Salto Grande e levar-lhe reforço para o ajudar “a atacar o inimigo em terra.”²⁸⁸

Ciente dessas ocorrências e concordando com o pensamento de Canabarro, o general Caldwell seguiu a 16 para o passo de Santa Maria, no Ibicuí, com o grosso da divisão.

A 18, à noite, o comandante das Armas teve conhecimento de que o inimigo iniciava a passagem do Ibicuí.

Comunicou imediatamente essa ocorrência ao brigadeiro Canabarro que, de seu acampamento de Jequicua, ordenou, a 19, marchasse a 1ª Brigada da 2ª Divisão com a 2ª da 1ª, enquanto a 3ª e a 5ª, depositando as mochilas e a bagagem, seguiam somente com a munição de guerra.

A 19, o general Caldwell, acompanhado da vanguarda da 1ª Divisão, chegava a uma légua de distância do passo de Santa Maria, no Ibicuí.

287 Ofício de 9-7-1865.

288 Ofício de 6-7-1865.

A 18, o brigadeiro Canabarro oficiara ao coronel Fernandes Lima dizendo que tão logo ouvisse tiros de artilharia atacasse o inimigo pela retaguarda.

A 21, o grosso da 1ª Divisão Ligeira estava a nove quilômetros do passo de Santa Maria e a 2ª Brigada a três quilômetros desse mesmo passo, o que vale dizer, estava pronta para entrar em ação e aquela em condições de secundá-la.

Todas as disposições eram, como se vê do exposto, para impedir a passagem dos paraguaios no Ibicuí.

Por que não foi impedida a passagem

Está fora de dúvida que podia ser frustrada a passagem dos paraguaios no Ibicuí e, para isso, como ficou dito, haviam sido tomadas as medidas necessárias.

À última hora, porém, foi abandonada essa ideia. Por quê?

É fácil a resposta, cujo fundamento não foi ainda devidamente considerado.

Os historiadores, os críticos e os inimigos de Canabarro, atendendo somente para a possibilidade de vedar a passagem dos invasores no Ibicuí, acusam-no de deixar que se realizasse livremente esse ato.

Veem nessa aparente vitória um desprestígio para as nossas armas, quando na realidade ela foi uma armadilha para o inimigo, que experimentou seus efeitos na rendição de Uruguaiana.

Canabarro apresentou esse fato como elemento justificativo de sua atitude, dizendo: “Quando os vi deste lado de Santa Maria, nada mais receei: tinha o coração livre de um peso, que até então me oprimia. O inimigo estava perdido sem recurso. Certeza da vinda do general Flores eu tinha, a questão era tempo; cumpria esperar, não arriscar e conduzir a vítima ao sacrifício no altar da pátria.”²⁸⁹

Uma alta autoridade – o ilustre general Tasso Fragoso – vê nessa afirmativa um artifício. Diz o erudito historiador: “Depois dos acontecimentos, Canabarro tentou justificar-se dos seus erros e da inação, dando

289 Ofício de 3-10-1865, cit.

a entender que a melhor solução naquele momento não era *atacar e bater* o inimigo, mas deixar internar-se pela província, onde pereceria à míngua de recursos.”²⁹⁰

Um exame atento nos antecedentes da rendição de Uruguai demonstra que Canabarro era sincero e razoável no argumento que apresentou.

Predominava, há muito, no espírito do intrépido guerrilheiro esta ideia: aniquilar a coluna paraguaia, destruindo-a completamente com o menor sacrifício de vidas de nossa parte.

Já assim pensava antes na invasão.

Em seguida a esta, maior vulto tomou esse pensamento e se transformou em resolução, ao ver esse intento defendido pelo bravo coronel Fernandes Lima.

Não desejava, pois, uma simples vitória sobre o inimigo, mas a perda total deste. Repelir simplesmente o invasor era vê-lo retroceder e “incólume passar o Uruguai com o sorriso de sarcasmo.”

Isso “era pouco; era nada”, acrescentou, “comparativamente à afronta que bem caro deviam pagar.”

Antes da invasão, e prevendo-a, dissera Canabarro: “Se não foi possível evitar o único mal da passagem nas povoações de São Borja e de Itaqui, é uma fortuna tê-los deste lado do Uruguai, como tantas vezes tenho declarado.”²⁹¹

Depois da invasão, persistindo no mesmo pensamento, dizia o coronel Fernandes Lima: “Pelo que deixo exposto, compreenderá V. Ex^a quanto pode ser certo o triunfo de nossas Armas sobre aquela força inimiga, se ela não repassar antes o Uruguai, caso que devemos sentir.”²⁹²

Afluindo no ponto de vista em apreço, disse o presidente da província, poucos dias antes da passagem do Ibicuí: “Deus faça agora que o inimigo, desconhecendo sua perigosa posição, não repasse o Uruguai.” E, como que antecipando o sítio e a rendição de Uruguai, acrescentou,

290 *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, II, 134.

291 Ofício ao presidente do Rio Grande do Sul, de 25-4-1865.

292 Ofício de 14-6-1865.

seguro em sua intenção, nestas palavras proféticas, qual seria sua norma de conduta caso não recebesse em tempo o reforço esperado para derrotar o inimigo: “Teremos que acabá-lo por meio de sítio e hostilidades parciais.”²⁹³

Tomando providências para barrar a passagem do inimigo no Ibicuí, Canabarro oficiou ao coronel Antônio Fernandes Lima, a 18 de julho, ordenando que quando ouvisse tiros de artilharia atacasse os paraguaios pela retaguarda.

O bravo comandante da 1ª Brigada, ao receber essa ordem, teve ideia clara da resolução que tomaria o inimigo no caso de ser-lhe a passagem impedida com vigor: retrocederia e, como a brigada de seu comando não tinha força suficiente para impedir o retrocesso, teria que recuar e os paraguaios, sem a menor dúvida, repassariam o Uruguai, como medida de salvação, evitando assim a derrota fatal e de grandes proporções.

O atilado coronel Fernandes Lima, depois de precisar a situação do inimigo, assim expôs suas ideias: “Seria muito conveniente que se deixasse passar toda a força inimiga para este lado do rio, sem lhes mostrar a força que o deve bater, porque estou informado que eles vão medrosos de encontrar resistência no passo; e se porventura eles avistarem nossa força, é provável que se abstenham de passar e retrocedam sobre Itaqui para passar o Uruguai.”

Acrescentou, a seguir, entretanto: “Eu aguardo o sinal dos tiros de peça para atacar a retaguarda do inimigo, conforme ordena V. Ex^a.”²⁹⁴

Aquela ideia produziu forte impressão no espírito do general Canabarro, como é fácil de se avaliar desta sua resposta: “Depois que recebi seu último ofício, em que ponderava a conveniência de deixar passar para este lado o inimigo, refleti sobre este objetivo. De feito, o meio mais seguro de acabarmos com aquela força inimiga é deste lado mesmo. Neste propósito não tenho querido mostrar minha força ao inimigo, que hoje se encaminha direito ao passo dos Aferidos.”²⁹⁵

293 Ofício de 12-7-1865.

294 Ofício de 9-7-1865. Este documento foi publicado oficialmente.

295 Ofício de Canabarro a Fernandes Lima, de 22-7-1865. Este documento é dos sonegados na publicação oficial de 1866.

Mais uma prova exuberante dessas intenções de Canabarro, temo-la na seguinte carta, escrita precisamente quando os paraguaios ultimavam a passagem do Ibicuí:

“Ilustríssimo senhor comandante José Bonifácio Machado – Como já deve saber, o inimigo acha-se deste lado do Ibicuí, tendo passado no passo de Santa Maria.

“De propósito, não tenho querido obstar-lhe a passagem, a fim de acabar com ele todo deste lado até Uruguaiana, ponto de seu destino, segundo o que parece. Conseqüentemente, espero que V. S^a não perca um momento em vir tomar parte no combate que em breve pretendo oferecer ao dito inimigo.

“O corpo de Encruzilhada já se acha incorporado a esta divisão. Aproveito a ocasião para repetir-me, patrício, amigo e obrigado. – *Davi Canabarro.*”

O original desta carta se acha no arquivo do saudoso e ilustre investigador Dr. Sebastião Leão.

O coronel Antônio Fernandes Lima fora adversário de Davi Canabarro na Revolução Farroupilha, combatendo nas fileiras legais durante o épico decênio. Mas o seu adversário de então e seu comandante agora o tinha em alto conceito pela nobreza de seu caráter, pelo seu exemplar patriotismo e pelo seu espírito militar e, por isso, naquela emergência, em que aceitava suas ideias que coincidiam com as que alimentava, disse-lhe: “Aqui se acha o exm^o sr. general comandante das Armas, que comigo tem desejos de ter uma entrevista com V. S^a a bem do serviço público.”²⁹⁶

O comandante da 1^a Divisão Ligeira, certamente, ao receber ofício do coronel Fernandes Lima, trocou ideias com o general Caldwell e, daí, por que este, em vez de mandar atacar o inimigo no dia 21 de julho, preferiu convocar um Conselho de Guerra, onde ficou resolvido que não se impedisse a passagem dos paraguaios no Ibicuí.

O general Caldwell concordou com essa resolução fortemente defendida pelo brigadeiro Canabarro, e assim justificou sua concordância, em ofício ao presidente da província: “Como reconheço no meu ve-

296 Ofício supracitado.

lho camarada longa prática e proficiência na guerra da província, com ele concordei.”²⁹⁷

Mais tarde, dubiamente, quando inquirido pelo ministro da Guerra, apresentou outras razões que revelam sua frouxidão.

A comissão de engenheiros nomeada pelo ministro da Guerra para dar parecer sobre a passagem do Ibicuí, com o fim de que esse documento figurasse como peça do Conselho de Guerra que se mandou instaurar contra o brigadeiro Davi Canabarro, Coronel Antônio Fernandes Lima e capitão Joaquim Antônio Xavier do Vale, disse, em seu relatório, que o inimigo, depois da invasão, havia “em sua marcha traduzido o plano de ganhar o Estado Oriental, para aí engrossar suas fileiras” e, portanto, “seria à passagem do Ibicuí que deveríamos opor a maior resistência...”

A afirmativa supra, sobre o destino do inimigo, parece-nos mera suposição, para armar efeito.

Conforme já ficou dito, o general Robles recebera ordem, em fins de maio, para retroceder.

Solano López expediu essa ordem ao ter certeza de que não podia mais contar com o auxílio do general Urquiza e que, em virtude dessa falha, não teria a cooperação dos *blancos*, visto que estes só poderiam agir articuladamente com os movimentos subversivos de Entre-Rios e de parte de Corrientes.

Com o retrocesso de Robles, com a vitória de Riachuelo, com as hostilidades na Província de Corrientes, com a debandada de Basualdo, não era crível que Estigarribia se aventurasse a penetrar no Estado Oriental.

É hoje sabido que as instruções que dera Solano López estabeleciam sua ida até Itaquí, fazendo daí correrias até o Ibicuí, sem passar para sua margem direita. Comentou, entretanto, o chefe paraguaio o grave erro de desprezar essa ordem.

Qual o motivo desse procedimento de Estigarribia?

Solano López entende que assim agiu “imbuído com seus primeiros triunfos e ardendo no desejo de encontrar inimigos com que me-

297 Ofício de 23-7-1865.

dir-se”, visto que “estava embriagado com sua preponderância sobre os brasileiros.”

Para o ilustre general Garmendia, aquele erro foi cometido pela ignorância de Estigarribia, “que não compreendia nem a oportunidade da retirada, nem tinha em mente a suspeita de uma derrota.”²⁹⁸

Concordamos com o juízo supra, do ilustre general e historiador argentino. Não teve o chefe paraguaio a menor previsão das consequências do seu ato, antes de praticá-lo e só sentiu sua fatalidade quando se viu aossado pela retaguarda e pelo flanco esquerdo, como ele próprio, mais tarde, confessou.

Para o general paraguaio Juan Crisóstomo Centurión, o erro era de Solano López, em primeiro lugar, porque desacertara nomeando Estigarribia para comandante da coluna que invadiu o Rio Grande: “Primeiro, porque esse chefe era um homem que não tinha nenhuma cultura, carecendo ainda daqueles dotes naturais que, na falta de conhecimentos e experiências adquiridas, soem suprir e servir de guia para adotar um caminho mais conforme com a razão e a circunstância; e, segundo, porque, como militar, não tinha nenhum antecedente recomendável a favor de sua perícia ou de seu valor.”²⁹⁹

Era perfeitamente aceitável, porque lógica, a ideia sugerida pelo coronel Fernandes Lima e que coincidia com a de Canabarro e, por isso, este a defendeu, a executou e a viu coroada em 18 de setembro, com a rendição de Uruguaiana.

Estigarribia, antes da passagem do Ibicuí, recebeu ordens para repassar o Uruguai e ir se colocar em São Miguel, na Província de Corrientes, com o fim de atrair para aí o general Mitre, a fim de que Robles, do Empedrado, o atacasse pela retaguarda, encurralando-o “no saco das Missões” e, desse modo, “cortá-lo de sua base de operações.”³⁰⁰

298 José Inácio Garmendia. *Recuerdos de la Guerra del Paraguay – Campaña de Corrientes y Rio Grande*, 81.

299 *Memórias*, cit., I, 367.

300 Carta de Solano López ao general Izidoro Resquin, citada pelo general Tasso Frago, in *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, II, 260.

A 16 de julho, reiterou essa ordem. Era tarde para que fosse cumprida, visto que Estigarribia, dois dias antes, havia empreendido sua marcha rumo ao Ibicuí, objetivando Uruguiana.

Solano López, ao ter notícia da passagem do Ibicuí, deu novas instruções a Estigarribia, onde se lê:

“Já que não cumpristes minhas ordens e passastes o Ibicuí, ordeno-lhe que continue sua marcha até Uruguiana, a fim de se prover de víveres e, em seguida, passe a tomar Alegrete.

“Preveni-lhe, como antes, que não deve acampar dentro das povoações, para evitar assim o perigo de ser sitiado pelo inimigo.”³⁰¹

O chefe supremo do Paraguai, ao ter notícia da rendição de Uruguiana, ficou indignadíssimo, e assim externou sua cólera: “Não posso expressar-lhe suficientemente toda a indignação que me causou semelhante comportamento, embora outra coisa não se pudesse esperar da direita infração de minhas ordens terminantes.”³⁰²

Ainda como comprovação da lógica da ideia do coronel Fernandes Lima e do acerto de Canabarro em não impedir a passagem do Ibicuí, vamos mencionar curiosa e ilustrativa declaração do próprio coronel Estigarribia: “O general Canabarro a princípio parece-me amigo, que marchava diante de nós, mas desde que eu vi que ele, apenas atravessamos o Ibicuí, nos tomou ora a retaguarda, ora o flanco esquerdo, disse comigo: estamos cercados, estamos perdidos, havemos de ter de nos entregar.”³⁰³

É também do mesmo chefe paraguaio esta outra declaração: “Julguei-me perdido desde que atravessei o Ibicuí, cuja passagem se me facilitou para me pôr em cerco.”³⁰⁴

As mesmas razões que predominaram para que os paraguaios passassem livremente o Ibicuí valeram para que o mesmo acontecesse nos arroios Toropasso e Imbaá e fossem cair, como caíram, na ratoeira de Uruguiana.

301 Ofício de 28-7-1865, in *Memórias*, do coronel Juan Crisóstomo Centurión, I, 343.

302 Carta ao general Izidoro Resquin, de 30-9-1865, in Tasso Fragoso, cit., 262.

303 Sousa Pinto, discurso cit.

304 Teófilo Otoni, aparte a Sousa Franco, in *Anais do Senado*, 1866, IV, 100.

A vitória aí obtida pertencia, indiscutivelmente, em primeiro lugar, a Canabarro. Negaram-lhe oficialmente esta glória, mas o povo o consagrou como o herói dessa jornada incruenta.

O Dr. Antônio Bonone Martins Viana, ilustre advogado na cidade de Rio Grande, que mantinha assídua correspondência com o conselheiro Nabuco de Araújo, referindo-se ao desgosto que causara na província o procedimento do ministro da Guerra, mandando submeter Canabarro a Conselho de Guerra, disse: “Em Pelotas e nesta cidade esse desgosto revelou-se de modo. Uma reunião depois de vitoriar ao monarca, à porta de sua residência, retirou-se a percorrer as ruas, vitoriando ao general Canabarro, como herói do Paraguai.”³⁰⁵

O bravo, nobre e prestante brigadeiro Davi Canabarro sentiu o travo da injustiça do ministro da Guerra, submetendo-o a conselho, mas não esbravejou nem se queixou com lamúrias, revestiu-se de serenidade e expressou seu desgosto com humor e filosofando ao mesmo tempo.

Em carta de 19 de setembro, ao general Osório, depois de narrar os acontecimentos do dia 18, disse o injustiçado:

“Mais não podia colher o desenvolvimento do plano combinado por V. Ex^a, Mitre e general Flores. Se tive parte nele, V. Ex^a o sabe; assim como que fui aquele que, reduzido na fronteira de meu comando aos destacamentos de São João Batista, Uruguaiana e Livramento, levantei a 1^a Divisão Ligeira que obstou e trouxe encerrado o inimigo em seus acampamentos e marchas até que o veio entregar às forças dos aliados no Jataí e Uruguaiana. Persuado-me haver concluído o melhor possível a missão de que me incumbe, levantando em armas as populações das fronteiras.

“Não podia ser melhor a abertura da campanha contra o Paraguai. Edifiquei e preparei a casa do baile – deram-me um canto na cozinha para que ao menos ouvisse o estampido dos fogos festivos.”

Depois de outras considerações, assim filosofou:

“Há lances nesta vida de oscilações que não se apanham facilmente.

305 Carta, de 9-11-1865, in *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco, II, 224, 223.

“Outra melhor não desempenho; estou satisfeito e estão aparecendo na cena tantas figuras novas que me obrigam a retirar. O progresso invadiu o cenário.”

Eis como foi concebida e como se realizou, de modo incruento, a vitória de 18 de setembro de 1865, em Uruguaiana que, no juízo do nobre e ilustre barão do Rio Branco, marca o início da guerra civilizada na América do Sul.

A vitória de Uruguaiana devemos-la a Canabarro, visto que ela foi “uma vitória estratégica”, como acentuou, com plena autoridade, o ilustre general e historiador argentino.³⁰⁶

306 José Garmendia, obra cit. 495.

.....

Capítulo IX

TRATAMENTO E DESTINO DOS PRISIONEIRO PARAGUAIOS

A **Na República Oriental do Uruguai,
na República Argentina e no Brasil**

INDA HOJE, a despeito das provas cabais do tratamento humano dado no Brasil aos prisioneiros paraguaios, aparecem insinuações maliciosas a esse respeito.

Em livro recente, destinado ao ensino secundário no Paraguai, lê-se esta referência aos prisioneiros de Uruguiana: “Alguns dos soldados foram vendidos como escravos e outros foram forçados a empunhar armas contra seus irmãos e contra sua pátria.”

Esse modo tendencioso de narrar o passado, em livro didático, é desonesto e perverso, porque envenena a alma da juventude, predispondo-a à animosidade pernicioso, porque perturbadora da amizade e do respeito que devem ser cultivados com elevação e carinho.

A verdade histórica exige que a nobreza do historiador e a probidade do educador deem a cada um o que lhe pertence.

Os primeiros paraguaios foram, tanto os de Jataí como os de Uruguiana, distribuídos entre os aliados, isto é, Argentina, Brasil e Uruguai.

Cumpra, pois, examinar qual o destino e o tratamento dado a esses prisioneiros em cada um daqueles países.

Na República Oriental do Uruguai, foram incorporados ao exército como combatentes, segundo afirmações positivas do bravo coronel León Palleja, que menciona as unidades orientais que tiveram seus efetivos aumentados com os prisioneiros.

Lamenta esse coronel que no corpo de seu comando tivessem sido incorporados 51 paraguaios capturados em Jataí, enquanto que os que combateram a Argentina e o Brasil foram considerados como prisioneiros e, desse modo, isentos do serviço das armas.

Pertence à pena do general Bartolomeu Mitre a seguinte informação: “O general Flores adotou por sistema incorporar às suas fileiras todos os prisioneiros e, depois de aumentar o efetivo de seu batalhão com eles, organizou um novo corpo de 500 praças, com paraguaios puros.”

Na República Argentina, apenas uma parte dos prisioneiros foi incorporada ao exército, mas para os serviços auxiliares. É o próprio general Mitre quem o afirma.

Depois de mencionar o destino que o general Flores deu aos prisioneiros, acrescentou:

“Sabeis do meu modo de pensar sobre este assunto. Não creio conveniente nem regular obrigar os prisioneiros ao serviço, nem aumentar com eles o efetivo de nossos batalhões, mas acreditei sempre que poderia admitir-se em nossas fileiras até uns dez ou quinze por cento com a qualidade de voluntários e posso assegurar-vos, a este respeito, que realmente não há gente mais voluntária para ingressar em nossas fileiras que os paraguaios, pois se oferecem espontaneamente para esse fim.

“Assim, pois, vereis que na distribuição que nesta data se remete ao Ministério da Guerra, foram alguns prisioneiros destinados a diferentes corpos para vários serviços passivos, como picadores, assistentes de hospitais, sapadores.”

Em face da afirmativa supra do ilustre general Mitre sobre o desejo espontâneo dos paraguaios ingressarem nas fileiras argentinas, acreditamos que assim também houvesse acontecido relativamente ao exército uruguaio e, daí, certamente, a resolução do general Venâncio Flores de organizar um batalhão de “puros paraguaios.”

O Brasil nenhum prisioneiro incorporou ao seu exército e todos os que lhe couberam, oficiais civis ou praças de pré, foram tratados segundo o Direito das Gentes.

A legião paraguaia

Tão longe levamos nossos exemplos em aceitar serviços de filhos do Paraguai que recusamos o oferecimento dos emigrados desse país na Argentina, para combaterem ao nosso lado, com a Legião Paraguaia, ali em organização, por homens de prol, pela inteligência, cultura, nobreza de sentimentos e elevado ideal de liberdade.

Em princípios de 1865, o nosso ministro residente em Buenos Aires, Filipe José Pereira Leal, encaminhou para o Rio Grande do Sul, com carta de recomendação para entendimentos com o general Davi Canabarro, os paraguaios Serapio Machin, residente em Concórdia, e Segundo Machin, residente na Restauração, atual Passo dos Livres, a fim de tratarem de assunto reservado.

Os recomendados foram apresentados ao general Canabarro pelo capitão Antônio Joaquim Xavier do Vale, comandante da guarnição de Uruguaiana, em ofício de 31 de janeiro.

O plano dos irmãos Machin, segundo esclareceu o capitão Xavier do Vale, “era organizar uma legião paraguaia, acampá-la no Rio Grande do Sul, para entrar em operações com as nossas forças, devendo essa legião receber de nosso governo fardamento, armamento, etapa, etc., obrigando-se os paraguaios a pagar toda e qualquer despesa que se fizesse, logo que López fosse posto fora do poder.”

Em carta particular, o capitão do Vale expôs ao ministro Pereira Leal “o estado em que nos achávamos” e acrescentou “que era necessário não perder tempo, pois que de um momento para outro o Rio Grande do Sul poderia ser invadido sem estar preparado para a resistência.”

Esclarece ainda o referido capitão que o conteúdo de seu ofício de 19 de fevereiro e as ponderações por ele feitas “foram por S. Ex^a levados ao conhecimento do governo imperial e o Sr. Serapio Machin foi à Corte entender-se com o governo a semelhante respeito.”

É sabido que o governo brasileiro não aceitou os serviços da Legião Paraguaia.

Declarada a guerra entre o Paraguai e a Argentina, os emigrantes paraguaios ofereceram, em seguida, os serviços da legião ao general Bartolomeu Mitre, que os aceitou por decreto de 22 de abril.

O Tratado da Tríplice Aliança, de 1º de maio, reconheceu a existência da Legião Paraguaia, em seu artigo 7º, nos seguintes termos: “Não sendo a guerra contra o povo do Paraguai, mas contra seu governo, poderão os aliados admitir numa Legião Paraguaia todos os cidadãos daquela nação que quiserem contribuir para derribar o referido governo, e lhes ministrarão todos os meios de que carecem pela forma e com as condições em que se acordar.”

Foi assim que a Legião Paraguaia combateu contra Solano López até a entrada dos aliados em Assunção, em 1869.

Já no fim da guerra, em março de 1869, o tenente-coronel Antonio Estigarribia, em longa carta dirigida a D. Pedro II, ofereceu seus serviços na campanha das Cordilheiras, “como prático”, disse ele, “en los lugares del centro de mi país.”

Tratava-se do comandante da coluna que invadira o Rio Grande do Sul, em junho de 1865, e nosso prisioneiro em Uruguiana.

Foi recusado o oferecimento.

Prisioneiros do Brasil

Houve sempre, desde o início da guerra, preocupação por parte das altas autoridades brasileiras em dar aos prisioneiros o tratamento que, nas nações civilizadas, lhes assegura o Direito Internacional.

Referindo-se à observância desse direito, disse o comandante das Armas do Rio Grande do Sul ao presidente da província: “Cabe-me orientar-lhe de que vou mandar três prisioneiros, que aqui se acham e têm sido tratados com a consideração recomendada pelo Direito das Gentes, para a cidade de São Gabriel.”

Aquela mesma autoridade, ao ter conhecimento de nossa vitória no Butuí, recomendou fossem os prisioneiros tratados como o devem fazer as nações civilizadas e desse procedimento assim deu ciência ao presidente da província: “Nesta ocasião recomendo à força em operações que trate os prisioneiros como devem sê-lo os de guerra, já por isso de conformidade

com o direito da mesma guerra e, mais ainda, para não compararmo-nos com essa horda que infelizmente temos por inimigos.”

Essa recomendação foi aprovada pelo imperador, conforme se vê desta parte do aviso do ministro da Guerra, de 10 de agosto de 1865:

“O mesmo augusto senhor houve por bem não só aprovar o procedimento daquele general, como também determinar que V. Ex^a em ordem do dia recomende a todos os seus subordinados o tratamento a que têm jus os nossos inimigos quando em nosso poder cáírem.”

Ao comandante da guarnição de São Gabriel, o ministro da Guerra recomendou especialmente fosse dado bom tratamento aos prisioneiros ali existentes.

O tenente-coronel Gabriel Alves Fernandes, que comandava aquela praça, respondeu:

“É assaz elevado o prazer que sinto ao receber o respeitável aviso de V. Ex^a datado de 14 do corrente, em o qual V. Ex^a me ordena e recomenda que os prisioneiros do nosso inimigo tenham aqui um tratamento próprio de uma nação civilizada, como é a nossa.

“Posso ter a honra de asseverar a V. Ex^a que, nutrindo os mesmos sentimentos por V. Ex^a recomendados, ao receber esses prisioneiros, os meus primeiros cuidados foram em dar-lhes bom cômodo e ordenar que tivessem o melhor tratamento; e tenho sempre ido visitar tanto o oficial doente que existe na enfermaria, como as praças que estão no quartel; todos mostram-se muito satisfeitos.”

Em seguida à rendição de Uruguaiana, o comandante em chefe do exército em operações na Província de São Pedro do Sul, tendo em vista as atrocidades praticadas pelos paraguaios contra os prisioneiros brasileiros ali feitos quando, a 5 de agosto, penetraram na vila, e com o fim de evitar revanche, proclamou: “Soldados da liberdade! Em nome do imperador, o general em chefe do exército imperial vos saúda e vos conjura que respeiteis a desgraça do inimigo vencido.”

Momentos depois da rendição, os soldados brasileiros palestraram intimamente com os prisioneiros, estes, famintos, comiam com sofreguidão, especialmente os primeiros que abandonaram a praça na garupa de cavalianos rio-grandenses. A esses, assim se refere o general Garmendia:

“Deste modo abandonaram a vila, antes da capitulação, mais de 300 paraguaios, a maior parte jovens, e se espalharam nos regimentos rio-grandenses, levando até o excesso sua ansiada saciedade, devorando quanta comida encontravam à mão, sendo curioso vê-los instalados nos fogões, como se estivessem em sua própria casa, contentes e parladores, narrando as peripécias do sítio.”

Por aviso do ministro da Guerra, de 23 de setembro de 1865, foi determinado que aos oficiais e soldados paraguaios que se achavam sob a guarda da tropa brasileira em Uruguaiana fosse abonada, pela repartição competente, enquanto não tivessem destino, “aos primeiros uma importância igual à etapa dos nossos oficiais, conforme os postos em que serviram no seu país; e, aos segundos, os meios necessários para sua manutenção, vestuário e barracas.”

O imperador, assim que entrou em Uruguaiana, foi “visitar o hospital, onde jaziam em completo abandono muitos paraguaios enfermos, para os quais ordenou que fossem logo chamados nossos médicos militares, a fim de lhes prestarem os necessários socorros.”

Esta afirmativa é de uma testemunha de vista, o ilustre general argentino José Inácio Garmendia: “A todo o momento o imperador demonstrava seu coração magnânimo, recomendando energicamente bom trato aos prisioneiros e enviando médicos do exército brasileiro para assistirem os enfermos dos hospitais paraguaios.”

Sendo o nosso objetivo provar que os prisioneiros paraguaios que couberam ao Brasil foram humanamente tratados, temos nos limitado a exibir simplesmente a documentação que evidencia o acerto do que dissemos.

Ao diretor da Pagadoria das tropas, o ministro da Guerra determinou, em aviso de 20 de novembro de 1865, que as despesas que se realizassem com os prisioneiros de guerra fossem escrituradas em separado, e assim foi feito, conforme se vê de documentos existentes no arquivo da atual Subdiretoria de Fundos de Exército.

Em 1866, foi determinado continuassem sendo pagas, “independente de nova ordem, as contas apresentadas pela Escola Militar, concernentes à despesa feita com soldo, alimentação, tratamento na respectiva enfermaria e vestuário aos prisioneiros de guerra ali existentes.”

Em 1867, foi declarado “que aos oficiais paraguaios prisioneiros de guerra” devia ser abonado “unicamente meio soldo quando tiverem baixa do hospital, na forma do que se acha estabelecido para oficiais do Exército Brasileiro.”

As recomendações constantes das ordens referidas foram fielmente cumpridas, como consta de nossos arquivos, onde há registro nominal de todos os prisioneiros, com indicação das localidades em que se achavam e das vantagens a cada um abonadas.

Por essa escrituração, se verifica a existência, além de praças de pré, em número elevadíssimo, dos seguintes prisioneiros de categoria que receberam vencimentos pelos cofres brasileiros, um ministro, José Falcón; quatro padres, entre eles o energúmeno Fidel Maiz; quatro estudantes; seis telegrafistas; 239 oficiais, sendo um general, Bernardino Caballero, seis coronéis, seis tenentes-coronéis, 13 majores, 25 capitães, 56 tenentes e 132 alferes.

Entre os coronéis, figurava Juan Crisóstomo Centurión, autor das *Reminiscencias Históricas sobre la Guerra del Paraguay*.

Entre os tenentes-coronéis, estavam Antonio Estigarribia e o oriental Juan Pedro Salvagnach, como prisioneiro de Uruguiana e um dos insultadores de nossa bandeira em Montevidéu. Do mesmo modo, entre os majores, estava seu irmão Justiniano Salvagnach.

Salientava-se, entre os capitães, Diego Alvarenga, o primeiro a invadir São Borja, a 10 de junho de 1865, à frente do batalhão de seu comando, o 17º de Infantaria.

Em 5 de setembro de 1866, foi cientificada a Pagadoria das tropas, no Rio de Janeiro, que ao capitão Alvarenga fora concedida permissão para residir onde lhe conviesse, mandando-se pagar-lhe, entretanto, “regularmente os vencimentos que lhe competiam.”

Havendo o referido capitão escolhido a capital da Província de Santa Catarina, foi-lhe, a 12 de mesmo mês e ano, passada sua guia de vencimentos, sob nº 60, para ser presente à Tesouraria da Fazenda, naquela província.

Fazia parte, dos tenentes, Patrício Morinigo, e está relacionado entre os alferes o uruguaio Pedro E. Zipitria, que percebeu somente etapa por se haver recusado a receber soldo.

Zipitria fora redator do jornal *Artigas*, de Montevideu, em cujas colunas pregava ódio cego ao Brasil e aos brasileiros. Estivera em São Borja, como espião paraguaio, antes da invasão, e penetrou nessa vila no dia 12 de junho juntamente com Estigarríbia e seu companheiro inseparável, o padre Duarte.

Zipitria figurava entre os alferes, embora houvesse declarado por escrito, em 30 de novembro de 1865; “No he ocupado puesto de ninguna clase en el ejército paraguayo.”

Poderia, pois, ter sido arrolado entre os prisioneiros praças de pré; isso, entretanto, não aconteceu e ficou entre os oficiais, recebendo tratamento e consideração a esses dispensados.

Esse prisioneiro, em longa carta de 10 de fevereiro de 1866, deu como motivo, para recusar o soldo que lhe fora abonado, o fato de ser ele inimigo de nossa pátria, na qualidade de *blanco* e, por isso, disse textualmente: “Acceptar, pués, sueldos del Brasil seria colocarme a la par de los traidores.”

Eis como e por que se recusou a assinar o recibo que todos os demais oficiais prisioneiros assinavam para recebimento do soldo que mensalmente o Brasil lhes pagava.

Os prisioneiros paraguaios praças de pré foram distribuídos por diversas províncias brasileiras, ficando encostados a corpos ou repartições, para o fim de receberem vencimentos, isto é, soldo e etapa, que se lhes abonavam nas mesmas condições que aos nossos soldados.

O pagamento era feito por meio de folhas especiais, na Pagadoria das tropas, no Rio de Janeiro ou nas tesourarias da Fazenda, nas províncias.

Somente aos prisioneiros que recebiam pelo Depósito da Fortaleza de São João foram pagos, de 1º de maio de 1869 a 31 de dezembro de 1870, cento de quarenta e seis contos, cento e nove mil, duzentos e sessenta réis (146.109\$260).

Tão profunda foi a impressão causada pelo tratamento dado no Brasil aos prisioneiros paraguaios, que o general Francisco Isidoro Resquin,

um dos chefes da invasão de Mato Grosso, depois substituído do general Robles, no exército ocupante de Corrientes e, por fim, chefe de Estado-Maior de Solano López, esse general que nada recebeu de nossos cofres públicos, cinco anos depois de terminada a guerra e quando ainda viviam aqueles prisioneiros, traçou estes conceitos:

“O governo do Brasil, longe de imitar a conduta de seus aliados, fez levar os rendidos em Uruguiana ao Rio de Janeiro; os sustentou com soldos de prisioneiros, reconhecendo-os em seus respectivos postos e, concluída a guerra, foram todos conduzidos em navios da Armada e entregues ao governo paraguaio.

“Os filhos da nação paraguaia que tiveram a sorte de cair prisioneiros sob a Bandeira do Brasil nunca olvidarão a generosa e benévola atenção do povo brasileiro.”

Querendo o referido general paraguaio evidenciar a espontaneidade de suas afirmativas e deixar expresso de modo cabal o tratamento humano que seus compatriotas receberam no Brasil, quando nossos prisioneiros de guerra, reiterou, no fim de seu estudo, o juízo emitido no início, nos seguintes termos:

“Ao contrário e mui ao contrário procedeu o governo do Brasil: a todos os prisioneiros de guerra que tiveram a sorte de pertencer-lhe, reconheceu seus postos militares e a todos deu soldo segundo a hierarquia de cada um, pagando religiosamente durante todo o tempo que durou a guerra, sendo, além disso, bem alimentados e tratados corretamente.

“Ao terminar a guerra, mandou essa nação civilizada e humanitária conduzir os prisioneiros a Assunção, em cujo posto fez entrega de todos a sua pátria, com dinheiro e mui bem vestidos, tanto os chefes e oficiais, como os da tropa.

“Deste favor nunca se esquecerá a nação paraguaia para corresponder, em caso oportuno, da mesma maneira ao povo generoso do Império do Brasil.”

Referindo-se aos prisioneiros de 1º de março de 1870, entre os quais se encontrava, disse o general Resquin: “Desde o momento em que o general Câmara obteve o triunfo de Cerro Corá, prodigalizou aos desgraçados prisioneiros quantos recursos estavam ao seu alcance, com uma bondade e atividade próprias de um homem valente e militar civilizado.”

Este depoimento, cinco anos depois de terminada a guerra, de um general que nessa teve papel saliente, desde as primeiras operações, em 1864, até o último combate nas brenhas paraguaias, responde, de modo absoluto e insofismável, às falsidades e às ingratidões dos que nos acusam de maus-tratos aos prisioneiros paraguaios.

.....

Capítulo X

PERSONAGENS DE GRANDE DESTAQUE NA INVASÃO

N

Antônio Fernandes Lima

ASCEU EM CACHOEIRA, no Rio Grande do Sul, aos 27 de julho de 1803.

Era filho de Francisco Fernandes Lima, natural do Rio Grande do Sul, e de sua esposa, Isabel Francisco do Amor Divino.

Alistou-se em junho de 1819 no Regimento de 2ª Linha nº 23, de que era comandante outro coronel, José de Abreu, depois general e barão de Serro Largo.

Foi depois transferido para o Regimento 24º, cujo comandante era o coronel Palmeiro.

Com a organização de Guarda Nacional, em 1831, passou a pertencer ao 4º Corpo de Cavalaria, de que era comandante o coronel Manuel dos Santos Loureiro.

Nesse corpo combateu pela legalidade durante a Revolução Farroupilha, distinguindo-se pela bravura, vigilância e atilado espírito militar e, daí, suas rápidas promoções.

Em 1836, foi promovido a alferes e, em 1837, a tenente; em 1838 a capitão; em 1842, a major, por distinção, pelo ilustre barão de Caxias; a 1º de agosto de 1844, foi elevado a tenente-coronel, para o mesmo corpo em que, sete anos antes, servira como simples praça de pré.

Pacificado o Rio Grande do Sul, a 1º de março de 1845, destacou, com seu regimento, para a fronteira de Quaraí, onde permaneceu durante três anos.

Fez, com distinção, a campanha de 1851 – 1852.

Surgindo, em julho de 1853, graves perturbações da ordem na República Oriental do Uruguai, o governo brasileiro, a fim de garantir a segurança de suas fronteiras, organizou uma divisão de observação, da qual passou a fazer parte o tenente-coronel Fernandes Lima, com o seu regimento.

Havendo, logo depois, o governo uruguaio solicitado o auxílio a que o Brasil estava obrigado, pelo Tratado de 12 de outubro de 1851, aquela divisão, com a denominação de Auxiliadora, seguiu para o país vizinho e ali penetrou em março de 1854, de onde retornou em dezembro desse mesmo ano e foi acampar no Pirai Grande.

Com as tropas da referida divisão, foram organizadas em 1855 cinco brigadas, das quais a 4ª, de que fazia parte o tenente-coronel Fernandes Lima, com o regimento de seu comando, foi mandada guarnecer a fronteira de Missões.



*Coronel
Antônio Fernandes Lima*

Tendo sido em outubro de 1857 organizado um corpo de exército no Rio Grande do Sul, passou aquela brigada a ser um de seus elementos constituintes, até a dissolução, em março de 1858.

Nesse ano, Fernandes Lima foi promovido a coronel e, a 5 de março de 1859, foi nomeado comandante da fronteira de Missões, em substituição ao então coronel José Lins Mena Barreto.

Achava-se no exercício desse cargo quando, em janeiro de 1865, foi-lhe confiado o comando da 1ª Brigada da 1ª Divisão Ligeira, devendo organizá-la, o que realizou com presteza, graças a sua atividade e influência na região.

Essa brigada, que foi organizada com pessoal dos municípios de São Borja e Itaqui, ficou constituída com os elementos mencionados no Capítulo VI, da Segunda Parte deste livro.

Era, pois, o coronel Fernandes Lima o comandante da tropa destacada para a defesa da fronteira de São Borja e de Itaqui, quando a 10 de junho de 1865 deu-se a invasão paraguaia.

Os acontecimentos decorrentes dessa invasão até à rendição dos paraguaios em Uruguaiana, e nos quais o coronel Fernandes Lima tomou parte, estão expostos no Capítulo VI, acima citado.

Nove dias após ultimada a rendição de Uruguaiana, o coronel Fernandes Lima, que concorrera com sua bravura e com sua opinião para o encurralamento dos paraguaios ali, foi mandado submeter a Conselho de Investigação, devendo em seguida, com ou sem culpa, responder a Conselho de Guerra, por se lhe atribuir responsabilidade na invasão.

Em consequência dessa resolução do ministro da Guerra, foi destituído do comando da 1ª Brigada, com a declaração de que podia retirar-se para sua casa, a fim de aguardar a reunião daqueles conselhos.

Em outubro seguinte, foi suspenso do Comando Superior da Guarda Nacional dos municípios de Itaqui e São Borja, que há anos vinha exercendo.

Os conselhos de Investigação e de Guerra, por falta de membros, não haviam ainda iniciado seus trabalhos quando o glorioso e imortal Caxias foi, em outubro de 1866, nomeado comandante em chefe das forças brasileiras em operações contra o Paraguai.

O primeiro ato desse ilustre general foi sustar todos os conselhos que o ministro da Guerra demissionário – Ferraz – havia mandado instaurar.

Ouçamos o que a respeito diz o próprio Caxias, depois de informar que lhe haviam dado “plenos poderes”: “Minha primeira medida foi acabar com os intermináveis conselhos de Guerra que o Ferraz inventou, para arredar seus inimigos da posição em que se achavam.” (Carta ao general Osório, de 20-10-1866.)

Com esse procedimento, Caxias facilitou a ingente tarefa do futuro e nobre marquês do Herval, na organização do 3º Corpo do Exército, porque obteve imediatamente a cooperação patriótica tanto do bravo e prestante Canabarro, como de Fernandes Lima, que tinham real influência nas fronteiras de seus antigos comandos.

Em comunicação a Caxias e ao presidente do Rio Grande do Sul, o general Osório referiu, por mais de uma vez, o prestimoso auxílio do coronel Fernandes Lima.

Organizado o 3º Corpo do Exército, coube a esse dedicado servidor do Brasil o comando da 2ª Divisão, constituída pelas 1ª, 3ª e 4ª brigadas, que depois tomou a denominação de 6ª.

À frente dessa tropa seguiu para o Paraguai, a 23 de março de 1867, passou o Paraná a 18 de julho e, quatro dias depois, se incorporava ao exército em operações.

Tomou parte no combate de São Solano, a 6 de setembro de 1867, tendo, segundo declarou, em ordem do dia, o eminente comandante em chefe – o glorioso e imortal Caxias – “se tornado digno de especial menção, pelas acertadas e prontas providências que tomou.”

Com a divisão a seu comando, combateu distintamente em Pare-Cuê, a 3 de outubro de 1867, sendo novamente louvado, em ordem do dia, “pela bravura e arrojo com que se houve mais esta vez.”

Em carta ao general Osório, de 4 de outubro, assim Fernandes Lima participou a atuação da força sob o seu comando naquele combate:

“A 6ª Divisão, cujo comando foi-me confiado por V. Exª, teve ontem ocasião de encontrar-se com uma força inimiga superior a 1.000 homens e derrotá-la completamente.

“Os valentes que ufano-me de comandar colheram ontem novos louros para as Armas brasileiras e eu, interpretando os sentimentos de todos os meus comandados, tenho a honra de oferecer a V. Ex^a as glórias que a esta divisão couberam.

“Os rio-grandenses por V. Ex^a conduzidos a este campo orgulharam-se de, no dia 3 de outubro, terem se mostrado como dignos soldados do valente general barão do Herval.”

Distinto também foi o comportamento de Fernandes Lima no combate de Tatajibá, a 21 de outubro ainda de 1867 e, por isso, foi louvado pelo marquês de Caxias “pela perícia com que se houve no cabal desempenho das ordens que recebera.”

Havendo se agravado seu estado de saúde, teve permissão para se tratar no Rio Grande do Sul e, por isso, deixou, a 7 de dezembro de 1867, o comando de sua heróica e gloriosa 6^a Divisão de Cavalaria, que foi incorporada à 2^a.

Em sua província natal foi, pela terceira vez, em 1868, nomeado comandante da fronteira de Missões e nesse cargo permaneceu até novembro de 1870, quando foi substituído pelo brigadeiro José Luís Mena Barreto, a quem substituiu novamente, em 1872, e exerceu o comando até 6 de junho do ano seguinte, quando o entregou ao brigadeiro Salustiano Jerônimo dos Reis, depois barão de Camaquã.

Era então comandante das Armas do Rio Grande do Sul o nobre e bravo barão de São Borja, marechal de campo Vitorino José Carneiro Monteiro, que, na ordem do dia referente àquela mudança de comando, consignou este louvor: “Faltaria a um dever de justiça se nesta ocasião deixasse de louvar e agradecer a dedicação, zelo e lealdade do distinto sr. coronel Antônio Fernandes Lima, pelo modo incansável com que sempre se prestou em coadjuvar este comando.”

O governo brasileiro “em atenção aos relevantes serviços” do coronel Fernandes Lima, “na guerra contra o Paraguai”, concedeu-lhe em 24 de agosto de 1870 “as honras de coronel do Exército.”

Com esse ato ficou oficialmente reparada a clamorosa injustiça do ministro da Guerra de 1865, acusando afoitamente e, ao mesmo tempo, mandando submeter a conselho e destituindo de altos-comandos ao intrépido e prestante chefe militar, que sempre pusera no cumprimento

de seu dever ao serviço da pátria, na paz e na guerra, toda a sua alma de lutador, infatigável, bravo e leal.

Em 1873, requereu o coronel Fernandes Lima lhe fossem concedidas as honras de brigadeiro honorário.

O processo arrastou-se lentamente e ainda não havia sido solucionado quando se deu seu falecimento, em Itaqui, aos 22 de agosto de 1875.

Ouvido sobre aquele pedido, o Conselho Supremo Militar disse que “conquanto o suplicante tenha sido remunerado com as honras do posto da patente que goza, pelos serviços prestados na referida campanha, é de parecer, todavia, que é digno das honras do posto de brigadeiro que requer, por isso que os seus serviços não são menos valiosos que os de outros que mereceram do governo a mesma graça por ele solicitada.”

Assinaram esse parecer os seguintes conselheiros: duque de Caxias, barão de Itapagipe, barão da Gávea, barão de Angra e De Lamare.

Esse documento, firmado por ilustres brasileiros, é a consagração do valor e o reconhecimento dos serviços que, com bravura e dedicação inexcusáveis, prestou ao Brasil, defendendo-o, o coronel Antônio Fernandes Lima, um dos mais nobres e dos mais gloriosos dos chefes da impertérrita cavalaria rio-grandense.

José Fernandes de Sousa Docca

Nasceu no Rio Grande do Sul, em 1812.

Era filho de José Cardoso de Sousa e de Gertudes Francisca Fernandes Lima, irmã do bravo coronel Antônio Fernandes Lima.

Alistou-se na Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul, que tantos chefes ilustres deu para seus famosos regimentos.

Havendo, em lance de heroísmo, aprisionado pequena embarcação denominada *Docca*, passou a ser chamado “o alferes da *Docca*”, ou “o homem da *Docca*” e, tendo ficado conhecido por essa antonomásia, adotou-o mais tarde como sobrenome.

Em setembro de 1851, ainda figurava nos documentos oficiais com o nome de José Fernandes de Sousa, conforme se vê da ordem do dia nº 19, do comando em chefe do exército em operações, na campanha de 1851-1852.

Tão popular, entretanto, se tornara aquela antonomásia que, nesse mesmo ano, figura com o nome de José Fernandes de Sousa Docca, em ofício do general Bento Manuel Ribeiro para o marquês de Caxias, datado das pontas do Batovi.

O coronel João Propício Mena Barreto, depois general e barão de São Gabriel, no ofício de 16 de dezembro de 1844, participando a Caxias o combate dos Espinillos, declara que sua vanguarda era “comandada pelos valorosos tenente Docca e alferes Fraga”.

Em ofício do dia seguinte, sobre o mesmo combate, dando novos esclarecimentos, disse João Propício: “Os valentes tenentes José Fernandes de Sousa [Docca] e o alferes José Francisco Fraga, que seguiram na frente com aqueles bravos, todos do 4º Corpo, não trepidaram de carregar sobre aqueles inimigos”.

Esses dois documentos foram remetidos pelo general Bento Manuel Ribeiro ao barão de Caxias.

O apelido, como se vê, tornara-se tradicional, ao ponto de figurar em documentos oficiais.

Até entre os farroupilhas era conhecido por esse nome. No *Diário* de Vicente Antônio da Fontoura, na data de 10-2-1845, se lê que o general farroupilha João Antônio da Silveira “em vez de atender ao chamado do general em chefe, volta do Curral da Pedra sobre o Cacequi, pretextando que ia mandar a São Vicente bater um Docca”.

Em ofício de 29 de janeiro de 1845, determinou o general Bento Manuel Ribeiro ao tenente-coronel José Fernandes Lima, comandante do 4º Corpo de Cavalaria, que cessasse a perseguição que estava fazendo a João Antônio Silveira, mas, como medida de prevenção, deixasse o “capitão José Fernandes de Sousa com 50 praças na serra do Caverá, atendendo aos passos de São Simão e Rosário”, e advertiu em seguida “contudo não facilite, pode João Antônio tentar alguma coisa contra a força de seu comando, e sair dizendo que ainda não tinha recebido ordens de seu chefe”.

O astuto e vigilante farroupilha, segundo o *Diário* de Fontoura, em vez de atender ao chamado de seu comandante em chefe, se deslocou para São Vicente, na intenção de “bater um Docca”, o que não conseguiu.

Pela atividade e bravura reveladas, Sousa Docca ascendeu rapidamente do posto de alferes a capitão, como a seguir veremos.

Foi promovido ao primeiro posto de oficial a 28 de dezembro de 1842, para o 4º Corpo de Cavalaria, de que era major seu tio Antônio Fernandes Lima, conforme se vê da ordem do dia do barão de Caxias nº 13, de 3 de janeiro de 1841.

Foi promovido a tenente para o mesmo corpo, a 1º de agosto de 1844, precisamente no dia em que Fernandes Lima era elevado a tenente-coronel para a citada unidade (ordem do dia do comando em chefe nº 136).

Entre os feitos de Sousa Docca na Guerra Farroupilha se destaca o ataque dos Espinheiros, junto ao arroio Guapitanguí, onde, comandando a vanguarda do destacamento do coronel João Propício Mena Barreto, atacou a vanguarda do famoso chefe farroupilha Jacinto Gomes la Luz, comandada pelo tenente-coronel Vicente Ferreira, que foi levada de roldão ao acampamento do grosso da gente de Guedes. Este, avistando a força de João Propício, retirou-se “arrolhado”, segundo a expressão do comandante legal, num percurso de uma légua, até o passo do Leão, no Quaraí, onde ofereceu resistência. Travou-se, desse modo, um tiroteio durante a passagem dos perseguidores para o território uruguaio, deixando ali, além de sete homens mortos, diversas armas, ponchos e alguns cavalos encilhados.

Os farroupilhas já haviam perdido nos Espinheiros dois homens mortos, algumas armas e ponchos e 200 cavalos espalhados pelo campo, que foram depois arrebanhados e deixaram o “acampamento coberto de assados”.

Tão destacada foi a ação de Sousa Docca nesse recontro que, sendo tenente a 1º de agosto de 1844, como ficou mencionado, foi promovido a capitão, por distinção, em dezembro desse mesmo ano, contando antiguidade de 14 de novembro anterior, data do recontro dos Espinheiros e do tiroteio do passo do Leão.

Essa promoção, disse o barão de Caxias em sua ordem do dia nº 173, era o “testemunho dos sentimentos de justiça com que avalia e reputa seu mérito sobressalente”.

Feita a paz em 1845, continuou o capitão Sousa Docca em serviço ativo no 4º Corpo de Cavalaria, destacado na fronteira de Quaraí até 1848.

Fez, com a referida unidade, a campanha de 1851-52. Quando, em 1864, foi mobilizada a Guarda Nacional do Município de São Borja, coube a Sousa Docca, já então promovido a major, a fiscalização do 22º Corpo Provisório de Cavalaria.

Acampava com essa unidade em Santa Luzia, a 10 de maio de 1865, e com ela dali se deslocou, à meia-rédea, em socorro dos que nesse dia defendiam a passagem do Uruguai.

Pelo seu comportamento no combate de São Borja, carregando “à testa de 32 lanceiros, sobre a direita do inimigo”, mereceu destaque especial na parte de combate do coronel João Manuel Mena Barreto, que ainda o louvou “pelos serviços prestados não só antes como durante e depois do combate”.

Mencionando a carga acima referida, disse Eudoro Berlink, em brilhante página sobre o bravo comandante do 1º Voluntários da Pátria, no combate de São Borja:

“Flanqueava o batalhão o bravo major Docca, à frente de 32 destemidos lanceiros, e o capitão Cardoso Tico, com 40 praças, observava o flanco direito.

“O bravo Docca carregou sobre a ala direita do inimigo e o batalhão sobre o centro, recebendo, em distância de 140 braças, uma descarga de artilharia e o fogo de uma linha de perto de 6.000 homens.”

Há exagero nesse número – o efetivo paraguaio em combate, naquele momento, devia ser de 2.670 homens.

Aquela temerária carga ficou célebre nos feitos de heroísmo de 10 de junho de 1865, na defesa da vila de São Borja e de seus habitantes.

O ministro Viriato Dorneles Vargas, em vibrante improviso no Instituto de Ciências Políticas, no Rio de Janeiro, a 19 de novembro de 1942, disse que em sua mocidade, nas contínuas palestras sobre a Guerra do Paraguai, com seu venerando pai, o bravo general Manuel do Nascimento Vargas, ouvia sempre deste elogios, com entusiasmo, aos feitos de heroísmo de seu regimento, o famoso 20º Corpo de Cavalaria.

Ouvindo, certa vez, a narrativa da bravura do 20º Corpo de Cavalaria, ocorreu-lhe perguntar: “Todos os homens desse regimento eram assim destemidos?”

Imediatamente, com aquela vivacidade e segurança que lhe eram peculiares, respondeu o nobre e valoroso veterano, em transporte de entusiasmo e fiel ao espírito de amor às tradições de seu regimento: “O comandante, o Sousa Docca, era sempre o primeiro a carregar. Todos porfiavam em acompanhá-lo. Não havia, assim, naquele corpo, lugar para quem não fosse destemido.”

Com o seu regimento protegeu o major Docca a retirada das famílias são-borjenses e foi, a partir de 20 de junho, destacado com uma força de 200 homens, para observar o destino que tomava a coluna do major paraguaio José López e, ao mesmo tempo, picar-lhe a retaguarda.

Havendo o coronel Fernandes Lima tido aviso da existência de uma força paraguaia na região do Butuí, destacou de sua brigada, para uma descoberta, depois da meia-noite de 26 de junho, o major Sousa Docca com os clavineiros de seu regimento.

Às primeiras horas daquele dia os descobridores encontraram a coluna inimiga e com ela travaram o que se transformou depois no combate de Butuí, descrito na Primeira Parte deste livro.

Noticiando a razia que fazia nos rebanhos a coluna paraguaia, do comando de Estigarribia, em sua marcha rumo a Itaquí, diz L. Schneider em *A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai*: “O major brasileiro Docca, com seus clavineiros do 22º Corpo Provisório da Guarda Nacional, seguindo de perto essas partidas, por mais de uma vez, conseguiu arrebatá-lhes a presa, até de uma vez 120 bois, mas não podia estar ao mesmo tempo em todos os lugares.” (I, 120)

Assim narra Jourdan um daqueles feitos: “No dia 2 de julho, o major Docca, que sempre andava em reconhecimento e guerrilhas com o inimigo, havia conseguido arrebatá 120 bois mansos, que puxavam suas carretas.”

Essas surtidas foram realizadas quando, à frente de 150 homens, fazia a vanguarda da 1ª Brigada Ligeira.

Em ofício de 2 de julho, o coronel Fernandes Lima comunicou ao comandante da 1ª Divisão, de que fazia parte: “O inimigo achava-se

hoje pelas imediações da estância denominada do Padre, a seis léguas de Itaquí; eu tenho o major Fernandes de Sousa Docca com 150 homens em observação do mesmo.”

Com aquela brigada flanqueou o inimigo até Uruguaiana e assistiu à rendição dessa praça a 18 de setembro de 1865.

Daí seguiu para São Borja, com o exército sob o comando do barão de Porto Alegre, que tinha a seguinte missão:

“I – Cobrir nossa fronteira de qualquer invasão do inimigo pelo lado de Corrientes ou de Itapua;

II – Prestar socorro às forças aliadas em operações contra o exército do Paraguai;

III – Atrair a atenção das forças paraguaias pelo lado de Itapua, inquietá-las e invadir seu território.”

Comandava então o 25º Corpo Provisório de Cavalaria, que era um dos elementos componentes da 10ª Brigada, do comando do coronel Tristão de Araújo Nóbrega.

Na organização do 3º Corpo de Exército, em fins de 1866, o general Osório teve no major Sousa Docca um prestimoso colaborador. Essa colaboração, a par de outros serviços, valeu-lhe a promoção a tenente-coronel, a 14 de março de 1867, para o 25º Corpo de Cavalaria, com o qual transpôs o Uruguai, rumo ao teatro da guerra, nove dias depois, fazendo parte da 10ª Brigada, depois 4ª, do comando do coronel Nóbrega, como já ficou dito e que pertencia à 2ª Divisão, de que era comandante o coronel Antônio Fernandes Lima.

A 19 de julho transpôs o Paraná, com o 3º Corpo de Exército, que passou a fazer a vanguarda do exército em operações no Paraguai.

Tomou parte no combate de Pare-Cuê, a 3 de outubro ainda de 1867, e foi louvado pelo marquês de Caxias, “com especial menção pela atividade, perícia e galhardia com que se houve, cumprindo as ordens recebidas, e pela bravura com que se portou mais esta vez”.

Tomou parte ativa no combate de Tatajibá, a 21 do mês e ano supracitados.

Na organização dada ao exército em operações, a 14 de dezembro ainda de 1867, continuou com o seu regimento, o 25º, a fazer parte do

3º Corpo de Exército, porém, como elemento da 8ª Brigada, que pertencia à 6ª Divisão de Cavalaria, então sob o comando do bravo e prestante coronel Fernandes Lima.

O ano de 1868 foi de grandes atividades para os exércitos em operações e de quase todas elas participou o tenente-coronel Sousa Docca.

No início desse ano foi transferido para o 20º Corpo Provisório de Cavalaria, que comandou até o fim da guerra, com algumas interrupções, para exercer o comando de brigadas.

A 19 de fevereiro, tomou parte destacada na tomada do Forte do Estabelecimento.

O brigadeiro Andrade Neves confiara ao tenente-coronel Sousa Docca a missão de, juntamente com a 1ª Brigada de Infantaria, contornar aquele forte e assaltá-lo pela retaguarda.

O desempenho dessa missão consta de longa e detalhada parte dada pelo “bravo dos bravos do Exército Brasileiro”, onde se lê: “O intrépido e bravo tenente-coronel José Fernandes de Sousa Docca, comandante do 20º Corpo Provisório; o capitão do mesmo corpo, Natálio Pereira; o tenente do 11º da mesma denominação, Manuel Rodrigues de Macedo, coadjuvaram-se muito nessa ocasião e, sendo dos primeiros a penetrar no recinto, praticaram atos de verdadeiro heroísmo e abnegação, levando o terror ao inimigo.”

O comandante em chefe do Exército, o glorioso, austero e imortal Caxias, depois de louvar os então tenentes-coronéis Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa, João Antônio de Oliveira Valporto e Pedro Guilherme Meyer, pela “bravura, coragem, sangue-frio e perícia”, acrescentou: “Deve participar de tudo quanto acabo de dizer acerca destes distintos comandantes o tenente-coronel José Fernandes de Sousa Docca, que comandou o 20º Corpo de Cavalaria e que durante o combate e na ocasião da escalada das trincheiras desenvolveu tal valor e perícia que adquiriu direito perfeito a tudo quanto acabo de consignar.”

Em junho, o general Andrade Neves determinou que o tenente-coronel Sousa Docca, com o regimento de seu comando, fizesse um reconhecimento pela costa do rio Paraná.

Dias depois, como um dos frutos dessa diligência, eram remetidos três argentinos desertores e a notícia da descoberta de um porto que

dava acesso a uma ilha fronteira que servia de guarida a desertores. Continuou a exploração pelo Paraná até São Solano, de onde regressou com interessantes observações sobre a região percorrida.

A 15 de julho, tomou parte no assalto do passo Benitez, à frente da força que lhe fora confiada para essa missão.

Assim o ilustre barão do Rio Branco noticia esse feito: “Na manhã de 15 de julho, um esquadrão brasileiro dirigido pelo tenente-coronel Docca surpreendeu e desbaratou uma força avançada do inimigo, em frente ao passo Benitez. Dos paraguaios ficaram mortos 40. Tivemos um oficial e um cabo mortos, e um oficial e oito soldados feridos.”

O marquês de Caxias, depois de descrever esse feito em sua ordem do dia nº 237, elogia o “tenente-coronel José Fernandes de Sousa Docca, pela coragem e acerto com que se houve no assalto do reduto na manhã de 15, tendo por companheiros os bravos capitão Natálio Pereira, que recebeu uma ferida mortal ao primeiro encontro com o inimigo, e o segundo-sargento Rufino Rodrigues Goulart, que foi logo promovido a alferes, por distinção”.

Participou do ataque a Humaitá, a 16 de julho. A 28 de agosto tomou parte no assalto ao reduto do passo Real, no Tibiquari, e foi louvado em ordem do dia do comando em chefe “pela sua franca e leal coadjuvação nas acertadas medidas que empregou para o bom êxito desta operação, demonstrando ainda desta vez sua reconhecida bravura, perícia e inteligência”.

Vencido o inimigo no reduto do passo Real, determinou Caxias ao general Andrade Neves que, com sua divisão fazia a vanguarda do exército, passasse para a margem direita do Tibiquari, a fim de atacar o inimigo em seu acampamento de São Fernando.

Para a passagem do rio, devia ser utilizado o trem de ponte que acabava de chegar do passo da Pátria conduzido parte em carretas e parte rebocado pelos navios encouraçados.

Para facilitar a armação e colocação das balsas e pontões, o general barão do Triunfo determinou, pela madrugada, que o tenente-coronel Sousa Docca, acompanhado do alferes João Luís Alexandre Ribeiro e à frente de 50 homens do 20º Corpo Provisório de Cavalaria, passasse o rio a nado e explorasse a margem direita.

O resultado dessa missão é assim referido por Andrade Neves: “Reconheceu as fortificações inimigas e verificou haverem estas sido abandonadas por suas forças” e “fez dois prisioneiros.”

Passado o Tibiquari, continuou a divisão Andrade Neves sua marcha de penetração, vanguardeada pelo 20º Corpo Provisório de Cavalaria.

A 16, escrevia Triunfo a Osório: “Ontem à tarde chegou o tenente-coronel Docca. Trouxe pouco gado e muito magro.”

De 17 a 20, ainda de setembro, continuou a marcha de penetração, com a vanguarda comandada por Andrade Neves, fazendo com a 8ª Brigada, de que era parte o 20º Corpo, ora o serviço de vanguarda, ora o de retaguarda.

Tomou parte no grande reconhecimento das linhas fortificadas de Piquiciri, a 1º de outubro, comandando a vanguarda de Osório. Este general assim se refere a essa missão: “O tenente-coronel José Fernandes de Sousa Docca, comandante do 20º Corpo Provisório de Cavalaria, valente como sempre, marchou na vanguarda com algumas praças de mesma Arma e prestou bons serviços.”

Em ordem do dia do comando em chefe, se lê, depois de mencionar o reconhecimento e o ataque: “Manda o mesmo exmº sr. também elogiar ao tenente-coronel José Fernandes de Sousa Docca e a todo o Estado-Maior do exmº sr. visconde do Herval, pelos bons serviços que prestaram no cumprimento de seus deveres.”

Na marcha rumo ao norte do território paraguaio, os aliados de-frontaram-se com a linha fortificada de Piquiciri, numa extensão de nove quilômetros, tendo a extrema esquerda defendida por extensos atoleiros.

Impunha-se a travessia ousada pelo Chaco, e Caxias, decidindo-se por esta, mandou construir a famosa estrada e, em seguida, tratou de descobrir um porto de desembarque na margem esquerda do Paraguai, acima de Angustura.

A 4 de novembro, o próprio Caxias, a bordo de um monitor, subiu até Santo Antônio, com aquele objetivo.

Com esse mesmo fim, de regresso ao seu quartel-general, fez expedicionar a 9, à frente de uma força de cavalaria, o tenente-coronel Sousa Docca, na direção da lagoa Ipoá.

Dessa exploração, depois de passar dois arroios a nado, foi ao passo do Salso, a oito quilômetros do acampamento paraguaio de Surubi, regressou a 14, prestando por escrito minuciosas informações do que observou.

Nesse documento se lê: “Da costa do Paraí até o passo do Salso, nos pontos de Ipoá, há dificuldade de três riachos que estão cheios, toda a mais estrada é boa e vai até o passo do Salso, no extremo norte e oeste da lagoa Ipoá. Neste passo há duas sangas próximas uma da outra e estão emendadas por muitas cheias; deste campo até lá calculou-se pouco mais ou menos de oito léguas brasileiras.”

Seguem-se outras informações sobre o nome e posição dos três riachos mencionados, o gado existente na região e esta informação importante do vaqueiro: “ser em vão que fazíamos descobertas para o potreiro Mamoré, por onde não podiam passar forças, porque só havia uma pequena estradinha no tempo das secas.”

Assim terminam as informações: “Nos três riachos acima mencionados, com facilidade, se pode fazer ponte, porque há muito mato e palma perto, mas, bem sobre a barranca dos riachos, só há palmas.”

A 26 de novembro, à frente do regimento de seu comando, passou para a margem direita do Paraguai e, em seguida, expedicionou para o mato, ao longo desse rio, em observação.

Dessa diligência, deu Caxias conhecimento a Osório, em carta de 28, nos seguintes termos: “O Docca foi até acima de Santo Antônio e não viu do outro lado senão sentinelas por cima de algumas cumeeiras de casas.”

Dadas essas informações, retornou em nova diligência, a 28, no mesmo sentido. É ainda Caxias quem o diz, em continuação: “e hoje voltou a explorar até onde pudesse chegar, mas suponho que não poderá ir muito acima de Lamaré, porque há aí um rio de nado, que está muito cheio.”

Efetivamente assim aconteceu.

No *Manuscrito* de 1869 se lê a esse respeito: “O Corpo de Cavalaria do coronel Docca acompanhava pela margem direita os nossos en-

couraçados em sua digressão; mas, não podendo passar além de Lamaré, pelos obstáculos e banhados que encontrou, teve de regressar para Vileta.”

Tomou parte no combate de Itororó e na batalha de Avaí, comandando a 8ª Brigada de Cavalaria, que participou da formidável carga de Andrade Neves, que desbaratou o flanco do inimigo, na última fase da batalha.

O barão do Triunfo, em sua parte, datada de 13, inclui o tenente-coronel Sousa Docca entre os que “tornaram-se dignos dos maiores elogios, pela sua bravura e perícia”.

Tomou parte no ataque à posição de Piquiciri, a 21 de dezembro, onde foi ferido, “continuando, entretanto, em seu posto até o fim”, conforme se lê na parte de combate do comandante da 8ª Brigada.

O barão do Triunfo o mencionou em destaque “pela bravura e perícia que demonstrou”.

A 27, ainda de dezembro, tomou parte no ataque às posições de Italbaté.

Por decreto de 20 de fevereiro de 1869, foi-lhe conferida a medalha do Mérito Militar, “em atenção aos reiterados atos de bravura praticados em diversos combates”.

Esta medalha, que podia ser concedida mais de uma vez, tinha na fita tantos passadores de prata, quantas fossem as vezes que seu possuidor houvesse sido com ela galardoado e em cada passador inscrita a data do feito meritório.

Havia também o caso de único passador com esta inscrição: “Reiterados atos de bravura.”

Tomou parte no reconhecimento de Ascurra, a 26 de maio de 1869.

Com a 7ª Brigada de Cavalaria, que era elemento do destacamento João Manuel Mena Barreto, marchou a 28 de julho de Piraju rumo a Ibitimi, onde chegou a 5 de agosto, depois de um longo percurso.

Pela madrugada de 16 de agosto, o destacamento do futuro visconde de Pelotas inicia sua marcha rumo à povoação de Caraguataí.

A vanguarda desse destacamento foi confiada ao 20º Corpo de Cavalaria, a comando do tenente-coronel Sousa Docca.

Às 7 horas da manhã, esta vanguarda chocou-se com a retaguarda do inimigo, na boca da picada que conduz à povoação de Caraguataí, apoderando-se de três carretas de munições, que ainda não haviam sido internadas na picada e fez um prisioneiro, que prestou informações sobre uma força paraguaia escondida em mato próximo.

A 19, ainda na vanguarda, continuou a marcha de peregrinação.

“Ao amanhecer de 20”, diz a parte do comando da 5ª Divisão de Cavalaria, “continuei a marcha, encontrando desde logo banhados e esteiros, até que às 7 horas da manhã os exploradores do 20º Corpo de Cavalaria, ao mando do sr. tenente-coronel José Fernandes de Sousa Docca, de vanguarda, encontraram-se com a retaguarda do inimigo, tiroteando-se em seguida até sua completa dispersão pelos matos, deixando eles quatro mortos no campo”.

Na manhã de 21, a mesma vanguarda encontra novamente a retaguarda dos paraguaios, comandada pelo major Hermosa, na picada do Roda-Cuê, que conduzia ao arroio Hondo. Antes de iniciar o combate, o coronel Néri, comandante da 5ª Divisão de Cavalaria, cumprindo ordens do general Emílio Mitre, intimou o inimigo a render-se.

O chefe paraguaio pediu prazo para responder.

“O tenente-coronel Docca”, diz a parte do comandante da referida divisão, “a quem havia incumbido essa missão [a de intimar rendição], por autorização minha, concedeu meia hora que, expirada sem resposta, me obrigou a dar o ataque”.

O inimigo, durante aquela meia hora, operou em célere retirada, mas, perseguido tenazmente, foi alcançado à 1 hora da tarde no Potrero Recalde, onde foi derrotado e perseguido até além do arroio Hondo.

Sobre essa última parte desse feito bélico se lê o seguinte, no longo ofício em que o conde d’Eu participou ao ministro da Guerra as jornadas de agosto de 1869:

“Alguns homens de cavalaria, ao mando do tenente-coronel José Fernandes de Sousa Docca, atravessaram o rio Hondo, que estava de nado.

“Mas, do outro lado, encontraram um extenso banhado, além do qual estava uma força inimiga, que foi calculada em 2.000 homens e dispunha de seis bocas de fogo.”

“Por seus relevantes serviços e em atenção à bravura demonstrada nos combates do mês de agosto”, foi Sousa Docca promovido a coronel, conforme se vê da ordem do dia nº 34, do comando em chefe de todas as forças brasileiras em operações no Uruguai.

Em princípio de setembro, à frente de seu regimento, como parte do destacamento do general Resin, marchou para São Joaquim, que foi ocupado a 20 desse mês.

No dia anterior a essa ocupação e para o fim de realizá-la, fora a posição do inimigo, na subida da serra, reconhecida pelo coronel Sousa Docca, acompanhado do capitão de engenheiros Catão Rocha.

Foram de verdadeira penúria os dias passados pelo destacamento Resin naquela localidade, pela falta de alimentação.

O conde d’Eu, a 25 de setembro, ao ter conhecimento daquela ocupação, dirigiu um ofício ao general Vitorino Monteiro, onde se lê: “Queira V. Ex^a pois, já, louvar em meu nome ao brigadeiro Carlos Resin, a cujo mando se efetuou essa expedição, e bem assim aos coronéis Hermes Ernesto da Fonseca e Bento Martins de Meneses e ao coronel José Fernandes de Sousa Docca, que distintamente o coadjuvaram em tão trabalhosa comissão.”

A 19 de outubro, o brigadeiro Resin, deixando 3.000 homens em São Joaquim, seguiu com o resto de seu destacamento para a vila de Rosário.

Coube ao Coronel Sousa Docca, com seu regimento, fazer a vanguarda.

Seguiu, logo depois, para Conceição e aí se incorporou ao destacamento do general José Antônio Correia da Câmara.

Fazendo a vanguarda desse destacamento, marchou a 25 de novembro, com seu regimento, contra a força paraguaia comandada pelo coronel Romero.

A 28, descobriu uma partida inimiga de 268 homens, no passo Peri-Pocu, comandada pelo major Bogado. Travou, em seguida, forte tiroteio e solicitou reforço, para continuar a luta.

O comandante da 7ª Brigada de Cavalaria assim narra em sua parte de combate o que então se passou:

“Logo que tive parte dessa ocorrência, fiz seguir o coronel José Fernandes de Sousa Docca com alguns clavineiros e lanceiros, dos mais bem montados, com ordem de assumir todo o comando e resolver segundo as circunstâncias.

“Com a presença de nossa cavalaria que se aproximava e com a carga que sobre eles fez o coronel Docca, foram os inimigos completamente derrotados e dispersados pela mata, matando-se-lhes 17 homens e fazendo-se três prisioneiros, ficando em nosso poder um estandarte, grande número de espadas, lanças e clavineiras.”

Nesse mesmo documento se lê: “Os oficiais e praças que tomaram parte no combate portaram-se bem, como sempre, mas seja-me permitido fazer especial menção do coronel José Fernandes de Sousa Docca, pelo acerto com que dirigiu a força que atacou o inimigo.”

O general Correia da Câmara, depois de narrar esse feito bélico, em ofício de 3 de dezembro, ao marechal Vitorino Monteiro, disse: “Devemos o feliz êxito alcançado à intrepidez dos clavineiros da 7ª Brigada, à cuja frente se achavam os bravos coronel José Fernandes de Sousa Docca e tenente-coronel Manuel José Soares.”

A 19 de janeiro de 1870, partiu com seu regimento de Conceição para Bela Vista, a fim de fazer parte da tropa que, sob o comando do coronel Bento Martins de Meneses, operava na região do Apa.

Referindo-se às operações do destacamento do coronel Bento Martins, depois brigadeiro e barão de Ijuí, diz o ilustre general Augusto Tasso Fragoso, no 5º volume de sua magnífica *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*: “Não encontrei a parte relativa à ação do 20º Corpo. Parece que seu comandante era o coronel Sousa Docca. Estava com certeza à frente dele no dia 6 de dezembro.”

É de se acrescentar que continuou nesse comando, sem interrupção, em 1870, até o regresso ao Brasil, depois de terminar a guerra e, desse modo, fez parte das forças que fecharam o cerco de Solano López em Cerro Corá, onde chegou a 2 de março, isto é, precisamente no dia designado pelo general Câmara para o ataque geral, que foi, como sabe-

mos, levado a efeito a 1º, por terem sido nesse dia surpreendidas as guardas avançadas do inimigo.

Terminada a guerra, regressou ao Brasil, à frente de seu regimento, em junho de 1870, e foi acampar em São Borja até 23 de agosto desse ano, data em que foi dissolvido o glorioso 20º Corpo de Cavalaria.

Em “atenção aos relevantes serviços prestados na Guerra do Paraguai”, foram-lhe concedidas as honras do posto do coronel do exército, por decreto de 22 de junho de 1870.

Em janeiro de 1873, quando nossas relações políticas com a Argentina se achavam estremecidas, em consequência das desavenças surgidas nas demarches para a negociação de paz com o Paraguai, o governo teve necessidade de organizar corpos para cobertura de nossas fronteiras no Sul e solicitou para isso, no Município de São Borja, os serviços do coronel Sousa Docca, que, com certeza, organizou um regimento de cavalaria.

Surgiram então acusações de ter havido arbitrariedades nas reuniões.

Entre os que eram mencionados como vítimas figuravam os jovens Manuel Teófilo Barreto Viana, filho do major Antônio José Viana, depois figura de destaque na política sul-rio-grandense e que faleceu no posto de general do exército, e Antônio Soares da Silva, filho do velho major farroupilha Boaventura Soares da Silva.

O coronel Sousa Docca defendeu-se cabalmente dessas acusações, conforme se vê da documentação sobre o assunto existente no arquivo do Ministério da Guerra.

O próprio Boaventura Soares, em carta de seu punho, desfez a aleivosia a respeito de seu filho.

Quanto a Barreto Viana, pessoas de destaque em São Borja, entre elas o cônego João Pedro Gay, depuseram negando a existência de violências.

Cessada a atividade militar, o coronel Sousa Docca consagrou-se aos labores de sua estância no Camaquã, no município de São Borja.

Em telegrama de São Gabriel, de 5 de julho de 1886, o ilustre Dr. João Pereira Borges Fortes solicitou que a bancada do Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados, atendendo aos serviços prestados ao Brasil pelo coronel Sousa Docca, pleiteasse sua promoção a brigadeiro.

Foi imediatamente informado o assunto pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, mas o processo não teve solução definitiva e foi certamente extraviado, visto que não se encontra no arquivo do Ministério da Guerra.

Era o coronel Sousa Docca comendador da Imperial Ordem da Rosa, oficial da do Cruzeiro, condecorado com a medalha de prata da Campanha do Estado Oriental do Uruguai, com a de ouro comemorativa da rendição de Uruguaiana e com a do Mérito Militar.

Faleceu em sua estância, aos 12 de outubro de 1893 e foi sepultado em terras de sua propriedade, no pequeno cemitério, próximo do Porto da Barca, no Camaquã.

Davi Canabarro

Em Pinheiros, local próximo à paróquia de São José de Taquari, no Rio Grande do Sul, nasceu Davi José Martins, aos 22 de agosto de 1796.

Foram seus pais José Martins Coelho, natural de Porto Alegre, e Mariana Inácia de Jesus, catarinense.

Seus avós paternos e maternos eram açorianos, da Ilha Terceira.

Aos 15 anos de idade, alistou-se como simples soldado, num regimento de milícias de 2ª linha e fez a campanha de 1811, sob o comando de D. Diogo de Sousa, conde do Rio Pardo e depois vice-rei da Índia.

Na campanha de 1816 tomou parte nas batalhas de Ibirocaí e de Catalan, sendo ferido nesta.

Combateu ainda em Quegaí sob o comando de Bento Manuel Ribeiro.

Ao terminar a guerra, cingiam-lhe os punhos os galões de alferes, que conquistara por atos de bravura.

Distinguiu-se na campanha de 1825, entre outras ações, no Rincão das Galinhas, onde, com ousada carga sobre o inimigo vitorioso, impediu que os efeitos da perseguição fossem de maiores efeitos. Por esse procedimento, foi promovido a tenente.

Tomou parte saliente na batalha do passo do Rosário, a 20 de fevereiro de 1827.

Terminada a guerra, em 1828, consagrou-se aos trabalhos pastoris, associando-se ao seu tio Antônio Ferreira Canabarro, de quem adotou, a partir de 1837, o último sobrenome, que tanto ilustrou pelos seus notáveis feitos ao serviço da República Rio-Grandense e depois na defesa do Brasil.

A Revolução Farroupilha encontrou-o consagrado às lides da estância.

Somente no ano seguinte aderiu ao movimento revolucionário e foi a este providencial essa adesão, visto que, logo depois, deu-lhe uma extraordinária vitória que havia de constituir um estímulo, pelo arrojo e heroísmo com que foi obtida.

Referimo-nos ao famoso combate da Cerca de Pedra, onde, juntamente com Jacinto Guedes, a 11 de setembro de 1836, à frente de 65 farroupilhas, derrotou estrondosamente 300 legalistas comandados pelo major Lopes da Silva.

A 17 de setembro, ainda de 1836, Canabarro obteve para a causa republicana novo triunfo, de maiores proporções que aquele sob o ponto de vista militar e político, surpreendendo e aprisionando o mais pertinaz dos chefes imperiais, o bravo coronel João da Silva Tavares, depois visconde do Serro Alegre, com grandeza.

Nessa capitulação, o chefe farroupilha figura com o posto de tenente-coronel.

Em maio de 1837, Canabarro sugeriu ao general Antônio de Sousa Neto um plano de campanha que consistia em tomar, antes da capital da província, a cidade de Rio Grande.

Essa ideia evidencia o descortino militar do proponente, visto que a posse daquela cidade importava barrar, por via lacustre e fluvial, a penetração dos imperiais até Porto Alegre e impedia, por terra, a ligação com a cidade de Pelotas.

Os três pontos mencionados eram, então, os únicos que estavam em poder das forças legais.

De posse da chave, do domínio das águas, assegurado ficava o domínio do território da província.

Como ainda havia elementos neutros na campanha, oscilando entre a revolução e a legalidade, Canabarro lembrava ainda que, antes do

ataque à cidade de Rio Grande, era de toda conveniência se conseguisse para a causa farroupilha a adesão completa da campanha, porque, ponderou, “a conquista de Porto Alegre não nos é tão vantajosa como a de Rio Grande e nem uma nem outra no-lo será sem a decisão da campanha, como já ponderei”. (Carta de 11-5-1837.)

O intrépido guerrilheiro, com seu clarividente tino militar tocava, desse modo, num dos fatores principais para o triunfo da revolução.



*General
Davi Canabarro*

Participou Canabarro, daí em diante, dos principais acontecimentos da República e ganhou justa fama que lhe valeu a escolha para comandante da expedição a Laguna, em Santa Catarina, com os objetivos de conquistar um porto de mar e obter adesão à causa farroupilha da província vizinha.

Foram, com relativa facilidade, atingidos esses intentos, mas não estando o povo catarinense trabalhando para a república, não aceitou com alma a nova forma de governo e tudo fracassou.

Canabarro, que havia sido proclamado general da República Catarinense, teve que empreender difícil retirada para o Rio Grande do Sul, revelando notáveis qualidades de condutor de homens, que haviam de ser aproveitados em outra empresa de grande vulto.

Em novembro de 1840, o exército republicano que sitiava Porto Alegre corria grande risco com a marcha que o general Pedro Labatut fazia rumo a Viamão.

A permanência dos farroupilhas na vila Setembriana importaria passarem de sitiadores a sitiados. Era preciso um golpe audaz. Deste foi incumbido Canabarro e consistia em surpreender a retaguarda do chefe imperial, no nordeste da província.

Foi esse intento conseguido depois de uma travessia em que a tenacidade de Canabarro e o heroísmo de seus comandados passaram pelas mais duras provas, com os mais estupendos resultados.

José Garibaldi assombrou-se tanto com essa cruzada que, tão logo chegou ao seu termo, abandonou o serviço da República e, recebendo uma “ponta de gado” como pagamento de seus serviços, seguiu para o Estado Oriental e de lá deu a quitação definitiva, declarando em termo assinado na Legação do Brasil que “renunciava prestar qualquer serviço” à guerra contra o Império e “que debaixo de sua palavra de honra protestava não tomar mais parte naquela luta”.

O general Labatut, percebendo a aproximação de Canabarro, bateu em retirada. Por esse procedimento, foi preso e submetido a Conselho de Guerra.

No declínio da República Rio-Grandense, agravado com a presença do barão de Caxias à frente do exército imperial em operações na província, os farroupilhas viram em Canabarro o homem capaz de enfrentar o vendaval que os impelia para a derrota e o elegeram general em chefe, em substituição a Antônio de Sousa Neto, que sucedera a Bento Gonçalves nesse alto cargo.

Foi ingente a luta de Canabarro, enfrentando a capacidade, a figura, a coragem e a atividade do maior de nossos generais.

Observou um biógrafo do bravo e nobre general farroupilha: “Já cansado o exército da República; reduzido pela perda dos territórios que

dominara nos tempos de prosperidade, declinava sem recurso. Para que se extinguisse nas mãos de Canabarro, deram-lhe o comando em chefe.”

Vemos nesse ato dos rio-grandenses outro objetivo, qual o de evitar uma derrota completa e fatal. Canabarro correspondeu galharda e nobremente a essa esperança, conseguindo uma paz honrosa, tratada de potência a potência, com a prerrogativa de indicarem os republicanos o presidente da província.

A atuação de Canabarro contra Caxias gerou, no espírito deste, nobre e grande admiração pelo adversário que transformou, a seguir, em um dos seus maiores amigos e auxiliar prestimoso no serviço da pátria.

Chefes e soldados farroupilhas, confirmando a proclamação de seu general em chefe, de 28-2-45, que representava um postulado de seus sentimentos brasileiros, concorreram em massa para a defesa do Brasil quando o “poder estranho” a que aludira Canabarro em sua proclamação de paz ameaçava, na realidade, a “integridade do Império” e, então, sob o comando de Caxias, fizeram as campanhas de 51 e 52.

Na vanguarda das tropas brasileiras, comandando uma divisão estava Canabarro e, desse modo, ainda conforme sua expressão, os farroupilhas partilhavam da “glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos ao bem geral do Brasil”.

Tendo sido, em 1857, organizado um corpo de exército de observação no Rio Grande do Sul, coube a Canabarro o comando de uma brigada.

Logo depois, em atenção aos seus serviços, foi elevado a brigadeiro honorário do exército e nomeado comandante da fronteira de Quaraí.

Achava-se no exercício desse cargo quando, com o apresamento em plena paz do *marquês de Olinda*, Solano López iniciou, em novembro de 1864, a guerra contra o Brasil.

Atendendo a um apelo do presidente do Rio Grande do Sul, Canabarro se consagrou à organização de tropas para a defesa de nossas desguarnecidas fronteiras, desde Quaraí até São Borja.

Graças ao desprendimento do intrépido guerrilheiro e à nobreza de sua orientação, colocando os sentimentos patrióticos acima das paixões partidárias, contou com o auxílio dedicado e prestimoso tanto de seus cor-

religionários como de seus adversários políticos e pôde, assim, organizar com presteza a 1ª Divisão Ligeira.

Esta divisão, como sabemos, foi a primeira força a enfrentar os paraguaios no Rio Grande do Sul e a que, depois da invasão, sem esmorecimento e obedecendo a um plano, como ficou evidenciado em capítulos anteriores, esteve sempre atenta e com o inimigo à vista, até sitiar em Uruguiana o mesmo, para a vitória completa e incruenta de 18 de setembro de 1865.

A injustiça do ministro da Guerra – Ângelo Muniz da Silva Ferraz – cassando o comando de Canabarro e submetendo-o a processo, emprestando-lhe desse modo a responsabilidade da invasão paraguaia, não entibiou-lhe os sentimentos patrióticos.

Recolheu-se à sua estância e daí não cessou de conjurar os amigos a servirem o Brasil.

Quando o general Osório teve a árdua tarefa de organizar no Rio Grande do Sul o 3º Corpo de Exército, entre os homens de prestígio que prontamente o auxiliaram se destacou o brigadeiro Canabarro, embora ainda sob a afronta do Conselho de Guerra.

Este conselho, o grande Caxias, em seguida à sua nomeação para comandante em chefe das forças em operações no Paraguai, mandou arquivar juntamente com outros que, no seu dizer, “o Ferraz inventou para arredar seus inimigos das posições em que se achavam”. (Carta de Caxias a Osório, de 20-10-1866.)

Canabarro foi então reintegrado no comando das fronteiras de Quaraí, Livramento e Uruguiana.

Em princípios de dezembro, ainda de 1866, o general Osório participava ao ministro da Guerra que entre os que o coadjuvavam “com todo o empenho para a reunião de forças” se destacava o bravo e nobre brigadeiro Davi Canabarro.

Nos mesmos termos transcreveu, a 19 desse mês e ano, ao presidente do Rio Grande do Sul e, em 6 de janeiro de 1867, participava prazerosamente ao marquês de Caxias os serviços prestados pelo brigadeiro Canabarro para a organização do 3º Corpo de Exército.

Onze dias depois, apreensivo e compungido, Osório em outra missiva dizia ao nosso grande general: “O brigadeiro Canabarro está muito trôpego e um pouco tomado da voz.”

Caxias respondeu, pesaroso, a 20 de março seguinte: “Sinto muito o estado de saúde em que me diz estar o nosso amigo Canabarro.”

Havendo obtido rápidas melhoras, o intrépido e prestante brigadeiro volta a auxiliar Osório. É este quem o diz, em carta a 19 de março ao presidente da província.

Agrava-se, entretanto, outra vez o mal, que provinha de pequeno ferimento num pé quando lidava na mangueira de sua estância.

Precisamente no dia em que Osório escrevia ao presidente do Rio Grande, noticiando o auxílio que recebia de Canabarro, este, às 10 horas da noite, piorava consideravelmente, chegando a perder a fala, que recobrou às 2 horas da manhã.

Três dias depois, compreendendo seu estado de saúde, talvez com um dos maiores pesares de sua vida ao serviço da pátria, chamou seu ajudante de ordens, o tenente Davi José Martins – e ditou uma carta ao general Osório, em que comunicava não poder “cuidar em mais nada” e, por isso, devia ser substituído no comando que exercia.

Osório, ante o mal irremediável, deu-lhe substituto e, em comunicação ao presidente da província, lamentou o afastamento do bravo líder e prestante cidadão “depois de ter feito muitos importantes serviços para engrossar as fileiras deste exército (3º Corpo) e estando pronto para reunir-se a ele”. (Carta ao Dr. Homem de Melo, de 25-3-1867.)

Três dias depois, Canabarro já às portas da morte, ainda tinha seu pensamento voltado para a defesa do Brasil e depositava seus anseios no coração de seu grande e nobre amigo, o general Osório, a quem dirigiu sua última carta, nestes termos comovedores: “Exmº Amigo e Senhor barão de Herval. Tenho piorado de meus incômodos. A perna, muito inchada, não me deixa caminhar; sofro também do estômago... De V. Exª amigo dedicado – Davi Canabarro.”

Teria mais alguma coisa a dizer, como está a indicar a reticência, mas o sofrimento e a emoção não o permitiram. Além disso escrevia em posição incômoda: deitado na cama, servindo-se do traveseiro como

mesa, segundo declarou seu ajudante de ordens, ao enviar essa missiva a Osório e, daí, observou, a imperfeição que a letra apresentava.

Não há espírito patriótico, não pode haver alma brasileira que, transportando-se, nos últimos dias da vida de Canabarro, à sua estância de São Gregório, não sinta uma profunda emoção pela agonia do herói, que morria pensando no Brasil, num recanto fronteiriço e encantador da heroica Província do Rio Grande do Sul, que corria às armas com todos os seus homens válidos e de cujos anseios Canabarro era um exemplo e um símbolo.

Quinze dias depois daquela carta, isto é, às seis horas da manhã de 12 de abril de 1867, falecia esse homem que, pela sua inteligência, pela nobreza de seus sentimentos cívicos e patrióticos, pela fidelidade aos compromissos morais, pela austeridade exemplar ao serviço de seus ideais, pela probidade impecável, pelo seu devotamento à liberdade, construiu uma vida edificante, que honra sua geração, rica de heróis, e enche de nobre orgulho a nobre gente sul-rio-grandense.

João Manuel Mena Barreto

Era filho do bravo e prestante Marechal de exército João de Deus Mena Barreto, visconde de São Gabriel, que tinha como divisa: “Mesmo moribundo, o soldado não tem o direito de negar à pátria, em seus dias difíceis, os serviços reclamados por ela.”

Nobre legenda esta, que deve ser inscrita nos alojamentos de nossos quartéis.

Nasceu João Manuel em Porto Alegre, aos 7 de julho de 1824. Jovem ainda, com 15 anos de idade, mas sob os impulsos de notável vocação para o serviço das Armas, como todos os de sua gloriosa estirpe, alistou-se a 1º de julho de 1839 no 1º Regimento de Cavalaria.

Em março de 1841 foi transferido para o 2º Regimento, seguiu para sua província natal e tomou parte na luta contra os farroupilhas, até a pacificação, em 1845.

Ingressou cedo no oficialato e fez rápida carreira: a 27 de maio de 1841 foi promovido a alferes; a 30 de setembro de 1846, a tenente, e três anos depois, isto é, a 27 de agosto de 1849, a capitão, com antiguidade de 7 de setembro de 1847.



*General
João Manuel Mena Barreto*

Fez a campanha de 1851-52, como assistente do deputado do ajudante-general, junto às 7^a, 8^a e 12^a brigadas.

Pelos seus méritos, teve acessos rápidos aos postos superiores: major a 14 de abril de 1855, para o 3^o Regimento de Cavalaria; tenente-coronel dois anos depois, isto é, a 2 de dezembro de 1859; coronel a 18 de fevereiro de 1865, para o 4^o Regimento, sendo, entretanto, nomeado comandante do 1^o Batalhão de Voluntários da Pátria. À frente dessa unidade seguiu para o Rio Grande do Sul, em março seguinte.

Foi hercúleo seu trabalho na organização desse corpo de paisanos.

Ameaçada a fronteira de São Borja, para aí teve ordem de seguir. Após longas caminhadas, chegou ao Corpo de Voluntários, a duas e meia léguas daquela vila, a 8 de junho de 1865.

Na manhã de 10, teve aviso de que os paraguaios ameaçavam passar o Uruguai, no porto do Passo.

Não deu a devida importância a essa notícia, que era transmitida por um viajante, na suposição de que se tratava de boato.

Cerca de três horas após teve a confirmação do que dissera o viajante. Ordenou, então, que o batalhão fosse municiado e determinou ao seu imediato que seguisse com celeridade para o ponto ameaçado, e adiantou-se para aí.

Momentos depois, achava-se à frente do inimigo que avançava rumo à vila, em luta com um pugilo de bravos do 3º Batalhão de Guardas Nacionais e do 22º Corpo de Cavalaria.

Duas horas depois chegava o 1º de Voluntários e, reforçando aqueles bravos, detiveram o avanço dos paraguaios que, depois de rápido combate, na embocadura da Rua São João, retornaram para o passo.

João Manuel portou-se no combate com admirável sangue-frio, revelando apreciável capacidade tática, ímpeto e bravura no ataque e, com sua energia, conseguiu que os bisonhos voluntários reenfrentassem o inimigo, obrigando-o a retirar-se. Pôde assim organizar e proteger a retirada das famílias.

No local em que fez prodígios de valor e reafirmou a coragem dos de sua estirpe, foi construído um quartel. Aí se aloja o 2º Regimento de Cavalaria Independente que, por decreto nº 1.591, de 29 de abril de 1937, foi denominado Regimento João Manuel, em homenagem ao bravo comandante do 1º de Voluntários da Pátria.

Em agosto de 1865, foi nomeado deputado do ajudante-general do exército em operações no Rio Grande do Sul, sendo dispensado dessas funções a 5 do mês seguinte.

Depois da rendição de Uruguiana, passou a comandar a 14ª Brigada do 1º Corpo de Exército, até fevereiro de 1866, quando se recolheu ao Rio de Janeiro, a fim de assumir o comando do 1º Regimento de Cavalaria.

Em 24 de dezembro de 1866, foi nomeado comandante da 1ª Divisão do 2º Corpo de Exército.

Em janeiro de 1867, passou a comandar a 3ª Divisão de Cavalaria do mesmo corpo de exército e que era constituída pelas 5ª e 6ª brigadas.

A 1º de junho de 1867 foi promovido a brigadeiro.

Coincide com o generalato de João Manuel a segunda fase da campanha no território paraguaio, isto é, a campanha ativa, que teve início com o comando do ínclito Caxias e vai até a tomada de Rojas.

O papel de João Manuel, a partir de seu generalato, é dos mais brilhantes e dos mais decisivos no decurso dessa campanha.

Vamos dar, em seguida, um rápido relato de seus gloriosos feitos.

Em 12 de outubro de 1867, passou a comandar a 1ª Divisão de Cavalaria, composta das 1ª e 2ª brigadas, comandadas, respectivamente, pelos coronéis José de Oliveira Bueno e Tristão José Pinto.

À frente dessa divisão, tomou parte na fase final do combate do Tatagiba, de 27 de outubro de 1867, muito contribuindo para a derrota do inimigo, merecendo por isso louvores de comandante em chefe do exército.

Havendo o marquês de Caxias tido conhecimento de que o inimigo concentrado em Humaitá recebia recursos do interior, pela via de comunicação que passava pelo Potrero Ovelha, onde eram reunidos e guardados por forças de cavalaria e infantaria animais vacuns e cavalos, resolveu praticar um reconhecimento nos terrenos adjacentes, à margem esquerda do Paraguai e ocupar aquela importante posição e também a de Taji, devendo o reconhecimento estender-se até a vila Pilar.

Desse modo, ficaria fechado completamente o sítio às forças paraguaias.

“Desta honrosa e importante comissão”, segundo os próprios termos da ordem do dia do Exército, em operações, foi incumbido o brigadeiro João Manuel Mena Barreto, que, a 28 de outubro, recebeu de Caxias as respectivas instruções e seguiu, ao anoitecer, para seu destino.

O Potrero Ovelha foi ocupado depois de renhida peleja, em que tivemos fora de combate 391 homens, entre feridos e mortos, figurando entre estes o bravo coronel Manuel Rodrigues de Oliveira, vítima de uma apoplexia fulminante.

João Manuel deu cabal e glorioso desempenho a sua missão, ocupando Taji a 2 de novembro seguinte.

“Este fato”, disse Caxias, “do mais subido alcance para o desfecho da presente campanha foi precedido de um combate em que, ainda uma vez, assinalaram-se as nossas Armas por mais um brilhante e completo

triunfo sobre as do inimigo, atualmente circunscrito ao espaço limitado pelos seus entrenchamentos, sem a menor comunicação com o interior.”

Realizaram, pois, os objetivos do ilustre marquês de Caxias e a João Manuel coube a glória de, com seus bravos comandados, ser o executor de tão notáveis realizações, que tiveram influência capital nas futuras operações militares.

Com a ocupação de Taji ficaram cortadas as comunicações fluviiais entre Humaitá e Assunção.

Caxias manifestou em ordem do dia seu entusiasmo por ver confirmado o alto conceito que fazia de seu bravo camarada.

Ao forte tomado, João Manuel denominou São Gabriel, em homenagem a seu ilustre genitor.

Chegando ao conhecimento dos aliados que Solano López estava concentrando gado na região de Tebiquari, com o intuito de passá-lo para o Chaco, Mitre e Caxias combinaram uma expedição, a fim de arrebanhar esse gado e confiaram-na ao brigadeiro Manuel e ao coronel Santos Correia.

Essa expedição, composta de 1.500 homens, sendo 1.200 sob as ordens imediatas do chefe brasileiro e os restantes comandados pelo coronel argentino, partiu a 24 de novembro.

Mena Barreto, depois de um percurso de mais de 20 léguas, regressou a 29, das margens do Tebiquari, que reconheceu, trazendo 2.000 cabeças de gado vacum e 200 cavaleiros e lanígeros.

O coronel Santos Correia, que foi até o arroio Jacaré, regressou a 28, com 800 animais vacum, apreendidos no acampamento de São João.

Em dezembro, fazia-se necessária nova expedição ao Tebiquari. O chefe indicado foi, mais uma vez, o prestante e bravo brigadeiro João Manuel, que seguiu a 13, com um destacamento de 1.100 homens.

Atravessou o Nhembocu, foi até o Tebiquari, derrotando a força aí existente e lançou o coronel José de Oliveira Bueno em diligência rio acima, com o objetivo de arrebanhar o gado que encontrasse.

A colheita foi de 2.000 cabeças.

Em junho de 1868, o exército paraguaio ainda ocupava a região do Tebiquari. Essa ocupação exigia um reconhecimento, com o fim de

verificar os recursos do inimigo. O marquês de Caxias confiou novamente essa missão ao brigadeiro João Manuel, que, com notável atividade, grande tino e costumada bravura, realizou um reconhecimento arriscado, mas plenamente satisfatório.

No decurso dessa diligência, travou diversos combates, salientando-se entre eles o do dia 7.

Seguiu-se a *dezembrada*, onde estava reservado um papel de destaque ao bravo João Manuel, que se salientou na batalha de Avaí, forçando com sua divisão, aumentada com o 28º e o 51º de Voluntários da Pátria, um dos passos do arroio Avaí, a fim de atacar as forças inimigas que se achavam fazendo a esquerda e a retaguarda da linha de batalha paraguaia.

“A maneira brilhante”, diz o comandante do 1º Corpo de Exército, “por que o brigadeiro João Manuel executou esta operação, concorrendo eficazmente para a completa desordem nas fileiras inimigas, veio patentear mais uma vez sua inteligência e bravura, bem como de seus camaradas.”

Com o fim de levar um ataque à posição do inimigo em Piquiciri, julgou o marquês de Caxias conveniente um reconhecimento prévio e dessa missão foi incumbido, a 17 de dezembro de 1868, o brigadeiro João Manuel, que fez “uma profunda sondagem no interior, chegando até os lugares denominados Capiatá e Areguá”.

Depois deste reconhecimento, o marquês de Caxias estabeleceu seu plano de manobras para a tomada de Piquiciri.

O comandante em chefe, com o grosso, atacaria Itá-Ibaté, que, no conceito autorizado de Tasso Fragoso, “representava a chave da situação tática”.

O brigadeiro João Manuel, com a 1ª Divisão de seu corpo reforçada pelas 7ª e 11ª brigadas, comandadas respectivamente pelos coronéis Frederico Augusto de Mesquita e José de Oliveira Bueno, atacaria as trincheiras de Piquiciri. O coronel Correia da Câmara observaria Angustura.

Vejamos como João Manuel, com a tropa às suas ordens, cumpriu sua missão.

Precisamente no momento em que Caxias iniciava o combate em Itá-Ibaté, dava-se o ataque às linhas fortificadas de Piquiciri, com o salto ao centro de entrincheiramento inimigo.

Assim procedeu João Manuel, porque, conforme declarou em sua parte de combate, se lhe afigurara que, “rompendo a linha inimiga que tinha pela frente e tomada a primeira boca de fogo, fácil seria a tarefa de levar de vencida o adversário”.

Deu início ao combate a brigada Mesquita, composta do 15º Batalhão de Infantaria e do 39º de Voluntários da Pátria. Em seguida, entrou em ação a brigada Oliveira Bueno, constituída pelo 11º Batalhão de Infantaria e 35º de Voluntários da Pátria. Coube a esta brigada o maior esforço.

Assim explica o coronel Bueno sua entrada em combate, em carta de 13 de janeiro de 1869, publicada por Hélio Viana, na revista *Cultura Política*, nº 36: “Ficando com minha brigada de guarda à artilharia, fiz um movimento por minha deliberação sobre a linha de fortificação inimiga, a qual nos cortava a comunicação com o exército argentino que se achava em Palmas; obtive um feliz resultado, desbaratando 2.500 homens que saíram ao meu encontro, matando-lhes 690 e tantos, 200 feridos e prisioneiros, tomando-lhes 26 canhões, que foram disputados um por um”.

O bravo 11º de Infantaria, de gloriosa tradição, tendo à direita o 35º de Voluntários, “precipitou-se em carga sobre a trincheira inimiga”, indo à sua frente o comandante da brigada, o intrépido coronel Oliveira Bueno. Foi assim tomado o primeiro canhão e, em seguida, os outros.

A cavalaria também cooperou para o triunfo “com suas formidáveis cargas”, disse João Manuel em sua parte de combate, e também mais o seguinte:

“Trinta e duas bocas de fogo de todos os calibres e espécies, de calibre 32 para baixo, três bandeiras, inúmera porção de munição de guerra de artilharia e mosquetaria, mais de 600 espingardas, pela maior parte de fuzil, e o resto belga, carros manchegos, carretos, etc., sobre um campo onde morderam a terra mais de 800 inimigos, entre os quais se encontravam dois oficiais superiores e 20 subalternos e 200 prisioneiros, são os troféus de nossa vitória.”

“O ataque de João Manuel Mena Barreto à linha de Piquiciri”, observa o ilustre general Tasso Fragoso, “executado simultaneamente com o de Caxias à colina de Itá-Ibaté, foi coroado de êxito feliz e acarreou duas

vantagens inestimáveis: o isolamento de Angustura e a abertura de comunicações francas com Palmas.”

Coube a João Manuel o comando das forças aliadas que ficaram sitiando Angustura até a rendição dessa fortaleza, a 29. Comandou o 1º Corpo de Exército, de 5 de março a 17 de abril de 1869, data esta em que reassumiu o comando de sua divisão, por ter chegado ao teatro da guerra o general Osório.

Iniciada a campanha de perseguição, coube a João Manuel papel de destaque, como prolongamento de sua notável atuação na última fase do comando do imortal Caxias.

O inimigo, depois de *dezembrada*, se recolhera para as cordilheiras, estabelecendo sua capital em Peribebeuí. Essa região, além de propícia para a defesa, era o centro das fábricas do Paraguai; era rica em agricultura e desconhecida pelos aliados.

Para o início das operações, eram necessários reconhecimentos. Para um destes, foi designado o brigadeiro João Manuel, que, ao mesmo tempo, deveria reunir as famílias paraguaias disseminadas, na maior miséria, nas regiões de Vila Rica e Ibitimi.

A expedição partiu do acampamento de Piraju a 31 de maio e, depois de um percurso penoso, pelas selvas e serras, combatendo com o inimigo emboscado em desfiladeiros, e completada a destruição da fundição de ferro de Ibicuí, regressou a 11 do mês seguinte ao ponto de partida, com informações que foram de grande utilidade para as manobras de penetração na cordilheira.

Resolvido o ataque a Peribebeuí, coube a João Manuel, na manobra para esse fim, a missão de “cortar a retirada do contingente de Romero, que se batera com Portinho no vale do Tebiquari ou, pelo menos, dificultar-lhe a junção com o grosso de López”.

Para isso, deveria percorrer em sentido inverso a estrada que perulstrara na expedição anterior, isto é, partir do acampamento de Piraju rumo a Paraguari, buscando desse ponto os serros Portenho e Sapucaí, seguindo depois para noroeste e, em continuação, para o norte, rumo de Ibitimi, até o arroio Pirapucu, flanqueando assim a marcha do grosso, composto do 1º e 2º corpos de exército e de contingentes dos aliados.

João Manuel partiu às primeiras horas da noite de 28 de julho, e a 5 de agosto, ao meio-dia, atingia Ibitimi, onde parou por ouvir tiros de artilharia do 1º Corpo de Exército.

A 6, reuniu-se a este corpo e com ele participou do ataque a Peribebuguí, a 12.

Osório dividiu a tropa sob seu comando em duas colunas. A primeira foi por ele dirigida pessoalmente e a seguinte, que atuou em sua esquerda, por João Manuel, que foi atravessado por uma bala de fuzil quando conseguíamos a vitória e se fazia ouvir, por esse motivo, o toque de cessar fogo.

O intrépido brigadeiro, que era, na expressão justa a precisa de Dionísio Cerqueira, “elegante e belo tipo de fidalgo, com a bravura tradicional de sua família”, foi sepultado na igreja de Peribebuguí, sendo em 1880 seus restos mortais trasladados para Porto Alegre, por ordem do visconde de Pelotas, então ministro da Guerra.

Sua gloriosa espada está sob a guarda do 2º Regimento de Cavalaria Independente, em São Borja, de que é patrono.

Conquistara pela bravura e dedicação ao serviço da pátria as seguintes condecorações: medalha das campanhas de 1851-1852; Ordem Imperial do Cruzeiro; Ordem da Rosa e medalha do Mérito Militar.

Com exceção do conde d’Eu, que, após seu casamento com a princesa Isabel, fora agraciado com o posto de marechal, e do bravo general José Antônio Correia da Câmara, que ascendera ao generalato por seu valor pessoal, João Manuel Mena Barreto era o oficial general mais moço do Exército Brasileiro. Contava 45 anos de idade.

Por sua bravura e notáveis talentos militares, conquistou imorredoura glória e estava destinado a relevante papel na última fase da guerra, do que era penhor seguro sua atuação nos principais feitos bélicos, depois que sua elevação ao generalato permitiu-lhe exercer efetivamente altos comandos.

A morte de João Manuel Mena Barreto foi sentida pelo país inteiro e, em particular, pelos bravos do exército em operações acostumados a vê-lo, galhardo e intrépido, dando-lhes exemplo de dedicação e destemor, e assim guiando-lhes sempre para a luta e para a vitória.

Honrou as tradições de bravura de seus maiores e enriqueceu de páginas gloriosas a história militar do Brasil.

João Clemente Godinho

Serviu com distinção nas campanhas contra Oribe e Rosas e foi promovido a capitão.

Foi um dos principais elementos na organização do 3º Batalhão de Infantaria Montada de Guardas Nacionais, para a defesa contra a agressão paraguaia.

Coube-lhe o comando da 2ª Companhia. A esta subunidade, como é sabido, tocou o maior esforço na luta de 1865.

O comportamento heroico do Godinho foi imediatamente premiado com a promoção a major, a 22 ainda de junho, e com o oficialato da Ordem da Rosa, por decreto de 3 de janeiro de 1866.

Teve papel destacado no combate de Butuí, a 26 de junho, ainda de 1865, e fez parte das forças que encurralaram o inimigo em Uruguaiana e mantiveram-no em sítio até a capitulação de 18 de setembro.

Foi-lhe oferecida a medalha comemorativa desse acontecimento.

Regressou com sua unidade para São Borja e ficou fazendo parte das forças que ali se conservaram de reserva e, ao mesmo tempo, guarnecendo nossas fronteiras.

Na organização do 3º Corpo do Exército, passou a comandar o 48º Batalhão de Infantaria Montada da Guarda Nacional e com essa unidade seguiu para o Paraguai, em abril de 1867.

Tomou parte nos combates de Pare-Cuê e Tatajubá, a 3 e 21 de outubro. A 26 de dezembro, ainda de 1867, passou a comandar o 17º Corpo Provisório de Cavalaria.

A 21 de fevereiro de 1868 foi promovido a tenente-coronel.

Distinguiu-se nas batalhas de Avaí e de Lomas Valentinas, a 11 e 21 de dezembro de 1868, merecendo fervorosos louvores de seus comandantes de brigada e divisão, nas respectivas partes de combate.

Por decreto de 20 de fevereiro de 1869, foi-lhe conferida a medalha do Mérito Militar, pelos seus reiterados atos de bravura em diversos combates.

Como elemento do destacamento do brigadeiro João Manuel Mena Barreto, seguiu com seu regimento para a expedição de Ibitimi, a 31 de maio de 1869.

Fazia a retaguarda da expedição em seu regresso de Vila Rica, conduzindo milhares de famílias paraguaias, que foram encontradas em extrema penúria, quando foi cercado por forte força inimiga, no desfiladeiro de Sapucaí, a 8 de junho.

Uma única solução se impunha: lutar. Ordenou então uma carga sobre o inimigo, sendo ferido e obrigado a recuar; comandou, entretanto, nova carga e foi outra vez repellido e, desse modo, obrigado a retirar-se pelo flanco esquerdo do inimigo, única saída, que estava desguarnecida. Refugiou-se depois dessa façanha nas matas, acompanhado de quatro oficiais e sessenta e quatro praças. Começa, em plena selva, um peregrinar penoso, passando arroios, subindo e descendo serras, até encontrar a estrada para Ibicuí, onde acampou a 11.

O único alimento, diz Godinho em sua parte, eram “laranjas, abóboras, mandioca e milho”; e acrescenta: “Os oficiais e praças que me acompanharam sempre portaram-se com o caráter de soldados brasileiros. Tive na minha derrota somente perda de alguns cavalos cansados.”

Por seu heroico comportamento, foi pela segunda vez condecorado com a medalha do Mérito Militar. Esta medalha podia ser concedida mais de uma vez e para isso estabeleceu o Decreto nº 4.131, de 28 de março de 1868, que criou que tivesse “tantos passadores de prata quantas fossem as vezes de sua concessão, sendo em cada passador inscrita a época do feito meritório”.

Tendo se agravado o estado de saúde de Godinho, em consequência do ferimento recebido em Sapucaí e que fora mal curado, foi dispensado do serviço a 28 de julho de 1869 e regressou ao Brasil.

.....

Capítulo XI

MONUMENTO AOS HERÓIS DE SÃO BORJA

COMO JÁ FICOU MENCIONADO na Nota 36 da Primeira Parte deste livro, em 1900 foi levantada uma grande cruz de madeira no local em que, a 10 de junho de 1865, à entrada da vila de São Borja, foi mais renhido o combate, repelindo os invasores paraguaios que daí retrocederam para o passo.

Mais tarde, nesse local, foi construído o atual quartel do 2º Regimento de Cavalaria Independente, que tem como patrono o bravo brigadeiro João Manuel Mena Barreto, que comandou os brasileiros ali e no dia referido contra os invasores.

O cruzeiro de 1900 ficou, desse modo, no centro do pátio do novo quartel.

Era uma homenagem modesta mas significativa, a recordar o acontecimento que representa edificantes exemplos de heroísmo na defesa do Brasil.

Fazia-se mister, entretanto, que além dessa homenagem ao heroísmo coletivo de nossa gente fossem perpetuados os nomes dos que mais

se distinguiram e dos que derramaram seu sangue ou deram a vida em holocausto à pátria.

Foi apresentada essa ideia ao exm^o sr. general Eurico Gaspar Dutra, que, com o seu elevado sentimento patriótico, a aceitou e deu ordens para sua realização por intermédio do seguinte aviso:

“Considerando que o culto dos heróis e do passado deve ser sempre reavivado entre as novas gerações, como exemplo do devotamento à pátria; considerando que os nomes daqueles que lutam pela defesa e integridade territorial do Brasil devem ser perpetuados; considerando que o melhor meio de perpetuá-los é inscrevê-los nos bronzes dos monumentos; considerando que a heroica defesa da então vila de São Borja, no Rio Grande do Sul, por ocasião da invasão paraguaia, a 10 de junho de 1865, é uma página brilhante da nossa história; considerando, finalmente, que no pátio do quartel do Regimento João Manuel (2^o RCI) foi erguida, pela fé cristã de nossa gente, uma tosca cruz de madeira de lei que recorda o local exato onde se feriu o principal combate durante a invasão, resolve:

“1^o - mandar construir um pedestal quadrangular de granito, no pátio do quartel do referido regimento, sobre o qual será fixada a cruz aludida, devendo em cada um dos lados do pedestal ser colocado um escudo de bronze, com os nomes dos mortos no campo de honra, feridos em combate, elogiados e condecorados, conforme a planta apresentada pelo Gabinete Fotocartográfico;

“2^o - designar para se encarregar da execução desse monumento e assistir à sua inauguração, como meu representante, o general Emílio Fernandes de Sousa Docca, que fará todo o possível para inaugurá-lo a 10 de junho do corrente ano.”

Exposta pelo autor da Segunda Parte deste livro a concepção geral do monumento a Luís Gomes Loureiro, do Gabinete Fotocartográfico do Ministério da Guerra, esse inspirado artista a concretizou na magnífica planta que serviu para a confecção do monumento, sendo o trabalho em bronze realizado na Fundação Indígena, do Rio de Janeiro, e a parte relativa ao granito pela firma J. Aloys Friderichs, de Porto Alegre, que também fez a montagem geral.

A inauguração foi feita a 10 de junho de 1943, pelo general Sousa Docca, representando o ministro da Guerra, com a assistência de altas autoridades civis e militares, de descendentes de alguns dos heróis homenageados e de grande massa popular. Formou para a solenidade o Regimento João Manuel.

O monumento, que é dedicado pelo Exército brasileiro aos heróis de São Borja, é constituído por uma coluna de granito do Rio Grande do Sul, tendo em cada face um escudo de bronze ornado de grinaldas.

No escudo da frente, encimado pelas condecorações da Imperial Ordem do Cruzeiro, da Ordem de Cristo e da Ordem da Rosa, que foram conferidas aos que se distinguiram no combate, se lê o dístico: *condecorados* e, abaixo, estes nomes:

Coronel João Manuel Mena Barreto
Tenente-coronel José Ferreira Guimarães
Tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega
Major José Fernandes de Sousa Docca
Major José Rodrigues Ramos
Capitão Francisco José Cardoso Tico
Capitão Francisco da Silva Lago
Capitão João Clemente Godinho
Capitão Luís Ribeiro de Sousa Resende
Capitão Raimundo José de Sousa
Tenente Felisberto Cardoso de Sousa
Tenente José Joaquim Mena Barreto
Alferes Agostinho Ribeiro da Fontoura
Alferes Antônio da Costa Guimarães
Alferes Antônio Paulino Pinto da Fontoura
Alferes Joaquim Vieira de Oliveira
Alferes José Clemente Vieira Souto
Alferes Nuno de Melo Viana
Alferes Paulino Gomes Jardim
Cirurgião Dr. João Inácio Botelho de Magalhães
Sargento-ajudante Manuel José de Castro

Segundo-sargento Joaquim Pinto de Assunção

Furriel Luís Antônio de Vargas

Músico Manuel Vieira Passos

Cidadão Manuel de Sousa Pena

No escudo de uma das faces laterais, encimado por uma cruz latina, se lê *Mortos no campo de honra*, que foram os seguintes:

Primeiro-sargento José Epifânio dos Santos Melo

Segundo-sargento Antônio José Lopes Filho

Segundo-cadete Palmor Nunes da Silva

Cabo Francisco Antônio da Silva

Soldado Antônio José de Araújo

Soldado Antônio Paz de Azevedo

Soldado Bento Lóis da Silva Lima

Soldado Francisco Antônio da Silva

Soldado Gil Bonifácio da Costa

Soldado Henrique Simeão Marinho

Soldado João Estêvão Bezerra

Soldado Firmino Júlio de Moraes Carneiro Jr.

Soldado Manuel de Jesus Pereira

Soldado Leopoldino Rodrigues Teixeira

Soldado Manuel Ribeiro da Silva

Soldado Paulo Ângelo Valente

Soldado Sérgio José Rodrigues

Na outra face, sob uma coroa de espinhos, está o dístico *Feridos em combate* e em seguida os nomes:

Primeiro-sargento Antônio Rodrigues da Silva Venerando

Primeiro-sargento Fortunato dos Santos Xavier Jr.

Segundo-sargento João José Rodrigues

Segundo-cadete Basílio Ernesto da Nóbrega

Segundo-cadete Bráulio da Costa Correia

Particular Augusto Pereira Liberato

Cabo Cândido Alves Cabral

Cabo Ricardo José Jacinto

Anspeçada Custódio Antônio de Sousa
Anspeçada Luís Mendes Ribeiro
Soldado Antônio Joaquim de Sousa
Soldado Antônio Feliciano da Silva
Soldado Basílio Gomes da Silva
Soldado Domingos José Fernandes
Soldado Daniel da Silva Borges
Soldado Francisco Custódio da Costa
Soldado João Pedro de Sousa
Soldado Policarpo Luís Peixoto
Soldado Francisco de Sousa
Soldado Geraldo dos Santos Ferreira Barcelos
Soldado João Rodrigues
Soldado João dos Santos Andrade
Soldado João Cândido de Melo Botelho
Soldado João Félix da Silva Braga
Soldado Joaquim Gomes de Azevedo
Soldado José Antônio de Sousa Santos
Soldado José Maria Pires Ferreira
Soldado Mariano Antônio da Cunha
Soldado Quirino Soares de Menezes

Na face anterior, sob duas palmas entrelaçadas e após o dístico
Elogiados, figuram estes nomes:

Coronel João Manuel Mena Barreto
Tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega
Tenente-coronel José Ferreira Guimarães
Major José Fernandes de Sousa Docca
Major Vasco José Guimarães
Major José Rodrigues Ramos
Capitão Carlos Augusto da Cunha
Capitão Francisco José Cardoso Tico
Capitão Francisco da Silva Lago
Capitão Luís Ribeiro de Sousa Resende

Capitão João Clemente Godinho
Capitão Manuel Ferreira Moraes
Capitão Raimundo José de Sousa
Tenente Felisberto Cardoso de Sousa
Tenente João Batista dos Santos
Tenente José Joaquim Mena Barreto
Tenente Manuel da Cunha Silveira
Tenente Miguel Batista Meireles
Tenente Venceslau Joaquim dos Santos
Alferes João da Cunha Silveira S^o
Alferes Joaquim Vieira de Oliveira
Alferes Pedro da Cunha Silveira
Alferes Vitro José Cardoso
Alferes Liberato José Gutierrez
Alferes José Clemente Vieira Souto
Alferes Antônio Paulo Pinto da Fontoura
Alferes Antônio da Costa Guimarães
Alferes Nuno de Melo Viana
Alferes Agostinho Ribeiro da Fonseca
Alferes Paulino Gomes Jardim
Cirurgião Dr. João Inácio Botelho de Magalhães
Sargento-ajudante Manuel José de Castro
Primeiro-sargento Antônio Manuel dos Santos
Segundo-sargento Joaquim Pinto de Assunção
Segundo-sargento Pedro Jospe Lopes
Segundo-sargento Bernardo Santiago Ortiz
Segundo-sargento Ramão Rodrigues Padilha
Segundo-sargento João José Rodrigues
Furriel Emílio Garcia Treis
Furriel Joaquim Pinto Soares
Furriel José Alves Correia
Furriel Luís Antônio de Vargas
Cabo Evaristo Leite de Miranda

Cabo Ricardo José Jacinto
Soldado João Rodrigues
Músico Manuel Vieira Passos
Cidadão Manuel de Sousa Pena

No topo da coluna foi plantado um cruzeiro de pau-ferro (*Apuleia Férrea*, de Mart. Ou ibiraitá de nossos indígenas) das matas da margem esquerda do rio Uruguai, ou seja, das mesmas em que foi colhido o magnífico toro de cedro em que José Brazanelli talhou a bela estátua de São Francisco de Borja que, por incompreensão de seu grande valor artístico, foi retirada do altar-mor da matriz são-borjense.

Esse cruzeiro está cintado por uma gargalheira de bronze, de que saem quatro festões em forma de folhas de acanto, cobrindo os ângulos da parte superior da coluna.

No ato da inauguração, o general Sousa Docca pronunciou o seguinte discurso:

“Orientado pelo alto sentido de seu patriotismo vigilante e constante, S. Ex^a o sr. general Eurico Gaspar Dutra, digno ministro da Guerra, aceitou com entusiasmo minha lembrança para, com o ato a que estamos assistindo, prestar o Exército uma homenagem significativa e imorredoura aos nossos maiores que, neste campo, nos legaram, a par de atos de heroísmo e desprendimento, uma lição edificante de como se defende a pátria quando pisada por gente estranha, em som de guerra.

“Cabe-me a honra insigne de ser nesta solenidade, de tão nobre culto ao passado, o representante da mais alta autoridade militar do Brasil.

“Reveste-se este ato de maior esplendor, em seu sentido cívico, pela presença do eminente general Alcio Souto, digno comandante da 1^a Divisão de Cavalaria e da Região Missioneira.

“Sua Excelência, pelas suas virtudes morais e cívicas, pelo seu espírito patriótico e pela sua cultura geral e técnica, é depositário das esperanças e da fé do Exército, para a realização de seus grandes destinos, no sentido de sua alta e nobre finalidade.

“Procurei mais de uma vez transportar para o papel a emoção e o ardor, o entusiasmo e a fé que, em turbilhão, alvoroçam minha alma e borbulham em meu pensamento, ao recordar a grandeza, a magnitude

dos feitos de nossos pais e avós, na luta ingente aqui sustentada há 78 anos precisamente, e cujas memórias estamos honrando, com a compreensão que nos eleva, de quanto a pátria lhes deve.

“Não vi, não senti nas linhas escritas a interpretação do que eu sentia e então fiz o que pude e é o que se segue, abrindo para isso a alma, para que ela, à semelhança de um estuário imenso, recebesse a confluência de todas as recordações do cosmorama grandioso do passado.

“E, assim, recordei, numa distância de meio século, a tradição da defesa heroica, pela voz de meu pai e, também, no entusiasmo orgulhoso de seus destemidos soldados e companheiros de glórias, depois seus dedicados servidores nas lides afanosas da estância, ali perto das ribanceiras risonhas e inesquecíveis do Camaquã formoso.

“Relembro esse reconto ao redor do tradicional fogão gaúcho, desse fogão de encantos, de lendas, de inspirações, fonte perene de solidariedade e de onde, certo dia, o orador incomparável que foi Gaspar da Silveira Martins levantou seu vôo condoreiro para as lutas tribuniciais, com a bandeira da liberdade na mão.

“E reli, como lia nas entrelinhas da História do Brasil, ainda na escola primária, o heroísmo, o sacrifício, o vigor, o exemplo, a lição dos combatentes que, entretanto, ali não se mencionavam como era mister para o nosso culto cívico.

“E ouvi, como ouvira em plena juventude, a narrativa do sangue que ensopou esta terra, pelos próprios defensores ainda então sobreviventes, e entre eles destaque, com saudade e admiração, o alferes José Luís Gonçalves Lajes, um dos meus professores primários e, na sua austeridade insinuante e digna, o tenente Belisário Antônio Guimarães, veteranos ambos da tremenda luta de cinco anos, desde as barrancas descobertas e frondes do Uruguai às margens escondidas do Aquidabanigui, nas entranhas das selvas paraguaias.

“E reli, como lera em plena maturidade, a documentação preciosa de nossos arquivos sobre o feito memorável que neste momento nos empolga e nos orgulha e, de tudo isso, este painel memorável e impressionante: está por amanhecer um dia como este – deveria ser mais ou menos assim, visto que o tempo em seu eterno perpassar é quase sempre o mesmo, pouco muda, a natureza é constante –, o homem é que se transforma e

passa, ficando, entretanto, dele o espírito que o animou, o ideal por que se bateu, para continuar nos que o sucedem e é por isso que, embora em outra situação, estamos vivendo os grandes momentos que os nossos maiores aqui viveram há 78 anos.

“Devia ser um dia como este, o de 10 de junho de 1865, e o drama assim se passou: pouco mais de 200 homens, em vigília, grupados sobre o Porto do Passo, de armas na mão e o coração batendo compassado, como bate o coração dos bravos em frente o perigo, têm a atenção fixada na margem direita do rio, espreitando, ao mesmo tempo, os arredores do Formigueiro e, de quando em vez, espraiam a vista para os lados de São Tomé, na intenção de, como o padroeiro da cidade argentina, verem para crer. E não durou muito tempo a realidade brutal.

“Ao amanhecer, é o ofício do intrépido comandante daquelas duas centuárias de bravos que o declara, ao amanhecer se apresenta em frente ao Passo numerosa força paraguaia – é o inimigo! É o inimigo que vai invadir o solo querido e sagrado do Brasil!

“Só um pensamento domina a nossa gente: a defesa a qualquer preço. Era preciso ter e tinham os nossos maiores, para essa angustiosa conjectura, como o herói de Horácio, o coração revestido de bronze, do bronze da coragem galvanizado pelo patriotismo e, por isso, puderam enfrentar, sem temor, de espírito erguido, o invasor bravo, audaz e numeroso.

“Assiste-se de cá ao lançamento de canoas no rio e o embarque, em seguida, dos invasores: é o ataque.

“O major José Rodrigues Ramos, a despeito da idade e da gordura excessiva, revive os dias de sua mocidade heroica e, enérgico e solícito, se desdobra em atividades, tomando providências. Manda para o porto próximo à Pedra das Lavadeiras a 1ª Companhia com 69 homens, comandada pelo tenente José Lopes Falcão, coloca no Porto do Passo a 4ª Companhia, com 73 combatentes, sob o comando do tenente Felisberto Cardoso de Sousa; põe no Porto do Cemitério Velho a 3ª Companhia com 72 homens, sob as ordens do tenente Cândido Pacheco de Morais Castro, e determina que siga para o Porto do Potreiro o intrépido capitão José Clemente Godinho com a sua Companhia, a 2ª, com 74 homens.

“Eram ao todo 288 combatentes para lutar numa extensão de alguns quilômetros.

“A disseminação ordenada era indispensável, por se ignorar o ponto eleito pelo inimigo para o desembarque. Resultou dessa disposição da força que só puderam tomar parte na primeira fase da luta contra o desembarque os bravos das 2ª e 3ª companhias, em número de 146.

“O inimigo convergia com todas as suas canoas para o Porto do Potreiro, mas sendo aí repellido pelos heroicos soldados de Godinho, fez-se ao largo e retornou à margem esquerda, indo desembarcar no Porto do Lugo, de onde desceu sobre os nossos, cabendo aos 74 homens da 2ª Companhia enfrentar os 400 invasores.

“A 3ª Companhia corre em auxílio dos bravos camaradas que, assim reforçados, recuam disputando o terreno palmo a palmo, com o pensamento voltado para as famílias e para a defesa destas, redobrando de energia.

“Momentos depois a situação chega a ser trágica: o efetivo paraguaio é elevado ao dobro, com os 400 homens desembarcados neste lado durante a noite e que procuram envolver pelo flanco os destemidos infantes brasileiros.

“A esse mesmo tempo, as canoas despejam no Porto do Passo mais uma leva de invasores.

“Foi nesse momento angustioso que, atendendo ao chamado de socorro, chega providencialmente, a toda a rédea, o 22º Corpo Provisório de Cavalaria.

“Eram 10,30 horas da manhã – o comandante do regimento, coronel Tristão de Araújo Nóbrega, destaca em proteção à infantaria um esquadrão de clavineiros às ordens do destemeroso alferes Joaquim Vieira de Oliveira, que opera prodígios de valor, numa carga de centauros, sobre a linha dos invasores, desfechando-lhes, a poucos metros, a primeira descarga para, em seguida, os agredir, ferindo-os e matando-os a patas de cavalos, a golpes de espadas, a pontas de lanças – num torvelinho infernal, pelo retinir dos ferros que se chocam, pelos gritos e pelas imprecações dos que lutam.

“Com essa ousada carga, a ofensiva diminui sua intensidade e permite, embora em luta áspera, uma retirada mais desoprimida, pelos briosos infantes brasileiros, que recebem, quando se opera esse recuo, o auxílio das outras duas companhias e, assim, retardam o avanço paraguaio

e dão azo a que as famílias, surpreendidas em seus lares, abandonem estes, procurando salvação na fuga.

“Entra também nesse momento em ação o resto do 22º Corpo Provisório de Cavalaria e, assim, a luta passa à segunda fase, em que das barragens do Uruguai até aqui durou três e meia horas.

“Desse modo, os invasores conseguiram penetrar apenas quatro quilômetros, ou seja, pouco mais de um quilômetro por hora.

“O espaço percorrido e o tempo escoado estão a indicar a resistência dos nossos bravos antepassados.

“Assim, o cónego João Pedro Gay descreve essa fase da luta:

‘À meia légua do passo de São Borja à entrada da vila, o inimigo formou uma fileira de atiradores de quatro filas de fundo e pôs-se em marcha para os lados da vila.

‘Em vão o tenente-coronel Tristão com a cavalaria e o major Docca com os lanceiros do Corpo 22º lhes disparavam seus tiros sobre sua direita; os paraguaios que se achavam nos lugares atacados pelos nossos bravos paravam, mas o grosso de suas forças caminhava sem cessar.

‘Somente de vez em quando sua fileira se abria para dar passagem aos tiros de algumas pequenas bocas de fogo, que puxavam à mão.’

“Ocorre então um ato de heroísmo individual: Leocádio Francisco das Chagas, vigoroso caboclo, que nutria apego sublime aos pagos, onde campeava ufana, descuidosa e livre sua fama de bom e de valente, era cabo de esquadra do 28º Corpo Provisório de Cavalaria que, no dia da invasão, como sabemos, acampava à margem esquerda do Uruguai, em São Mateus.

“Leocádio, entretanto, se achava na vila, com licença. Ao saber, porém, da luta que se travava lá para os lados do Passo, tomou suas armas – a espada, a garrucha e uma lança – e foi se reunir aos seus irmãos.

“Chegando às imediações do local em que nos achamos, descortinou o drama da peleja.

“Retesaram-se seus músculos, aprumou o busto e, firmando-se fortemente sobre os estribos, pernas em linha reta, nervos tensos, semblante carregado, olhar em chamas, contemplou por um momento aquele espetáculo e, então, impellido por um desejo feroz de mergulhar na luta,

senta-se fortemente sobre o lombilho e, um pouco curvado para frente, esporeia seu fogoso corcel que, com as narinas dilatadas, desprendendo baforadas de vapor, com as orelhas retesadas para trás, [abre] [es]trepitosa desfilada, como enorme seta direita ao centro da linha paraguaia, onde Leocádio com pulso vigoroso, lanceia um soldado e retrocede, agora descrevendo curvas, unido ao cavalo, no sentido do comprimento deste, à maneira dos charruas e minuanos, em suas famosas cargas.

“Exaltado com essa ventura, volta segunda vez, com espanto dos paraguaios, e novo golpe desfere e outro homem tomba, com o peito sangrando, nos espasmos da agonia.

“Terceira vez, entre protestos veementes e ovações delirantes de seus camaradas, repete a mesma façanha, com o mesmo resultado prodigioso.

“Passado o momento de surpresa e espanto dos paraguaios, que viam no audaz cavalariano antes um duende que um homem, sobre ele descarregam freneticamente suas carabinas e, estarrecidos, viram que o fantástico ginete volta à linha brasileira e, em seguida, retorna ao ataque, mas desta vez para nunca mais voltar, porque antes de atingir o alvo tombam trespassados por inúmeras balas o intrépido gaúcho e o fogoso corcel – como um centauro.

“Nesse momento entra o combate em sua terceira fase.

“É uma e meia hora da tarde.

“Surge na arena o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria com 609 combatentes, bandeira desfraldada, ao som de hinos marciais, dando vivas ao Brasil.

“Era um batalhão de recrutas, que mal sabiam manejar as armas, que tinham a lhes animar, para a refrega imensa, a coragem proverbial do homem do Brasil.

“Então sobre este solo e debaixo deste céu estacam os invasores, atônitos pela surpresa daquela aparição.

“O bravo coronel João Mena Barreto assume o comando geral dos nossos e toma, num relance, as disposições para o engajamento: ordena que o batalhão, num avanço ousado, realize um ataque geral, de frente, e esse ataque é levado a efeito, sendo o flanco esquerdo dos infantis protegido por 32 centauros, armados de lança e sob as ordens do major Sousa

Docca, e a direita resguardada por 40 bravos sob o comando do capitão Cardoso Tito.

“Os invasores, que haviam estacado, aguardam firmes o avanço dos nossos e quando os têm a uma distância de cerca de 300 metros dão a primeira descarga e os nossos respondem com nutrido fogo.

“Em onda raivosa então os paraguaios, reforçados por novas levadas desembarcadas, se lançam em massa sobre os defensores.

“O choque é tremendo – o 1º de Voluntários perde a formatura e procura abrigar-se na vila. Nesse recuo quase perde sua bandeira.

“Na defesa dela, novo rasgo de heroísmo pessoal é aqui praticado, agora pelo furriel Luís Antônio de Vargas. Este intrépido voluntário da pátria era filho do Município de São João de Montenegro.

“Achava-se no Rio de Janeiro, no exercício de sua profissão de maquinista, quando o governo, apelando para os brasileiros, publicou o decreto criando os corpos de voluntários da pátria.

“Luís Vargas foi dos primeiros a se alistar no 1º Batalhão, de gloriosa memória.

“Com esse corpo seguiu para o Sul, cheio de entusiasmo porque ia defender sua amada província, seriamente ameaçada.

“Revelou logo rara tendência para o serviço militar: atividade, ardor, energia, inteligência e admirável resistência física. E, por isso, pouco tempo depois de seu alistamento foi promovido a furriel.

“Quando seu batalhão enfrentou o inimigo aqui neste local, fazia parte da guarda da bandeira.

“A impressão do inimigo ao ver surgir o 1º de Voluntários, ao som da música, foi de surpresa e desconfiança, pois sabia estar a vila sem defesa.

“Querendo, porém, tirar partido de um golpe audaz e impressionante, se lança como um leão em cólera sobre a força brasileira.

“Nesse embate, hercúleo e raivoso, envolve parte daquele batalhão, que chega a perder a formatura e a afrouxar a resistência. Nesse momento angustioso, um cavalariano paraguaio chega a empunhar a bandeira do 1º de Voluntários, mas é atacado num relâmpago e de rijo pelo furriel Vargas.

“O paraguaio repele disparando sua garrucha; erra, porém, o alvo; recorre então à espada, que desembainha num relance e, quando pretende atingir ao bravo infante, este, num lance heroico, crava a baioneta no largo e musculoso peito do cavalariano, que tomba pesadamente, deixando a bandeira a tremular na mão vigorosa do furriel brasileiro.

“Luís Vargas, com o grande esforço feito ao atirar o golpe sobre o paraguaio, partiu uma das veias da perna direita. Esse lamentável desastre o impossibilitou para o serviço militar e para trabalhos pesados. Foi por isso excluído com baixa por incapacidade física e se recolheu a sua terra natal.

“Aí viveu ainda alguns anos, ignorado e paupérrimo, ostentando sobre vestes a condecoração da Imperial Ordem do Cruzeiro, que lhe fora conferida pelo seu heroico feito, e teria sucumbido na miséria se o barão Homem de Melo, quando presidente do Rio Grande do Sul, em 1867, não o tivesse colocado em modesto emprego no Arsenal de Porto Alegre.

“O feito de Luís Antônio de Vargas, salvando, quando ao serviço de uma causa nobre, a Bandeira do Brasil, não é inferior ao de Gonçalo Pires, ao serviço da ambição de Afonso V, o Africano, na batalha de Toro, em 1476, arrancando das mãos de um espanhol a bandeira portuguesa.

“O bravo lusitano, entretanto, teve seu feito divulgado e acrescentou ao seu nome, por ordem do rei, para maior realce, o apelido de *Bandeira* e, ficando ao abrigo das necessidades, pôde ser o tronco de uma geração ilustre, da qual, se crê, descende o grande campeão rio-grandense Rafael Pinto Bandeira.

“O heroico e inditoso furriel brasileiro, porém, ficou ingrata e impatrioticamente esquecido e morreu inválido e trabalhando obscuramente.

“Em dezembro de 1937, por sugestão de quem vos escreve, o prefeito de Porto Alegre deu o nome de Furriel Luís Antônio de Vargas a uma das ruas da formosa capital gaúcha, a que fica entre as ruas Pedro Chaves Barcelos e Raimundo Correia.

“No feito deste herói, aqui praticado, tendes, meus camaradas, meus conterrâneos e meus concidadãos, um exemplo edificante e memorável de como se deve defender o símbolo sagrado da pátria.

“Voltemos ao combate. O coronel Mena Barreto, logo depois daquele recuo, conseguiu reorganizar o batalhão e à sua frente voltou à peleja, mas o inimigo não mostrou desejo de continuá-la e afastou-se, em ordem, para o Passo.

“Os nossos, cautelosamente e visando a retirada das famílias, ocuparam as embocaduras das ruas.

“Cessou assim a refrega.

Já houve quem comparasse a defesa de São Borja, em 10 de junho de 1865, ao feito de Termópilas. Não há exagero na comparação, mas é de se observar, para orgulho e glória nossos, que aqui não houve Efialto e as hostes do Xerxes paraguaio estacaram às portas desta vila e nela só penetraram dois dias depois, já abandonada.

“É aos heróis que aqui nos legaram exemplos de valor e de desprendimento, lições edificantes de amor aos pagos e de alto patriotismo – qualidades essas características dos fortes e dos bons; é a esses heróis representados, todos, nos nomes que estes escudos de bronze perpetuaram; é a esses heróis, sem distinção de postos ou posição, porque todos se uniram e se bateram, como irmãos, iguais, pela mesma causa; é a esses heróis que hoje, aqui, congregados, rendemos o culto de nossa fervorosa e imperecível admiração, nesta homenagem de nobre e alto sentido cívico e que encerra um juramento: o de honrar-lhes a memória.

“Somente os que sabem amar e reverenciar os que morreram pela pátria serão capazes de saber morrer por ela.

“No culto do passado, existe a forma mais bela e mais pura e o meio mais eficiente para se manter a grandeza moral da nação.

“O povo que desconhece, que não sente, que não ama e não palpita com seu passado perde o sentido de si mesmo e se desgarrá ou fica à mercê dos povos fortes ou dos aventureiros audazes.

“A defesa das fronteiras do Brasil tem, em seu extremo meridional, nos feitos que este cruzeiro assinala e nos sacrifícios que ele recorda, uma fonte perene de ensinamentos de como se defende o solo sagrado da pátria quando pisado em som de guerra.

“Guardai sempre este cruzeiro, filhos desta terra, homens e mulheres do Brasil, porque ele representa um escrínio contendo as virtudes que enobrecem o ser humano, concretizadas no amor e na coragem.

“Camaradas do regimento João Manuel! É a vós que S. Ex^a o sr. general ministro da Guerra entrega, em nome do Exército, este patrimônio simbólico de nosso passado heroico, para que fique sob vossa guarda.

“Tenho convicção de que sabereis guardá-la, com o culto de vossa compreensão cívica e com o amor e o entusiasmo que ele desperta, na lição que traduz.

“Que este cruzeiro, que se eleva para os céus, fale sempre à alma dos que têm o coração a bater sob uma farda, dizendo-lhes nos feitos que ele recorda:

“Coragem – é assim que se defende a pátria!

“E que a inspiração que dele brota, como de uma fonte de luz eterna, se alteie como chama viva e paire sobre os céus do Brasil, iluminando todas as consciências, para que um sentimento patriótico, acrisolado e alto, nos anime e nos proteja, à semelhança daquela águia da lenda persa que estendia no espaço o leque infinito e plumoso de suas asas, para proteger dos raios do sol calcinante o rebanho que devia nutrir-lhe os filhos, assegurando assim a perpetuidade de sua raça!

“E que os ecos marciais que aqui se ouviram, há 78 anos, congregando os nossos maiores para a defesa, continuem vibrando sob os céus da pátria, no alto das montanhas, nas suas encostas; nas grutas e nos vales; no dorso das coxilhas, nos seus declives e canhadas; que vibrem por toda a parte, em toda a vastidão da terra brasileira: no murmúrio dos seus rios; na voz estrepitosa de suas cachoeiras; na brisa que cícia nas suas penas ou nas franjas de suas árvores; no rugir magnífico do minuano; no gorjeio canoro de seus pássaros; no plangente mugido de seus rebanhos; no vigoroso nitrir dos corcéis; no berro potente dos touros, no canto estridente do alerta quero-quero; na surdina maviosa da carícia de todas as mães; nos acordes magníficos de nossos hinos; que, nesse conjunto harmonioso, não cessam de vibrar, que vibrem sempre, para que jamais se enfraqueça, para que não fique nunca em silêncio o nosso amor pelo Brasil!”

.....

Capítulo XII

MUNICÍPIO DE SÃO BORJA: RESUMO HISTÓRICO

O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO de São Borja foi parte integrante das antigas Missões Orientais fundadas pelos jesuítas à margem esquerda do Uruguai.

Desde seu povoamento, pertencia politicamente à Espanha, mas esteve sempre sob o domínio fechado e absoluto dos seus fundadores, quer no temporal, quer no espiritual.

Pelo Tratado de Madri, como é geralmente conhecido o de 13 de janeiro de 1759, devia o território missioneiro passar para o domínio português, por troca com o da Colônia do Sacramento, o que não se efetuou devido à oposição dos indígenas capitaneados pelos jesuítas.

A Espanha, entretanto, reteve a Colônia do Sacramento, por meio de conquista.

Como revanche, os brasileiros, com o predomínio do elemento sul-rio-grandense, conquistaram em 1801 o território dos Sete Povos, que foi assim incorporado definitivamente ao domínio lusitano.

Os habitantes de São Borja tiveram nessa conquista um papel excepcional – quando perceberam que se aproximavam da povoação as tropas brasileiras, saíram ao encontro destas, não para enfrentá-las terçando armas em campo aberto, mas para fraternizar com elas, entregando-lhes, manietado, o administrador espanhol.

Foi um ato espontâneo de perfeita adesão e de alta e pura brasilidade.

São Borja é a cidade mais antiga do Rio Grande do Sul. Sua fundação, segundo documentos mencionados por Aurélio, data de 1682.

O núcleo inicial de seu povoamento constou de 1.952 pessoas, oriundas do Povo de São Tomé. Somente em 1687 é que foi constituído em povo independente.

O primitivo Povo de São Tomé, fundado em 1632, em território atualmente rio-grandense, era habitado por indígenas da nação Tape que, em 1639, emigraram para a margem direita do Uruguai e fundaram o atual povo daquele nome.

Conclui daí Aurélio Porto que os fundadores de São Borja eram tapes.

O cônego Gay diz que o núcleo vindo de São Tomé era composto de “índios charruas”, estando assim de acordo com o visconde de São Leopoldo.

Evaristo Afonso de Castro declara que foram charruas, minuanos e tapes os fundadores da referida povoação.

No relatório municipal, relativo ao ano de 1919, também se menciona como primitivos habitantes de São Borja os indígenas dos três grupos ou parcialidades recém-mencionados.

Uma retificação deve ser feita: a relativa ao ano da fundação, que é o de 1682 e não o de 1690, como consignam todos os historiadores e é oficialmente considerado.

O patrono escolhido para a novel redução foi São Francisco de Borja, que há 11 anos havia sido canonizado. É esse santo glorioso e imortal um dos heróis da humanidade. Foi grande nas pompas palacianas, no fastígio de seu poder social e político e maior ainda na convicção de sua fé e na revelação de suas virtudes cristãs.

Quarto Duque de Gandia, grande de Espanha, vice-rei da Catalunha, tudo isso era quando, diante do cadáver decomposto da rainha Isabel, na capela dos reis, na Catedral de Toledo, sentiu profunda desilusão das vaidades terrenas e se encaminhou da vida boa para a vida perfeita.

Sete anos depois, em março de 1546, sofria novo e profundo golpe com a morte de sua doce esposa, a gentil portuguesa Leonor de Castro.

Então, numa renúncia de que só as grandes almas são capazes, trocou todos os faustos em que vivia, todas as riquezas materiais que possuía, pela roupeta de jesuíta.

Faleceu em 1572 e foi canonizado 99 anos depois.

Esse santo glorioso e imortal tem seu culto perene e fervoroso em São Borja, através de sua imagem – aquela belíssima estátua entronizada no altar-mor da matriz e que foi talhada pelo gênio artístico do irmão José Brazavelli, em magnífico toro de cedro, das florestas verdes que opulentavam as margens do caudaloso Uruguai.

Era a seguinte a planta do povo de São Borja: no centro uma praça quadrada, com 250 metros em cada face; a frente ficava para o norte; na face sul, erguia-se o templo, com entrada voltada para a parte interna da praça, tendo ao lado direito o cemitério e ao esquerdo o colégio e as oficinas, a sala de música, os depósitos; ao fundo, em toda a extensão da largura dessas repartições ficava a horta; na face leste da praça se erguiam o hospital, a cadeia e o alojamento dos indígenas, que também fechavam as faces do oeste e norte. Esses alojamentos constavam de amplas salas sem repartições internas; ao norte, na estrada da redução, em posto avançado, ficava o quartel.

As reduções eram constituídas por seis, 12 e até mais quadras, paralelas, com diversas ruas.

Os quarteirões de cem metros de frente sobre 15 de fundos tinham duas frentes e, em cada uma destas, 20 salas com uma porta e uma janela. A separação dessas salas, no sentido longitudinal, era feita por uma parede de um metro de espessura, onde assentava a cumeeira. Os quarteirões eram circundados por um alpendre.

A primitiva igreja de São Borja foi delineada, em 1696, pelo irmão José Brazavelli, que também dirigiu a construção.

Era um magnífico templo, assim descrito por Saint-Hilaire, em 1821:

“Para nela entrar, sobem-se três degraus de pedra, passando sobre um vasto átrio sustado por quatro filas de colunas de madeira, de ordem dórica, colocadas duas a duas sobre o mesmo pedestal. Esse átrio confina com três portas esculpidas e pintadas, sendo uma maior correspondente à nave principal, e as outras duas às naves laterais. Entre as portas veem-se, nas paredes, figuras colossais de santos pintadas de modo grosseiro. A igreja é construída de alvenaria de pedras, mas, não havendo calcário na região, o reboco é feito de barro. Por baixo dos muros vai uma argamassa composta de areia, argila e bosta de vaca, que, asseguram-me, nem a mais forte e duradoura chuva é capaz de estragar. Não há campanário, nem torre que o substitua. Os sinos foram colocados no pátio do velho convento, sob um telheiro quadrado, onde vão dobrá-los, tendo para acesso uma pequena escada de madeira.

“Quanto à pavimentação interior, é feita de ladrilhos desiguais; a abóbada é alta, mas de madeira porque a falta de cal impede fazê-la de pedras. Contei 160 passos da porta principal ao altar-mor e 43 de uma parede lateral à outra. A nave principal é separada das laterais por oito arcadas sustidas em colunas de madeira, de ordem jônica, colocadas duas a duas sobre um mesmo pedestal.

“Não possui coro e os altares são apenas três, um para cada nave. As imagens dos santos que ornem o altar-mor são muito mal esculpidas, mas o altar é guarnecido de ornatos extremamente dourados elevando-se até a abóbada.

“Sob uma das arcadas, a mais próxima do altar-mor, existe uma tribuna isolada e de forma oval, destinada aos músicos. De cada lado da igreja fica uma sacristia, estando a da esquerda cheia de pedaços de uma multidão de imagens de santos, de todos os tamanhos, pintados e em madeira. Vi um cujos braços eram móveis, parecendo-me representar Pilatos ou Judas³⁰⁷ e era provavelmente destinado a figurar em uma dessas farsas pias com que os jesuítas divertiam os índios.

307 Creio que Saint-Hilaire se refere à imagem de Santo Inácio, que tinha, conforme vimos, os braços e a cabeça móveis.

“Embora ainda mantida com asseio, essa igreja há muito não sofre reparação alguma. A falta de cal obrigou, como o disse já, os jesuítas ao uso da madeira na abóbada e nas colunas, delas saindo, continuamente, pedaços. É de crer-se que breve este templo estará em ruínas.”³⁰⁸

Assim efetivamente aconteceu. Logo depois, principiaram a aparecer goteiras no telhado e o templo ruiu.

No mesmo local, em 1846, teve início a construção da atual matriz.

São Borja foi o local escolhido, em 1757, pelo general Pedro Ceballos para o funcionamento do tribunal que devia julgar os jesuítas acusados de causadores da rebelião que impedira a entrega das Missões Orientais, de acordo com o Tratado de Madri.

Foi então armado na praça principal, atual 15 de Novembro, um barracão.

Aí foram ouvidos os morubixabas das reduções, que unanimemente declararam, com confirmação dos indígenas, em grande número presentes, “que a rebelião fora ato, obra e culpa sua”.

O tribunal presidido por Ceballos absolveu então os jesuítas.

Depois da conquista de 1801, o fato principal ocorrido no território são-borjense foi o cerco da vila, estabelecido por André Artigas em setembro de 1816.

Disse o cônego Gay, em 1863, baseado na tradição “de alguns velhos índios que conheceram André Artigas, que este nascera em São Borja e daí fugira para Corrientes quando José Gervasio Artigas ‘era capitão-comandante do Povo de São Tomé’ e que o caudilho indígena ‘se apegou’ ao grande caudilho oriental, que considerou aquele como seu filho adotivo”.

Essa versão tem sido repetida por inúmeros autores, com enxertos criados pela fantasia.

O que há de positivo é que André Artigas foi um dos caudilhos de maior influência na região correntina, onde predominava o elemento indígena.

Estabeleceu o sítio de São Borja em 21 de setembro, à frente de 2.000 homens, dispondo de duas peças de artilharia.

A guarnição da vila brasileira estava sob o comando do general Chagas Santos e constava apenas de 220 homens, tendo, entretanto, dez peças de artilharia, da Companhia de Granadeiros de Santa Catarina.

Foram realizados diversos assaltos, repelidos com energia pelos sitiados.

A situação destes dia a dia se agravava. Era necessário o urgente socorro da tropa brasileira. A mais próxima estava a 50 léguas, na fronteira de Alegrete, sob o comando de José de Abreu, depois barão de Serro Largo.

Urgia chegasse a esse chefe o pedido de socorro; para isso era necessário atravessar a linha dos sitiados.

Coube essa arriscada missão ao miliciano paulista Antônio José de Moura, que “em uma noite muito escura”, diz uma testemunha do feito, “pôde romper a linha de sentinelas inimigas” e foi entregar ao tenente-coronel Abreu o ofício de Chagas Santos, pedindo proteção.

O futuro barão de Serro Largo, à frente de 693 homens, se pôs imediatamente em marcha e, a 3 de outubro, derrotou estrondosamente os sitiados, que fugiram espavoridos, uns em direção ao passo de São Borja e outros rumo ao sul, sendo estes em número de 700, desbaratados no dia 4 na barra do Butuí por um destacamento de 230 homens sob o comando do espião Paula Prestes.

André Artigas foi, a 24 de junho de 1819, aprisionado pelo sargento Joaquim Antônio Santiago, do Regimento de Infantaria de Santa Catarina, no passo de Santo Isidoro, no Uruguai.

Remetido para o Rio de Janeiro, foi internado na fortaleza de Santa Cruz, onde faleceu em princípio de 1820.

O heroico miliciano Antônio José de Moura, terminada a guerra, obteve uma sesmaria nas proximidades da serra de Iguaçu, no 2º distrito de São Borja, onde fixou residência.

Aí nasceu seu filho Antônio, que seguiu para a guerra do Paraguai, em junho de 1865, comissionado no posto de alferes da 4ª Companhia do 15º Corpo de Voluntários e de lá só voltou depois de terminada a campanha, em 1870, no posto de tenente-coronel do 11º Corpo de Cavalaria.

Essa ascensão na carreira militar de Antônio José de Moura evidencia seu notável valor e seus excepcionais serviços no decurso da cruenta guerra.

Foram-lhe, mais tarde, a 17 de junho de 1880, concedidas as “honras de coronel honorário do Exército, em atenção aos relevantes serviços prestados à pátria na Guerra do Paraguai”.

Foi o coronel Moura o salvador de centenas de mulheres e crianças internadas, por ordem de Solano López, na mais deplorável miséria e sujeitas aos mais atrozes suplícios, nos desertos de Espadim.

Entre as libertadas pelo coronel Moura, figurava a Sra. Dolores Urdapilleta, viúva do íntegro juiz Bernardo Jovellanos. Essa senhora, que é a mãe do escritor paraguaio Juan O’Leary, depois de supliciada, em seguida à morte de seu esposo, fora ali internada.

O coronel Moura, que foi miseravelmente assassinado em 1892, fez por escrito minuciosa narrativa de sua expedição ao Espadim. Essa exposição foi utilizada pelo visconde de Taunay no *Diário do Exército* e pelo general Tasso Fragoso na *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*.

No início da cruzada farroupilha, visando a República Federativa do Brasil, e quando não estava ainda de todo vitoriosa essa ideia entre os que se levantaram contra o governo legal, a Câmara de São Borja subcreve esta manifestação que vale por um ato e significativo compromisso de nobre, firme e alta brasilidade: “Esta Câmara, de comum acordo com as demais autoridades do município, vai tomar todas as medidas a seu alcance a fim de conservar o Pacto Social que garante o Direito das Nações constitucionais, aplicando todos os meios precisos para tornar homogêneas as opiniões dos cidadãos, para, desta sorte, evitar-se a guerra civil e sustentar-se a união e a integridade do Império brasileiro.”

Vieram depois as guerras externas – a campanha contra a tirania argentina em 1851-52, do Uruguai em 1864 e, finalmente, a do Paraguai, com a epopeia da defesa de São Borja e com a glorificação no decurso da guerra de vultos eminentes na vida são-borjense, entre eles os generais Francisco Rodrigues Lima, Manuel do Nascimento Vargas, coronéis Tristão de Araújo Nóbrega, Antônio Fernandes Lima, José Fernandes de Sousa Docca, Antônio José de Moura, major José Rodrigues Ramos e muitos ou-

tros oficiais superiores, a par da destemida e briosa oficialidade subalterna são-borjense, que tem o tipo representativo no alferes Joaquim de Oliveira, e das heroicas praças de pré, que têm como expressão de sua bravura o intrépido cabo Leocádio Francisco das Chagas.

Depois da Guerra do Paraguai, surgiu no cenário da vida brasileira a mais humana e a mais pacífica de nossas campanhas, a da libertação do elemento servil.

São Borja participou dessa memorável cruzada, com a fundação de um clube abolicionista que prestou assinalados serviços à nobre causa e pôde declarar a vila livre de escravos a 7 de setembro de 1884, antes, portanto, da lei que extinguiu a escravatura no Brasil.

O ideal republicano reviveu na alma gaúcha com a propaganda inteligente, ardorosa e pertinaz dos estudantes sul-rio-grandenses que cursavam a Faculdade Jurídica de São Paulo nos decênios de 1870 e 1880, muitos deles com o espírito trabalhado por Apolinário Porto Alegre, em seu benemérito Instituto Brasileiro, inolvidável tabernáculo onde os jovens do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que se ilustravam, se faziam adeptos fervorosos do ideal republicano.

Era necessário, para a eficiência da cruzada, arregimentar os combatentes.

Com esse objetivo, surgiram: os clubes republicanos – o primeiro fundado no Rio Grande do Sul, sendo o de Porto Alegre, em 1880, sob a presidência de Felicíssimo de Azevedo.

No ano seguinte, os republicanos gabrielenses se associavam também.

Na Região Missioneira vibrava o verbo fascinante de Venâncio Aires, pregando a República, por onde passava em sua peregrinação, a medir campos.

Aí também já principiava a se manifestar o prestígio de José Gomes Pinheiro Machado.

Havia, entretanto, dispersão de energias. Era necessário coordenar os esforços. Impunha-se a fundação de clubes.

Francisco Gonçalves Miranda quis que sua terra natal desse o primeiro exemplo e fundou, com outros correligionários, a 7 de abril de

1881, o Clube Republicano do Passo de São Borja, denominado Sete de Abril.

Essa agremiação chamou em seguida a atenção dos republicanos são-borjenses em geral e foi então, a 30 de outubro ainda de 1881, fundado o Clube Republicano de São Borja, ao qual foi incorporado o Sete de Abril, sendo Francisco Miranda eleito presidente da nova entidade, que tem uma brilhante folha de serviços em prol da implantação da República no Brasil.

Pertence a um ilustre são-borjense, o coronel Aparício Mariense da Silva, a glória de haver dado maior calor à propaganda republicana com a apresentação à câmara local, em 31 de outubro de 1887, da consulta sobre se convinha ao país o 3º Reinado, com uma senhora casada com um príncipe estrangeiro.

Essa moção foi aprovada a 13 de janeiro de 1888 e teve grande repercussão no país e representa o mais profundo golpe na continuidade do regime monárquico no Brasil.

A consulta de Aparício Mariense teve o poder de influir no espírito democrático de Silva Jardim, levantando-o da placidez de sua banca de advogados para o convívio inflamado com a alma popular, nas praças públicas, em memoráveis jornadas de apostolado republicano.

Ainda em 1888, o Clube Republicano de São Borja aprovou e difundiu no país a indicação apresentada pelo Dr. Álvaro Batista para que fosse “adotada como lei do Estado a plena liberdade de culto.”

Imprensa

O primeiro jornal que circulou em São Borja foi o *Eco das Missões*, que apareceu em 16 de agosto de 1884.

Foram aí publicados depois: *O Movimento*, nos últimos anos do regime monárquico até a República; *O Município*, publicado em 1888; o *13 de Janeiro*, fundado em 1895 sob a orientação do coronel Aparício Mariense da Silva e de que foi um dos redatores Genaro Bejarano; *O Missioneiro*, em 1904, que teve como um de seus redatores o Dr. Rafael Escobar; *O Uruguai*, que apareceu em 1906, sob a direção de Manuel Pereira e ainda circula; *Aurora*, que apareceu a 7 de janeiro de 1907 sob a direção de Amaro Miranda Pinto e de quem escreve esta notícia, que deixou de

circular em outubro do mesmo ano; *Rebate*, que apareceu sob a direção de Henrique de Oliveira, a 6 de dezembro de 1908, tendo como redatores Átila Guterres Casses, Sousa Docca, Vicente Moliterno, Emídio Mota e Belisário Saldanha, deixou de circular em 1912; *Binóculo*, cujo primeiro número é de 9 de janeiro de 1908, que suspendeu a publicação em abril de 1909; *Sogra*, publicado em 1910 por Nosimo Nunes Pereira.

Limites

O Município de São Borja é limitado a NE com o de São Luís Gonzaga, pelo rio Piratini, desde a foz deste no Uruguai até a barra do Pessegueiro, denominado Angoera pela nova nomenclatura geográfica, continua por este até suas nascentes nos campos da Chácara e daí em linha reta até as vertentes do arroio Sarandi, por este em todo o curso até sua barra no Icamaquã, prosseguindo por este rio até o passo do Mundo Novo.

Ao sul, com o Município de Itaquí, pelo rio Butuí desde a foz no Uruguai até sua nascente principal na estância do Lajeado e, daí, em linha reta ao arroio São Pedro, seguindo seu curso até a embocadura no Puitá, ao longo deste a leste, em todo o seu curso até as proximidades da estrada de São Borja a Santiago e por esta via até o passo Buscardini no Iguariaçá.

Ainda a leste, com o Município de Santiago pelo Iguariaçá, desde o passo Buscardini até a barra do Iquirá e por este até suas nascentes, donde, em linha reta, atinge as vertentes do Itacurubzinho ou Itacurubi-Mirim e por este curso d'água até a estrada geral e por esta até o Passo do Mundo Novo.

Ao norte e oeste com a República Argentina, pelo rio Uruguai, desde a foz do Piratini até a do Butuí, numa extensão de 130 quilômetros.

Aspecto geral do relevo

O território são-borjense, que é de formação terciária, faz parte da Região do Planalto. É, em geral, plano com pequenas ondulações, notando-se ao norte a coxilha do Espinilho e ao sul a serra de Iguariacá. Tem alguns morros pequenos, sendo o maior de todos o do Paraíso, com 60m de altura.

Seus pontos extremos são: ao norte, a foz do Piratini e ao sul a do Butuí, ambos no Uruguai, numa distância de 110km em linha reta; a oeste, o passo da Ilha de São Mateus, no Uruguai, e a leste a embocadura do Passo Fundo no Inhacapedum, numa distância de cerca de 114km.

Aspecto geral da vegetação

O município é constituído por campos de criação, em geral bons. Tem grandes matos ao longo da margem do Uruguai e dos seus afluentes principais, com as seguintes madeiras de lei: lapachilho, lapacho ou ipê, urundai (pau-ferro), cedro, louro, louro-negro, cabriúva, canafístula ou grapiapunha, marmeleiro, guajuvira, angico-vermelho, branco, guatambu, coronilha, timbó e outras.

É rico em vegetais medicinais, sendo os principais: caroba, quina, quássia, salsaparrilha, velame ou turbité, salsa-moura, japecanga, tajuja, catuja-branco, cambará, guaçatumba, guaco, ruibarbo, babosa, carqueja, agrião, malva, camomila, erva-cidreira, eucalipto, etc.

Possui as seguintes frutas aclimatadas: laranja, outrora em grandes quantidades, agora em decadência, marmelo, figo, goiaba, ameixa; pêsego, em grande desenvolvimento; uva, lima, cidra, limão, romã, ananás, pera e maçã.

Declara Saint-Hilaire que na estância do Silva, nas proximidades do Camaquã, saboreou, em março de 1812, maçãs perfeitamente maduras, e acrescenta: “as melhores que hei comido fora da França.”

Há diversas frutas indígenas, entre elas: guabiroba, guabiju, pitanga, araçá, uvaia, maracujá, jerivá, cereja, aguai e o saborosíssimo vaporiti.

Aspecto geral da hidrografia

O sistema hidrográfico pertence à bacia do Uruguai, que tem no território são-borjense os seguintes tributários:

- 1) - Rio Piratini, que recebe neste município, pela sua margem esquerda, os arroios: Angoera, Inhacapiru, Andiju, Jaguarana, Itacoré e São João.
- 2) - Barreiro, com 15km, tendo a foz em frente às ilhas Taquaras.

- 3) - Garruchos, entre as ilhas São Lucas (argentina) e Garruchos (brasileira), com 15km de curso.
- 4) - Iribituru, com 8,5km, aproximadamente.
- 5) - Ipité, com a mesma extensão do precedente.
- 6) - Oquitá (sanga), em frente à Ilha Grande (argentina).
- 7) - São Lucas, denominado Igariporé pela nova nomenclatura, com 29km, com o Passo do Tigre na estrada de Garruchos a São Borja.
- 8) - Manoá, com cerca de 53km, tendo os seguintes tributários: pela margem esquerda – Itabi, Apiaru, Ijebi e Santa Rosa – e pela margem direita Ipanchin ou Ipuxi, que é formado pela união do Ivera com o Angico.
- 9) - Urucataí, com cerca de 50km, tendo suas nascentes na escosta sul da coxilha do Espinilho e a foz junto ao Passo das Mercedes. Entre seus afluentes da margem esquerda se destacam os arroios Jupiranga e Itaroquém.
- 10) - Ati, fronteiro à Ilha das Mercedes (brasileira).
- 11) - Salso, com cerca de 18km, denominado de Marandequaba pela nova nomenclatura.
- 12) e 13) Rupiá e São Marcos (sangas) no Rincão de São Mateus.
- 14) - Icamaquã, outrora Camaquã, e atualmente, pela nova nomenclatura geográfica, Icambaquá, com cerca de 180km. Nasce na vertente norte da serra de Santiago, penetra no Município de São Borja e o rega num percurso de 138km. É navegável até 12km a montante de sua barra. Recebe no Município de São Borja, pela margem direita, os arroios Itairê, Sanga Grande, Iguará, Santo Antônio (que tem como afluente o Inhupeguará) e o Sarandi; pela margem esquerda, as sangas da Ponte, Guabiju, Japoruá e Funda, e os arroio Taquarembó, Inferno, Itacurubi (que tem entre outros afluentes, pela margem esquerda, o Itacurubuzinho, que melhor seria denominar-se Itacurubi-Mirim e recebe as águas da sanga Cururu e pela margem direita a sanga Piricá), Iguariaçá (cujos afluentes pela margem esquerda são os arroios Itaru, Jarutatá e São Nicolau, e pela margem direita o arroio Caraivevê e as sangas Puji e Iguirá), Cambuiretã (afluentes da margem esquerda: sanga Iguapé ou Aguapeí e Piauí ou Piau; da margem direita: sanga Timbó) e Ximbocu, também chamado Ximboru, que

com o Cambuietã forma o Rincão de São Gabriel, de bons campos, de propriedade do Ministério da Guerra.

- 15) - Restinga da Estiva, com percurso de 12km, forma com o Camaquã o rincão deste nome, rico em minérios. Esse rincão, depois da conquista de 1801, foi concedido a José Borges do Couto e a 12 de seus companheiros, que foram seus primeiros povoadores. Em parte dessas terras teve depois sua estância o coronel José Fernandes de Sousa Docca.
- 16) - Restinga Itacheré, com cerca de 5km, ao norte da povoação do Passo.
- 17) - Restinga do Padre, nasce a oeste da cidade de São Borja e se lança no Uruguai em frente ao extremo sul da ilha do Vargas.
- 18) - Arroio Santa Luzia, formado pela restinga Ivaí, sendo o percurso de ambos reunidos de 18km, dos quais 15 em terreno alagadiço.
- 19) - Arroio Santa Ana, com cerca de 8km, tendo a foz fronteira à ilha de seu nome.
- 20) - Juquerismeu, cujo percurso é de 10km, aproximadamente.
- 21) - Sanga Grande, com cerca de 8km de extensão, que deságua em frente à ilha do Vau.
- 22) - Rio Butuí, serve de linha divisória entre os municípios de São Borja e de Itaqui, em todo o seu percurso, que é de cerca de 95km. Tem diversos afluentes pela margem direita, salientando-se entre eles o Butuí-Mirim, que recebe pela margem direita as restingas Durasnal, da Palma e Sanga Pessegueiro. Seu curso é de 42km, todo em terreno alagadiço.

Existe no território são-borjense, ao sudeste da cidade, a lagoa do Jacaré, para onde corre a restinga do Paraboí; o Banhado Grande, do Inhapium, com 15km de comprimento por cerca de cinco de largo. É alimentado pelas restingas Açoita-Cavalo, Inhapium e Pessegueiro.

Existiu no perímetro urbano da cidade, onde está a atual Praça General Lima, uma lagoa tradicional, que foi há poucos anos aterrada. É de lamentar esse aterramento, visto que desse modo desapareceu um monumento natural ligado a uma das mais belas lendas sul-rio-grandenses e também às tradicionais festas juninas da mais antiga das cidades do Rio Grande do Sul e às tradições da vida são-borjense.

Prestava-se esse pequeno lago para um aprazível logradouro público, desde que fosse devidamente aparelhado para esse fim.

Com a conservação da mencionada lagoa se prestaria um culto ao passado, visto que as lendas, as crendices, as tradições têm grande influência anímica, porque recordam e falam à alma popular.

A lenda a que a lagoa está ligada é a de Salamanca do Jarau, visto que a princesa moura metamorfoseada em Teiniaguá, e que é a figura central da lenda, em sua passagem do território argentino para o brasileiro, esteve alguns dias oculta naquelas águas.

Simões Lopes estilizou essa lenda e a fixou definitivamente na salamanca do mais alto dos serros do Jarau, no Município de Quaraí.

Foi a mencionada lagoa que desalterou a sede da população e da guarnição são-borjenses no cerco de 1816.

Por ocasião das festas juninas, que se revestiam de grandes entusiasmos nas cidades do interior do Rio Grande e nas estâncias, vimos muitas vezes, à meia-noite de 24 de junho, a imersão da imagem do Batista nas águas da mencionada lagoa, cantando todos que faziam parte da procissão que saía da casa do *Tio Gaspar*:

“Lavando o Senhor São João
Neste rio de Jordão.”

.....
Índice onomástico

A

- ABREU, Francisco Pedro de (coronel) – 53, 126, 145, 146, 158, 174, 204, 212, 213, 214, 250, 253, 254, 255, 261, 283, 294, 356, 357, 359, 360
- ABREU, José de (coronel) – 400, 459
- AFONSO V – 451
- AGAMENON – 169
- AGUILAR (general) – 347
- AGUIRRE (os) – 153
- AIRES, Maria Manuela de Oliveira – 39
- AIRES, Salvador de Oliveira (tenente-coronel) – 39
- AIRES, Venâncio – Ver OLIVEIRA, Venâncio Aires de
- ALEGRE, Apolinário Porto – 461
- ALENCASTRO, Antônio Pedro de (coronel) – 178
- ALEXANDRE (padre) – 58
- ALMEIDA, Ana Joaquina Lopes de (D.) – 79, 80, 81
- ALMEIDA, Fabiano Pires de (capitão) – 79, 80
- ALMEIDA, João Coelho de (oficial de Fazenda) – 31
- ALMEIDA, João Machado de (coronel) – 73, 79
- ALVARENGA, Diego (capitão) – 48, 113, 175, 396
- AMARAL, Antônio José do (capitão) – 172, 180
- AMARAL, Raimundo Rodrigues do – 78
- ANA – Ver ALMEIDA, Ana Joaquina Lopes de
- ANDRADE NEVES – Ver NEVES, José Joaquim de Andrade
- ANDRADE, João dos Santos (soldado) – 442
- ANDREIA, José da Vitória Soares de (brigadeiro) – 238, 239, 240
- ANGRA (barão de) – 405
- ANTÔNIO – 459
- ANTÔNIO CARLOS – 89
- APARÍCIO – Ver SILVA, Aparício Mariense da
- ARAÚJO, Antônio José de (soldado) – 441
- ARCOS, Santiago – 312, 337
- AROUCA, João Clio Pereira (piloto) – 31
- ARTIGAS (os) – 90
- ARTIGAS, André – 34, 51, 458, 459
- ARTIGAS, José Gervásio – 458
- ASTROGILDO – 255
- ASSUNÇÃO, Fortunato – 85-86
- ASSUNÇÃO, Joaquim Pinto de (sargento) – 441, 443
- ASSUNÇÃO, Maneco – Ver SOUSA, Manuel Coelho de
- ÁTILA – 169
- AURÉLIO – Ver PORTO, Aurélio
- AVALOS (capitão) – 175
- AZAMBUJA, Marcos de – 69
- AZEVEDO, Antônio Paz de (soldado) – 441
- AZEVEDO, Felicíssimo – 461
- AZEVEDO, Joaquim Gomes de (soldado) – 442

B

BALBUENA, Francisco (tenente) – 170
 BANDEIRA, Francisco Belém – 77
 BANDEIRA, Rafael Pinto – 451
 BARBUDA, José Egídio Gordilho de
 (general) – 222, 244, 246, 247, 262,
 263, 305, 352, 374
 BARCELOS, Geraldo dos Santos Ferrei-
 ra (soldado) – 442
 BARRETO VIANA – Ver VIANA, Ma-
 nuel Teófilo Barreto
 BARRETO, João de Deus Mena (mare-
 chal) – 427
 BARRETO, João Manuel Mena (coronel)
 – 47, 56-57, 60, 63, 65, 66, 67, 68, 69,
 70, 71, 72, 75, 89, 283, 284, 326, 327,
 328, 356, 357, 360, 408, 415, 427,
 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434,
 435, 437, 438, 440, 442, 449, 451
 BARRETO, João Propício Mena (coro-
 nel, general) – 249, 261, 329, 362,
 363, 364, 365, 406, 407
 BARRETO, José Joaquim Mena (tenen-
 te) – 440, 443
 BARRETO, José Lins Mena (coronel) –
 402
 BARRETO, José Luís Mena (brigadeiro)
 – 261, 404
 BARROSO (comandante) – 74
 BATISTA IBANHA (capitão) – 171
 BATISTA, Álvaro (Dr.) – 462
 BEUAREPAIRE (visconde de) – Ver RO-
 HAN, Henrique de Beaurepaire
 BEAUREPAIRE ROHAN – Ver RO-
 HAN, Henrique de Beaurepaire
 BEJARANO, Genaro – 462
 BERGALHO, Francisco – 110
 BERLINK, Eudoro – 63, 408
 BETANCOURT, José Maria da Silva
 (tenente-general) – 233

BEVERINA, Juan (coronel) – 209, 223,
 278, 313, 315, 360
 BEZERRA, João Estêvão (soldado) – 441
 BLANCO Y ORREGO (coronel) – 88
 BOAVISTA (visconde da) – 142
 BOGADO (major) – 417
 BOMPLAND, Amado (naturalista) –
 192
 BORGES – 45
 BORGES, José (chanceler paraguaio) –
 257, 258
 BORGES, D. Nicásio (coronel, general)
 – 156, 280
 BORGES, Daniel da Silva (soldado) –
 442
 BORMAN, José Bernardino – 344, 345
 BOTELHO, João Cândido de Melo (sol-
 dado) – 442
 BRAGA JÚNIOR, José Fernandes – 97,
 98
 BRAGA, Antônio Alves (piloto) – 31
 BRAGA, Fabriciano Júlio – 98
 BRAGA, João Félix da Silva (soldado) –
 442
 BRAZANELLI, José (irmão) – 90, 444,
 456
 BRILHANTE, Manuel Antônio da Cruz
 (capitão) – 168
 BUENO, José Antônio Pimenta – 222,
 227
 BUENO, José de Oliveira (coronel) –
 430, 431, 432, 433
 BUENO, Zosino de Oliveira (tenente-
 coronel) – 331
 BURITI, Manuel Pereira de Sousa (capi-
 tão) – 331

C

CABALLERO, Bernardino (general) –
 74, 228, 396

- CABRAL, Cândido Alves (cabo) – 441
- CABRAL, Francisco Xavier Calmon da Silva (tenente-general, brigadeiro) – 166, 174, 187, 191, 238, 405
- CABRERA (tenente) – 114
- CAETANO – 126
- CAETANO PEREIRA – Ver PEREIRA, Antônio Caetano
- CALDAS, Augusto Francisco (tenente-coronel) – 332
- CALDWELL, João Frederico (tenente-general, coronel, general) – 140, 145, 154, 167, 172, 211, 213, 214, 226, 241, 243, 256, 261, 262, 263, 264, 265, 271, 275, 280, 281, 282, 283, 284, 293, 294, 295, 296, 298, 304, 310, 323, 325, 340, 348, 352, 355, 357, 362, 365, 370, 372, 374, 376, 378, 379, 380, 384
- CALMON CABRAL – Ver CABRAL, Francisco Xavier Calmon da Silva
- CAMAMU (visconde de) – Ver BARBUDA, José Egídio Gordilho de
- CAMAQUÃ (barão de) – Ver REIS, Salustiano Jerônimo dos
- CÂMARA, José Antônio Correia da (general) – 358, 398, 415, 417, 418, 432, 435
- CAMBRONE – 74
- CAMINOS, José Rufo (cônsul paraguaio) – 257, 258, 259
- CAMISÃO (coronel) – 232
- CAMPOS, Francisco Carneiro de (coronel) – 26, 29, 201, 202
- CAMPOS, Frederico Carneiro de (coronel) – 26, 30, 31
- CAMPOS, João Pires de (alferes) – 61
- CAMPURNO, Inácio (capitão) – 175
- CANABARRO, Antônio Ferreira – 421
- CANABARRO, Davi (general, brigadeiro) – 34, 37, 38, 44, 46, 47, 53, 59, 73, 75, 77, 83, 131, 136, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 153, 154, 155, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 212, 214, 215, 216, 246, 250, 251, 252, 254, 261, 262, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 298, 300, 306, 307, 309, 322, 324, 325, 327, 329, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 361, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 371, 372, 373, 375, 376, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 392, 403, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427
- CÁRPATO (os) – 156
- CARABALLO – 279
- CÁRDENA (capitão) – 32
- CARDOSO TICO – Ver TICO, Francisco José Cardoso
- CARDOSO, Felisbino – Ver SOUSA, Felisbino Cardoso de
- CARDOSO, Francisco José – 67
- CARDOSO, Vítor José (alferes) – 67, 443
- CARLOS (arquiduque) – 229
- CARNEIRO DE CAMPOS – Ver CAMPOS, Francisco Carneiro de
- CARNEIRO JÚNIOR, Firmino Júlio de Moraes (soldado) – 441
- CARRERAS – 153
- CARVALHO (Dr.) – 232
- CASSES, Átila Guterres – 463
- CASTRO, Cândido Pacheco de Moraes (capitão, tenente) – 48, 59, 61, 446
- CASTRO, D. Henrique (general) – 157
- CASTRO, Evaristo Afonso de – 455

- CASTRO, Leonor de – 456
 CASTRO, Manuel José de (sargento-ajudante) – 440, 443
 CAXIAS (barão, conde, marquês, duque de) – 39, 89, 147, 167, 187, 188, 191, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 231, 233, 240, 241, 242, 244, 256, 261, 262, 292, 304, 401, 402, 403, 404, 405, 410, 411, 412, 413, 414, 423, 424, 425, 426, 430, 431, 432, 434
 CAYLAR, Eugênio – 106, 110, 111, 112, 193
 CEBALLOS, Pedro (general) – 89, 458
 CENTURIÓN, Juan Crisóstomo (capitão, coronel) – 30, 176, 241, 377, 386, 396
 CERQUEIRA, Dionísio – 435
 CERVANTES, Francisco Magariños – 28
 CÉSARES (os) – 339
 CHAGAS SANTOS – Ver SANTOS, Francisco das Chagas
 CHAGAS, Leocádio Francisco das – 64, 71, 448, 449, 461
 CHRISTIE (ministro) – 182
 CIPRIANO – Ver FERREIRA, Cipriano da Costa
 CLAUSEWITZ – 231
 COELHO DE SOUSA – Ver SOUSA, Manuel Coelho de
 COELHO, José Martins – 420
 COMELHA, João – 107, 110
 CONSTANTINO – Ver MIRANDA, Constantino Gonçalves
 CORONEL, Manuel A. (major) – 176
 CORREIA DA CÂMARA – Ver CÂMARA, José Antônio Correia da
 CORREIA, Bráulio da Costa (cadete) – 441
 CORREIA, José Alves (furiel) – 443
 COSTA, Francisco Custódio da (soldado) – 442
 COSTA, Gil Bonifácio da (soldado) – 441
 COSTA, Manuel Antônio da Fonseca (brigadeiro) – 237, 405
 COTEGIPE (barão de) – 339
 COUTINHO, João Clemente – 436
 COUTO, José Borges do – 466
 CRISTIANO – 79
 CUNHA LIMA – 188, 189
 CUNHA, Carlos Augusto da (capitão) – 442
 CUNHA, José da Luz (tenente-coronel, coronel) – 120, 136, 189, 190, 191, 330
 CUNHA, Mariano Antônio da (soldado) – 442

D

- D'EÇA, Manuel de Almeida Gama Lobo (capitão) – 167
 D'EÇA, Manuel Gama Coelho Lobo (tenente) – 138
 D'EU (conde de) – 147, 159, 162, 165, 168, 173, 174, 175, 177, 181, 187, 188, 191, 261, 416, 417, 435
 DELAMARE (conselheiro) – 167, 187, 191, 405
 DESPUIIS, Blas – 258
 DIVINO, Isabel Francisco do Amor – 400
 DOCCA, Emílio Fernandes de Sousa (general) – 439, 440
 DOCCA, José Fernandes de Sousa (major) – 36, 63, 67, 76, 80, 83, 118, 119, 120, 132, 323, 360, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 440, 442, 444, 448, 449-450, 460, 463, 466

DUARTE (frade) – Ver LÓPEZ, Santiago Estêvão Duarte
DUARTE, Manuel Carneiro – 103
DUARTE, Pedro (major) – 31, 32, 78, 88, 151, 152, 153, 155, 377, 397
DUDUCA – Ver SILVA, Manuel Francisco da
DUTRA, Eurico Gaspar (general) – 439, 444
DUTRA, Rafael – 83

E

ELFIATO – 74, 452
ELIZALDE, D. Rufino (chanceler argentino) – 224, 225, 273, 276, 306, 307, 308, 318, 319
ESCOBAR, José Pedro Pereira (tenente) – 85
ESCOBAR, Manuel Pereira de (capitão) – 116, 117, 462
ESCOBAR, Pedro Antônio Pereira de (capitão) – 81, 82
ESCOBAR, Rafael (Dr.) – 462
ESTIGARRIBIA, Antônio de la Cruz (coronel) – 91, 93, 94, 95, 97, 99, 106, 110, 111, 113, 116, 117, 122, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 183, 188, 291, 323, 326, 333, 349, 359, 360, 372, 376, 377, 378, 385, 386, 387, 393, 396, 397, 409
ESTIGARRIBIA, Juan de la Cruz (tenente-coronel) – 31, 32, 58, 71, 76, 88

F

FABIANO – Ver ALMEIDA, Fabiano Pires de
FÁBIOS (os) – 339
FALCÃO, Feliciano Antônio (coronel) – 138

FALCÃO, Fidêncio Lopes (capitão) – 59
FALCÃO, João Lopes (tenente) – 61
FALCÃO, José Lopes (tenente) – 446
FALCÓN, José (ministro) – 396
FAMOSA, João Leal (tenente) – 81
FARIA, Otávio Augusto de – 80
FELICIANO, D. (bispo) – 95
FERNANDES LIMA – Ver LIMA, Antônio Fernandes
FERNANDES (coronel) – Ver LIMA, Antônio Fernandes
FERNANDES, Antônio (coronel) – Ver LIMA, Antônio Fernandes
FERNANDES, Domingos José (soldado) – 442
FERNANDES, Gabriel Alves (tenente-coronel) – 394
FERNANDES, Serafim – 59
FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva (conselheiro e ministro da Guerra) – 141, 147, 156, 158, 172, 174, 178, 179, 180, 210, 232, 246, 247, 256, 275, 280, 286, 287, 289, 290, 293, 298, 309, 311, 313, 314, 318, 319, 320, 325, 344, 352, 357, 358, 363, 374, 403, 425
FERRAZ, Augusto Muniz da Silva – 177
FERREIRA, Cipriano da Costa (tenente) – 269, 271, 273, 290, 348
FERREIRA, José Maria Pires (soldado) – 442
FERREIRA, Vicente (tenente-coronel) – 42, 43, 44, 45, 407
FIDÉLIS (coronel) – 152
FLORES, D. Venâncio (capitão, brigadeiro, general) – 34, 43, 88, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 162, 166, 167, 170, 171, 173, 181, 182, 186, 187, 229, 267, 268, 269, 270, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 287, 288, 291, 293,

294, 295, 296, 297, 299, 301, 302, 303, 304, 306, 307, 308, 309, 310, 312, 313, 316, 333, 343, 346, 347, 348, 354, 380, 381, 388, 391

FLORIDAS (os) – 152

FONSECA, Hermes Ernesto da (coronel) – 417

FONTOURA, Agostinho Ribeiro da (alferes) – 440, 443

FONTOURA, Antônio Paulino Pinto da (alferes) – 440, 443

FONTOURA, Vicente Antônio da – 406

FONTOURA, Zeferino Geraldo da – 116

FORTES, João Pereira Borges (Dr.) – 419

FRAGA, José Francisco (alferes) – 406

FRAGOSO, Augusto Tasso (historiador e general) – 48, 361, 375, 381, 386, 387, 418, 432, 433, 460

FRANCIA – 104

FRANCISCO – Ver ZARETEA, Francisco

FREITAS, João José de Oliveira (general) – 66

FREITAS, Osório Tuiuti de Oliveira (capitão) – 66, 76

FURTADO, Francisco José (conselheiro) – 242, 339

G

GALLINO, Estêvão – 52

GALVÃO, Rufino Eneas Gustavo (major) – 167, 182

GANDIA (duque de) – 456

GARCIA, Rodolfo (Dr.) – 50

GARIBALDI, José – 423

GARMENDIA, José Inácio – 279, 386, 389, 394, 395

GÁVEA (marquês, barão da) – Ver COSTA, Manuel Antônio da Fonseca

GAY, Francisco – 50, 51, 193

GAY, João Pedro (padre) – 25, 45, 48, 51, 56, 61, 71, 95, 103, 174, 189, 190, 191, 192, 193, 205, 206, 284, 419, 448, 455, 458

GELLY Y OBES (general) – 66, 289

GODINHO, João Clemente (capitão) – 48, 56, 58, 59, 60, 61, 70, 440, 443

GODINHO, José Clemente (capitão) – 446, 447

GOMES, Leandro – 94

GÓMEZ, Juan (coronel) – 315

GONÇALVES, Bento – 423

GONÇALVES, Sezefredo José (capitão) – 209

GONZAGA, João Marcelino de Sousa (Dr.) – 204, 207, 208, 211, 212, 213, 218, 220, 248, 250, 252, 253, 256, 257, 258, 260, 262, 263, 269, 280, 287, 329, 352, 362, 366, 371, 373

GOULART, Rufino Rodrigues (sargento) – 412

GUEDES, Jacinto – 407, 421

GUIMARÃES, Antônio da Costa (alferes) – 440, 443

GUIMARÃES, Belisário Antônio (tenente) – 445

GUIMARÃES, Cândido José – 193

GUIMARÃES, José Auto da Silva (tenente-coronel) – 358

GUIMARÃES, José Ferreira (tenente-coronel) – 44, 56, 57, 67, 327, 440, 442

GUIMARÃES, Vasco José (major) – 44, 60, 63, 64, 88, 104, 120, 121, 442

GUTIERRES, Liberato José (alferes) – 60, 443

H

HERMOSA (major) – 416

HERRERA Y OBES HIJO (Dr.) – 156
HERRERA, Luiz Alberto de (Dr.) – 28
HERVAL (barão, marquês de) – Ver
OSÓRIO, Manuel Luís
HIPÓLITO, Ana (D.) – 85
HOMEM DE MELO (barão de) – 292,
426, 451
HORÁCIO – 446
HURBURO (coronel) – 186

I

IBÁÑEZ, Juan D. (capitão) – 175
IJUÍ (barão de) – Ver MENESES, Bento
Martins de
ILHA, Manuel Vicente (tenente-coronel)
– 331
ISABEL (rainha) – 456
ISAÍAS (major) – 126, 158
ISRAEL (tenente) – 120, 121
ITAPAGIPE (barão de) – Ver CABRAL,
Francisco Xavier Calmon da Silva
IVO – 126

J

JACEGUAÍ, Artur (almirante) – 181
JACINTO, Ricardo José (cabo) – 59, 71,
441
JACUÍ (barão de) – Ver ABREU, Fran-
cisco Pedro de
JAGUARÃO (barão de) – Ver GUIMA-
RÃES, José Auto da Silva
JARÁ, Filipe (D.) – 40
JARDIM, Antônio Gomes – 135
JARDIM, Paulino Gomes (alferes) – 440,
443
JESUS, Mariana Inácia de – 420
JOÃO ANTÔNIO – Ver SILVEIRA,
João Antônio da
JOÃO MANUEL – Ver BARRETO,
João Manuel Mena

JOÃO MARCELINO (Dr.) – Ver GON-
ZAGA, João Marcelino de Sousa
JOÃO PEDRO – Ver SALVAGNAC,
João Pedro
JOÃO PROPÍCIO – Ver BARRETO,
João Propício Mena
JOBIM, José Martins da Cruz (senador)
– 344, 345
JOMINI – 226, 264, 302
JORDÃO, Polidoro Quintanilha da Fon-
seca (brigadeiro) – 261
JOSÉ BONIFÁCIO – 89, 3136
JOURDAN – 409
JOVELLANOS, Bernardo (juiz) – 460
JUSTINIANO – Ver SALVAGNAC, Jus-
tiniano

K

KELLY, Joaquim Rodrigues Coelho (te-
nente-coronel) – 178

L

LA PEÑA, Pedro de (D.) – 94
LABATUT, Pedro (general) – 423
LACERDA (juiz municipal) – 69, 125,
190, 191
LADISLAU – 116
LAGO, Francisco da Silva (capitão, coro-
nel) – 64, 79, 440, 442
LAGO, Joaquim da Silva (coronel) – 89
LAGO, Solidônio José Antônio Pereira
do (brigadeiro) – 237
LAJES, José Luís Gonçalves (alferes) –
445
LAPDIO, Otávio (Dr.) – 257
LEAL, Filipe Antônio Pereira – 224, 225,
305, 352, 374
LEAL, Filipe José Pereira (ministro) –
392
LEANDRO (tenente) – 120, 121

- LEÃO, Sebastião (Dr.) – 384
- LEITE, Severino da Costa (major) – 75, 76, 79, 80, 83, 116
- LEMOS BRITO (Dr.) – 31
- LEOCÁDIO – Ver CHAGAS, Leocádio Francisco das
- LIBERATO, Augusto Pereira – 441
- LIMA, Antônio Fernandes (coronel) – 35, 37, 38, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 57, 58, 59, 66, 67, 73, 75, 77, 82, 83, 86, 113, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 127, 131, 132, 135, 136, 141, 144, 145, 168, 205, 206, 207, 208, 209, 217, 278, 322, 323, 324, 326, 330, 335, 336, 342, 357, 360, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 409, 410, 411, 460
- LIMA, Belisário Fernandes (major) – 325
- LIMA, Bento Lóis da Silva (soldado) – 441
- LIMA, Francisco Fernandes – 400
- LIMA, Francisco Rodrigues (general) – 98, 460
- LIMA, Gertrudes Francisca Fernandes – 405
- LIMA, Joaquim Rodrigues (coronel) – 158
- LIMA, José Fernandes (tenente-coronel) – 406
- LIMA, Manuel Lucas de (coronel) – 250
- LINS, Manuel da Cunha Vanderlei (capitão) – 332
- LISBOA, Joaquim Marques (almirante) – 150, 155, 157, 159, 164, 165, 166, 168, 171, 174, 181, 187, 188, 190, 191, 201, 228, 229, 231, 267, 274, 277, 278, 279, 283, 285, 286, 287, 288, 289, 294, 297, 301, 305, 306, 308, 310, 320, 337, 346, 347, 352, 354, 368, 369, 372, 373, 374, 380
- LOPES DA SILVA – Ver SILVA, Belisário Lopes da
- LOPES, Pedro Jospe (sargento) – 443
- LOPES FILHO, Antônio José (sargento, capitão) – 67, 70, 441
- LÓPEZ JORDAN (general) – 259
- LÓPEZ, Fidel – 315
- LÓPEZ, Francisco Solano (general e presidente) – 27, 29, 30, 31, 32, 43, 58, 62, 76, 85, 92, 93, 94, 99, 104, 106, 113, 116, 117, 122, 135, 152, 153, 188, 201, 202, 203, 212, 222, 241, 244, 254, 257, 258, 259, 301, 302, 303, 304, 323, 339, 349, 377, 378, 385, 386, 387, 392, 393, 398, 418, 424, 431, 434, 460
- LÓPEZ, José (capitão, major) – 76, 78, 83, 113, 119, 176, 340, 409
- LÓPEZ, Santiago Estêvão Duarte (frade) – 92, 93, 96, 97, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 111, 135, 151, 152, 156, 157, 174
- LOUREIRO, Antônia Lopes (D.) – 85
- LOUREIRO, José dos Santos (coronel) – 131
- LOUREIRO, Luís Gomes – 439
- LOUREIRO, Manuel dos Santos (coronel) – 85, 189, 400
- LUÍS – Ver VIGNOLLI, Luís
- LUZ – Ver CUNHA, José da Luz
- LUZ, Antônio Antunes da (cirurgião) – 31
- LUZ, Jacinto Gomes La (chefe farroupilha) – 407

M

- MACEDO, Manuel Rodrigues de (tenente) – 411
- MACHADO, Antônio Gomes Pinheiro – 39
- MACHADO, Davi Pereira (coronel) – 158

- MACHADO, Joaquim Gomes Pinheiro (coronel) – 39
- MACHADO, José Bonifácio (comandante) – 384
- MACHADO, José Gomes Pinheiro (deputado) – 39, 461
- MACHIN (os) – 186, 392
- MACHIN, Segundo – 392
- MACHIN, Serapio – 392
- MACKENA, Benjamin Vicuña (Dr.) – 181
- MADARIAGA, Juan (general) – 280
- MAGALHÃES, Dr. João Inácio Botelho de (cirurgião) – 440, 443
- MAGARINOS, D. Barnabé (coronel) – 156
- MAIZ, Fidel – 396
- MANGABEIRA, Ângelo de Faria Pinto (primeiro-tenente) – 31
- MARCELINO (Dr.) – 208
- MARIANO (cabo) – 78, 79, 80, 85, 88, 123
- MARINHO, Henrique Simeão (soldado) – 441
- MARTIM FRANCISCO – 89, 314
- MARTINS, Bento (tenente-coronel) – Ver MENESES, Bento Martins de
- MARTINS, Davi José (tenente) – 420, 426
- MARTINS, Gaspar da Silveira – 445
- MASTERMANN, Jorge Frederico (cirurgião-mor) – 29
- MAUÁ (barão de) – 52
- MEIRELES, Miguel Batista (tenente) – 50, 60, 443
- MEIRELES, Miguel Pereira de Oliveira (major) – 172
- MEIRELES, Saturnino (Dr.) – 175, 187, 191
- MELO (capitão) – 45, 107
- MELO, Antônio Cândido de (tenente-coronel) – 331
- MELO, José Epifânio dos Santos (sargento) – 441
- MELO, Lopo de Almeida Henrique Botelho de (general) – 340
- MENA BARRETO – Ver BARRETO, João Manuel Mena
- MENDES, José Manuel – 77, 83, 84, 85
- MENESES, Benedito Martins (tenente-coronel) – 331
- MENESES, Bento Martins de (coronel) – 146, 153, 164, 417, 418
- MENESES, Quirino Soares de (soldado) – 442
- MESQUITA, Carlos Frederico de (marechal) – 63
- MESQUITA, Frederico Augusto de (coronel) – 432
- MESQUITA, Sezefredo Alves Coelho de (tenente-coronel) – 83, 118, 119, 120, 324, 325, 331, 339, 359
- MEYER, Pedro Guilherme (tenente-coronel) – 411
- MIRANDA, Constantino Gonçalves – 59
- MIRANDA, Ernesto Augusto César de (brigadeiro) – 238
- MIRANDA, Evaristo Leite de (cabo) – 71, 443
- MIRANDA, Francisco de Barros (tenente-coronel) – 330
- MIRANDA, Francisco Gonçalves – 48, 51, 58, 61, 461, 462
- MITRE, Bartolomeu (general e presidente) – 35, 66, 150, 153, 158, 162, 166, 167, 171, 173, 181, 183, 187, 209, 224, 225, 229, 231, 232, 248, 259, 260, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 280, 288, 291, 295, 297, 299, 301, 302, 303,

305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 333, 337, 338, 346, 352, 374, 386, 388, 391, 393, 431
 MITRE, Emílio (general) – 416
 MOLITERNO, Vicente – 463
 MONGENSTERN, Francisco Visner – 227
 MONTEIRO, Vitorino José Carneiro (marechal-de-campo) – 404, 417, 418
 MONTENEGRO, Artur – 74
 MORAIS, Manuel Ferreira de (capitão) – 66, 443
 MORAIS NETO, José Pedroso de (capitão) – 116
 MORINIGO, Patrício (tenente) – 397
 MOSQUEIRA – 132
 MOTA, Emídio – 463
 MOTA, Periandro Dorneles da (cônsul) – 98
 MOURA, Antônio José de (coronel) – 459, 460
 MUÑOZ, Bazilio – 253

N

NABUCO DE ARAÚJO (conselheiro e ministro da Justiça) – 313, 314, 388
 NABUCO, Joaquim – 344
 NAPOLEÃO – 104, 222, 263
 NASCIMENTO, Manuel do – Ver VARGAS, Manuel do Nascimento
 NEBIAS – 320
 NÉRI, Carlos Bethzébé de Oliveira (tenente-coronel, coronel) – 77, 332, 416
 NEVES, José Joaquim de Andrade (brigadeiro) – 89, 411, 412, 413, 415
 NÓBREGA, Basílio Ernesto da (cadete) – 441

NÓBREGA, Tristão de Araújo (tenente-coronel) – 40, 48, 49, 50, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 66, 68, 73, 75, 76, 82, 96, 119, 120, 121, 122, 330, 410, 440, 442, 447, 448, 460
 NOGOYA (coronel) – 259
 NOGUEIRA, Manuel Tomás – 360
 NORTON (ministro) – 181
 NUNES (major) – 120

O

O'LEARY, Juan (escritor) – 460
 OLINDA (marquês de) – 246
 OLIVEIRA BUENO – Ver BUENO, José de Oliveira
 OLIVEIRA, Ana Florisbela Machado de – 39
 OLIVEIRA, Ângelo Vieira de – 83
 OLIVEIRA, Henrique de – 463
 OLIVEIRA, João Prestes de (capitão) – 120, 122
 OLIVEIRA, Joaquim Vieira de (alferes) – 56, 58, 59, 62, 65, 128, 440, 443, 447, 461
 OLIVEIRA, Manuel Rodrigues de (coronel) – 430
 OLIVEIRA, Venâncio Aires de – 39, 461
 ORIBE – 436
 ORREGO (coronel) – 152, 156
 ORTIS, Bernardo Santiago (sargento) – 443
 OSÓRIO, Manuel Luís (brigadeiro, general) – 89, 139, 155, 192, 210, 216, 218, 219, 222, 229, 232, 244, 246, 247, 249, 261, 265, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 276, 277, 279, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 295, 297, 299, 302, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 320, 332, 338, 342, 343, 345, 346, 348, 352, 353, 354, 356, 368, 373, 374, 376,

- 379, 388, 403, 404, 410, 413, 414, 425, 426, 434, 435
- OTAVIANO – Ver ROSA, Francisco Otaviano de Almeida
- OTONI, Teófilo – 290, 387
- OURIVES, José Inácio da Silva (coronel, brigadeiro) – 250, 255, 358, 379
- OURIVES, Juca – Ver OURIVES, José Inácio da Silva
- P**
- PADILHA, Ramão Rodrigues (sargento) – 443
- PADILHA, Renato Rodrigues (sargento) – 71
- PAIVA, Simón (coronel, general) – 36, 37, 38, 40, 41, 323, 354
- PAIVA, Manuel Caetano de – 107
- PALAT (general) – 265
- PALLEJA, León (coronel) – 175, 391
- PALMEIRO (coronel) – 400
- PARANHOS, José Maria da Silva (conselheiro) – Ver RIO BRANCO (visconde do)
- PARKER, Guilherme – 52
- PASSOS, José Coriolano de Sousa (pai) – 188, 189
- PASSOS, Manuel Vieira (músico) – 441
- PATINHO (tenente) – 155
- PAULA PRESTES (espião) – 459
- PAUNERO, Wenceslau (brigadeiro, general) – 151, 152, 157, 166, 182, 186, 187, 279, 280, 281, 289
- PAZ, Marcos (vice-presidente argentino) – 302, 313, 338
- PEDRO I (D.) – 95, 187
- PEDRO II (D.) – 82, 104, 141, 142, 146, 156, 158, 159, 160, 162, 177, 187, 317, 319, 320, 393
- PEDROSO, Inácio (tenente) – 116
- PEDROSO, Manuel dos Santos (alferes) – 60, 61, 122
- PEIXOTO, Floriano (marechal) – 39, 333
- PEIXOTO, Policarpo Luís (soldado) – 442
- PELOTAS (visconde de) – Ver CÂMARA, José Antônio Correia da
- PENA, Manuel de Sousa – 441
- PENEDO (barão de) – 339
- PEREIRA DA COSTA – 344, 345, 357, 359
- PEREIRA LEAL – Ver LEAL, Filipe Antônio Pereira
- PEREIRA, Albino José (tenente-coronel) – 331
- PEREIRA, Antônio Caetano (tenente-coronel) – 281, 293, 294, 331, 363
- PEREIRA, Inácio – 176
- PEREIRA, Manuel – Ver ESCOBAR, Manuel Pereira de
- PEREIRA, Manuel de Jesus (soldado) – 441
- PEREIRA, Natálio (capitão) – 411, 412
- PEREIRA, Nosimo Nunes – 463
- PEREIRA, Olivério Francisco (tenente-coronel) – 331
- PEREZ, José del Rosário (capitão) – 175
- PILAR, João Batista de Almeida (tenente-coronel) – 331
- PIMENTA BUENO – Ver BUENO, José Antônio Pimenta
- PINHEIRO – Ver MACHADO, José Gomes Pinheiro
- PINHEIRO, Felisbino José (tenente) – 127
- PINHEIRO, José Gomes (capitão) – 39
- PINTO, Amaro Miranda – 462
- PINTO, Francisco Félix da Fonseca Pereira (marechal) – 139

PINTO, Manuel Barreto Pereira (major) – 292
 PINTO, Tristão José (coronel) – 250, 430
 PIRES – Ver CAMPOS, João Pires de
 PIRES, Gonçalo – 451
 PORTINHO (brigadeiro) – 158, 434
 PORTO ALEGRE (barão, conde de) –
 Ver SOUSA, Manuel Marques de
 PORTO, Aurélio – 455
 PRESTES, Feliciano de Oliveira (tenente-coronel) – 119, 330

R

RAMIREZ, José (ex-cônsul argentino) – 377
 RAMOS, José Rodrigues (major) – 50, 51, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 119, 121, 327, 328, 330, 331, 440, 442, 446, 460
 RAWON, G. (Dr.) – 273
 REBOUÇAS, André (tenente) – 232
 REGUERA (coronel) – 157
 REIS, Salustiano Jerônimo dos (capitão, brigadeiro) – 138, 139, 404
 RESENDE, José de Melo Pacheco de (capitão) – 209
 RESENDE, Luís Ribeiro de Sousa (capitão) – 440, 442
 RESIN, Carlos (general) – 417
 RESQUIN, Francisco Izidoro (general) – 202, 386, 387, 397, 398
 RIBEIRO, Antônio Mânsio (major) – 168
 RIBEIRO, Bento Manuel (general) – 406, 420
 RIBEIRO, João Luís Alexandre (alferes) – 412
 RIBEIRO, Luís Mendes – 442
 RIO BRANCO (barão do) – 48, 49, 204, 207, 215, 289, 333, 335, 342, 360, 389

RIO BRANCO (visconde do) – 202, 203, 242, 339, 360, 365
 RIO PARDO (conde do) – 420
 ROBLES, Wenceslau (general) – 35, 354, 377, 385, 386, 398
 ROCHA, Catão – 417
 ROCHA, Joaquim de Sousa – 85
 RODRIGO (major) – 327
 RODRIGUES RAMOS – Ver RAMOS, José Rodrigues
 RODRIGUES, João José (sargento) – 71, 441, 442, 443
 RODRIGUES, Manuel Antônio [Nesico] (capitão) – 61
 RODRIGUES, Sérgio José (soldado) – 441
 ROHAN, Henrique de Beaurepaire (conselheiro e general) – 168, 187, 189, 191, 242, 243, 244
 ROJAS PAUL (presidente da Venezuela) – 181
 ROMERO (coronel) – 417, 434
 ROSA, Bernardino Garcia da (capitão) – 116, 117
 ROSA, João Garcia da – 78
 ROSA, Francisco Otaviano de Almeida (conselheiro) – 305, 306, 307, 308, 309, 318, 319, 332, 338, 352, 374
 ROSA, Pascual (coronel, cônsul) – 259
 ROSAS – 436
 ROTZER, Enrique S. (coronel) – 231
 RUFO (tio de José Rufo Caminos) – 258
 RUFO CAMINOS – Ver CAMINOS, José Rufo

S

SÁA [Lança Seca] – 153
 SAINT-HILAIRE – 457, 464
 SALDANHA, Belisário – 463
 SALOMÃO (rei) – 190

- SALVAGNAC (os) – 51, 91, 156, 340
SALVAGNAC, João Pedro (tenente-coronel) – 51, 78, 340, 396
SALVAGNAC, Justiniano (major) – 51, 78, 340, 396
SAMPAIO, Antônio (coronel, brigadeiro, general) – 139, 270, 305, 346, 348, 354, 374
SANTIAGO, Joaquim Antônio (sargento) – 459
SANTOS CORREIA (coronel) – 431
SANTOS, Antônio Manuel dos (sargento) – 443
SANTOS, Francisco das Chagas (general, marechal) – 138, 459
SANTOS, João Batista dos (tenente) – 60, 443
SANTOS, José Antônio de Sousa (soldado) – 442
SANTOS, Rufino Rodrigues dos (capitão) – 40, 113, 120
SANTOS, Venceslau Joaquim dos (tenente) – 443
SÃO BORJA (barão de) – Ver MONTEIRO, Vitorino José Carneiro
SÃO GABRIEL (barão de) – Ver BARRETO, João Propício Mena
SÃO GABRIEL (visconde de) – Ver BARRETO, João de Deus Mena
SÃO LEOPOLDO (visconde de) – 138, 197, 455
SÃO VICENTE (marquês de) – Ver BUENO, José Antônio Pimenta
SARAIVA, João Antônio (conselheiro) – 28, 273, 276
SAXE (duque de) – 147, 159, 162, 165, 166, 167, 177, 181, 187, 188, 191
SCHNEIDER, Luís – 29, 335, 360, 409
SCOLA, Gottardo – 105
SEGUI, Vicente (D.) – 111
SEPITER, Pedro – 51
SERRA ALEGRE (visconde do) – Ver TAVARES, João da Silva
SERRA LARGO (barão de) – Ver ABREU, José de
SEZEFREDO – Ver MESQUITA, Sezefredo Alves Coelho de
SILVA FERRAZ – Ver FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva
SILVA JARDIM – 462
SILVA, Ângelo Muniz da (conselheiro) – Ver FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva
SILVA, Antônio Feliciano da (soldado) – 442
SILVA, Antônio Soares da (general) – 419
SILVA, Aparício Mariense da (coronel) – 63, 152, 156, 462
SILVA, Basílio Gomes da (soldado) – 442
SILVA, Belisário Lopes da (major) – 131, 421
SILVA, Firmino Alves da (tenente) – 77
SILVA, Francisco Antônio da (cabo) – 441
SILVA, José da Fonseca Lima e (tenente-general) – 236
SILVA, José Zacarias da – 56, 327
SILVA, Manuel da Cunha (tenente) – 443
SILVA, Manuel Francisco da – 80, 81
SILVA, Manuel Ribeiro da (soldado) – 441
SILVA, Palmor Nunes da (cadete) – 441
SILVEIRA MARTINS – 39
SILVEIRA SEGUNDO, João da Cunha (alferes) – 443
SILVEIRA, João Antônio da (coronel) – 330, 359, 406
SILVEIRA, Pedro da Cunha (alferes) – 443

SIMÕES LOPES – 467
 SIQUEIRA, Pedro Nunes de – 126
 SOARES DE ANDREIA – Ver ANDREIA, José da Vitória Soares de
 SOARES, Gregório (coronel) – 347
 SOARES, Joaquim Pinto (furriel) – 443
 SOARES, Manuel José (tenente-coronel) – 418
 SOLANO LÓPEZ – Ver LÓPEZ, Francisco Solano
 SOSA, Julio María (Dr.) – 29, 30
 SOUSA (marquês de) – 89
 SOUSA DOCCA – Ver DOCCA, José Fernandes de Sousa
 SOUSA FRANCO (senador) – 326, 360, 387
 SOUSA GONZAGA (Dr.) – Ver GONZAGA, João Marcelino de Sousa
 SOUSA NETO, Antônio de (general) – 421, 423
 SOUSA PINTO – 387
 SOUSA, Antônio Joaquim de (soldado) – 442
 SOUSA, Antônio Tibúrcio Ferreira de (tenente-coronel) – 411
 SOUSA, Augusto Fausto de – 155, 271, 272, 344, 345
 SOUSA, Custódio Antônio de – 442
 SOUSA, Diogo de (D.) – 292, 420
 SOUSA, Fausto de – 345
 SOUSA, Felisbino Cardoso de (tenente) – 61, 67, 440
 SOUSA, Felisberto Cardoso de (tenente) – 443, 446
 SOUSA, Francisco de – 442
 SOUSA, João Pedro de (soldado) – 442
 SOUSA, Joaquim Nunes de – 330
 SOUSA, José Cardoso de – 405
 SOUSA, José Fernandes de – 405

SOUSA, Manuel Coelho de (tenente-coronel) – 76, 86, 108, 114, 115, 118, 209, 330
 SOUSA, Manuel Marques de (general) – 89, 95, 127, 141, 142, 147, 150, 155, 157, 164, 165, 167, 168, 169, 172, 178, 179, 282, 294, 298, 310, 311, 312, 313, 316, 358, 359, 410
 SOUSA, Raimundo José de (capitão) – 57, 327, 440, 443
 SOUTO, Alcio (general) – 444
 SOUTO, José Antônio da Silva (comandante) – 31
 SOUTO, José Clemente Vieira (alferes) – 440, 443
 SUÁREZ, Goyo – 279
 SURUÍ (barão de) – Ver SILVA, José da Fonseca Lima e

T

TAMANDARÉ (almirante, visconde, marquês de) – Ver LISBOA, Joaquim Marques
 TASSO FRAGOSO – Ver FRAGOSO, Augusto Tasso
 TAUNAY (visconde de) – 460
 TAVARES, João da Silva (coronel) – 421
 TEIXEIRA, Antônio Inácio (capitão) – 67
 TEIXEIRA, Leopoldino Rodrigues (soldado) – 441
 TELES DA SILVA GUIMARÃES – 77
 THOMPSON, Jorge – 29
 TICO, Francisco José Cardoso (capitão) – 48, 63, 67, 408, 440, 442, 450
 TIMÓTEO APARÍCIO – 253
 TORRES – 70
 TREIS, Emílio Garcia (furriel) – 443
 TRINDADE, Apolinário de Sousa (tenente-coronel) – 143, 331

TRISTÃO – Ver NÓBREGA, Tristão de Araújo
TRIUNFO (barão do) – Ver NEVES, José Joaquim de Andrade
TUIUTI, Osório (capitão) – 48

U

ULISSES – Ver LÓPEZ, Santiago Estêvão Duarte
URBANO – 314
URDAPILLETA, Dolores – 460
URQUIZA, Justo José (general) – 29, 43, 52, 106, 153, 192, 204, 208, 209, 225, 229, 254, 257, 258, 259, 260, 274, 287, 299, 301, 303, 304, 315, 316, 317, 333, 377, 385
URUGUAIANA (barão de) – Ver FERAZ, Ângelo Muniz da Silva

V

VALDELÍRIOS (vice-rei) – 89
VALE, Joaquim Antônio Xavier do (capitão) – 206, 281, 322, 332, 385, 392
VALENÇA, João Alves (barão e coronel) – 359
VALENTE, Paulo Ângelo (soldado) – 441
VALPORTO, João Antônio de Oliveira (tenente-coronel) – 411
VARGAS, Luís Antônio de (furriel) – 441
VARGAS, Getúlio Dorneles – 50, 98
VARGAS, Luís Antônio de (furriel) – 71, 443, 450, 451
VARGAS, Manuel do Nascimento (cabo, general) – 76, 116, 117, 408, 460
VARGAS, Viriato Dorneles (ministro) – 408
VÁSQUEZ SAGASTUNE (Dr.) – 29, 30, 222, 241, 258

VAZ (alferes) – 60
VAZ, Francisco de Paula (tenente) – 61
VENÂNCIO, D. (general) – Ver FLORES, D. Venâncio
VENERANDO, Antônio Rodrigues da Silva (sargento) – 441
VIANA – 89
VIANA, Antônio Bonone Martins (advogado) – 388
VIANA, Antônio José (major) – 419
VIANA, Hélio – 433
VIANA, Manuel Teófilo Barreto – 419
VIANA, Nuno de Melo (alferes) – 440, 443
VIEIRA, João Pedro Dias (conselheiro) – 365
VIEIRA, Joaquim – Ver OLIVEIRA, Joaquim Vieira de
VIGNOLLI, Luís – 128, 129
VILA, Feliciano Dutra da (D.) – 98
VISAROSO, Benjamin (general) – 259

X

XAVIER DO VALE – Ver VALE, Joaquim Antônio Xavier do
XAVIER, Fortunato dos Santos (cadete) – 111, 193
XAVIER JÚNIOR, Fortunato dos Santos (sargento) – 441
XERXES – 74, 452

Z

ZAPATA, Antônio (tenente) – 78
ZARETEA, Francisco – 93, 94, 97, 105
ZIPITRIA (os) – 156
ZIPITRIA, Pedro E. – 51, 52, 93, 106, 397
ZORRILHA (tenente) – 155

Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai,
de Cônego João Pedro Gay foi composto em Garamond,
corpo 12/14, e impresso em papel vergê areia 85 g/m², nas oficinas da
Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEGRAF,
em Brasília. Acabou-se de imprimir em julho de 2013, de
acordo com o programa editorial e projeto gráfico do
Conselho Editorial do Senado Federal.

A retirada da Laguna

Visconde de Taunay

Volume 149

O autor deste livro, Alfredo d'Escragolle Taunay, o visconde de Taunay, escreveu seu nome no panteão dos heróis da pátria, na academia literária, nos anais políticos e, por fim, para ser mais amplo e exato, na cultura brasileira. Essa grande figura de homem de ação e literato produziu algumas joias da historiografia e da literatura brasileiras. Na literatura, escreveu o clássico *Inocência*, uma das expressões do mundo rural no século XIX. A maioria dos críticos é unânime em apontar *A retirada da Laguna* como livro fundamental sobre a nossa história militar.

Estudioso, pesquisador, espírito inquieto, intelectual de formação impecável, Taunay narra com estilo envolvente a heroica retirada da região paraguaia de Laguna. O lugar fora atacado precipitadamente por tropas brasileiras. O coronel Camisão, em meio à falta de suprimentos, informações e forças de cavalaria, bateu em retirada junto com 1.300 homens famintos, em terreno desfavorável, combalidos psicologicamente pela derrota e fisicamente por epidemias.

É um relato emocionante e rigoroso, fruto da observação e do diário de campanha com as anotações feitas por Taunay no fragor da luta e na retirada que causou 700 baixas, em “35 dias de dolorosa memória”.

